

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	48
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	50
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	70
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	71
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	72
4.7 - Outras Contingências Relevantes	73

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	74
--	----

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	75
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	78
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	80
5.4 - Programa de Integridade	82
5.5 - Alterações significativas	85
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	89

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	90
6.3 - Breve Histórico	91
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	96
6.6 - Outras Informações Relevantes	97

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	98
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	104
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	105
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	108
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	157
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	158
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	171
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	172
7.8 - Políticas Socioambientais	173
7.9 - Outras Informações Relevantes	174

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	212
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	213

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	214
---	-----

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	215
---	-----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	216
--	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	217
---	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	218
--	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	219
---	-----

9.2 - Outras Informações Relevantes	231
-------------------------------------	-----

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	271
--	-----

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	303
---	-----

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	305
---	-----

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	308
---	-----

10.5 - Políticas Contábeis Críticas	309
-------------------------------------	-----

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	310
--	-----

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	311
---	-----

10.8 - Plano de Negócios	312
--------------------------	-----

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	314
--	-----

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	319
---	-----

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	320
---	-----

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	321
--	-----

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	332
---	-----

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	335
--	-----

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	336
--	-----

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	337
12.7/8 - Composição Dos Comitês	346
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	351
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	352
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	353
12.12 - Outras informações relevantes	354

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	357
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	361
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	365
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	367
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	371
13.6 - Opções em Aberto	372
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	373
13.8 - Precificação Das Ações/opções	374
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	375
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	376
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	377
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	378
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	379
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	380
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	382
13.16 - Outras Informações Relevantes	384

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	387
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	389
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	390
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	392
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	394

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	395
15.3 - Distribuição de Capital	400
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	401
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	402
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	404
15.7 - Principais Operações Societárias	405
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	413

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	414
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	415
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	416
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	417

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	418
17.2 - Aumentos do Capital Social	419
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	421
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	422
17.5 - Outras Informações Relevantes	423

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	424
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	425
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	427
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	428
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	429
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	434
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	435
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	436
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	437
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	438
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	439
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	440
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	441

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	450
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	451
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	453

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	454
20.2 - Outras Informações Relevantes	455

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	457
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	459
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	461
21.4 - Outras Informações Relevantes	462

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marina Oehling Gelman

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcelo Battistella Bueno

Cargo do responsável

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1, DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**

MARCELO BATTISTELLA BUENO, brasileiro, casado, advogado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 171.266.448-41, portador do Documento de Identidade nº 14.360.088-6, com endereço comercial na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, na qualidade de Diretor Presidente da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "A" junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 ("Companhia", "Ânima", "Ânima Educação" ou "Sociedade"), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o formulário de referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- (c) o conjunto de informações contido no formulário é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

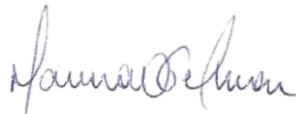


MARCELO BATTISTELLA BUENO
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores**DECLARAÇÃO****PARA FINS DO ITEM 1.2, DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**

MARINA OEHLING GELMAN, brasileira, casada, advogada, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 251.164.408-85, portadora do Documento de Identidade nº 18.629.380-x, com endereço comercial na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Ânima Holding S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria “A” junto a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Rua Natingui nº 862, 1º andar, bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05443-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.288.252/0001-32 (“Companhia”, “Ânima”, “Ânima Educação”, “Ânima Holding” ou “Sociedade”), atesta, por meio desta declaração, que:

- (a) reviu o formulário de referência;
- (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



MARINA OEHLING GELMAN
Diretora de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e da Diretora de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 1.1. e 1.2. da seção 1 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26		
Data Início	01/01/2010		
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR") para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 e 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480/09, deverá ser informado o montante total da remuneração paga aos auditores com relação ao último exercício social.		
Justificativa da substituição	Rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos em atendimento ao disposto no Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada ("ICVM 308/99").		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antonio Marcos Lima Dutra	01/07/2016	899.450.185-15	Rua Paraíba, nº 1122, 20º e 21º andares, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697470, e-mail: adultra@deloitte.com
Gilberto Grandolpho	01/12/2017	007.585.878-99	Rua Paraíba, nº 1122, 20º e 21º andares, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697470, e-mail: ggrandolpho@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	<p>2018: Serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR") para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").</p> <p>2019: Serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR") para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019 e de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").</p> <p>2020: (i) Serviços para fins de emissão de carta de conforto em conexão com oferta de ações. (ii) Serviços para fins de emissão de relatório de asseguração razoável sobre informações financeiras pro forma.</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços de auditoria prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como de revisões do ITR para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019 corresponde ao montante de R\$ 501.915,00 (quinhentos e um mil, novecentos e quinze reais).
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Gilberto Grandolpho	01/01/2019	007.585.878-99	Rua dos Inconfidentes, 911, 18º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-128, Telefone (31) 32691521, Fax (31) 32691521, e-mail: fabio.abreu@pwc.com
Guilherme Campos e Silva	01/01/2018	714.114.966-04	Rua dos Inconfidentes, 911, 18º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30140-128, Telefone (31) 32691509, Fax (31) 32691509, e-mail: guilherme.campos@br.pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

ESCOLHA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

Em reunião realizada no dia 11 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, a qual visa estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas em relação à contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pelos auditores independentes ou por parte relacionada dos auditores independentes, com intuito de assegurar o cumprimento das normas de governança corporativa, bem como garantir a transparência no processo de contratação e a independência do prestador de serviço.

A Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE COMPANHIA E AUDITORES INDEPENDENTES

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 2.1 e 2.2, a Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a contratação da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC BRASIL") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES ("DELOITTE").

O primeiro documento objeto da análise da PwC BRASIL foram as informações trimestrais da Companhia findadas em 31 de março de 2018.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o responsável técnico foi o Sr. Guilherme Campos e Silva, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº. 714.114.966-04.

A partir de 01 de janeiro de 2019, o responsável técnico passou a ser o Sr. Fabio Abreu de Paula, inscrito no CPF/ME sob o nº. 935.194.436-00.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	1.662.535.000,00	690.435.000,00	665.249.000,00	696.441.000,00
Ativo Total	3.702.603.000,00	2.400.023.000,00	1.446.470.000,00	1.338.152.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.046.063.000,00	1.181.499.000,00	1.102.457.000,00	1.045.674.000,00
Resultado Bruto	548.929.000,00	509.915.000,00	395.316.000,00	399.133.000,00
Resultado Líquido	-7.552.000,00	-9.593.000,00	2.251.000,00	85.152.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	105.432.977	79.286.001	77.632.254	79.756.582
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	15,714495	8,708157	8,569235	8,732081
Resultado Básico por Ação	-0,075916	-0,120000	0,300000	1,070000
Resultado Diluído por Ação	-0,08	-0,12	0,03	1,05

3.2 - Medições Não Contábeis

a. valor das medições não contábeis

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

Em 04 de outubro de 2012, a CVM expediu a Instrução nº 527, que dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) pelas companhias abertas, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. As informações sobre o EBITDA divulgadas neste item 3.2 observam as regras da referida instrução.

EBITDA e EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("**IFRS**") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("**IASB**") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, não apresentam o fluxo de caixa dos períodos indicados e não deverão ser considerados uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas. O uso do EBITDA, do EBITDA Ajustado e do EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 como indicadores da lucratividade da Companhia possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas.

O EBITDA corresponde ao nosso lucro (prejuízo) líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação, amortização e exaustão, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA ajustado para voltar os efeitos das multas e Juros sobre mensalidades, equivalência patrimonial, hedge HSM e itens não recorrentes. O EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 é composto pelo EBITDA Ajustado excluindo o impacto positivo da adoção do IFRS 16.

A tabela a seguir representa a conciliação do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
<i>(Em milhões de Reais)</i>					
Lucro Líquido	(7,6)	18,7	(9,6)	2,3	85,2
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	3,0	3,7	3,3	1,7	(36,8)
Resultado financeiro líquido	108,6	88,1	126,3	34,7	37,9
Depreciação e amortização	111,2	90,7	123,1	54,3	51,3
EBITDA	215,2	201,2	243,1	93,0	137,6
Margem EBITDA	20,6%	23,4%	20,6%	8,4%	13,2%
(+) Multas e Juros sobre Mensalidades	7,3	7,1	8,7	11,2	11,1
(+/-) Equivalência Patrimonial	3,0	1,9	2,5	2,5	0,4
(+/-) Hedge HSM	-	-	-	0,4	(0,3)
(+/-) Itens não recorrentes	85,1	22,1	38,5	62,8	25,1
- Custos e Despesas de Reestruturação	20,7	20,5	29,8	52,2	24,4
- Ajuste Contas a Receber FIES	-	-	-	(1,2)	(3,0)
- Ajuste Provisão para Contingências	2,8	-	-	3,8	-
- Baixa perda de estoque	-	-	-	-	1,2
- Custo de Aquisição Ages	-	-	5,8	-	-
- Provisão para Impairment HSM	61,6	-	-	-	-
- Programa de regularização tributária (PRT/PERT)	-	-	-	-	2,5
- Descontinuação do GIT	-	1,6	2,9	8,0	0,0
EBITDA Ajustado	310,5	232,3	292,8	169,9	173,9
Margem EBITDA ajustado	29,7%	27,0%	24,8%	15,4%	16,6%
(+/-) Efeito IFRS-16	(81,0)	(66,9)	(90,7)	-	-
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16	229,6	165,4	202,0	169,9	173,9
Margem EBITDA ajustado sem efeito IFRS 16	22,5%	19,2%	17,1%	15,4%	16,6%

3.2 - Medições Não Contábeis

Em janeiro de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS 16 – Arrendamentos, (no Brasil a norma correlata é o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)), que alterou os critérios de reconhecimento de contratos que envolvem a disponibilidade de uso de bens com a explícita finalidade de trazer a maioria dos arrendamentos de uma arrendatária para o balanço patrimonial. Além dos impactos nos saldos e na apresentação das demonstrações financeiras da arrendatária, também haverá mudanças na contabilização ao longo do prazo de vigência do arrendamento.

Na Companhia, o impacto observado está relacionado aos contratos de aluguel, já que todas as nossas unidades acadêmicas e administrativas são alugadas, e a maioria delas possui valores relevantes, estando assim abrangidas pela nova norma.

No balanço patrimonial, o movimento contábil que se observa é: na conta de ativo, passamos a reconhecer o direito de uso dos ativos para todos os nossos contratos de aluguel; enquanto no passivo, registramos a obrigação referente ao valor presente dos mesmos contratos de aluguel.

Já na demonstração de resultado, a despesa que anteriormente era despesa de aluguel será substituída por despesas de depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras decorrentes do custo do passivo de arrendamento.

Como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o custo amortizado do passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, uma vez que os pagamentos do arrendamento são fixos e as despesas de juros são maiores no início do contrato. Por outro lado, a depreciação do ativo de direito de uso tende a ser constante.

Ainda que seja uma mudança de classificação estritamente contábil, a nova regra atinge o cálculo do EBITDA, na medida em que as despesas de aluguel deixam de ser consideradas nessa métrica. Já no Lucro Líquido o impacto é negativo, uma vez que os aluguéis se desdobram em duas contas redutoras, a da depreciação do ativo de direito de uso e a das despesas financeiras do passivo.

De forma a facilitar ao mercado uma visão transparente e comparável de nossos resultados, publicamos, durante todo o ano 2019, as nossas informações excluindo o efeito IFRS-16, adicionalmente aos números que já consideram a nova classificação.

Dívida Líquida e Dívida Líquida com efeito IFRS16

Nós calculamos a nossa dívida líquida a partir da soma de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, líquidos dos derivativos deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida com efeito IFRS16 é calculada pela soma da Dívida Líquida com o efeito em decorrência do IFRS 16 aplicado em 1 de janeiro de 2019. Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 não são medidas de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou medidas de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida. Não existe uma definição padrão para medir a dívida líquida e nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A dívida líquida não é uma medida de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou uma medida de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

A tabela abaixo mostra a reconciliação de caixa e equivalentes apresentados no balanço patrimonial, a dívida líquida como um dos períodos indicados:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
(Em milhões de Reais)	2020	2019	2018	2017
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(84,3)	(31,6)	(99,5)	(33,9)
(-) Aplicações Financeiras	(705,4)	(151,0)	(85,9)	(82,0)
	(789,8)	(182,6)	(185,4)	(115,9)
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	675,9	690,4	396,8	275,8
- Empréstimos, financiamentos e debêntures circulante	87,9	103,4	80,5	52,5
- Empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante	588,0	587,0	316,3	223,3
(+/-) Derivativos	1,0	(2,4)	(2,8)	7,5
- Derivativos circulante	0,1	(2,4)	(1,9)	4,9
- Derivativos não circulante	0,9	-	(0,9)	2,6
Dívida Líquida ¹	(112,8)	505,4	208,6	167,5
(+/-) Efeito IFRS 16	653,4	555,2	-	-
Dívida Líquida com efeito IFRS16	540,5	1.060,6	-	-

¹ Corresponde aos nossos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante líquidos dos derivativos circulante e não circulante subtraídos dos montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

*A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas.

3.2 - Medições Não Contábeis

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16

A nossa Administração acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida e Dívida Líquida com efeito IFRS16

A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 são medidas de desempenho financeiro não baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") adotadas por nossa Administração e conciliadas com nossas demonstrações financeiras. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 não são medidas de desempenho financeiro segundo as IFRS, e não deverão ser considerados como representatividade do nosso endividamento. A Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 não possuem significado padronizado e nossas definições poderão não ser comparáveis às utilizadas por outras empresas.

A nossa Administração acredita que a Dívida Líquida e a Dívida Líquida com efeito IFRS16 são medições não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representa mais adequadamente nosso endividamento financeiro.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia firmou com a Rede International de Universidades Laureate Ltda., Laureate Education, Inc., Laureate Netherlands Holdings, B.V., Ice Inversiones Brazil, SL, e com a VC Network Educação S.A. (em conjunto, “Grupo Laureate”), contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil (“Transaction Agreement” e “Rede Laureate”, respectivamente). O *Transaction Agreement* prevê um preço, no fechamento de R\$4.400 milhões, sendo R\$3.777 milhões a serem pagos em dinheiro e R\$623 milhões de dívidas dos ativos a serem assumidas pela Sociedade, implicando em um múltiplo de 10,7x EV/EBITDA Ajustado 2020 ou 6,7x após as sinergias mapeadas, em 2026.

A proposta inclui ainda, R\$203 milhões a título de *earn-out* por 135 vagas de medicina pendentes de aprovação. E, conforme fato relevante divulgado em 30 de outubro de 2020, a Companhia pagará o valor da multa referente ao processo do *Go Shop* à Ser Educacional, no valor de R\$180 milhões. O referido pagamento foi realizado em 04 de novembro de 2020.

Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU (“Faculdades Metropolitanas Unidas”) ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado em 6 de outubro de 2020, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$500 milhões (“Equity Value”). Dentre as condições para implementação da Transação e para a venda da FMU à Farallon, ressalta-se a condição suspensiva de aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Período	2019	2018	2017
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, provisão para o imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20,0% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.</p> <p>Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.</p>
Valores das Retenções de Lucros	<p>A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 29/04/2020, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2019, foi aprovada a não distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, uma vez que não foi apurado lucro contábil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.</p>	<p>A ata da assembleia geral ordinária realizada no dia 25/04/2019, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, no percentual de 25% do lucro líquido, no importe de R\$ 0,0060 por ação, já deduzida a reserva legal, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, conforme abaixo:</p> <p>Cálculo dos dividendos mínimos:</p> <p>Lucro do Exercício R\$2.251.285,15</p> <p>Reserva Legal (5%) R\$112.564,26</p> <p>Lucro Ajustado para distribuição R\$2.138.720,91</p> <p>25% do lucro após a constituição da reserva R\$534.680,23</p> <p>Quantidade de ações 77.633.214</p> <p>Dividendo por ação R\$0,0069</p>	<p>A ata da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada no dia 25/04/2018, que deliberou sobre o resultado do exercício social de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos, conforme proposta da administração, no percentual de 25% do lucro líquido, no importe de R\$ 0,2536 por ação, já deduzida a reserva legal, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, conforme abaixo:</p> <p>Cálculo dos dividendos mínimos:</p> <p>Lucro do Exercício R\$85.152.766,73</p> <p>Reserva Legal (5%) R\$4.257.638,34</p> <p>Lucro Ajustado para distribuição R\$80.895.128,39</p> <p>25% do lucro após a constituição da reserva R\$20.223.782,10</p> <p>Quantidade de ações 79.756.582</p> <p>Dividendo por ação R\$0,2536</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%	Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%	Reserva Legal: 5% Reserva de Investimentos: 0%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício, terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(ii) uma parcela por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(iv) como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da Reserva Legal; e (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (alínea (ii) supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro abaixo; e</p> <p>(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<p>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social, ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável, observadas as disposições legais vigentes e as disposições do Estatuto.</p> <p>Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços a qualquer tempo, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros verificados, observadas as previsões legais aplicáveis. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá também decidir sobre a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, observadas as previsões legais aplicáveis. Quando distribuídos, estes dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>
<p>(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
<p>(e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	1.828.000,00	-9.593.000,00	2.138.000,00	80.894.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,080271	2,903764
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	534.000,00	20.223.000,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	1.604.000,00	60.671.346,29
Data da aprovação da retenção	30/09/2020	25/04/2020	25/04/2019	25/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00							
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			0,00		534.000,00	10/05/2019	20.223.000,00	07/05/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não houve distribuição de dividendos declarados à conta de lucros detidos ou reservas constituídas nos últimos 3 exercícios sociais.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	2.040.068.000,00	Índice de Endividamento	0,55098210	
31/12/2019	1.709.588.000,00	Índice de Endividamento	0,71232151	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		9.000,00	23.000,00	10.000,00	0,00	42.000,00
Empréstimo	Garantia Real		29.834.000,00	54.560.000,00	12.645.000,00	0,00	97.039.000,00
Financiamento	Quirografárias		1.961.000,00	4.347.000,00	3.864.000,00	163.000,00	10.335.000,00
Empréstimo	Quirografárias		5.348.000,00	15.151.000,00	30.302.000,00	37.878.000,00	88.679.000,00
Títulos de dívida	Quirografárias		50.762.000,00	329.428.000,00	99.624.000,00	0,00	479.814.000,00
Total			87.914.000,00	403.509.000,00	146.445.000,00	38.041.000,00	675.909.000,00

Observação

Para segregação de nossas obrigações (empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real e dívidas quirografárias), levamos em consideração o seguinte critério:

(i) foram consideradas dívidas com garantia real: todas as dívidas garantidas por nossos ativos fixos, tais como equipamento, imóveis, cessões e alienações fiduciárias de bens e/ou direitos, etc.;

(ii) foram consideradas dívidas quirografárias: todas as nossas dívidas que não estejam garantidas de nenhuma forma ou que estejam garantidas por garantias fidejussórias, tais como avais e fianças; e

(iii) foram considerados derivativos: o swap sobre o empréstimo 4131.

Em 30 de setembro de 2020, não possuíamos nenhuma dívida garantida por garantia flutuante. Estas informações referem-se às informações contábeis consolidadas.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		2.689.000,00	5.087.000,00	3.391.000,00	1.555.000,00	12.722.000,00
Empréstimo	Garantia Real		42.254.000,00	363.594.000,00	99.634.000,00	0,00	505.482.000,00
Financiamento	Quirografárias		2.022.000,00	5.929.000,00	3.864.000,00	161.000,00	11.976.000,00

Empréstimo	Quirografárias		56.470.000,00	91.172.000,00	12.644.000,00	0,00	160.286.000,00
Total			103.435.000,00	465.782.000,00	119.533.000,00	1.716.000,00	690.466.000,00

Observação

Observação
Para segregação de nossas obrigações (empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real e dívidas quirografárias), levamos em consideração o seguinte critério:

- (i) foram consideradas dívidas com garantia real: todas as dívidas garantidas por nossos ativos fixos, tais como equipamento, imóveis, cessões e alienações fiduciárias de bens e/ou direitos, etc.;
- (ii) foram consideradas dívidas quirografárias: todas as nossas dívidas que não estejam garantidas de nenhuma forma ou que estejam garantidas por garantias fidejussórias, tais como avais e fianças; e
- (iii) foram considerados derivativos: o swap sobre o empréstimo 4131.

Em 31 de dezembro de 2019, não possuíamos nenhuma dívida garantida por garantia flutuante.

Estas informações referem-se às informações contábeis consolidadas.

3.9 - Outras Informações Relevantes

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

a) Contexto geral

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas de assistência governamental

Com o objetivo de apoiar as empresas no combate a pandemia, seguem abaixo as medidas de apoio econômico e financeiro ofertadas pelos governos e adotadas pela Companhia e suas controladas:

- Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020 – conforme MP 139/2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020 – conforme MP 927/2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 – conforme MP 932/2020;
- Isenção do Imposto para Operações Financeiras (“IOF”) para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias – conforme Decreto 10.305/2020 e por mais 90 dias prorrogando a redução até 31/12/2020, com a edição em 02/10/2020 do Decreto 10.504/2020.

Essas medidas, possuem caráter temporário e visam mitigar possíveis impactos da pandemia para o período. Por essa razão não impactam no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia para o exercício de 2020.

Além das medidas acima indicadas, a Companhia e suas controladas estão analisando cuidadosamente todas as novas diretrizes políticas governamentais em resposta à pandemia que tragam novas possibilidades de alívio financeiro aos contribuintes, tendo em conta medidas que possam estender os efeitos das normas adotadas, incluir novas reduções ou postergações de valores a receber pela prestação de seus serviços.

c) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia e suas controladas adotaram diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia e manutenção de suas atividades. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- Constituição, em 17 de fevereiro de 2020, de um Comitê de Prevenção e Cuidados, composto por líderes do alto escalão das nossas instituições, bem como pessoas designadas para cuidar exclusivamente do tema e adoção de protocolos de ação objetivos com comunicações diárias a nossos educadores e educadoras, bem como aos nossos estudantes e que já tem pauta fixa semanal nas reuniões de Diretoria da Companhia;
- O modelo acadêmico híbrido nos permitiu que 100% da nossa base de cerca de 140 mil alunos (que já inclui os alunos da Unicuritiba e da co-gestão com a Unisul) sigam vivendo sua experiência acadêmica a partir de suas casas, em um cenário de aprendizagem que usa a tecnologia como ferramenta de aprimoramento desse encontro entre professores e alunos;

3.9 - Outras Informações Relevantes

- Nossos educadores e educadoras, continuam preservados e, sem nenhum prejuízo das atividades, seguem trabalhando remotamente, com exceção apenas das equipes de segurança e manutenção, em regime de escala para garantir a integridade das nossas instalações.
- Como reportamos, estamos mantendo a parceria com a Mapfre Seguros e seguimos oferecendo, sem qualquer custo adicional, um seguro educacional que, em casos de perda de renda decorrente da perda involuntária de emprego ou incapacidade física total temporária por doença ou acidente do responsável financeiro, poderá garantir o pagamento de até 3 mensalidades. Em caso de falecimento do responsável financeiro a garantia se estenderá para até 12 mensalidades, sempre dependendo de serem atendidas as regras de cobertura e condições do seguro. O custo para a Companhia é de um percentual da mensalidade da base de alunos.
- Continuamos também ofertando duas novas modalidades de financiamentos para alunos com rendimento acadêmico igual ou superior a 70%: financiamento de 50% da mensalidade para alunos sem garantidor e 75% de financiamento para aqueles que oferecerem um garantidor. Nessas duas novas alternativas o risco é compartilhado: a Companhia assume o risco no primeiro ano da formação dessa carteira e, dependendo do comportamento dos financiados, após esse período limitado, o PraValer assume o risco.
- O canal de contato para que pessoas que têm se sentido fragilizadas possam compartilhar suas ansiedades continua em plena atividade, contando com uma equipe preparada de profissionais que tem contribuído nos aspectos que envolvem a saúde mental de todos os nossos alunos e alunas.
- Elaboramos todos os protocolos de retorno de atividades presenciais, algumas de nossas unidades, conforme permissão das autoridades locais, puderam começar a retomar suas atividades presenciais em outubro, ainda de forma faseada e em ambientes rotacionados e estamos prontos para retomar tais atividades em todas as localidades, assim que os contextos e autoridades locais permitirem.

d) Impacto nas informações financeiras

Para o período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19, sobre suas informações trimestrais e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- Arrendamento financeiro: Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados. Para 30 de setembro de 2020, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- Risco de crédito (contas a receber de alunos): Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- Redução ao valor recuperável de ativos: Atualizamos o teste de impairment para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos In Company os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Companhia optou por efetuar o registro como de R\$ 61.556 como perda por impairment.

e) Continuidade operacional

Mesmo diante de tantas incertezas trazidas por esta pandemia, a Administração da Companhia tomou medidas de continuidade de suas atividades, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul), mantendo os postos de trabalho de home office a todo o corpo administrativo e medidas de proteção ao caixa, tudo isto para proteger e manter a continuidade das atividades da empresa.

AQUISIÇÃO DOS ATIVOS BRASILEIROS DO GRUPO LAUREATE

Em função do projeto de aquisição das operações da Laureate no Brasil, formou-se um sindicato constituído por quatro instituições financeiras para obtenção de recursos. A operação se deu com a confirmação de uma carta de compromisso e consequentemente uma reserva de crédito no valor de até R\$ 3.777 milhões.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente e de forma relevante, influenciando, desse modo, eventuais decisões de investimento relacionadas a nós ou às nossas controladas. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

a) Relacionados à Companhia

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia do Coronavírus (causador da COVID-19), provocou e pode continuar provocando efeitos adversos negativos nas operações da Companhia e na economia global como um todo. A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante para nossos negócios, condição financeira, resultado de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a febre aftosa, a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram a economia dos países em que essas doenças se propagaram.

A Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19. A pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, levando a medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e uso de transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho e comércios. Ainda, a adoção de tais medidas, aliadas às incertezas ocasionadas pelo surto da COVID-19 provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive resultando em oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Neste contexto, as ações de emissão da Companhia podem apresentar forte volatilidade, impactando adversamente os seus investidores.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que operamos, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação de pessoas e o isolamento social. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda das atividades de diversos setores da economia, bem como na redução drástica de consumo e no aumento do desemprego. Não há, atualmente, prazo para que as medidas adotadas que desencadeiam o cenário descrito sejam totalmente retiradas, de modo que ainda podem permanecer em vigor durante um período significativo de tempo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Diante do surto ocorrido com a COVID-19, a Companhia transferiu as atividades acadêmicas para o ambiente virtual. Houve impacto no aumento de atrasos e inadimplências. Com relação às atividades da HSM do Brasil S.A. (“HSM”), houve grande impacto nas atividades de eventos presenciais, que foram parcialmente redirecionados para eventos on-line e isto se refletiu na necessidade de redução do valor recuperável nos respectivos ativos intangíveis.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social poderá ter impacto adverso nos negócios da Companhia. Nesse sentido, surtos de doenças, conforme ocorrido com a COVID-19, podem, por exemplo: (i) impossibilitar a ida dos colaboradores às instalações da Companhia, o que poderá prejudicar o regular desenvolvimento dos nossos negócios e demandará uma adaptação ao novo cenário; (ii) impactar significativamente os nossos parceiros de negócio, no caso das operações destes serem restringidas ou interrompidas; (iii) causar a perda de pessoal, temporariamente ou de maneira definitiva, por efeitos da contaminação; (iv) ocasionar aumento da desistência, trancamentos de matrícula, de processos judiciais movidos por alunos e da inadimplência, cancelamento dos eventos promovidos pela HSM.

Nesse cenário, foram adotadas medidas que podem resultar em aumento de despesas e redução de produtividade como a implantação de Home Office por tempo indeterminado a todos os colaboradores, além do aperfeiçoamento dos serviços de higienização das instalações da Companhia e medidas de continuidade de suas atividades, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul). Adicionalmente, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para contenção da pandemia da COVID-19 resultaram na paralisação dos eventos presenciais da Companhia. Os impactos da pandemia na economia do País, especialmente na capacidade de pagamento da população, pode afetar significativamente os níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos estudantes, bem como de desistência durante o andamento do curso, o que pode afetar negativamente nosso fluxo de caixa, nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações financeiras e o atingimento de nossas metas e objetivos, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Se houver um aumento nos níveis de desistência, a nossa base de alunos poderá cair para níveis que possam impossibilitar a realização dos nossos objetivos financeiros.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia da COVID-19 são contínuos e seus impactos em nossas receitas, ativos, negócios e planejamentos, incluindo qualquer possível impacto sobre nossa capacidade de continuar operando nossos negócios podem se alterar ao longo do tempo.

Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que possamos realizar outras avaliações a respeito do impacto do surto da COVID-19 em nossos negócios, além daquelas já apresentadas neste item 4.1 e nos itens 3.9, 5.5, 7.1, 10.1, e 10.9 deste Formulário de Referência.

Mesmo depois que o surto da COVID-19 diminuir, a Companhia pode continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios, como, por exemplo, redução da procura por nossos cursos, aumentos de cancelamentos e trancamentos de matrículas, maior exposição a riscos de inadimplência, aumento da incerteza político-econômica, impacto na rentabilidade de nossos ativos financeiros, entre outros. Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

Por fim, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19, agravando os demais riscos aos quais a Companhia está sujeita. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento de operações em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Enfrentamos concorrência significativa em cada curso que oferecemos e em cada mercado geográfico em que operamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder participação de mercado e lucratividade.

Concorremos com faculdades, universidades e centros universitários públicos e privados. Nossos concorrentes, inclusive instituições de ensino superior públicas, podem oferecer cursos semelhantes ou melhores aos oferecidos por nós, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, unidades com localização mais conveniente e com melhor infraestrutura e/ou cobrar mensalidades mais baixas ou até mesmo não cobrar mensalidades. Podemos ser obrigados a aumentar nossas despesas operacionais ou reduzir nossas mensalidades como resposta à concorrência a fim de reter ou atrair estudantes ou buscar novas oportunidades de mercado. Assim, aumentos de mensalidades causados por fatores macroeconômicos ou específicos aos nossos negócios podem impactar nossa capacidade de atrair e reter estudantes. Enfrentaremos, ainda, a concorrência de cursos de ensino a distância promovidos por nossos concorrentes, que possuem um histórico e experiência neste segmento e ainda, se caracterizam por apresentar custos mais baixos e maior flexibilidade ao estudante se comparados aos cursos presenciais. Ademais, podemos enfrentar a concorrência de grupos estrangeiros que atuem no mesmo setor educacional que atuamos e/ou que pretendemos atuar.

Adicionalmente, com relação à HSM, enfrentamos a concorrência de outros eventos promovidos por terceiros com o mesmo público alvo, inclusive no que tange à contratação dos palestrantes, além dos impactos da pandemia da COVID-19, com o cancelamento de eventos já planejados e futuros da HSM. Não podemos garantir que seremos capazes de competir com sucesso com nossos concorrentes atuais e futuros, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

As dificuldades em integrar e gerenciar com eficiência um número cada vez maior de unidades ou a expansão de nossos negócios para segmentos educacionais em que ainda não atuamos podem prejudicar nossos negócios e resultados, bem como nossa cultura de negócio.

Nossa estratégia inclui a expansão orgânica, mediante aumento da oferta de turmas e cursos nas unidades existentes e abertura de novas unidades, bem como por meio da aquisição de instituições de ensino superior e sua integração à nossa rede de ensino. Nosso plano de expansão tem como premissa a implantação e manutenção da nossa cultura de ensino, com foco em qualidade. Nossa cultura corporativa e de ensino são pilares fundamentais do nosso modelo de negócios. Caso não sejamos capazes de manter nossos padrões atuais, poderemos perder participação no mercado e sermos prejudicados, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Além disso, estamos constantemente analisando oportunidades de negócio que podem expandir nossas atividades para outros segmentos educacionais, em que atualmente não atuamos e não temos histórico ou experiência. Podemos não obter resultados operacionais satisfatórios nesses novos segmentos à curto ou mesmo longo prazo, o que poderá nos afetar de forma adversa.

Parte da nossa estratégia de crescimento está baseada na aquisição de outras empresas, que podem exigir notificação e ser contestadas pelo CADE, necessitem de comunicação ao Ministério da Educação nos casos de transferências de manutenção e aumento de endividamento da Companhia. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que poderão afetar adversamente as nossas operações e receitas.

Nossa estratégia de crescimento envolve, além de crescimento orgânico, crescimento por meio da aquisição e integração de instituições de ensino superior à nossa rede de ensino e está sujeita a riscos.

O processo de aquisição de Instituições de Ensino Superior compõe nossa estratégia de crescimento. Entretanto, há riscos provenientes desse processo, dentre os quais destacamos os seguintes:

- (i) podemos não ser capazes de identificar instituições que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou condições favoráveis no momento que desejarmos realizá-la;
- (ii) o processo de diligência de negócios pode não conseguir identificar todas as contingências legais, técnicas ou regulatórias de responsabilidade da instituição a ser adquirida, da qual passaremos a ser sucessores legais;
- (iii) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial como esperado, ou poderemos pagar por qualquer unidade adquirida valor que se mostre superior ao valor estimado como justo devido, entre outros fatores, ao atual cenário competitivo por alvos de aquisições na indústria em que atuamos;
- (iv) nossa estratégia de atuação está pautada no fortalecimento das marcas regionais das instituições que adquirimos, as quais estão sujeitas a riscos institucionais próprios e específicos;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- (v) o processo de aquisição pode ser demorado e os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- (vi) a aquisição pode eventualmente não contribuir com a nossa imagem e/ou pode estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), que poderá rejeitá-la ou aprová-la com restrições;
- (vii) a aquisição de direitos de manutenção deverá ser informada ao Ministério da Educação (“MEC”), que analisará as novas condições da oferta de ensino no processo de credenciamento;
- (viii) o processo de aquisição cria desafios adicionais em termos de manutenção da nossa qualidade e cultura de ensino e não há garantia de que nossa marca não será prejudicada em decorrência de qualquer queda, real ou percebida, de nossa qualidade de ensino; e
- (ix) o processo de aquisição pode sofrer contratempos e desviar maior atenção e tempo da nossa Administração para questões ligadas à transição ou à integração em relação ao inicialmente previsto.

Poderemos também enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações e gestão de quaisquer unidades adquiridas (incluindo aquisições realizadas e as futuras), tais como a administração de um número maior de funcionários, a dispersão geográfica, a criação e implementação de controles, a adoção de procedimentos e políticas eficientes e uniformes, além de custos de integração imprevistos e a gestão e implementação do plano de negócio da companhia adquirida.

Adicionalmente, poderemos assumir passivos ou contingências das empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias, relativos a questões cíveis, regulatórias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, imobiliárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, os quais podem não ser suficientemente cobertos pelas garantias contratuais prestadas pelos vendedores das instituições de ensino, ou podem não ter sido identificados no decorrer do processo de diligência legal e de negócios realizada na instituição de ensino. Nesse caso, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão.

Devem ser submetidas à aprovação do CADE, previamente ao fechamento de cada aquisição, todas as operações de aquisição em que uma das empresas ou grupo de empresas envolvidas tenha registrado faturamento bruto anual no Brasil, no ano anterior à operação, de ao menos R\$ 750 milhões, no caso em que a outra parte envolvida tenha registrado receita bruta de ao menos R\$ 75 milhões no mesmo período. Com relação às nossas aquisições, o CADE deve determinar se a operação em questão prejudica as condições competitivas nos mercados em que operamos ou prejudica os consumidores nesses mercados. A aquisição de direito de manutenção deverá ser informada ao MEC, em até 60 (sessenta) dias após a aquisição. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento das instituições de ensino superior transferidas e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do credenciamento institucional. Caso não realizemos referida comunicação, podemos sofrer dentre outras punições: suspensão temporária de abertura de vestibular; desativação de cursos e habilitações; intervenção na instituição; suspensão de prerrogativas de autonomia e até descredenciamento, sendo que quaisquer delas poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

À medida que crescemos e aumentamos nossa participação de mercado, o CADE pode não aprovar a Aquisição ou qualquer de nossas futuras aquisições de sociedades e/ou direitos de manutenção ou pode impor-nos obrigações dispendiosas, como condição à aprovação dessas aquisições, tais como alienação de parte de nossas operações ou restrições sobre como devemos operar ou comercializar os serviços, ou a utilização de certas marcas, bem como o MEC pode impor sanções caso não façamos a devida comunicação de nossas futuras aquisições sobre a alteração nos direitos de manutenção.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis é essencial para permitir o financiamento dos nossos planos de expansão e sua ausência pode afetar negativamente nossa estratégia de crescimento. Além disso, situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar nosso nível de endividamento oriundo de nossa estratégia de crescimento, resultando em excessiva alavancagem financeira e riscos relativos à nossa capacidade de pagamento de nossos passivos financeiros.

Por fim, caso os riscos enumerados acima, provenientes destas aquisições e reorganizações societárias, sejam concretizados, seremos prejudicados e essas variáveis poderão causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se não formos capazes de concluir a Aquisição da Laureate em tempo hábil ou de forma alguma, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

A aquisição de ativos no Brasil do Grupo Laureate, nos termos do acordo definitivo celebrado em 30 de outubro de 2020 entre as partes (“Aquisição da Laureate”), se concluída, será nossa maior aquisição até o momento. A conclusão da Aquisição da Laureate está sujeita ao atendimento ou dispensa de certas condições habituais, incluindo: (i) o recebimento de autorização regulatória no Brasil; (iii) o recebimento de todas as aprovações governamentais aplicáveis; (ii) a ausência de qualquer ordem, restrição legal ou a promulgação de qualquer lei que proíba ou impeça a Aquisição da Laureate; (iii) a veracidade das declarações e garantias das partes até a data de fechamento e o cumprimento pelas partes de suas respectivas obrigações exigíveis até a data de fechamento nos termos do contrato de aquisição; e (iv) a ausência de qualquer efeito adverso relevante sobre a Laureate desde a data de celebração do acordo de aquisição até a conclusão da Aquisição. Não podemos garantir que as condições para a conclusão da Aquisição da Laureate serão satisfeitas em tempo hábil, o que pode afetar quando e se a Aquisição da Laureate ocorrerá. Se a Aquisição da Laureate não for concluída e o contrato de aquisição for rescindido, podemos sofrer outras consequências que podem afetar adversamente nossos negócios, reputação e resultados operacionais, bem como nosso caixa, incluindo:

- incorremos e continuaremos a incorrer em custos relacionados à Aquisição da Laureate (incluindo custos significativos de consultoria jurídica e financeira) e muitos desses custos serão pagos por nós independentemente de a Aquisição da Laureate ser concluída ou não;
- podemos estar sujeitos a processos judiciais relacionados à Aquisição da Laureate ou à falha em concluir a Aquisição da Laureate, incluindo, sem limitação, aqueles já instaurados e indicados no item 7.9 deste Formulário de Referência;
- podemos estar sujeitos a multas e penalidades se deixarmos de concluir a Aquisição da Laureate como resultado de nossas ações ou omissões, e o vendedor estiver cumprindo suas obrigações nos termos do contrato de aquisição; e
- a falha em consumir a Aquisição da Laureate pode resultar em publicidade negativa e uma impressão negativa de nós na comunidade de investidores.

Podemos não receber os benefícios esperados da aquisição de ativos do Grupo Laureate, bem como estamos expostos a riscos adicionais em razão de tal potencial aquisição, o que poderia nos afetar adversamente.

Os benefícios esperados da Aquisição da Laureate são, necessariamente, baseados em projeções e premissas de consultores especializados contratados por nós sobre os negócios combinados da Ânima e da Laureate, que podem não se materializar conforme o esperado ou que podem se revelar imprecisos. Nossa capacidade de alcançar os benefícios esperados dependerá de nossa capacidade de integrar com sucesso e eficiência os negócios e operações da Laureate com os nossos negócios e obter as sinergias esperadas. Podemos encontrar desafios significativos na integração e reconhecimento com sucesso dos benefícios previstos da Aquisição da Laureate, uma vez concluída, incluindo os seguintes:

- potencial interrupção ou redução do crescimento em nossos negócios, devido ao desvio da atenção da administração e incerteza com os atuais relacionamentos com fornecedores da Laureate;
- coordenar e integrar equipes de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias e produtos para aprimorar o desenvolvimento de produtos e, ao mesmo tempo, reduzir custos;
- consolidar e integrar infraestruturas empresariais, de tecnologia da informação, financeiras e administrativas, e integrar e harmonizar negócios e outros sistemas de back-office, o que pode ser mais difícil do que o previsto;
- coordenar esforços de vendas e marketing para posicionar com eficácia nossas capacidades e o directionamento do desenvolvimento de produtos;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- dificuldades em alcançar economias de custo previstas, sinergias, oportunidades de negócios e perspectivas de crescimento da combinação dos negócios da Laureate com os nossos;
- limitações antes da conclusão da Aquisição da Laureate sobre a capacidade de gestão da Ânima e da Laureate para planejar efetivamente a integração das duas empresas;
- o aumento da escala e complexidade de nossas operações resultante da Aquisição da Laureate;
- retenção de funcionários, fornecedores e outros parceiros importantes da Laureate;
- dificuldades em antecipar e responder às ações que podem ser tomadas pelos concorrentes em resposta à transação;
- a assunção e exposição a passivos desconhecidos ou contingentes da Laureate.

Se não gerenciarmos com sucesso esses problemas e os outros desafios inerentes à integração de um negócio adquirido da escala da Laureate, então podemos não alcançar os benefícios previstos da Aquisição da Laureate, podemos incorrer em despesas imprevistas e nossos resultados operacionais podem ser afetados materialmente e adversamente.

Além disso, até que recebamos todas as aprovações governamentais relevantes, não temos permissão para acessar qualquer informação estratégica do Laureate. Qualquer atraso prolongado até a conclusão da Aquisição da Laureate pode afetar adversamente os negócios da Laureate se não tivermos acesso a essas informações estratégicas em tempo hábil para o ciclo comercial de 2020.

Adicionalmente, caso a Aquisição da Laureate seja concluída, a Companhia deverá assumir, sem direito à indenização, passivos não contabilizados no âmbito da Aquisição da Laureate, os quais foram estimados e quantificados em R\$ 585 milhões, apurados em 30 de setembro de 2020, com base na auditoria legal e financeira realizada pela Companhia no âmbito da Aquisição da Laureate correspondem à parte de eventuais perdas para processos cujas chances de perda foram classificadas pelos respectivos advogados como possíveis e remotas. Dentre as contingências avaliadas, foram identificados incidentes, investigações e processos judiciais, administrativos e arbitrais relevantes, seja em razão dos valores ou ativos envolvidos, seja em razão das matérias tratadas, incluindo de natureza cível, trabalhista, criminal, tributária e imobiliária, tais quais ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, ações possessórias, incidentes de vazamento de dados e inquéritos criminais. A Companhia poderá estar exposta também a passivos desconhecidos e/ou imaterializados dos ativos objeto da Aquisição da Laureate, inclusive de natureza ambiental, *compliance* e regulatória educacional, especialmente com relação a certas autorizações licenças das instituições de ensino mantidas pela Laureate e dos cursos ofertados e potenciais fraudes perante o MEC, dentre outras matérias, os quais também não estariam sujeitos à indenização por parte da Laureate. Quaisquer dessas contingências, materializadas ou potenciais, conhecidas ou não, poderão impactar adversamente e de forma relevante a Companhia, suas atividades, resultados operacionais, capacidade de se valer de benefícios fiscais e linhas de crédito, contratar com Poder Público, econômico-financeira e/ou reputação, o que poderá também afetar materialmente também o preço das ações da Companhia.

A incerteza quanto à Aquisição da Laureate pode afetar adversamente nosso relacionamento com clientes e funcionários, o que pode afetar negativamente nossos negócios, independentemente de a Aquisição da Laureate ser concluída ou não.

O anúncio da Aquisição da Laureate, concluído ou não, pode causar incertezas em nosso relacionamento com as escolas parceiras, o que pode prejudicar ou expandir nossa capacidade de crescimento histórico de vendas de escolas parceiras. Além disso, incertezas sobre a Aquisição da Laureate podem fazer com que nossos funcionários atuais e futuros experimentem incertezas sobre seu futuro conosco. Essas incertezas podem prejudicar nossa capacidade de reter, recrutar ou motivar funcionários importantes, o que pode afetar nossos negócios. Além disso, mesmo que concluída, a Aquisição da Laureate ainda pode prejudicar nosso relacionamento com clientes e colaboradores, uma vez que o público em geral pode não conseguir distinguir o negócio adquirido por nós do grupo internacional Laureate. Processos judiciais (incluindo processos criminais, civis ou administrativos) envolvendo o grupo internacional Laureate, bem como atos do grupo internacional Laureate ou de qualquer de seus funcionários, podem causar danos ao grupo internacional Laureate, que podem estar erroneamente associados à Rede e podem nos afetar adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Aquisição da Laureate pode resultar em encargos significativos ou outras obrigações que podem afetar adversamente os resultados financeiros da empresa combinada.

Os resultados financeiros da empresa combinada, após a aquisição da Laureate, podem ser adversamente afetados por despesas de caixa e encargos contábeis não caixa incorridos em conexão com nossa integração dos negócios e operações da Laureate. Além disso, como resultado da transação, registraremos um montante significativo de ágio e outros ativos intangíveis em nossas demonstrações financeiras consolidadas, que podem estar sujeitos a redução ao valor recuperável com base em futuras mudanças adversas em nossos negócios ou perspectivas, incluindo nossa incapacidade de reconhecer os benefícios antecipados pela transação.

O uso de caixa e o endividamento significativo com relação ao financiamento da Aquisição da Laureate podem ter um impacto adverso em nossa liquidez, limitar nossa flexibilidade para responder a outras oportunidades de negócios e aumentar nossa vulnerabilidade a condições econômicas e industriais adversas.

A Aquisição da Laureate será financiada por caixa e equivalentes de caixa existentes e investimentos. O uso de caixa disponível para financiar a Aquisição da Laureate reduzirá nossa liquidez, reduzindo assim a disponibilidade de nosso fluxo de caixa para necessidades de capital de giro, dividendos e despesas de capital ou para buscar outros potenciais planos estratégicos.

As informações financeiras pro forma não auditadas incluídas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não ser indicativas de nossa condição financeira consolidada ou dos resultados operacionais após a implementação da Aquisição da Laureate.

As informações financeiras pro forma não auditadas contidas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos, são baseadas em vários ajustes, suposições e estimativas preliminares, e podem não ser indicativas de nossa condição financeira consolidada ou resultados operacionais após a Aquisição da Laureate. Nossa situação financeira atual e os resultados operacionais após a implementação da Aquisição da Laureate podem não ser consistentes ou evidentes em nossas informações financeiras pro forma não auditadas. Além disso, as premissas utilizadas na preparação das informações financeiras pro forma não auditadas podem não se provar precisas, e outros fatores podem afetar nossa condição financeira ou resultados operacionais após a efetivação da Aquisição da Laureate.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. Tais contingências podem ter natureza trabalhista, previdenciária, cível, criminal e fiscal, dentre outras, ou serem referentes a direitos do consumidor e ambientais. As próprias empresas adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, sendo que, para estas contingências, a Companhia também poderá ser responsabilizada. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados. Ainda, quaisquer valores retidos do preço das aquisições, que servem para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria, podem não ser suficientes.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades, a desistência dos cursos por nossos estudantes ou o insucesso de público nos eventos promovidos por nós ou por nossas controladas poderá nos afetar negativamente.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento de nossas mensalidades por parte de nossos estudantes, de desistência durante o andamento do curso, bem como o eventual insucesso de público para os eventos promovidos por nós ou por nossas controladas podem afetar negativamente nosso fluxo de caixa, nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações financeiras e o atingimento de nossas metas e objetivos, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

A desistência durante o andamento do curso está relacionada com a condição financeira de nossos estudantes, que pode, dentre outras razões, ter sido afetada negativamente pela pandemia da COVID-19. Se houver um aumento nos níveis de desistência, a nossa base de alunos poderá cair para níveis que possam impossibilitar a realização dos nossos objetivos financeiros. Nossa taxa média de desistência foi 14,2% e 12,6% no primeiro e segundo semestre de 2017, respectivamente, e 17,4% e 13,0% no primeiro e segundo semestre de 2018, respectivamente. A taxa média de desistência para o primeiro semestre de 2019 foi de 15,3%, e de 12,3% no segundo semestre de 2019, e de 10,3% para o primeiro semestre de 2020. Qualquer aumento nas taxas de desistência pode afetar materialmente e adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda ou redução das políticas de financiamento e/ou benefícios fiscais conferidos por nossa adesão ao PROUNI e ao FIES poderão afetar adversamente nossos resultados.

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo MEC e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (“FNDE”), destinado a financiar estudantes que se enquadrem nos requisitos do programa, em cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Também aderimos a partir de 2005, ao ProUni – Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e cursos tecnológicos, em instituições privadas de ensino superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, os recursos do FIES representavam 14,4% da nossa receita líquida. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os recursos do FIES representavam 17,2% da nossa receita líquida. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os recursos do FIES representavam 23,9% da nossa receita líquida. Em 31 de dezembro de 2017, esse percentual foi de 32,1% da nossa receita líquida. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e do FIES, ou, ainda, caso os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, hoje, somos isentos em razão do PROUNI ou que podem ser objeto de compensação em razão do FIES, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (“RFB”) nº 1.394 (“IN 1.394”) regulamentando a Lei nº 11.096/05. A IN 1.394 estabelece novas regras referentes às isenções tributárias concedidas no âmbito do PROUNI, especialmente em relação à forma de cálculo dessas isenções, passando a produzir efeitos a partir de 1ª de janeiro de 2014. De acordo com a referida Instrução Normativa, a isenção será calculada com base na “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas” nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 11.096/05, incluído pela Lei nº 12.431/11. Para obtenção da “proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas”, as instituições privadas de ensino superior deverão calcular a relação entre o valor total das bolsas efetivamente preenchidas e o valor total das bolsas devidas, conforme regras instituídas pela citada Instrução Normativa. Para fins de determinação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”), a IN 1.394 determinou a exclusão do adicional de 10% (dez por cento) do IRPJ.

Em 6 de dezembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.417 (“IN 1.417”) que alterou o art. 9º, II, da IN 1.394. Com tal alteração, o cálculo da isenção passa a incluir o adicional de 10% do IRPJ, além da alíquota da CSLL. O valor apurado conforme o art. 9º, II da IN 1.394, alterado pela IN 1.417 constitui o valor da isenção do IRPJ e da CSLL, respectivamente, que poderá ser deduzido do IRPJ e da CSLL devidos.

Nesse sentido, o eventual impacto residual da alteração trazida pela IN 1.417, no que tange a isenção atribuída às instituições que aderiram ao PROUNI, consistiria apenas no cálculo da isenção proporcional à ocupação efetiva das bolsas.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram R\$186,3 milhões, R\$ 226,2 milhões, R\$226,5 milhões e R\$241,2 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras.

Em 21 de julho de 2020 o Ministério da Economia apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.887/2020 que Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal (“Projeto de Lei 3.887”), o qual em 30 de setembro de 2020 se encontrava em discussão no Congresso Nacional. Dentre as alterações propostas, referido Projeto de Lei altera a Lei do PROUNI para excluir as isenções relativas a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, e a Contribuição para o Programa de Integração Social (tributos substituídos pela CBS), contudo, não inclui a previsão de isenção em relação à CBS. Caso referido Projeto de Lei seja aprovado da forma como proposto, haverá incidência da CBS à alíquota de 12% sobre nossa receita bruta, o que poderá afetar significativamente nossos resultados.

Caso as regras que se aplicam ao PROUNI venham a ser alteradas com a criação de novas restrições, a isenção fiscal por nós obtida poderá ser significativamente reduzida e, assim, causar um efeito adverso aos nossos negócios e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Parte do nosso sucesso depende da qualidade de nossa equipe executiva, sendo que a perda de qualquer membro da alta administração poderia afetar negativamente o nosso negócio.

Nosso sucesso futuro depende em grande parte da continuidade e qualidade dos serviços prestados pela nossa alta administração, cujos membros são essenciais para o desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios. Estamos sujeitos ao risco de perda de membros da nossa alta administração para empresas concorrentes ou para criar novas instituições de ensino concorrentes. Não há garantias de que a remuneração contratada ou os acordos de não concorrência celebrados com a nossa alta administração serão suficientemente amplos ou eficazes para impedir que membros renunciem aos cargos que atualmente ocupam, ou que os acordos de não concorrência sejam mantidos pelo Poder Judiciário. Caso alguns membros da nossa alta administração deixem de trabalhar conosco, poderemos ter dificuldade para encontrar substitutos à altura ou em tempo hábil, o que poderia causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos manter a qualidade do ensino e da infraestrutura em toda a nossa rede, nem obtivermos notas de avaliação positivas de nossas unidades e de nossos estudantes.

Acreditamos que a qualidade de nosso ensino é um fator chave de nossa estratégia e um importante fator de diferenciação perante nossos concorrentes. Não podemos garantir que teremos condições de reter nossos atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade. A falta de professores qualificados ou a queda na qualidade de nosso ensino, real ou percebida, em um ou mais de nossos mercados, pode ter um efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios.

Além disso, nossas instituições e nossos estudantes são frequentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Podemos ter nossas matrículas reduzidas e sermos prejudicados em virtude da percepção dos estudantes sobre queda na qualidade do ensino que oferecemos, na hipótese de nossas unidades, cursos ou nossos estudantes receberem do MEC avaliação negativa, podendo prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Além disso, caso algum de nossos cursos seja avaliado como insatisfatório, poderemos vir a celebrar um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem desativação de cursos e habilitações, suspensão temporária de ingresso de novos estudantes e até descredenciamento, bem como o nosso acesso às políticas de financiamento ou a benefícios fiscais, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Para mais informações sobre as metodologias de avaliação das instituições de ensino e de nossos estudantes e sobre nossas notas obtidas em tais avaliações, veja a seção 7 deste Formulário de Referência.

Nosso sucesso depende de nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional.

Podemos vir a ter dificuldades em acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas que vierem a ocorrer. O ensino pode ser afetado pelas rápidas alterações na tecnologia e pelas mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas de nossos estudantes, bem como pelos padrões de mercado. A pandemia da COVID-19 e o isolamento social dela decorrente impôs a necessidade de implementação de rápidas medidas alternativas para as atividades da Companhia.

Nossos concorrentes podem introduzir novos produtos ou plataformas de serviços superiores às que oferecemos e nosso sucesso ou a manutenção de nossa posição competitiva no mercado dependem de nossa capacidade e eficiência em aperfeiçoar nossos atuais produtos, bem como em desenvolver novos serviços.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso a inovações tecnológicas no ensino depende também do acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora de nosso controle. Se o acesso à internet for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados em serviços educacionais com uso de tecnologia via internet não aumentar, ou se a velocidade da internet não for suficiente para o acesso às metodologias oferecidas, poderemos não ter condições de implementar nossa estratégia de crescimento nos serviços de ensino, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Outras mudanças de comportamento, cultura e costumes populacionais, além de fatores econômicos e de teor tecnológico, também poderão afetar a atratividade e utilidade de nossos cursos perante nosso público-alvo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Nós somos, e tanto nós quanto nossos administradores poderemos ser, no futuro, parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária, trabalhista, criminal e ambiental, dentre outras, inclusive envolvendo instituições de ensino que adquirimos, bem como nossos fornecedores, estudantes, membros do nosso corpo docente e/ou autoridades concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros.

Adicionalmente, estão em curso ações judiciais propostas por nós e contra nós envolvendo o reconhecimento da imunidade tributária da Unimonte, da Una Gestão e da SOCIESC no período em que eram instituições de ensino sem fins lucrativos e que prestavam assistência social. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses ou, ainda, que teremos provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos (tendo em vista que, nos termos da legislação brasileira, somente temos provisionamento para processos cuja perda é considerada provável). O patrimônio dessas sociedades, incluindo seus bens imóveis, foram apresentados em garantia a execuções fiscais em que se discute a incidência de imunidade tributária, estando tais bens sujeitos às atuais e também a novas restrições. O nosso acesso às políticas de financiamento ou aos benefícios fiscais poderão ser afetados caso nossos administradores ou nós sejamos condenados em processos de natureza criminal.

Decisões contrárias aos nossos interesses e aos nossos administradores que eventualmente alcancem valores substanciais ou que prejudiquem nossas operações, em especial contratações com pessoas de direito público e eventuais benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo Poder Público ou, ainda, nossa imagem institucional podem vir a causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, reputação e resultados. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Nós e nossas instituições de ensino podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados.

Nós e nossas instituições de ensino celebramos diversos contratos de prestação de serviços, tais como de alimentação, call center, limpeza, segurança e informática, para melhor atender às necessidades de nossos estudantes e oferecer maior conforto e qualidade em todos os setores e aspectos de nossas atividades.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós e/ou para nossas instituições de ensino não atendam às exigências da legislação trabalhista, podemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos ser prejudicados se não conseguirmos identificar, abrir, manter e/ou instalar nossas unidades em condições economicamente eficientes e/ou se não conseguirmos obter os atos e/ou provimentos administrativos necessários para autorizações ou credenciamentos das nossas unidades de forma tempestiva. Se não formos capazes de executar nosso plano de expansão orgânica por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, nossos negócios e resultados poderão ser prejudicados.

A abertura de novas unidades, a manutenção das unidades existentes e/ou a consolidação daquelas provenientes de aquisições feitas pela Companhia representam desafios únicos e exigem que façamos investimentos importantes em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais, conforme o caso. Esses desafios incluem a identificação e/ou manutenção de locais estratégicos, negociação da aquisição de imóveis e/ou negociação ou renegociação da locação de imóveis, construção ou reforma de instalações (inclusive bibliotecas, laboratórios e salas de aula), obtenção e manutenção de licenças de funcionamento, obtenção e atualização de alvarás de construção e certificados de conclusão de obras, obtenção e manutenção de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros competente, contratação e treinamento de professores e funcionários e investimento em administração e suporte. Adicionalmente, somos obrigados a registrar nossas novas unidades no MEC, antes de abri-las ou operá-las, bem como providenciar o credenciamento das instituições de ensino, autorização ou reconhecimento dos cursos, a fim de estarmos aptos a expedir diplomas e certificados aos nossos estudantes. Se não formos capazes de realizar os investimentos necessários à abertura de novas unidades, de forma a atender o nosso plano de negócios ou a todas as especificações do MEC e de outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, ou caso tais processos perante o MEC encontrem problemas que resultem no atraso de seu credenciamento, autorização ou reconhecimento, em razão da imposição de restrições, metas pelo MEC, entre outros e/ou caso este não conceda anuência às nossas solicitações, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante em nossos negócios e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos ser responsabilizados por determinados eventos que possam ocorrer em nossas unidades e nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para nos proteger contra perdas substanciais.

Podemos ser responsabilizados por atos ilícitos praticados por diretores, professores e funcionários relacionados às nossas atividades. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos a nossos estudantes dentro de nossas unidades, podemos enfrentar reclamações sob a alegação de que fomos negligentes, realizamos supervisão inadequada ou fomos, de outro modo, responsáveis por tais acidentes, lesões ou danos. Também podemos enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários cometeram assédio sexual ou outros atos ilícitos contra nossos estudantes. Nossas atuais apólices de seguros contratadas podem (i) não nos propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações e não ser suficiente para suprir eventuais indenizações que venhamos ser obrigados a pagar ou (ii) não apresentar cobertura para determinados atos ou fatos. Também não podemos garantir que no futuro seremos capazes de renovar as nossas apólices de seguros nas mesmas condições que atualmente dispomos, por preços adequados ou sob qualquer preço. As ações de responsabilidade podem afetar nossa reputação e prejudicar nossos resultados financeiros. Mesmo que malsucedidas, essas ações podem causar publicidade negativa, afetar nossa imagem, diminuir o número de matrículas, aumentar a evasão de estudantes, envolver despesas substanciais e demandar tempo e atenção de nossa Administração, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Nosso sucesso também depende da eficiência de nossos programas de vendas, marketing e publicidade para a captação de novos estudantes.

Para manter e aumentar nossas receitas e margens, devemos continuar atraindo novos estudantes por meio de programas de vendas, marketing e publicidade. Se não pudermos anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso (em razão de diversos fatores, entre eles falhas de nossas ferramentas de marketing e/ou adequação de nossa estratégia para atingir potenciais estudantes), nossa capacidade de atrair e matricular novos estudantes poderá ser prejudicada, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos encontrar dificuldades em registrar a marca Ânima Educação.

Em 30 de setembro de 2020, a marca Ânima Educação ainda permanecia sob análise do Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI") e não temos como assegurar que o registro será concedido na classe pretendida, ou que, se concedida, não haja ressalvas com relação à exclusividade de seu uso. Caso não seja possível registrar essa marca, ou tenhamos dificuldade para impedir que terceiros a utilizem para identificar os mesmos serviços prestados por nós, nossos resultados poderão ser adversamente afetados. Além disso, terceiros titulares de marcas semelhantes ou iguais à nossa podem se opor, por via administrativa ou judicial, à utilização da referida marca. Nessa hipótese, e em última instância, poderemos ser impedidos de utilizá-la, o que poderia causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

Pretendemos realizar novas emissões de valores mobiliários, inclusive em função do plano de outorga de opções de compra de ações que poderemos vir a adotar, o que poderá resultar em uma diluição societária e econômica da participação de nossos acionistas em nosso capital social.

A fim de captar recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento de nossas atividades, pretendemos utilizar da prerrogativa de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações. Contudo, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam nossos acionistas ou os membros de nosso Conselho de Administração, conforme o caso, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de nosso capital social, com potencial diluição dos atuais acionistas. Além disso, adotamos planos de outorga de opções de compra de ações a nossos administradores e colaboradores. A emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou a emissão de novas ações no âmbito de planos de outorga de opções de compra de ações poderá resultar na diluição da participação dos nossos acionistas em nosso capital social.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, destinado para a constituição de determinadas reservas, ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser suficiente para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia não distribua dividendos obrigatórios em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexistam lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Falhas nos processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00.

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta à possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira. Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

Falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia, poderão afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com poder público, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) da Companhia está sujeita a falhas em sua segurança cibernética, os quais podem incluir:

- Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação, que tenham por objetivo acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas e plataformas utilizadas pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio;
- Violação de privacidade e dados pessoais, acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de malware (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques.

Quaisquer ataques cibernéticos bem sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralização de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, na violação de segurança de dados, na divulgação não autorizada de informações ou, ainda, na perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente os seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenização de tributos decorrentes de ações judiciais.

Todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações da Companhia. Além disso, a Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos que contém informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Por fim, as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas. A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Nosso sucesso depende da localização e infraestrutura adequada em imóveis de terceiros nos quais a Companhia faz investimentos relevantes.

A mobilidade urbana, os sistemas inadequados de transporte público e os altos custos de transporte em muitas cidades brasileiras tornam a localização e a acessibilidade das unidades educacionais um fator decisivo para os alunos que escolhem uma instituição educacional. Portanto, um componente-chave do sucesso das nossas instituições consiste em encontrar, alugar e/ou comprar imóveis estrategicamente localizados que atendam às necessidades logísticas dos alunos. Não podemos garantir que serão mantidos os imóveis atuais ou adquiridos novos imóveis que estejam estrategicamente localizados. Além disso, custos de aquisição, custos associados a benfeitorias, construção e reparos de imóveis existentes e valores de aluguel dos imóveis utilizados pelas unidades podem variar no futuro e ter um efeito adverso relevante em nossos negócios. Além disso, devido a mudanças demográficas e socioeconômicas nas regiões em que operamos, inclusive em razão do COVID-19, não podemos garantir que a localização das unidades continuará atraente e conveniente para os respectivos alunos.

Adicionalmente, um componente do resultado de nossos negócios consiste em operarmos unidades em imóveis de terceiros e de mantê-las com a infraestrutura adequada, incluindo sob a perspectiva regulatória. Eventuais alterações das condições de prestação de serviços ou em nossa necessidade ou intenção de permanência nesses imóveis, que podem resultar em devoluções ou mudanças de imóveis, podem reduzir a vida útil de nossas benfeitorias gerando impactos negativos em custos e despesas com depreciação. Em caso de término dos contratos de locação dos imóveis de terceiros, por exemplo, existe o risco de que apenas parte das benfeitorias efetuadas pela Companhia nestes imóveis sejam indenizadas pelo proprietário/locador, variando de acordo com o que foi determinado no respectivo contrato de locação e impactando adversamente a Companhia.

Podemos enfrentar impossibilidade ou dificuldade (a) de manutenção ou renovação dos atuais contratos de locação; (b) de celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis; e (c) de manutenção dos imóveis próprios.

Os contratos de locação em que a Companhia figura como locatária têm prazos determinados que variam de 5 (cinco) a 20 (vinte) anos ("Contratos de Locação"), nos termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Lei de Locação").

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia não seja capaz de (i) manter seus Contratos de Locação; (ii) celebrar novos contratos; e/ou (iii) renová-los em condições que entenda serem adequadas ou favoráveis, a Companhia poderá ter suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de, por exemplo, (i) custos decorrentes da realocação de operações, e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas unidades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados. Ainda, a eventual rescisão dos Contratos de Locação dos imóveis operacionais relevantes da Companhia, nas hipóteses previstas no art. 53 da Lei de Locação, poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

Por fim, os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente nos casos de interdição em decorrência da não obtenção ou não renovação de alvarás e licenças exigidos para o exercício de suas atividades nos imóveis, bem como a execução de ônus incidentes sobre os imóveis/unidades ocupadas poderá afetar adversamente à Companhia.

Enfrentamos riscos relacionados às licenças e alvarás para a instalação e a operação de nossas unidades.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção e manutenção de autorizações, licenças e alvarás relacionados à operação e a localização das unidades, como, por exemplo, licenças de funcionamento e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, e devemos obtê-los e renová-los periodicamente. O cenário de pandemia da Covid-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das referidas licenças e alvarás.

Em não sendo possível a obtenção ou renovação destas licenças e alvarás, podemos vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas, a suspensão de nossas atividades ou até a interdição das unidades nas quais operamos, bem como pagamento de multas e problemas relacionados ao seguro em caso de acidentes, afetando também a nossa imagem.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente nos casos de interdição em decorrência da não obtenção ou não renovação de alvarás e licenças exigidos para o exercício de suas atividades nos imóveis.

A Companhia pode não conseguir atender às cláusulas restritivas (“Covenants”) de seus contratos de empréstimos.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (“*Covenants*”) existentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações). Os aspectos financeiros estão relacionados aos níveis de alavancagem da Companhia, com verificações anuais. Os Covenants mais relevantes a serem atendidos pela Companhia são índices financeiros medidos pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA ajustado (considera a anualização de aquisições de empresas e/ou ajustes não recorrentes), que deve ser menor ou igual a 4,0x em 2020, 3,50x em 2021, 3,0x em 2022, 2,50x 2023.

As obrigações não financeiras incluem restrições de alterações ao controle societário, direto ou indireto, dentre outras. Para mais informações, ver Seção 3.7 e 10.1.f.iv deste Formulário de Referência.

A Companhia encontra-se em negociação para a aquisição dos ativos brasileiros do Grupo Laureate, o que demandará a obtenção de financiamento com instituições financeiras no valor de R\$3.777 milhões, o que, caso obtido, aumentará o endividamento da Companhia e impactando negativamente o nosso ratio de Dívida Líquida/EBITDA.

A Companhia pode não ser capaz de atender aos referidos Covenants financeiros e demais obrigações estabelecidas com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, incluindo condições resultantes da pandemia de COVID-19, como a falta de liquidez ou retração do mercado em que atua. Em consequência, pode-se deflagrar o vencimento antecipado de dívidas, como limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento para a execução de seu plano de investimentos, além de do vencimento antecipado cruzado ou do inadimplemento cruzado (*cross-acceleration* e *cross-default*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes, inclusive garantias. O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira. Para mais informações, ver Seção 3.7 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Nossos Acionistas Controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência dos nossos acionistas, inclusive sobre reorganizações societárias, cancelamento de nosso registro de companhia aberta, alienação de nossas controladas, montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas, ressalvadas as exigências de dividendo obrigatório, de acordo com nosso estatuto social. Desde que nossos Acionistas Controladores continuem a ser titulares de uma parcela significativa de nosso capital, ainda que essa parcela seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do nosso capital social, nossos Acionistas Controladores poderão continuar a ser capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre nossas decisões. Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses de nossos demais acionistas, inclusive para orientar nossos negócios, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Nossos Acionistas Controladores detêm menos que 50% do capital votante da Companhia, o que poderá nos deixar suscetíveis a novas alianças, além de outros eventos decorrentes de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante.

Nossos Acionistas Controladores detêm menos que 50% do capital votante da Companhia, o que nos torna suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante. Não podemos garantir que a influência e controle que vêm sendo exercidos pelos Acionistas Controladores sejam mantidos. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido. Nesse caso, nós e os nossos acionistas minoritários poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos. Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado ou a rescisão de contratos, pode nos afetar adversamente.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que seus ganhos baseiam-se, também, em um plano de opção de compra de ações.

Implementamos em 22 de agosto de 2013 um Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão ("Plano"). Nos termos do Plano, poderão ser emitidas opções de ações aos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, gerentes, empregados, consultores e prestadores de serviços, até o limite de 2,5% de nosso capital social. O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração e, desde sua implementação e até a data deste Formulário de Referência, não foram outorgadas quaisquer opções.

Aprovamos em 2018, dois planos de incentivos de longo prazo: o Plano de Incentivo de Longo Prazo 1 ("ILP1"), que visa bonificar executivos e gestores, da Companhia ou suas subsidiárias, que desempenhem atividades/funções de nível "N0 a N2" ou estejam entre aquelas consideradas pela Companhia como "pessoas chave" e o Plano de Incentivo de Longo Prazo 2 ("ILP2"), que visa bonificar executivos ou gestores, que desempenhem atividades/funções de níveis "N0 a N5", na Companhia ou suas controladas/subsidiárias, que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividade e decidam adquirir no mercado um número mínimo de ações da Companhia, mantendo-as inalienáveis durante um certo período restrito.

Nos Planos de Incentivo de Longo Prazo (conforme definidos no item 13.4 deste Formulário de Referência), a bonificação se dará por meio da transferência, à título de prêmio, de um lote de ações de emissão da Companhia, conforme regras gerais previstas no respectivo plano e conforme regulamento específico a ser exarado pelo Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Pessoas, em programa próprio a ser estabelecido para cada exercício. Os planos terão vigência por prazo indeterminado e poderão abranger até 1% (um por cento) das ações representativas do capital social da Companhia, sendo que caberá ao Conselho de Administração fixar a quantidade máxima anual que será objeto de cada programa específico do exercício.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 12 de maio de 2020, aprovamos o “Programa Dádiva 2”, que visa a bonificação do grupo de pessoas elegíveis e retenção de talentos, tendo em vista a verificação de desempenho superior ao ordinariamente esperado. O programa, de natureza onerosa, tem como objetivo viabilizar a aquisição, pelo beneficiário aderente, de um lote de ações, de, no mínimo, 20 (vinte) ações da Companhia, ao valor de custo em tesouraria. As ações que serão outorgadas pela Companhia aos beneficiários, em virtude do Programa, compreenderão somente ações de emissão da Companhia, que ela venha a possuir em tesouraria, inclusive em decorrência de programa de recompra de ações.

O fato de uma parcela dos ganhos dos administradores e executivos estar intimamente ligados à geração de nossos resultados e ao desempenho das ações de nossa emissão pode levar nossa Administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para informações adicionais sobre os planos, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

d) Relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Somos uma companhia cujos resultados dependem dos resultados das nossas subsidiárias, os quais não podemos assegurar que nos serão disponibilizados.

Somos uma companhia que possui diversas controladas. Nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações financeiras e pagar dividendos aos nossos acionistas depende das restrições assumidas em contratos de financiamento, do fluxo de caixa e dos lucros das nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros a nós, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Não há garantia de que tais recursos estarão disponíveis para nós ou de que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos nossos acionistas. A não disponibilização destes recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Os demais riscos relacionados às nossas controladas e coligadas são os mesmos a nós relacionados.

Eventual processo de recuperação judicial da Companhia ou de suas controladas pode ser conduzido em bases consolidadas.

A Companhia, o Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas de nosso grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de recuperação judicial de empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

e) Relacionados aos fornecedores da Companhia

A HSM depende de palestrantes e disponibilidade de espaço físico adequado para a realização de seus eventos. O insucesso na contratação de palestrantes, não comparecimento deles nos eventos ou a indisponibilidade de espaço físico adequado para os eventos podem causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Para a organização dos eventos de gestão que promove, a HSM depende (i) da contratação exclusiva de palestrantes amplamente reconhecidos; (ii) de espaço físico adequado, e (iii) da divulgação adequada de tais eventos. Não há garantias de que seremos bem-sucedidos na contratação exclusiva desses profissionais e/ou na locação de espaço físico ou divulgação adequados para realização dos eventos da HSM. Em razão dos requisitos exigidos dos palestrantes, existem poucos profissionais disponíveis no mercado. Caso um ou mais desses profissionais venham a celebrar contratos de exclusividade com outras instituições, poderemos não ser capazes de promover os eventos que planejamos. Em relação aos palestrantes por nós contratados, ainda estamos sujeitos ao não comparecimento destes aos eventos da HSM ou à ocorrência de fatos adversos à imagem e reputação de tais palestrantes. Além disso, a divulgação inadequada do evento pode resultar em insatisfação do público-alvo. A materialização de quaisquer das hipóteses acima poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios, imagem e resultados.

Além dos fornecedores, a HSM possui contratos com diversos patrocinadores envolvendo a realização destes eventos de gestão. A perda de qualquer dos patrocínios poderia afetar negativamente a HSM.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

f) Relacionados aos clientes da Companhia

Qualquer aumento nas taxas de evasão que viermos a enfrentar no futuro poderá prejudicar nossos resultados operacionais.

Desvios significativos de evasão de estudantes das instituições de ensino superior, motivados, dentre outros, por aspectos financeiros dos atuais e potenciais estudantes, podem afetar o número de matrículas realizadas e existentes, não sendo suficientes para atingir as receitas esperadas por tais instituições.

Nossa taxa média de evasão foi 14,2% e 12,6% no primeiro e no segundo semestre de 2017 e de 17,4% e 13,0% no primeiro e no segundo semestre de 2018. No primeiro e no segundo semestre de 2019, a taxa média de evasão foi 12,3% e 15,3%, respectivamente. No primeiro semestre de 2020, a taxa média de evasão foi de 10,3%. A pandemia da COVID-19 poderá resultar no aumento da taxa média de evasão de nossos estudantes. Qualquer aumento nas taxas de evasão que viermos a enfrentar no futuro poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Se não tivermos condições de atrair e reter os estudantes, ou conseguirmos assim proceder mediante a redução das mensalidades, nossas receitas poderão ser impactadas e poderemos ser prejudicados.

O sucesso de nosso negócio depende essencialmente do número de estudantes matriculados em nossos cursos e das mensalidades que são pagas. Nossa capacidade de atrair e reter estudantes depende essencialmente das mensalidades que cobramos, da conveniência da localização e da infraestrutura das nossas unidades e da qualidade de nossos cursos percebida por nossos atuais e potenciais estudantes. Em razão da pandemia da COVID-19, outros fatores, tais como a qualidade e disponibilidade de ferramentas tecnológicas, passaram a ser importantes fatores de atração e retenção de estudantes. Nossa capacidade de atração e retenção pode ser afetada por diversos fatores, tais como nossa habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) preparar adequadamente nossos estudantes para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos estudantes, incluindo, sem limitação, a ampliação de recursos tecnológicos; (iv) sermos bem avaliados pelo MEC em suas atividades fiscalizatórias, de credenciamento e credenciamento; (v) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão; (vi) gerenciar nosso crescimento e, ao mesmo tempo, manter nossa qualidade de ensino; (vii) oferecer com eficiência nossos cursos para uma base mais ampla de potenciais estudantes; e (viii) anunciar ou divulgar nossas unidades e cursos com sucesso por meio de programas de vendas, marketing e publicidade. Além disso, o sucesso em atrair e reter estudantes pode ser influenciado por fatores externos a nosso controle. Caso não sejamos capazes de continuar atraindo estudantes para que se matriculem em nossos cursos e reter nossos atuais estudantes, sem reduzir de forma significativa nossas mensalidades, poderemos sofrer um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamentos a nossos estudantes e, caso não cumpramos as condições que nos foram impostas nesses programas e parcerias, poderemos perder a parte de nossas receitas e/ou benefícios fiscais.

Em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os recursos do FIES representavam, em conjunto, aproximadamente 14%, 17% e 24%, respectivamente, da nossa receita, programa este destinado a financiar estudantes que se enquadrem nos requisitos previstos pelo MEC, cursos presenciais de educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Este programa concede diversos limites de financiamento de acordo com a renda familiar de cada estudante. Para os contratos firmados até o segundo semestre de 2017, a parte financiada só é paga um ano e meio após a conclusão do curso e para os contratos a partir do primeiro semestre de 2018, o financiamento deve ser pago a partir do mês seguinte ao da formatura, respeitando o limite da renda do aluno. A partir de 1º de fevereiro de 2017, a oferta de curso para o financiamento estudantil ficou condicionada à adesão da entidade mantenedora de instituição de ensino ao Fies e ao FGEDUC. O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo — FGEDUC, eliminou a necessidade de apresentação de fiador no momento da contratação do financiamento pelo estudante e para as mantenedoras, o fundo garante até 90% do risco de inadimplência das operações de crédito educativo. A IES assume 15% de risco sobre os 10% não cobertos pelo FGEDUC dos alunos inadimplentes (30% no caso da instituição em débito com a Receita Federal). Para os contratos a partir do primeiro semestre de 2018 tornou-se obrigatória pelas faculdades que participam do programa FIES a adesão ao Fundo Garantidor do FIES - FG-FIES cujo objetivo é garantir o crédito para os financiamentos. As mantenedoras que aderirem a modalidade FIES, participam do risco do financiamento, como devedoras solidárias ao FG-FIES, com aportes a serem debitados dos encargos educacionais recebidos, calculados conforme o prazo, inadimplência da coparticipação do estudante, evasão, conforme os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

percentuais a seguir: Primeiro ano no FG-Fies: 13% (treze por cento). Do segundo ao quinto ano no FG-Fies: entre 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) variável em função da evasão dos estudantes e do não pagamento da coparticipação ou de outros valores devidos pelo estudante financiado pelo Fies, na forma a ser estabelecida na Resolução CG-Fies 12/2017. A partir do sexto ano no FG-Fies: a razão entre o valor apurado para pagamento da honra e o valor mensal esperado do pagamento pelo financiado, referentes ao ano anterior, da carteira da entidade mantenedora, na forma a ser estabelecida na Resolução CG-Fies 12/2017. Diante do surto do Covid-19, houve impacto na renovação dos contratos, prorrogações de calendários de aditamento, causando um atraso no recebimento relativo a tais contratos. Também aderimos ao PROUNI, que oferece isenção de alguns tributos federais. Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI, inclusive aprovando o texto do Projeto de Lei 3.887/2020 que exclui da isenção do PROUNI a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou adimplir com as parcelas do financiamento, nossos resultados operacionais poderão ser afetados e poderemos ser compelidos a pagar os tributos a que somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos não ser capazes de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em nossos custos.

A nossa principal fonte de receita é o recebimento das mensalidades cobradas de nossos estudantes. Do total de nossos custos e despesas, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, 54,6% decorrem de despesas com pessoal e 2,4% com gastos de ocupação. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 58,7% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 3,5% com aluguéis. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 59,8% dos nossos custos e despesas decorrem de despesas com pessoal e 10,4% com aluguéis (60,9% e 10,0%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017). Tanto as despesas com pessoal quanto os aluguéis são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Caso não consigamos repassar os aumentos em nossos custos aos estudantes, por meio de aumento nas mensalidades, nossos negócios e resultados poderão sofrer um efeito prejudicial relevante.

Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa.

A Companhia processa as informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados, além de fornecedores pessoa física no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou incidentes de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Os negócios da Companhia estão expostos ao risco de uma possível não observância de suas políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por administradores, funcionários ou terceiros agindo em nome da Companhia de modo que dados pessoais de clientes se tornem disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro. Além disso, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção de nossas operações comerciais. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de administradores, funcionários ou mesmo de terceiros, com ou sem interesse financeiro.

Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, classificados como operadores de dados pessoais, talvez a Companhia não seja capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderia estar sujeita às obrigações legais e financeiras, tais como previstas na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e na Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), incluindo, mas não se limitando, advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, podendo alcançar, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Por fim, caso ocorra algum incidente, a reputação da Companhia também seria prejudicada, resultando em perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Conforme citado acima, antes da entrada em vigor da LGPD, o tratamento de dados pessoais no Brasil já era regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como, por exemplo, na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil e no Marco Civil da Internet.

Atualmente, além dos diplomas acima, o tratamento de dados pessoais é regido pela LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020 e transformou o sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser respeitado nas operações de tratamento de dados pessoais. Ademais, a LGPD estabelece, entre outros temas, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança, vazamentos e transferência de dados pessoais, bem como prevê a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Assim, a Companhia pode ter dificuldades para adequar-se à nova legislação, tendo em vista a quantidade e complexidade de novas obrigações a serem cumpridas, não sendo capaz de garantir que conseguirá adotar as proteções adequadas para os dados pessoais tratados.

Quaisquer eventos em que informações de clientes e/ou de empregados da Companhia possam ser comprometidas, sujeitas ao acesso não autorizado e outras violações de segurança poderão reduzir a demanda pelos serviços e produtos da Companhia, ocasionando um impacto substancial e adverso em seus negócios, imagem e resultados operacionais.

g) Aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Poderemos ser prejudicados se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (“Lei nº 9.394”), o Brasil deve estimular investimentos no ensino superior por entidades privadas. Historicamente, o apoio do governo ao ensino superior concentra-se em determinadas universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa. O número limitado de vagas e processos de admissão altamente competitivos restringem significativamente o acesso a essas universidades. O mercado de ensino superior privado cresce em razão do critério seletivo de apoio do Governo Federal para um número limitado de instituições públicas. Se o Governo Federal alterar essa política de investimento, poderemos enfrentar uma maior concorrência, por exemplo, por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no ensino superior em geral; e (ii) da transferência dos recursos de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para instituições de ensino superior públicas acessíveis a nossos potenciais estudantes.

Além disso, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos estudantes que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda pelos nossos cursos. Qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

h) Relacionados à regulação do setor de atuação da Companhia

Atuamos em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram regulamentos de observância obrigatória e fiscalizam nossas atividades, podendo, inclusive, nos demandar administrativa e judicialmente, o que pode gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação (“CNE”), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Por meio da Lei nº 9.394, que estabeleceu diretrizes para a prestação de serviços de educação no Brasil e delegou poderes ao Governo Federal para regulamentar o ensino de graduação e pós-graduação, especificamente no que se refere à autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação dos cursos superiores e ao credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior. A educação à distância no Brasil goza de tratamento diferenciado e é regulado pela Lei nº 9.394 e pelo MEC. Nossas instituições de ensino superior dependem de prévio credenciamento e de credenciamento no MEC para poder operar, bem como para poder oferecer nossos pretendidos cursos e programas de educação presencial e a distância. Os cursos oferecidos por nossas instituições de ensino devem ser previamente autorizados e a validade nacional dos diplomas ou certificados expedidos aos seus estudantes depende de prévio reconhecimento pelo MEC dos cursos por nós oferecidos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente em relação a subsídios, tais como bolsas de estudo, e mudanças relativas a (i) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (ii) imposição de controles de mensalidades, (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios, suporte administrativo, entre outras.

A implementação de novas leis e regulamentos, a interpretação adversa de leis e regulamentos existentes podem gerar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Adicionalmente, órgãos governamentais, em especial o MEC, e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor e instaurar procedimentos administrativos e/ou ações judiciais contra nós pelo não cumprimento das normas regulatórias vigentes. Além disso, podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, ou outras questões regulatórias relativas ao MEC das empresas que já possuímos ou que venham a ser adquiridas. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis, ou se não pudermos nos defender e patrocinar a defesa de nossas controladas com sucesso, poderemos ser obrigados a pagar condenações pecuniárias ou estar sujeitos a multas, restrições, liminares ou outras penalidades aplicáveis. O cancelamento ou a ausência de autorização, habilitação, reconhecimento, credenciamento e/ou recredenciamento das nossas instituições de ensino e dos nossos cursos pelo MEC podem nos afetar negativamente, uma vez que podem resultar na vedação à admissão de novos estudantes, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, descredenciamento e/ou redução do número de vagas autorizadas, entre outros tipos de sanções. Poderemos ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para nos defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais.

Nossas instituições de ensino superior podem ser prejudicadas se não conseguirem renegociar os acordos coletivos com os sindicatos que representam seus professores e funcionários ou por greves e outras atividades sindicais.

Os professores e funcionários de nossas instituições de ensino superior são representados por sindicatos com forte representação no segmento. Os acordos coletivos ou os acordos semelhantes que regulam a duração do dia letivo ou do ano letivo, a remuneração mínima, férias e benefícios indiretos dos professores, entre outros, estão sujeitos à renegociação anual e são historicamente alterados substancialmente e poderão continuar a sê-lo no futuro. Normalmente, a taxa de inflação é utilizada como referência para discussão do reajuste salarial, inclusive para a remuneração mínima prevista nos acordos coletivos. Durante a pandemia do COVID-19, a Companhia aderiu a Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020, reduzindo temporariamente a jornada de trabalho de alguns colaboradores e não podendo assim, demiti-los por igual período de tempo. As despesas de nossas instituições de ensino superior com pessoal, principalmente corpo docente, representam a maior parte de seu custo de serviços prestados. Nossas instituições de ensino superior poderão não ser capazes de repassar um aumento de custos decorrente da renegociação de acordos ou convenções coletivas para suas mensalidades, ou decorrentes das medidas governamentais frente a pandemia do COVID-19, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados. Nossas instituições de ensino superior podem ser, ainda, prejudicadas se não conquistarem e mantiverem bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários ou se enfrentarem greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários, o que também poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Mudanças na legislação fiscal ou conflitos em sua interpretação podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir nossa lucratividade.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

Por fim, projetos de lei ainda em tramitação, caso sejam aprovados, poderão resultar na tributação da receita bruta da companhia pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS, em substituição à atual cobrança das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS, bem como na tributação de dividendos.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária, inclusive o Projeto de Lei 3.887/2020, impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não temos qualquer atuação em países estrangeiros.

j) Com relação a questões socioambientais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos outro cenário de risco socioambiental relevante nos negócios aplicáveis à Companhia, senão aqueles previstos no item 7.5 deste Formulário de Referência.

k) Com relação aos riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual Coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.

Surto de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como o atual Coronavírus (COVID- 19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nas ações de nossa emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Ainda, a adoção de medidas descritas no parágrafo acima aliadas às incertezas ocasionadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive resultando em oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Neste contexto, as ações de emissão da Companhia podem apresentar forte volatilidade, impactando adversamente os seus investidores. Não podemos garantir, portanto, que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores ao mínimo verificados durante a disseminação da pandemia COVID-19.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e as condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações e congelamento de contas correntes. Não exercemos qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem dispomos da capacidade para prevê-las. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- instabilidades sociais ou políticas;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países, bem como os efeitos da pandemia da COVID-19, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos valores mobiliários emitidos por nós, o que pode adversamente afetar o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do país e uma queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

Instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e os resultados de nossas operações, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional do Brasil, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes da investigação “Lava Jato” em andamento, que está sendo conduzida pela Polícia Federal Brasileira e Ministério Público Federal Brasileiro, e que tem impacto sobre a economia do país e ambiente político. Grande número de membros do governo federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás e construção. Os valores destas propinas supostamente financiaram as campanhas de partidos, que não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, bem como serviu para o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional, o ex-presidente Luis Ignácio Lula da Silva e executivos das maiores companhias estatais e privadas brasileiras, renunciaram, se demitiram ou foram presos, e funcionários eleitos e outros funcionários públicos estão sendo investigados.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, e sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas pode afetar adversamente os nossos negócios, nossa condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. Não podemos prever os efeitos desses desenvolvimentos recentes e as atuais incertezas políticas em curso sobre a economia brasileira.

Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.

O Brasil apresentou elevadas taxas de inflação no passado. A inflação e certas medidas governamentais para deter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para incerteza econômica no Brasil e aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Índice Geral de Preços do Mercado, ou IGP-M, registrou uma deflação de 0,53% em 2017, uma inflação de 7,55% em 2018, inflação de 7,32% em 2019 e uma inflação de 3,30% em 30 setembro de 2020. A inflação, conforme auferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, ou IPCA, acumulada de 12 meses, fechou o ano de 2019 a 4,34% (3,75% em 2018). Possíveis sinalizações de política monetária com viés contracionista adotadas para combater a alta dos preços podem limitar o acesso ao crédito e reduzir o crescimento econômico do país. Aumentos sucessivos na inflação podem aumentar os custos e despesas da Companhia e, como resultado, afetá-la adversamente.

Qualquer medida futura tomada pelo governo brasileiro, incluindo a redução da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear inflação, afetando a performance geral da economia brasileira. Se o Brasil apresentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços cobrados de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custo, o que pode aumentar seus custos e diminuir suas margens líquidas e operacionais.

Ademais, em caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode escolher por aumentar drasticamente as taxas de juros oficiais. O aumento na taxa de juros pode afetar não só os custos de novos empréstimos, mas também o valor do endividamento atual, aumentando as despesas financeiras da Companhia. Esse aumento, por sua vez, pode afetar adversamente a habilidade da Companhia de cumprir suas obrigações, já que irá reduzir sua disponibilidade de caixa.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A transação de aquisição da Laureate no Brasil envolve a captação de nova dívida em até R\$ 3,8 bilhões em empréstimos. A variação de cada 1% na taxa de juros anual representará um efeito de R\$ 33 milhões em nosso resultado anual. Para informações adicionais sobre os possíveis efeitos da elevação de taxa de juros sobre nossos resultados ver item 4.2 deste Formulário de Referência.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitado a:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como nos Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode assegurar que haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejado. O preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito soberano do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB- negativo para BB- positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB- positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em maio de 2020. Na data de apresentação deste Formulário, o rating de crédito soberano do Brasil era classificado como BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor.

Em 2020, a classificação de crédito soberana do Brasil é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins deste item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Em 30 de setembro de 2020, 84,69% da nossa dívida, correspondentes a R\$ 572,4 milhões, estavam atrelados ao CDI (76,73% da dívida, correspondentes a R\$ 527,1 milhões em 31 de dezembro de 2019). Qualquer aumento do CDI e ou de outras taxas de juros flutuantes que venhamos a adotar pode gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante (taxa DI), a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2019 foi de 4,5%. Fizemos uma análise de sensibilidade dos efeitos em nossos resultados advindos de uma alta na SELIC de 25,0% e 50,0%, em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa DI acompanha a variação da taxa SELIC, que, por sua vez é influenciada pela inflação ao ser definida pela autoridade monetária.

As taxas dos contratos em que somos parte não são exclusivamente compostas por taxas variáveis, sendo complementadas com taxas pré-fixadas.

Apresentamos abaixo tabela que demonstra a nossa análise de sensibilidade para os nossos instrumentos financeiros, inclusive indicando os riscos que podem gerar prejuízos materiais, de acordo com a avaliação feita pela nossa Administração, dentro de um prazo de 12 meses. Além disso, apresentamos dados acerca de dois outros cenários, os quais sofreram deterioração de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas em nossa análise de sensibilidade. As taxas utilizadas para a nossa projeção foram baseadas em informações obtidas junto ao Banco Central.

Consolidado						
30/09/2020						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Alta do CDI	(733.423)	(13.935)	(17.419)	(20.903)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	572.425	10.876	13.595	16.314
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TJLP	Alta TJLP	372	19	24	29
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	88.306	1.678	2.097	2.517
Derivativos	CDI	Alta do CDI	1.017	19	24	29
Títulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	175.843	14.630	18.288	21.946
Títulos a pagar	INPC	Alta do INPC	35.024	1.362	1.702	2.043
Títulos a pagar	TR	Alta da TR	9.604	-	-	-
Títulos a pagar	Média IGPM/IPCA	Alta da média	2.480	261	327	392
Títulos a pagar	IPCA	Alta do IPCA	2.349	74	92	110
Exposição Líquida - perda			153.997	14.984	18.730	22.477

¹ A operação de "Derivativos" foi feita pura e simplesmente visando o empréstimo em moeda estrangeira representado na linha "Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)" mencionado acima, sem intenção de estabelecer um limite específico. A Companhia demonstra essa informação em linha separada para compatibilizar com a apresentação de tais informações em suas demonstrações financeiras.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Riscos Regulatórios

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo Ministério da Educação (“MEC”) e também aderimos ao Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ambos programas de incentivo do Governo Federal. Tendo em vista que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, os recursos do FIES representavam, em conjunto, aproximadamente 13% da nossa receita (17% da nossa receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019). Acreditamos que caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização desses programas de incentivo, ou, ainda, caso, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos negócios e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES. Ademais, há o risco de uma reforma tributária, tal como proposta pelo Projeto de Lei 3.887/2020, que pode impedir, interromper ou modificar o uso de incentivos fiscais concedidos, especialmente com relação ao PROUNI. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos, tampouco o prazo pelo qual serão mantidos.

Risco de Crédito

Nós e nossas controladas diretas e indiretas estamos sujeitas a eventuais riscos decorrentes da inadimplência de nossos estudantes. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 5,3%. Em 31 de dezembro de 2019, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 4,0% (4,2% e 4,4% em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente). O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para informações sobre as medidas por nós tomadas para administrar o risco de crédito decorrente da inadimplência de nossos estudantes, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Na data base de 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas éramos parte passiva em processos judiciais, procedimentos administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista e discussões acerca da existência de vínculo empregatício. Destes processos e discussões, R\$ 104,5 milhões representavam contingências cuja possibilidade de perda era provável, para os quais constituímos uma provisão contábil, incluindo outras naturezas, no valor de R\$ 104,5 milhões.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos a que estávamos sujeitos em 30 de setembro de 2020, segregados conforme sua natureza.

Em 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas não éramos parte em nenhum procedimento de natureza arbitral.

Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal

Em 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal.

Dentre os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto, os seguintes:

Processo nº	Execução Fiscal nº 0006332-14.2002.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	26/08/2002
d. partes no processo	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24.423.036,95
f. principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal ajuizada com o objetivo de exigir da Unimonte o recolhimento do INSS cota patronal do período de 01/1990 a 11/2000 pagas aos segurados empregados e trabalhadores autônomos. Discute-se a isenção da cota patronal, no que concerne às contribuições devidas à Previdência Social pela Unimonte, por se tratar de entidade filantrópica.</p> <p>A presente execução remonta do não reconhecimento da imunidade tributária da Unimonte por parte do INSS, haja vista que órgão previdenciário não reconhece o título de Utilidade Pública Federal e o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEFF), expedido pelo então Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), quando da vigência da Lei nº 3.577, de 1959, que assegura o direito adquirido à imunidade das contribuições sociais incidentes sobre a quota patronal, conforme ressalvado no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei nº 2.821, de 1991.</p> <p>Em 31/01/2003, a Unimonte propôs ação anulatória de crédito tributário, processo nº 2003.24.00.002648-1, objetivando anulação dos créditos contra si constituídos por meio de processo administrativo e objeto da presente execução. Em 25/08/2004, houve sentença julgando procedente a ação, declarando que de fato a instituição preencheu todos os requisitos legais concernentes a concessão de imunidade, não havendo, portanto, qualquer ato que desabonasse os efeitos fiscais do benefício constitucional. Após Apelação e Reexame Necessário, a referida sentença foi confirmada em 27/11/2013 pelo TRF da 1ª Região. A União ingressou com Embargos de Declaração processado e julgado em 30.01.2019, negando provimento. Em 01/04/2019 a União interpôs Recurso Especial e Extraordinário, ambos contrarrazoados em 16/05/2019. Processo na Vice-presidência para juízo de admissibilidade desde 21/05/2019 até o presente momento.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>Com relação a execução fiscal, a Unimonte apresentou exceção de pré-executividade arguindo a decadência no período de 01/1990 e 12/1995. Foi proferida sentença reconhecendo parcialmente a decadência até o mês de 11/1994.</p> <p>Contudo, antes que se obtivesse a liminar suspendendo a execução, a Exequente conseguiu penhorar os bens de titularidade da Executada.</p> <p>Em decisão proferida em 30/05/2011 o juízo suspendeu o curso da demanda: "<i>Fls. 794/806: tendo em vista a r. sentença proferida nos autos da ação ordinária n. 2003.34.00.002648-1, promovida pela executada em face do INSS, perante a E. 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (fls. 811/815), declarando a nulidade das NFLD's que aparelham a presente execução fiscal, ora em fase recursal perante o E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região (fls. 816), suspendo o processo, dada a prejudicialidade, por analogia ao disposto no artigo 265, inciso IV, letra "a", do Código de Processo Civil, até o trânsito em julgado da decisão que resolver a referida demanda.</i>"</p> <p>Todavia, na mesma decisão, indeferiu o levantamento das penhoras anteriores: "<i>Indefiro o pedido de anulação das penhoras realizadas. A executada obteve decisão do E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, autorizando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário (Medida Cautelar Inominada n. 2009.01.00.019732-6), quando pediu a expedição de certidão negativa de débito. Vale notar que ainda não houve o trânsito em julgado da sentença que anulou as notificações fiscais de lançamento de débito, já que houve a interposição de recurso, estando a questão pendente do julgamento da apelação. Ao contrário do que sustenta a executada, não se há falar na ausência de fundamento jurídico de validade para a realização das constrições judiciais. O simples fato de ter sido reconhecida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por si só, não retira a necessidade de manutenção da penhora. O E. Superior Tribunal de Justiça, em situações de parcelamento, na qual, portanto, a exigibilidade do crédito tributário está suspensa, tem decidido pela manutenção da penhora: "Esta Corte tem entendimento pacificado de que o parcelamento de créditos suspende a execução, mas não tem o condão de desconstituir a garantia dada em juízo. Incidência da Súmula 83/STJ." (AgRgREsp nº 1.146.538/PR, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, in DJe 12/3/2010). De fato, no caso dos autos, é razoável a manutenção da penhora, até mesmo como forma de se resguardar o interesse fazendário de eventual não confirmação pelo E. TRF da 1ª Região, do quanto decidido pelo juízo de primeiro grau, hipótese na qual o executivo fiscal retomaria seu curso sem a necessidade de renovar as providências tendentes à garantir a execução.</i>"</p> <p>Portanto, o processo encontra-se sobrestado até o julgamento da ação anulatória, com o juízo totalmente garantido, restando apenas, a regularização da constrição de algumas matrículas.</p> <p>Em junho de 2019, o processo foi totalmente digitalizado.</p> <p>Sobreveio decisão judicial em 20 de agosto de 2020, determinando a averbação, junto ao 1º Oficial de Registros de Imóveis de Santos, das penhoras que recaíram sobre os imóveis matriculados sob os números 19.651, 29.193 e 20.004</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão dos imóveis dados em garantia (imóveis objeto das matrículas 3.613, 373, 37.828, e 34.928).
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Ação Declaratória nº 0002664-19.2003.4.01.3400
a. juízo	4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal
b. instância	2ª Segunda Instância – TRF da 1ª Região
c. data de instauração	31/01/2003
d. partes no processo	Autor: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. Réu: Procuradoria da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24.423.036,95 (refere-se à execução fiscal 0006332-14.2002.4.03.6104)
f. principais fatos	<p>Ação declaratória objetivando o reconhecimento da imunidade tributária da Unimonte, bem como a prescrição do débito objeto da Execução Fiscal nº 2002.61.04.006332-8, descrita acima.</p> <p>A ação se baseia no fato de que, dada a sua qualificação como entidade educacional sem fins lucrativos, a Unimonte sempre esteve dispensada do recolhimento da quota previdenciária patronal, incidente sobre a folha de salários, tanto em razão da isenção concedida pela Lei nº 3.577/59, quanto em decorrência da imunidade em que foi transformado aquele benefício legal, nos termos do § 7º do art. 195 da Constituição Federal.</p> <p>Em 05/11/2004, a ação ordinária nº 2003.34.00.002648-1 foi julgada procedente para declarar a imunidade da instituição e anular os lançamentos objeto desta ação de execução. Diante da apelação da Autora, interposta em 14/02/2005, o processo foi remetido para o TRF da 1ª Região. O acórdão negou provimento à apelação do INSS e deu parcial provimento a apelação da UNIMONTE para elevar os honorários sucumbenciais. Foram opostos embargos de declaração pela Fazenda Nacional em 03/02/2014 e negado provimento à unanimidade aos referidos embargos.</p> <p>Os autos estavam em carga da Fazenda Nacional e foram devolvidos para a Sétima turma. Foi apresentado RE/REsp pela União. O processo foi atribuído para análise do juízo de admissibilidade do RE/REsp pelo Vice-presidente do TRF1 de 21/05/2019, posteriormente, em 09 de outubro de 2020, o processo foi remetido para assessoria de Recursos especiais e extraordinários do egrégio TRF1.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, que no caso é remota, não haverá, de qualquer forma, o impacto de caixa decorrente deste processo em si, pois tal impacto já previsto na Execução Fiscal nº 006332-14.2002.4.03.6104, conforme acima, já garantida, contudo, pelos imóveis 25.981, 26.688, 25.432 e 44.856.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Execução Fiscal nº 0001670-31.2007.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara Federal da Justiça de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02/3/2007
d. partes no processo	Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor R\$ 2.536.620,00
f. principais fatos	<p>Execução fiscal para cobrança de COFINS e IRPJ do período de janeiro de 1997 a janeiro de 1999. Em 16 de abril de 2007, foi protocolada petição pela Unimonte oferecendo em garantia à execução fiscal 3 imóveis de matrículas nºs 121.167, 37.138 e 29.999, com os respectivos valores de R\$ 2.570.849,73, R\$ 1.187.991,05 e R\$ 3.178.388,52, perfazendo o montante de R\$ 6.937.229,30. Posteriormente, a União Federal manifestou sua concordância em relação aos bens imóveis oferecidos em garantia à execução fiscal, tendo sido lavrado o termo de penhora, bem como a nomeação do depositário.</p> <p>Em sede de defesa foi alegada a prescrição e a decadência das CDA's executadas pela União. Ainda, foi alegado que a dívida discutida na execução fiscal é fruto de imunidade tributária. Em linha com precedentes do STF, aduzimos que apenas lei complementar, que exige aprovação por maioria absoluta (metade mais um dos membros de cada casa parlamentar), pode estabelecer as contrapartidas para que as entidades usufruam da imunidade tributária prevista na Constituição Federal (artigo 195, parágrafo 7º).</p> <p>Lado outro, a Unimonte protocolou petição requerendo o desmembramento dos créditos tributários exigidos na execução, por se tratar de tributos de diferentes naturezas, bem como considerando a adesão dos créditos tributários relativos ao IRRF ao parcelamento previsto na Lei nº 11.552/2007. Foi proferido despacho indeferindo o pedido de desmembramento dos créditos tributários, tendo em vista que ainda não há deferimento do parcelamento, não obstando a realização da penhora dos bens imóveis. A Unimonte efetuou o pagamento de PIS, relativo ao Processo Administrativo nº 10845.452.727/2004-22 (80.2.06.086040-28), no valor de R\$ 877,46. Foi proferida sentença julgando extinta a execução fiscal representada pela CDA nº 80.2.06.086.040-28, bem como dando prosseguimento às CDA's nºs 80.2.07.005715-72 e 80.7.07.002170-66). Foi protocolada petição pela Unimonte informando a sua adesão ao programa de parcelamento de débitos federais REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009, tendo sido proferido despacho determinando o sobrestamento da execução fiscal. A União Federal se manifestou no sentido de que os créditos tributários não poderiam ter sido incluídos no programa de parcelamento REFIS IV em razão da vedação mencionada no artigo 10, § 21, da Lei nº 10.260, tendo sido cancelado o parcelamento e dado prosseguimento na exigência dos créditos tributário por meio da execução fiscal. A Unimonte protocolou petição oferecendo em garantia à execução fiscal os bens imóveis de matrículas nºs 25.432, 25.981, 26.688 e 44.856, relativos às CDA's nºs 80.6.051716-32, 80.6.05.036784-39 e 80.7.07.002170-66, bem como requerendo o cancelamento da penhora do bem imóvel referente à matrícula nº 37.828, tendo a União Federal concordado com os pleitos da Unimonte. Todavia, considerando-se a alteração da denominação social da AELIS para UNIMONTE, foi determinada em 02/04/2014, a expedição de novo mandado de registro de penhora. Foi proferido despacho determinando o apensamento da presente execução fiscal aos autos da Execução Fiscal nº 0009936-75.2005.403.6104 e aos Embargos à Execução Fiscal nº 0007475-28.2008-403.6104, de modo a facilitar a tramitação processual, a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes e pelo fato da União Federal ter interesse nos bens imóveis oferecidos em garantia à execução fiscal. A Unimonte ofertou garantia suficiente e aguarda o julgamento dos embargos.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>Em 25/05/2018 o MM. Juiz despachou nos seguintes termos: "Manifeste-se a exequente sobre a suficiência da garantia das execuções fiscais, no prazo de 10 (dez) dias. Após, se em termos, voltem-me para recebimento dos embargos à execução em apenso." Posteriormente, em 31 de janeiro de 2017, sobreveio a manifestação da fazenda pública solicitando o mandado de reavaliação dos bens indicados à penhora, com fito de verificar a suficiência da garantia.</p> <p>No tocante aos Embargos à Execução de número 0008747-81.2013.4.03.6104, foi prolatada sentença de improcedência, tendo sido ajuizado Embargos de Declaração e posterior Recurso de Apelação, que se encontra pendente de julgamento pelo Egrégio TRT3.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia (imóveis 25.981, 26.688, 25.432 e 44.856).
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0009227-69.2007.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	Segunda – 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	07/08/2007
d. partes no processo	<p>Autor: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)</p> <p>Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 958.763,83
f. principais fatos	<p>Execução fiscal para a cobrança de (i) multa por omissão de apresentação de GFIP, e (ii) INSS, cota patronal, do período de janeiro de 2000 a janeiro de 2004. Em 07 de novembro de 2007, a Unimonte apresentou Exceção de Pré-Executividade alegando, em síntese: (i) a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, na medida em que a matéria estava sendo discutida na esfera administrativa, razão pela qual a execução fiscal não poderia ter sido iniciada por ausência de certeza e liquidez dos créditos tributários e; (ii) a ilegitimidade passiva dos corresponsáveis, uma vez que não houve atos de má gestão ou má fé ou, ainda, excesso de poderes de qualquer dos dirigentes, sendo, portanto, ilegítima a inclusão como corresponsáveis da obrigação tributária da pessoa jurídica. Em 02/06/2008 foi proferida sentença acolhendo a exceção de pré-executividade, considerando a suspensão da exigibilidade, que importa na ausência de certeza e liquidez do crédito tributário, e julgando extinta a execução fiscal, determinando-se a anulação das inscrições relativas às certidões de dívida ativa dela objeto. Foram opostos embargos de declaração pela exequente, os quais foram rejeitados. A exequente apelou da decisão em 22/07/2009, foram oferecidas contra-razões e o processo foi remetido ao TRF em 06/06/2010. Em 09/04/2014, o processo foi redistribuído no TRF. A apelação foi recebida para julgamento em 21/08/2018 e a primeira turma por unanimidade decidiu anular de ofício parte da sentença e julgar prejudicada a apelação, devolvendo o processo para apreciação do magistrado em 1º grau, com trânsito em julgado no dia 02/10/2018 e baixa definitiva a origem em 12/11/2018. Foi dada vista as partes para que requeressem o que entendessem de direito no prazo de 15 dias e após o processo foi digitalizado para o PJE da Justiça Federal de São Paulo e aguarda a manifestação.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Considerando a manutenção da sentença, que determinou a anulação das inscrições relativas aos créditos tributários ainda em discussão no âmbito administrativo, a execução teve continuidade, no que tange as inscrições de nº 35.978.558-1 e 36.010.757-5, que inclusive já foram quitadas em regular processo de parcelamento. Não obstante, ainda assim, a União requereu a penhora online através do sistema BACENJUD, a recair sobre quaisquer contas, porventura existentes em titularidade da executada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.. Neste sentido, a manifestação da procuradoria aguarda apreciação judicial até a presente data.
g. chance de perda	Remota – processo já extinto em primeira instância e encontra-se pendente de julgamento da apelação interposta pela Procuradoria contra tal decisão.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Considerando que as CDAS nº 5.978.558-1, 36.010.757-5 foram extintas e as que restaram CDAS nº 35.978.558-1 e 36.010.757-5 já foram quitadas em regular processo de parcelamento, não há qualquer impacto para o caixa da Companhia.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0011730-53.2013.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25/11/2013
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.646.215,75
f. principais fatos	<p>Ação de execução de Contribuição Previdenciária das CDA's: 37.280.804-2, 37.280.810-7, 37.280.811-5, 37.280.812-3. Foram indicados bens à penhora em 22/01/2014, tendo sido lavrado o termo de penhora de cotas de fundo de investimento oferecidas pelo executado. Posteriormente, em 17/04/2015, as cotas foram substituídas por seguro garantia. Em 24/07/2014 foram opostos embargos à execução, cujo efeito suspensivo foi deferido, em 28/03/2016. Foi deferida medida liminar em 2018 para exclusão da requerida dos cadastros do SERASA.</p> <p>A defesa apresentada foi baseada no argumento de que a execução é calcada em título inexigível, em razão da indevida inscrição na dívida ativa. Em linha com precedentes do STF, aduzimos que apenas lei complementar, que exige aprovação por maioria absoluta (metade mais um dos membros de cada casa parlamentar), pode estabelecer as contrapartidas para que as entidades usufruam da imunidade tributária prevista na Constituição Federal (artigo 195, parágrafo 7º).</p> <p>Aguardando sentença. O Juiz de primeiro grau aceitou os embargos de declaração sem atribuição de efeito suspensivo em agosto de 2018. A ré interpôs embargos de declaração requerendo a modificação da decisão para que conste efeito suspensivo aos referidos embargos, o que foi deferido pelo Juiz em fevereiro de 2019. O processo foi digitalizado para o PJE da Justiça Federal de São Paulo e continua sobrestado aguardando julgamento.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0012177-41.2013.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/12/2013
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.726.081,16
f. principais fatos	<p>Ação de execução de contribuição social – COFINS – PIS (fevereiro de 2003 a dezembro de 2004) – CDA's: 80.6.13.020426- 90, 80.6.13.020427-71, 80.7.13.008452-03. Foram indicados bens imóveis à penhora em 26/02/2014, cujas matrículas são: 19.651, 29.193 e 20.004, tendo sido lavrado o referido termo de penhora e nomeado como depositário um dos diretores da proprietária RNE Gestão Patrimonial S.A. Posteriormente, os imóveis foram substituídos por seguro garantia em 15/10/2015. Em 09/04/2014 foram opostos embargos à execução, cujo efeito suspensivo foi deferido, em 20/10/2015.</p> <p>Em sede de defesa foi aduzido que há prescrição do crédito tributário .Alegamos também a sua inexigibilidade. Em linha com precedentes do STF, aduzimos que apenas lei complementar, que exige aprovação por maioria absoluta (metade mais um dos membros de cada casa parlamentar), pode estabelecer as contrapartidas para que as entidades usufruam da imunidade tributária prevista na Constituição Federal (artigo 195, parágrafo 7º).</p> <p>Aguardando sentença. Em 28/02/2018 foi deferida liminar para exclusão da requerida dos cadastros do SERASA. Os autos estão aguardando julgamento. O Juiz de primeiro grau aceitou os Embargos de Declaração sem atribuição de efeito suspensivo em agosto de 2018. A ré interpôs Embargos de Declaração requerendo a modificação da decisão para que conste efeito suspensivo aos referidos embargos, o que foi deferido pelo Juiz em fevereiro de 2019. O processo foi digitalizado para o PJE da Justiça Federal de São Paulo e continua sobrestado aguardando julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Execução Fiscal nº 0006187-98.2015.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/09/2015
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.101.750,28
f. principais fatos	<p>Execução Fiscal de contribuições sociais previdenciárias decorrentes de glosa de compensações, no período de 03/2010 a 07/2013, por entenderem não ter a instituição cumprido os requisitos do art. 13 da Lei 11.096/2005 que previu, diante da transformação para entidade com fins lucrativos, o pagamento gradual em 1/5 pelo prazo de 5 anos. Em defesa aduzimos que o Fisco fez a autuação se baseando em lei posterior à transformação da embargante em sociedade empresária, atingindo assim ato jurídico perfeito. Ressaltamos também que a IES antes da sua transformação preenchia os requisitos legais da Lei em discussão. Em 19/10/2015 foi aceito o seguro garantia e iniciado o prazo para embargos. Em 26/10/2015 foram opostos embargos à execução de nº 0007762-44.2015.403.6104. Aguarda julgamento dos embargos à execução, com efeito suspensivo deferido, em 25/11/2015. Em 12/06/2018 foi requerido a embargada à cópia de todos os procedimentos administrativos referidos nas fls. 350/352, no prazo de 30 dias. O processo continua aguardando o julgamento dos embargos à execução. Em abril de 2019, o Juiz despachou nos seguintes termos:</p> <p>Tendo em vista que as competências indicadas na certidão de dívida ativa são posteriores à transformação da embargante em sociedade empresarial, a prova documental já produzida nos autos, com a necessária observância do contraditório, é suficiente ao exame das questões deduzidas nesta demanda. Assim, está autorizada a dispensa da produção de provas requerida pela embargante, a teor do art. 370 do Código de Processo Civil. Preclusa esta decisão, tornem conclusos para sentença. Int." Aguarda-se a prolação de sentença. Em 13 de junho de 2019, houve a digitalização dos autos para o PJE. Processo continua concluso para julgamento.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Execução Fiscal nº 0006188-83.2015.4.03.6104
a. juízo	7ª Vara da Justiça Federal de Santos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/09/2015
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional. Réu: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.351.228,19
f. principais fatos	<p>Execução Fiscal de contribuições sociais previdenciárias decorrentes de glosa de compensações, no período de 03/2010 a 07/2013, por entenderem não ter a instituição cumprido os requisitos do art. 13 da Lei 11.096/2005 que previu, diante da transformação para entidade com fins lucrativos, o pagamento gradual em 1/5 pelo prazo de 5 anos. Em defesa aduzimos que o Fisco fez a autuação se baseando em lei posterior à transformação da embargante em sociedade empresária, atingindo assim ato jurídico perfeito. Ressaltamos também que a IES antes da sua transformação preenchia os requisitos legais da Lei em discussão. Em 19/10/2015 foi aceito o seguro garantia e iniciado o prazo para embargos. Em 26/10/2015 foram opostos embargos à execução de nº 0007763-29.2015.4.03.6104. Aguarda julgamento dos embargos à execução, com efeito suspensivo deferido, em 25/11/2015. Em 12/06/2018 foi requerido a embargada a cópia de todos os procedimentos administrativos referidos nas fls. 350/352, no prazo de 30 dias. O processo continua aguardando julgamento dos embargos à execução. Em janeiro de 2019, o Juiz de primeiro grau despachou nos seguintes termos: "Uma vez que os certificados de inscrição da embargante no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS deveriam ter sido apresentados juntamente com a petição inicial, indefiro o item IV.3 da especificação de provas (fls. 387), posto que seu deferimento caracterizaria transferência de ônus da embargante à embargada. Sem prejuízo, apresente a embargada cópia dos procedimentos administrativos que deram origem ao crédito tributário. Com a juntada dos documentos, dê-se vista dos autos para manifestação da embargante, ocasião na qual deverá esta informar se mantém o interesse na produção de "prova pericial e administrativa", apontando com base nos documentos juntados aos autos, em que consistiria a produção da prova requerida e o que se pretenderia com ela demonstrar. Na sequência, tornem conclusos. Int." Aguarda-se a prolação de sentença. Em 13 de junho de 2019, houve a digitalização dos autos para o PJE. O processo continua concluso para julgamento.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Execução Fiscal nº 003382-67.2009.4.01.3800
a. juízo	26ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte
b. instância	Primeira
c. data de instauração	29/01/2009
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: UNA Gestão Patrimonial S.A. (nova denominação social de Centro Universitário Una Ltda.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.399.104,07
f. principais fatos	<p>Trata-se de execução fiscal com o objetivo de exigir da Una o IRPJ, correspondente ao ano de 1998, o IRRF sobre rendimentos de trabalhador assalariado, correspondente ao ano de 2003, o IRRF sobre os rendimentos de trabalhador sem vínculo empregatício, correspondente ao ano de 2003 e a CSSL, correspondente ao ano de 1998. Em defesa, alegamos que os débitos não foram objetos de parcelamento e houve equívoco do Fisco e que a ação ordinária movida contra o INSS (proc. 2000.01.00.064.088-7 TRF1 da 1ª Região) foi julgada procedente e transitou em julgado, para “declarar a nulidade do ato que cancelou a isenção” e do lançamento tributário dele decorrente. Colacionamos também a ação rescisória ajuizada pelo Fisco e que foi julgada improcedente. Por fim requeremos o reconhecimento da prescrição dos mencionados créditos constituídos.</p> <p>A Una nomeou bens à penhora para garantia da execução, porém estes não foram aceitos pela União. O juiz de 1ª instância proferiu despacho deferindo o pedido feito pela União pelo bloqueio de valores/aplicações em contas de titularidade da Una. Em 07/12/12, a Una interpôs Agravo de instrumento com o pedido de efeito suspensivo da execução, sob o argumento de que a recusa da União Federal se deu de forma totalmente injustificada e contrária à lei e aos fatos ocorridos no processo. O TRF por unanimidade deu provimento ao agravo para sustar a penhora de dinheiro e acolher penhora do bem imóvel oferecido pela agravante. Em face desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial em 07/08/2013. Foram apresentadas contrarrazões ao recurso em 21/10/2013, estando o processo concluso para exame de admissibilidade desde 09/01/2014. Em 29/01/2016 a Exequente substituiu a penhora por seguro garantia. Em 05/12/2018, o MM. Juiz se manifestou: “Desse modo, tendo em vista o dispositivo legal supra e considerando a anuência manifestada pela exequente a fls. 816/817, defiro a substituição dos bens descritos a fls. 738/750 pela apólice Seguro Garantia n. 059912017005107750011216000000, juntada a fls. 797/813, emitida em 15/03/2017 pela Swiss Re Coporate Solutions Brasil Seguros S/A (a IES optou pela seguradora Zurich posteriormente), no valor de R\$9.557.898,97, com início da vigência em 05/05/2017 e término em 06/05/2019”. Foi atribuído o efeito suspensivo à demanda e aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Execução Fiscal nº 034022-48.2012.4.01.3800
a. juízo	24ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais
b. instância	Primeira
c. data de instauração	05/07/2012
d. partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: UNA Gestão Patrimonial S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.945.638,44
f. principais fatos	<p>Execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária e COFINS do período de janeiro de 1997 a dezembro de 1998. A Instituição alegou preliminar de coisa julgada, haja vista que sua imunidade, no período objeto do lançamento, foi reconhecida judicialmente, tendo sido declarada a nulidade do ato que cancelou a isenção, por se basear no art. 2º IV, do decreto 752/93, e do lançamento tributário dele decorrente, no processo nº 2000.01.00.064.008-7. Ressaltou ainda que preenche todos os requisitos nas Leis e Constituições sobre imunidade ou isenção. Aduzimos a ocorrência de prescrição. Em 4 de dezembro de 2012 foram oferecidos bens imóveis a penhora suficientes a garantir o débito executado. Em 02/04/2013 foi publicado despacho determinando que se informasse o endereço completo dos bens oferecidos a penhora. Cumprido o despacho, foi expedido mandado de avaliação em 29/05/2013. Em 22/07/2013, a Procuradoria da Fazenda se manifestou a respeito do mandado de avaliação. Em 23/09/2013 foi lavrado termo de penhora e em 23/10/2013 foram opostos embargos à execução de nº 0056004-84.2013.4.01.3800, tendo sido concedida vista à Fazenda Nacional em 18/03/2014. O processo aguarda o julgamento dos embargos à execução que estão conclusos para sentença desde o dia 05/12/2018. Foi deferido o efeito suspensivo à demanda e os Embargos à Execução se encontram aguardando julgamento. Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes em 16 de setembro de 2019, com as seguintes fundamentações: 1 - Não há coisa julgada, pois o fato de haver uma decisão garantindo a isenção não gera direito adquirido ao contribuinte, podendo a Administração, verificando a ocorrência de um vício, cessar o benefício, sem que haja lesão a princípio constitucional; 2 - Que ao analisar o processo administrativo, verificou que a IES não satisfazia os requisitos para manutenção do benefício da imunidade, estando correta a autuação e o lançamento; 3 - E que o crédito não foi alcançado pela prescrição, vez que não ocorreu o lapso temporal de superior a 5 (cinco) anos entre a data do encerramento do parcelamento (16/09/2009) e a citação da executada em (03/12/2012); Foram opostos embargos de declaração visando a modificação do julgado, o qual foi rejeitado. Ato seguinte foi apresentada apelação ao Tribunal. Na sequência requeremos a substituição do imóvel dado em garantia, por seguro garantia emitido por seguradora. Houve a substituição da garantia conforme requerido e aguarda-se o julgamento da apelação.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Execução Fiscal nº 5007495-64.2015.4.04.7201
a. juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	Primeira
c. data de instauração	17/06/2015
d. partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 29.492.697,42
f. principais fatos	Execução fiscal relativa aos autos de infração (Als) 37.333.452-4, 37.333.453-2 e 37.333.454-0, sendo que os fatos geradores do período 01/2008 a 12/2008 foram lançados via Als da série 37.000.000 e integram o PAF 10920.722848/2012-15", e "os do período 01/2009 a 12/2010 foram lançados via Als da série 51.000.000-0 e integram o No PAF 10920.722849/2012-51",lançados de ofício para constituição das contribuições previdência patronal, que não teriam sido, segundo o fisco, declaradas em GFIP e recolhidas, acrescida das penalidades legais. Em defesa comprovamos a prescrição dos mencionados créditos e a imunidade tributária da IES no mencionado período em discussão, conforme vasta documentação juntada aos autos do processo. Em 23/01/2015 foi proposta cautelar ofertando bens imóveis, em caução, suficientes a garantir o débito executado, medida deferida. Em 04/11/2015 a caução foi convertida em penhora do imóvel sob a matrícula 31.395 (Pinheirinho). Cumprido o despacho, em 16/03/2016 foi lavrado termo de penhora e depósito. Em 25/04/2016 foram opostos embargos à execução de nº 5007495-64.2015.4.04.7201, processado com efeito suspensivo, tendo sido concedida vista à Fazenda Nacional em 06/05/2016. Foram iniciados os procedimentos para realização de perícia em 2017 e em 2018, com apresentação de quesitos complementares por parte da embargante e ainda em fase de conclusão. O processo aguarda o julgamento dos Embargos à Execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	Execução Fiscal nº 5015490-31.2015.4.04.7201
a. juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	Primeira
c. data de instauração	12/11/2015
d. partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.273.257,83
f. principais fatos	Execução fiscal relativa a PIS/PASEP de 01/2008 a 12/2010, COFINS dos meses de 01/2008 a 12/2010 e CSLL dos trimestres compreendido entre 1º/2008 a 4º/2010. Em defesa aduzimos que o próprio Fisco reconheceu que a IES teve seu CEBAS renovado até 31/12/2009 e que posteriormente novos requerimentos foram realizados pela IES e estavam em tramitação perante o MEC, sem registro de qualquer indeferimento. Em linha com precedentes do STF, aduzimos que apenas lei complementar, que exige aprovação por maioria absoluta (metade mais um dos membros de cada casa parlamentar), pode estabelecer as contrapartidas para que as entidades usufruam da imunidade tributária prevista na Constituição Federal (artigo 195, parágrafo 7º). Em 18/03/2015 foi aceito o seguro garantia e iniciado o prazo para embargos. Em 10/05/2016 foram opostos embargos à execução de nº 50059788-72.2016.4.04.7201, com apólice de seguro garantindo a execução. Aguarda o julgamento dos Embargos à Execução.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, execução da garantia, com posterior ação de regresso da Seguradora contra a empresa. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão.

Processo nº	Execução Fiscal nº 5016568-60.2015.4.04.7201
a. juízo	5ª Vara da Justiça Federal de Santa Catarina
b. instância	Primeira
c. data de instauração	12/11/2015
d. partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 67.781.966,96

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	<p>Execução fiscal relativa as CDAs nº 91.4.14.019069-17, 91.4.14.019070-50, 91.4.14.019071-31, 91.4.14.019072-12, 91.4.14.019073-01, 91.4.14.019074-84 e 91.4.14.019075-65, sendo que “os fatos geradores do período 01/2008 a 12/2008 foram lançados via Als da série 37.000.000 e integram o PAF 10920.722848/2012-15”, e “os do período 01/2009 a 12/2010 foram lançados via Als da série 51.000.000-0 e integram o No PAF 10920.722849/2012-51”, relativos aos lançamentos de ofício para constituição das contribuições “da empresa”, destinadas à Seguridade Social, que não teriam sido, segundo o fisco, declaradas em GFIP e recolhidas, bem como para a constituição de multas. Em defesa, alegamos que o próprio Fisco reconheceu que a IES teve seu CEBAS renovado até 31/12/2009 e que posteriormente novos requerimentos foram realizados pela IES e estavam em tramitação perante o MEC, sem registro de qualquer indeferimento. Pugnamos também pela prescrição do mencionado crédito a favor do fisco, além da irregularidade apontada acima. Em linha com precedentes do STF, aduzimos que apenas lei complementar, que exige aprovação por maioria absoluta (metade mais um dos membros de cada casa parlamentar), pode estabelecer as contrapartidas para que as entidades usufruam da imunidade tributária prevista na Constituição Federal (artigo 195, parágrafo 7º). Em 05/04/2016 foi aceito o imóvel ofertado em penhora. Aguardando formalização da penhora para oposição de embargos. Em 31/01/2017 a União requereu a substituição do imóvel por dinheiro, porém o Juiz não acolheu o pedido em virtude de já está amplamente garantida a presente execução, inobstante a ausência de efeito suspensivo e além disso através da decisão da cautelar inominada, a garantia (imóvel) foi julgada idônea. Prazo de 30 dias para a União se manifestar sobre o prosseguimento da presente execução. Em 04/04/2017 houve pedido do exequente para reforçar a penhora, que segundo ele, não era garantida de forma suficiente pelo imóvel supracitado, contudo, o MM. Juiz indeferiu o pedido sob o argumento de que o referido bem (garantia imóvel) já havia sido julgado idôneo em ação cautelar. Foram opostos embargos à execução fiscal, contudo, o MM. Juiz, não deferiu efeito suspensivo aos embargos, sendo tal decisão atacada por Agravo de Instrumento da executada em 06/02/2017. O relator indeferiu o Agravo de Instrumento sob o fundamento de que não existe probabilidade do direito do executado, necessitando de dilação probatória. Na data de 25/04/2017, houve a apresentação de Embargos de Declaração, tendo sido rejeitado por unanimidade. Em seguida, aos 26/06/2017, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em 04/09/2017. No dia 27/09/2017, foi apresentado Recurso de Agravo de Decisão Denegatória de Recurso Especial, sem juízo positivo de retratação do TRF, sendo encaminhado diretamente ao STJ sob o número 2018/0035591-0 em 20/02/2018. Em 23/08/2018, foi negado provimento à unanimidade para o seguimento do Agravo Interno. Em 05/09/2018 foram opostos Embargos de Declaração, sendo rejeitados à unanimidade. Em 03/12/2018 foi interposto Recurso Extraordinário, com negativa de seguimento pelo STJ, com apresentação de Agravo Interno pelo executado, com vistas ao seguimento do Recurso Extraordinário perante o STF. O Agravo aguarda manifestação das outras partes para prosseguimento e conclusão ao Ministro Relator. Houve a manifestação das partes e o processo foi incluído na pauta de julgamentos em junho de 2019. Em decisão de julho de 2019, o recurso não foi conhecido à unanimidade pelo tribunal, com baixa a origem em agosto de 2019. Houve o prosseguimento dos Embargos à Execução com a devida instrução. Aguardando esclarecimentos de laudo pericial pelo perito.</p>
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda o impacto é de caixa, além de, em caso de não pagamento, possível leilão do imóvel dado em garantia. Entendemos que eventual resultado desfavorável desta ação possui impacto relevante para a nossa controlada, por significar o reconhecimento da incidência de impostos que considerávamos não incidentes.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Provisionado no balanço da SOCIESC

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Judiciais de Natureza Cível

Em 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas éramos parte em diversos processos judiciais de natureza cível. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 5,9 milhões para nossos processos cíveis.

Dentre os processos judiciais de natureza cível que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto os seguintes:

Processo nº	Ação Civil de Improbidade Administrativa 5052243-37.2017.4.04.7000
a. juízo	Juízo Federal da 6ª VF de Curitiba
b. instância	Instrução processual em 1º grau
c. data de instauração	01/12/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Luciano Ducci; Luis Marcelo Migliozi; Mariester Ribeiro Robes; Paulo Afonso Bracarense Costa; Sandro Murilo Santos; Sociedade Educacional de Santa Catarina – Sociesc; Elaine Patricia Cruz; Henryque Heduardo Hallu Silva
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da Causa R\$ 31.636.721,24 Da parte que cabe à SOCIESC R\$ 22.821.832,14
f. principais fatos	Ação Civil de Improbidade Administrativa movida pelo MPF com o objetivo de aplicar as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 aos Réus, pelas condutas comissivas e omissivas que supostamente teriam causado lesão ao erário, bem como teriam atentado contra os princípios da Administração Pública. Em suma, o MPF alega que a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio de sua Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, contratou SOCIESC e Reimer para implementar o programa Projovem Trabalhador, ficando estas associações responsáveis por selecionar profissionais, materiais didáticos, dentre outros. De acordo com o MPF, a execução descentralizada do programa violaria a portaria do MTE nº 991 de 2008 e deveria ter sido precedida de licitação, sendo irregular a contratação das entidades por meio da Chamada Pública nº 002/2010. O MPF discrimina todos os contratos firmados com as associações e indica como os Réus teriam participado de suposto esquema de pessoalidade na gestão da coisa pública, desvio de finalidade e malversação de recursos públicos, que teriam causado prejuízo aos cofres públicos de aproximadamente R\$7,0 milhões. Ao final, o MPF requer a condenação dos Réus (i) ao pagamento de R\$ 31.636.721,24 a título de ressarcimento ao erário; (ii) às outras penalidades previstas no art. 12, II e III da Lei nº 8.429/92; e (iii) ao pagamento de custas e despesas processuais. Há pedido liminar de bloqueio das contas dos Réus no montante equivalente ao requerido a título de ressarcimento aos cofres públicos. Em 18/12/2017, foi deferida liminar para determinar a indisponibilidade dos ativos financeiros dos Réus no montante de R\$ 31.636.721,24, sofrendo a SOCIESC bloqueio no valor de R\$ 12.192.827,52. A SOCIESC requereu o desbloqueio de suas contas, sendo o pedido indeferido pelo Juiz plantonista. Em 03/01/2018, a SOCIESC solicitou novamente o desbloqueio de suas contas, requerendo a substituição dos valores bloqueados por seguro garantia no valor total do bloqueio, acrescido de 30%, totalizando o montante de R\$ 15.850.675,80, o que foi deferido, sendo desbloqueados os ativos financeiros da SOCIESC. A decisão de indisponibilidade também foi objeto de recurso de agravo de instrumento (processo n. 5016290-26.2018.4.04.0000) pelo Réu Luiz Migliozi, o qual não foi provido e gerou um recurso especial não admitido pelo TRF4, atualmente em sede de agravo no STJ. Em 13/07/2018, a ação foi recebida com relação a todos os Réus, que apresentaram contestações, posteriormente impugnadas pelo MPF. Houve o deferimento da produção de prova pericial contábil, ainda não iniciada. Aguarda-se o fim da fase instrutória e o posterior julgamento do feito.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	<p>Em caso de perda, haverá desembolso no montante aproximado de R\$ 22.821.832,14 (já garantido por seguro), somado às custas e despesas processuais divididas pelos Réus sucumbentes. Além disso, a SOCIESC está sujeita à outras penalidades previstas na legislação, como o pagamento de multa civil calculada com base no valor do dano, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de até cinco anos.</p> <p>Importante ressaltar que a responsabilidade em caso de perda desta demanda é integralmente do Instituto Core (alienante), em razão de se tratar de fato anterior a aquisição nos termos do Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da Sociesc e Outras Avenças, especificamente no caput e §§1º e 3º da cláusula décima primeira, bem como do disposto no item 3, inciso II, do Anexo 17.</p>
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista

Em 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas éramos parte em vários processos judiciais de natureza trabalhista. Na mesma data, possuíamos provisão no montante de R\$ 49,5 milhões para nossos processos trabalhistas e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

Nossos processos de natureza trabalhista em andamento versam, em geral, sobre o pagamento de horas extras, verbas rescisórias, reajuste salarial e cobrança de parcelas indenizatórias movidas por nossos ex-empregados e ex-empregados das empresas subcontratadas por nossas controladas, pelas quais somos responsáveis subsidiariamente e/ou solidariamente.

Dentre os processos judiciais de natureza trabalhista que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor envolvido ou objeto os seguintes:

Processo nº	Ação Coletiva nº 0011435-94.2017.5.03.0024
a. juízo	24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	03/10/2017
d. partes no processo	<p>Autor: Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais</p> <p>Réus: Minas Gerais Educação S.A (matriz e filiais)</p>
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.589.746,64
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Coletiva ajuizada pelo SINPRO-MG no dia 03/10/2017, buscando o pagamento do adicional noturno referente ao período de 2012 a 2017, com inclusão de cada substituído ao longo de todo o pacto laboral, incluindo os devidos reflexos. Em contestação aduzimos matéria relacionada a prescrição e a correta interpretação da CCT, no nosso entendimento, o que não foi observado pelo Sindicato da Categoria.</p> <p>Após a citação para comparecimento em audiência, houve a apresentação de contestação acompanhada de documentos. Ato seguido, foi realizada a audiência de instrução e julgamento em 27/02/2018. A sentença foi proferida em 08/03/2018, julgando parcialmente procedentes os pedidos de a) pagamento de adicional noturno no percentual de 20%, no período compreendido entre as 22h às 22h40min (limite do pedido), durante todo o período</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	imprescrito e reflexos; b) multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor principal, individualmente discriminado, a favor de cada um dos substituídos (Cláusula 51ª da CCT 2015/2017), conforme se apurar em liquidação de sentença. Foi declarada a prescrição quinquenal daqueles direitos cuja exigibilidade seja anterior a 03/10/2012 e a prescrição bienal relativamente aos substituídos que tiveram o contrato de trabalho rescindido há mais de dois anos do ajuizamento da presente ação (03/10/2015). Em seguida, foram apresentados Embargos de Declaração por ambas as partes, sendo rejeitado apenas o recurso oposto pela IES. Foi interposto Recurso Ordinário pela reclamada em 02/05/2018, tendo sido conhecido e negado provimento à unanimidade em 27/07/2018. Foi apresentado embargos de declaração pela reclamada, sendo julgado improcedente. Foi interposto Recurso de Revista pela Reclamada em 10/09/2018, sendo admitido parcialmente por possível violação do art. 93, IX, da CR e do art. 1.026, §2o., do CPC. Foi interposto AIRR em 25/03/2019, sendo o último andamento de 15/04/2019, intimando o Sindicato apresentar CMAI e CRRR. O Recurso de Revista foi aceito em parte, sendo interposto Agravo de Instrumento com a consequente apresentação de Contrarrazões recursais. Os autos foram remetidos ao TST e aguardam julgamento até a presente data.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, haverá o pagamento do adicional noturno de todo o período imprescrito, no patamar de 20% e multa no percentual de 10% sobre o valor individualmente discriminado a favor de cada um dos substituídos, conforme CCT.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processo nº	Ação Coletiva nº 0011401-22.2017.5.03.0024
a. juízo	1º Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG
b. instância	2º Instância
c. data de instauração	26/09/2017
d. partes no processo	Autor: Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais Réus: Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNIBH S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.159.529,85

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Coletiva ajuizada pelo SINPRO no dia 26/09/2017, buscando o pagamento do adicional noturno referente ao período de 2012 a 2017, com inclusão de cada substituído ao longo de todo o pacto laboral, incluindo os devidos reflexos. Em contestação aduzimos matéria relacionada a prescrição e a correta interpretação da CCT, no nosso entendimento, o que não foi observado pelo Sindicato da Categoria. Após a citação para comparecimento em audiência, houve a apresentação de contestação acompanhada de documentos. Ato seguido, foi realizada a audiência de instrução e julgamento em 27/03/2018. A sentença foi proferida em 09/10/2018, julgando parcialmente procedentes os pedidos de a) adicional noturno, com reflexos em férias + 1/3, 13º salários e FGTS, além de reflexos na multa de 40% do FGTS; b) multa convencional prevista na cláusula 51ª das CCTs 2013/2015, 2015/2017 e 2017/2018, uma para cada CCT violada, em favor de cada substituído. Foi indeferido reflexos em repouso semanal remunerado, sob pena de bis in idem, pois este já se encontra inserido na fórmula para cálculo do salário mensal, conforme CCTs da categoria e , ainda, reflexos em adicional por tempo de serviço e em adicional por atividade extraclasse, pois, conforme se observa das cláusulas 11ª e 12ª das CCTs juntadas com a inicial, o adicional noturno não integra a sua base de cálculo. Foi declarada a prescrição quinquenal daqueles direitos cuja exigibilidade seja anterior a 26/09/2012 e a prescrição bienal relativamente aos substituídos que tiveram o contrato de trabalho rescindido há mais de dois anos do ajuizamento da presente ação (26/09/2015). Em seguida, foram apresentados Embargos de Declaração por ambas as partes, sendo rejeitado apenas o recurso oposto pela IES. Foi interposto Recurso Ordinário pela reclamada em 06/11/2018, tendo sido conhecido e negado provimento à unanimidade em 05/02/2019. Foi apresentado embargos de declaração pela reclamada, sendo julgado improcedente.</p> <p>Foi interposto Recurso de Revista pela Reclamada em 29/03/2019, sendo este o último andamento. O Recurso de Revista não foi admitido, sendo interposto Agravo de Instrumento em agosto de 2019, sendo o AI recebido e encaminhado para julgamento pelo TST. Aguarda-se o julgamento pelos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, haverá o pagamento do adicional noturno de todo o período imprescrito, no patamar de 20% e multa no percentual de 10% sobre o valor individualmente discriminado a favor de cada um dos substituídos, conforme CCT.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

Processos Judiciais de Natureza Ambiental

Em 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas éramos parte em processos judiciais de natureza ambiental. Na mesma data, não possuíamos provisão para nossos processos ambientais e eventuais e futuras contingências não materializadas até a data deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Dentre os processos judiciais de natureza ambiental que representavam contingências relevantes para nós em 30 de setembro de 2020, destaca-se em razão do valor envolvido ou objeto o seguinte:

Processo nº	5021009-21.2014.4.04.7201 (Baixado na Justiça Federal) 0001135-31.2016.8.24.0038
a. juízo	2º Vara da Fazenda Pública de Joinville
b. instância	1º Instância
c. data de instauração	27/08/2014 na Justiça Federal – 03/02/2016 na Fazenda Estadual
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Sociedade Educacional de Santa Catarina – SOCIESC e Município de Joinville
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Judicial decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa nº 450039 – Série D e seu respectivo Auto de Embargo de Interdição nº 500549 – Série C, por supostamente “impedir a regeneração natural da vegetação nativa, em área de preservação permanente (APP), em uma área adjacente ao imóvel edificado contendo 0,7123ha). Em defesa aduzimos que a IES se encontra em área totalmente regularizada e que não existiria o alegado impedimento de regeneração natural da vegetação nativa na área em comento.</p> <p>O último andamento processual datado de 18/04/2017 se refere a intimação do Município de Joinville, para que, em 30 dias, informe se o imóvel localizado na rua Gothard Kaesemodel, nº 833, bairro Anita Garibaldi, em Joinville, consiste em área urbana consolidada, bem como se há risco geológico. Em 19/11/2018 o processo se encontrava em fase de especificação de provas (Instrução Processual). Houve a designação de audiência de conciliação para 17 de outubro de 2019, a qual foi realizada sem acordo. Ato seguinte, o Juiz despachou nos seguintes termos: “Vistos em saneador. É sabido que “a inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental” (STJ, Súmula n. 618), o que, no caso dos autos, revela-se plenamente adequado, uma vez que o autor apresentou, com a inicial, documentos públicos a embasar sua pretensão. Compete, portanto, à sociedade empresária ré comprovar a alegada regularidade de seu estabelecimento (CPC, art. 373, II), tanto no que diz respeito à alegação de não se encontrar em Área de Preservação Permanente, quanto no que diz respeito à inexistência de degradação ambiental advinda de seu funcionamento. Posto isso, distribuindo o ônus probatório na forma do art. 373, II, do CPC, advirto à ré SOCIESC S/A que lhe compete comprovar a existência de fatos constitutivos, modificativos ou impeditivos do direito invocado. Na caudal, faculto às partes, no prazo de quinze dias, informarem se pretendem produção probatória complementar, especificando-a, em caso positivo.” O processo segue em fase de instrução.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Interdição definitiva de parte do estacionamento da Sociesc – Campus Marques de Olinda, Compensação ambiental e recuperação da área degradada.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Outros

Até a data deste Formulário de Referência, não somos parte em qualquer outro processo judicial, administrativo ou arbitral que possa materialmente impactar as nossas atividades, que não descritos acima.

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 30 de setembro de 2020, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3 acima, era de R\$ 104,5 milhões.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Em 30 de setembro de 2020, não éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que em 30 de setembro de 2020, não éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Em 30 de setembro de 2020, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5

Não aplicável, tendo em vista que em 30 de setembro de 2020, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Em 30 de setembro de 2020, éramos parte em processos trabalhistas repetitivos ou conexos, que totalizavam, aproximadamente, R\$ 54.2 milhões, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme tabela abaixo:

Procedimentos Trabalhistas	
Valores envolvidos	R\$ 54.2 milhões
Valor provisionado, se houver	R\$ 49,4 milhões
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	As principais demandas trabalhistas em andamento versam sobre redução de carga horária (pedido de nulidade da redução e pagamento das diferenças salariais e dos reflexos), horas extras em decorrência de intervalo interjornada, horas extras em decorrência de extrapolação de jornada e intrajornada, adicional noturno e aviso prévio proporcional. Compõe ainda o saldo de provisão contábil montantes para fazer frente a eventuais e futuras discussões judiciais relativas à interpretação da legislação trabalhista quanto a existência de vínculo empregatício.

Em 30 de setembro de 2020, éramos parte em processos tributários repetitivos ou conexos, que totalizavam, aproximadamente, R\$ 295.7 milhões, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme tabela abaixo:

Procedimentos Tributários	
Valores envolvidos	R\$ 295.7 milhões
Valor provisionado, se houver	R\$ 49.1 milhões
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	Os principais procedimentos tributários versam sobre imunidade tributária, descumprimento da legislação tributária vigente, prescrição ou decadência do crédito tributário e incidência de impostos que não consideramos devidos sobre as operações da controladora e suas controladas.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 30 de setembro de 2020, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6 acima, era de R\$ 49,1 milhões.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em complemento às informações prestadas nesta seção 4 deste Formulário de Referência, informamos que não somos signatários de termos de ajustamento de conduta.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, pois somos uma companhia nacional, com sede no Brasil e nossos valores mobiliários são todos custodiados neste país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

- a) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos de Compliance / Regulamentar;
- Riscos de Tecnologia da Informação e Cyber Security;
- Riscos Operacionais;
- Risco de Imagem.

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

(1) Fixação de Objetivos

Consiste da definição e documentação dos objetivos e metas da gestão de riscos com base na estratégia de gestão de riscos e no plano estratégico da Companhia, deixando claros ao menos os objetivos e metas (1) estratégicas, (2) financeiras, (3) de abordagem aos clientes, (4) operacionais, (5) objetivos de aprendizado e desenvolvimento contínuo, (6) de comunicação interna e externa e (7) de conformidade.

(2) Identificação dos Riscos

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

(3) Avaliação de Riscos

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(4) Respostas (tratamento) aos Riscos

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- (i) Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- (ii) Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;
- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

(5) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

(6) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

(7) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, auto avaliações e verificação contínua.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela área de Gestão de Riscos e Compliance ("Diretoria de Risco e Compliance"), a qual responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração e relaciona-se também com o competente comitê de assessoramento do Conselho, que é o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, sendo dirigida por um Diretor de Riscos e Compliance. A área de Gestão de Riscos e Compliance atua de forma conjunta com o Presidente e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Riscos e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenadores, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

b) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação dos mesmos sempre que necessário.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Formalização de política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma política de gestão de riscos aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 5.1 deste Formulário. A política traz os riscos categorizados de acordo com suas classificações e, dentre estas, estão incluídos os riscos de mercados.

A Política de Gerenciamento de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) Objetivos, estratégias e instrumentos da política de gerenciamento de riscos de mercado

I. riscos para os quais se busca proteção

Os administradores, como forma de buscar proteção contra mudanças no comportamento das taxas de juros, a variação cambial, de empréstimos e financiamentos contratados tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira e subordinados a taxas de juros vinculadas ao CDI, contrataram operações de swap para os empréstimos atrelados ao dólar a fim de garantir total segurança em relação à exposição cambial. Adotamos práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos avaliados pela Diretoria, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de nossos instrumentos financeiros expostos aos riscos. Essas práticas consistem, no âmbito da estrutura de gerenciamento de riscos, em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Adicionalmente, tendo em vista a natureza de nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscar proteção especial para qualquer outro tipo de risco. Além disso, nós e nossas controladas não efetuamos aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evitamos assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das nossas disponibilidades indexadas à variação do CDI. Para mais informações sobre nosso endividamento, vide itens 3.7, 3.8 e 10.1 deste Formulário de Referência.

II. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

III. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

IV. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Buscamos gerir nosso fluxo de caixa estabelecendo critérios de posição de caixa mínimo. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados à variação do CDI.

Com relação ao nosso passivo bancário, adotamos a mesma estratégia de gerenciamento de risco, com todos os empréstimos indexados pelo CDI. Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo. Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos.

VI. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração da Companhia, nos termos da política de gerenciamento de riscos, avalia continuamente os efeitos da exposição da taxa de juros sobre seus ativos e passivos, e quando avalia necessário realiza a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Tal monitoramento e avaliação são realizados pela Diretoria Financeira da Companhia e acompanhados pela Gerente de Gestão de Riscos e Compliance, integrante da Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, a qual é subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme mencionado na seção 5.1, a Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. A Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos eficientemente adequados sobre os relatórios financeiros, capazes de detectar e corrigir os erros relevantes.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação, sendo assessoradas por uma área de projetos que utiliza metodologias LEAN de melhorias de processos e controles. As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual estão subordinadas a área contábil e o planejamento financeiro. Como parte da área de Gestão de Riscos e Compliance, a Companhia possui ainda a área de Auditoria Interna, responsável pela validação dos controles internos da Companhia, a qual é subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e também reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia:

(i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi; (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos através de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e *compliance*, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Conselho Fiscal da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A auditoria externa, em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informou à Companhia sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Na avaliação da Administração da Companhia e dos auditores, estas melhorias não configuram deficiências significativas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente. A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.***

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Estabelecemos um Programa de Integridade, baseado em nosso Código de Ética e Conduta, visando manter a empresa em conformidade com normas internas e leis promulgadas pelo poder público, além de estabelecer princípios de integridade que devem ser seguidos por todos os colaboradores da empresa.

Sob o ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar as ocorrências de fraudes contábeis e financeiras, que podem gerar impactos significativos nos resultados da companhia. Já sob a ótica social, temos como objetivo formar cidadãos mais éticos e compromissados com um país mais justo e transparente; com reflexos diretos no clima organizacional.

A Companhia possui canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance em conjunto com o Gestão de Pessoas e as decisões são tomadas pela Comissão de Ética, órgão composto por representantes seniores indicados pelas áreas de Vice Presidência de Pessoas, Diretoria Jurídica, Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência Financeira e Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance. Os riscos, políticas, práticas de integridade, as apurações realizadas e as decisões tomadas são avaliados anualmente e reportadas ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas neste monitoramento o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance e a Comissão de Ética.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. Vinculado a este órgão temos ainda a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance que é responsável pela Auditoria Interna que age no sentido de operacionalizar, como última linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam causar perdas financeiras ou que comprometam a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas.

Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

A Comissão de Ética possui como atribuição a aplicação dos procedimentos previstos no Código de Ética da Companhia, em casos de suspeita de sua violação. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.

5.4 - Programa de Integridade

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia dispõe de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam os negócios da Companhia, bem como suas políticas e procedimentos internos.

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam um treinamento de reciclagem, cuja ocorrência é definida pela área de gestão de pessoas da companhia. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, podendo ser acessados a qualquer momento.

Aos membros do corpo técnico-administrativo podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

a. Sanções disciplinares de caráter corretivo:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

b. Sanções disciplinares de caráter punitivo: rescisão do contrato de trabalho por Justa Causa.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013. O Código de Conduta e Ética da companhia pode ser acessado no site institucional e também no site do canal de conduta, nos links abaixo (respectivamente):

<http://ri.animaeducacao.com.br/>

<https://contatoseguro.com.br/anima>

(b) canal de denúncia

A empresa dispõe de canal de denúncias, terceirizado (Empresa Contato Seguro), que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://contatoseguro.com.br/anima>.

O canal de denúncias está aberto para recebimento de casos internos e externos, incluindo: colaboradores, professores, alunos, fornecedores etc.

Quando da abertura de denúncias, o denunciante pode optar por se identificar ou não. Quando da opção de denúncia anônima, para denunciante de boa-fé, o sistema não permite a identificação nem por IP (*Internet Protocol*).

Todas as denúncias são investigadas pela área de Compliance da Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance da Companhia, com suporte das áreas de Gestão de Pessoas, muitas vezes envolvendo também as áreas de Tecnologia da Informação, Vice-Presidência Acadêmica e o Departamento Jurídico.

Eventualmente, quando necessário outros setores da Companhia também são acionados, sempre resguardando o sigilo sobre a investigação e as pessoas envolvidas.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para prevenir a responsabilização por atos lesivos praticados por outra empresa com a qual estejamos envolvidos em decorrência de eventuais processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, realizamos uma diligência prévia (por intermédio de verificações de documentos, e de pesquisas em bases de dados públicas e na internet) para verificar se a outra empresa esteve ou está implicada em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Quando necessário, empresas terceiras são contratadas para auxiliar nesse processo.

5.4 - Programa de Integridade

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas da Companhia, principalmente na relação com a administração pública. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que a Companhia adota uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social houve alteração significativa em alguns dos principais riscos a que estamos expostos. As alterações e as principais medidas tomadas pela Companhia a fim de minimizar a exposição aos riscos recentemente elevados, estão descritas a seguir.

Pandemia da COVID-19

Entendemos que o setor educacional foi amplamente afetado, elevando a exposição aos riscos em que estão inseridos. Nosso sucesso depende de nossa capacidade de acompanhar e nos adaptar às mudanças tecnológicas e comportamentais do setor educacional. A percepção sobre a exposição a este risco aumentou com a COVID-19, mas, ao mesmo tempo, entendemos estar bem preparados para essas novas mudanças que se aceleraram.

Os desafios do momento que atravessamos podem ainda ter uma dimensão não determinada, pelas incertezas inerentes ao cenário do contágio e seus efeitos na economia mundial. Contudo, os riscos estão detalhadamente mapeados, os indicadores de interferência estão sendo monitorados intensivamente, os possíveis cenários têm sido traçados e as decisões estratégicas necessárias estão sendo tomadas dentro de uma estrutura de governança que construímos nos últimos anos.

Com a evolução do contágio da COVID-19 no mundo a Companhia decidiu, em 27 de fevereiro de 2020, iniciar os preparativos para ter todas as atividades, docentes e administrativas, em ambiente virtual, bem como criar um Comitê de Emergência, denominado Comitê de Prevenção e Cuidados, para tratar especificamente do assunto, que desde então, vem funcionando em tempo integral, monitorando os acontecimentos epidemiológicos e científicos para fornecer dados e apoiar as decisões da administração da Companhia no estabelecimento dos protocolos de ação.

O tema se tornou pauta fixa no Comitê Executivo, que, a partir dos dados fornecidos, tem trabalhado com as diversas possibilidades de cenários.

Paralelamente às medidas de prevenção e cuidado, também tem sido central em nossas discussões o retorno de nossas atividades. Já temos pronto e aprovado um protocolo de retorno escalonado de atividades presenciais, cuja definição de data segue as orientações das autoridades públicas dos locais onde estão nossas operações.

Neste contexto, para lidar com o cenário da pandemia temos trabalhado em 4 principais eixos: (i) Pessoas; (ii) Experiência Acadêmica; (iii) Resultados e Estrutura de Capital; e (iv) Sociedade.

Pessoas

No eixo Pessoas, que diz respeito tanto a alunos e alunas quanto educadores e educadoras, desde o princípio a premissa adotada foi a de manter o maior número possível de pessoas ativas, em segurança e com a saúde preservada. Entendemos ser primordial, nesse momento de isolamento social, a continuidade das atividades intelectuais, inclusive como forma de contribuir com a saúde de toda nossa comunidade.

No dia 27 de fevereiro de 2020, iniciamos comunicações diárias com educadores e estudantes, em reuniões, palestras e podcasts de orientação sobre medidas de autocuidado e higiene; adequada utilização de EPIs; uso de álcool gel; orientação para cuidado de infectados por COVID-19; e elaboração de fluxos para informes diários com atualização das informações.

Em 6 de março de 2020, demos início às providências a serem adotadas diante da potencial ocorrência de casos de COVID-19 com educadores e alunos, sob supervisão de professores médicos com a elaboração de relatórios técnicos com (a) situação epidemiológica e (b) recomendações atualizadas. Criamos um grupo no nosso sistema de comunicação interno, o Workplace, com acesso para todos os nossos colaboradores, para inserção e acompanhamento da trajetória e das comunicações relacionadas ao Comitê de Prevenção e Cuidados.

Em 9 de março de 2020, todos os protocolos de conduta diante de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 já estavam definidos e aprovados por nossa administração e passaram a ser amplamente divulgados em todas as nossas unidades dos 7 Estados.

No dia 12 de março de 2020, diante da evolução verificada dos efeitos da pandemia no país, migramos todos os integrantes dos grupos de vulnerabilidade (conforme definido pela Organização Mundial de Saúde) para atividades em home office e estudos por plataformas digitais. Já no dia seguinte, iniciamos a migração de todos os nossos alunos e todos os nossos educadores para o ambiente virtual.

Passamos a operar, em 20 de março de 2020, em ambiente 100% virtual, com exceção apenas das equipes de segurança e manutenção, que continuaram a trabalhar presencialmente em regime de escala, para garantir a integridade das nossas instalações.

5.5 - Alterações significativas

Ao mesmo tempo que tomamos essa decisão, iniciamos diversos preparos para o cuidado das pessoas no período de isolamento social, especialmente no que diz respeito aos aspectos psicológicos que a quarentena influencia. Assim, alguns dias depois do início das medidas de isolamento, começamos as atividades voltadas à saúde mental de nossa comunidade, com lives, vídeos, webinars e atividades diárias em vários horários, como Meditação, Kundalini Yoga, Aikido, entre outros.

A partir dos resultados positivos dessa experiência, estamos em fase de revisão de nossa política de home office para garantir a melhor eficiência e qualidade de nossas atividades e da rotina de nossos educadores, com sustentabilidade e entendendo que em diversos aspectos, a realidade de nossas atuações poderá mudar de forma definitiva.

Experiência Acadêmica

Podemos afirmar que nosso modelo acadêmico híbrido (Ecossistema Ânima de Aprendizagem - E2A) foi um importante diferencial nessa crise e converteu o que era uma tendência em realidade. Por termos implementado o E2A há mais de quatro anos, já contávamos com materiais e professores devidamente preparados em todas as disciplinas de todos os nossos cursos.

A partir do dia 29 de março, iniciamos um grande esforço de mobilização e preparação que nos possibilitou estarmos prontos para começar um grande trabalho de adaptação do cenário de aprendizagem para todos os nossos alunos. Seguindo nossos padrões de qualidade, o E2A nos permitiu que, a partir do dia 20 de março, 100% da nossa base de cerca de 140 mil alunos (que já inclui os alunos do Unicuritiba e da Unisul) vivesse sua experiência acadêmica a partir de suas casas, em um cenário de aprendizagem que usa a tecnologia como ferramenta de aprimoramento desse encontro entre professores e alunos.

Como resultado das medidas de isolamento impostas, vimos as instituições de ensino se dividirem em três perfis distintos: (i) as que mudaram o cenário de aprendizagem com qualidade, como nós; (ii) aquelas que mudaram a modalidade de ensino para o EAD impactando muito a experiência dos alunos e que tem enfrentado problemas com essa alternativa; e (iii) as que, por falta de ferramentas, simplesmente descontinuaram a prestação de serviço educacional.

Nosso cenário, com as mudanças decorrentes da pandemia da COVID-19, não se confunde com o denominado Ensino à Distância – EAD, em que, por definição da própria norma, profissionais da educação e alunos estão em lugares e tempos diferentes, ou seja, significa um modelo assíncrono de ensino. Nossos alunos estão vivendo a experiência digital junto com seus professores habituais, através de salas de aula virtuais, onde o ambiente oferecido é de simultaneidade, ao vivo, em locais diferentes para proteção de toda a sociedade nesse momento que enfrentamos.

Para o ciclo de captação do segundo semestre de 2020, lançamos o vestibular online e oferecemos aulas experimentais para “degustação” da Experiência Ânima para milhares de candidatos. Iniciativas de apresentar nossos cursos e campi não são novidade, mas o ambiente virtual nos proporcionou oferecer essa experiência em maior escala, aproveitando as ferramentas já empregadas nas aulas.

Resultados e Estrutura de Capital

No eixo Resultados e Estrutura de Capital, pautados em nosso 7º Princípio (o resultado é o meio para se construir o futuro), temos dedicado esforços no monitoramento intensivo dos nossos principais indicadores de negócio, com especial atenção no desenho de iniciativas que minimizem os impactos da COVID-19 na nossa base de alunos (captação e evasão) e no nosso resultado financeiro (inadimplência/PDD).

No âmbito da estrutura de capital, iniciamos o ano de 2020 preparados para superarmos, com resiliência, o atual momento. Realizamos uma oferta pública restrita primária de ações em janeiro de 2020, em que captamos R\$ 1,1 bilhão; e, adicionalmente, anunciamos a assinatura de um contrato de empréstimo de R\$ 450 milhões com o International Finance Corporation – IFC, indexado ao CDI, com 3 anos de carência e prazo total de 8 anos, melhorando ainda mais o perfil de nossa dívida.

5.5 - Alterações significativas

No que diz respeito a potenciais pressões em inadimplência que o cenário de aumento de desemprego em virtude da crise atual pode causar, adotamos algumas medidas preventivas, entre as quais destacamos:

- Firmamos uma parceria com a Mapfre Seguros para, em 2020, oferecer a todos os nossos estudantes, sem qualquer custo adicional para eles, um seguro educacional que, em casos de perda de renda decorrente da perda involuntária de emprego ou incapacidade física total temporária por doença ou acidente do responsável financeiro, poderá garantir o pagamento de até 3 mensalidades. Em caso de falecimentos do responsável financeiro, a garantia se estenderá para até 12 mensalidades.
- Estabelecemos, em virtude da nossa forte parceria com o Pravalier, novas alternativas para alunos com bom rendimento acadêmico, com financiamentos de 50% a 75%, com risco compartilhado, onde assumimos o primeiro ano e o Pravalier os anos seguintes.
- Antecipamos e intensificamos o programa “Decola”, que consiste na negociação de mensalidades atrasadas, com a flexibilização de multas e juros de atraso e melhor equacionamento dos pagamentos com foco na permanência dos alunos e continuidade de seus estudos especialmente nesse momento de incerteza e insegurança com o cenário econômico e de emprego do país.

Já em relação aos potenciais riscos nos nossos processos de captação e na permanência de nossos alunos, estruturamos uma base de dados específica para registro desse momento tão rico em informações e oportunidades. Entre outros registros, nosso Núcleo de Avaliação e Indicadores - NAVI, desenvolveu:

- um Relatório Diário de Evasão & Abandono que adiciona aos preditivos de evasão com os quais já trabalhamos, um cenário específico considerando os possíveis efeitos da Covid-19, relacionando-os com outras variáveis, tais como, o engajamento dos alunos nas plataformas virtuais, a impontualidade no pagamento dos boletos e o efeito da evasão de determinados alunos no seu grupo de influência.
- um Dashboard de Engajamento, com objetivo de acompanhar a utilização das plataformas digitais por todos nossos estudantes, possibilitando traçar planos de ação segmentados por público.

Esses dados, entre outros, passaram a ser disponibilizados online através do BI da Companhia e tem servido para subsidiar as tomadas de decisão estratégicas, táticas e operacionais de forma ágil.

Os desafios do momento que atravessamos podem ainda ter uma dimensão não determinada, pelas incertezas inerentes ao cenário do contágio. Contudo, a Companhia busca mapear estes riscos, monitorar os indicadores que apontem impactos causados pela pandemia, para basear suas decisões estratégicas.

Companhia

Cientes da responsabilidade de uma empresa de educação em um cenário de crise, em 20 de março, iniciamos uma campanha que chamamos de o “Conhecimento Não pode Parar”, através da qual oferecemos a as instituições de ensino, públicas e privadas brasileiras, o Ecossistema Anima, cujo objetivo é oferecer ferramentas para que continuem seus processos coeducativos, sem interrupção.

Integramos, ainda, diversas ações sociais no combate à COVID-19, como a doação de EPIs em nossos campi no Estado de Santa Catarina.

O Ânima Lab, nosso espaço maker, projetado para ser um ambiente de inovação integrado à comunidade, contribuiu na produção e confecção de máscaras tipo face shield e máscaras de tecido para distribuição à população em geral.

Em parceria com a empresa CEC BRA, de Jaraguá do Sul, reforçamos a produção de robôs “modelo China”, para higienização de ambientes hospitalares.

Desenvolvemos um aplicativo para gerenciamento de agenda e suporte psicológico a voluntários.

5.5 - Alterações significativas

Na Regional Sul, alunos e alunas da UniSociesc estão participando como voluntários na frente de combate ao COVID-19, atuando na triagem de pacientes na cidade de Joinville, sempre seguindo todas as orientações e protegidos com EPIs.

Na Cidade de Cubatão, alunos e alunas da Faculdade de Medicina da Universidade São Judas voluntariaram-se para atuar no combate à pandemia, sendo parte deles diretamente em campo e parte na retaguarda, tudo dentro de uma parceria com a Prefeitura de Cubatão através de convênio com o Ministério da Saúde.

Finalmente, fomos uma das empresas a assinar o manifesto “Não Demita”, iniciativa que conseguiu agregar mais de 4 mil empresas brasileiras que, cientes de sua responsabilidade social neste momento crítico do país, comprometeram-se a manter seus quadros de funcionários durante os meses de abril e maio.

LGPD

A Companhia iniciou projeto de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD” (Lei Federal nº 13.709/18) com o auxílio e consultoria de escritório de advocacia referência na atuação relacionada a Direito e Tecnologia. O projeto teve início em janeiro de 2020 com conclusão prevista para novembro do mesmo ano. Concomitantemente ao projeto de adequação em LGPD, a Companhia conta, atualmente, com o serviço de “DPO as a Service”, do mesmo escritório, que auxilia neste projeto, juntamente à DPO (*Data Protection Officer*).

A Companhia realizou o mapeamento de atividades de tratamento de dados e, com base no inventário de dados realizado, adequou instrumentos jurídicos internos e publicou sua Política Corporativa de Privacidade, bem como Aviso Interno de Privacidade (direcionado aos colaboradores) e Aviso Externo de Privacidade (direcionado ao público em geral), documentos estes que tratam das normas e condutas relativas à proteção de dados.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 11 de agosto de 2020, a Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. A política tem como objetivo apresentar as regras aplicáveis para o tratamento de dados pessoais, em atenção às disposições da LGPD, bem como organizar todos os pontos necessários para a construção de um Programa de Privacidade – Gestão e Governança que garanta a conformidade com a referida legislação.

Além disso, a Companhia conta hoje com software de automação no fluxo de solicitação de direitos do titular dos dados (*Data Subject Request*) e gestão do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados, que é uma plataforma norte-americana que contém os módulos de *Data Mapping* e *Data Discovery*, automação na resposta aos pedidos dos titulares, gestão da privacidade e proteção de dados das áreas de negócio e dos fornecedores, gestão universal de consentimento e orquestração de workflow. Por fim, a Companhia iniciou os trabalhos da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados interna, em que são discutidas, de forma colegiada, análises de atividades de tratamento de dados que possam gerar médio e alto risco para os negócios da Anima.

A LGPD entrou em vigência no mês de setembro de 2020, entretanto, a Lei nº 14.010/20 adiou a vigência das sanções previstas na LGPD para agosto de 2021. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	05/10/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	24/10/2013

6.3 - Breve Histórico

Nossa Companhia foi constituída com o objetivo de criar um complexo educacional brasileiro, focado no ensino superior e caracterizado por aliar qualidade pedagógica para nossos estudantes com resultados financeiros para nossos acionistas. Este objetivo se mostrou viável a partir da experiência significativa de um grupo de gestores que, de um lado, possuem vocação para o setor educacional e, de outro lado, agregam experiência no gerenciamento de empresas, incluindo processos de planejamento e reestruturação.

Essa combinação de vocação e experiência, aliada ao forte espírito empreendedor de nossos integrantes, fez com que nossos acionistas fundadores, antes mesmo da nossa criação formal, dessem início à jornada do grupo em 2003, quando foi feita a aquisição da Minas Gerais Educação S/A., mantenedora do Centro Universitário UNA (“UNA”), na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tradicional instituição de ensino superior da capital mineira.

Em 2006, nossos acionistas fundadores também se tornaram os únicos associados da Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS, mantenedora do Centro Universitário Monte Serrat (“Unimonte”), instituição criada na década de 70, na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. Ao ingressar na Unimonte nossos fundadores foram capazes de realizar uma reestruturação administrativa, financeira, acadêmica, de imagem e de pessoas, com foco na gestão integrada (sobretudo no âmbito financeiro e de pessoas) e esforços intensos de integração acadêmica com a UNA, proporcionando ganhos significativos em qualidade de ensino. A Associação Educacional do Litoral Santista – AELIS foi convertida, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A., da qual a Companhia hoje detém 100% do capital social. A IES mantida pela Unimonte teve sua denominação alterada em 2018 para Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, passando a estar completamente integrada à Universidade São Judas Tadeu.

No início de 2009, nossa controlada então denominada Instituto Mineiro de Educação e Cultura UniBH S.A. (“IMEC”) adquiriu os direitos sobre a manutenção do Centro Universitário de Belo Horizonte (“UniBH”), da FUNDAC-BH. O UniBH é uma das instituições mais tradicionais da capital mineira. Fundado em 1964, tornou-se uma referência no ensino, pesquisa e extensão na região. Seguindo os exemplos de reestruturação da UNA e Unimonte, promovemos uma ampla e significativa reestruturação do UniBH, que se encontrava em delicada situação financeira. Em setembro de 2018 foi aprovada a alteração do nome empresarial do IMEC, que passou a ser denominado IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A. Desde sua aquisição o UniBH já contava com um curso de Medicina. Em 2016 conseguimos aprovar um aumento de vagas, levando referido curso a contar com 160 vagas anuais autorizadas, comportando, assim, quando de sua maturidade, 360 alunos de Medicina.

No segundo semestre de 2009, após um acordo em uma disputa societária envolvendo nossos acionistas fundadores e os então acionistas minoritários das nossas controladas UNA e Unimonte, nossos acionistas fundadores detentores da maioria do capital dessas sociedades conferiram suas participações à Companhia. A partir de então, passamos a ser detentores de 62,75% do capital social de tais controladas. Os demais 37,25% do capital social das controladas permaneceram sob titularidade de outra sociedade pertencente aos antigos acionistas minoritários até 20 de dezembro de 2012, quando adquirimos participação societária residual minoritária em todas as controladas, passando a deter 100,0% do capital social da UNA, UniBH e Unimonte.

Em abril de 2012, admitimos como sócio, através de um aumento de capital, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, que passou a deter, em operações sequenciais à época, 28,54% do nosso capital social.

Em março de 2013, em um movimento de verticalização de nossos negócios na cidade de São Paulo, adquirimos inicialmente 58,0% das ações da BR Educação Executiva S.A. (“BR Educação”) e o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, conferiu ao nosso capital os demais 42,0% das ações de emissão da BR Educação, com o que passamos a deter 100,0% das ações desta companhia. A BR Educação era titular de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e da HSM Educação S.A., empresas focadas na educação continuada, principalmente para a área corporativa, sendo os demais 50,0% detidos, à época, pelas sociedades RBS Participações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., com as quais foi assinado um acordo de acionistas.

No primeiro semestre de 2013, como forma de otimizar a gestão do grupo, iniciamos uma reestruturação com o objetivo de segregar os ativos imobiliários anteriormente detidos por nossas controladas em duas sociedades detidas integralmente por nossos acionistas fundadores.

Em 24 de outubro de 2013, a CVM deferiu o nosso pedido de registro de emissor na categoria “A”, bem como o nosso pedido de registro de nossa oferta pública de ações. Na ocasião, contávamos com 49 mil alunos distribuídos em 17 campi em 3 Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 10 de abril de 2014, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, através do qual nossa subsidiária integral Brasil Educação S/A (nova denominação da Minas Gerais Educação S.A.) adquiriu 100% do capital

6.3 - Breve Histórico

social da sociedade mantenedora da Universidade São Judas Tadeu, sediada na capital do Estado de São Paulo. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 18 de junho de 2014.

Em abril de 2014, o BR Educacional Fundo de Investimento em Participações vendeu parte de sua participação no mercado e parte ao Península Fundo de Investimento em Participações, zerando completamente sua posição acionária em nosso capital em maio de 2015.

Em 17 de dezembro de 2014, celebramos Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças através do qual a BR Educação Executiva S.A. (“BREE”), nossa subsidiária integral, adquiriu a totalidade das ações das HSM, com o que as HSM se tornaram subsidiárias integrais da BREE. Dessa forma, nós passamos a deter, indiretamente, 100% das ações das HSM, sendo encerrados consequentemente os acordos de acionistas das HSM, até então vigentes.

Em 18 de dezembro de 2015, assinamos o Instrumento Particular de Investimento, Reestruturação da SOCIESC e outras Avenças, através do qual a PGP Educação S.A. (“PGP”), nossa subsidiária integral, assumiu a titularidade de todos os direitos sobre a Sociedade Educacional de Santa Catarina (“SOCIESC”), sediada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Fundada em 1959, quando da criação da Escola Técnica Tupy, a SOCIESC é uma das maiores referências de ensino de qualidade na Região Sul do país. A partir do ano 2000, expandiu fortemente suas atividades, para atuação em diversas modalidades de ensino (do Ensino Fundamental à Pós- Graduação), com unidades presenciais em 5 cidades de Santa Catarina (Joinville, Florianópolis, Blumenau, São Bento do Sul e Balneário Camboriú) e na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Desde julho de 2017 nossa estratégia de expansão orgânica abriu mais duas unidades no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Itajaí e Jaraguá do Sul. Recentemente, com a aprovação da aquisição do Unicuritiba, passamos a utilizar exclusivamente essa nova marca adquirida na cidade de Curitiba, pelo que a Sociesc deixou de atuar no Estado do Paraná, concentrando suas atividades em Santa Catarina.

Em 04 de março de 2016, aprovamos a formação de uma sociedade, em joint venture, com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, denominada “Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda.” (“LCB Ânima”), através da qual a Companhia e o grupo Le Cordon Bleu detém participação de 50% cada. Fundada em 1895 e construída em mais de um século de tradição e excelência, a rede Le Cordon Bleu está comprometida com a inovação e as melhores práticas de Gastronomia, Hospitalidade e Gestão através de uma rede internacional, com presença em mais de 20 países, contando com excelência em ensino, aprendizagem e pesquisa, realizados em conjunto com o desenvolvimento de produtos e serviços de altíssimo padrão de qualidade. No mês de maio de 2018 foi inaugurado o “Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo”.

Em 28 de junho de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da FACEB Educação Ltda., mantenedora da Faculdade Alis de Bom Despacho e da Faculdade de Educação de Bom Despacho, sediadas na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. Até então com aproximadamente 4,3 mil alunos distribuídos em um portfólio de cursos diversificado e de alto valor agregado, incluindo Direito, Engenharias, Arquitetura, Medicina Veterinária e Agronomia, a Alis Educacional S.A. já era referência na região em que atuava e reconhecida pelo seu compromisso com a inovação e com a qualidade de ensino. Dentro da nossa estratégia de expansão, as mantidas Alis Educacional S.A. passaram a ser denominadas UNA. Em 3 de maio de 2017, seu projeto de excelência possibilitou à Faculdade UNA de Bom Despacho (“UNA Bom Despacho”) o credenciamento como Centro Universitário UNA de Bom Despacho. A UNA Bom Despacho abriu em 2017 uma nova unidade na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais e no ano de 2018 uma nova unidade na cidade de Jataí, no Estado de Goiás, ampliando o alcance da marca UNA para além do Estado de Minas Gerais. Em 2019 uma nova unidade da UNA foi aberta no Estado de Goiás, na cidade de Itumbiara.

Em 12 de agosto de 2016, assinamos o Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa controlada HSM do Brasil S/A passou a ser titular da totalidade de quotas e direitos da sociedade GKT Treinamento Consultoria e Editora Ltda., cujo nome fantasia é “Academia de Estratégia” — ACAD”. A ACAD tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por objeto social a prestação de serviços de treinamento em geral, incluindo desenvolvimento gerencial e profissional, capacitação executiva e desenvolvimento estratégico, consultoria educacional, organização, produção e promoção de eventos e edição de livros. A ACAD já foi incorporada na HSM do Brasil S.A. com integral consolidação das atividades.

6.3 - Breve Histórico

Em 3 de outubro de 2016 assinamos o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual nossa subsidiária integral PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., celebrou um negócio jurídico que resultou na titularidade de todas as quotas e direitos da Politécnico Participações Ltda (nova denominação da Eurolatino Participações Ltda) e Instituto Politécnico de Ensino Ltda., mantenedores da Faculdade Politécnica de Uberlândia e da Faculdade Politécnica de Goiás, sediadas nas cidades de Uberlândia e Catalão, Estados de Minas Gerais e Goiás, respectivamente. Então com aproximadamente 2,3 mil alunos matriculados, distribuídos em 14 cursos de graduação presencial, são incluídos neste portfólio 4 cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, entre outros. Seguindo nossa estratégia de marcas regionais e expansão, as faculdades oriundas dessa aquisição se tornaram Faculdades UNA.

Em 01 de novembro de 2017, a BR Educação, nossa subsidiária integral, foi cindida, com versão total de seu patrimônio para a HSM do Brasil S.A. e PGP. Em virtude da cisão, a HSM do Brasil S.A. e a PGP, até então nossas controladas indiretas, passaram a ser nossas subsidiárias integrais. A cisão total da BR Educação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, de forma a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração, na PGP, das atividades educacionais, em especial cursos, e a concentração, na HSM do Brasil S.A., das atividades relacionadas a eventos corporativos, criação e alienação de conteúdo, edição e produção de conteúdo relacionado à educação corporativa.

Em 01 de dezembro de 2017, o Instituto Politécnico de Ensino Ltda. incorporou a Politécnico Participações Ltda. Desta forma, a PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser a titular de 100% do capital social do Instituto Politécnico de Ensino Ltda. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, controladas pela Companhia, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades no Instituto Politécnico de Ensino Ltda.

Em 2018, a SOCIESC foi transformada, na forma da Lei, em sociedade anônima, hoje denominada Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S/A, da qual a PGP Educação S/A detém, na presente data, 100% do capital social.

Em 01 de janeiro de 2018, a HSM do Brasil S/A incorporou a ACAD. A incorporação fez parte de um processo de reestruturação organizacional das empresas, com vistas a simplificar a estrutura societária, promovendo a concentração de atividades na nossa controlada HSM do Brasil S/A. Todas as operações acima listadas visam assegurar a expansão das atividades do Grupo no âmbito educacional.

Em 22 de fevereiro de 2018, os acionistas aprovaram a alteração do nome empresarial da até então “GAEC Educação S.A.” para “ÂNIMA HOLDING S.A.”, vez que a Companhia é conhecida no mercado por “Ânima” e, também, com vistas a retratar sua atividade principal.

Em 18 de julho de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos sobre a Manutenção de Instituição de Ensino Superior e outras Avenças, por meio do qual a PGP, firmou negócio jurídico que resultou na titularidade da manutenção e dos direitos da Faculdade Jangada, sediada na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. A transação representou um importante passo em nosso plano de expansão em Santa Catarina. No início de 2018, a SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA - SOCIESC S.A. (“SOCIESC” ou “UniSociesc”) iniciou suas atividades em Jaraguá do Sul, cidade que está a menos de 50Km de Joinville, onde se encontra sua principal operação. Seguindo nossa estratégia de expansão, a Faculdade Jangada passou a ser denominada Faculdade SOCIESC de Jaraguá do Sul.

Em mais um importante passo para nosso plano de crescimento na região do oeste de Minas Gerais e Goiás, reforçando nossa atuação na cidade de Catalão, Estado de Goiás, foi celebrado, em 01 de agosto de 2018, o Instrumento Particular de Aquisição de Participação Societária e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, passou a ser titular da totalidade das quotas da CESUC Educação SS Ltda. (“CESUC”), mantenedora do Centro de Ensino Superior de Catalão, e da Sociedade Catalana de Educação Ltda, mantenedora da Faculdade de Ensino Superior de Catalão e da Faculdade de Tecnologia de Catalão – FATECA. O CESUC é a principal instituição de Ensino Superior de Catalão e contava então com aproximadamente 2,5 mil alunos matriculados, distribuídos em 9 cursos de graduação presencial, incluídos neste portfólio cursos de Engenharia, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Psicologia entre outros. A integração do CESUC com a UNA possibilita a captura de sinergias, compartilhamento de melhores práticas e novos investimentos, buscando sempre melhorar continuamente a qualidade do ensino por meio da integração e valorização das comunidades acadêmicas e dos times de gestão. Mantendo nossa estratégia de expansão, a CESUC teve sua denominação alterada para UNA Catalão.

6.3 - Breve Histórico

Ainda no final de 2018, foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, por meio do qual a Brasil Educação S.A., passou a ser titular da manutenção e dos direitos da Faculdade Divinópolis (FACED), sediada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. Fundada em 1969, a FACED é uma das principais instituições de Ensino Superior de Divinópolis, com aproximadamente 800 alunos e 5 cursos de graduação (administração, direito, ciências contábeis, moda e psicologia). A transação acelerou o processo de crescimento orgânico, da UNA na cidade, fortalecendo nossa posição competitiva na cidade com relevante incremento na oferta de vagas.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações (“Península FIP”), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais (o “Acordo de Acionistas com o Península FIP”).

Em agosto de 2019 celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A., um negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda. e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 5 unidades, sendo um centro universitário localizado na cidade de Paripiranga, Estado da Bahia, quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. A Companhia acredita que a transação apresenta alto potencial de criação de valor a seus acionistas, especialmente em relação à taxa interna de retorno do investimento, representando um passo muito importante em sua estratégia de expansão, com a primeira operação na região Nordeste, e um portfólio que inclui dois cursos de Medicina: um curso já autorizado com 126 vagas anuais, em seu terceiro ano de funcionamento e um curso autorizado em fevereiro de 2020, com início de funcionamento no segundo semestre de 2020, com 50 vagas. Desta forma, esta Transação marca a entrada estratégica da Companhia na Região Nordeste e também o fortalecimento da vertical de Saúde do Grupo Ânima, que vem sendo implementada por uma equipe especializada, de dedicação exclusiva e com vasta experiência na implantação e autorização de mais de 50 cursos de Medicina no Brasil, em IES Privadas e Públicas ao longo dos últimos anos.

Em novembro de 2019, se deu a assinatura do Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE ocorrida em fevereiro de 2020, e do MEC. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Como resultado da transação, caso exerça a opção objeto do referido Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, a Companhia potencializará sua posição como uma das instituições mais relevantes no mercado de ensino superior brasileiro de alta qualidade, assumindo, com as marcas UniSociesc e UNISUL, posição de liderança no Estado de Santa Catarina, um dos maiores mercados do Brasil, e com alto atributo de excelência acadêmica e garantindo presença em 7 das 11 maiores praças deste Estado. A UNISUL possuía 1,3 mil alunos de Medicina, e poderá chegar na maturidade a até 2.058 alunos, incluindo PROUNI e FIES. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade da vendedora. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação de eventuais créditos, inclusive dos aluguéis dos imóveis onde estão instalados os campi das IES UNISUL, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Além da UNISUL ser reconhecidamente uma marca de forte reputação e entre as líderes da região, se exercida a opção, a Companhia aumenta de forma relevante seu número de vagas de medicina, em regiões prósperas do país e cidades com elevado potencial de aumento de vagas, se e quando o marco regulatório permitir, fortalecendo ainda mais a “vertical da saúde”. O perfil institucional da UNISUL se encaixa perfeitamente com a estratégia da Companhia: marcas locais fortes e de referência em qualidade acadêmica em seus respectivos mercados.

6.3 - Breve Histórico

Em dezembro de 2019 foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., um negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possuía cerca de 5.200 estudantes. O crescimento da base de alunos associado as sinergias acadêmicas e administrativas nos fazem estimar as sinergias dessa operação em R\$ 29,2 milhões/ano em 2025. Na transação, foi estabelecida uma data de corte de todas as contingências e dívidas, na data do fechamento, sendo que tudo o que ocorrer com fato gerador anterior ao fechamento é de responsabilidade dos vendedores. Como garantia pelas contingências passadas, foi negociada a compensação dos aluguéis dos imóveis onde está instalado o campus da UNICURITIBA, já que permaneceram no domínio dos vendedores, com aluguel para nós. A operação já está bem estabelecida, não indicando necessidade de CAPEX adicional relevante. Com esta união, a CompanhiaEducação visa potencializar todas as características que tornaram o UNICURITIBA uma das instituições de ensino superior mais destacadas no país e, ao mesmo tempo, abrir novos horizontes de crescimento e amadurecimento. Portanto, a expectativa é que o UNICURITIBA possa atuar de maneira ainda mais estratégica em frentes diversas, como o aprimoramento da experiência e aprendizado dos seus alunos, a consolidação do portfólio de cursos em linha com as necessidades do mercado, e a maior adaptação à evolução do mundo e das nuances do universo do trabalho. Para a Companhia, a integração com o UNICURITIBA intensifica os recentes movimentos promovidos no Sul do País, na busca por ampliar a oferta de educação de qualidade a um número cada vez maior de brasileiros.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Companhia, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A (“INSEGNARE”) com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultou na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso em fase de aprovação na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

As transações mencionadas acima, realizadas em 2020, não estão sujeitas à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, sendo os resultados das adquiridas já consolidados em nossos resultados a partir dos meses em que realizadas.

Em novembro de 2020, foi celebrado um contrato de aquisição dos ativos e operações do Grupo Laureate no Brasil (“Transação”), que possui total alinhamento com nosso posicionamento de alta qualidade, com a tradição e origem de nossas marcas e gozam de sólida reputação em seus respectivos mercados. A atuação em geografias complementares e relevantes é mais uma das características desta Transação. Com a aquisição, nós iremos expandir a presença em mercados que correspondem atualmente a 75% do total de matrículas no ensino superior brasileiro. Além disso, a Companhia passará a contar com novas vagas de Medicina em cidades importantes do país que, somadas às vagas atuais, na maturidade, alcançarão um total de 2.260 vagas ou 16.254 alunos, o que torna a Companhia um grupo educacional ainda mais destacado nesse segmento no país. As marcas diferenciadas, em localização privilegiada e complementar, a significativa ampliação da atuação no segmento da educação médica, somadas a um amplo leque de sinergias potenciais, fazem desta Transação uma oportunidade única de ampliação de nosso propósito, escala e impacto na sociedade. Dentre as condições para implementação da Transação, ressalta-se a condição suspensiva de aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da nossa Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 6 foram descritas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

Somos uma das maiores organizações educacionais privadas de ensino superior do país, tanto em termos de receita como em número de estudantes matriculados, de acordo com a Hoper Educação.

Em 30 de setembro de 2020, apresentamos uma base média de aproximadamente 119 mil estudantes matriculados em cursos presenciais e à distância de graduação, pós-graduação e ensino técnico, em diversos *campi* localizados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Bahia e Sergipe.

Em 2018, e como resultado da excelência acadêmica que vem sendo implementada, a Ânima foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como o melhor centro universitário privado de Santa Catarina (UniSociesc) e a segunda melhor de São Paulo (Universidade de São Judas Tadeu). No mesmo ano, a Ânima também foi reconhecida pelo MEC como o melhor Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e o segundo melhor de Bahia (UNIAGES).

A Companhia foi eleita pela CNN a empresa mais notável na categoria educação no ano de 2020. A cerimônia de entrega do Prêmio Notáveis CNN será realizada no dia 02 de dezembro de 2020.

Possuímos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas de educação, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz em capacidade de conciliar escala com oferta de ensino de alta qualidade.

Temos mais de 17 anos de experiência no setor de ensino superior brasileiro, contando com uma rede de:

- doze Centros Universitários: (i) dois em Belo Horizonte/MG (Una e UniBH); (ii) um em Bom Despacho/MG (Una); (iii) um em Betim/MG (Una); (iv) um em Uberlândia/MG (Una); (v) dois em Curitiba/PR (Unisociesc e Unicuritiba); (vi) um em Joinville/SC (Unisociesc); (vii) um em Blumenau/SC (Unisociesc); (viii) um em Santos/SP (São Judas – Campus Unimonte); (ix) um em Paripiranga/BA (Ages); e (x) um em Guanambi (Unifg).
- a Universidade São Judas Tadeu (São Judas) na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e campus fora de sede na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo;
- outras Faculdades, nas cidades de (i) Conselheiro Lafaiete; Contagem, Divinópolis, Pouso Alegre, Itabira, Sete Lagoas e Vespasiano (localizadas no Estado de Minas Gerais); (ii) Itumbiara, Catalão, Jataí (localizadas no Estado de Goiás); (iii) Balneário Camboriú, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul (localizadas no Estado de Santa Catarina); (iv) Lagarto (localizada no Estado do Sergipe); (v) Tucano, Jacobina e Senhor do Bonfim (localizadas no Estado da Bahia).

Experimentamos um momento de nítida evolução da Companhia em todas as suas dimensões: resultados consistentemente crescentes, com margem EBITDA avançando na direção programada e motivando a reativação da remuneração variável da gestão (programa P2A), crescimento da base de alunos, melhora da retenção, evolução do ecossistema Ânima de aprendizagem, transformação digital em contínuo desenvolvimento, base de dados cada vez mais estruturada, suportando nossas iniciativas e, em especial, fornecendo elementos para um processo decisório maduro e ágil. Tudo isso dentro de uma estrutura de governança coesa, estruturada e capaz de reduzir o *delay* entre a estratégia de longo prazo e a execução presente.

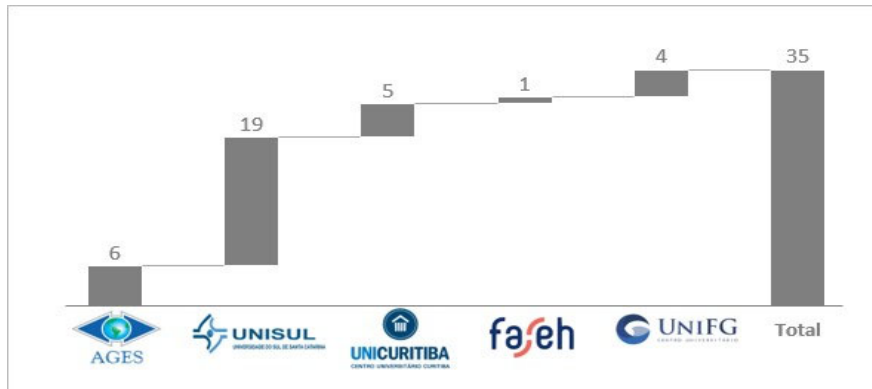
Iniciamos o ano de 2020 com resultados positivos, uma estrutura de capital sólida e lúcida. Em março de 2020, começamos a viver uma nova realidade trazida pela pandemia da COVID-19. Com todas as incertezas do cenário mundial atual, parece existir ao menos uma convicção aprendida nesse período: pessoas, empresas, governos e instituições não serão mais os mesmos. Temos diante de nós a oportunidade de fortalecer e acelerar diversas das nossas práticas inovadoras e também de abandonar algumas antigas. Estamos convictos de que este período difícil nos trará novas referências.

Agilidade para tomar decisões e implementar mudanças, adaptabilidade à nova forma de interação pessoal e profissional e criatividade nas soluções adotadas são diferenciais que acreditamos nos colocaram em uma posição privilegiada no setor educacional, em que todas as atividades, de alunos e educadores, estão mantidas com qualidade.

A indústria da educação no Brasil ainda é muito pulverizada, com oportunidades de consolidação. A Ânima realizou a aquisição de dois dos nossos competidores em 2019 e uma opção de compra de manutenção: UNIAGES, Universidade localizada na Bahia, e com 5.600 estudantes; UNISUL, Universidade com ensino presencial e à distância localizada em Santa Catarina e com aproximadamente 19.000 estudantes; e UNICURITIBA, Universidade localizada no estado do Paraná, com cerca de 5.200 alunos. Dando sequência à nossa estratégia de expansão, concluímos em maio e em julho de 2020, respectivamente, duas importantes aquisições: FASEH, Faculdade da Saúde e Ecologia Humana localizada em Minas Gerais; e UniFG, Centro Universitário na Bahia. Estas aquisições refletem a estratégia da Companhia, alinhando o driver estratégico para medicina. Várias oportunidades foram já identificadas e estão sendo seguidas com atenção.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Número de alunos adicionados com movimentos de M&A desde 2019



Os movimentos recentes de M&A também aumentam a exposição à Vertical da Medicina. A Ânima obteve a opção para aquisição dos direitos da UNISUL, que permite a aquisição integral da UNISUL até 4 de janeiro de 2021.

A título de exemplo, a opção de compra da UNISUL tem o potencial de aumentar cerca de dois mil estudantes de medicina. A aquisição da Faseh tem o potencial de aumentar cerca de mil e quatrocentos estudantes de medicina e a UnifG com o potencial de mil e oitocentos alunos na maturidade.

Adicionalmente, a Companhia sagrou-se vencedora no processo competitivo para a aquisição dos ativos educacionais brasileiros do Grupo Laureate. Os contratos definitivos foram assinados em 30 de outubro de 2020 com o Grupo Laureate e a transação está sujeita às aprovações e cumprimento de condições suspensivas para seu fechamento. Para maiores informações, vide “Acontecimentos Recentes”, nesta seção 7.1 do Formulário de Referência.

A Companhia pretende manter esta área como estratégica, devido às margens altas, ao desequilíbrio de demanda e oferta e também devido às barreiras de entrada regulatórias.

Potencial de Medicina na Maturidade

Marca	Região	Vagas	Fies	Prouni	Total	Alunos matriculados 2019	Potencial na maturidade	Possível crescimento
UnibH	Belo Horizonte/MG	160	16	16	192	994	1.152	158
USJT	Cubatão/SP	50	5	5	60	108	360	252
Ages (a)	Jacobina/BA	126	12	12	150	208	900	692
Ages	Irecê/BA	50	5	5	60	-	360	360
Faseh	Vespasiano/MG	100	10	10	120	597	720	123
Unifg	Guanambi/BA	50	5	5	60	220	360	140
Subtotal		536	53	53	642	2.127	3.852	1.725
Unifg (b)	Brumado/BA	50	5	5	60	-	360	360
Subtotal		50	5	5	60	-	360	360
Unisul (c)	Santa Catarina/SC	287	28	28	343	1.300	2.058	758
Subtotal		287	28	28	343	1.300	2.058	758
UNA (d)	Tucuruí/PA	50	5	5	60	-	360	360
USJT (d)	Limeira/SP	55	5	5	65	-	390	390
Subtotal		105	10	10	125	-	750	750
Adicionais USJT	Cubatão/SP	50	5	5	60	-	360	360
Adicionais Ages	Irecê/BA	50	5	5	60	-	360	360
Adicionais USJT Limeira	Limeira/SP	50	5	5	60	-	360	360
Adicionais Unifg	Brumado/BA	100	10	10	120	-	720	720
Subtotal		250	25	25	300	-	1.800	1.800
Total		1.228	121	121	1.470	3.427	8.820	5.393

(a) aguardando publicação da portaria de aumento de vagas de 85 para 126

(b) em fase final de construção do prédio, início previsto para 2021_2.

(c) existe ação do MPF para não admitirmos a quantidade total de alunos

(d) *sub judice* por questionamento de concorrentes. Vencemos o Edital, mas o segundo colocado recorreu na Justiça, já ganhamos em primeira instância.

(e) parecer da CAMEM desfavorável ao aumento de vagas por quantidade de leitos disponíveis, recorreremos ao CNE

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 2014, a Ânima Educação se estruturou para participar do Programa Mais Médicos (PMM), tendo tido sucesso nos certames de 2014 e 2017 e em 2019, instituiu a Vertical de Medicina, denominada Inspirali. O programa Mais Médicos é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidade Básicas de Saúde (UBS), além da oferta de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

A Vertical de Medicina, é conduzida por uma equipe, que nos últimos 12 anos assessorou 54 Instituições de Ensino Superior dentre as quais 19 Universidades, 17 Centros Universitários e 18 Faculdades na elaboração de seus projetos político-pedagógicos para implantação e/ou reestruturação de cursos de Medicina.

Como resultado deste esforço a companhia venceu a concorrência em 3 (três) localidades, nas cidades de Cubatão e Limeira, no Estado de São Paulo, e na cidade de Tucuruí, Estado do Pará. Adicionalmente, a Vertical de Medicina modernizou a proposta acadêmica dos Cursos de Medicina da companhia e mapeou instituições de ensino de medicina em todo o território Brasil com perfil compatível com o da Ânima Educação, contribuindo assim para o pipeline de fusões e aquisições, como foram os casos das Faculdades Ages de Medicina em 2019 e da Faseh e UniFG em 2020. Atualmente, a Ânima Educação conta com 33,8 mil alunos matriculados em cursos da área da saúde, dos quais 4,2 mil em nossos cursos de Medicina (já considerados os cursos em cogestão com a UNISUL), com o potencial de atingir cerca de 9,0 mil alunos quando alcançar a maturidade em suas unidades, majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, as mais privilegiadas.

O foco atual da Vertical de Medicina, em linha com a tendência do setor, é desenvolver soluções que agreguem valor a todo o ciclo de vida de nosso aluno: admissão, escola médica, residência médica e ao seu “*lifelong learning*”.

Nosso portfólio inclui a HSM, que acreditamos ser uma das mais renomadas instituições de educação corporativa no Brasil. Acreditamos ser líderes em termos de participantes no mercado de organização de grandes eventos de gestão empresarial, com público médio anual de oito a nove mil participantes, que, em sua maioria, são altos executivos de grandes empresas. Os eventos organizados pela HSM no Brasil têm por objetivo estimular a discussão de temas de vanguarda de gestão global, e contam com a participação de conferencistas mundialmente reconhecidos, como Yuval Noah Harari, Michael Phelps e Peter Diamands.

A HSM, fundada há mais de 30 anos, também se destaca por oferecer soluções educacionais como Cursos In Company, que integram metodologia e acompanhamento diferenciados para atender às necessidades das empresas no desenvolvimento de seus colaboradores e líderes. Adicionalmente, a HSM é responsável pela Revista HSM Management, além do HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão.

Em 2016, a Ânima lançou a Escola Brasileira de Direito (EBRADI), instituição que oferece cursos de Pós-Graduação 100% on-line, além de cursos preparatórios para o exame da OAB (também oferecido integralmente à distância).

Nossos cursos possuem como patronos os principais nomes do direito brasileiro, como Ives Gandra, Humberto Theodoro Junior, Pedro Paulo Teixeira Manus, dentre outros.

Em maio de 2018, foi inaugurado um relevante projeto da Ânima Educação: a Le Cordon Bleu São Paulo. Formada a partir de uma joint venture com a Le Cordon Bleu Paris, a Ânima trouxe para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a principal rede de escolas de culinária e hospitalidade do mundo, com 35 institutos em 20 países. A Le Cordon Bleu Paris combina inovação e criatividade com tradição através de seus certificados e diplomas. A instituição, agora também paulistana, está dedicada a fornecer o mais alto nível de instrução culinária e de hospitalidade através de programas de nível mundial.

Desde 2016, iniciamos um processo de evolução digital, quando adotamos a metodologia *Lean* para resolução de problemas relacionados aos serviços acadêmicos e financeiros prestados aos nossos alunos. Rapidamente aprendemos que tecnologia seria um meio fundamental para o atingimento de nossos resultados, mas que exigiria muito mais de nossos esforços de transformação.

Então, em 2018, demos início a uma nova fase: Transformação digital. Muito além de encontrar soluções baseadas em tecnologia, estamos mudando nossa forma de interagir e trabalhar. Nossas decisões precisavam ter o aluno no centro e ser orientadas por dados. Tecnologia não poderia mais ser um departamento, mas uma competência das áreas de negócios. Com essas referências demos um novo sentido para a nossa jornada e potencializamos nossa contribuição para transformar o país pela educação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

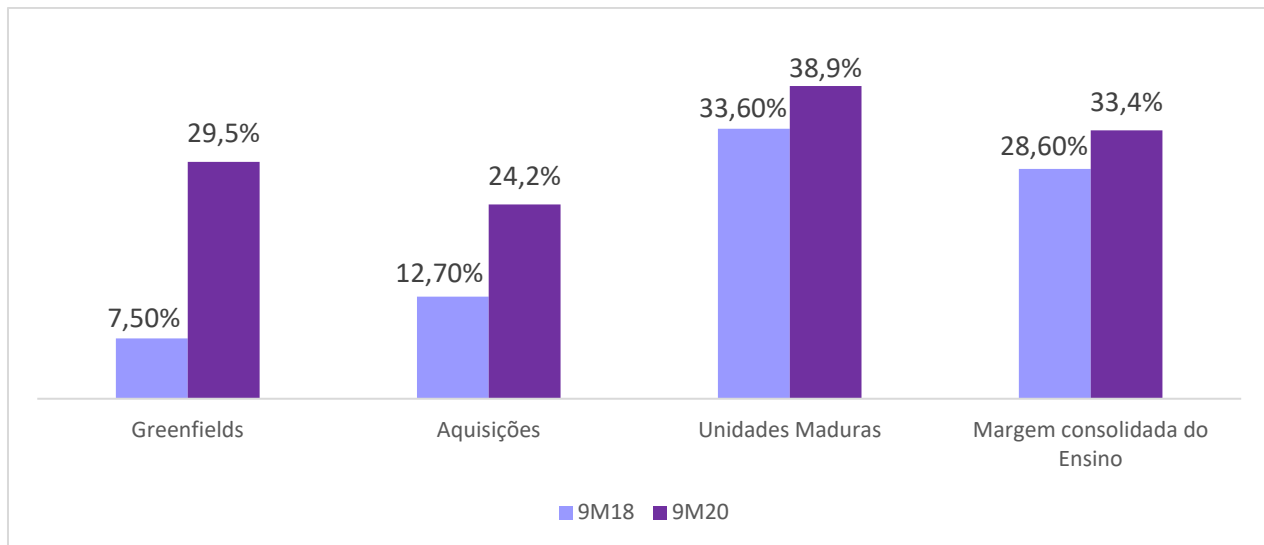
Atualmente, contamos com 25 squads, que são apoiados por cerca de 200 pessoas distribuídas em times multidisciplinares com competência e autonomia para desenvolver produtos e serviços conectados a um fluxo de valor orientado pela centralidade no aluno. Como base, as squads trabalham com foco em gerar impacto de negócio e garantir valor para todos os stakeholders. O desafio é contínuo com ciclos de entregas mais curtos e experimentação, aprendizado e adaptação como premissas essenciais.

Em 2019, a Ânima se destacou entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com o Valor Inovação Brasil (julho de 2019), se posicionando em terceiro lugar no ranking do setor de serviços. Ainda em 2019 a Ânima figurou no Anuário Época Negócios 360º Melhores Empresas do Brasil como a melhor companhia do setor de educação no quesito Governança Corporativa, e a segunda melhor na dimensão de Visão de Futuro. Por fim, especificamente sobre o departamento de Relações com Investidores, a companhia foi eleita por ter o Melhor Programa de RI assim como Melhor Executivo de RI dentre as companhias small cap, pelo IR Magazine Brazil Awards 2019.

Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização à distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Movimentos recentes de expansão, somados à base de ativos de medicina em maturação resultarão em um aumento significativo dos resultados operacionais do Segmento Ensino, seja por aquisição ou *greenfield*, a execução do processo de integração desses novos projetos tem sido bem-sucedida.

Margem Operacional do Segmento Educacional da Ânima (Excluindo o efeito do IFRS)



Notas:

¹ Considera Una, UniBH e São Judas (incluindo campus Unimonte, mas excluindo aquisições e novas unidades acadêmicas abertas a partir de 2016)

² Considera as aquisições realizadas ao longo de 2016 (UniSociosc Fev'16, Una Bom Despacho Jul'16 e Una Uberlândia Out'16), AGES em Ago'19, Unicuritiba a partir de Fev'20, Faseh a partir de Maio'20 e UniFG a partir de Julho'20

³ Considera expansão orgânica: Unidades de Sete Lagoas (Jul'16), Catalão (Out'16), Divinópolis (Fev'17), Pouso Alegre (Mar'17), Nova Serrana (Abr'17), São Bento do Sul (Jan'17), Itajaí (Jul'17), Itabira (Jan'18), Jataí (Jan'18), Jabaquara (Jan'18), Santo Amaro (Jan'18), Paulista (Jan'18), Palácio Avenida (Jan'18), Jaraguá do Sul (Jan'18), Vila Leopoldina (Jan'19), Santana (Jan'19), São Bernardo do Campo (Jan'19), Guarulhos (Jan'19), Cubatão (Jan'19), Florianópolis Continente (Jan'19), Conselheiro Lafaiete (Jan'19), Itumbiara (Jan'19), e as aquisições realizadas em 2018 (CESUC, Faculdade Jangada e Faced)

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A tabela abaixo apresenta nossos principais indicadores financeiros e operacionais.

Destaques Financeiros e Operacionais Consolidados	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		<i>(em R\$ Milhões, exceto se de outra forma indicado)</i>		
	2020	2019	2018	2017
Receita líquida	1.046,1	1.181,5	1.102,5	1.045,7
Lucro Bruto	548,6	509,9	395,3	399,1
Lucro líquido (prejuízo)	(7,6)	(9,6)	2,3	85,2
EBITDA	215,2	243,1	93,0	137,6
Margem EBITDA (%) ⁽¹⁾	20,6	20,6	8,4	13,2
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	310,5	292,8	169,9	173,9
Margem EBITDA Ajustado (%) ⁽³⁾	29,7	24,8	15,4	16,6
Estudantes matriculados (mil)	119,3	110,3	97,2	91,2
Novas matrículas (mil) ⁽⁴⁾	47,3	47,6	45,1	37,5
Dívida Líquida	(112,8)	505,5	208,6	167,5

(1) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida

(2) EBITDA ajustado por gastos de natureza não recorrente de nossas controladas.

(3) Margem EBITDA Ajustada: EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

(4) Inclui novos estudantes, transferências de estudantes de outras Faculdades e estudantes que estão retornando em razão de (i) desrampamento de matrícula; e/ou (ii) ingresso em novo curso para obtenção de novo título de ensino superior.

Partindo de uma operação inicial em 2003 com cerca de 3,8 mil estudantes matriculados, apresentamos um crescimento sólido e constante de nossos resultados nos últimos 16 anos, tanto por crescimento orgânico, quanto por aquisições. Nos últimos três anos, a nossa receita líquida consolidada passou de R\$1.045,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.181,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento anual composto de 4,2%. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, a nossa receita líquida consolidada foi de R\$1.046,1 milhões, um crescimento de 21,4% quando comparado com o mesmo período de 2019. Nos últimos três anos, o nosso EBITDA Ajustado representou um crescimento anual composto de 68,4%, passando de R\$173,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$292,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, o nosso EBITDA Ajustado foi de R\$310,5 milhões, um crescimento de 33,7% quando comparado com o mesmo período de 2019. Este resultado inclui, além de um consistente crescimento orgânico de nossas unidades, a contínua melhoria de nossa eficiência operacional.

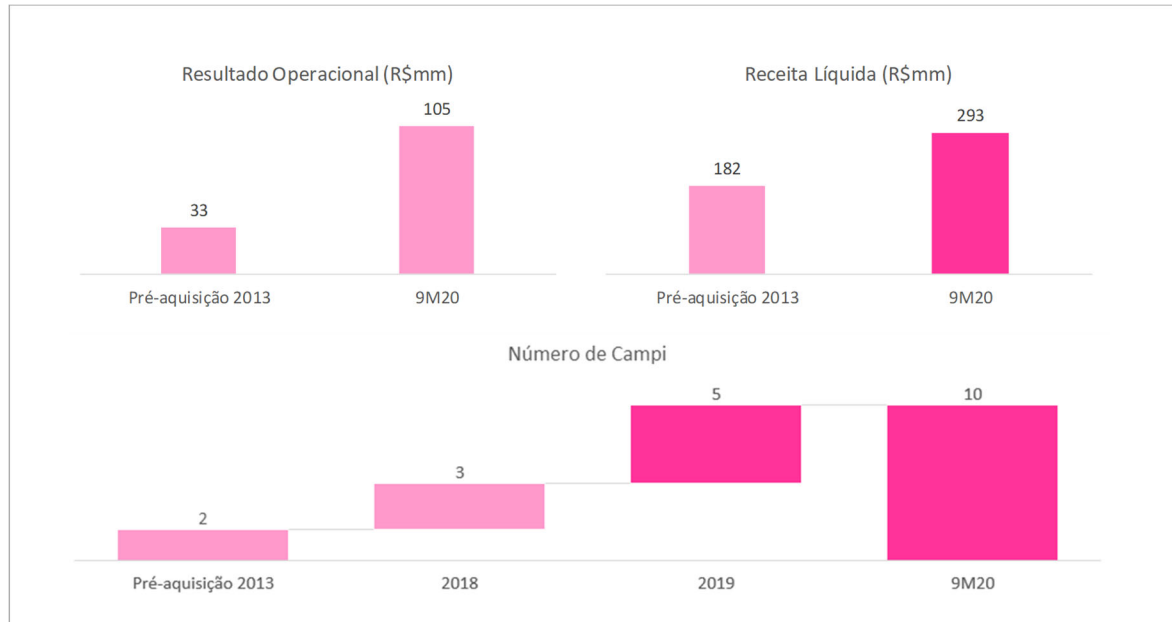
Nossa instituição tem como princípio preservar e fomentar a interação entre professores e estudantes, respeitando a autonomia e características de seus docentes, em equilíbrio com os ganhos de escala e de qualidade auferidos com a padronização de diretrizes curriculares, processos e sistemas. Nosso modelo acadêmico, que começou a ser implantado desde 2008, é fundamentado em uma metodologia educacional própria que contempla forte interdisciplinaridade, com foco no desenvolvimento de competências, além de uma organização curricular modular, na qual são estabelecidas linhas de formação com indicação dos elementos básicos de progressão do estudante no curso. O modelo de currículo modular proporciona grande flexibilidade para a gestão acadêmica, e acreditamos resultar em qualidade superior de ensino, evidenciada pelos rankings e resultados de avaliações divulgados pelo MEC anualmente.

Entendemos que o setor de educação no Brasil apresenta grande potencial de crescimento e consolidação por diversas razões, dentre as quais destacamos:

- (i) crescimento populacional, bem como do mercado de trabalho;
- (ii) aumento da renda familiar;
- (iii) aumento da demanda por mão de obra qualificada;
- (iv) recente e crescente oferta de crédito educacional pelo setor privado;
- (iv) fragmentação do setor, que está em meio a um processo de consolidação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Como exemplo de um caso de aquisição com execução que vem trazendo melhorias constantes em resultados financeiros podemos citar a Universidade São Judas Tadeu, que adquirimos em 2014 e tem tido desempenho crescente conforme podemos observar na tabela abaixo:



Em vista disso, acreditamos estar bem posicionados para aproveitar esse crescimento e o movimento crescente de consolidação do mercado em razão da reputação das 14 marcas que compõe o nosso portfólio (Una, UniBH, Universidade São Judas Tadeu, UniSociesc, AGES, Le Cordon Bleu São Paulo, HSM, hsmU, EBRADI, Singularity Brasil, Unisul, Unicuritiba, Faseh e UniFG) e da nossa experiência em aquisição e integração de outras instituições de ensino.

Aquisição de controle da Room Sistemas Interativos Ltda. (“MEDROOM”)

Em 18 de novembro de 2020, a Dysgu Educacional Ltda., subsidiária da Companhia, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças e demais instrumentos conexos, visando a aquisição do controle societário da MEDROOM, empresa de base tecnológica (startup) líder no Brasil no desenvolvimento de soluções em tecnologias imersivas (Realidade Virtual – RV e Realidade Aumentada - RA) para educação médica. O novo hub oferecerá, para as startups, programas de desenvolvimento de negócios que incluem conexão com grandes empresas, mentoria, espaço de trabalho, programas da SingularityU Brazil, acesso à rede global da Singularity University e a programas específicos realizados internamente com startups e grandes corporações.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados

Atualmente, organizamos nossas atividades em cinco segmentos operacionais, quais sejam:

• Ensino Superior:

Prestamos serviços educacionais de ensino superior, que compreendem (i) cursos de graduação, (ii) pós-graduação lato sensu, (iii) pós-graduação *strictu sensu* e (iv) cursos de extensão, por meio das nossas instituições de ensino.

• Outros Negócios:

o *Vertical de Gestão*: Prestamos serviços de educação executiva continuada, que compreendem atividades de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company* e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, por meio da nossa subsidiária HSM do Brasil S.A.

o *Vertical de Direito*: Prestamos serviços educacionais de ensino superior, que compreendem (i) cursos de pós-graduação lato sensu e (ii) cursos de extensão, por meio da Escola Brasileira de Direito (Ebradi)

o *Vertical de Hospitalidade*: Prestamos serviços educacionais de ensino superior, que compreende cursos de extensão, por meio da Le Cordon Bleu São Paulo

o *Vertical de Medicina*: Em outubro de 2018, formamos uma equipe dedicada exclusivamente aos cursos de saúde que vem, desde então, trabalhando no aprimoramento dos cursos de saúde já ofertados por nossas instituições, no desenvolvimento dos novos cursos de Medicina aprovados ou em fase de aprovação no âmbito do programa mais médicos (Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013), e no apoio à nossa equipe de M&A para seleção e escolha dos melhores ativos de medicina e saúde.

No período encerrado de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, bem como nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2018 e 2019, as nossas receitas foram compostas (i) pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais relativos ao ensino superior, prestados em nossos campi e (ii) pelos valores relativos aos serviços educacionais de educação executiva continuada.

Para maiores informações sobre os nossos serviços prestados e sobre nossas unidades de ensino e instalações, vide nessa Seção 7 deste Formulário de Referência.

b. Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia.

Na tabela abaixo a nossa receita líquida para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019 e para os últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	1.006,1	96,2%
Segmento de Outros Negócios	40,0	3,8%
Total	1.046,1	100,0%

Dados consolidados	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	826,9	96,0%
Segmento de Outros Negócios	34,7	4,0%
Total	861,6	100,0%

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	1.111,4	94,1%
Segmento de Outros Negócios	70,1	5,9%
Total	1.181,5	100,0%

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	1.024,0	92,9%
Segmento de Outros Negócios	78,5	7,1%
Total	1.102,5	100,0%

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
	Receita líquida (R\$ milhões)	Participação na receita líquida (%)
Segmento de Ensino Superior	984,8	94,2%
Segmento de Outros Negócios	60,8	5,8%
Total	1.045,6	100,0%

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia.

Indicamos na tabela abaixo o nosso lucro líquido em cada um desses segmentos para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e 2019, e para os últimos três exercícios sociais:

Dados consolidados	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	235,4	(3.097,4)%
Segmento de Outros Negócios	(64,1)	843,4%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(178,8)	2.352,6%
Total	(7,6)	100,0%

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Dados consolidados	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	153,0	818,2%
Segmento de Outros Negócios	(10,3)	(55,1)%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(124,0)	(663,1)%
Total	18,7	100,0%

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	166,1	(1730,2)%
Segmento de Outros Negócios	(5,7)	59,4%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(170,0)	1770,8%
Total	(9,6)	100,0%

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	158,3	6.882,6%
Segmento de Outros Negócios	(10,2)	(443,5)%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(145,8)	(6339,1)%
Total	2,3	100,0%

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

Dados consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
	(Prejuízo) Lucro líquido (R\$ milhões)	Participação no (Prejuízo) Lucro líquido (%)
Segmento de Ensino Superior	196,4	230,5%
Segmento de Outros Negócios	(2,0)	(2,3)%
Parcela não alocada ⁽¹⁾	(109,3)	(128,3)%
Total	85,2	100,0%

(1) A parcela não alocada refere-se majoritariamente a atividades administrativas do nosso Grupo realizadas por nossa Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Os serviços educacionais ofertados pelas instituições do Grupo Ânima Educação vão da Educação Básica à Pós-Graduação, passando pela graduação (tecnológica, bacharelado e licenciatura), pós-graduação lato sensu (Especialização) e stricto sensu (Mestrado e Doutorado), cursos de idiomas, programas de extensão e educação executiva, nas modalidades presencial e digital, além de projetos de consultoria a empresas e órgãos públicos, em diferentes áreas de atuação. Todos os produtos e serviços ofertados aos alunos estão organizados em uma perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (Life Long Learning) e compõem de forma integrada o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A).

A – Características do processo de produção:

1. Cursos Presenciais

A modalidade de ensino presencial concentra a maior fatia dos produtos oferecidos pela Ânima em todos os seus segmentos de atuação (ensino básico, graduação, pós-graduação e cursos livres). Os cursos presenciais mesclam diferentes metodologias de ensino a fim de assegurar que o processo de aprendizagem se dê de forma autônoma, individualizada e efetiva. Mesmo na modalidade presencial, a tecnologia está presente em todas as práticas acadêmicas, mediante a utilização de modernas plataformas de aprendizagem, dentre elas merecem destaque:

- (i) **Adapti Ingressante** (programa de nivelamento e reforço dos conteúdos do ensino básico essenciais à compreensão e permanência do ingressante no ensino superior);
- (ii) **Vida & Carreira** (plataforma digital desenvolvida pela Ânima, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das competências atitudinais e comportamentais do discente, além de promover a conexão com o mercado de trabalho, por meio da oferta de vagas);
- (iii) **Ebradi OAB 100%** (programa de verificação e acompanhamento da aprendizagem, exclusivo para os concluintes do curso de Direito, voltado à empregabilidade através da preparação do futuro egresso para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil e para concursos públicos).
- (iv) **Ulife - Sala de Aula Virtual** (ambiente digital de aprendizagem da respectiva disciplina ou unidade curricular, que favorece o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas).

As práticas educacionais adotadas pela Ânima estão em constante e ininterrupto processo de revisão e atualização, a fim de assegurar que a vivência prática da profissão e o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais necessárias ao perfil do egresso pretendido ocorram, efetivamente, do primeiro ao último dia do curso. Esse movimento de repensar o modo e a forma como ensinamos e aprendemos tem como marco o ano de 2008, momento no qual a Ânima definiu sua opção pelo regime modular para estruturação de seus currículos.

A modularização deu oportunidade a construção de matrizes curriculares inovadoras, interdisciplinares e flexíveis, possibilitando a utilização de modernos recursos tecnológicos no, até então, tradicional ambiente universitário, além de assegurar eficiente gestão financeira e melhor alocação dos recursos da Companhia.

Por meio de um rigoroso processo de qualidade, que vai da concepção acadêmica dos cursos à gestão da oferta semestral de turmas e disciplinas, concebemos um modelo próprio de gestão que, além de atender a todos os requisitos legais e institucionais, assegura diferenciada qualidade acadêmica, ranqueando nossos cursos de graduação nas melhores posições, segundo dados oficiais do Ministério da Educação. A expertise do modelo de gestão concebido pela Ânima está na conciliação entre qualidade acadêmica e eficiência operacional.

A evolução de nossos indicadores e crescimento exponencial das operações da Companhia ao longo dos últimos 16 anos nos instiga a buscar, constantemente, a melhoria dos nossos produtos e o aprimoramento dos processos acadêmicos. Imbuídos na missão de transformar o país pela educação iniciamos, em 2015, o projeto de convergência curricular, entendendo ser esse o primeiro esforço para a concepção de um modelo acadêmico robusto, escalável e gerenciável. A primeira etapa do projeto, dedicada à uniformização das matrizes curriculares para as IES Ânima, foi concluída no primeiro semestre de 2016, apresentando ganhos acadêmicos e operacionais, já apurados, muito consistentes.

Em outubro de 2016, a Companhia redesenhou sua estrutura organizacional e, dentre outras mudanças, instituiu a Vice- Presidência Acadêmica, que incorporava a estrutura da anterior Diretoria Acadêmica, tendo como escopo principal assegurar a evolução constante do modelo acadêmico e a criação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem ("E2A"), com implementação de um piloto em agosto de 2017.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 2019, a Vice-Presidência Acadêmica, liderada pela professora Denise Campos, ganhou o reforço de um time engajado de colaboradores, incorporando a Diretoria de Integração Curricular, com os coordenadores responsáveis pelas áreas de conhecimento (Arquitetura e Urbanismo & Design, Ciência Médicas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Arte & Comunicação, Ciências Humanas, Tecnologia da Informação & Computação, Ciências Jurídicas, Engenharias, Gestão & Negócios, Turismo & Hospitalidade), a Diretoria de Estratégia e Planejamento, a Diretoria de Projetos para o Sucesso do Aluno e a Diretoria de Personalização, a fim de assegurar sinergia entre o projeto acadêmico e o plano de negócio da empresa, e o desafio de traduzir, interna e externamente, o que seria o Índice de Qualidade Ânima, o IQA, nosso DNA de qualidade acadêmica.

O E2A surge em um momento em que a Companhia reflete sobre suas práticas e redefine seu escopo de atuação, renovando seu compromisso de maximizar os resultados acadêmicos já alcançados, sem perder o foco na eficiência operacional e no fortalecimento da governança. Projetado para representar um modelo de educação contemporizado com a sociedade do século 21, assumindo como vocação ser um projeto acadêmico diferenciado.

O E2A tem como diferencial a formação por competências, como forma de garantir a empregabilidade dos egressos. Novas formas acadêmicas de se planejar e organizar os currículos foram criadas e algumas premissas se tornaram pilares para a sustentação das escolhas acadêmicas que o regem, dentre elas a formação por competências, a interdisciplinaridade, a empregabilidade, o docente, o ambiente digital e a avaliação processual, como metacognição.

O currículo dos cursos ofertados pela Ânima é organizado em Unidades Curriculares, de forma integrada, em níveis de ambiência, que levam em consideração, sobretudo, as competências a serem desenvolvidas. Rompe-se com a ideia de currículo pautado na “distribuição de disciplinas em grades” em que o conhecimento é “prisoneiro” de pontos de vista singulares, definitivos, estanques, incomunicados e passa-se a considerar a Unidade Curricular organizada por competências como a unidade mínima do currículo, trabalhando temas que superam as tradicionais barreiras disciplinares, com a atuação de pelo menos dois professores que trabalham de forma integrada no planejamento das aulas, atividades, desempenhos e avaliações.

Todas as experiências que se vivenciam dentro e fora da Instituição de Ensino, e que se constituem como instrumentos viabilizadores da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão passaram, desde 2019, a integrar o currículo. Os projetos e atividades de extensão compõem 10% da carga horária dos cursos, cumprindo a Resolução no. 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, mas principalmente, promovendo a aplicação dos conhecimentos em projetos que promovem a relação da Universidade com as demandas da sociedade. Estes projetos são também instrumentos para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, novas experimentações e desenvolvimento de novas competências, o que permite ofertar ao estudante um autônomo, personalizado, sólido e crítico processo de formação.

A mudança proposta está assentada em dois pilares: i) emprego da tecnologia a serviço da aprendizagem; ii) currículo pensado e organizado a partir das necessidades do aluno do século 21. Ao disponibilizar um projeto de formação para o estudante em qualquer tempo e onde quer que ele esteja, a antiga sala de aula, marcada pelo excesso de aulas expositivas, se transmuta em um espaço contemporâneo, entendido como a sala de aula ampliada, voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades mediante a realização de práticas, experimentações, problematizações, vivências e demonstrações de desempenho. Além de preparar o aluno para a vivência profissional, as salas de aulas ampliadas geram o senso de comunidade, a sociabilidade, convivência, coletivismo e o senso de pertencimento.

No currículo dos cursos, é ofertado para os alunos ingressantes o Programa de Vida & Carreira que tem o objetivo de fazer a conexão do projeto de vida do aluno, o projeto de formação proposto pelo E2A e a realidade do mundo do trabalho. No primeiro semestre o projeto de formação é apresentado ao aluno, que faz uma avaliação das suas competências socioemocionais e pode escolher cursar trilhas para o autodesenvolvimento. Com o auxílio dos professores tutores, os alunos refletem sobre o projeto de vida e a cada Unidade Curricular cursada, é conferida uma certificação das competências profissionais e socioemocionais e esta informação passa a integrar o currículo profissional do aluno, que vai sendo construído na Plataforma ao longo da formação. A Plataforma também oferece vagas de estágios e oportunidades de trabalho. Ao clicar na vaga desejada, o aluno recebe um score, resultado da comparação entre as competências exigidas pela vaga e as competências que possui. Desta forma, o programa contribui para o discente no que se refere à autogestão da carreira, indicando também as competências que ainda precisará desenvolver.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com a concepção e implementação do E2A, a Ânima Educação avança mais no objetivo de criar um marco institucional para o que almeja como um indicador de sua qualidade. O Índice de Ânima de Qualidade – IAQ – será obtido pelos resultados de seus processos de Avaliação Interna (AI) somados aos de sua Avaliação Externa (AE) (avaliações in loco em processos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, bem como ENADE) e também aos Índices de Conclusão de Curso (ICC) que, por sua vez, serão somados aos resultados obtidos em pesquisas que apontem onde estão nossos egressos (Empregabilidade e Carreira – EC). A representação dessa equação da qualidade seria: $AI + AE + ICC + EC = IAQ$. Para a obtenção desse indicador, temos envidado nossos esforços, pois fomos o primeiro grupo educacional brasileiro a adotar o modelo de formação por competência em escala, assumindo a dianteira da inovação no ensino superior, e gerando benchmarking para várias outras escolas do país.

Aulas híbridas

Desde 2018, a Ânima Educação iniciou uma jornada de atualização de seus sistemas para viabilizar a flexibilização e personalização da aprendizagem de modo que a mediação pelo presencial ou digital, quando a legislação assim permitir, seja uma escolha do aluno, atendendo suas preferências e necessidades. A recente alteração regulatória por meio da Portaria MEC Nº 2117/2019, que aumenta o limite da oferta digital nos cursos presenciais de 20% (vinte por cento) para 40% (quarenta por cento), vai ao encontro da tendência de maior flexibilização no formato de aprendizagem, em linha com este posicionamento estratégico da Companhia.

Estudos recentes revelam que a educação híbrida, ao combinar metodologias e tecnologias, envolvendo a interação entre atividades educativas presenciais e online, potencializa a construção de aprendizagens significativas. Esta abordagem se apresenta como uma premissa do ecossistema de aprendizagem Ânima, tanto na modalidade de ensino presencial ou a distância.

O ambiente virtual de aprendizagem – AVA é utilizado para estudo dos materiais didáticos e interação entre alunos e professor tutor para discussão dos conteúdos e esclarecimento de dúvidas. Os encontros presenciais são destinados ao desenvolvimento de atividades de aplicação de conhecimentos, discussão, sínteses, atividades de avaliação e auto avaliação da aprendizagem, realização de exercícios, dentre outras, conforme características de cada área de conhecimento e sempre levando-se em conta o uso de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O modelo híbrido mais adotado nas aulas é o da sala de aula invertida (*flipped classroom*),

Material Didático

O material didático das disciplinas híbridas é constituído por conteúdo curado das nossas bibliotecas com elementos de intratextualidade que conectam os diferentes tipos de textos (vídeos, podcasts, animações, infográficos, dentre outros) e conteúdo online, organizados sob a forma de atividades que se conectam de forma fluida ao material e às atividades dos encontros presenciais. O planejamento da curadoria e organização dos conteúdos dos materiais se estrutura a partir do plano de ensino, em conformidade com as ementas, bibliografias básica e complementar e perfil do egresso constantes no Projeto Pedagógico do Curso, e ocorre sob a orientação da área de Aprendizagem Digital da Ânima.

A relação do aluno com os conteúdos ocorre por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com a mediação de um professor tutor, que também disponibiliza materiais complementares para ampliação e aprofundamento dos estudos.

Além do material didático, os alunos utilizam as bibliotecas virtuais parceiras a Ânima, tais como a Biblioteca Digital, Minha Biblioteca, Ebsco, dentre outras fontes. Essas bibliotecas referenciam e apoiam o processo ensino-aprendizagem com diversos recursos interativos e dinâmicos, possibilitando o acesso à informações atualizadas e legitimadas por selos editoriais de referência como Manole, Contexto, InterSaberes, Casa do Psicólogo, Papirus, Ática, Scipione, Educus, Cia das Letras, Jaypee Brothers, Aleph, Rideel, Lexicon, Callis, Interciência, Digital Page, ArtMed, Artes médicas, Bookman, Penso, McGraw-Hill); Grupo Gen (Ed. LTC, Forense, Método, Atlas, Guanabara Koogan, Roca); e Saraiva.

As bibliotecas virtuais estão disponíveis, gratuitamente para toda a comunidade Ânima e de forma ilimitada.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

2. Cursos na modalidade a Distância – EAD

No segundo semestre de 2010, foi criado o Instituto Una de Educação a Distância, constituído com o objetivo de conduzir a concepção, a produção, a difusão, a gestão e a avaliação dos projetos em EaD.

Em julho de 2014, foi publicada a portaria do MEC de credenciamento do Centro Universitário Una para oferta de cursos a distância, atualmente com 27 cursos de licenciatura, bacharelado e educação tecnológica, bem como de pós-graduação lato sensu, distribuídos em 22 polos de atendimento presencial nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

A oferta de cursos à distância, pela Ânima, aumentou substancialmente em 2016, com o portfólio do Centro Universitário SOCIESC, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, nessa modalidade de ensino.

O Centro Universitário SOCIESC dispõe de 15 (quinze) cursos de graduação na modalidade a distância, distribuídos em seus 22 (vinte e dois) Polos de Atendimento Presencial nos Estados do Paraná e Santa Catarina, já credenciados pelo MEC.

Em 2017, o Centro Universitário Una de Bom Despacho foi credenciado para oferta de Educação a Distância, tendo iniciado a oferta de graduação EaD.

Atualmente ele conta com 15 (quinze) cursos de graduação a distância, distribuídos em seus 20 (vinte) Polos de Atendimento Presencial nos Estados de Minas Gerais e Goiás.

No mesmo ano, o Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH foi credenciado para oferta de cursos de graduação a distância.

O Centro Universitário São Judas Tadeu - CSJT, credenciado em 2018, possui 19 (dezenove) cursos de graduação a distância em 9 (nove) Polos de Atendimento Presencial para EaD no Estado de São Paulo.

A Universidade São Judas Tadeu também está credenciada para oferta de cursos de graduação a distância, desde 2019.

Polos (Unidades Acadêmicas) de Atendimento Presencial

Os Polos de Atendimento Presencial são unidades operacionais regionais para o desenvolvimento de atividades relativas aos cursos e programas de EaD. Oferecem infraestruturas física e tecnológica para atender os alunos em suas necessidades acadêmico-pedagógicas que envolvem, uso de laboratórios, biblioteca física, orientação de estudo com professores, avaliações, entre outros.

Metodologia

A Educação a Distância é uma modalidade de educação formal caracterizada pelo distanciamento físico e temporal entre os sujeitos – professores, tutores e alunos – em que as tecnologias digitais de informação e comunicação são utilizadas como meios para compartilhar conhecimentos e experiências. Na Ânima, a educação a distância tem o seu desenho educacional orientado pelo uso de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem e sustentado nos princípios da colaboração, interação, interatividade, e pela diversidade de recursos e objetos de aprendizagem.

As disciplinas dos cursos à distância possuem carga horária compatível com as competências e habilidades que se deseja desenvolver e a mediação do processo ensino-aprendizagem é realizada por um professor tutor, com titulação mínima de mestre e formação aderente ao conteúdo ministrado.

A relação entre professores tutores, alunos e conteúdo é mediada por ambiente virtual de aprendizagem, objetos de aprendizagem (vídeo-aulas, podcasts, infográficos, telas interativas, ferramenta de videoconferência) e experiências de aprendizagem síncronas e assíncronas (webinar com exposição e discussão de temas, debates em fóruns de discussão, exercícios, atividades individuais e em grupo, etc.).

No ambiente virtual de aprendizagem alunos e professores contam também com ferramentas de comunicação para viabilizar a interação e como apoio acadêmico-pedagógico, são elas: Fale com o tutor, Mensagem, Mural, Chat, Lounge; Fóruns de discussão e o Conexão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nas disciplinas híbridas esses recursos e experiências assumem novos contornos e os encontros presenciais semanais ou quinzenais conectam os estudos realizados no ambiente virtual, promovendo a participação dos alunos em atividades de resolução de problemas e engajando-os em experiências práticas de aplicação dos conteúdos estudados.

O professor presencial, responsável pela condução do processo ensino-aprendizagem no ambiente presencial tem o papel de vivenciar o conteúdo com os alunos, levando-os a fazer as conexões necessárias e a aprender a aprender. A metodologia ativa é o elemento estruturante das atividades presenciais e cabe a este professor auxiliar os alunos a fazerem as conexões entre o aprendido e o vivenciado.

O processo de aprendizagem se desenvolve, assim, pela congruência entre atividades teóricas e práticas desafiadoras, envolvendo situações diversificadas que favorecem a aplicação do conhecimento em situações reais ou simuladas envolvendo a futura profissão.

3. Nivelamento ADAPTI

Os ingressantes dos cursos de graduação (bacharelados, tecnólogos e licenciaturas) das IES da Ânima tem a oportunidade de passar pelo programa de Nivelamento, atividade complementar que tem como finalidade desenvolver as habilidades básicas de raciocínio lógico (Matemática) e de interpretação de texto (Língua Portuguesa) bem como reciclar habilidades e conceitos do Ensino Médio, cujos conhecimentos são importantes para seu bom aproveitamento acadêmico.

O Nivelamento é realizado com a utilização do Adapti, uma plataforma de atividade adaptativa individual, que propõe atividades diferentes para cada aluno a partir dos índices de acerto e erro às tarefas de aprendizagem.

O Programa Adapti ocorre a partir de uma avaliação prévia do aluno (processo seletivo/vestibular), propondo-se missões de acordo com as habilidades necessárias para que cada discente possa ter um melhor rendimento no curso escolhido. Para cada missão são disponibilizados conteúdos diferentes.

Para alunos ingressantes pelo ENEM, por transferência ou por obtenção de novo título, o próprio sistema indica questões para medir o nível de conhecimento e, a partir das respostas, designa missões para aprimorar o conhecimento desses alunos.

A plataforma objetiva ainda, identificar as potencialidades e dificuldades dos alunos por meio de relatórios e diagnóstico de desempenho detalhados. Essa mensuração é utilizada para traçar um mapa de conteúdos do Ensino Médio, com as necessidades de reciclagem, cruzando as disciplinas, de modo que consiga avançar simultaneamente em cada uma delas. Pode-se verificar ainda, que, alunos que cursam integralmente o programa, têm 20 vezes mais chances de serem aprovados nas disciplinas regulares de seu curso de escolha.

Com base na plataforma Adapti Ingressante, a instituição busca aperfeiçoar seu ciclo pedagógico, acompanhando o desenvolvimento acadêmico do aluno. A IES, ao aliar educação e tecnologia, procura identificar e trabalhar de forma específica as necessidades de cada discente. Como consequência, há a melhora significativa da qualidade de ensino, contribuindo com a constante busca da excelência acadêmica.

4. Pós-Graduação

A educação continuada possui relevante destaque no Projeto Acadêmico e no Plano de Negócios das Instituições de Ensino Ânima, ao longo dos seus 17 anos de atuação no mercado educacional brasileiro.

Até 2013, os cursos de especialização eram ofertados exclusivamente na modalidade presencial, nos campi das IES Ânima. Em 2014, com o Credenciamento do Centro Universitário Una para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, iniciou-se a oferta dos cursos de pós-graduação EaD pela Una. Em 2016, foi definida a expansão na pós-graduação EaD e, mediante parceria celebrada entre a Una e a EBRADI, elaborou-se um portfólio inovador e de diferenciada qualidade técnica na área do Direito, com o lançamento de seis cursos de especialização online, nas seguintes áreas: Advocacia Tributária; Advocacia do Direito Negocial Imobiliário; Direito Penal e Processo Penal Aplicados; Advocacia Trabalhista; Advocacia Cível e Advocacia Empresarial. A concepção do projeto acadêmico para os referidos cursos contou com a participação direta de renomados juristas do país, a saber: Ives Gandra Martins; Flávio Tartuce; Guilherme De Souza Nucci; Pedro Paulo Teixeira Manus; Humberto Theodoro Júnior e Marcus Elidius Michelli de Almeida.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Ainda em 2016, em uma ação sinérgica à implementação do Ecossistema Ânima de Aprendizagem, foi definido o novo desenho curricular dos cursos de pós-graduação lato sensu. O modelo em questão é fruto de um denso processo de pesquisa mercadológica desenvolvido entre setembro de 2015 e outubro de 2016 que, dentre outros objetivos, buscou:

- (i) Mapear as principais competências profissionais e comportamentais pretendidas pelo mercado para os egressos de cada uma das grandes áreas de atuação profissional;
- (ii) Conhecer as melhores práticas educacionais, nacionais e internacionais, no campo da pós-graduação lato sensu;
- (iii) Definir o perfil de egresso pretendido pela Ânima para os seus cursos de especialização e assegurar a lapidação do discente no decorrer do curso;
- (iv) Conceber produtos atrativos e de reconhecida qualidade acadêmica, a fim de ampliar a participação da Companhia no referido segmento, em todas as suas praças de atuação;
- (v) Majorar a taxa de conversão dos egressos dos cursos de graduação, assegurando a permanência do aluno nas IES, através dos programas de educação continuada.

O novo design curricular testado, inicialmente, em um projeto piloto na área da Gestão e ampliado, a partir do 1º semestre de 2017, para todas as grandes áreas do conhecimento, foi estruturado a partir das seguintes premissas acadêmicas:

- (i) Concepção de módulo comum por área do conhecimento, com duração de 120 horas, assegurando que todos os conteúdos ministrados no decorrer do curso guardem íntima relação com a área de atuação do futuro egresso;
- (ii) Inclusão da disciplina “Autoconhecimento e Autodesenvolvimento Pessoal e Profissional” na matriz curricular de todos os cursos de pós-graduação lato sensu. O conteúdo em questão foi desenvolvido em parceria com Grupo DMRH e com a Cia de Talentos que, juntas, somam mais de 50 anos de atuação no mercado brasileiro e em vários países da América Latina dedicados à atração, recrutamento, seleção e desenvolvimento de jovens profissionais;
- (iii) Utilização, por todos os discentes dos cursos de especialização, do inventário de personalidade FACET5. A ferramenta, fundamentada na Big 5 Theory, é um recurso mundialmente empregado em seleção, treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos, que permite o entendimento de como as pessoas diferem em termos de comportamento, motivação, atitudes e aspirações;
- (iv) Construção, pelo aluno, do seu próprio PDI – Plano de Desenvolvimento Individual, visando o desenvolvimento dos gaps identificados durante sua jornada de autoconhecimento;
- (v) Disponibilização, pelo Grupo DMRH, do menu de opções de desenvolvimento para as competências avaliadas no FACET5, a saber: a) Liderança; b) Comunicação; c) Relacionamento Interpessoal; d) Análise e Tomada de Decisão; e) Iniciativa e Empenho; f) Planejamento e Organização;
- (vi) Introdução da disciplina Negociação, em formato de skills para o trabalho, no módulo comum da pós-graduação, propiciando ao aluno a capacidade de dominar os saberes e as competências necessárias à sua atuação profissional nos processos de negociação e tomada de decisões estratégicas voltadas ao negócio em que atua;
- (vii) Parceria com a HSM, referência nacional em conhecimento de Gestão, dando oportunidade a todos os alunos a vivência de diferentes experiências através da utilização das várias plataformas e da participação nos eventos promovidos pela HSM;
- (viii) Inclusão da “Experiência Internacional” na matriz curricular dos cursos de Gestão. Diferentemente do “módulo internacional”, comumente ofertado por outras IES, a ‘experiência internacional’ concebida pela Ânima Educação assegurará a participação de todos os alunos efetivamente matriculados no curso, assegurando o enriquecimento do currículo e da vivência profissional do discente;
- (ix) Assessoria de carreira no decorrer e após a conclusão do curso de especialização, visando a empregabilidade dos alunos;
- (x) Obediência aos requisitos legais exigidos para a expedição do certificado de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu na área pretendida pelo aluno, com especial atenção à regulamentação própria a cargo dos Conselhos de Classe.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dentre outras motivações, objetivou-se, quando da concepção do novo projeto de educação continuada, estabelecer condições efetivas para ampliar a participação da Universidade São Judas Tadeu no mercado de especialização da cidade São Paulo, Estado de São Paulo. Com o novo portfólio, implementado no 2º semestre de 2016, a USJT apresentou crescimento de 60,84% em sua base de alunos da pós-graduação, se comparado ao resultado obtido no 1º semestre de 2016.

Na edição de 2017 do “Guia do MBA” publicada pelo Jornal o Estado de São Paulo, o Centro Universitário Una se destaca dentre as IES da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pelo grande número de cursos recomendados. Do total dos 51 cursos indicados na capital mineira, 14 são ofertados pela Una, a saber: MBA em Auditoria em Saúde e Gestão da Qualidade; MBA em Gestão Estratégica de Projetos; MBA em Gestão de Qualidade; MBA em Logística; MBA em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente; MBA em Coaching: Life, Executive e Business Coaching; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; MBA em Liderança Estratégica e Gestão de Equipes de Alta Performance; MBA em Gestão Estratégica da Comunicação Organizacional; MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas; MBA em Gestão Tributária; MBA em Mercado Financeiro com ênfase em Banking; MBA em Controladoria e Auditoria; MBA em Gestão Estratégica de Negócios.

O projeto acadêmico inovador, financeiramente acessível e direcionado para o desenvolvimento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos seus alunos credenciam a Ânima Educação para ampliar sua participação no mercado de pós-graduação lato sensu, sendo essa a meta a ser perseguida.

Em 2018, reportando para a Vice Presidência de Educação Continuada, foi constituída a Diretoria de Pós-Graduação Lato Sensu, com o objetivo de estruturar os processos e sistemas da Companhia para uma atuação mais eficiente e relevante em toda a vida adulta e profissional dos nossos alunos. Consequentemente, tornando a Ânima Educação um dos players mais relevantes no *lifelong learning* em todo o território Brasileiro.

Em parceria com a Vice-presidência Acadêmica, em 2020, foi desenvolvido o catálogo de cursos de pós-graduação, organizado em áreas de conhecimento e as disciplinas também foram substituídas por *nanodegrees*, que oferecem aos alunos uma experiência híbrida e integrada, com momentos online, com uso mais intensivo das tecnologias, e momentos presenciais com professores e experts.

5. Educação Executiva Continuada

Tanto as modalidades presenciais, como a virtual, são usadas como metodologia para prestação de nossos serviços de educação executiva continuada.

As atividades de educação executiva continuada são planejadas anualmente e seu processo inclui a escolha de temas de interesse do mercado executivo e a identificação de palestrantes especializados, como autores de best-sellers na área de gestão, além da prospecção e identificação de mercados regionais com demanda para os nossos eventos. A identificação dos temas a serem abordados e dos locais de realização dos nossos eventos, dá-se por meio da análise do nosso público-alvo.

6. Projetos de Consultoria

O Setor de Gestão e Inovação Tecnológica da SOCIESC tem alcançado grande relevância junto à Ânima Educação, por desenvolver parcerias para o desenvolvimento de soluções corporativas, visando auxiliar as empresas nos processos de gestão, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; desenvolvimento de materiais didáticos; assessoria técnica (educacional, de gestão, tecnológica, fundição, ferramentaria e ensaios de laboratório); mapeamento de competências (perfis, currículos e trilhas); programas de certificação (perfil/função); estruturação e implementação de cursos e programas de capacitação em diferentes níveis e em diferentes áreas.

A área de Consultoria desenvolve projetos especiais que atendem aos setores de RH, produção, qualidade, automação e P&D como o Projeto Vale do Rio Doce, Projeto Fecoagro e Projeto Tramontina.

A Instituição trabalha, ainda, em parceria com a indústria local e nacional, no desenvolvimento de ligas especiais e fundição de produtos em aço carbono, aços ligados, aços inoxidáveis, aço manganês, ferros fundidos modulares(adi) e ferro fundido branco; no desenvolvimento de moldes com complexidade (molde de injeção, retrovisores e painel frontal para o Honda City); e realizando análises de laboratório de materiais, metrologia e ensaios elétricos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7. O Projeto de Inovação da Ânima

A Ânima tem como um dos seus cinco pilares estratégicos a “Qualidade e Inovação Acadêmica”, e por isto tem tradição em propor e implementar inovações acadêmicas e pedagógicas em suas Instituições de Ensino Superior. Suas escolas foram as primeiras no Brasil a adotar o ensino modular em todos os seus cursos, o que garantiu uma engenharia de currículo inteligente e equilibrou a equação qualidade de ensino, escala e eficiência operacional.

Posteriormente, mais um passo inovador foi dado, ao propor a inserção da interdisciplinaridade na matriz curricular de todos os cursos de suas Instituições, o que, por consequência, vem criando um espírito empreendedor e inovativo nos nossos estudantes e professores. Isto se refletiu no fato de que nossos alunos e professores estão sendo premiados em diversos concursos de inovação. Como exemplo, somos bicampeões do prêmio Santander de inovação (2013 e 2014), e há seis anos temos premiado as melhores iniciativas de inovação em sala de aula. Assim, está no DNA acadêmico da Ânima buscar, inovar e aprimorar seus processos de ensino e aprendizagem.

Em 2016, a Ânima Educação resolveu mais uma vez desenhar um projeto de educação que estivesse à frente de seu tempo. Observando os mais relevantes debates sobre educação inovadora no Brasil e no mundo, bem como algumas iniciativas que aconteciam dentro de suas próprias escolas, desenhamos um conceito de educação que se materializará em uma revolução em três esferas, no conteúdo, no método e na gestão. Buscamos mudar o que ensinamos, como ensinamos e como nossas escolas estão estruturadas para isto. Para materializar esse conceito, definimos o nosso Plano Estratégico de Inovação ao qual demos o nome de Ecossistema Ânima de Aprendizagem que consiste em um ambiente equilibrado, totalmente voltado para aprimorar o processo de aprendizagem e que conecte os diferentes stakeholders da educação – alunos, professores, familiares, funcionários e outros. Assim, seus quatro pilares são: Projeto de Vida, Itinerário Formativo Flexível, Novo Docente e Ambiência Digital, os quais estão harmonicamente construídos de forma que todos levarão o aluno a aprender mais, o professor a ensinar melhor e a escola a fazer mais sentido e oferecer produtos e serviços que atendam à formação de um cidadão do século 21.

O Ecossistema Ânima de Aprendizagem adotou, em 2020, um currículo integrado e por competências. Está alinhado aos conceitos educacionais do século XXI que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. As habilidades são a chave essencial para iniciar uma prática profissional para enfrentar problemas da vida real. Para que isso aconteça, o currículo da Ânima é projetado para ter alunos de diferentes cursos e matrículas na mesma classe, organizados em níveis de ambiência. O Core Currículo é adotado por grandes universidades em todo o mundo e tratam assuntos que dizem respeito ao nível do ensino e proporcionam uma visão global da realidade. Nestas Unidades alunos de diversos cursos compartilham a mesma sala. As Unidades Curriculares de área tratam de temas comuns à uma área de conhecimento e os alunos de diversos cursos da mesma área compartilham o ambiente, o que proporciona mais riqueza nas discussões e no trabalho colaborativo. Já as Unidades de Curriculares Específicas apresentam temas e desafios específicos da carreira escolhida. De uma forma Geral, as unidades curriculares não possuem pré-requisitos, desenvolvendo competências e abordando todo o conteúdo necessário para desenvolvê-lo, o que permite a convivência de alunos de diferentes semestres de ingresso, permitindo o desenvolvimento de networking e a aprendizagem por pares, contribuindo também para uma melhor eficiência operacional.

A Ânima, em seu Plano Estratégico de Inovação, adota um caminho radicalmente diferente das escolas que operam com números expressivos de alunos pois, ao invés de empacotar e padronizar conteúdos e despersonalizar o professor, ela oferta uma formação personalizada, mesmo em escala. Para além disso, ela cria renovados papéis da atuação docente (tutor e mentor), adotando metodologias de aprendizado ativo, e que, por conseguinte, geram mais significado para professores e alunos, e propondo a construção de novos espaços (reais e virtuais) de criação e socialização de conhecimento. A transformação proposta pela Ânima dá novo significado à relação entre as pessoas – professores, estudantes, funcionários, familiares, comunidade e mercado – mas também à relação entre esses entes e o conhecimento. Portanto, o projeto Ânima caminha para a construção de um ambiente, real, virtual ou híbrido, que aprimore o processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, propomos inovações nos processos de aprendizagem através de novos tipos de relacionamento alunos/professores/escolas, criando a possibilidade de o estudante construir um itinerário formativo flexível e personalizado, estruturado com base em seu projeto de Vida & Carreira (resultante de quem ele é, do que ele quer e de nossa proposta de formação), ancorado por um professor que passa a atuar muito mais como tutor e mentor deste estudante do que como mero curador/criador/transmissor de conteúdo. Nossa revolução educacional ainda se estrutura na criação de espaços de experimentação, de inovações, de socialização de conhecimento e da conexão de múltiplas plataformas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Plano Estratégico de Inovação - Ecossistema Ânima de Aprendizagem - está dividido em eixos:

Projeto de Vida & Carreira:

Oferece ao estudante a possibilidade de construir um projeto de futuro, acadêmico e pessoal, em que ele possa desenvolver habilidades cognitivas (aprender conteúdos), mas também habilidades comportamentais, o que auxilia na personalização da trajetória do estudante.

Materialmente, buscamos desenvolver um conjunto de atividades presenciais e virtuais que darão conta da construção do projeto de vida do estudante, possibilitando a flexibilização e personalização de seu itinerário formativo, e permitindo que os estudantes estejam melhor preparados para atuar no mundo do trabalho.

O componente curricular Vida & Carreira é ofertado em um ambiente híbrido, composto da sala de aula onde acontece o encontro dos alunos ingressantes com o tutor e uma plataforma desenvolvida em conjunto com um fornecedor parceiro. Por meio da Plataforma Vida & Carreira os estudantes fazem um *assessment*, preenchem o questionário diagnóstico de ingresso e elaboram os currículos profissionais. A medida em que são aprovados nas Unidades Curriculares, os estudantes recebem uma certificação e a competência é atualizada automaticamente em seu currículo. A partir do segundo semestre do curso, os alunos contam com o auxílio de mentores, estudantes veteranos, professores e profissionais, por meio do aplicativo Ulife Mentoria, que também está sendo desenvolvido por um fornecedor parceiro.

Flexibilização e Personalização do Percorso Formativo:

Oferece ao estudante a possibilidade de ele realizar uma trajetória acadêmica que esteja em alinhamento com seu próprio Projeto de Vida, isto é, que ele possa construir um caminho de formação que, por um lado, atenda às exigências acadêmicas específicas do exercício de uma atividade/profissão, mas ao mesmo tempo reflita seus desejos profissionais futuros.

Operacionalmente, as equipes acadêmica e de tecnologia da informação da Ânima farão uma reengenharia de currículos, bem como adequação dos sistemas, para darem conta dessa transformação. Ao final, queremos que o aluno possa, junto a seus tutores/mentores, construir uma trajetória acadêmica e profissional que tenha real significado e seja ancorada em Unidades Curriculares (obrigatórias por áreas de conhecimento), e Projetos de Extensão de seu interesse (que façam sentido na formação, mas que resultem de escolhas tutoradas) e Unidades Curriculares Personalizáveis (aquelas que dão o tom personalista à formação). Esta flexibilização permitirá exercitar o conceito de autonomia de escolha do estudante, que somada ao direcionamento do Projeto de Vida & Carreira, formará um aluno mais completo e mais realizado.

Ânima Lab:

O espaço é um centro de inovação voltado à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo. É ainda um centro de treinamento e capacitação de pessoas, um lugar de convívio e troca de conhecimentos. No Ânima Lab, alunos, professores e comunidade podem desenvolver produtos e projetos, contando com suporte de profissionais com experiências em startups. O Ânima Lab surgiu de uma extensiva pesquisa feita pela instituição junto às escolas mais inovadoras do Brasil e do mundo. Diante dessas pesquisas, descobrimos que além de ter um bom currículo, bons professores mentores e tecnologias disponíveis, precisávamos mudar as metodologias de aprendizagem e, os espaços disponíveis. Assim, o Ânima Lab é um grande espaço de aprendizagem, uma sala de aula ampliada e diferenciada.

Ânima Nest - Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos estudantes da Ânima

Junto ao Laboratório de Experimentação Docente foi criado um espaço para desenvolvimento dos projetos inovadores propostos por estudantes das escolas da Ânima, o qual chamamos de Ânima Nest (Núcleo de Desenvolvimento de Startups dos Estudantes da Ânima). Acreditamos que o contato frequente entre professores e alunos inovadores, intermediados pela equipe de inovação da Ânima, possa acelerar projetos inovadores e fomentar novas ideias para utilização em nossas salas de aula ou na sociedade. O Ânima Nest é o programa de pré-aceleração de startups conduzido pela equipe do Ânima Lab. Essa iniciativa tem como objetivo fomentar atividades de inovação e empreendedorismo no âmbito educacional, incentivando a comunidade acadêmica a se engajar em ações inovadoras.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Ânima Nest seleciona projetos que serão desenvolvidos pelas suas equipes com o apoio de uma programação intensa de cursos e oficinas durante oito semanas. As atividades foram elaboradas com o intuito de desenvolver o modelo de negócio de cada projeto. Além da programação presencial, o programa prevê o apoio do aplicativo Ânima Nest Academy, que possui textos e vídeos como material de suporte às atividades presenciais e fonte de estudo para os participantes. As equipes selecionadas também terão direito ao uso dos espaços de *coworking* do Ânima Lab sem nenhum custo.

Instituto Ânima de Inovação, Pesquisa e Cultura:

Criado com o objetivo de expandir as atividades do anterior Instituto UNA de Responsabilidade Social, fundado em 2005, e à expertise histórica em pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociosc. Assim, o Instituto Ânima, sem fins lucrativos tem por finalidade o fomento, estímulo e desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é seu papel promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como o FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID. Atualmente, o instituto conta com vários projetos distribuídos nas áreas de Projetos Culturais, Sociais e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

Ulife - Plataforma de relacionamento virtual:

Não há como discutir educação inovadora ou educação do século 21 sem pensar nos relacionamentos virtuais e ambientes digitais. Assim, a construção de uma plataforma de relacionamento virtual é imprescindível ao processo de inovação da Ânima. Batizado de U- Life (Sua Vida e Vida Universitária), uma plataforma digital para conectar estudantes, professores, conteúdos e espaços de aprendizagem para a melhoria do processo de aprendizagem. Desenvolver e implantar uma plataforma digital para dispositivos móveis de relacionamento aluno-aluno, aluno-professor e aluno-escola é parte estratégica da construção da ambiência digital da Ânima. Queremos saber quem é este nosso aluno, o que ele sabe, o que faz e o que quer fazer, ao mesmo tempo que queremos conectá-lo a possíveis tutores e mentores e dar a ele o conteúdo que lhe for pertinente. Queremos, com a plataforma, materializar o nosso entendimento de que uma vida de sucesso é uma vida equilibrada entre quatro aspectos: o conhecimento formal, o conhecimento informal, a experiência de vida e a experiência profissional. Também, pretendemos desenvolver e implantar um algoritmo de recomendação que permita indicar, a partir do perfil do aluno, do seu projeto de vida e das recomendações de seu professor-mentor, conteúdos formais e informais, produtos e serviços que façam sentido àquele estudante. Por fim, vamos incorporar o máximo de tecnologias que facilitem o aprendizado de maneira adaptativa, permitindo direcionamento de conteúdo de forma personalizada para o aluno.

Capacitação Docente:

Mudança significativa em uma escola ou na educação de maneira geral não prescinde da ação docente. Assim, o aprimoramento do ensinar e do aprender e das formas como isto acontece dependerá, sobremaneira, da formação e do engajamento dos docentes, assim como de sua disponibilidade para assumir novos e renovados papéis. Nesse sentido, temos o SALA MAIS, o programa de formação e capacitação docente da Ânima, com o objetivo de engajar os professores em sua formação contínua e permanente. Um programa que inspire e faça sentido para eles de modo a que se sintam empoderados e no papel de agentes de mudança.

O programa possui duas perspectivas: uma de formação, voltada para a investigação de temas relevantes para o trabalho docente considerando o Ecossistema Ânima de Aprendizagem, e outra de capacitação, voltada para o enriquecimento do repertório metodológico, tecnológico e criativo dos docentes. Juntas, contribuem para a ampliação do horizonte de conhecimento de professores universitários quanto aos aspectos relacionados ao ofício de ser professor no ensino superior, suas implicações e desafios, e às ferramentas que podem ser utilizadas para que o trabalho seja construído de forma a fazer sentido, tanto para professores quanto para alunos, no reforço contínuo da sala de aula como espaço de interações humanas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O programa tem os seguintes objetivos:

- Envolver toda a comunidade Ânima em reflexões sobre os cursos de graduação (propostas, tendências, interfaces e especificidades).
- Formar e capacitar professores para a transformação da sala de aula em um espaço de interações, experiências significativas e protagonismo dos estudantes.
- Investigar temas relevantes para o trabalho docente, de modo a fortalecer o Ecossistema Ânima de Aprendizagem e a permitir que cheguem efetivamente às salas de aula.
- Enriquecer o repertório metodológico e tecnológico dos professores universitários Ânima.
- Tratar não apenas de aspectos gerais de formação e capacitação docente, mas também de aspectos específicos de cada área do conhecimento, por meio, sobretudo, do compartilhamento de experiências.
- Promover a socialização de práticas pedagógicas inovadoras no ensino de graduação.
- Integrar os docentes de todas as IES Ânima em eventos de interação, trocas de experiências e divulgação de trabalhos de investigação (pesquisa-ação) sobre o trabalho docente e a sala de aula.

O SALA MAIS é organizado para que o docente tenha possibilidade de formação e capacitação continua durante o semestre. Ele se desdobra em projetos como o simpósio e o Sala+. O Simpósio dos Professores é o evento que marca o início do semestre, momento em que toda a comunidade acadêmica se reúne para que o reitor apresente os resultados alcançados e as perspectivas futuras, além de ser um momento de reflexão do fazer docente. O Sala+ é oferecido para todos os docentes e realizado durante o início de cada semestre letivo. Sua proposta é de uma formação em ambiente híbrido, utilizando a sala de aula invertida. As temáticas discutidas e aprofundadas no Sala+ levam em consideração o momento de concretização do Ecossistema Ânima de Aprendizagem.

Novos espaços de socialização de conhecimento:

A escola é, em si mesma, um espaço de criação, disseminação e socialização do conhecimento. Porém, as escolas se ancoraram muito no modelo de sala de aula tradicional como único espaço de aprendizagem, calcado em um sistema que fomentava a disciplina, a obediência, o foco no professor detentor do conhecimento e a uma hierarquia acadêmica.

Acreditamos, contudo, a escola deve ser um espaço que garanta o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural; assim deve ser pensado como um espaço de trabalho colaborativo, integrado, multidisciplinar, compartilhado por estudantes, educadores, gestores e comunidades locais.

Neste sentido, ambientes de aprendizagem deixam de ser ambientes isolados em sua especialidade para serem espaços mais diversificados, que proporcionem mais possibilidades de aprendizado, interações afetivas do estudante com o seu meio acadêmico, favorecendo seu crescimento pessoal, a harmonia no relacionamento social, desenvolvimento do seu processo formativo e o compartilhamento de conhecimento.

Pilar do projeto de transformação, portanto, é a construção e reforma de espaços que permitam a utilização de novas metodologias de aprendizagem que diminuam a fragmentação de conhecimentos e as fronteiras entre professores, além de promover maior integração de saberes dando sentido ao desenvolvimento de competências profissionais e a novas formas de socialização do conhecimento.

Recriar o lócus do conhecimento e retirar o protagonismo da sala de aula, em conjunto com demais eixos descritos nos itens anteriores, serão capazes de transformar a escola em um local mais direcionado para a construção de conhecimentos e habilidades “na experiência” e “sobre a experiência” como uma forma de aprendizagem necessária para atuação dos alunos no século 21.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

8. O Portfólio da Ânima

Nas Instituições de Ensino Superior da Ânima Educação são ofertados inúmeros cursos nos diferentes níveis, da Educação Básica à Pós-Graduação, sendo cursos técnicos profissionalizantes de nível médio regulares; cursos de graduação (de graduação tecnológica, de licenciatura e de bacharelado); cursos de pós-graduação lato sensu e cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), como segue (agrupados pelas respectivas marcas):

UNA

Graduação - Bacharelado

Administração
Administração - linha de formação em Comércio Exterior
Agronomia
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Cinema e Audiovisual
Ciência da Computação
Ciências Biológicas
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Direito
Educação Física - Bacharelado
Enfermagem
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Engenharia da Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Farmácia Fisioterapia
História - Licenciatura
Jornalismo
Letras
Matemática
Medicina Veterinária
Moda
Nutrição
Odontologia
Pedagogia
Psicologia
Publicidade e Propaganda
Relações Públicas
Serviço Social
Sistemas de Informação

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Automação Industrial
Biomedicina
Comunicação Institucional
Criminologia
Defesa Cibernética
Design Gráfico
Design de Interiores
Estética e Cosmética
Gastronomia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gestão Comercial
Gestão Financeira
Gestão Pública
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Qualidade
Gestão da Segurança Pública
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Recursos Humanos
Gestão do Agronegócio
Logística
Manutenção Industrial
Manutenção de Aeronaves
Marketing
Pilotagem Profissional de Aeronaves (Teórico)
Processos Gerenciais
Produção Multimídia
Produção Publicitária
Redes de Computadores
Segurança da Informação

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas
Educação Física
História
Letras - Português e Inglês
Matemática
Pedagogia

Pós-Graduação

MBA em Auditoria em Saúde e Gestão da Qualidade MBA em Controladoria e Auditoria
MBA em Gestão Aeronáutica
MBA em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria MBA em Gestão de Negócios Bancários
MBA em Gestão de Negócios Bancários (SiCOOB) MBA em Gestão de Pessoas e Coaching
MBA em Gestão de Processos de Negócios com Habilitação para Green Belt
MBA em Gestão de TI e Governança (Ênfase em Certificações)
MBA em Gestão do Agronegócio
MBA em Gestão Empreendedora de Cooperativas de Crédito
MBA em Gestão Estratégica da Qualidade
MBA em Gestão Estratégica da Qualidade com Habilitação para Auditor e Green Belt
MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas
MBA em Gestão Estratégica de Negócios
MBA em Gestão Estratégica de Projetos
MBA em Gestão Integrada de Marketing e Vendas
MBA em Gestão Pública
MBA em Gestão Tributária
MBA em Inteligência de Mercado com ênfase em B2B
MBA em Liderança Estratégica e Gestão de pessoas
MBA em Logística e Supply Chain
MBA em Mercado Financeiro com Ênfase em Banking
MBA em Segurança da Informação
MBA em Transformação Digital e Novos Negócios
Pós-Graduação em Direito Corporativo e Compliance
Pós-Graduação em Análises Clínicas e Toxicológicas
Pós-Graduação em Arquitetura de Interiores e Paisagismo
Pós-Graduação em Cardiologia e Hemodinâmica
Pós-Graduação em Comunicação Digital e Mídias Sociais
Pós-Graduação em Direito e processo do Trabalho
Pós-Graduação em Educação Positiva, inovação e habilidades para o futuro

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Pós-Graduação em Enfermagem Hospitalar
Pós-Graduação em Estética Avançada: Biomedicina
Pós-Graduação em Estética Avançada: Habilitação para Farmácia
Pós-Graduação em Estética Clínica e Cosmetologia Avançada
Pós-Graduação em Formação de Professores
Pós-Graduação em Gestão de Projetos de Engenharia
Pós-Graduação em Intervenção Psicossocial no Contexto das Políticas Públicas
Pós-Graduação em Neurociências Aplicadas à Educação
Pós-Graduação em Neuropsicologia
Pós-Graduação em Psicanálise e a Clínica Contemporânea
Pós-Graduação em Psicopedagogia
Pós-Graduação em Terapia Cognitivo Comportamental
Pós-Graduação em Trauma, Emergência e Terapia Intensiva

Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH

Graduação – Bacharelado

Administração
Agronomia
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Biológicas
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas e de Investimentos
Design
Direito
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia de Minas
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Fotografia
Geologia
História
Jornalismo
Medicina
Medicina Veterinária
Moda Contemporânea
Música Popular e Gestão de Carreira
Naturopatia
Nutrição
Odontologia
Psicologia
Publicidade e Propaganda Multiplataforma
Relações Internacionais
Sistemas de Informação
Quiropraxia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Graduação Tecnológica:

Design Gráfico
Fotografia

Graduação – Licenciatura:

História
Pedagogia

Pós-Graduação:

MBA em Psicologia Positiva & Desenvolvimento de Pessoas e Organizações
Pós-Graduação em Avaliação de Impactos Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas
Pós-Graduação em Design Exponencial

Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
Pós-Graduação em Fisioterapia Ortopédica e Esportiva
Pós-Graduação em Fisioterapia Respiratória e Terapia Intensiva
Pós-Graduação em Fisioterapia Respiratória e Terapia Intensiva - Prática Hospitalar
Pós-Graduação em Gestão de Projetos de Engenharia
Pós-Graduação em Inteligência Artificial e Ciência de Dados
Pós-Graduação em Marketing Digital com ênfase em Mídia de Performance
Pós-Graduação em Nutrição Esportiva
Pós-Graduação em Psicoterapia Humanista Existencial
Pós-Graduação em Psicoterapia Humanista Existencial com Supervisão Clínica

SOCIESC

Graduação – Bacharelado

Administração de Empresas
Administração de Empresas – FGV
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Cinema e Audiovisual
Direito
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Civil
Engenharia da Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Jornalismo
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Pedagogia
Psicologia
Publicidade e Propaganda
Relações Públicas
Sistemas de Informação

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Comércio Exterior
Criminologia
Design de Animação
Design de Interiores
Gastronomia
Gestão Comercial
Gestão da Qualidade
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Recursos Humanos
Gestão Financeira Jogos Digitais
Logística Marketing
Processos Gerenciais
Sistemas para Internet

Graduação - Licenciatura

Educação
Física
Pedagogia

Pós-Graduação:

LLM em Direito Empresarial – FGV
MBA em Gerenciamento de Projetos – FGV
MBA em Gestão Comercial – FGV
MBA em Gestão Empresarial – FGV
MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas
MBA em Gestão Estratégica de Negócios
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas
MBA em Gestão Estratégica de Projetos
MBA em Gestão Financeira: Controladoria, Auditoria e Compliance – FGV
MBA em Gestão Integrada de Marketing e Vendas
MBA em Gestão Pública
MBA em Liderança Estratégica e Gestão de Pessoas
MBA em Marketing e Inteligência de Negócios Digitais – FGV
MBA Executivo em Administração: Negócios do Setor Elétrico – FGV
Pós-Graduação em compras Estratégicas e global Sourcing
Pós-Graduação em Educação Física Escolar: Corpo em Movimento
Pós-Graduação em Engenharia Civil com Ênfase em Tecnologia da Construção
Pós-Graduação em Engenharia da Qualidade
Pós-Graduação em Engenharia da Qualidade com ênfase em Processos
Pós-Graduação em Engenharia de Plásticos
Pós-graduação em Engenharia de Produção com Ênfase em Gestão de Operações
Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
Pós-Graduação em Engenharia de Suprimentos
Pós-Graduação em Engenharia Elétrica com Ênfase em Sistemas de Potência
Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica com Ênfase em Fundição
Pós-Graduação Farmácia Clínica
Pós-graduação em Manufatura Avançada
Pós-Graduação em Plásticos e Moldes
Residência Clínica em Odontopediatria

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

USJT

Graduação – Bacharelado

Administração - Linha de Formação Administração de Empresas
Administração - Linha de Formação Comércio Exterior
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Biológicas
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Cinema e Audiovisual
Comunicação Social - Radialismo (Rádio e Tv)
Design
Direito
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Biomédica Engenharia Civil
Engenharia de Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Eletrônica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Filosofia
Fisioterapia
Geografia
História
Jornalismo
Letras – Português e Inglês
Letras - Tradutor e Intérprete
Matemática
Medicina
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Pedagogia
Psicologia
Publicidade e Propaganda
Relações Internacionais
Relações Públicas
Sistemas de Informação
Turismo

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Banco de Dados
Comércio Exterior
Comunicação Institucional
Design de Animação
Design de Interiores
Design de Produto
Design Gráfico
Estética e Cosmética
Gastronomia
Gestão Comercial
Gestão da Qualidade

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Recursos Humanos
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
Jogos Digitais
Logística Marketing
Processos Gerenciais
Produção Audiovisual
Produção Publicitária
Segurança da Informação
Sistemas para Internet

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas
Educação Física
Filosofia
História
Letras - Português e Inglês
Matemática
Pedagogia

Pós-Graduação:

Especialização em Ensino e Aprendizagem na Educação Superior
Especialização em Psicopedagogia
MBA em Controladoria e Finanças Corporativas
MBA em Estudos do Futuro
MBA em Gestão de Projetos
MBA em Gestão Estratégica de Negócios
MBA em Gestão Estratégica de Marketing
MBA em Gestão Estratégica de Pessoas
MBA em Gestão Global de Inovação
Pós-Graduação em Sommelieria
Pós-Graduação em Tecnologia Cervejeira

Mestrado:

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Mestrado em Ciências do Envelhecimento
Mestrado em Educação Física
Mestrado em Engenharia Civil

Doutorado:

Doutorado em Educação Física

Ages

Graduação – Bacharelado

Administração
Arquitetura e Urbanismo
Ciências Contábeis
Direito
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Agrônômica
Engenharia Civil
Farmácia
Fisioterapia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Medicina
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Psicologia
Serviço Social
Sistemas de Informação

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas
Educação Física
Física
Geografia
História
Letras
Matemática
Pedagogia
Química

Unicuritiba

Graduação - Bacharelado:

Administração
Arquitetura e Urbanismo
Artes Visuais
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Cinema e Audiovisual
Design
Direito
Engenharia Civil
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Engenharia Mecânica
Engenharia Química
Farmácia
Fisioterapia
Jornalismo
Letras – Português e Inglês
Matemática
Medicina Veterinária
Moda
Nutrição
Odontologia
Psicologia
Publicidade
Relações Internacionais
Relações Públicas
Sistemas de Informação

Graduação - Licenciatura:

Letras – Português e Inglês
Pedagogia Matemática

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Comércio Exterior
Conservação e Restauro
Criminologia
Design de Animação
Design de Interiores
Design de Produto
Design Gráfico
Estética e Cosmética
Fabricação Mecânica
Gestão da Qualidade
Gestão de Recursos Humanos
Gestão de Tecnologia da Informação
Jogos Digitais
Logística Marketing
Mecatrônica Industrial
Processos Gerenciais
Produção Audiovisual
Produção Multimídia
Produção Publicitária

Pós-Graduação:

Especialização em Direito Aduaneiro
Especialização em Direito Civil e Processual Civil
Especialização em Direito Contratual
Especialização em Direito Empresarial
Especialização em Direito Imobiliário Notarial e Registral
Especialização em Direito Médico
Especialização em Direito Penal e Processual Penal
Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Especialização em Direito Tributário e processual Tributário

Mestrado:

Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania

Doutorado:

Doutorado em Direito Empresarial e Cidadania

Unisul¹

Graduação – Bacharelado

Administração
Agronomia
Arquitetura e Urbanismo
Biomedicina
Ciência da Computação
Ciência Aeronáuticas
Ciências Biológicas
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas
Cinema e Audiovisual

¹ Gestão compartilhada entre as duas instituições: Ânima e Unisul.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Comunicação Social - Radialismo (Rádio e Tv)

Design

Direito

Educação Física

Enfermagem

Engenharia Ambiental e Sanitária

Engenharia Civil

Engenharia de Computação

Engenharia de Controle e Automação

Engenharia de Petróleo

Engenharia de Produção

Engenharia Elétrica

Engenharia Mecânica

Engenharia Química

Farmácia

Fisioterapia

Jornalismo

Matemática

Medicina

Medicina Veterinária

Naturologia

Nutrição

Odontologia

Pedagogia

Psicologia

Publicidade e Propaganda

Química

Relações Internacionais

Serviço Social

Sistemas de Informação

Turismo

Graduação Tecnológica

Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Comércio Exterior

Comunicação Institucional

Criminologia

Design de Interiores

Design de Moda

Design de Produto

Design Gráfico

Estética e Cosmética

Gastronomia

Gestão da Qualidade

Gestão da Tecnologia da Informação

Gestão de Recursos Humanos

Gestão do Agronegócio

Logística

Marketing

Processos Gerenciais

Graduação - Licenciatura

Ciências Biológicas

Educação Especial

Educação Física

Filosofia

Geografia

História

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Informática
 Letras – Inglês
 Letras – Língua Portuguesa
 Matemática
 Pedagogia
 Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes - Filosofia

Pós-Graduação:

Especialização em Análise Estratégica e Ciência de Dados
 Especialização em Banco de Dados
 Especialização em Contabilidade Pública
 Especialização em Controladoria e Governança Corporativa
 Especialização em Direito Aduaneiro
 Especialização em Direito Processual Civil Contemporâneo
 Especialização em Enfermagem em Emergência e Terapia Intensiva (UTI)
 Especialização em Enfermagem Oncológica
 Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho
 Especialização em Ergonomia
 Especialização em Farmácia Clínica
 Especialização em Gerontologia
 Especialização em Infraestrutura Urbana
 Especialização em Inovação e Digital Business
 Especialização em Marketing Estratégico
 MBA em Gestão de Negócios
 MBA em Gestão de Obras e Projetos
 MBA em Gestão de Finanças
 Especialização em Modelagem Criativa para o Vestuário
 Especialização em Planejamento Tributário e Governança Corporativa
 Especialização em Planejamento Tributário e Governança Corporativa
 Especialização em Psicologia Existencialista Sartreana
 Especialização em Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica
 Especialização em Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica
 Especialização em Sistema de Transmissão

Mestrado:

Mestrado em Administração
 Mestrado em Ciências Ambientais
 Mestrado em Ciências da Linguagem
 Mestrado em Ciências da Saúde
 Mestrado em Educação
 Mestrado em Educação Minter

Doutorado:

Doutorado em Administração
 Doutorado em Ciências da Linguagem
 Doutora em Ciências da Saúde

ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO - EBRADI

A Ânima Educação, conciliando a expertise do Centro Universitário Una na oferta de cursos à distância, com a renomada e conceituada equipe de advogados, professores e pesquisadores da Universidade São Judas Tadeu, com vasta experiência na gestão de cursos jurídicos, criou, em 2016, a Escola Brasileira de Direito - EBRADI, com a missão de transformar vidas e direcionar o caminho profissional de seus alunos por meio da educação jurídica, preparando-os, de forma definitiva, para um novo mundo do trabalho.

Dessa parceria, motivados pela necessidade de oferecer educação a distância, via internet, surgiram diferentes cursos on line, com conteúdo atualizado, a alunos de diferentes lugares do país, seja para aprimorar seu aprendizado, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais do Direito.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Assim, são oferecidos atualmente os seguintes cursos:

Pós-Graduação Lato Sensu

Advocacia Cível
Advocacia Consumerista
Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados
Advocacia Empresarial
Advocacia Empresarial Previdenciária e Previdência Privada
Advocacia Previdenciária: Nova Previdência
Advocacia Societária
Advocacia Trabalhista
Advocacia Tributária
Advocacia Contratual e Responsabilidade Civil
Direito de Família e Sucessões
Direito Internacional Aplicado
Direito Negocial e Imobiliário
Direito Penal e Processo Penal Aplicados
Direito Processual Civil Aplicado
Direito Público Aplicado
Métodos Adequados de Solução de Conflitos

Preparatório OAB

Extensivo
Intensivo
Prática em Direito Administrativo
Prática em Direito Constitucional
Prática Penal
Prática Trabalhista
Prática Tributária

De Extensão

A economia dos dados pessoais, *big data* e internet das coisas e *smart cities*
Assédio moral e sexual nas relações de trabalho
Audiência na vara de família
Ciência política
Controle de constitucionalidade
Direito eleitoral
Direito ambiental
Direito constitucional
Direito empresarial societário
Direito penal tributário
Direitos humanos
Extinção do crédito tributário: repetição do indébito
Filhos no direito de família
Fundamentos do direito civil
Governança corporativa
Língua portuguesa
Meios alternativos de solução de conflitos
Novo CPC
Planejamento sucessório e empresas familiares – aspectos tributários
Políticas de *compliance* e suas implicações para o direito do trabalho
Prática penal: questões e legislação penal especial
Práticas e cláusulas abusivas perante o consumidor
Propriedade intelectual e direito digital
Reforma trabalhista medida provisória 808-2017
Responsabilidade civil do médico
Teoria geral do crime
Teoria geral do direito penal I
Teoria geral do direito penal II
Títulos de crédito

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

HSM UNIVERSITY

A HSM criou a HSM University para oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais, conforme abaixo:

Pós-Graduação Lato Sensu

Digital Business Essentials
Gestão de Projetos
Gestão Estratégica de Marketing
Gestão Estratégica de Negócios
Gestão Estratégica de Pessoas
Growth Hacking & Agile Mindset
Negociação e Vendas
Startups and Future Management
Striving in the Managerial World

Cursos Livres De Extensão

Compreendendo e desenvolvendo estilos de negociação
Compreensão de tecnologias digitais e suas ferramentas
Compreensão dos ecossistemas de empreendedorismo e inovação
Construindo estratégias para o futuro por meio de gestão de mudança
Criação e métricas no Design Thinking par ao usuário
Cultura organizacional: mudança e renovação estratégica
Customer-Centric Mindset
Definindo o perfil do consumidor: neurociência do consumo
Desenvolvendo modelos de sucesso: Business Model Canvas
Entendendo a mentalidade do futuro no mundo dos negócios
Estratégia na Era Digital: Analisando cenários interno e externo
Estruturando modelos de comunicação empresarial
Gestão da Inovação Gestão de Custos
Gestão de equipes e motivação
Gestão de pessoas e inovação: estratégia e diferencial
Gestão do Comportamento Organizacional
Gestão do Tempo
Gestão Estratégica de Marketing
Introdução à comunicação organizacional
Liderança criativa para startups
Liderança e Cultura Organizacional
Liderança potencializada: resultados em ambientes dinâmicos
Marketing Digital e oportunidades com big data
Negociação em Ambiente de Rápida Mudança
Transformação Digital
Organização Antifrágil
Estratégia na era Digital
PMO, Portfólio e Maturidade de Projetos

Code School

Analista de Dados Python
Dev Mobile Android
Dev Full Stack
Dev Back-End
Dev Front-End

EDUCAÇÃO BÁSICA

Escola Técnica Tupy – Joinville/SC: Ensino Técnico
Colégio Tupy – Joinville/SC: Ensino Fundamental e Médio
Escola Internacional de Blumenau – Blumenau/SC: Ensino Fundamental e Médio
Escola Internacional de Florianópolis – Florianópolis/SC: Ensino Fundamental e Médio

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

9 - CORPO DOCENTE E SERVIÇOS DE APOIO ACADÊMICO

Contamos com aproximadamente 5.000 professores em nosso corpo docente, titulados e capacitados, que passam por intensa e contínua formação em competências pedagógicas e de gestão acadêmica. Adicionalmente à titulação acadêmica (Especialistas, Mestres e Doutores), parte significativa de nossos professores é também composta por profissionais que atuam nas diferentes áreas do mercado, o que complementa o processo de aprendizagem apoiado por uma abordagem experiencial.

Os nossos docentes são convidados, semestralmente, a participar do Programa de Formação de Professores com temas ligados à inovação, ao Projeto Acadêmico e ao Ecossistema Ânima de Aprendizagem, com objetivo de refletir, atualizar e diversificar suas práticas pedagógicas, o que impacta diretamente na qualidade do nosso ensino e formação dos nossos alunos.

O quadro a seguir contempla dados referentes à titulação do nosso corpo docente:

Titulação Docente em 31 de dezembro de 2019								
	Especialização		Mestrado		Doutorado		Total QTD	
Marca e Município	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
FASEH_Vespasiano	71	35,50%	74	37,00%	55	27,50%	200	100,00%
Una_Belo Horizonte	100	14,39%	374	53,81%	221	31,80%	695	100,00%
Una_Betim	17	9,24%	101	54,89%	66	35,87%	184	100,00%
Una_Bom Despacho	38	22,49%	48	28,40%	83	49,11%	169	100,00%
Una_Catalão		0,00%	3	17,65%	14	82,35%	17	100,00%
Una_Contagem	14	6,93%	119	58,91%	69	34,16%	202	100,00%
Una_Divinópolis	16	25,40%	14	22,22%	33	52,38%	63	100,00%
Una_Jataí		0,00%	1	9,09%	10	90,91%	11	100,00%
Una_Nova Serrana		0,00%	1	7,14%	13	92,86%	14	100,00%
Una_Pouso Alegre	3	5,17%	20	34,48%	35	60,34%	58	100,00%
Una_Sete Lagoas	15	23,81%	24	38,10%	24	38,10%	63	100,00%
Una_Uberlândia	21	21,21%	32	32,32%	46	46,46%	99	100,00%
UniAGES_Jacobina	14	35,90%	19	48,72%	6	15,38%	39	100,00%
UniAGES_Jeremoabo	9	81,82%	2	18,18%		0,00%	11	100,00%
UniAGES_Lagarto	14	51,85%	9	33,33%	4	14,81%	27	100,00%
UniAGES_Paripiranga	32	25,00%	72	56,25%	24	18,75%	128	100,00%
UniAGES_Senhor do Bonfim	20	54,05%	15	40,54%	2	5,41%	37	100,00%
UniAGES_Tucano	8	40,00%	11	55,00%	1	5,00%	20	100,00%
UniBH_Belo Horizonte	17	3,86%	217	49,32%	206	46,82%	440	100,00%
Unicuritiba_Curitiba	2	2,38%	56	66,67%	26	30,95%	84	100,00%
UniFG_Guanambi	114	20,65%	210	38,04%	227	41,12%	552	100,00%
UniSociesc_Balneário Camboriú	1	1,30%	43	55,84%	33	42,86%	77	100,00%
UniSociesc_Blumenau	15	15,63%	42	43,75%	39	40,63%	96	100,00%
UniSociesc_Florianópolis	3	6,12%	23	46,94%	23	46,94%	49	100,00%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

UniSociesc_Itajaí		0,00%	4	23,53%	13	76,47%	17	100,00%
UniSociesc_Jaraguá do Sul		0,00%	12	27,91%	31	72,09%	43	100,00%
UniSociesc_Joinville	13	7,56%	90	52,33%	69	40,12%	172	100,00%
UniSociesc_São Bento do Sul		0,00%	3	23,08%	10	76,92%	13	100,00%
USJT_Santos	15	6,00%	159	63,60%	76	30,40%	250	100,00%
USJT_São Paulo	5	0,82%	267	43,77%	338	55,41%	610	100,00%
Total	577	13,00%	2065	46,51%	1797	40,47%	4440	100,00%

Titulação Docente em 31 de dezembro de 2018								
	Especialização		Mestrado		Doutorado		Total QTD	Total %
Rótulos de Linha	QTD	%	QTD	%	QTD	%		
Catalana	40	55,56%	29	40,28%	3	4,17%	72	100,00%
CESUC	16	47,06%	17	50,00%	1	2,94%	34	100,00%
SOCIESC_Balneário	4	10,00%	10	25,00%	26	65,00%	40	100,00%
SOCIESC_Blumenau	7	12,50%	27	48,21%	22	39,29%	56	100,00%
SOCIESC_Curitiba	9	12,50%	49	68,06%	14	19,44%	72	100,00%
SOCIESC_Florianópolis	5	9,09%	33	60,00%	17	30,91%	55	100,00%
SOCIESC_Joinville	42	16,28%	153	59,30%	63	24,42%	258	100,00%
UNA_Betim	17	11,72%	79	54,48%	49	33,79%	145	100,00%
UNA_BH	129	16,39%	476	60,48%	182	23,13%	787	100,00%
UNA_Bom Despacho	60	31,91%	81	43,09%	47	25,00%	188	100,00%
UNA_Catalão	7	43,75%	8	50,00%	1	6,25%	16	100,00%
UNA_Contagem	15	8,98%	100	59,88%	52	31,14%	167	100,00%
UNA_Divinópolis	10	30,30%	18	54,55%	5	15,15%	33	100,00%
UNA_Nova Serrana	1	12,50%	7	87,50%		0,00%	8	100,00%
UNA_Pous Alegre	7	21,21%	14	42,42%	12	36,36%	33	100,00%
UNA_Sete Lagoas	9	21,95%	28	68,29%	4	9,76%	41	100,00%
UNA_Uberlândia	15	20,27%	27	36,49%	32	43,24%	74	100,00%
UNIBH	39	7,63%	288	56,36%	184	36,01%	511	100,00%
UNIMONTE	9	5,08%	108	61,02%	60	33,90%	177	100,00%
USJT	10	1,35%	405	54,80%	324	43,84%	739	100,00%
Total Geral	451	12,86%	1957	55,82%	1098	31,32%	3506	100,00%

10 . PORTFÓLIO DE AÇÕES ACADÊMICAS – COVID-19

A Ânima possui oito princípios norteadores e a tecnologia é um dos pilares de nosso projeto de transformação do país pela educação. Entende-se a tecnologia como um importante elemento do Ecossistema, capaz de potencializar as nossas salas de aula. No Ecossistema Ânima de Aprendizagem, espaços virtual e físico estão interconectados para fornecer uma experiência híbrida de aprendizagem ao estudante, em um processo formativo baseado na integração total de conteúdos digitais e vivências presenciais.

Desse modo, tendo a hibridiz como um de seus princípios educacionais, todas as disciplinas e unidades curriculares presenciais possuem salas virtuais na plataforma Ulife, que são utilizadas de diferentes formas por professores e estudantes, seja como apoio aos estudos realizados na sala de aula física, por meio da disponibilização de materiais complementares e de fontes de pesquisa como bibliotecas digitais e bases de dados, - seja como extensão da sala de aula física, em que a configuração das aulas conecta momentos de interação, colaboração e envolvimento com o uso de tecnologias digitais e da plataforma.

Desde as primeiras experiências com o ensino híbrido, as escolas que integram a Ânima vêm evoluindo para diferentes níveis de presencialidade com apoio de tecnologias digitais, sustentadas pelo projeto acadêmico que forma o Ecossistema Ânima de Aprendizagem.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Migração das aulas para o ambiente digital

Diante da ameaça de Pandemia provocada pelo Corona vírus e do eminente avanço para o território nacional, a Vice-Presidência Acadêmica, juntamente com o Comitê de Prevenção e Cuidados, se antecipou ao planejamento de ações que assegurassem a continuidade das aulas para todos os estudantes das escolas da Ânima, num esforço conjunto de transposição das aulas presenciais para a plataforma ULife. Assim, de 13 a 19 de março, todas as escolas que integram a Ânima: Universidade São Judas (11 unidades em SP), Centro Universitário UNA (19 unidades em MG e GO), UniBH (1 unidade em MG), UniSociesc (10 unidades em BA e SE), Uniages (6 unidades na BA e SE), Unicuritiba (1 unidade no PR) e Unisul (6 unidades em SC) passaram a desenvolver suas aulas em ambiente digital, por meio da plataforma.

Cientes e convictos de que esta transposição deveria, a exemplo das aulas presenciais, primar pela excelência do ensino com o uso de metodologias ativas de aprendizagem, e promover uma ambiência acolhedora e engajadora de estudantes e professores, a Vice-Presidência Acadêmica desenvolveu um plano de ação estruturado nos seguintes componentes:

Formação Docente

A formação continuada de professores é uma política da Ânima que se consolida nas ações do Programa de Formação Docente SALA MAIS e seu planejamento se orienta nas necessidades mapeadas no contexto das práticas docentes, nas inovações na área da Educação, nas competências docentes para trabalho com os currículos integrados.

No cenário educacional das nossas escolas neste contexto de isolamento social, em que a docência se realiza em ambientes digitais, surgiu a necessidade e a oportunidade de potencializar o uso de recursos tecnológicos e combiná-los com as metodologias ativas de ensino-aprendizagem para fomentar aulas inovadoras, engajadoras e disruptivas. Desse modo, numa ação articulada entre o Programa de Formação Docente e a equipe da Aprendizagem Digital, estruturou-se as seguintes ações formativas de letramento digital e de apoio didático-pedagógico às aulas, para os professores:

- Tutoriais com orientações para a transição das aulas presenciais para o ambiente digital.
- Plantões de orientação e apoio ao uso de recursos e metodologias no ambiente digital
- Oficinas de Metodologias Inov-Ativas de Ensino-Aprendizagem em ambiente digital

A título de exemplo, algumas oficinas ofertadas desde o início das aulas no ambiente digital: Ferramentas educacionais: “Zoom e Poll Everywhere”; - “Possibilidades de uso do Podcast como recurso de ensino-aprendizagem”; - “Funcionalidades e recursos digitais para produção de conteúdo no ensino digital”; - “TBL no Ambiente Virtual”; - “Metodologias criativas para produção de conteúdo interativo”; - “Sala invertida no ambiente virtual”; - “Pesquisa e uso das Bibliotecas Digitais e Plataforma EBSCO”. Também foram ofertadas as oficinas da Google for Education Partner.

O desenvolvimento de oficinas também inclui aquelas orientadas para áreas específicas de conhecimento e que contribuem para viabilizar atividades práticas e aplicadas com o uso de recursos digitais. Alguns exemplos são: “Simulações Físicas com Interactive Physics”; - “Práticas experimentais de Ciências da Saúde em laboratório Virtual”; - “Sistema NX – Siemens – Projetos e Fabricação Digital”; - “Laboratório de Práticas Integrado 2A com simulações do PHET”.

Comunidade colaborativa: Grupo de Apoio Pedagógico & Inovação em Sala de Aula

Foi criado um grupo na rede interna Workplace, para troca de experiências, compartilhamento de boas práticas e iniciativas dos professores, dos vídeos das oficinas já realizadas, dos tutoriais e materiais de apoio às aulas, bem como divulgação dos plantões de apoio e da agenda de oficinas, dentre outros.

Acessibilidade

Para assegurar a participação, com equidade, dos estudantes com dificuldade de acesso ao ambiente digital, ao material e às aulas síncronas, a VPA tem apoiado os professores com orientações para o acolhimento e desenvolvimento de estratégias mais inclusivas, que promovam o engajamento sem a dependência direta dos recursos digitais.

A disponibilização de aulas síncronas off-line, a comunicação com o estudante via representantes de sala, por e-mail ou whatsapp, a elaboração de roteiros de estudo e pesquisa, são algumas das estratégias constantes destas orientações. Também foram disponibilizados Chromebooks para os estudantes que não possuem computador adequado para acesso às aulas e firmados acordos com as operadoras de telefonia, para aumento da quantidade de dados ofertada para os nossos estudantes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Bem-estar e Saúde Mental

A Companhia ampliou os programas de Bem-estar e qualidade de vida e atenção à saúde mental. Para apoiar os estudantes no período de isolamento social, estão sendo desenvolvidas diversas iniciativas voltadas à promoção da saúde mental e o do bem-estar, tais como: aulas de Yoga, Meditação, Atenção Plena e introdução à filosofia do Aikidô.

Para assegurar a acessibilidade aos recursos do ambiente digital, foi realizado o mapeamento de todos os estudantes com necessidades educacionais específicas decorrentes de deficiência e posterior alinhamento junto aos núcleos de atendimento psicopedagógico no intuito de fornecer o suporte à equidade no processo de ensino aprendizagem.

Especificamente no que se refere ao estudante surdo, os intérpretes de Libras, acompanham e fazem a interpretação das aulas síncronas no ambiente digital e fornecem apoio aos estudos nas atividades assíncronas.

Extensão

A Diretoria de Extensão se mobilizou para apoiar a comunidade, com estímulo a ações relacionadas diretamente ao combate à pandemia. Foi elaborado um edital permanente, em que alunos e professores podem propor iniciativas e projetos de extensão. Alguns projetos iniciaram ainda no primeiro semestre de 2020 realizados como, por exemplo, a produção de insumos para máscaras de proteção de profissionais da saúde, as “Face Shields”, com equipamentos e profissionais de nossos espaços *maker*, os Ânima Labs, e a organização da área da saúde para promoção de saúde integral por meio digital, entre outras oportunidades voltadas à formação cidadã. Além disso, os projetos de extensão vigentes foram migrados para a ambiência digital, garantindo permanência dos professores e alunos nas ações pré-existentes.

Pesquisa

O programa de iniciação científica está oferecendo oficinas de apoio para estudantes e professores, sobre construção de currículo lattes, metodologia científica, dentre outras. Os encontros de abril do Journal Club serão destinados à discussão de questões sobre saúde mental no isolamento; aprendizagem significativa no isolamento; idosos no Brasil e isolamento frente ao COVID-19. Também foi publicado o Edital Ânima Pesquisa & Extensão para o desenvolvimento de estudos, ações e estratégias no enfrentamento ao COVID em todas as áreas do conhecimento.

A Diretoria de Pesquisa Ânima, o Programa de Mestrado em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas e o Instituto Ânima estão desenvolvendo ações direcionadas a idosos, famílias e cuidadores. Os professores do *stricto sensu* também estão preparando conteúdos para ampla divulgação. Também está em fase de elaboração um livro com narrativas sobre as experiências e vivências dos estudantes neste período de isolamento social, contemplando também a realização de ações sociais de impacto.

Internacionalização

A área forneceu apoio personalizado aos estudantes alocados no exterior, em atividades de intercâmbio, que retomaram os estudos nas escolas do Grupo Ânima assim que retornaram ao Brasil. Além disso, mantém o apoio aos estudantes que optaram por dar continuidade às atividades no exterior, com apoio e orientação individual.

Também são ofertados *nanodegrees* internacionais no formato digital sobre os seguintes temas: Global Warming and Sustainability, International Negotiation, Social Media for Career Development, Principles of Finance, Business and Product Design, Yoga, Mental Health and High Performance, International Career.

Em parceria com a Carnegie Mellon University, os estudantes das Instituições Ânima passaram a ter acesso a um curso de Inglês digital personalizado. Esta plataforma faz uso de alta tecnologia de reconhecimento de voz, sendo acessível via computador, tablet ou celular. Cada aluno tem uma experiência personalizada de aprendizado, dentro do seu próprio ritmo e desempenho. No atual contexto, reforçamos a comunicação deste curso para a comunidade acadêmica.

b. Características do processo de distribuição.

A prestação de nossos Serviços Educacionais ocorre por meio das nossas instituições de ensino superior - presentes nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Sergipe – bem como pela nossa subsidiária dedicada à educação executiva continuada (HSM), pela nossa subsidiária dedicada à vertical de Direito (EBRADI - Escola Brasileira de Direito), e pela *joint venture* promovida com a Le Cordon Bleu Paris, que está dedicada ao ensino da culinária e hospitalidade (Le Cordon Bleu São Paulo).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além disso, em 2019 ampliamos nossa atuação a partir de parceria estabelecida, por meio da HSM, com a Singularity University (SU) para trazer a renomada universidade do Vale do Silício para o Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a criação da SingularityU Brazil, para oferta de programas dentro das empresas, com projetos de estratégia, aceleração de inovação e liderança. No mesmo ano, criamos também a HSM University, braço da HSM para promover cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

Em ordem cronológica, a trajetória de evolução da Ânima Educação por meio de suas marcas e instituições pode ser vista a seguir:



INSTITUIÇÕES DE ENSINO E MARCAS/SUBSIDIÁRIAS LIGADAS À ÂNIMA EDUCAÇÃO

>> Una

A Ânima Educação adquiriu o Centro Universitário Una no ano de 2003, sendo a primeira instituição integrante da organização. Com quase 60 anos de história, a Una é reconhecida em Minas Gerais e Goiás pela qualidade de seu ensino, comprovada pelos indicadores de qualidade do Ministério da Educação (MEC), e está presente nesses estados por meio de 19 unidades localizadas em pontos estratégicos de 14 cidades.

A Una está entre os melhores centros universitários privados do país e 2º melhor Centro Universitário de Belo Horizonte, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2019. É uma posição que reforça o compromisso com a sólida formação profissional e humana de seus estudantes.

A Una conta com mais de 50 cursos de Graduação e Pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Ressalta-se o grande salto que a Una deu nos últimos cinco anos, adquirindo diversas unidades, visando seu plano de expansão com foco em elevar a educação superior nas cidades onde se instala. Adicionalmente, é a única instituição de ensino do Brasil a figurar desde 2011 no ranking das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, segundo avaliação feita pelo Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época, e também com diversos cursos de graduação ranqueados entre os melhores do país no Guia da Faculdade (antigo Guia do Estudante), do Jornal o Estado de São Paulo e pela *startup edtech* Quero Educação, sendo 231 estrelas conquistadas na edição de 2019 do Guia da Faculdade. Mais informações e detalhes em www.una.br.

>> UniBH

Considerado o melhor centro universitário privado da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais após a divulgação do IGC (Índice Geral de Cursos), em dezembro de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC – ENADE 2018), o UniBH é uma das mais tradicionais instituições de ensino da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com mais de 50 anos de atuação na cidade. Integrante da Ânima Educação desde 2009, é uma escola aberta e próxima da comunidade. Referência quando o assunto é qualidade acadêmica e extensão universitária, a instituição oferece projetos inovadores que integram ensino, pesquisa e extensão, aliados a uma estrutura física completa e moderna.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Consciente de seu papel social, o UniBH estabelece parcerias com a comunidade e desenvolve ações que beneficiam especialmente a população carente, com mais de mil atendimentos mensais prestados gratuitamente, além de importantes projetos ligados à sustentabilidade.

Em seu estruturado e moderno Campus Bunitis, no bairro Estoril, na capital mineira, o UniBH oferece mais de 50 cursos de Graduação, nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica, além de dezenas de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e, também, diversos cursos de extensão.

A instituição investe constantemente no avanço tecnológico para contribuir ainda mais para o desenvolvimento cultural e acadêmico dos alunos. E isso o fez assumir uma posição de destaque no setor educacional, o que se reflete na qualidade da formação pessoal e profissional de quem passa pela instituição. Mais do que isso, o UniBH também aparece, desde 2014, na lista das 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época, o que reforça também os cuidados da instituição com suas pessoas. Mais informações e detalhes em www.unibh.br.

>> Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte

Desde 2006, ano no qual a Unimonte passou a integrar nossos negócios, passamos a atuar na região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. A Unimonte possui quase 50 anos de história na região.

Em 2014 recebeu pela primeira vez o selo de Melhores Empresas para Trabalhar, do Instituto GPTW (Great Place to Work)/Revista Época. Foi a primeira instituição de ensino da região a conquistar tal reconhecimento e a única da Baixada Santista a figurar na lista.

Em abril de 2018, após realizarmos pesquisas e descobrirmos a força que a marca São Judas tinha na Baixada Santista, tomamos a decisão de evoluir com a marca da Unimonte para Centro Universitário São Judas – Campus Unimonte. Foi uma oportunidade de levar para a Baixada Santista a qualidade da segunda melhor Universidade privada do Estado, segundo dados do MEC (ENADE 2018), sem que os alunos tenham que se deslocar até a capital.

O Centro Universitário São Judas - Campus Unimonte figura como o melhor de toda a Baixada Santista e o 9º no Estado de São Paulo, segundo o MEC, de acordo com a avaliação do IGC (Índice Geral de Cursos), o principal indicador nacional de qualidade do ensino superior no Brasil, divulgado em dezembro de 2019. Mais informações e detalhes em www.unimonte.br.

>> Universidade São Judas Tadeu

Fundada em 1971 e integrante da Ânima Educação desde 2014, a Universidade São Judas é uma instituição reconhecida no mercado universitário em razão de sua solidez acadêmica comprovada por diversos indicadores. Resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2018 apontaram que a instituição manteve o Índice Geral de Cursos (IGC) o nível 4, conquistando o posto de segunda melhor universidade privada da cidade de São Paulo. A nota da São Judas cresceu de 3 em 2017 para 4 em 2018, de acordo com a divulgação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com esse índice, permanece no grupo de excelência do Ministério da Educação.

Adicionalmente, a Universidade São Judas está entre as instituições de ensino que mais aprovam na OAB (sendo o 5º lugar na OAB São Paulo), é dona do selo OAB Recomenda e figura também entre as 10 instituições que mais formam CEOs no Brasil.

Com mais de 40 cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Graduação Tecnológica), Pós-graduação e MBA, além de cursos de Mestrado e Doutorado, nos últimos anos a Universidade São Judas ampliou sua presença na cidade de São Paulo e em regiões do Estado, tendo atualmente 10 unidades na Capital e no Estado de São Paulo, das quais 2 – Butantã e Mooca - que já existiam em 2014 quando a adquirimos, 3 – Paulista, Santo Amaro e Jabaquara – foram abertas em 2018 e 5 – Santana, Vila Leopoldina, Guarulhos, São Bernardo do Campo e e Cubatão (onde tem um curso de Medicina), abertas em 2019. Mais informações e detalhes em www.usjt.br.

>> UniSociesc

A UniSociesc, instituição que é referência em qualidade e relacionamento com o mercado na região Sul do Brasil passou a integrar nossos negócios em 2016. Possui sua origem ligada a Escola Técnica Tupy, criada em 1959 por Hans Dieter Schmidt, presidente da Fundação Tupy S/A.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

É uma das maiores instituições de ensino do Sul do país, com 11 campi localizados nas cidades de Balneário Camboriú, Blumenau, Curitiba, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul, todas no Estado de Santa Catarina.

Com professores experientes e ampla diversidade de cursos, há mais de meio século a UniSociesc se dedica a formar profissionais e transformar pessoas por meio de conhecimentos e vivências que desenvolvem competências, talentos e carreiras.

Tamanha dedicação à oferta de uma educação de qualidade, premissa de todas as instituições que integram a Ânima Educação, fizeram com que a UniSociesc conquistasse, em dezembro de 2019, a nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC), especificamente na cidade de Santa Catarina, após divulgação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC). Com IGC Contínuo de 4,20 (o que coloca a instituição na faixa 5), a UniSociesc da Capital conseguiu o melhor resultado entre todas as instituições de Santa Catarina, registrando ainda o 15º melhor índice contínuo do país. Mais informações e detalhes em www.unisociesc.com.br.

>> AGES

O Centro Universitário AGES é a instituição de ensino superior mais recente a fazer parte da Ânima Educação, em agosto de 2019, marcando a entrada da organização no Nordeste do País. Reúne 26 cursos de Graduação e é dona de resultados acadêmicos consistentes. Desenvolve suas atividades em sete unidades acadêmicas, sendo 1 Centro Universitário e 6 Faculdades, localizados nas cidades baianas de Paripiranga, Jacobina, Senhor do Bonfim, Tucano e Irecê, além de Lagarto, em Sergipe.

A AGES é reconhecida por um projeto acadêmico baseado no uso intensivo de metodologias ativas já consolidadas, na humanização das relações de aprendizagem, bem como no rigor com a prática acadêmica. O cuidado da instituição para a oferta de uma educação de qualidade é comprovada pelos mais recentes indicadores de qualidade do MEC, divulgados em dezembro de 2019. Os dados do Índice Geral de Cursos (IGC) revelaram que a AGES ostenta a posição de 2º Melhor Centro Universitário da Bahia e o 6º de todo o Nordeste. Mais informações e detalhes em www.faculdadeages.com.br.

>> HSM

Desde sua fundação, em 1987, a HSM acompanha o que há de mais inovador em gestão, trabalhando ao lado das lideranças de negócios para alcançar sua missão de transformar o país por meio do desenvolvimento de líderes e organizações. A marca passou a fazer parte da Ânima em 2013.

A HSM é uma plataforma de conhecimento, que faz a ponte entre o cenário global e a realidade brasileira, construindo redes colaborativas que impactam o desempenho das empresas e de suas equipes, e colocando as vozes mais importantes do mundo atual dos negócios em contato com executivos e gestores nacionais.

Esse diálogo constante acontece nos eventos, nos programas customizados de educação executiva para médias e grandes empresas e no conteúdo distribuído pelas mais diversas e atuais plataformas de mídia. Mais informações e detalhes em www.hsm.com.br.

>> EBRADI (Escola Brasileira de Direito)

Fundada no final de 2016 pela Ânima Educação, em parceria com profissionais atuantes neste mercado há mais de 16 anos, a EBRADI (Escola Brasileira de Direito) oferece ensino de altíssima qualidade a distância, que engaja alunos com aulas voltadas à prática da advocacia, oferecendo base de conhecimento completa para atuação na área de especialização de preferência. Nasceu para se tornar referência em ensino digital na área jurídica.

O portfólio é sustentado por serviços exclusivos, conteúdo de alta qualidade e tecnologia que permeiam uma metodologia própria e inovadora, que unem a comodidade do aprendizado a distância com o acompanhamento especializado. Além de reunir grandes nomes do Direito e os melhores professores da área, a EBRADI oferece cursos pautados no ensino adaptativo e colaborativo, especialmente desenhados para elevar o padrão de empregabilidade e transformar a vida dos alunos. Mais informações e detalhes em www.ebradi.com.br.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

>> Le Cordon Bleu

A Le Cordon Bleu é uma escola de gastronomia líder mundial, que faz parte da história e possui uma rica herança acumulada ao longo de mais de 120 anos. Hoje, o Le Cordon Bleu está presente em 20 países, com 35 escolas internacionais e tem a Ânima Educação como um de seus parceiros estratégicos. Por meio do vínculo entre ambas, em maio de 2018 foi inaugurada na cidade de São Paulo a primeira escola da rede no Brasil: o Instituto de Artes Culinárias Le Cordon Bleu São Paulo.

A proposta da Ânima e do Le Cordon Bleu é que a abertura da escola em São Paulo promova o intercâmbio de alunos de outras cidades do país para que, depois de formados, eles levem todo conhecimento do Instituto para sua cidade de origem. Assim, esses estudantes irão fomentar a mudança tanto no mercado quanto em suas respectivas cidades. Em longo prazo, a ideia é fazer com que esse intercâmbio possa contribuir para o crescimento da gastronomia brasileira, mais um passo importante para transformar o país pela educação. Mais informações e detalhes em <https://www.cordonbleu.edu/sao-paulo/home/pt-br>.

>> SingularityU Brazil

A instituição nasceu de uma parceria estratégica entre a Ânima Educação, por meio da HSM, e a Singularity University (SU), renomada universidade do Vale do Silício, nos Estados Unidos.

O objetivo é entregar versões locais dos programas transformadores da SU para empresários e executivos brasileiros. Localizada em São Paulo, a SingularityU Brazil visa ajudar as corporações brasileiras e líderes a entender melhor o impacto de tecnologias exponenciais, antecipar tendências e prepará-los para agir. Através de modelos e ferramentas de estratégias, liderança e inovação, a SingularityU Brazil ajudará as empresas a se reinventarem para navegar melhor pelo futuro.

A SU iniciou suas atividades no Brasil em abril de 2018, com o SingularityU Brazil Summit, em parceria com a HSM. Este evento, permitiu que se iniciasse um projeto que tem o potencial de contribuir para uma das transformações mais revolucionárias de nosso país. Mais informações e detalhes em www.singularityubrazil.com.

>> HSM University

A HSM criou a HSM University. A marca chegou ao ecossistema Ânima em 2019. O objetivo é oferecer cursos de especialização a distância em gestão, desenvolvidos a partir de histórias de sucessos dos maiores executivos e empreendedores globais.

A HSM University dispõe de cursos livres e de pós-graduação voltados para o aprimoramento das competências mais requisitadas pelo mercado de trabalho. Os módulos são compostos por treinamento de habilidades que farão a diferença quando colocadas em prática. Todas elas se baseiam em conceito e ferramentas extraídos dos grandes pensadores da gestão do país e do mundo. Mais informações e detalhes em www.hsmuniversity.com.br.

>> Unicuritiba

O UNICURITIBA surgiu há sete décadas, a partir da visão do professor Milton Vianna, um dos nomes mais representativos da história do Direito e da educação paranaense. Com início de sua trajetória como Faculdade de Direito de Curitiba (FDC), foi fundada com pioneirismo pela Associação de Ensino Novo Ateneu, ofertando o primeiro curso particular de Direito no Paraná.

O UNICURITIBA reúne diversas opções de cursos de graduação e especialização, além de Mestrado e Doutorado em Direito. Possui cerca de cinco mil estudantes e um campus imponente, localizado em uma região estratégica de Curitiba. É uma instituição reconhecida por ter, entre outros diferenciais, um dos melhores cursos de Direito do País (com selo de qualidade OAB Recomenda em todas as suas edições), além de ser referência na área de Relações Internacionais.

>> Unisul

Por meio de uma parceria de co-gestão que utiliza o Ecossistema Ânima de Aprendizagem, nossos serviços e *know how* educacionais, a Unisul destaca-se no ranking das melhores universidades de Santa Catarina, com mais de 140 cursos bem estruturados nos campi de Tubarão, Florianópolis, Pedra Branca (Palhoça), Araranguá, Içara, Braço do Norte e na UnisulVirtual. Mantém intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa de quatro continentes e suas atividades de extensão se desenvolvem em infraestruturas singulares, como o maior complexo aquático do País, localizado no campus da Pedra Branca.

Vários de seus cursos estão entre os melhores do Sul do Brasil, a exemplo da Medicina, em 2016 avaliado com nota máxima (5) pelo MEC.

Com 101 cursos de graduação, 114 de especialização, 5 de mestrados e 4 de doutorados, a Unisul caracteriza-se como uma instituição empreendedora e de espírito inovador, com forte atuação no desenvolvimento de Santa Catarina, ao longo dos seus 56 anos. Foi a primeira Universidade a participar do planejamento pioneiro do Estado em 1973.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

>> Instituto Ânima

Além de suas instituições de ensino superior e marcas subsidiárias, a Ânima também possui um instituto: o Instituto Ânima. É uma entidade sem fins lucrativos, que atua em projetos em diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo iniciativas como: projetos de integração entre as instituições Ânima; projetos sociais, culturais e de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação); captação de recursos; desenvolvimento e licenciamento; e gestão de startups.

O Instituto Ânima nasceu a partir de movimentos derivados da atuação de duas escolas que fazem parte da Ânima Educação. Em 2005, o Centro Universitário Una criou o Instituto Una de Responsabilidade Social, a fim de dar suporte às pesquisas e às atividades culturais e de extensão da instituição. Depois, este somou seus esforços com o histórico social de pesquisa, tecnologia e inovação da UniSociesc, no sul do País, gerando, a partir desta integração, o que hoje é o Instituto Ânima.

O objetivo é o fomento, o estímulo e o desenvolvimento de atividades ligadas à cultura, às artes, ao turismo, ao desenvolvimento social e sustentável, à ciência e à educação do nível básico ao superior. Além disso, é papel do Instituto Ânima promover e executar atividades e pesquisas de caráter científico e tecnológico, inclusive em parcerias com instituições públicas ou privadas e órgãos de fomento como FINEP, MCTI, CNPq, FAPEMIG, FAPESC, BNDES e BID, entre outros. Mais informações e detalhes em www.nossoinstitutoanima.com.br.

CAMPI

Em 31 de dezembro de 2019, possuíamos 51 *campi* de ensino superior, distribuídos em 35 cidades. A grande maioria dos nossos campi funciona em imóveis alugados e conta com a infraestrutura adequada para a prestação de serviços de educação, incluindo bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios específicos adequados aos cursos ofertados, auditórios entre outros. Ao inaugurar ou adquirir novos campi, normalmente construímos ou reformamos as instalações existentes a fim de adequá-las aos nossos padrões, visando garantir a qualidade e características de nossa marca.

Processos

Possuímos processos profissionais de captação, fidelização e retenção de alunos em nossas instituições de ensino. Todos os nossos processos são estruturados de forma a apresentarem atribuições claramente definidas para os nossos colaboradores. O andamento dos mesmos é metodicamente controlado por meio de indicadores de desempenho previamente definidos. Nosso método de gestão busca obter níveis elevados de eficiência operacional e padronização de procedimentos, de modo a facilitar a replicação e controle de nossas IES.

Captação

Ao longo de 2019, a Ânima Educação realizou significativos investimentos na estruturação da sua área comercial, responsável pelos processos de captação. Foi criada uma diretoria nacional que atualmente conta com 5 gerências, assim distribuídas:

- Gerência de Central de Atendimento ao Candidato: área de atendimento presencial criada nos campi para captar e atender exclusivamente aos postulantes a uma vaga nas instituições do grupo. A área conta com 164 assessores que são responsáveis pelo acompanhamento de cada candidato desde a sua inscrição até a matrícula e 34 colaboradores para atendimento de ligações do receptivo.

A área foi reestruturada em setembro de 2019 e com o novo papel do assessor passamos a ter um relacionamento mais personalizado com nossos candidatos. Além disso, tivemos a implementação da ferramenta Sales Force, com o conceito *omnichannel*. Com essas melhorias, conseguimos medir e aprimorar toda a jornada do nosso candidato.

- Gerência de Relacionamento com Escolas e Empresas: canal de vendas com foco em promover as marcas da Ânima Educação nas Escolas de Ensino Médio, bem como em empresas de médio e grande porte.
- Gerência de Processos Seletivos: departamento estruturado para organizar todos os processos seletivos (vestibulares) das instituições, além de realizar as análises de disciplinas convalidadas para os alunos oriundos de outras instituições que desejam transferir seus cursos para uma das instituições da Ânima Educação.
- Gerência de produtos: responsável pela definição de portfólio e precificação. Atua com análises de concorrentes, dados do censo, INEP e outros para melhor definição das estratégias de preço e portfólio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Gerência de Planejamento e Operações comerciais: responsável por estabelecer metas, controlar performance e operacionalizar as campanhas comerciais junto às áreas internas da Companhia.

A estratégia de preços da Ânima está alinhada com seu posicionamento de qualidade e baseada no gerenciamento de dados, considerando a maximização de receita e margem. Com base nos estudos com um de nossos conselheiros, Antonoaldo Neves, CEO da TAP Air Portugal, desde 2019, conseguimos analisar muitos aspectos dos dados do perfil do aluno e definir uma estratégia de preços totalmente personalizada. Obtemos e analisamos automaticamente detalhes como renda do aluno, antiga escola e endereço. Com isso, todas essas informações são consideradas na composição do preço sugerido ao aluno, além da demanda e localização do curso para maximizar nossa receita.



Os processos de captação se dividem em:

(i) **Vestibular:** O processo seletivo de captação de novos alunos para cursos de graduação intitulado Vestibular acontece de maneira presencial e online, sendo o segundo a partir de dezembro de 2019, sendo utilizados quatro tipos de mecanismos:

- Vestibular Tradicional:** Processo seletivo realizado em uma data estabelecida pelas instituições de ensino, normalmente durante os finais de semana. Apenas para o curso de Medicina existe uma segunda etapa desse mesmo processo, com uma segunda prova.
- Vestibular Agendado:** Cada IES define um cronograma independente de provas em datas pré-agendadas, de acordo com a capacidade de execução da IES e sua própria avaliação da comodidade para o perfil de candidato.
- ENEM:** Candidatos podem utilizar sua nota no ENEM para ingressar na IES. Para mais informações sobre o ENEM, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência:
- Vestibular Agendado online:** Buscando a comodidade do candidato, desenvolvemos um aplicativo que possibilita a realização da prova online seguindo todas as exigências necessárias para apuração do resultado e veracidade das informações dos candidatos.

(ii) **PROUNI:** Disponibilizamos vagas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular que tenham sido beneficiados por bolsas integrais e com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, no âmbito do Programa Universidade para Todos – PROUNI. O PROUNI conta com um sistema semestral de seleção, informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo, de acordo com as especificações do MEC. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(iii) Outras Captações: Além das formas de ingresso de nossos alunos acima descritas, Vestibular e PROUNI, seguem abaixo outras formas de ingresso de alunos por nós adotadas:

- a) Obtenção de novo título: Processo seletivo utilizado por graduados que desejam iniciar um novo curso de graduação;
- b) Retorno: Processo utilizado por alunos que trancaram sua matrícula e desejam retomar seus estudos;
- c) Transferência: Processo onde alunos de IES concorrentes solicitam transferência de sua matrícula para uma das nossas IES;
- d) Transferência Interna: Processo utilizado por nossos alunos que solicitam trocar de curso dentro de uma mesma IES;
- e) Disciplina Isolada: Processo por meio do qual os alunos se matriculam em disciplinas e não em todo o curso de graduação. Os alunos caracterizados nessa modalidade de ingresso devem, obrigatoriamente, estar matriculados em uma outra IES que não seja àquela onde irá cursar a referida disciplina. Esse processo é normalmente utilizado por alunos que sofrem alterações nas grades curriculares em suas IES de origem e precisam de um conteúdo/disciplina que não está mais disponível na mesma.

(iv) Pós Graduação: Processo utilizado para, a partir da análise dos currículos dos estudantes e por meio de entrevista pessoal, englobar os ingressos nos cursos de Lato Sensu (Especializações e MBA's) e Stricto Sensu (Mestrados).

(v) Extensão: Processo adotado para os ingressos, a partir da efetivação da matrícula do estudante, em todos os cursos de extensão, que são aqueles com carga horária variada e não contemplados nos itens anteriores.

Operacionalização da Captação

Em cada um dos processos de captação, o fluxo de candidatos foi amplamente estudado e algumas fases/etapas definidas em uma sequência de ocorrências.

Na figura abaixo, para fins exemplificativos, seguem o encadeamento das etapas do processo seletivo de Vestibular:



As etapas estão encadeadas em um processo que denominamos de Régua de Relacionamento ou de Captação, dependendo de sua finalidade.

O fluxo normal que deve ser percorrido pelo candidato entre o início de sua inscrição e a sua matrícula/início das aulas, está representado no gráfico acima pela cor laranja. As perdas em cada etapa, chamadas de quebras, estão representadas pela cor vermelha. Cada um dos motivos de quebra é acompanhado durante todo o processo seletivo, buscando sempre aumentar o volume de alunos que completam todo o fluxo.

Para cada processo em nossa Companhia, uma Régua de Relacionamento ou de Captação é implementada, tendo para cada uma de suas fases, uma meta, um conjunto de ferramentas de interação com os candidatos e indicadores de performance específicos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Exemplo da configuração de uma Régua de Relacionamento ou de Captação:

Na Régua de Captação do processo seletivo de Vestibular, a comunicação direta com o potencial aluno é feita por meio de SMS, E-mails, Call Center, WhatsApp e convites personalizados para visitas aos campi das IES, eventos relacionados à carreira, à vida acadêmica e às opções de financiamento estudantil por nós oferecidos em cada IES. O uso de cada uma dessas ferramentas é definido dentro de períodos de tempo específicos, que são calculados a partir da data de início da inscrição do candidato no Vestibular.



Todas as Réguas de Relacionamento ou de Captação são automatizadas por um sistema de automação de marketing que controla todas as interações com os candidatos, permitindo que indicadores de desempenho sejam calculados e que a gestão dos números das nossas IES seja realizada com máxima eficiência.

Marketing

As inscrições nos processos seletivos são incentivadas por campanhas publicitárias e ações de relacionamento, conforme abaixo descritas.

Campanhas Publicitárias

Temos uma Diretoria de Comunicação centralizada, responsável pela criação das campanhas, definição dos planos de mídia e toda a estratégia de Comunicação. Cada uma das nossas IES ainda possui um profissional de Marketing e Comunicação, responsáveis pela apresentação de suas marcas, produtos e diferenciais em seus mercados. Essa parceria entre equipe Holding e equipe das instituições tem a finalidade de garantir uma forte identidade local, e ao mesmo tempo manter nossos ganhos de operação em escala em cada um dos mercados, nos quais atuamos.

Acreditamos que o uso de ferramentas de comunicação diferenciadas tem marcado os trabalhos de comunicação das nossas IES. Por exemplo, o uso de redes sociais, eventos abertos à comunidade e a busca pela aplicação de inovações e criatividade nos processos são possíveis diferenciais reconhecidos e mensurados em nossas IES.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Relacionamento

Como ferramentas de relacionamento com nossos alunos, diversificamos os canais de acesso, buscando aumentar a percepção de valor da nossa prestação de serviços. Todos os canais de atendimento são formatados com a finalidade de promover a fidelização do aluno, na busca de maximizar sua permanência na instituição e oferecer uma experiência cada vez melhor. Nesse sentido, os principais canais de relacionamento utilizados são:

- a. Atendimento presencial especializado – Em maio de 2019, os alunos começaram a receber atendimentos especializados de acordo com suas necessidades. Para assuntos acadêmicos, o aluno conta com uma estrutura de atendimento integrada à coordenação do seu curso. Para questões financeiras e de financiamentos o aluno tem o suporte da CAF (Central de Atendimento Financeiro) e, neste ambiente ele conta com consultoria sobre questões como faturamento, negociações, financiamentos públicos e privados. Temos 23 Centrais de atendimento ao aluno (CAA) distribuídos em nossos campi e 14 CAF's.
- b. Autoatendimento – Os alunos utilizam espaços de autosserviço para efetuar pagamentos, entregar documentos e realizar solicitações digitais, tendo ainda uma linha direta com nossos canais telefônicos de relacionamento. São 23 estruturas de autoatendimento distribuídos entre os campi.
- c. Chat Virtual, chatbot e SAC 2.0: Canais de atendimento virtual, onde funcionários tiram dúvidas e auxiliam os alunos na resolução de problemas. Dentre esses canais, temos o chatbot, sistema de comunicação automatizado, que esclarece dúvidas rápidas dos nossos alunos. Ele está presente no Ulife, sistema online do aluno, e também na FAQ que estimulamos os alunos a acessarem para tirarem suas principais dúvidas, inclusive quando não estamos com o atendimento telefônico em horário de funcionamento.
- d. Ulife: Plataforma única onde o aluno acessa sua jornada universitária. Neste ambiente, o aluno realiza a abertura de protocolos e consulta o status das solicitações de documentos, requerimentos e declarações, bem como esclarece dúvidas sobre sua vida acadêmica e financeira.
- e. Renegociação Online de Débitos: Todos os alunos conseguem negociar seus débitos pelo whatsapp de sua IES. Os alunos são atendidos por uma equipe especializada que está preparada para tratar cada caso de forma personalizada.
- f. Central de Relacionamento com aluno: Equipe que realiza o atendimento dos alunos de nossas instituições através do telefone divulgado de cada escola. O funcionamento é de segunda a sexta- feira, de 8h às 20h.
- g. Eventos Motivacionais e de Reconhecimento: Utilizamos eventos, prêmios e outras políticas de interação com os estudantes como forma de reter nossos alunos.
- h. Núcleo de Relacionamento: Núcleo de atendentes que trabalham com grupo de alunos. Cada atendente é responsável pelo acompanhamento da vida acadêmica e financeira do aluno, interagindo com o mesmo durante o semestre na busca de auxiliá-lo na máxima utilização dos serviços oferecidos pela IES. O Núcleo de Relacionamento é responsável pelo combate direto à evasão escolar, por meio da utilização do MPE (Modelo Preditivo de Evasão) e contato direto com o aluno.
- i. Implantação do Salesforce como plataforma que eleva o patamar no gerenciamento do relacionamento *omnichannel* com nossos alunos por ser a principal ferramenta do gênero em todo o mundo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Combate à Evasão

Metodologia de Combate à Evasão

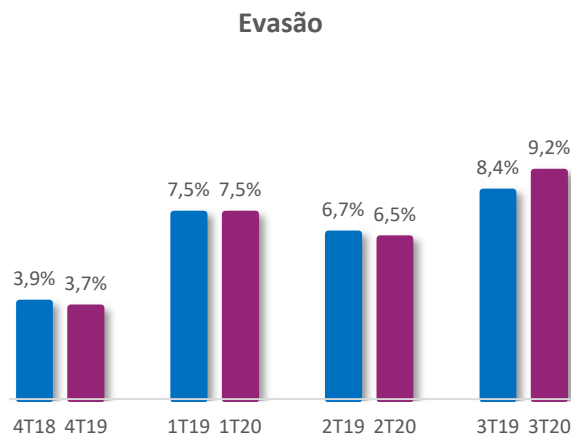
Desenvolvemos um Preditivo de Evasão, baseado em variáveis e em um algoritmo próprio, que busca antecipar possíveis casos de evasão. Por meio do preditivo de evasão, conseguimos vincular uma taxa de risco de evasão para cada aluno, priorizando assim os contatos com aqueles que apresentam maior tendência a deixar as nossas IES. O desenvolvimento contínuo dos sistemas que melhoram a qualidade dos serviços relacionados a experiência do nosso aluno, dentro e fora da sala de aula, contribuem diretamente para a redução das taxas de evasão. No último ano, aperfeiçoamos o nosso “Sistema Preditivo de Evasão” que faz uma avaliação contínua da jornada do aluno, monitorando diversas variáveis que identificam e ranqueiam o possível evasor para uma atuação de relacionamento imediata. Como resultado, das mais diversas iniciativas, destacamos uma redução na evasão de 17,4% no primeiro semestre de 2018 para 15,3% no primeiro semestre de 2019. Com base em tais informações, a nossa equipe que compõe o nosso Núcleo de Relacionamento implementa ações e iniciativas para reduzir a evasão, como entrar em contato com os alunos ainda não rematriculados automaticamente ao final de cada semestre letivo para compreender os motivos que poderiam culminar em sua evasão, bem como oferecer alternativas para evitá-la, como oferecer financiamento estudantil, se for este o caso.

Taxas de Evasão das nossas IES

Classificamos a nossa taxa de evasão em duas modalidades:

- a. Evasão Durante: ocorre ao longo do semestre letivo, no período correspondente ao intervalo entre o primeiro e último dia letivo, e que se materializa por meio de trancamento do curso, cancelamento do curso, e transferência de IES; e
- b. Evasão de Virada: ocorre no período entre o término oficial do semestre letivo, e o último dia disponibilizado para a rematrícula dos alunos e que se materializa por meio do abandono do curso de alunos que não solicitam formalmente sua saída e ou que não se rematriculam para o próximo semestre.

Nossas iniciativas vêm tendo como resultados reduções constantes de nossas taxas de evasão, como podemos identificar nos últimos trimestres.



c. Características dos mercados de atuação, em especial

i. Participação em cada um dos mercados; e

ii. Condições de competição nos mercados.

(i) Visão Geral do Setor de Ensino Superior no Brasil

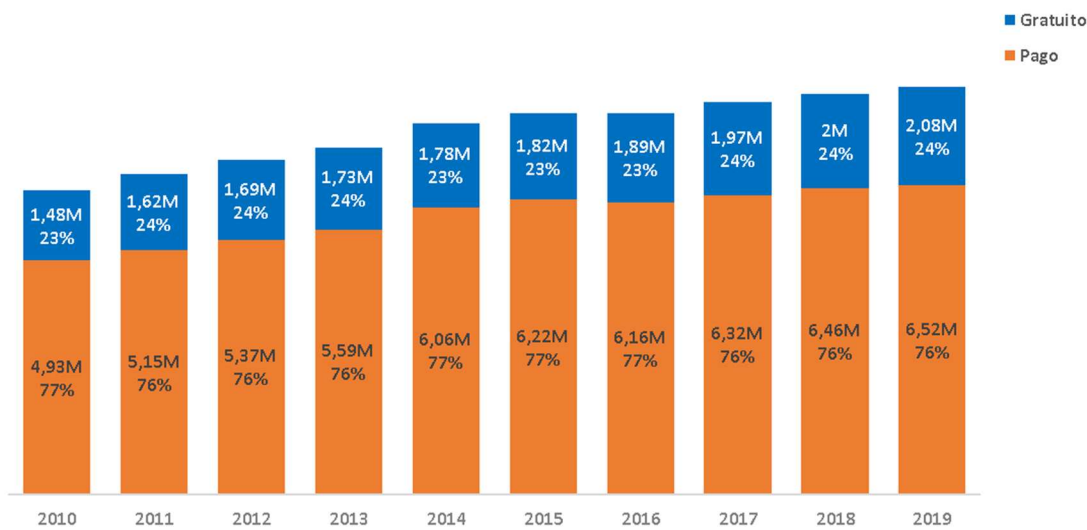
O Brasil representa o quarto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina¹ com aproximadamente 8.604.526 estudantes matriculados, segundo dados do Censo de Educação Superior².

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O setor de ensino no Brasil é altamente relevante para a economia do País, devido, principalmente, ao tamanho de nossa população de 211,0 milhões de habitantes em 2019³. De acordo com os resultados do Censo Escolar da Educação Básica⁴, em 2019, o Brasil apresentou um total de 47,9 milhões de matrículas na Educação Básica, incluindo todas as categorias de ensino dentre educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação especial. Deste total, 26,9 milhões de matrículas correspondem ao ensino fundamental, 7,5 milhões ao ensino médio. O ensino superior, por sua vez, apresentou um total de 8,6 milhões de matrículas em 2019.

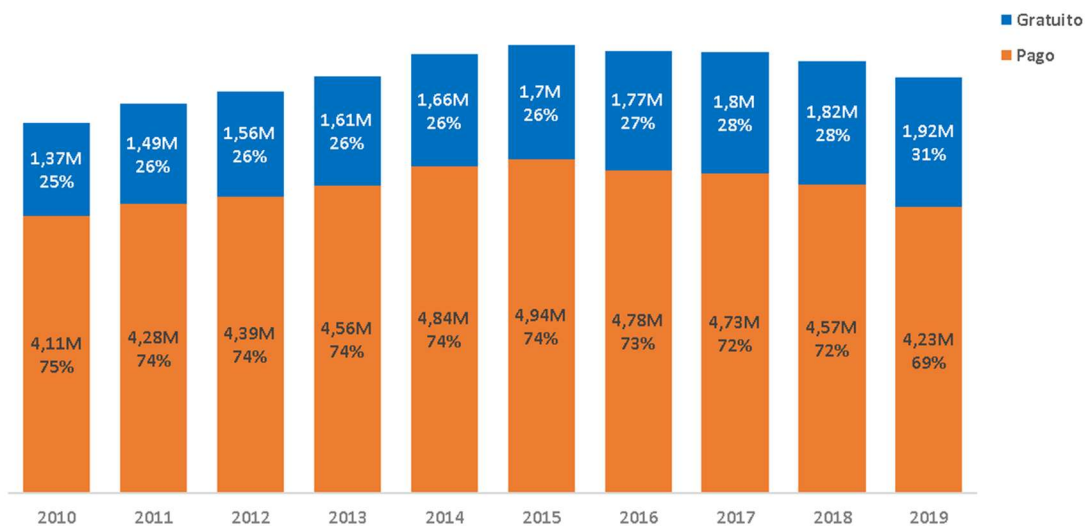
De acordo com dados do Censo, o setor privado pago apresentou um crescimento de 1,59M de matrículas de 2010 a 2019, enquanto o setor gratuito cresceu em 0,60M matrículas no mesmo período. Os gráficos abaixo ilustram, respectivamente, (i) o crescimento do número de matrículas para cursos presenciais e EAD pagos e gratuitos e (ii) a participação de cada um no número total de matrículas para cursos presenciais de 2010 a 2019.

Evolução do total de matrículas entre cursos pagos e gratuitos



Fonte: Inep. Censo da Educação Superior (2010 - 2019)

Evolução do total de matrículas entre cursos pagos e gratuitos



Fonte: Inep. Censo da Educação Superior (2010 - 2019)

¹ The World Bank Group, Databank - Education Statistics, 2019.

² Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2020.

³ The World Bank Group, Databank - Health Nutrition and Population Statistics, 2020.

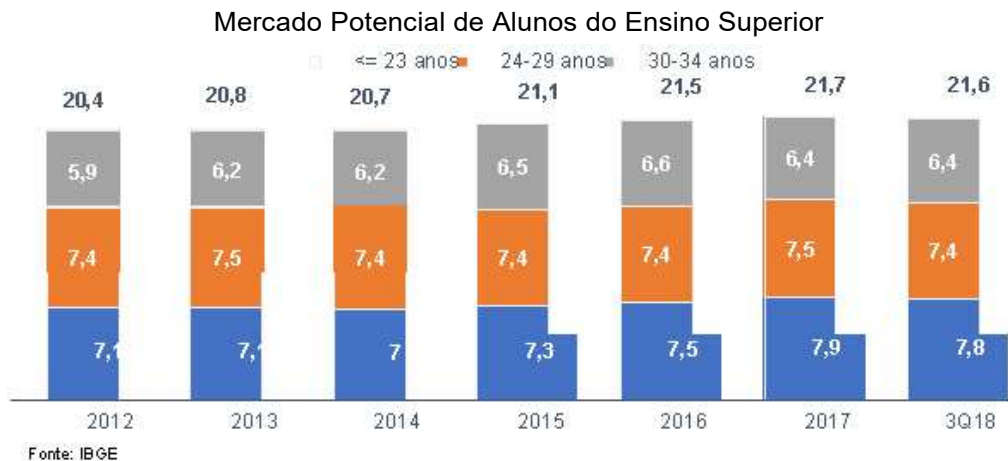
⁴ Inep, Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018. Brasília: Inep, 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Um dos principais fatores que impulsionou esse crescimento foi a mudança na regulamentação do setor na década de 1990. Anteriormente a 1996, o setor de educação superior no Brasil enfrentava restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, apesar da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, diversas medidas foram lançadas para incentivar o investimento privado no setor de educação superior brasileiro. Dentre as principais iniciativas adotadas incluem-se a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos.

Atualmente, ao contrário do segmento de ensino básico, o ensino superior brasileiro é dominado por instituições privadas (76% do total de matrículas), capazes de suprir a demanda por cursos superiores não atendida pelas instituições públicas. Enquanto as instituições de ensino superior públicas são direcionadas para servir como centros de excelência e pesquisa, com padrões de admissão extremamente competitivos e capacidade de expansão limitada, as instituições de ensino superior privadas voltam sua atenção para as exigências profissionais impostas pelo mercado de trabalho e desenvolvem programas flexíveis para atender às necessidades dos trabalhadores.

Acreditamos que existe um grande mercado potencial de alunos para o ensino superior no Brasil. Em 2018, existiam aproximadamente 22 milhões de alunos com potencial de ingressar no ensino superior, considerando (1) estudantes com um diploma de ensino médio completo, que é necessário para o ensino superior, (2) estudantes sem um diploma de ensino superior, (3) estudantes que não estão cursando aulas do ensino superior, e (4) estudantes com menos de 35 anos de idade.



(ii) Alavancas de crescimento no setor

O setor de ensino no Brasil possui 5 alavancas de crescimento:

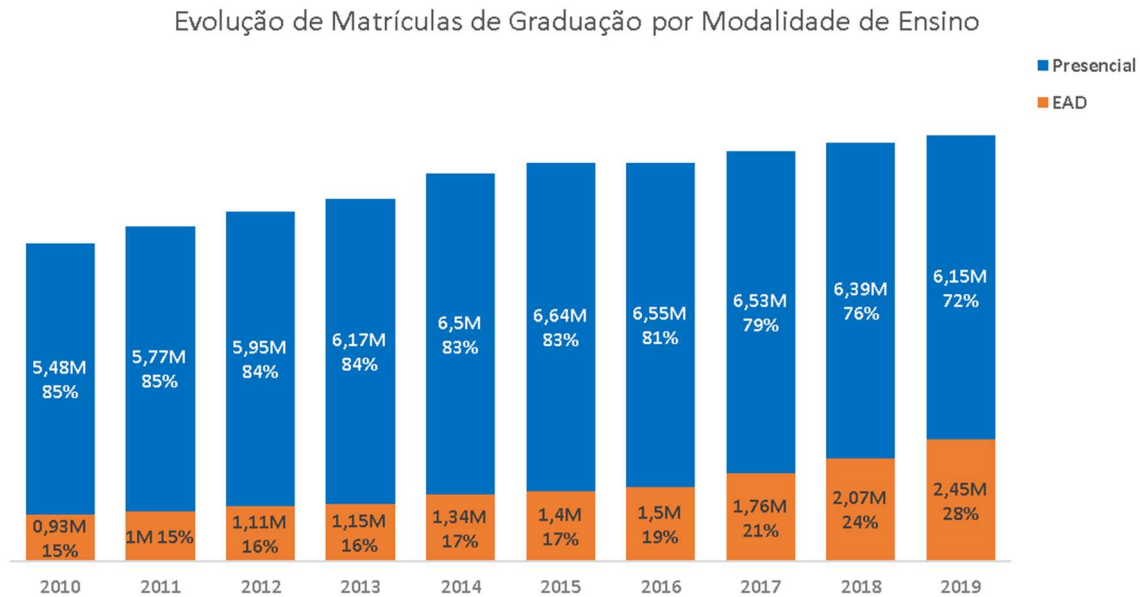
1. Crescimento do ensino à distância ("EAD") que aumenta consideravelmente o público alvo das empresas de ensino;
2. A oferta de alternativas atrativas de financiamento (PROUNI e FIES) e financiamento privado;
3. Expansão do segmento de trabalhadores que cursam o ensino superior;
4. Fragmentação do mercado que oferece oportunidades de crescimento por aquisição;
5. Retorno da economia e redução do desemprego que facilitam o acesso a mais oportunidades de escolarização devido ao aumento de renda livre.

(iii) Ensino a Distância

O ensino a distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil, em virtude de sua mensalidade mais baixa, o que aumenta substancialmente o número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas.

O Ensino a Distância foi a modalidade que mais cresceu do mercado de ensino superior, a uma taxa de crescimento acumulada de 163% no período de 2010 a 2019 (contra 12% da modalidade presencial); chegando a 2,5 milhões alunos matriculados em cursos de ensino superior à distância no país em 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



(iv) Aumento de alternativas de financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos combinado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinados à população de classes média e baixa podem ser vistos como oportunidades para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que tenham alunos matriculados que sejam beneficiados por determinados programas do governo.

Com acesso a esses financiamentos, a população de classes média e baixa, que historicamente não tinha acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento no número de alunos matriculados, sendo representados, na sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

Programa Universidade para Todos (“PROUNI”)

O PROUNI foi criado em 2005 e dá isenção de certos tributos federais para as receitas decorrentes de cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior que concedem uma determinada quantidade de bolsas de estudo aos alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

Em 13 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB nº 1.394 (“IN 1.394”) que revoga a Instrução Normativa da RFB nº 456, de 05 de outubro de 2004 (“IN 456”). A IN 1.394 estabelece a forma de cálculo da isenção a ser usufruída pelas IES no âmbito do PROUNI, atrelando o benefício fiscal à proporção da ocupação efetiva das bolsas concedidas (“POEB”).

Para maiores informações a respeito das alterações introduzidas pela IN 1.394 e seus potenciais impactos em nossas demonstrações financeiras, ver o item 7.5 deste Formulário de Referência.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Programa de Financiamento Estudantil (“FIES”)

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privadas que participam do programa e que receberam uma boa classificação junto ao MEC.

Até o momento, quase 3 milhões de alunos participaram do programa nos últimos dez anos, e cada vez mais instituições de ensino superior são cobertas por este modelo de financiamento no Brasil. No período de 2010 a 2018 foram concedidos 2,65 milhões de financiamentos com recursos do FIES, dos quais aproximadamente 733 mil concedidos no ano de 2014. Em 2019 tivemos 85 mil novos financiamentos concedidos. Desde 2005, o FIES também oferece financiamento a alunos que recebem bolsas de estudo parciais do PROUNI no valor de 50% de seus custos de educação superior.

O crescimento subsidiado pelo FIES foi interrompido em dezembro de 2014 com a publicação das Portarias 22 e 23, onde foram impostas pelo governo federal, restrições nas relações financeiras com as instituições e restrições de desempenho acadêmico para os novos candidatos ao FIES. Em contrapartida, a partir de 2018 o Governo Federal criou novas modalidades de FIES, possibilitando ao aluno contratar o FIES também através de instituições financeiras privadas.

Em 2019, o MEC disponibilizou 100 mil vagas para 2020. Em janeiro de 2020 o MEC anunciou a desvinculação do P-Fies do FIES, o qual terá início como programa independente no segundo semestre de 2021. Para mais informações acerca do PROUNI e FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

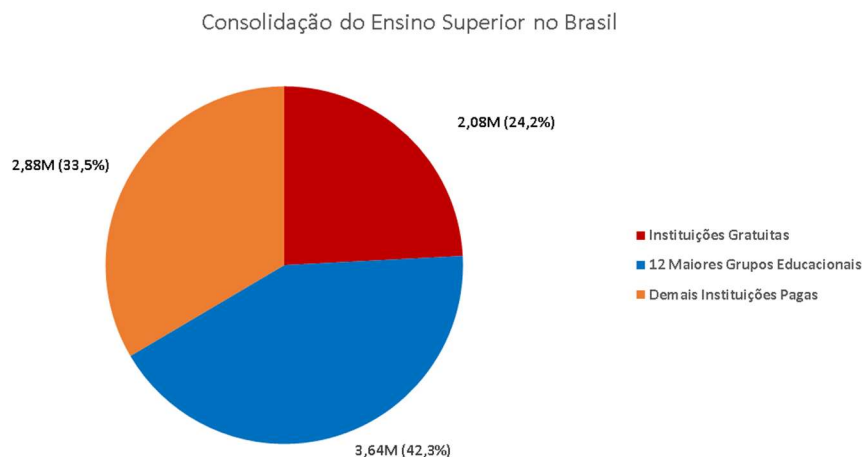
(v) Expansão do segmento formado por trabalhadores que estudam

A perspectiva de ascensão profissional e o aumento salarial significativo para os trabalhadores com diploma superior são dois fatores centrais, mais ainda se associados à expansão do setor de ensino superior brasileiro. De acordo com pesquisas do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo - SEMESP, o Brasil é um dos países onde o fato de o indivíduo de possuir um diploma superior exerce uma das maiores diferenças salariais no mundo, aumentando em média 284% a renda daqueles que o detém.

O Brasil possui 8,6 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, sendo cerca de 24% deles em instituições públicas. Esperamos que o número de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil continue a crescer em consequência de determinados fatores, tais como: (i) a perspectiva de ascensão profissional; (ii) o aumento significativo na renda individual daqueles que detém um diploma de ensino superior; (iii) a demanda substancial por trabalhadores qualificados não atendida e em expansão; e (iv) a crescente disponibilidade de alternativas educacionais para a população de classes média e baixa, em função do apoio contínuo do Governo Federal ao ensino superior privado e, especificamente, do investimento privado no ensino superior.

(vi) Consolidação do setor

A partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior, nota-se que as 12 maiores instituições privadas (responsáveis por 42,3% do total de matriculados) apresentavam, no registro do último Censo da Educação Superior de 2019, aproximadamente 3,64 milhões de alunos matriculados, ao passo que as outras instituições privadas (responsáveis por 33,5% do total de alunos matriculados) respondiam por aproximadamente 2,88 milhões de alunos matriculados.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Essa alta fragmentação proporciona oportunidades de (i) ganhos de participação de mercado; e (ii) consolidação adicional por meio de operações de fusão e aquisição. Embora se tenha observado uma aceleração significativa do processo de consolidação no setor desde 2007 em decorrência das ofertas públicas iniciais de ações (“IPOs”) observadas no setor e do aumento do interesse de empresas estrangeiras, o setor de educação brasileiro ainda encontra-se bastante fragmentado.

De acordo com a Consultoria Hoper², a tendência para o futuro é de forte profissionalização da gestão das IES, busca por fontes de receita alternativas, aproveitamento do novo bônus demográfico (3ª idade) e detalhamento nos estudos de mercado cada vez mais profissionalizados e detalhados para encontrar as microrregiões com melhores possibilidades de captação de alunos. Ainda conforme a Consultoria Hoper, no novo cenário, “a gestão precisa estar preparada para esta nova realidade, pois toda a configuração de mercado, local ou regional, está cada vez mais complexa, exigindo mais agilidade e dinamismo estratégico”.

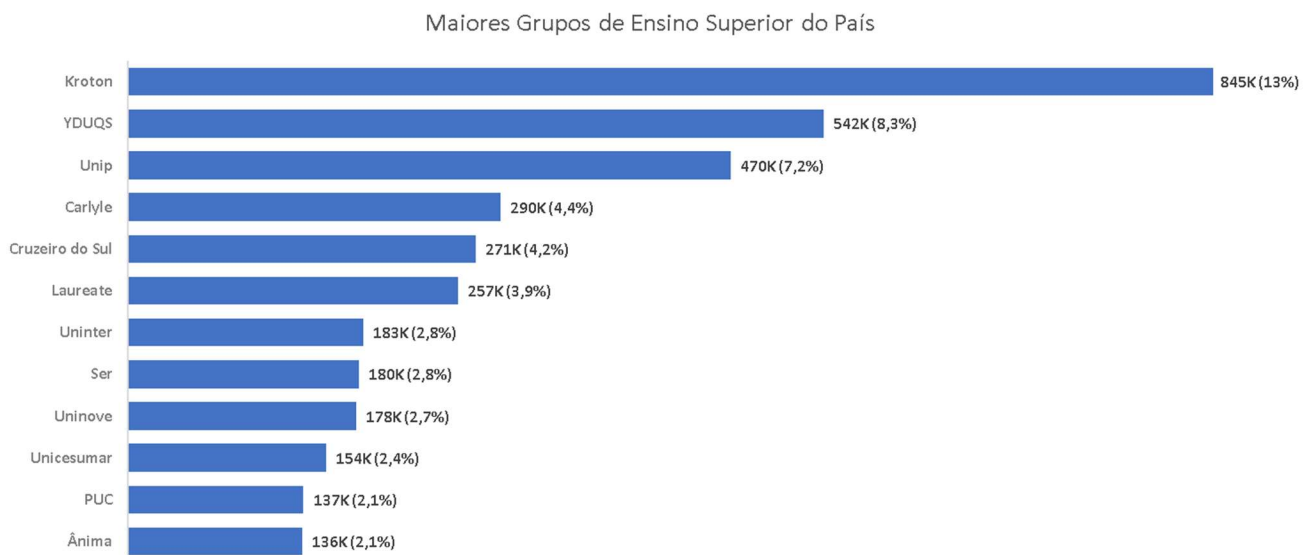
(vii) Concorrência

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com concorrentes em todas as localidades. Acreditamos que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores. Ainda assim, e devido à fragmentação do setor, enfrentamos diferentes níveis de concorrência, dependendo da localização de nossas unidades.

De acordo com o MEC, em 2019 havia 2.306 instituições pagas e 302 gratuitas de ensino superior no Brasil. Concorremos diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e manter administração e corpo docente experientes. Têm também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

Participação de mercado da Companhia

O gráfico abaixo mostra o número total de estudantes, e *market share*, nas 12 maiores instituições privadas com fins lucrativos de ensino superior no Brasil.



Inep, Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020.

² Hoper, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, junho de 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

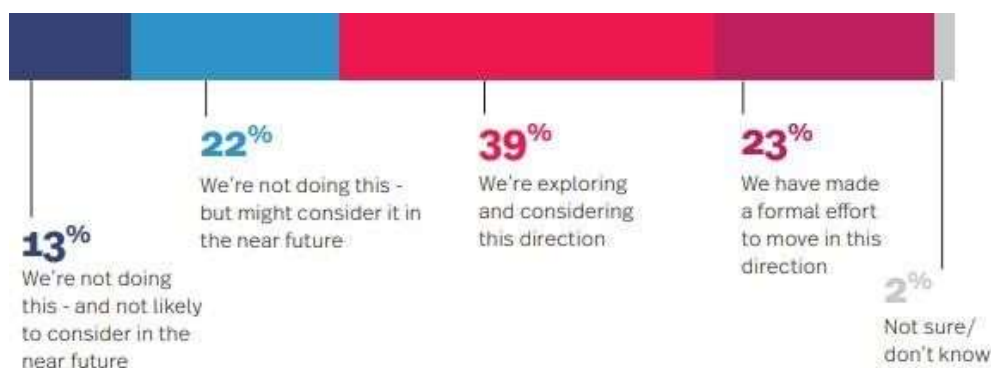
(viii) Novas tendências no Ensino Superior – Qualidade para além de indicadores educacionais

Como dito anteriormente, há diferenças inerentes ao papel das universidades públicas e privadas no Brasil, a saber, que o conjunto das primeiras dedica-se majoritariamente a pesquisa e as segundas, preocupam-se principalmente com a alocação dos estudantes no mercado de trabalho.

Nesse caso, ao longo dos anos a percepção dos alunos tem se estendido à observância de aspectos que vão além da qualidade de ensino das instituições de ensino superior, atestadas por meio dos indicadores educacionais do MEC/Inep. Ou seja, os instrumentos auferidores de qualidade, como o exame ENADE e o índice IDD, ou os indicadores que referenciam cursos e universidades como o CPC (Conceito Ponderado de Curso), IGC (Índice Geral de Cursos) e CI (Conceito Institucional), deixaram de ser suficientes na leitura de quem deseja ingressar no ensino superior privado no Brasil. Para esse público, é também indicador de qualidade a adequada inserção dos alunos egressos das universidades, em especial privadas, no mercado de trabalho. E por adequada entende-se: em sua respectiva área de atuação, com boa remuneração, e munidos do ferramental adequado para a execução de suas atividades.

Segundo pesquisa realizada pela Northwestern University³, que contou com 750 líderes de gestão de pessoas em empresas de todos os setores e portes, contratações baseadas em competências/habilidades estão começando a ganhar interesse significativo, tendo a maioria dos líderes declarado já estar priorizando, ou pretender priorizar, habilidades na contratação. Isso destaca a importância de garantir uma aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências.

Gráfico 1 - Grau das estruturas de contratação baseadas em habilidade



Fonte: Northwestern University, 2018.

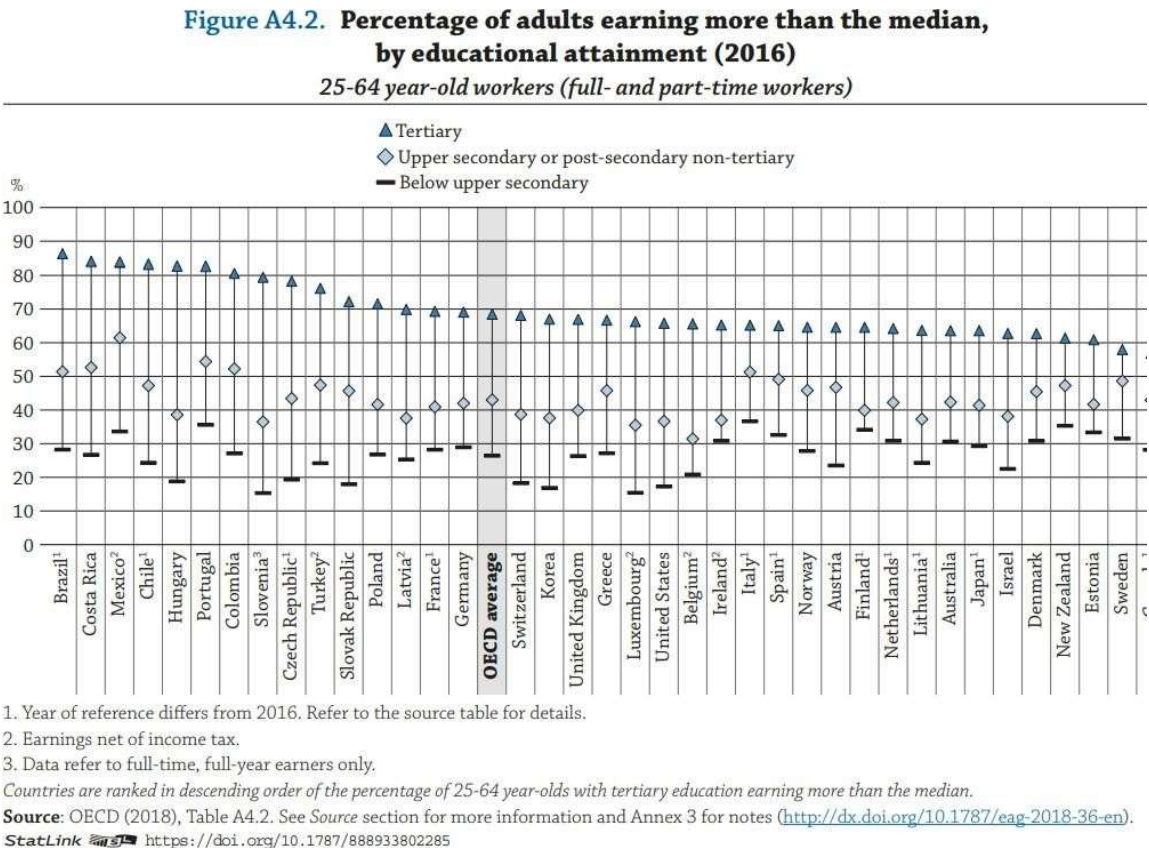
Tendo isso em vista, ainda que os cursos de certificação 'non-degree' (e.g.: MOOCS), tenham crescido de maneira significativa e se apresentado com o propósito de desenvolver competências pontualmente, estes tipicamente têm servido apenas como uma suplementação – e não uma substituição – aos diplomas tradicionais de graduação.

Sendo ainda procurado pelas empresas, o diploma no Brasil apresenta retorno financeiro significativo para os estudantes do ensino superior. Segundo pesquisa realizada pela OCDE⁴, dentre os 40 países avaliados, o Brasil apresenta o maior prêmio salarial em razão da conclusão do ensino superior. De acordo com o indicador, aproximadamente 90% dos estudantes que concluem o ensino superior tem remuneração superior à mediana, contra aproximadamente 30% daqueles que não fizeram mais que o ensino médio e aproximadamente 51% daqueles que concluíram o ensino médio mas não fizeram superior.

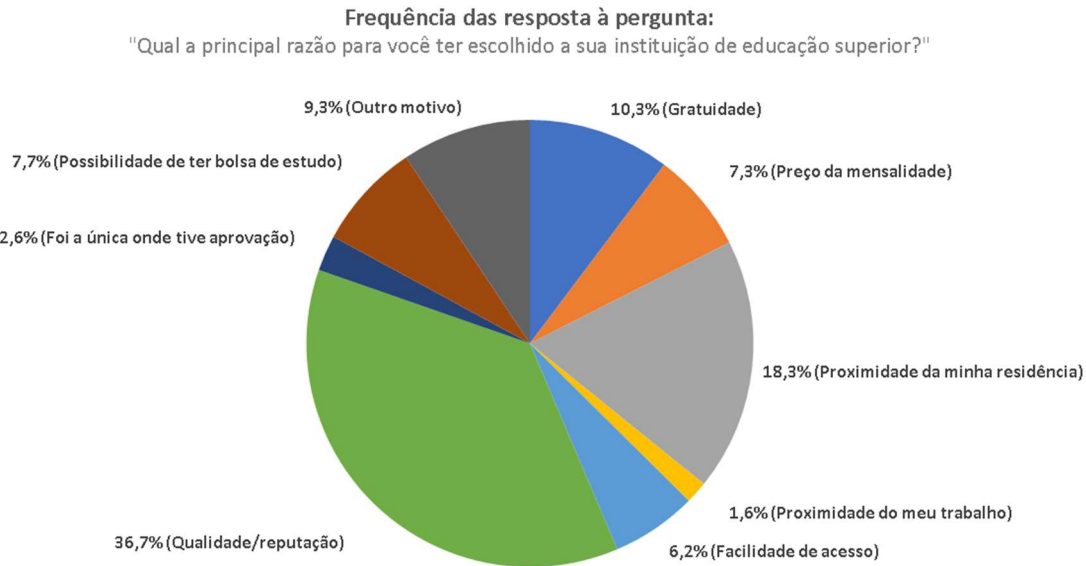
³ Northwestern University. Center of the Future of Higher Education and Talent Strategy. EDUCATIONAL CREDENTIALS COME OF AGE. A Survey on the Use and Value of Educational Credentials in Hiring, 2018.

⁴ OCDE (2018), Table A4.2. (<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-36-en>) dados da CDE

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Destacada a atratividade do ensino superior no Brasil e o histórico de crescimento da demanda por cursos de graduação, espera-se ainda haver potencial de expansão do segmento. De acordo com⁵ as taxas de acesso ao ensino superior no Brasil ainda são baixas se comparadas aos demais países da OCDE, 15% contra 22%. O que denota um potencial de crescimento do mercado na ordem de 40%.

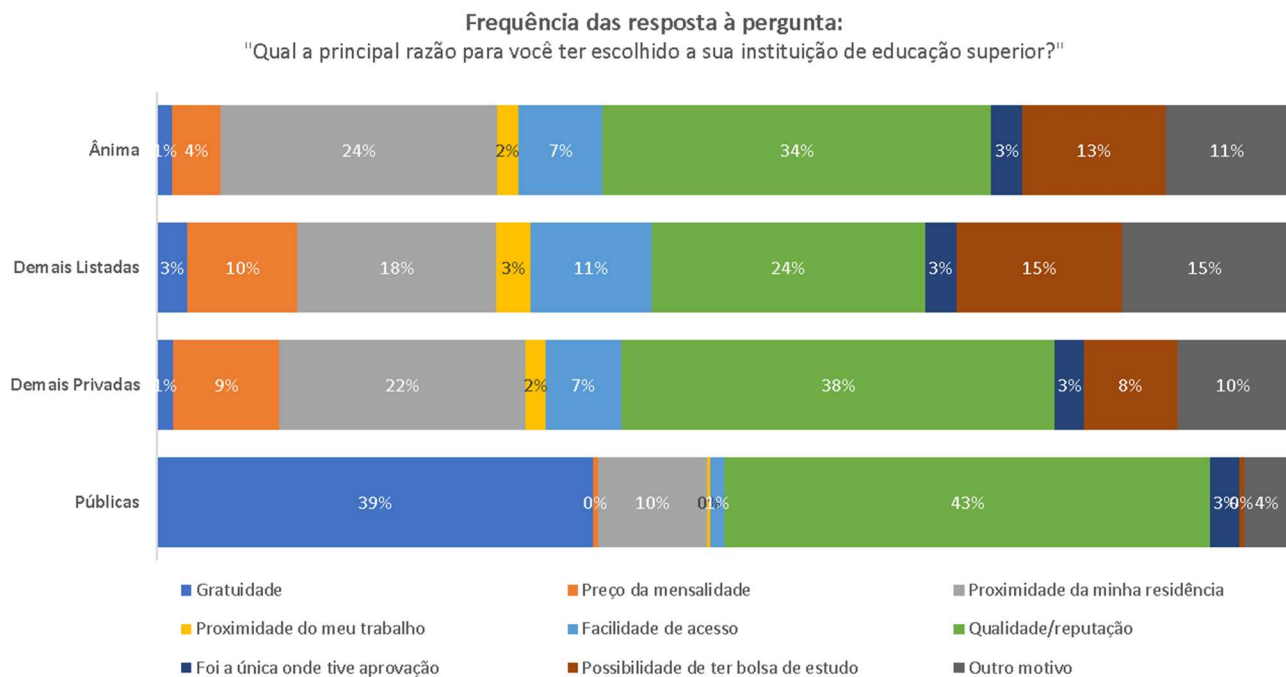


⁵ OCDE, Education at a Glance 2019: Brazil, 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A percepção de valor no Ensino Superior pelos estudantes se traduz em uma procura por IES que ofereça programas e cursos com maior qualidade, beneficiando instituições capazes de agregar reconhecimento, tradição e qualidade no ensino às suas marcas. A análise das respostas ao questionário do ENADE⁶ demonstra que os fatores ligados à qualidade são os principais determinantes indicados por 36,7% dos estudantes na escolha por uma instituição de ensino.

Ao olhar para a Ânima, em comparação com as demais instituições, percebe-se a qualidade como principal diferencial de escolha. 34% dos estudantes de nossas instituições apontaram “Qualidade/Reputação” como principal fator de escolha, contra 24% das demais listadas e 43% em relação às IES públicas.



Além dos estudantes e dos empregadores, o Governo Brasileiro também tem demonstrado seu alinhamento em relação ao tema da qualidade no ensino. A qualidade do ensino brasileiro figura entre as principais diretrizes estabelecidas pelo MEC para os próximos 10 anos no âmbito da educação no País. Além disso, a diretriz estabelece o aumento da cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (“ENADE”), o que indica maior preocupação com a supervisão das instituições de ensino.

Isto demonstra que o Governo tem sido mais ativo na supervisão do ensino no Brasil. Para o oferecimento do FIES, passou-se a exigir que o CPC seja acima de 3 (numa escala que vai de 1 a 5), sob risco de determinar o congelamento de novas matrículas em cursos com CPC constantemente igual ou abaixo de 2.

Principais Concorrentes

O setor da Educação Superior no Brasil é altamente fragmentado, e apresenta concorrência em todas as localidades. Os fatores destacados como influenciadores da concorrência são, entre outros, o preço, a experiência de uma instituição, tradição e reputação, professores, locais e a oferta de cursos.

De acordo com o MEC, em 2019, havia 2.306 instituições de ensino privado de nível superior no Brasil. Não obstante, nos últimos anos observou-se um forte movimento de consolidação no setor, com grandes grupos educacionais como Kroton/Anhanguera, Estácio de Sá, UNIP, Laureate e SER, entre outras.

Acreditamos que, à exceção de algumas poucas marcas de nicho, com a Fundação Getúlio Vargas, os estudantes brasileiros associam qualidade às marcas tradicionais com forte histórico na região onde vivem, sendo estas muitas vezes sinônimos de seriedade e ensino de qualidade.

⁶ Inep, ENADE, 2019. Brasília: 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dessa forma, considerando o posicionamento que ocupa no mercado, acreditamos que as nossas IES (UNA, USJT, UniBH, UniSociesc, Unicuritiba, UniAGES, Faseh, Unisul e UniFG) competem principalmente com instituições de ensino tradicionais, com marcas de boa reputação e qualidade em seus mercados. A USJT tem concorrentes na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, mas acreditamos que as localizações dos campi da USJT representam um diferencial.

Identificamos como principais concorrentes na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, a Universidade FUMEC e o Centro Universitário Newton Paiva. Já no mercado da cidade de Santos, Estado de São Paulo, nossos principais concorrentes são a Universidade Santa Cecília, Universidade Católica de Santos - UNISANTOS e a Universidade Paulista – UNIP. Já para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, identificamos nossos principais concorrentes como sendo: Universidade FMU, Anhembi Morumbi, Unip, Uninove e Unicsul. Em Santa Catarina, identificamos como nossos principais concorrentes a Uniasselvi e as instituições do Sistema ACADE. Por fim, na cidade de Curitiba, Estado de Paraná, podemos citar como principais concorrentes, a Universidade Positivo e a Universidade Católica.

Considerando os dados do Censo divulgado pelo INEP em 2019, as nossas IES no mercado da Microregião de Belo Horizonte detinham 22,2% do total de alunos matriculados em cursos presenciais dentre as instituições privadas, liderando ao lado da PUC o volume de alunos matriculados na região. Além disso, na cidade de Santos, a Unimonte ocupava a terceira posição em *market share*, com 15,6%. Na Microrregião de São Paulo, nosso *market share* indicava 3,8%. No estado de Santa Catarina, nossa participação de mercado é de 14,6%.

(ix) Medicina

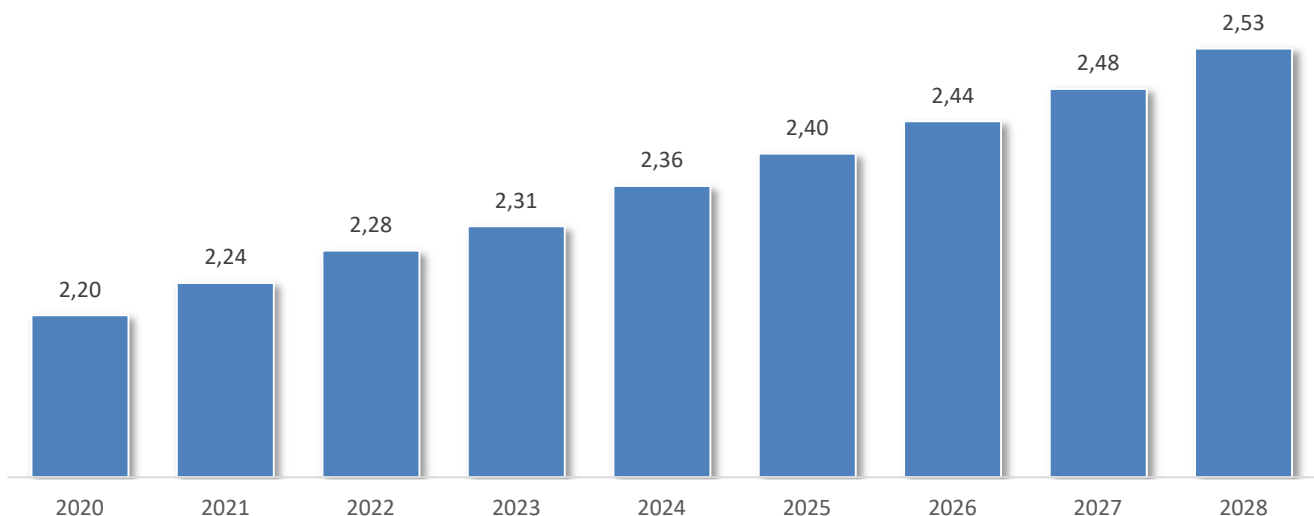
Dada a estrutura regulatória nacional, a expansão de assentos médicos depende principalmente de atributos de qualidade e da necessidade de médicos adicionais em determinada região. O número de assentos médicos permaneceu praticamente inalterado entre 2005 e 2012, mas aumentou em um ritmo mais rápido de 2012 a 2014 para mitigar a escassez de médicos no país.

Nos últimos cinco anos, o “Mais Médicos” aumentou a oferta de vagas médicas. De 2013 a 2018, criou cerca de 13 mil vagas em escolas médicas de todo o país, o que contribuiu para o aumento das matrículas em escolas privadas de medicina. Após avaliação recente das cadeiras médicas atuais oferecidas em comparação com o planejado em 2013, o número de cadeiras foi mantido constante em 36.700 pelo MEC desde abril de 2018.

De 2010 a 2017, as matrículas em escolas médicas privadas aumentaram em 32.270, representando um CAGR de 5,1%, em comparação com um adicional de 13.717 matrículas médicas públicas durante esse período.

De acordo com a Demografia Médica, o número de médicos no Brasil aumentou de 364.757 para 451.777 de 2010 a 2017, representando um aumento de 23,9%. Com essa demanda, a oferta de novos profissionais de saúde deve continuar crescendo para acompanhar o aumento da demanda por serviços de saúde públicos e privados.

Projeção do número de médicos por mil habitantes no Brasil (2020-2028)



Fonte: CFM/Cremesp

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(x) Modelos Híbridos

O modelo híbrido de ensino é a metodologia que combina aprendizado online com o offline, em modelos que mesclam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual, com outros em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor.

Com a pandemia do COVID-19 e subsequentes políticas de isolamento, alunos do ensino superior deixaram de frequentar fisicamente as escolas e as mesmas tiveram que movimentar-se para disponibilizar o ensino à distância. Esse movimento exigiu uma série de esforços tecnológicos que ajudam a acelerar a digitalização do ensino.

Ante o aparente sucesso das políticas de ensino a distância das instituições de ensino, o modelo híbrido torna-se uma forte tendência para o futuro, unindo a praticidade de assistir aulas e realizar tarefas em casa à experiência diferenciada do ensino presencial.

(xi) Lifelong Learning

Em um mundo globalizado e cada vez mais rápido, o *lifelong learning* – a prática de seguir estudando ao longo da vida, ganha cada vez mais importância e grandes instituições de ensino têm movimentado-se para atender tal demanda crescente, fornecendo, por exemplo, cursos online.

Os avanços tecnológicos desempenham um papel essencial para tornar o *lifelong learning* mais acessível. Graças à popularização dos smartphones, mais pessoas possuem acesso a conteúdo educacional através de aplicativos, vídeos, etc. além da possibilidade de se inscrever e frequentar cursos pelos dispositivos.

Na linha dos já mencionados avanços tecnológicos, as inovações trazem consigo novas habilidades a cada momento, que são sempre diferenciais em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A possibilidade de providenciar cursos para alunos ao longo da vida cria um movimento que tende a se fortalecer cada vez mais no Brasil.

d. Eventual sazonalidade:

No segmento de Ensino, não observamos variações relevantes na receita ao longo do exercício social.

Isso se deve ao fato de que no meio no segundo semestre de cada ano letivo, com início no mês de julho há menor matrícula de novos alunos, em razão da quase inexistência de estudantes recém- formados no ensino médio nesse período. Exemplificativamente, nas nossas instituições localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o vestibular do segundo semestre letivo representa, em média, 38% em do número de alunos inscritos no vestibular do primeiro semestre letivo. No Estado de São Paulo, 31% e, finalmente, 37% nos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Tal efeito é parcialmente compensado pelo aumento da desistência de alunos no primeiro semestre letivo, de modo que não há variação relevante de receita da Companhia no segmento Ensino.

A receitas auferidas pelo segmento “Outros Negócios”, o qual respondeu por 7% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, decorrem majoritariamente da realização de eventos e seminários da HSM, só sendo reconhecidas quando o evento ocorre. Uma vez que a programação de eventos varia a cada ano e os eventos são concentrados ao longo de um curto período de tempo, a receita da HSM está sujeita a um elevado grau de sazonalidade. Em novembro de cada ano, a HSM organiza um evento de grande escala que é responsável por parcela relevante da receita líquida do exercício neste segmento (aproximadamente 43% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018). Por esta razão, a receita do segmento Outros Negócios para o quarto trimestre de cada exercício social tende a ser maior.

Em virtude da pandemia da COVID 19, entre os meses de março e setembro tivemos redução de nossas despesas com aluguel e ocupação por conta de negociações com proprietários dos edifícios locados para nossas unidades, e que estavam fechados - no período encerrado em 30 de setembro de 2020, nossos custos com aluguel e ocupação estavam R\$ 3,3 milhões abaixo do mesmo período do ano anterior. Tivemos aumento em nossas despesas com serviços de terceiros, que no período encerrado em 30 de setembro de 2020 estavam R\$ 5,1 milhões acima do mesmo período do ano anterior. Finalmente, de outro lado, seguimos com nossa disciplina na metodologia de cálculo da PDD, que tem capturado o ambiente de risco provocado pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Assim, no período encerrado em 30 de setembro de 2020, nossa PDD ficou R\$ 24,9 milhões acima do mesmo período do ano anterior.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Na contratação de nossos fornecedores, avaliamos quais são os principais produtos e serviços para a operação e definimos qual é a melhor estratégia para contratação. Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, tais como empreiteiros contratados para a realização de obras de expansão, empresas de manutenção predial, agências de publicidade, gráficas, empresas de desenvolvimento e manutenção de *software* e *hardware*, empresas de segurança e limpeza, distribuidoras de livros e distribuidoras de materiais de laboratório, entre outros. Os produtos e serviços fornecidos são avaliados periodicamente, com a finalidade de verificar a qualidade dos serviços e produtos fornecidos, conforme o caso. Eventualmente, procuramos novas alternativas no mercado em substituição dos fornecedores que não conseguem atender os níveis de qualidade por nós exigidos.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Tendo em vista que trabalhamos com uma ampla gama de fornecedores de produtos e serviços de vasta oferta no mercado, entendemos que não possuímos dependência relevante de fornecedores. Além disso, mesmo em produtos ou serviços com características específicas, encontramos alternativas no mercado que nos permitem migrar de parceiro ou produto caso haja a necessidade, e na velocidade que necessitamos. Em alguns casos, temos mais de um fornecedor contratado e disponível para atendimento de uma determinada necessidade.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A nossa atividade não depende de insumos ou matérias primas, portanto, o referido item não é aplicável. O custo do nosso serviço depende principalmente do preço do salário dos nossos professores e do custo de locação dos imóveis nos quais operam as nossas unidades de ensino.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. Montante Total de Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

b. Segmentos Operacionais Afetados pelas Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente ou grupo de clientes que seja responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, tendo em vista que a nossa receita provém primordialmente do pagamento da mensalidade pelos nossos estudantes.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. Necessidade de Autorizações Governamentais para o Exercício das Atividades e Histórico de Relação com a Administração Pública para obtenção de tais Autorizações.

O setor de educação superior no Brasil está sujeito a extensa regulamentação governamental (vide a seguir os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos), a qual tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, do corpo docente e da infraestrutura das instituições de ensino, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades de ensino e novos cursos. Ao longo de nossa história, fomos adquirindo conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro do setor.

Os processos que envolvem a avaliação de uma Instituição de Ensino Superior (“IES”) e, de seus cursos, representam uma oportunidade para que esta possa aprimorar sua condição como fornecedora de serviços educacionais. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de IES, têm prazos limitados e pré-definidos, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

A Constituição Federal, ao definir educação como direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família, confere ao poder público, o dever de garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Nesse sentido, o sistema de ensino brasileiro é organizado segundo um regime de cooperação entre os diferentes entes federativos, atribuindo à União competência de: (i) organizar o sistema federal de ensino (instituições públicas federais e instituições privadas de ensino superior); (ii) acompanhar a manutenção e fornecer recursos adicionais, se necessário, para superação de deficiências de instituições federais de educação pública; exercer função normativa, redistributiva e supletiva em matéria educacional; e (iii) oferecer suporte financeiro e técnico a Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de garantir iguais oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal compete oferecer, regulamentar e fiscalizar o ensino fundamental e médio, ao passo que aos municípios cabe prioritariamente oferecer, regulamentar e fiscalizar a educação infantil e os demais níveis da educação básica, incluindo o ensino fundamental e médio.

Educação Básica

Em relação à educação básica, vale pontuar que os Estados e Municípios são responsáveis por regular o ensino infantil, o ensino fundamental e médio, respeitando as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (“CNE”). Os Secretários Estaduais de Educação são assistidos pelos Conselhos Estaduais de Educação e são os principais órgãos reguladores do ensino fundamental e médio. Os Secretários Municipais de Educação são assistidos pelos Conselhos Municipais de Educação e são os principais órgãos reguladores da educação pré-escolar.

Educação Superior

Por ser a regulamentação e a supervisão do ensino superior privada competência da União, cabe a essa, por meio do Ministério da Educação (“MEC”), normatizar o Ensino Superior, estabelecendo normas gerais para a graduação e pós-graduação. Além disso, a União deve supervisionar avaliação cursos, instituições e alunos, ordenando processos de autorização, reconhecimento, credenciamento, recredenciamento e suas respectivas renovações.

No que tange ao Ensino Superior, os órgãos responsáveis pela regulação, avaliação e supervisão das IES e dos cursos ofertados pelas instituições são o MEC, CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (“INEP”) e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (“CONAES”).

O MEC é a autoridade máxima de Ensino Superior no sistema federal de ensino a quem compete, entre outras atividades: (i) homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e recredenciamento de IES; (ii) homologar os instrumentos de avaliação; (iii) homologar os pareceres e propostas de atos normativos; (iv) expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; e (v) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas Secretarias.

O CNE é um órgão colegiado, vinculado ao MEC, e constituído pela Câmara de Educação Básica e Câmara de Educação Superior. Compete ao CNE, entre outras atividades: (i) exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao MEC; (ii) deliberar sobre pedidos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos; (iii) propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e recredenciamento de instituições a serem elaborados pelo INEP; (iv) recomendar providências às Secretarias, como por exemplo a celebração de protocolo de compromisso quando não satisfeito o padrão de qualidade específico para credenciamento e recredenciamento de IES; e (iv) analisar e propor ao Ministério da Educação questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

Já o INEP é uma autarquia federal, vinculado ao MEC, a quem compete principalmente: (i) conceber, planejar, coordenar e operacionalizar as ações destinadas à avaliação de IES, de cursos de graduação e de escolas de governo e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE; (ii) conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar os indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais; (iii) conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação externa *in loco*; e (iv) presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A CONAES é o órgão que coordena e supervisiona o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (“SINAES”), vinculado ao MEC, a qual compete, entre outros, (i) estabelecer diretrizes para organização das comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes; (ii) formular propostas para o desenvolvimento das IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; e (iii) submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos estudantes realizarão o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (“Enade”).

Organização das Instituições de Ensino Superior (“IES”)

As IES privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da instituição mantida. Neste sentido, as IES privadas podem ser qualificadas como:

- **privadas com fins lucrativos** criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- **comunitárias**, nos termos da Lei nº 12.881/2013, constituídas na forma de associação ou fundação, que atendam, dentre outros requisitos, a participação de representantes dos docentes, estudantes e técnicos administrativos em seu órgãos colegiados acadêmicos deliberativos; - **confessionais**, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica;
- **instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos**, podendo ser beneficentes e não beneficentes.

Nossas IES são Instituições de Ensino Superior Privadas Com Fins Lucrativos.

Em relação à organização acadêmica, de acordo com a Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, as IES se classificam em:

Faculdade - organização acadêmica inicial das instituições de educação superior. Faculdades são instituições não universitárias de educação superior, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob a mesma direção e regimento comum, com a finalidade de formarem profissionais, podendo ministrar os cursos deste nível e nas diversas modalidades, desde que credenciadas pelo poder competente;

Centro universitário - dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, pode solicitar credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar;

Universidade - dotada de autonomia, pode solicitar o credenciamento de campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. São instituições que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a universidade federal;

Centro Federal de Educação Tecnológica - constitui modalidade de instituições especializadas de educação profissional, nos termos da legislação própria. Para efeitos regulatórios, equiparam-se a centro universitário.

Credenciamento de IES, Autorização e Reconhecimento de Cursos

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) reforça a questão da avaliação e busca integrar em um único sistema a avaliação de cursos, para efeito de reconhecimento e renovação de reconhecimento, a avaliação da IES para efeito de credenciamento e a avaliação dos estudantes, por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O SINAES tem como principais objetivos: a formação de um conceito global com base na articulação das avaliações propostas e a articulação da avaliação com a regulação.

Essa avaliação é de natureza formativa, voltada para a atribuição de juízos de valor e mérito, buscando aumentar a qualidade e, conseqüentemente, a capacidade e emancipação da IES.

A regulação tem funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas como autorizações, credenciamento, recredenciamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento e outras próprias do Estado.

A Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ("LDB"), em seu art. 46, determinou que os reconhecimentos de Cursos e Credenciamento de Instituições de Ensino teriam prazos limitados. Todos os cursos estão sujeitos à renovação do reconhecimento e todas as IES estão sujeitas ao recredenciamento, através de um processo permanente de avaliação.

Inicialmente, as IES são credenciadas como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico da instituição já credenciada como faculdade, em funcionamento regular, com padrão satisfatório de qualidade e cumprimento de requisitos específicos, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

De acordo com a LDB, podem ser ofertados os seguintes cursos superiores:

Cursos Sequenciais - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas próprias instituições de ensino;

Cursos de Graduação - abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

Cursos de Pós-graduação - incluem programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das próprias instituições de ensino;

Cursos de Extensão - abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de ensino.

As Faculdades dependem da autorização do MEC para solicitar a abertura de cursos, mesmo após o seu credenciamento. Para tal solicitação, o MEC analisa documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, número de vagas, corpo docente e outras informações acadêmicas relevantes.

Os Instrumentos de Avaliação, elaborados pelo INEP, subsidiam os autos autorizativos de cursos. Para a autorização dos cursos de graduação, a avaliação é baseada em três dimensões: (i) organização didático pedagógica; (ii) corpo docente e tutorial; e (iii) infraestrutura.

Já as Universidades e os Centros Universitários, dentro de sua autonomia, não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade onde localiza sua sede. Deve-se nestes casos, apenas informar ao MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Contudo, a criação de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, deve ser solicitada ao MEC e está sujeita ao parecer das corporações de classe das profissões referidas.

Todos os cursos, sejam oferecidos por faculdade, centro universitário ou universidade, devem ser reconhecidos para que os diplomas dos estudantes tenham validação nacional. O pedido de reconhecimento deve ser solicitado quando decorridos entre 50% e 75% da carga horária total do curso e deve incluir informações sobre o projeto pedagógico, o número de estudantes, dados do corpo docente, períodos de oferta e outras informações acadêmicas e institucionais relevantes.

As IES já credenciadas para oferta de cursos de graduação perante o MEC não necessitam de autorização específica para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu - denominados cursos de especialização, de acordo com a Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018 e artigo 29 do Decreto nº 9.235/2017. De todo modo, devem informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Atualmente a Ânima Educação oferta, aproximadamente, 119 cursos de Pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e EAD, distribuídos entre os vários municípios onde o Grupo atua.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Já com relação aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado, a avaliação é feita a cada quatro anos, pela CAPES e sujeita à aprovação do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (“CTC-ES”) e do CNE. Os cursos são recomendados/reconhecidos segundo características, perspectivas e quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada área de avaliação da CAPES.

A Ânima Educação oferece, atualmente: pela **USJT/SP** - 4 (quatro) programas de Mestrado: Arquitetura e Urbanismo, Ciências do Envelhecimento, Educação Física e Engenharia Civil e 2 (dois) programas de Doutorado em Educação Física e Arquitetura e Urbanismo; pela **UNISUL/SC** - 5 (cinco) programas de Mestrado: Administração, Ciências Ambientais, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação e 4 (quatro) doutorados: Administração, Ciências da Linguagem, Ciências da Saúde e Educação; e pela **Unicuritiba/PR** - 1 (um) programa de mestrado em Direito e 1 (um) programa de Doutorado em Direito.

Educação a Distância - EaD

Com relação à educação a distância (“EaD”), a modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos, as diversas possibilidades proporcionadas pela EaD à sociedade sugerem às instituições educacionais um movimento de adequação a essa tendência como condição de permanência e consolidação no cenário educacional.

A EaD, na perspectiva da legislação da Educação Superior no Brasil, é regulamentada pelo art. 80 da LDB, pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Portaria Normativa MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa do MEC nº 23, de 17 de dezembro 2017 e demais normas vigentes aplicáveis.

A EaD é aplicável às instituições de ensino, públicas ou privadas, e pode ser oferecido nos seguintes níveis e como parte dos seguintes métodos educacionais: (i) ensino fundamental e médio, desde que seja usado apenas para complementar os processos de aprendizado ou em situações de emergência;

(ii) educação para jovens e adultos, de acordo com critérios legais específicos; (iii) educação especial, de acordo com critérios legais específicos; (iv) educação profissional e técnica de nível médio; e (v) ensino superior, abrangendo graduação, programas de mestrado, especializações e estudos de doutorado.

Somente instituições de ensino credenciadas podem oferecer cursos e programas na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior.

Os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e pós-graduação podem ser oferecidos usando métodos de ensino a distância sempre que uma IES for regularmente credenciada no MEC para esse fim. O pedido seguirá, inicialmente, procedimento específico para credenciamento, autorização e reconhecimento de educação a distância, transitando perante os órgãos próprios do MEC.

O credenciamento poderá ser renovado mediante novo processo. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até 24 meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora. Caso a implementação dos cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos poderão ser tornados sem efeito.

No caso do Ensino Superior, as Universidades e os Centros Universitários credenciados para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição. Já as Faculdades, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior à distância.

Os cursos de pós-graduação ofertados na modalidade à distância estão, atualmente, disciplinados pela Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017 (*stricto sensu*), pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 e pela Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 (*lato sensu*).

As instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela União (MEC) e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão.

Embora o ensino a distância seja definido pela ausência de contato direto entre alunos e professores, há atividades que devem ser realizadas no local, como tutoriais, avaliações, estágios, prática profissional, defesa laboratorial e de dissertação, que devem ser fornecidas nos projetos de educação e desenvolvimento da instituição e do curso. Dessa forma, as instituições de ensino a distância devem fornecer a infraestrutura necessária para que os alunos realizem essas atividades, utilizando a sede da instituição de ensino ou unidades de apoio menores em todo o país. As unidades de apoio ao ensino a distância não estão mais sujeitas a avaliação no local e não precisam obter autorização prévia do MEC para serem instaladas ou operadas. Nos termos da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, essas unidades podem ser criadas por decisão unilateral da própria instituição.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os programas de *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância estarão sujeitos às exigências de recomendação e de renovação previstas em legislação específica. Atualmente, a Portaria CAPES nº 90/2019 dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância, e indica que os títulos de mestres e de doutores obtidos nos programas a distância avaliados positivamente pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação, terão validade nacional. Para que as IES estejam aptas a oferecer programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância, deverão atender certos requisitos – dentre eles (i) ter Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e (ii) ser credenciadas junto ao MEC para a oferta de cursos à distância.

Atualmente, não existe uma regulamentação educacional que proíba a oferta de cursos à distância. No entanto, existem discussões e propostas legislativas destinadas a proibir a oferta de cursos à distância nas áreas da Saúde, Arquitetura e Direito.

Na perspectiva da regulação, cabe destacar que a avaliação dos cursos de EaD é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente pode instaurar processo administrativo e, conforme o caso, penalidades, tais como a suspensão temporária da oferta de cursos, a redução das vagas autorizadas e até o descredenciamento da IES.

Também é importante ressaltar que, recentemente, a Portaria Normativa MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, alterou o limite máximo de horas de ensino a distância em cursos presenciais, de 20% para 40% da carga horária total do curso. O curso que adotar essa alternativa metodológica ainda será considerado presencial, mas será possível oferecer horas de EaD que devem ser amplamente informadas aos alunos matriculados no curso. Este limite não se aplica aos cursos de Medicina.

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. O principal objetivo desse sistema de avaliação é oferecer ao estudante um referencial que permita aferir a qualidade dos cursos disponíveis, bem como oportunizar que as IES adotem mecanismos para melhorar a qualidade do ensino superior que ministram e, consequentemente, o do Brasil. De acordo com as normas vigentes, os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 (cinco) níveis que são levados em consideração para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento e credenciamento de instituições:

- os valores 4 (quatro) e 5 (cinco) expressam condições acima das satisfatórias – muito bom e excelente, respectivamente;
- o valor 3 (três) expressa condições satisfatórias; e
- os valores 1 (um) e 2 (dois) expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório, será celebrado um termo de compromisso entre a instituição e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, as quais podem variar de uma simples advertência até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos.

Os resultados da avaliação de IES e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC.

Avaliação externa de Instituições de Ensino Superior

As avaliações externas de instituições de ensino superior são realizadas pelo INEP nas seguintes situações: quando a instituição solicita seu primeiro credenciamento, quando o ato de credenciamento está vencendo e solicita-se o credenciamento; ou quando a IES recebe conceito inferior a 3 no Índice Geral de Cursos - IGC, que corresponde a um somatório dos conceitos avaliativos preliminares obtidos em todos os cursos superiores (de graduação e pós-graduação) da instituição em questão.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

De acordo com a Lei do SINAES nº10.861, de 14 de abril de 2004 e com a Portaria Normativa MEC nº 1.382 de 31 de outubro de 2017, as IES são avaliadas com base nos seguintes eixos: EIXO 1: Planejamento e avaliação institucional; EIXO 2: Desenvolvimento institucional; EIXO 3: Políticas acadêmicas; EIXO 4: Políticas de Gestão; e EIXO 5: Infraestrutura.

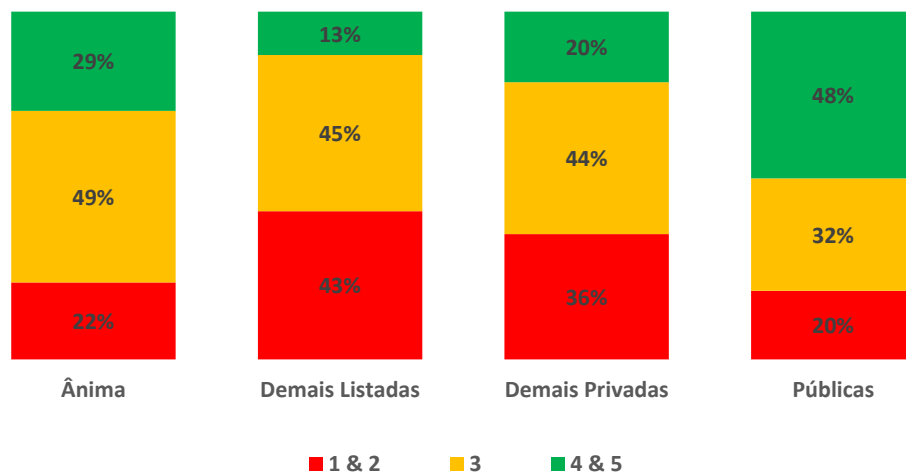
A avaliação externa *in loco* institucional realizada pelo INEP considerará, no mínimo, as dez dimensões avaliativas inseridas nos eixos indicados, e resultará no Conceito Institucional (“CI”). A avaliação externa *in loco* do curso, por sua vez, considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará no Conceito de Curso (“CC”).

Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE)

A avaliação externa do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo Inep. O aluno submete-se ao ENADE, o qual tem como objetivo verificar os conhecimentos, as habilidades e as competências adquiridas durante o curso, e se referem às questões/situações gerais e às específicas da formação profissional. Os estudantes concluintes dos cursos de Bacharelado que tenham integralizado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do curso e estudantes concluintes dos Cursos Superiores de Tecnologia que tiverem integralizado mais de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária mínima do currículo submetem-se ao ENADE a cada três anos de acordo com o ciclo avaliativo de cada área. O primeiro ENADE ocorreu em 2004, quando foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e substituiu o Exame Nacional de Cursos - Provão, aplicado a estudantes matriculados apenas na última série de cada curso no período de 1996 a 2003.

A nota geral de cada turma de estudantes é calculada com base na média ponderada de todos os estudantes de um determinado curso que se submeteram ao exame. O Inep avalia o desvio padrão da evolução do aluno em cada curso a fim de compará-lo com os padrões nacionais.

Gráfico 2: Percentual de matrículas por conceito ENADE no triênio 2017-2019



CPC – Conceito Preliminar de Curso, e IGC – Índice Geral de Curso e IDD – Índice de Diferença de Desempenho

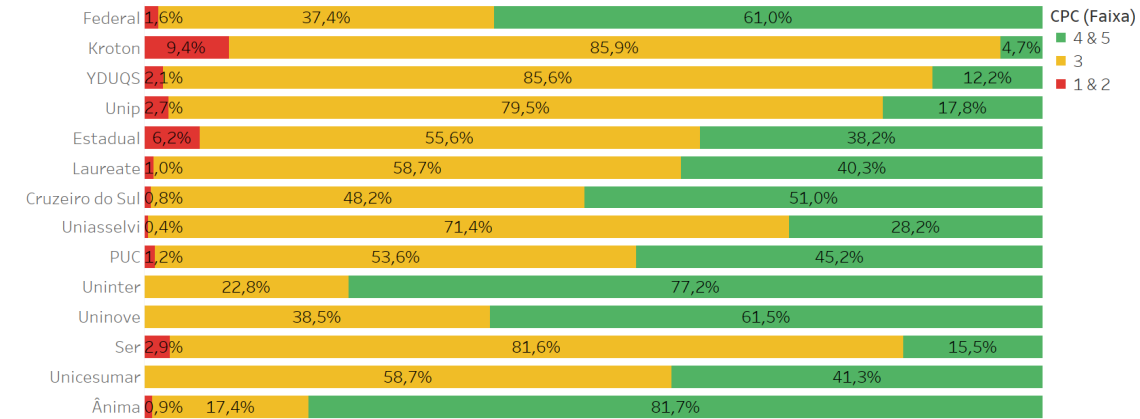
O Conceito Preliminar de Curso (“CPC”) é um indicador avaliativo criado pelo MEC para permitir uma avaliação provisória dos cursos de graduação enquanto a avaliação definitiva não é concluída.

O Conceito Preliminar de Curso combina diversas medidas supostamente relativas à qualidade do curso: infraestrutura e instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, titulação do corpo docente, regime de trabalho do corpo docente, o desempenho obtido pelos estudantes no ENADE e o IDD (Índice de Diferença de Desempenho), que mensura a diferença de desempenho do aluno ingressante, no ENEM, e o aluno concluinte, no ENADE, com o propósito de tentar quantificar a contribuição da IES ao aprendizado do aluno.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O CPC também é organizado em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco). As IES com cursos que obtiverem CPC insatisfatório (1 e 2) necessariamente terão sua visita *in loco* antecipada, enquanto aquelas que obtiverem conceitos satisfatório, muito bom ou excelente (3, 4 ou 5) poderão escolher se receberão a visita ou não. O Conceito Preliminar de Curso é divulgado anualmente, junto com os resultados do ENADE.

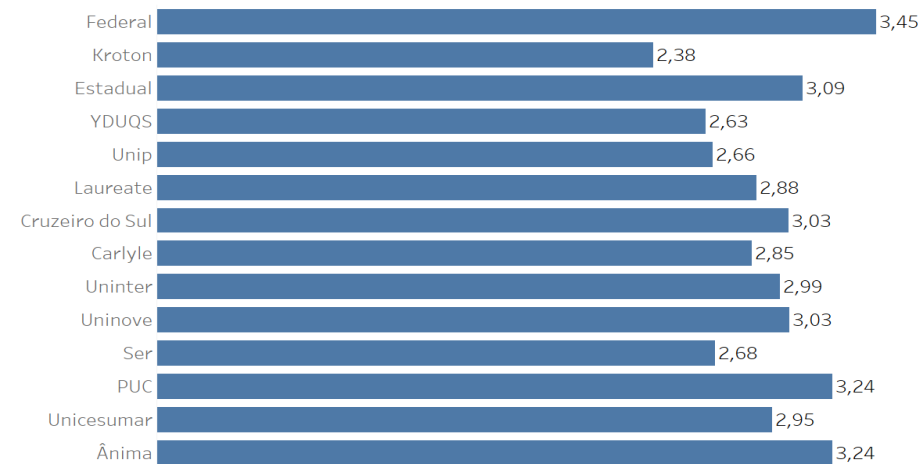
Percentual do total de matrículas por faixas CPC no Triênio 2016-2018



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: CPC (2016-2018)

O Índice Geral de Cursos ("IGC") é um indicador de avaliação da qualidade da instituição e considera os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Resulta da média ponderada das notas dos cursos e é recalculado anualmente. O IGC também varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco), e pode ser utilizado como subsídio nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições e também, levando em consideração no processo de autorização de novos cursos: instituições com IGCs menores que 3, por exemplo, podem ter seus pedidos de novos cursos rejeitados pelo MEC.

IGC ponderado por total de matrículas (2018)



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2018)

Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)

O IDD é um indicador de avaliação que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no ENADE e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- (i) Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores;
- (ii) Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

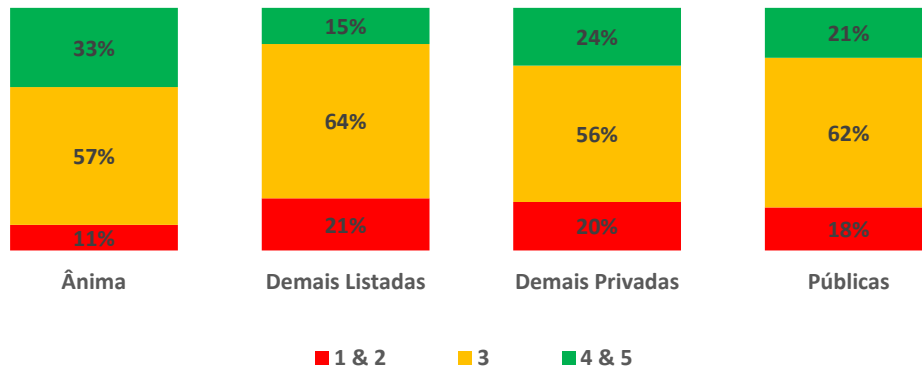
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Assim como o CPC e o IGC, o IDD varia de valor de 1 (um) a 5 (cinco).

No último resultado publicado pelo INEP em 2020, os resultados do IDD para o triênio 2017- 2019 demonstram que nossas IES possuem o maior percentual de alunos com conceitos superiores (4 e 5), e o menor percentual com conceitos 1 e 2.

Percentual de matrículas por conceito IDD no triênio 2017-2019



Transferência de Manutenção

As instituições de ensino superior privadas devem ser mantidas por pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, que deverá controlar, administrar e manter os recursos necessários para atender às necessidades da Instituição mantida. Nos termos do artigo 35 do Decreto nº 9.235/2017 e Portaria Normativa MEC nº 23/2017, a alteração da manutenção ocorre sempre que houver uma alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. Embora não dependa mais da aprovação do MEC, a alteração na manutenção deverá ser informada ao órgão, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da transação. A nova entidade mantenedora deve atender às exigências necessárias para credenciamento de uma IES e oferecer toda a documentação apropriada, comprovando capacidade econômico-financeira e acadêmica para tal, que será avaliada por ocasião do recredenciamento institucional.

PROGRAMAS DE INCENTIVO

Programa Universidade para Todos (“**PROUNI**”)

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação.

As IES privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por 10 (dez) anos e renovável pelo mesmo período, desde que observados requisitos legais. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros.

O PROUNI exige que as instituições beneficiadas ofereçam: (i) pelo menos uma bolsa integral para cada 10,7 alunos que pagam uma mensalidade regular e estejam regularmente matriculados no fim do ano letivo anterior; ou (ii) uma bolsa integral para cada 22 alunos que pagam a mensalidade regular em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, desde que também ofereçam bolsas de 50% ou 25% em um valor total equivalente a 8,5% de sua receita anual. Na data deste Formulário de Referência, esclarecemos que na condição de beneficiária do PROUNI, nós oferecemos bolsa nos termos indicados no item (i) acima.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Podem participar do Prouni os estudantes brasileiros que não possuam diploma de curso superior e que atendam a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;
- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50% ou 25%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Somos credenciados ao ProUni e, portanto, nos valem os tais benefícios.

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“FIES”)

O FIES é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

A adesão ao FIES pode ser realizada pelas instituições com cursos e que obtiveram conceito maior ou igual a três na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Os cursos que não atingirem a média de indicador satisfatório ficarão desvinculados do FIES, sem prejuízo para o estudante já financiado. É vedada a concessão de financiamento a cursos superiores ministrados na modalidade de EaD. As mantenedoras de instituições de ensino que aderirem ao FIES participarão do risco do financiamento, como devedoras solidárias.

Nos termos da Lei nº 10.260/2001, alterada pela Lei nº 13.530/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 209, de 07 de março de 2018, o financiamento estudantil poderá ser concedido em duas modalidades:

I. **Modalidade FIES**, conforme prevista no artigo 5-C e seguintes da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio do FIES e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de até 3 (três) salários mínimos. Para essa modalidade, os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 deverão observar, dentre outras condições, (i) o prazo definido em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; (ii) taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional; (iii) o oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino e (iv) a participação das instituições de ensino no risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias do FG-Fies, na proporção de suas contribuições ao Fundo.

II. **Modalidade P-FIES**, conforme prevista nos artigos 15-D a 15-M da Lei nº 10.260/2001: concretizada por meio de fontes de financiamento distintas do FIES, tais como o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e pode ser acessada por estudantes que tenham perfil de renda bruta familiar per capita de 3 (três) salários mínimos até 5 (cinco) salários mínimos. Nesta hipótese, as condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, a taxa efetiva de juros do FIES variará de acordo com as condições negociadas com o agente financeiro.

As vagas ofertadas no processo seletivo do FIES foram selecionadas de acordo com critérios técnicos, observando-se o disposto na legislação vigente, a saber: (i) disponibilidade orçamentária e financeira do FIES; (ii) conceito do curso obtido no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), priorizando-se os cursos com conceito 5 e 4; (iii) cursos das áreas de Saúde, Engenharia e Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, com 60% do número de vagas de cada microrregião; (iv) relevância social por:

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- a. microrregiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir das informações geradas pela demanda por educação superior, calculada a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- b. demanda por financiamento estudantil, calculada a partir de dados do FIES no ano de 2015;
- c. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da microrregião, calculado a partir da média dos IDH–Ms dos municípios que a compõem, conforme estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil - Pnud – Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro, conforme detalhado no anexo I da Portaria Normativa 13/2015.

Nesse contexto, os cursos considerados para cada área prioritária foram:

- I. Área da Saúde: Biologia – Bacharelado, Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem – Bacharelado, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina, Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, em consonância com o estabelecido na Resolução CNS nº 287/1988;
- II. Área da Engenharia: todos os cursos do Cadastro e–MEC que possuam "Engenharia" na nomenclatura;
- III. Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas;

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, da SERES, do INEP e da CONAES. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e reconhecimentos dos cursos, credenciamento e credenciamento necessários para a condução das nossas atividades e, principalmente, para o nosso crescimento.

O conceito de bom relacionamento com o MEC e demais órgãos dele integrantes ou a ele relacionados considera o fato de inexistir disputas ou desentendimentos entre nós e tais órgãos que pudessem prejudicar o desenvolvimento de nossas atividades.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - “LGPD”), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD, que entrou em vigor em setembro de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

b. Política Ambiental da Companhia e Custos Incorridos para o Cumprimento da Regulação Ambiental e, se for o Caso, de outras Práticas Ambientais, Inclusive a Adesão a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental.

Em regra, nossas atividades não estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Devido a exigências específicas presentes na legislação municipal de algumas localidades em que atuamos, no entanto, atividades que integram nossas operações estão sujeitas ao processo de licenciamento ambiental conduzido pelas autoridades ambientais municipais e estaduais. Empenhamos nossos melhores esforços para cumprir e nos adequar aos termos e condicionantes presentes nas licenças ambientais emitidas para nossas atividades. Além disso, as licenças ambientais que possuímos devem ser renovadas periodicamente, em observância aos prazos previstos na legislação vigente.

O cumprimento da regulação ambiental aplicável às nossas atividades, via de regra, não geram impactos significativos às condições financeiras da nossa Companhia.

Adicionalmente, algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes. Mais além, algumas de nossas atividades podem ser fiscalizadas pelos órgãos competentes do Poder Público para fins de emissão do Alvará de Funcionamento nas nossas unidades, como, por exemplo, a coleta de resíduos de nossas instituições de ensino e laboratórios e clínicas escola da área de saúde.

Convém ressaltar que a operação de atividades potencialmente poluidoras sem a devida licença ou autorização ambiental aplicável pode sujeitar a Companhia à responsabilização ambiental. Tal responsabilidade pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade diversas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multas de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, avaliamos os principais aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação, áreas de preservação permanente e ocorrência de áreas contaminadas, para fins de identificação prévia sobre a necessidade de remediação de danos ambientais e/ou a solicitação aos órgãos ambientais das licenças e autorizações que se façam necessárias.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e/ou água subterrânea, a Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de tal contaminação, inclusive pelos custos envolvidos visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Nesses casos, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, é responsabilidade da nossa Companhia implementar a devida gestão, enquanto proprietária ou operadora de atividades em propriedades potencialmente ou efetivamente contaminadas, por meio da elaboração de laudos técnicos, avaliações e investigações cabíveis, e implementação adequada dos respectivos planos de intervenção. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podemos nos tornar alvo de processos perante os órgãos competentes exigindo a adoção de medidas de remediação, e ainda, podemos ser considerados objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os negócios, os resultados operacionais e a imagem da Companhia.

Adicionalmente, o Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos Ambientais (TCAs) perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TCA, poderemos ficar sujeitos à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Desde 2009, nós desenvolvemos projetos e iniciativas que promovem os três pilares do nosso desenvolvimento sustentável: (i) ser economicamente viável; (ii) socialmente justo, e (iii) ecologicamente correto. Os referidos projetos e iniciativas encontram-se detalhados em nosso Relatório Anual, o qual se encontra disponível em nosso website.

Adicionalmente, aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental uma vez que somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (“ONU”) e da Carta da Terra, conforme abaixo descritos:

- Pacto Global da ONU – Pacto Global com a finalidade de disseminar as melhores práticas nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e de combate à corrupção; e

- Carta da Terra - uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global sustentável e pacífica, de iniciativa da ONU, que se desenvolveu e se consolidou como uma iniciativa global da sociedade civil.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

c. Dependência de Patentes, Marcas, Licenças, Concessões, Franquias, Contratos de Royalties Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Os pedidos de registro de marca, depositados, mas ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, inclusive em caso de oposição de terceiros e uma vez deferidos, o titular pode não efetuar o pagamento da taxa final, cobrada no ato do deferimento da marca, o que também ocasionará o arquivamento do pedido de registro. Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos às marcas são: (i) expiração do prazo de vigência, sem o devido e tempestivo pagamento da taxa de prorrogação a cada 10 anos; (ii) renúncia do direito por seu titular, que poderá ser total ou parcial; (iii) transferência para terceiros em desacordo com o artigo 135 da LPI; (iv) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; ou modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro depois de êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, embora sejamos titulares de alguns registros de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estejamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento decenal de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Nossa atividade depende de algumas de nossas marcas, quais sejam: UNA, Unimonte, UniBH, HSM, USJT, SOCIESC, AGES, UNISUL, UNICURITIBA, FASEH, UNIFG, EBRADI, hsmU e Le Cordon Bleu São Paulo, bem como dos nomes de domínio a elas atrelados. Em caso de perda de alguma dessas marcas ou de outras a estas relacionadas, nossa atividade poderá sofrer prejuízos significativos, conforme indicado no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

Não obstante, a Companhia realiza contratação de terceiros para desenvolvimento e manutenção de aplicativos, através dos quais foi desenvolvida uma plataforma para interface com o aluno que envolve disponibilização de conteúdo, criação de jornadas para o aluno e ensino a distância.

Ainda, a Companhia celebrou contratos de licença de marca com terceiros para utilização e exploração dessas marcas em suas atividades.

Para maiores informações sobre os nossos direitos de propriedade intelectual relevantes de nossa titularidade, vide item 9.1(b) e 9.2 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Até a data deste Formulário de Referência não possuímos receitas provenientes de atividades no exterior.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não aplicável, uma vez que não temos operações em países estrangeiros.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. Divulgação das informações sociais e ambientais

Em 2019, publicamos o nosso Relatório Ânima de Sustentabilidade 2019-2020, que reúne nossas boas práticas e projetos sustentáveis, nos âmbitos econômico e socioambiental. Nossos relatórios são anuais e têm o seguinte cronograma: Coleta de dados de janeiro a abril com apresentação dos dados analisados em julho do ano seguinte, logo, em função de estar mais adequado ao calendário das escolas.

Nossa Política de Responsabilidade Socioambiental está em fase de revisão final e tão logo esteja concluída, será divulgada.

b. Metodologia seguida na elaboração das informações sociais e ambientais

Seguimos o padrão internacional GRI (*Global Report Information*).

c. Entidade independente que revisa as informações sociais e ambientais

Não há, por enquanto, uma entidade independente que revisa as nossas informações sociais e ambientais.

d. A página na rede mundial de computadores que disponibiliza as informações sociais e ambientais

<https://ri.animaeducacao.com.br/show.aspx?idMateria=ftjtFxfSiEYcPVTu1ianUA==>

e. Se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relatório Ânima de Sustentabilidade leva em consideração os ODS (4, 8 e 11).

f. Se o emissor não divulga relatório anual de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

Não aplicável, tendo em vista que o Relatório Ânima de Sustentabilidade leva em consideração os OSD.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Informações Relevantes sobre a Compra e Venda de Ativos Educacionais do Grupo Laureate

Compra e Venda de Ativos Educacionais do Grupo Laureate

Breve Introdução

O grupo Laureate é formado pela Laureate Education, Inc., uma sociedade por ações constituída em 1999 nos Estados Unidos da América e com ações admitidas à negociação na NASDAQ ("Laureate"), focado no investimento em instituições de ensino superior de forma global, com ênfase na América Latina.

O Grupo Laureate iniciou suas atividades no Brasil em 2005 e, em 30 de setembro de 2020, consolidava mais de 270 mil alunos, distribuídos em 11 instituições de ensino superior, localizadas em 7 estados e 13 cidades:

- (i) Em São Paulo, a Universidade Anhembi Morumbi (UAM), o Centro Universitário FMU | FIAM-FAAM e a Business School São Paulo (BSP);
- (ii) na Bahia, a Universidade Salvador (UNIFACS);
- (iii) no Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar (UnP);
- (iv) no Rio Grande do Sul, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e o Centro Universitário FADERGS;
- (v) em Pernambuco, o Centro Universitário dos Guararapes (UniFG) e a CEDEPE Business School;
- (vi) no Rio de Janeiro, o Centro Universitário IBMR; e
- (vii) na Paraíba, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB).

As instituições do grupo são referências em seus mercados de atuação e se destacam pela qualidade de ensino, infraestrutura e pelo completo portfólio de cursos. A saúde é a área de conhecimento de maior relevância, concentrando mais de 30% dos estudantes, e conta hoje com 897 vagas aprovadas para o curso de medicina e mais de 4.414 alunos matriculados, distribuídos entre São Paulo, São José dos Campos, Piracicaba, Salvador e Natal.

Em 2020, como parte de um processo de revisão de seu portfólio global de ativos, o Grupo Laureate iniciou um processo competitivo de venda de seus ativos no Brasil.

Ao longo dos últimos anos, acompanhamos de perto a trajetória da Rede Laureate no Brasil. Uma a uma, o grupo internacional conseguiu reunir Instituições de Ensino com marcas tradicionais que são referências de qualidade, fundadas há décadas, por famílias que construíram um legado de respeito e alta reputação.

Histórico da Compra e Venda de Ativos Brasileiros do Grupo Laureate

Em 11 de setembro de 2020, a Laureate anunciou a celebração de um *Transaction Agreement* com a Ser Educacional S.A. ("Ser") por meio do qual foram estabelecidos termos e condições para a combinação de negócios entre esta e a Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. ("Rede"), subsidiária da Laureate que atua como *holding* dos ativos educacionais brasileiros do Grupo Laureate, em uma transação envolvendo pagamento em recursos financeiros e ações de emissão da Ser. O *Transaction Agreement* previa que a Laureate teria um direito de buscar uma proposta mais vantajosa para a alienação dos ativos que poderia ser exercido até 13 de outubro de 2020 às 12:01am (horário de Nova Iorque), caso seu conselho de administração aprovasse a celebração de uma transação mais vantajosa com terceiro ("Go-Shop"). Nesta hipótese, a Ser poderia igualar a proposta apresentada pelo terceiro (*right to match*) e, se assim não o fizer, a Laureate poderia concretizar a referida operação mais vantajosa com terceiro, hipótese na qual seria devida pela Laureate à Ser uma multa rescisória no valor de R\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de reais). No contexto do Go-Shop, apresentamos uma proposta para a aquisição dos ativos educacionais brasileiros do Grupo Laureate e tomamos conhecimento, em 12 de outubro de 2020, que tal proposta foi escolhida pelo Conselho de Administração do Grupo Laureate como proposta superior de forma definitiva.

Após tal decisão, a Ser informou ao mercado ter havido divergência em relação ao válido exercício do direito de Go-Shop e, em razão dessa divergência, entrou com pedido de tutela cautelar, em caráter antecedente a procedimento arbitral e obteve, em 19 de outubro de 2020, decisão liminar favorável, mantendo o *Transaction Agreement*, válido e eficaz. Esta decisão foi revogada em 28 de outubro de 2020, após o requerimento de instalação de tribunal arbitral para discussão da questão pela Ser, em 23 de outubro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, a Ser e o Grupo Laureate entraram em acordo por meio do qual extinguiram os processos judiciais e arbitrais que tinham por objeto o *Transaction Agreement* firmado entre elas em 11 de setembro de 2020, com outorga de quitação ampla de parte a parte e que ambas reconheceram o direito da Ser de receber o pagamento de R\$ 180 milhões, relativo ao Go-Shop. Em 04 de novembro de 2020, o referido pagamento no valor de R\$180 milhões foi realizado.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Na mesma data, celebramos (i) com o Grupo Laureate acordos definitivos para a compra dos ativos brasileiros do Grupo Laureate ("Aquisição"); e (ii) com a Ser um Instrumento Particular de Transação, Opção de Compra e Outras Avenças que resultará na opção de compra e de venda de alguns ativos do Grupo Laureate pelas partes ("Opção de Compra e Venda").

A conclusão da Aquisição está sujeita ao atendimento a determinadas condições precedentes usuais a esse tipo de operação, tais como, por exemplo, a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a aprovação da Aquisição pelos nossos acionistas em assembleia geral, nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações (a qual foi convocada para o dia 26 de novembro de 2020). Não podemos garantir que a Aquisição ou quaisquer das transações mencionadas acima será concluída. Para maiores informações sobre os riscos relativos à Aquisição, vide Seção 4.1 Fatores de Risco - Riscos Relacionados à Aquisição da Laureate deste Formulário de Referência.

Termos e Condições da Aquisição e da Opção de Compra e Venda

Transaction Agreement

A Aquisição envolve a titularidade de 100% das cotas da Rede que, por sua vez, detém a totalidade do capital social das instituições de ensino superior detidas pelo Grupo Laureate no Brasil.

A Aquisição reflete um "Enterprise Value" da Rede, líquido de contingências, de R\$4.423 milhões, implicando em um múltiplo de 10,7x EV/EBITDA Ajustado estimado para 2020. O valor de R\$4.423 milhões é composto pelo valor da firma ("Equity Value") de R\$3.777 milhões e pela assunção de uma dívida líquida de R\$623 milhões. Parcela do preço final foi determinado, em linha com transações dessa natureza, em estimativas do vendedor com relação a determinadas despesas e poderá resultar em ajustes de preço após a determinação dos valores efetivos de tais despesas, após o fechamento.

Sujeito à aprovação do CADE, a qual estava pendente na data deste Formulário de Referência, a Aquisição contempla, ainda, o pagamento de até R\$203 milhões adicionais ao Grupo Laureate a título de *earn-out* por vagas de medicina da UAM pendentes de aprovação perante o MEC nos 18 (dezoito) meses após a data de assinatura do Transaction Agreement, a serem pagos no prazo de um ano a contar de cada autorização do MEC para as referidas vagas. Por fim, Aquisição contempla a assunção do pagamento da multa à Ser pelo Go-Shop, a ser pago pela Companhia, no valor de R\$180 milhões. Em 04 de novembro de 2020, o referido pagamento no valor de R\$180 milhões foi realizado.

Paralelamente à Aquisição, celebramos em 06 de outubro de 2020, contratos definitivos com a MAFF Holding LLC ("Farallon") por meio da qual esta assumiu obrigação de adquirir junto a nós, ato simultâneo ao fechamento da Aquisição, a totalidade do capital social da FMU, mediante pagamento à vista, no montante de R\$500 milhões.

A Aquisição envolve, ainda:

- (i) a celebração de um contrato de prestação de serviços entre a Ânima e o Grupo Laureate durante a um período de transição de seis meses após o fechamento, prorrogáveis por seis meses adicionais, sendo que os valores serão cobrados a custo pela prestação dos serviços, adicionados de tributos. O referido contrato de prestação de serviços tem como objeto a prestação de serviços pelo Grupo Laureate à Ânima para a manutenção das atividades desenvolvidas e para a integração com a Companhia;
- (ii) a venda de determinados ativos imobiliários detidos pelo Grupo Laureate, caso não concluídas até o fechamento da Aquisição, com versão dos recursos obtidos com tais vendas para o Grupo Laureate;
- (iii) a assunção, pela Ânima, de responsabilidade sobre quaisquer contingências administrativas, judiciais, arbitrais e de outras naturezas, atuais e futuras, relativas aos ativos adquiridos;
- (iv) o pagamento de uma multa rescisória por uma parte à outra, no montante de R\$400 milhões, caso a Aquisição não venha a ser concluída em razão de fatos atribuídos a uma parte.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Opção de Compra e Venda

A Opção de Compra e Venda firmada entre nós e a Ser em 30 de outubro de 2020 contempla:

- (i) Que até o dia 4 de novembro de 2020, inclusive, a Ser poderia optar por receber o montante de R\$ 180 milhões (correspondente à multa pelo Go-Shop) ou por aguardar o fechamento da Aquisição, e receber, em dação em pagamento, o direito à propriedade futura de 100% das quotas das sociedades mantenedoras das Instituições Faculdade Internacional da Paraíba ("FPB") e Centro Universitário dos Guararapes ("UNIFG"). Caso o fechamento da Aquisição não acontecesse até 30 de outubro de 2021, a Ser poderia renunciar à opção pela dação em pagamento e exigir de nós o pagamento dos R\$ 180 milhões. Em 04 de novembro de 2020, a Ser optou por receber o valor em dinheiro, o qual foi quitado na mesma data;
- (ii) A concessão de uma opção de compra por nós à Ser, por valor fixo pré-acordado, que poderá, a exclusivo critério da Ser, ser exercida no prazo de 60 dias contados a partir de 29 de outubro de 2020, prorrogáveis por solicitação de qualquer das Partes por no máximo 15 dias, de 100% das quotas das sociedades mantenedoras das Instituições Centro Universitário Ritter dos Reis ("UniRitter"), Centro Universitário FADERGS ("FADERGS") e Centro Universitário IBMR ("IBMR"), bem como das sociedades mantenedoras das Instituições Faculdade Internacional da Paraíba ("FPB") e Centro Universitário dos Guararapes ("UNIFG"). A opção de compra poderá ser exercida de forma global ou isolada, em relação às sociedades, exceto com relação a FPB e UNIFG, cuja compra terá que ser necessariamente conjunta;
- (iii) A concessão de uma opção de venda pela Ser a nós, por valor fixo pré-acordado, que poderá, a nosso exclusivo critério, ser exercida no prazo de 60 dias contados a partir de 29 de outubro de 2020, prorrogáveis por solicitação de qualquer das Partes por no máximo 15 dias, de 100% das quotas das sociedades mantenedoras da UniRitter, FADERGS e IBMR, bem como das sociedades mantenedoras da FPB e UNIFG. A opção de venda poderá ser exercida de forma global ou isolada, em relação às sociedades, exceto com relação a FPB e UNIFG, cuja venda terá que ser necessariamente conjunta;
- (iv) A concessão de um direito de preferência, pelo prazo de 30 dias após o fechamento da Aquisição e após o vencimento do prazo para exercício das opções, tanto de compra quanto de venda, por nós à Ser, caso pretendermos alienar as mantenedoras da UniRitter, FADERGS e IBMR. Neste caso, teremos a obrigação de notificar a Ser para que esta exerça ou não o direito de preferência na aquisição de referidas mantenedoras, nas exatas e idênticas condições da venda pretendida.

Todas as opções estão sujeitas ao fechamento da Aquisição, bem como à prévia aprovação pelo CADE.

Financiamento da Aquisição

O financiamento da Aquisição contempla:

- (i) a posição de caixa disponível no valor de R\$ 789,8 milhões em 30 de setembro de 2020;
- (ii) financiamento por bancos no valor de até R\$ 3.800 milhões, com as respectivas cartas de compromisso já firmadas;
- (iii) os recursos em dinheiro do contrato firmado com a Farallon para aquisição da FMU;
- (iv) os recursos líquidos obtidos por nós em oferta pública subsequente de ações; e
- (v) os recursos que possam ser obtidos mediante exercício, pela Ser ou por nós, das opções de compra e venda de ativos firmadas entre as partes.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Informações sobre as Instituições de Ensino do Grupo Laureate

Os ativos detidos pelo Grupo Laureate, por meio da Rede, e objeto da Aquisição, são os seguintes:

(i) Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

A Universidade Anhembi Morumbi foi fundada em 1970 e atualmente possui mais de 44 mil estudantes em oito campi localizados em São Paulo. A UAM oferece mais de 160 programas de graduação e pós graduação em diversos programas acadêmicos que oferecem aos alunos a fundação em disciplinas que levam a uma diversidade de oportunidades de carreira. A UAM foi a primeira faculdade no Brasil a oferecer curso superior em Turismo, assim como foi pioneira ao lançar os cursos de Aviação Civil, Design Digital, Estética, Gastronomia e Quiropraxia, e continua a pavimentar o caminho para mudanças profundas na direção da educação superior brasileira. Com foco na inovação, qualidade acadêmica, internacionalização e tradução, a UAM possui três laboratórios, bem como centros de treinamento e bibliotecas em seus campi.

A UAM figura entre as melhores universidades do Brasil, tendo recebido 152 estrelas e ranqueada entre as três melhores universidades privadas em São Paulo pelo Guia do Estudante 2018. Seus programas e disciplinas também foram reconhecidas como entre os melhores do país.

Foi a primeira universidade a construir um SPA Escola e um centro de simulação na área de Saúde. No lançamento da Educação a Distância há mais de dez anos, a Universidade Anhembi Morumbi também mostrou que é inovadora, utilizando a tecnologia mais adequada para o estudo on-line para que o aluno possa estudar quando e onde quiser. A metodologia de ensino adotada na UAM prepara o aluno para os desafios do mercado de trabalho levando-os a experimentar e aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, ao mesmo tempo em que desenvolve uma visão crítica na busca de soluções para os desafios do dia-a-dia, aliado a infraestrutura de padrão internacional, que reforça o compromisso da UAM em formar profissionais empreendedores e inovadores, cientes de seu papel na construção de uma sólida e promissora comunidade global.

A UAM conquistou a recertificação “B” após completar uma avaliação rigorosa do B Lab®, organização independente sem fins lucrativos, que funciona como um movimento global de pessoas que utilizam os negócios como uma força para o bem.

(ii) Universidade Potiguar (UnP)

A UnP foi fundada em 1981, e oferece cursos de graduação e pós graduação em campi localizados nas cidades de Natal e Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Com mais de 31 mil estudantes, a UnP é a maior instituição de ensino superior da região Norte-Nordeste do Brasil.

O propósito da UnP é transformar vidas por meio de experiências acadêmicas de excelência. Seus programas envolvem administração de empresas, engenharia, direito, medicina, enfermagem e outros. A UnP recebeu o maior grau de reconhecimento em educação superior no Brasil pelo MEC.

Como formadora de profissionais, a UnP tem firme compromisso com a cidadania, consubstanciada nos valores éticos, sociais, culturais e profissionais. E esse compromisso direciona o desenvolvimento e a prática de seu projeto institucional e dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece. A UnP, acreditando na força transformadora da ciência e nas avançadas tecnologias para a realização das potencialidades humanas, assumiu um compromisso social com o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte e da Região por meio da:

- disseminação de conhecimentos e tecnologias;
- promoção do ensino, da pesquisa e da extensão;
- prestação de serviços à comunidade;
- qualidade do atendimento a demandas dos setores públicos e privados;
- formação de pessoas para o exercício dos direitos e deveres da cidadania.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A UnP conquistou a recertificação B após completar uma avaliação rigorosa do B Lab®.

(iii) Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)

Fundada em 2005, a FPB oferece programas técnicos e de graduação e pós graduação para mais de 6 mil alunos em vários cursos em seu campus em João Pessoa, no estado da Paraíba. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado. A FBP tem foco na qualidade, empregabilidade, inovação e internacionalização de modo a oferecer a seus estudantes as habilidades técnicas necessárias para atender a demanda dos empregadores atuais, bem como de promover a consciência social visando inspirar a cidadania na comunidade.

Os programas acadêmicos da FPB incluem administração de empresas, pedagogia, engenharia, ciências da saúde, gestão de turismo e hospitalidade, direito, entre outros, totalizando 32 cursos entre graduação tradicional e tecnológica, 14 cursos de pós-graduação lato sensu, além de oferecer quatro cursos semi-presenciais, cursos de extensão e o Programa de Inglês da Laureate (LEP).

Além disso, desenvolve importantes projetos que promovem a prática estudantil, através dos seguintes setores: Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), com o Escritório-Modelo e o 5º Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), ambos instalados no campus da faculdade, Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), o Centro de Conciliação e Mediação (CCM), com simulações e a participação dos alunos na resolução de conflitos reais e o Observatório de Violências, projeto implantado pelo curso de Serviço Social e Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH).

Na FPB, os alunos estão mais próximos do mercado de trabalho. Participam de palestras profissionalizantes e podem inserir os currículos nos principais bancos de estágios do estado, com o apoio do Global Office – Internacionalidade e Empregabilidade, setor que também abriga o primeiro polo do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) instalado em instituição de ensino superior na Paraíba.

A FPB conquistou a recertificação B após completar uma avaliação rigorosa do B Lab®.

(iv) Business School São Paulo (BSP)

Fundada em 1995, a BSP é uma escola de negócios dedicada ao desenvolvimento de líderes de negócio inovadores e com perspectiva global. Além de oferecer programas de mestrado e pós graduação em administração, a BSP também é pioneira no desenvolvimento de programas customizados para empresas no Brasil. Desde sua fundação, a escola promoveu a educação de milhares de profissionais, muitos dos quais possuem posições de liderança no Brasil e no exterior.

A BSP está localizada na cidade de São Paulo e posicionada entre as melhores do Brasil e há mais de 20 anos vem formando líderes inovadores com perspectiva internacional, resultado de sua qualidade acadêmica e das parcerias com conceituadas instituições estrangeiras. A BSP foi a primeira escola de negócios independentes reconhecida pelo MEC.

Seu posicionamento retrata a transformação da sociedade e do mundo, respondendo com eficácia à urgência da evolução do atual padrão de educação executiva. Com um modelo desenhado para alavancar a carreira profissional, com foco e produtividade, a Escola propõe uma nova experiência de aprendizagem por intermédio de programas que apresentam conteúdo mais objetivo e com carga horária otimizada, que realmente fazem a diferença no dia a dia do profissional.

A BSP é membro da European Foundation for Management Development (EFMD) e da Latin American Council of Business Schools (CLADEA), e é signatária dos Princípios de Responsabilidade na Educação em Administração (Principles for Responsible Management Education - PRME), uma iniciativa global de sustentabilidade apoiada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU).

A BSP concluiu a rigorosa avaliação do B Lab® e se tornou uma "Empresa B" certificada.

O Ranking das Melhores Escolas de Negócios da América Latina da América Economia mede a excelência acadêmica das escolas de negócios da região. A metodologia considera critérios como programas, impacto estratégico, internacionalização, clientes e corpo docente. No ranking de 2015, a BSP foi reconhecida como a 2ª melhor Escola de Negócio do Brasil e de São Paulo.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O Eduniversal é um ranking internacional que identifica as 1.000 Melhores Escolas de Negócios do mundo segundo a avaliação de um comitê internacional acadêmico. O objetivo principal da Eduniversal é tornar-se o caminho principal para alcançar essas 1.000 melhores escolas de negócios globais e oferecer aos alunos uma séria referência que reflete a dimensão internacional de cada escola e, portanto, contribui para a tomada de decisões quanto à escolha de sua futura escola. No ranking 2016, a BSP recebeu 4 Palmas, sendo reconhecida entre as 5 melhores escolas de negócios do Brasil.

O ranking global realizado pela rede Ivy Exec, membro da EMBAC – Executive MBA Council e que reúne os principais MBAs do mundo, posicionou o MBA Executivo da BSP como um dos melhores da América Latina e um dos cinco melhores do Brasil. O ranqueamento foi feito com base na avaliação de 6,2 mil executivos, grande parte com mais de 20 anos de carreira.

A BSB mantém parcerias ativas com importantes instituições de ensino internacionais, como a UCLA Anderson School of Management, Babson College, Suffolk University, Boston College, Eada – Business School Barcelona, IEDE Business School (Universidad Europea de Madrid).

(v) Universidade Salvador (UNIFACS)

A UNIFACS foi fundada em 1972, e é a maior instituição de ensino superior do estado da Bahia, tendo sido ranqueada, em 2018, como a melhor universidade privada do estado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em 1997 foi credenciada como universidade junto ao MEC, com conceito máximo e foi recredenciada em 2017 com nota máxima. A UNIFACS oferece programas de graduação e pós graduação nos campos de arquitetura, engenharia, tecnologia da informação, ciências da saúde, comunicações, design, pedagogia, administração, direito e turismo e hospitalidade, alinhada com as necessidades do mercado e ao mesmo tempo preparando profissionais para o sucesso em um mundo globalizado.

Reconhecida pela tradição, qualidade acadêmica, internacionalidade, empregabilidade e compromisso com o desenvolvimento regional, a UNIFACS oferece um ensino para além do espaço da universidade, tendo como princípio o atendimento às demandas da sociedade como uma das prioridades institucionais.

A instituição possui mais de 26 mil alunos em sete campi, e oferece cursos de graduação nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, e cursos de Pós-graduação lato (especializações e MBA's) e stricto sensu (mestrados e doutorados), além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão à comunidade. A instituição também oferece cursos de formação profissional e de idiomas. A instituição já formou mais de 55 mil estudantes e conquistou o reconhecimento sólido que a ratifica como a melhor universidade privada da Bahia.

A experiência internacional é um diferencial na vida do estudante com influências positivas nos campos pessoal, acadêmico e profissional. Por meio do Programa Acadêmico de mobilidade internacional o estudante pode cursar um semestre ou um ano em uma das universidades parceiras no exterior, além de participar de programas de curta duração como idiomas especializados, expedições acadêmico-culturais ou ainda cursar disciplinas em inglês na UNIFACS. Na maioria das instituições parceiras é possível manter-se matriculado na UNIFACS pagando suas mensalidades sem pagar mensalidades na instituição de destino ou ainda custear os estudos onde não houver a reciprocidade de mensalidades, com valores diferenciados e mais acessíveis. São mais de 35 instituições parceiras em 14 países.

Em 2016, a UNIFACS instituiu o Comitê da Diversidade, Direitos Humanos e Cultura da Paz, o qual conta com membros representantes da sociedade civil, visando promover e implantar uma Política Institucional, em consonância com o Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos e com a Política da Diversidade da Prefeitura de Salvador. Por contribuir para a melhoria da condição de vida da comunidade com ações de Responsabilidade Social, a UNIFACS recebeu o Selo de Instituição Socialmente Responsável (anos de 2013 a 2016), concedido pela ABMES (Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior) e mais recentemente foi certificada com o Selo da Diversidade, promovido pela Secretaria de Reparação Social da Prefeitura Municipal de Salvador, e entregue às organizações que desenvolvem ações para a promoção da Diversidade Étnico-Racial em suas políticas de Gestão de Pessoas, Marketing e em seus Programas de Responsabilidade Social.

A UNIFACS conquistou a recertificação B após completar uma avaliação rigorosa do B Lab®.

7.9 - Outras Informações Relevantes

(vi) Centro Universitário dos Guararapes (UniFG)

Fundado em 2002, o UniFG é a segunda maior instituição privada de ensino superior do estado de Pernambuco, com mais de 13 mil alunos em três campi, dois na cidade de Jaboatão dos Guararapes e um em Recife, capital do estado. O UniFG oferece mais de 60 cursos de graduação em administração, pedagogia, negócios, direito, comunicações, ciências da saúde e engenharia, bem com os diversos cursos de pós graduação e o primeiro programa de mestrado profissional em inovação e desenvolvimento na cidade.

Foi fundada com o objetivo de desenvolver a formação de profissionais por meio de cursos e atividades acadêmicas diversificadas, contribuindo para o processo de desenvolvimento sustentável de Jaboatão dos Guararapes e do Estado de Pernambuco. Sua oferta acadêmica teve início com os cursos de graduação em Administração (habilitações em Marketing e em Análise de Sistemas), Direito e Ciência de Computação. Em 2004, foi ampliada a oferta, mediante a instalação do Curso de Graduação em Administração Hospitalar. Ao final de 2016, a UniFG credencia-se como Centro Universitário, iniciando uma nova etapa em sua trajetória.

Tendo à frente a necessidade de consolidar-se como instituição de ensino superior, já está com novos cursos na área de saúde, além de cursos superiores de tecnologia.

Como marca de sua qualidade acadêmica, a instituição, por 10 anos consecutivos, foi eleita pelas revistas EXAME e VOCÊ S/A e pelos jornais Valor e Folha de São Paulo, entre as 10 (dez) melhores Escolas de Negócios do país.

O Centro Universitário dos Guararapes é composto, atualmente, por uma equipe de docentes e técnicos com relevante experiência empresarial e de magistério superior e o seu projeto pedagógico é referência na comunidade acadêmica e sociedade pernambucana por apresentar uma metodologia inovadora que trabalha com cenários de aprendizagens corporativos, possibilitando uma maior integração da teoria e prática e consolidando os pilares que são os 3P's (Prática, Próxima e Plural).

A UniFG conquistou a recertificação B após completar uma avaliação rigorosa do B Lab®.

(vii) CEDEPE Business School (CEDEPE)

Fundada em 1989, o CEDEPE Business School é a primeira escola de negócios do nordeste com foco no treinamento de empresários e executivos. Seus cursos de MBA já formaram inúmeros profissionais que ascenderam na carreira.

A instituição, baseada em Recife, no estado de Pernambuco, oferece MBAs em gestão de marketing e vendas, gestão de pessoas e liderança, gestão de negócios, bem como treinamento executivo com especialização em administração de empresas.

Localizado no RioMar Trade Center, mais moderno complexo empresarial de Pernambuco, o CEDEPE disponibiliza mais de 4 mil vagas de estacionamento entre próprias e do Shopping RioMar além das 450 operações de gastronomia, serviços e lojas do mall. Com confortáveis salas de aula panorâmicas, lounge de estudo e negociação, internet de alta velocidade e ampla rede digital de pesquisa com mais de 30 mil livros em 6 idiomas, o CEDEPE é um ambiente voltado para a formação executiva, eventos corporativos e ampliação de networking.

Desde 2002, o CEDEPE está entre as 10 melhores *Business Schools* do Brasil, em ranking realizado pela revista especializada Você S/A. O CEDEPE foi também reconhecido, em 2016, 2017, 2018 e 2019 pelo jornal O Estado de São Paulo como a melhor *Business School* do Norte/Nordeste, além de ser uma instituição certificada pelo B Lab.

Estas avaliações são fruto da vontade de entregar a mais inovadora e consistente educação executiva para desenvolver pessoas, mercados e regiões. Para melhor cumprir seu papel de empoderar gestores para uma tomada de decisões mais assertiva, reduzindo custos e ampliando o sucesso da sua empresa, o CEDEPE reconhece que as carências de cada aluno são diferentes e, por isso, o CEDEPE é a única escola de negócios de Pernambuco com *Academic Coaching*, processo de seleção que busca conhecer o aluno e criar uma grade de estudos que atenda todas as suas necessidades.

7.9 - Outras Informações Relevantes

(viii) Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter)

Fundada em 1971, a Uniritter oferece programas de graduação e pós graduação, sendo mais conhecida pelos cursos de direito, arquitetura e design. Tornou-se uma das mais importantes instituições de ensino superior de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

Com 48 anos de mercado, tem mais de 70 cursos de graduação presenciais e semipresenciais, além de ofertar mais de 30 especializações em seus quatro campi. A instituição valoriza o perfil inquieto de seus alunos e tem como missão expandir a experiência acadêmica aliada à responsabilidade socioambiental, formando pessoas para transformar o mundo. Recentemente, a Uniritter recebeu a pontuação máxima (nota 5) do Ministério da Educação (MEC) em relação à avaliação de Recredenciamento Institucional e foi ranqueada com nota máxima no Guia do Estudante.

A Uniritter concluiu a rigorosa avaliação do B Lab® e se tornou uma "Empresa B" certificada.

(ix) Centro Universitário FADERGS (FADERGS)

Fundado em 2004, o FADERGS oferece programas de graduação e pós graduação em três campi na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Até 2012, era denominada Escola Superior de Administração Direito e Economia (ESADE), tendo adotado seu novo nome para refletir seu crescimento e desenvolvimento. Tem como missão expandir o acesso a educação superior de qualidade e oferece cursos nas modalidades presencial e à distância, com mais de 11 mil alunos. Seus programas acadêmicos incluem administração, comunicações, design, ciências da saúde, tecnologia da informação e direito.

Voltada à empregabilidade e à cultura empreendedora, a instituição recebeu nota máxima (5) na avaliação de Recredenciamento Institucional realizada pelo MEC, além de ser reconhecida com IGC 4 também pelo MEC quanto à qualidade de ensino.

Localizado na região central de Porto Alegre, a FADERGS facilita o acesso ao Ensino Superior em mais de 50 opções de cursos de graduação presenciais e semipresenciais entre as atividades acadêmicas.

O Centro Universitário FADERGS é uma das melhores Instituições de Ensino Superior da cidade de Porto Alegre. O IGC 4 (5 é a nota máxima), atribuída pelo Ministério da Educação, é a evidência do nosso foco na qualidade acadêmica.

Ao lado disso, o crescimento organizado e eficiente demonstra a liderança e o compromisso social assumido pela FADERGS: expandir o acesso à educação superior de qualidade, assegurando a formação de cidadãos e profissionais empreendedores, capazes de fazer do mundo um lugar melhor.

Os professores da FADERGS têm uma sólida experiência de mercado que, aliada à excelente infraestrutura de salas e laboratórios, currículos modernos, acervo bibliográfico atualizado, programas e projetos de investigação e de extensão integrados, permite que os estudantes tenham experiências dinâmicas e eficazes de aprendizado e de convivência, tornando-se profissionais socialmente responsáveis e competentes nas suas carreiras. Outro ponto de destaque é a conveniência de estar sempre próxima do trabalho ou da residência dos estudantes, razão pela qual os campi estão localizados no Centro e Zona Norte, regiões de grande concentração populacional.

A FADERGS concluiu a rigorosa avaliação do B Lab® e se tornou uma "Empresa B" certificada.

(x) Centro Universitário IBMR

Fundado em 1969, o IBMR oferece programas de graduação e pós graduação em diversas disciplinas, sendo mais conhecida por seus programas na área de ciências da saúde. Atualmente tem mais de 11 mil estudantes em seus três campi localizados no Rio de Janeiro e também na modalidade à distância, oferecendo 54 programas organizados em cinco áreas principais do conhecimento: ciências da saúde, administração, hospitalidade e relações internacionais, comunicação, artes, design, moda, educação e engenharia, arquitetura e tecnologia da informação e direito.

O IBMR foi fundado em 1969 com o objetivo principal de difundir educação e cultura em todo território nacional, formando profissionais de nível superior preparados para as necessidades e os desafios do mercado de trabalho.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Recentemente, a busca constante pelas melhores práticas acadêmicas, o compromisso com a ética e a qualidade irrefutável do corpo docente, renderam ao instituto o 1º lugar na avaliação do ENADE em Biomedicina e Fisioterapia entre as escolas privadas do Rio.

A partir de 2010, o IBMR iniciou um processo de expansão que inclui a manutenção da excelência e qualidade acadêmica, a inauguração de um novo campus na Barra da Tijuca, e o lançamento de novos cursos com as chancelas internacionais de algumas das melhores instituições de ensino do mundo. Além disso, passou também a oferecer curso de inglês pelo sistema de ensino Cambridge Press.

O IBMR concluiu a rigorosa avaliação do B Lab® e se tornou uma "Empresa B" certificada.

(xi) Centro Universitário FMU | FIAM-FAAM (FMU)

Há 50 anos, o Centro Universitário FMU oferece à sociedade uma educação superior acessível e focada na formação científica, cultural, tecnológica e humanística de alta qualidade para a construção de um país melhor.

Essa trajetória de sucesso iniciou-se em 1968, quando a Instituição deu início a suas atividades e promoveu a realização de seu primeiro vestibular, com centenas de alunos concorrendo às vagas dos cursos que eram oferecidos.

Ao longo desses anos, a economia e a sociedade brasileira passaram por grandes transformações, nos âmbitos socioeconômico e cultural. Porém, a FMU sempre esteve atenta a esse cenário de mudança no Brasil e no mundo, acompanhando essas modificações na criação de novos cursos, em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, mantém-se alinhada às necessidades do mercado e procura evoluir constantemente com a adoção de novas tecnologias de ensino, capacitação de seu corpo docente, ampliação de sua infraestrutura, atualização de seus procedimentos administrativos e o estreitamento de laços com a comunidade, tudo isso para que o aluno esteja apto a enfrentar o mercado corporativo.

Ciente de seu papel socioeconômico e social, a FMU possui uma forte atuação junto à comunidade de seu entorno, contribuindo para a evolução social e a transformação de sua região e da cidade de São Paulo. Além disso, promove e envolve-se em diversas iniciativas que trazem a inovação como ponto focal para a construção de uma sociedade melhor.

A FMU está presente em diversos campi espalhados por São Paulo e já formou milhares de profissionais que se destacam em suas áreas de atuação.

Conforme os termos dos contratos que regem a Aquisição, a FMU será alienada para a Farallon simultaneamente ao fechamento da Aquisição.

A Ânima com a Laureate

Ao longo dos 17 anos de uma trajetória educacional, que muito nos orgulha, este é certamente um marco para a história da Ânima Educação. As instituições do Grupo Laureate que, caso e uma vez concluída a Aquisição, se unirão ao nosso ecossistema, guardam total alinhamento com nosso posicionamento de alta qualidade, com a tradição e origem de nossas marcas e gozam de uma sólida reputação em seus respectivos mercados.

A atuação em geografias complementares e relevantes é mais uma das características da Aquisição, permitindo nossa presença para mercados que correspondem atualmente a 75% do total de matrículas no ensino superior brasileiro. Além disso, a Ânima Educação passará a contar com novas vagas de Medicina em cidades importantes do país que, somadas às vagas atuais, na maturidade, alcançarão um total de 2.260 vagas ou 16.254 alunos, o que torna a Ânima Educação um grupo educacional ainda mais destacado nesse segmento no país.

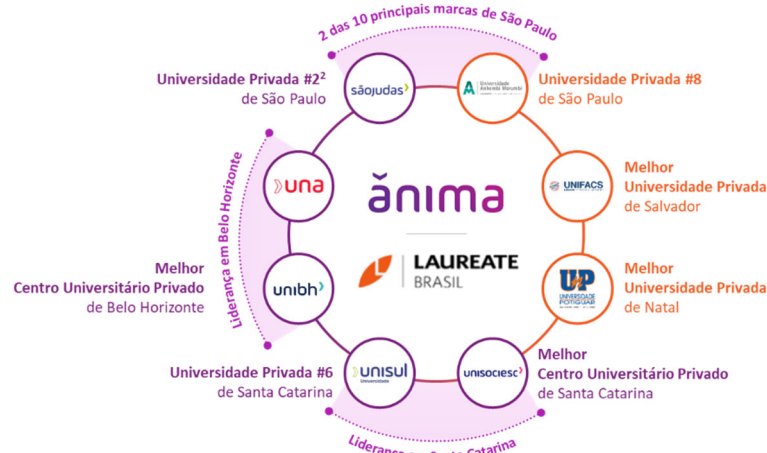
As marcas diferenciadas, em localização privilegiada e complementar, a significativa ampliação da atuação no segmento da educação médica, somadas a um amplo leque de sinergias potenciais, fazem da Aquisição uma oportunidade única de ampliação de nosso propósito, escala e impacto na sociedade.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O movimento estratégico da Ânima Educação, por sua magnitude e relevância, vem reafirmar nosso compromisso de construir uma companhia sólida, com visão de longo prazo e pessoas apaixonadas e obstinadas que buscam incansavelmente gerar impacto positivo para a sociedade. Essa grande conquista é para a Ânima Educação um importante passo do propósito que nos move: Transformar o País pela Educação!

A Aquisição, se concluída, permitirá (i) a combinação de portfólios com marcas de alta qualidade e sólida reputação no Brasil; (ii) ganhos de escala significativos, com presença geográfica altamente complementar; (iii) a composição de um portfólio único de ativos de medicina em localizações *premium* com alto crescimento contratado; (iv) múltiplas oportunidades de criação de valor para impulsionar o crescimento e rentabilidade futuros; (v) valores e princípios compartilhados, que resultarão em benefícios para a sociedade.

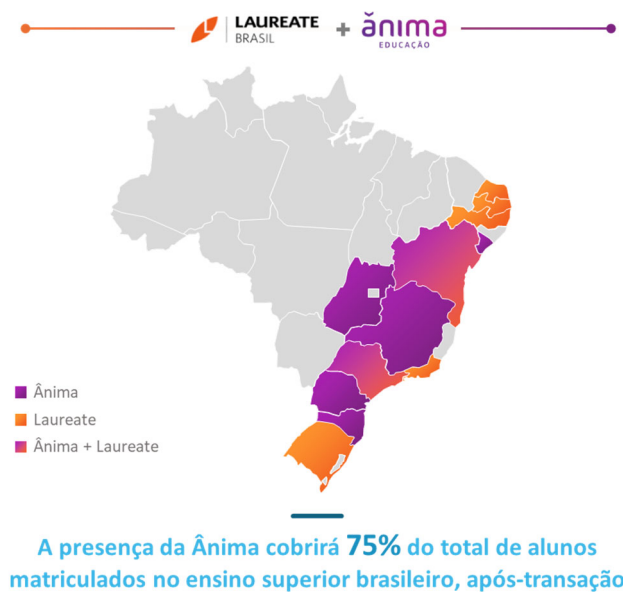
Os ativos objeto da Aquisição estão alinhados com a nossa estratégia de consolidar marcas de alta qualidade e sólida reputação:



Fonte: Informações da companhia e MEC / INEPE

Notas: ¹Incluindo a Unisul, que a Ânima possui um acordo de co-gestão desde março de 2020 e uma opção de compra para janeiro de 2021; ² Refere-se à Universidade São Judas Tadeu; ³ Pontuação média, ponderada pelos alunos

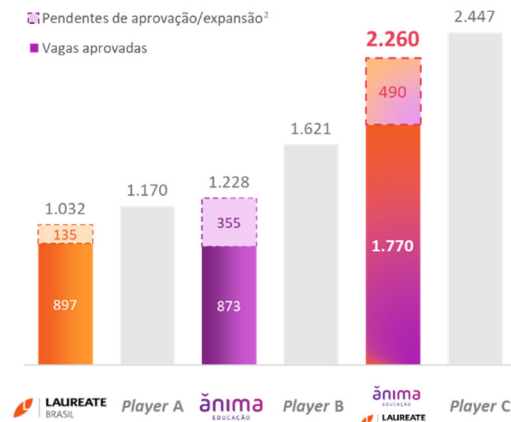
Adicionalmente, a Aquisição, se confirmada, permitirá à Ânima atingir uma escala relevante e alcançará novas áreas com ativos complementares:



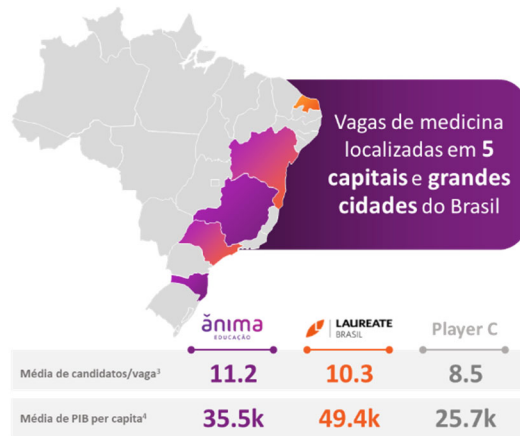
7.9 - Outras Informações Relevantes

A Aquisição resultará, ainda, na consolidação do crescimento da Ânima na educação continuada na área médica:

Ranking por vagas de medicina por player no Brasil¹



Presença das operações médicas combinadas



Fonte: Informações das companhias, INEP / MEC e IBGE, baseado nas últimas informações disponíveis

Notas: Incluindo a Unisul, que a Ânima possui um acordo de co-gestão desde março de 2020 e uma opção de compra para janeiro de 2021;¹Não inclui vagas adicionais do ProUni (+10%) e FIES (+10%); ²Vagas com aprovação pendente do MEC: 135 Vagas para UAM (Piracicaba / SP e São José dos Campos / SP), 50 para UNA (Tucuruí / PA) e 55 para USJT (Limeira / SP). Após um ano de operação, cada Unidade "Mais Médicos" pode fazer um único pedido de ampliação de vagas. O número de novas vagas concedidas depende de vários fatores, incluindo a proporção de leitos hospitalares por aluno na região; ³Média de candidatos por vaga nas regiões onde os ativos estão localizados (conforme divulgado pelo MEC) ponderada pelo número de vagas; ⁴PIB médio per capita nas regiões onde os ativos estão localizados (conforme divulgado pelo MEC) ponderado pelo número de vagas.

Acreditamos, ainda, que a Aquisição permitirá a criação de alavancas de criação de valor a partir da complementariedade dos portfólios da Ânima e do Grupo Laureate, tais como:

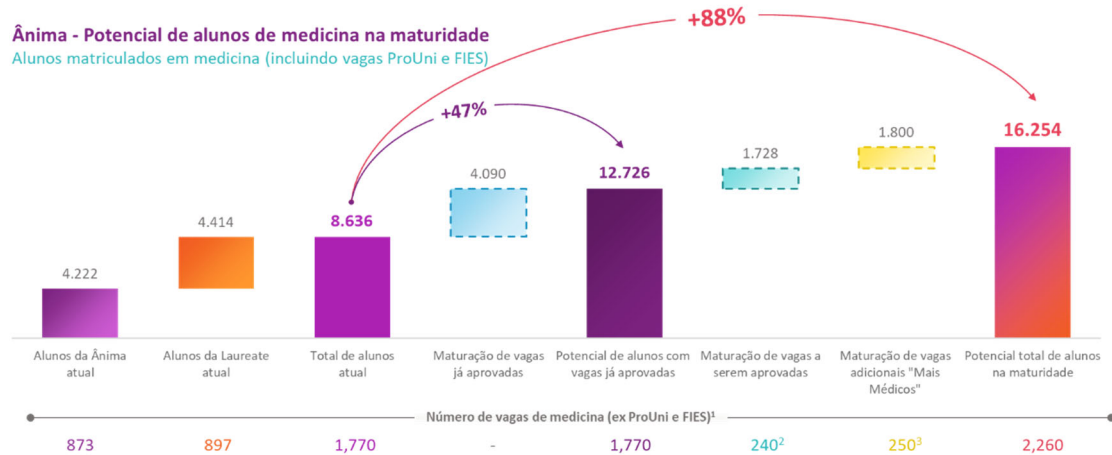
- (i) Ganhos de eficiência como resultado de maior escala:
 - a) Diluição de despesas corporativas;
 - b) Reestruturação de estruturas administrativas no nível das instituições;
 - c) Implementação do Ecossistema de Ensino Ânima (E2A) para melhorar a eficiência docente e qualidade de ensino; e
 - d) Redução das despesas com aluguel por meio da rescisão de contratos, em sua maioria já executados.
- (ii) Crescimento contratado de iniciativas de otimização em andamento em ambas companhias:



Fonte: Informações da companhia

7.9 - Outras Informações Relevantes

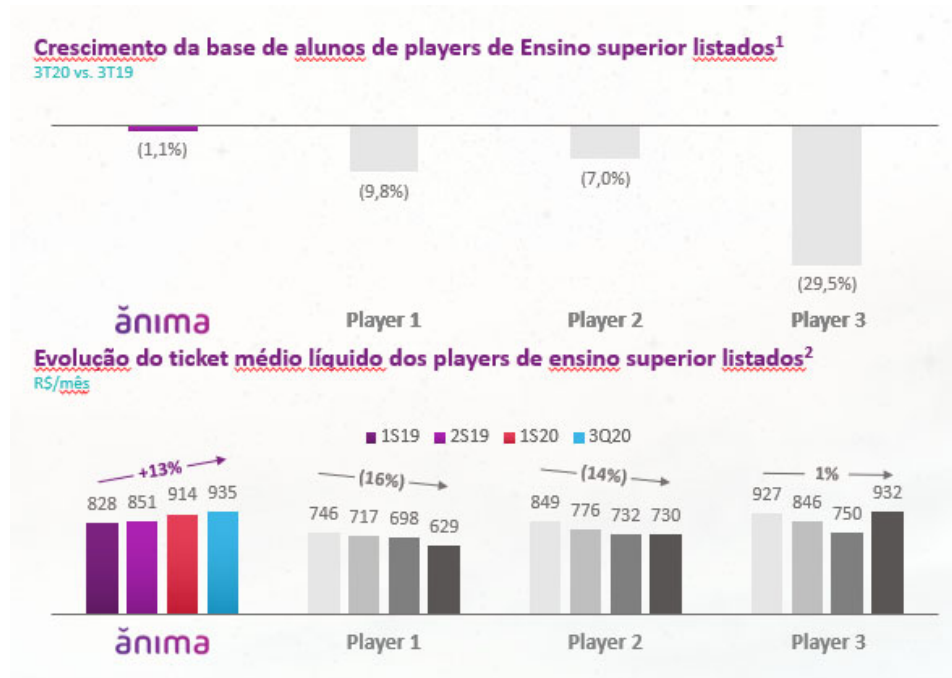
- (iii) A combinação de Ânima e Laureate poderá resultar em alto crescimento contratado a partir da maturação de ativos de medicina:



Fonte: Informações da companhia

Notas: Matrículas em medicina na maturação calculadas como o número total de vagas * 6, incluindo vagas adicionais de ProUni (10%) e FIES (10%). Incluindo a Unisul, que a Ânima possui um acordo de co-gestão desde março de 2020 e uma opção de compra para janeiro de 2021; ¹Não considera vagas adicionais do ProUni (+10%) e FIES (+10%); ² 135 vagas a serem aprovadas para UAM (Piracicaba / SP e São José dos Campos / SP), 50 para UNA (Tucuruí / PA) e 55 para USJT (Limeira / SP); ³Após um ano de operação, cada Unidade "Mais Médicos" pode fazer um único pedido de ampliação de vagas. O número de novas vagas concedidas depende de vários fatores, incluindo a proporção de leitos hospitalares por aluno na região. Considera 50 vagas adicionais para USJT (Cubatão / SP), 50 vagas para Ages (Irecê / BA), 50 vagas para USJT (Limeira / SP) e 100 para Unifg (Bumad / BA)

- (iv) Implementação do modelo de gestão de receitas da Ânima, bem como da estratégia comercial de captação e estratégia e marketing, sendo que a Ânima, dentre os players de ensino superior com ações negociadas em bolsa, foi a única que obteve evolução positiva do ticket médio líquido, bem como crescimento da base de alunos:



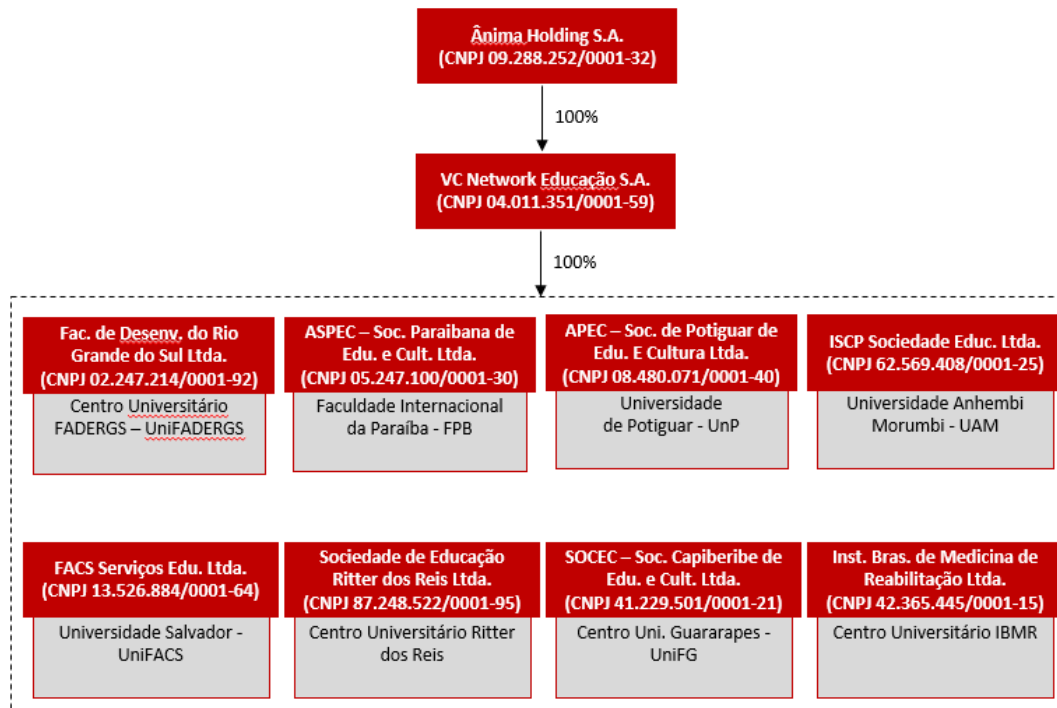
Fonte: Arquivos da Companhia

Notas: ¹Considera apenas no campus (same store); ²Ticket médio de graduação presencial, normalizado.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- (v) Alavancar na estratégia EAD do Grupo Laureate para impulsionar o modelo híbrido:
- Estratégia da Laureate para penetrar no EAD evoluiu de um modelo que replicava o presencial para um mindset digital com uma operação mais eficiente e escalável e resultou na melhoria contínua da satisfação dos alunos, demonstrado pela evolução da avaliação dos alunos pelo ranking de reputação “Reclame Aqui”.
 - Alteração do modelo resultou em aumento tanto do número de alunos quanto do ticket médio.

Organograma Societário



Caso a Aquisição seja concluída, o organograma acionário e societário da Companhia será o seguinte:

Informações Financeiras

As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas incluídas neste Formulário de Referência foram preparadas exclusivamente para fornecer informações sobre o impacto potencial que a Aquisição terá em nossas demonstrações financeiras como se a Aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020 e podem não ser inificativas da condição financeira consolidada da Companhia ou dos resultados operacionais após a implementação da Aquisição.

As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas foram elaboradas de acordo com o disposto na Deliberação CVM nº 709, de 02 de maio de 2013.

Referidas informações financeiras pro forma da Companhia acima destacadas foram apresentadas e disponibilizadas em nosso site de relações com investidores (ri.animaeducacao.com.br), bem como nos sites da CVM e da B3.

7.9 - Outras Informações Relevantes

As informações financeiras consolidadas pro forma da Ânima compreendem as demonstrações do resultado consolidado pro forma para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Essas informações financeiras consolidadas pro forma estão acompanhadas do relatório de asseguarção razoável do Auditor Independente da Ânima sobre a compilação de informações financeiras consolidadas pro forma, nos termos da Norma e Procedimentos de Asseguarção (“NPA”) – NBC TO 3420 – “Trabalho de Asseguarção sobre a Compilação de Informações Financeiras Pro Forma Incluídas em Prospecto”.

Adicionalmente, foram feitos ajustes *pro forma* ao somatório das demonstrações financeiras históricas e a coluna referente a esses ajustes, bem como o somatório final, foram objeto de relatório de asseguarção razoável pelos auditores independentes.

As informações financeiras consolidadas pro forma da Ânima, não auditadas, foram compiladas, elaboradas, formatadas a partir (i) das demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Ânima do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, (ii) das demonstrações financeiras consolidadas históricas auditadas da Rede do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) das informações financeiras consolidadas intermediárias revisadas da Ânima contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR em 30 de setembro de 2020; (iv) das informações financeiras consolidadas históricas revisadas da Rede em 30 de setembro de 2020; todas auditadas ou revisadas, conforme o caso, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os ajustes pro forma os quais foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais a administração da Ânima acredita serem razoáveis.

Essas informações financeiras consolidadas pro forma são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas da Ânima nem como demonstração do resultado consolidada efetiva, caso a combinação de negócios acima mencionada tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

As demonstrações pro forma são objeto de atividade, de acordo com a regulamentação da CVM e as normas aplicáveis à atividade de auditoria, que é definida como de asseguarção razoável, cujos procedimentos foram executados pelo auditor independente e cuja formalização consta do relatório integrante de tais demonstrações.

Conforme requerido pela NBC TO 3420 – “Trabalho de Asseguarção sobre a Compilação de Informações Financeiras pro forma Incluídas em Prospecto”, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, o auditor independente deve planejar e executar seus procedimentos de auditoria com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras consolidadas pro forma com base nos critérios estabelecidos no Comunicado CTG 06 – Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma. Neste sentido, os trabalhos de asseguarção razoável, envolveram, em todos os aspectos relevantes e com base nos critérios aplicáveis, a execução de procedimentos pelo Auditor Independente da Ânima para (i) avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Ânima na compilação das informações financeiras consolidadas pro forma ofereceram base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis às transações, e (ii) obter evidência suficiente e apropriada se (a) os correspondentes ajustes pro forma proporcional efeitos apropriados a esses critérios, e (b) as informações financeiras pro forma refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

OS QUADROS ABAIXO APRESENTAM UM SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA ELABORADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA ÂNIMA, E DEVEM SER LIDOS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA DA ÂNIMA EM SEU FORMADO COMPLETO, APRESENTADAS E DISPONIBILIZADAS EM NOSSO SITE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (RI.ANIMAEDUCACAO.COM.BR), BEM COMO NOS SITES DA CVM E DA B3.

7.9 - Outras Informações Relevantes

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)

Em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
ATIVOS							
ATIVOS CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	84.332	209.244	477.875	-	(3.957.000)	3.724.000	538.451
Aplicações financeiras	705.427	-	-	-	-	-	705.427
Contas a receber	318.364	293.474	(63.835)	-	-	-	548.003
Contas a receber com partes relacionadas	-	5.082	(322)	-	-	-	4.760
Adiantamentos diversos	12.904	5.470	(625)	-	-	-	17.749
Impostos e contribuições a recuperar	4.815	50.814	(6.272)	-	-	-	49.357
Direitos a receber por aquisições	173.365	36.023	(35.140)	-	-	-	174.248
Outros ativos circulantes	10.193	17.188	(4.634)	-	-	-	22.747
Total do ativo circulante	1.309.400	617.295	367.047	-	(3.957.000)	3.724.000	2.060.742
ATIVOS NÃO CIRCULANTES							
Contas a receber	35.056	2.275	-	-	-	-	37.331
Impostos e contribuições a recuperar	14.855	26.164	(25.194)	-	-	-	15.825
Créditos com partes relacionadas	10.571	1.460	23.367	-	-	-	35.398
Direitos a receber por aquisições	113.367	303.796	(259.850)	-	-	-	157.313
Depósitos judiciais	62.804	29.882	(1.188)	-	-	-	91.498
IR e CS diferidos	1.514	164.235	(12.938)	-	-	-	152.811
Ativos mantidos para venda	-	2.365	-	-	-	-	2.365
Outros ativos não circulantes	4.996	15.655	(1.670)	-	-	-	18.981
Investimentos	49	-	-	-	-	-	49
Direito de uso de arrendamentos	604.232	-	-	-	-	-	604.232
Imobilizado	372.812	1.394.844	(293.921)	(63.445)	21.130	-	1.431.420
Intangível	1.172.947	1.374.436	(899.125)	-	3.137.687	-	4.785.945
Total dos ativos não circulantes	2.393.203	3.315.112	(1.470.519)	(63.445)	3.158.817	-	7.333.168
TOTAL DOS ATIVOS	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.183)	3.724.000	9.393.910
PASSIVOS							
PASSIVOS CIRCULANTES							
Fornecedores	43.080	112.409	(47.423)	-	-	-	108.066
Contas a pagar com partes relacionadas	-	241.539	-	(240.625)	-	-	914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.914	341.518	(52.471)	-	-	631.207	1.008.168
Arrendamento a pagar	35.724	125.316	(27.604)	-	-	-	133.436
Obrigações sociais e salariais	142.704	163.811	(22.952)	-	-	-	283.563
Obrigações tributárias	27.629	26.155	(1.763)	-	-	-	52.021
Adiantamentos de clientes	28.096	93.527	(16.056)	-	-	-	105.567
Títulos a pagar	64.622	43.327	-	-	-	-	107.949
Parcelamento de impostos e contribuições	6.414	10.394	(10.394)	-	-	-	6.414
Derivativos	127	-	-	-	-	-	127
Outros passivos circulantes	6.361	25.150	(8.639)	-	-	-	22.872
Total dos passivos circulantes	442.671	1.183.146	(187.302)	(240.625)	-	631.207	1.829.097
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587.995	223.325	-	-	-	3.769.500	4.580.820
Arrendamentos a pagar	617.652	684.552	(192.268)	-	-	-	1.109.936
Adiantamentos de clientes	7.775	-	-	-	-	-	7.775
Débitos com partes relacionadas	84	2.408.776	-	(2.408.776)	-	-	84
Derivativos	890	-	-	-	-	-	890
Títulos a pagar	169.153	536	-	-	101.500	-	271.189
Parcelamento de impostos e contribuições	30.721	33.257	(33.257)	-	-	-	30.721
IR e CS diferidos	74.117	90.116	(99.856)	-	338.602	-	402.979
Provisão para perdas em investimento	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	104.538	289.536	(169.734)	-	465.914	-	690.254
Outros passivos não circulantes	2.180	24.239	-	-	-	-	26.419
Total dos passivos não circulantes	1.597.397	3.754.337	(495.115)	(2.408.776)	906.016	3.769.500	7.123.359
TOTAL DOS PASSIVOS	2.040.068	4.937.483	(682.417)	(2.649.401)	906.016	4.400.707	8.952.456
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)							
Capital social integralizado	1.651.625	1.673.076	-	1.801.051	(3.474.127)	-	1.651.625
Gastos com emissão de ações	(79.382)	-	-	-	-	-	(79.382)
Ágio em transação de capital	(69.566)	(359.702)	-	-	359.702	-	(69.566)
Reserva de capital	34.844	-	-	-	-	-	34.844
Reservas de lucros	165.515	-	-	-	-	-	165.515
Ações em tesouraria	(38.206)	-	-	-	-	-	(38.206)
Prejuízos acumulados	(8.004)	(2.318.450)	(421.055)	784.905	1.410.225	(676.707)	(1.229.086)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.656.826	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	435.744
Participação dos acionistas não controladores	5.709	-	-	-	-	-	5.709
	1.662.535	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	441.453
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E PASSIVOS	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.184)	3.724.000	9.393.909

7.9 - Outras Informações Relevantes

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)

Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.046.063	1.487.114	(276.212)	-	-	-	2.256.965
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(497.134)	(504.907)	106.654	-	-	-	(895.387)
LUCRO BRUTO	548.929	982.207	(169.558)	-	-	-	1.361.578
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(352.324)	(824.054)	142.527	-	(83.140)	-	(1.116.991)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.039)	-	-	-	-	-	(3.039)
Outras (despesas) receitas operacionais	(89.606)	(187.432)	176.439	-	-	-	(100.599)
	(444.969)	(1.011.486)	318.966	-	(83.140)	-	(1.220.629)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	103.960	(29.279)	149.408	-	(83.140)	-	140.949
Resultado financeiro	(108.558)	(892.131)	55.325	687.612	-	(251.389)	(509.141)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(4.598)	(921.410)	204.733	687.612	(83.140)	(251.389)	(368.192)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(2.954)	49.086	(29.519)	-	28.268	-	44.881
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(7.552)	(872.324)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(323.312)
Operações descontinuadas	-	21.375	-	-	-	-	21.375
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(7.552)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(301.937)
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(8.004)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(302.389)
Participação de não controladores	452	-	-	-	-	-	452
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,08)						(2,93)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,08)						(2,91)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.181.499	2.181.510	(443.710)	-	-	-	2.919.299
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671.584)	(819.560)	177.777	-	-	-	(1.313.367)
LUCRO BRUTO	509.915	1.361.950	(265.933)	-	-	-	1.605.932
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(391.881)	(1.189.446)	236.650	-	(103.708)	-	(1.448.385)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.463)	-	-	-	-	-	(2.463)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.399	4.063	1.310	-	-	-	9.772
	(389.945)	(1.185.383)	237.960	-	(103.708)	-	(1.441.076)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119.970	176.567	(27.973)	-	(103.708)	-	164.856
Resultado financeiro	(126.292)	(373.912)	46.959	160.738	-	(425.318)	(717.825)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(6.322)	(197.345)	18.986	160.738	(103.708)	(425.318)	(552.969)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(3.271)	55.155	(5.925)	-	35.261	-	81.220
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(9.593)	(142.190)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(471.749)
Operações descontinuadas	-	49.867	-	-	-	-	49.867
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,12)						(5,41)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,12)						(5,36)

7.9 - Outras Informações Relevantes

Seguros

Embora nossas apólices de seguro sejam destinadas para cobrir os riscos inerentes aos nossos negócios, consideramos baixo o risco da ocorrência de sinistros relevantes em nossos estabelecimentos. Não desenvolvemos qualquer atividade fortemente atrelada a ocorrência de incêndios, enchentes, explosões, desmoronamentos ou qualquer outro tipo de sinistro, sendo nossa maior exposição as intempéries. Não obstante, para nos resguardarmos de eventuais prejuízos oriundos de caso fortuito ou força maior, ou decorrente de eventos que fogem do nosso controle, nós e nossas controladas Brasil Educação S.A., UniBH, Unimonte, PGP Posse, PGP, HSM do Brasil S.A., AMC, SOCIESC, FACEB, Politécnico Participações, Instituto Politécnico, BR Educação, VC Network, UNA GP, SOBEPE, Instituto Ânima e Le Cordon Bleu Ânima, celebramos apólice de seguro patrimonial que cobre, dentre outros, danos decorrentes dos seguintes sinistros: incêndios, raios, explosões, alagamentos, danos elétricos, quebra de vidros, roubo e furto qualificado de bens, roubo de valores em mãos de portador, roubo de valores no interior do estabelecimento, tumultos, vendaval, fumaça com impacto de veículos, vazamento de tanques e tubulações, terremoto, tremor de terra e maremoto.

Nossas apólices de seguro têm especificações, limites e franquias normalmente praticadas no mercado, sempre considerando a localização, os riscos cobertos, entre outros. Nós não prevemos quaisquer dificuldades para renovar nossas apólices de seguro e acreditamos que nossa cobertura de seguro é razoável em termos de valor.

Possuímos também um seguro de responsabilidade civil que garante a cobertura máxima de R\$ 5 milhões, com sublimites para auditórios, circulação de equipamentos, riscos contingentes de veículos terrestres, poluição súbita, estabelecimentos de ensino, atividades educacionais e de recreação fora do estabelecimento de ensino, fornecimento de comestíveis e bebidas, prestação de serviços de guarda de veículos de terceiros, inundação e alagamento, empregador (com extensão aos Estados Unidos da América – “EUA”) e danos morais.

Central de Serviços Compartilhados

Nossa Central de Serviços Compartilhados (“CSC”) tem como finalidade centralizar e padronizar para todas as nossas instituições os processos envolvendo a nossa prestação de serviços. Os serviços compartilhados compreendem: compras, contas a receber, contas a pagar, *cash management*, gestão de inadimplência, bolsas e financiamentos, controladoria, área fiscal, contabilidade, tecnologia da informação, departamento pessoal, Secretaria Acadêmica, aquisição e indexação centralizada de Biblioteca, escritório de projetos de sistemas e central de atendimento (*helpdesk*). Acreditamos que o funcionamento da nossa CSC nos proporciona ganhos de escala e otimização de mão de obra concentrando os trabalhos em uma equipe enxuta e mais especializada. Além disso, a centralização dos serviços na CSC permite a padronização dos processos e unificação dos sistemas, permitindo mais precisão e eficiência na gestão dos serviços. Na nossa relação com os nossos fornecedores, por exemplo, acreditamos que a centralização das compras nos dá maior poder de negociação e melhores condições de compra.

Métodos de controle para evitar inadimplência

Acreditamos que a confiança e segurança que transmitimos aos nossos estudantes são fundamentais para retê-los. Além disso, entendemos que o custo da conquista de novos estudantes é superior ao da manutenção dos mesmos, o que justifica os nossos esforços de fidelização.

Nossa principal medida de estímulo à adimplência é a exigência da quitação de todos os eventuais débitos como pré-requisito para efetivação da matrícula do módulo subsequente, sendo nossas matrículas semestrais. Portanto, limitamos a inadimplência de nossos estudantes a, no máximo, 6 meses.

Entretanto, na hipótese de uma eventual constatação de inadimplência, adotamos alguns métodos de controle, sempre pautados na busca de alternativas de negociação para reescalonar as dívidas dos nossos estudantes. Nesse sentido, ao constatar que algum estudante está inadimplente, iniciamos o processo de cobrança interna através de ações sistemáticas, tais como:

- Envio de e-mails: através de uma régua definida de comunicação, enviamos e-mails lembrando nosso estudante de sua obrigação. No caso de não atendimento, estabelecemos um número de dias para que outro e-mail seja enviado solicitando providências com relação à quitação da respectiva pendência.
- Envio de mensagens de texto via celular (SMS): Entre o envio de e-mails, há a régua onde enviamos SMS ao nosso estudante reiterando a existência de pendência junto a instituição.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- **Telefonemas:** no processo seguinte, caso os e-mails e o SMS não tenham obtido êxito, entramos em contato com nosso estudante solicitando a regularização da respectiva pendência de acordo com o modelo de preditivo de evasão, através dos riscos.

Quando um estudante deixa de integrar nosso corpo discente, transferimos a cobrança dos créditos relativos a tal estudante a escritórios especializados de cobrança com os quais trabalhamos, visando o recebimento dos créditos.

Internacionalização

A internacionalização é considerada um meio estratégico para o crescimento e consolidação das instituições de ensino superior. Internacionalizar é uma necessidade para todas as universidades comprometidas com a qualidade de seu ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário a Ânima Educação, por meio do International Office, abriu as portas para o mundo e estabeleceu a meta de atingir o patamar de excelência. Ações destinadas à cultura e mobilidade internacional, estabelecimento de convênios com instituições renomadas e incentivo a criação de redes de pesquisa internacional são fatos marcantes na história recente da empresa. A Internacionalização Ânima está fundamentada na captação, implementação, consolidação e acompanhamento de convênios, programas e projetos internacionais que sejam acessíveis a todos, não apenas através da mobilidade, mas dentro das próprias instituições.

Impactos Alcançados:

- Ampliação da oferta de mobilidade internacional para discentes;
- Intensificação da cultura internacional junto à comunidade acadêmica;
- Criação e oferta de cursos de curta duração no exterior, disponíveis a todos os discentes, docentes e funcionários;
- Desenvolvimento de projetos acadêmicos, de extensão e pesquisa, de forma digital com instituições internacionais parcerias;
- Oferta de *nanodegrees* internacionais digitais que fazem parte da personalização do currículo acadêmico;
- Concepção de programas de bilinguismo, impulsionando o ensino e disseminação de idiomas no âmbito institucional;

O International Office é responsável pela abertura, tramitação, acompanhamento e renovação dos acordos de cooperação celebrados entre a Ânima Educação e instituições internacionais. Tais parcerias permitem ofertar bolsas de estudo, estágios, módulos internacionais, visitas técnicas, cursos de idiomas, intercâmbios de graduação, mestrado e doutorado em conceituadas instituições no exterior. Destacamos a seguir as principais parcerias celebradas pelo setor de Internacionalização.

Acordos Internacionais ANIMA (todas as instituições do grupo são beneficiadas)

Universidade de Aveiro - Portugal: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Universidad de Nebrija – Espanha: O presente acordo tem como objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Amity University - Ásia: Esse acordo de cooperação tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. A Amity University disponibilizou, através desta parceria, suas unidades na Índia, Dubai, Singapura e China para o desenvolvimento de atividades em conjunto. O maior interesse em comum entre as instituições é a tecnologia e inovação voltados a educação.

Santander Ibero-Americanas – Santander Universidades: O programa visa possibilitar a mobilidade internacional de estudantes de Instituições de Ensino Superior conveniadas ao Santander, para a participação em cursos promovidos em Instituições de Ensino Portuguesa, Espanhola, Argentina, Chilena, Colombiana, Mexicana, Porto-Riquenha, peruana e Uruguia definidas em instrumento específico, potencializando as relações acadêmicas entre o Brasil e os países citados. São concedidas bolsas de estudos para que os alunos de graduação realizem um período letivo, com a finalidade de proporcionar experiência acadêmica internacional.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Santander Mundi – Santander Universidades: O objetivo do programa é possibilitar a mobilidade internacional de estudantes de Instituições de Ensino Superior conveniadas ao Santander em Instituições de Ensino na Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Porto Rico, EUA, Uruguai, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Polônia, Portugal, Espanha, Inglaterra, China, Qatar, Rússia e Singapura, a serem definidas em instrumento específico, potencializando as relações acadêmicas entre o Brasil e países citados. São concedidas bolsas de estudos para que os alunos de graduação realizem um período letivo, com a finalidade de proporcionar experiência acadêmica internacional.

La Provence – França: Este acordo de cooperação tem como principal função a oferta de estágios internacionais para os cursos de graduação e pós-graduação. Voltado aos alunos de Gastronomia, o programa prevê a mobilidade internacional através de experiências práticas em reconhecidos restaurantes dentro de hotéis de luxo na França.

Instituto Politécnico de Leiria - Portugal: O propósito deste convênio é o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos de graduação e docentes que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa.

Universidad de Valladolid - Espanha: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição espanhola.

MGSilva Consultoria – Moçambique: A intenção desta parceria é estabelecer um programa de estágio aos estudantes do curso de Graduação em Medicina Veterinária. Os alunos selecionados serão introduzidos ao meio de criação de galinhas cafreais, em pequenos vilarejos, visando a subsistência e geração de renda para os agregados familiares participantes do projeto PRIORIZE.

Florida Polytechnic University – EUA: A parceria visa possibilitar a mobilidade internacional de quatro estudantes graduados em 2018 dos cursos de Engenharias, Computação, Tecnologia da Informação para a realização Pós-Graduação na Florida Polytechnic University, em um dos cursos a seguir: Master of Science in Big Data Analytics; Master of Science in Robotics; Master of Science in Logistics; Intelligence Mobility; Master of Science in Electrical Control Systems. São concedidas bolsas de estudos integrais para o curso completo no exterior, com a finalidade de proporcionar desenvolvimento e certificação acadêmica internacional.

Universidade de Coimbra - Portugal: O presente acordo abrange a Associação de Estudos Europeus de Coimbra (AEEC) e o Instituto jurídico da Comunicação (IJC), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e visa o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição portuguesa. Além de desenvolver programas de capacitação em conjunto.

Accademia Europea di Firenze – Itália: O convênio visa o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na área de história, arquitetura, artes e idioma na instituição italiana. Além de desenvolver programas de capacitação em conjunto.

Carnegie Brasil - EUA: A Carnegie Mellon University, líder mundial em inteligência artificial voltada ao ensino do idioma, desenvolveu duas plataformas de inglês com excelência: Speech e CATs. O presente convênio tem como propósito encorajar a proficiência linguística da comunidade Ânima, através da oferta das duas plataformas: <https://educacao.carnegiebrasil.com.br/anima>

Instituto Politécnico do Porto - Portugal: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural voltadas ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Direcionado a professores e alunos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu.

Fundación Universitaria Maria Cano - Colômbia: O convênio visa receber alunos e professores vindos da instituição colombiana, através de programas de intercâmbio acadêmico, visitas técnicas e módulos internacionais desenvolvidos pelas instituições de ensino do grupo Ânima.

Israel Institute of Technology - Israel: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a professores, alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Universidad Científica del Sur - Peru: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a professores, alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu.

Escuela Argentina de Negocios Instituto Universitario – Argentina: Este acordo de cooperação prevê a cooperação acadêmica, técnica e cultural em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu.

Universidad UCATEC – Bolívia: O propósito desse convenio é possibilitar o intercâmbio, projetos e atividades acadêmicas, científicas e culturais em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Universidad Finis Terrae – Chile: O presente convênio visa o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Universidad del Litoral – Argentina: Este acordo de cooperação tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Além de agregar o Termo Aditivo para programa de Mestrado em Administração entre a instituição argentina e as instituições de ensino do grupo Ânima.

Instituto Politécnico de Viseu – Portugal: O convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a professores, alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu.

Jiaying University – China: O presente acordo tem como objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição chinesa.

Universidad Abierta Interamericana – Argentina: O propósito desse convenio é possibilitar o intercâmbio, projetos e atividades acadêmicas, científicas e culturais em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Gyeongbuk Technopark – Coreia do Sul: Este acordo de cooperação tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e principalmente técnicas no qual ambas as instituições tenham interesse manifesto. O Technopark foi fundado pelo governo da Coreia do Sul e visa o fomento de atividades voltadas a tecnologia e inovação.

Acordos Internacionais UNA (parcerias específicas desta instituição)

Universidade de Évora - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Université François-Rabelais de Tours – França: O presente acordo visa a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a docentes e alunos de pós-graduação lato e stricto sensu.

Universidade Politécnica - Moçambique: o convênio tem por objetivo viabilizar aos estudantes da Universidade Politécnica de Maputo o acesso a cursos de pós-graduação lato sensu, de natureza presencial, em diversas áreas como Turismo e Hotelaria, Gestão Estratégica de Negócios e Gestão Estratégica de Pessoas.

Acordos Internacionais UNIBH (parcerias específicas desta instituição)

Universidade Santiago del Estero - Argentina: o convênio tem por objeto o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as Instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Universidade do Porto - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Instituto Politécnico de Santarém - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Universidade Nacional Timor Lorosar – Timor Leste: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. O interesse principal dessa parceria é a recepção de alunos estrangeiros nas unidades do UniBH, visando o um ambiente intercultural para os nossos alunos.

Universidade de Évora - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Universidade de Coimbra – Portugal: O propósito desse convenio é possibilitar o intercâmbio, projetos e atividades acadêmicas, científicas e culturais em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Acordos Internacionais SÃO JUDAS (parcerias específicas desta instituição)

University of Birmingham – Reino Unido: O objetivo do convênio é a formação de Técnicos Educadores para a entrega da metodologia EMPOWERING COACHING™ oferecido pela Universidade de Birmingham. O programa é voltado para treinadores esportivos e professores de educação física. Após certificação, nossos docentes participantes são capacitados para lecionar a metodologia estudada a comunidade.

Universidad Pablo de Olavide – Espanha: A parceria visa a mobilidade internacional de docentes para a construção de pesquisas voltadas a promoção de valores e boas práticas nos esportes. Este programa é voltado aos docentes do curso de Educação Física que desejam somar esforços na efetivação do projeto *Proyecto Europeo* liderado pela *Universidad Pablo de Olavide*.

Universidad de Málaga – Espanha: O presente acordo tem como objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica na instituição espanhola. Além de promover aos docentes, pesquisas em conjunto.

Acordos Internacionais UNISOCIESC (parcerias específicas desta instituição)

Universidade do Porto - Portugal: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico.

Technische Universität Braunschweig - Alemanha: o convênio tem por objeto o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as Instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 02 (dois) alunos, por semestre, para aprofundarem sua formação acadêmica na área atual de estudo.

Programa CAPES/BRAFITEC – França: visa a qualificação da formação de estudantes de graduação em engenharia em diversas especialidades, através da mobilidade bi-nacional em atividades acadêmicas, nas Universidades, e atividades industriais, em empresas ou laboratórios parceiros. O programa disponibiliza 3 (três) vagas por ano para o intercâmbio de alunos. A UniSociesc oferece três programas de dupla-diplomação na área das Engenharias, através do Programa Brafitec, cujo objetivo consiste na obtenção de dupla- diplomação envolvendo a UniSociesc e as instituições parceiras.

École Nationale d'Ingénieurs de Saint-Étienne (ENISE) - França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 03 (três) alunos no campo de estudo da Engenharia Mecânica e Civil para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

7.9 - Outras Informações Relevantes

École Nationale d'Ingénieurs de Tarbes (ENIT) - França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 05 (cinco) alunos no campo de estudo da Engenharia Mecânica e Civil para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

École Nationale d'Ingénieurs de Brest (ENIB) - França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 04 (quatro) alunos no campo de estudo da Engenharia da Computação e Sistemas da Informação para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

École Nationale d'Ingénieurs de Metz (ENIM) – França: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 05 (cinco) alunos no campo de estudo da engenharia Mecânica e Produção para aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico, conforme calendário da instituição.

Ernst-Abbe-Hochschule Jena – Alemanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Fachhochschule Erfurt – Alemanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto.

Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas – Colômbia: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico.

Universidad CEU San Pablo – Espanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. São selecionados 02 (dois) alunos, por semestre, para aprofundarem sua formação acadêmica na área atual de estudo.

Universidad Politecnica de Madrid – Espanha: o convênio tem por objetivo o intercâmbio e a cooperação técnica nas áreas acadêmica, científica e cultural, em que ambas as instituições tenham interesse manifesto. Direcionado a alunos da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu que desejam aprofundar sua formação acadêmica, pelo período de 1 (um) semestre acadêmico.

O International Office é responsável pela coordenação das atividades que envolvem a saída de estudantes para o período de intercâmbio internacional em instituições estrangeiras conveniadas. É responsabilidade do setor a negociação das vagas disponíveis para intercâmbio junto a cada instituição conveniada, produção dos editais de seleção, análise da documentação, entrevistas, orientação aos candidatos, e contato com as instituições estrangeiras.

Os Programas de Mobilidade com Bolsa de Estudos (Santander e CAPES) possuem cronogramas e objetivos específicos. O International Office cumpre o papel de coordenar institucionalmente os programas, intermediando o mesmo com as agências/instituições. Desta forma, o setor é responsável pela avaliação, homologação, orientação e acompanhamento dos candidatos e futuros bolsistas da graduação.

Já os Programas de Mobilidade Regular promovem, em maior escala, o intercâmbio de estudantes de graduação das instituições de ensino do grupo Ânima e as universidades internacionais parceiras. Através deste programa, alunos de graduação podem realizar intercâmbio acadêmico, por um semestre, em sua área de estudo. A mobilidade regular não prevê a concessão de apoio financeiro ao aluno, que deverá arcar com todos os custos do período de estudos no exterior (custos de visto, deslocamento, hospedagem, alimentação, seguro-saúde). Porém, esta modalidade garante ao aluno a isenção das taxas acadêmicas nas instituições de ensino de origem e de destino durante o período no exterior.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Redes Internacionais

A Ânima, junto com suas instituições de ensino, faz parte de redes internacionais que visam o aprimoramento da educação através da internacionalização. São elas:

- *Rede ACINNET (Academic International Network)*. Associação que visa facilitar e fomentar a cooperação em nível internacional aos seus associados. Fazem parte da Rede: Grupo Educacional Unis - Brasil, UNAE (Universidad Autónoma de Encarnación) - Paraguai, Universidad Finis Terrae - Chile, Universidade Bernardo O'Higgins - Chile, Politécnico do Porto - Portugal, Universidad Rey Juan Carlos - Espanha, UAI (Universidad Abierta Interamericana) - Argentina, UCATEC (Universidad Privada de Ciencias Administrativas y Tecnológicas) - Bolívia, IPS (Instituto Politécnico de Santarém) - Portugal, entre outros).

- FAUBAI (Brazilian Association for International Education). Associação que busca divulgar a diversidade e as potencialidades das IES brasileiras junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais. Seu objetivo é promover o aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacional como instrumentos para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração das instituições filiadas, procurando estimular o constante aperfeiçoamento da gestão do intercâmbio e da cooperação internacionais.

Programas de Curta Duração no Exterior

O setor de Internacionalização Ânima, através de seus parceiros internacionais, desenvolve periodicamente programas de curta duração no exterior. Esses programas são abertos a todos os discentes, docentes e funcionários das instituições de ensino do grupo. Abaixo estão os programas ofertados até o momento:

Vivência Internacional em Engenharia – College of New Caledonia – Canadá

O programa oferece uma oportunidade única para viajar, estudar um idioma, ter contato com diferentes culturas, adquirir conhecimento e certificação internacional. É direcionado a estudantes das Engenharias e Ciências Aplicadas e combina aulas para o aperfeiçoamento do Inglês, palestras com Engenheiros, e estágio voluntário. Permite aos alunos que adquiram uma visão globalizada da profissão, aprimorando a fluência no Inglês, desenvolvendo networking internacional e conhecimentos que agregam ao curriculum.

Curso Intensivo de Inglês – Florida International University – EUA

O programa intensivo de Inglês atende uma demanda crescente por parte dos estudantes, docentes e funcionários, que buscam qualificação nos EUA. O curso permite o aperfeiçoamento das habilidades no idioma inglês e o entendimento das diferenças sociais e culturais.

Módulo Internacional de Direito - Northeastern State University – EUA

O projeto visa a participação em seminários e visitas técnicas tendo como foco a área de Justiça Criminal. A escolha da área se deve ao interesse e a necessidade de formação de recursos humanos na área. O International Office é responsável pela implementação do projeto, do processo de candidatura, divulgação e orientação durante o programa.

Visita Técnica ao Vale do Silício – Califórnia – EUA

A sequência de visitas desse programa traz a oportunidade, para alunos e funcionários, de visitar as maiores *start-ups* do mundo, além de vivenciar o ecossistema inspirador que o Vale do Silício oferece. O programa tem como tema principal o empreendedorismo, e possibilita que os participantes interajam com os empreendedores da região, proporcionando uma sinergia de ideias inovadoras e tecnologia.

Módulo Internacional de Gastronomia Le Cordon Bleu – Canadá

O curso de Culinária e Confeitaria apresenta uma sólida base de conhecimentos, com os fundamentos e práticas da escola de gastronomia mais famosa do mundo: Le Cordon Bleu. Este programa ensina sobre a preparação de uma vasta seleção de itens de confeitaria e pratos culinários. O Chef Instrutor guia os participantes, oferecendo instruções e orientações em cada passo do processo.

Visita Técnica para Docentes – Portugal

Este programa visa discutir avanços e barreiras da inovação pedagógica, em uma perspectiva comparada entre Brasil e Portugal. Neste sentido, serão apresentados exemplos de como se dá a aprendizagem ativa ao longo da vida, desde a escola básica até o ensino superior. O objetivo geral é levar a um aprofundamento de saberes ligados ao desenvolvimento do professor universitário, com inspiração em práticas pedagógicas inovadoras que ocorrem em todos os níveis de ensino.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Curso Intensivo de Espanhol – Madrid – Espanha

Aberto a todos os discentes, docentes e colaboradores, o curso intensivo da língua e cultura espanhola engloba do nível iniciante ao avançado. O Centro de Estudos Hispânicos oferece um ambiente internacional imerso em uma universidade espanhola localizada na cidade de Madrid, no Campus da Dehesa de la Villa da Universidad de Nebrija. Todos os alunos têm acesso grátis ao WIFI, salas de computadores, biblioteca, cafeteria, etc.

Módulo Internacional de Sustentabilidade na África – Cape Town – África do Sul

Esse módulo internacional proporciona uma imersão na Cidade do Cabo – África do Sul, e seus arredores, unindo lazer, aprendizagem acadêmica e experiências práticas em cenários reais relacionados ao ecossistema sustentável e inovador.

Módulo Internacional de Empreendedorismo – Haifa – Israel

Realizado no Israel Institute of Technology (Technion), esta oportunidade fornece um ambiente internacional sobre cultura tecnológica na maior concentração de empresas de alta tecnologia fora do Vale do Silício, na cidade de Haifa. O Technion conquistou reputação mundial por sua excelência em pesquisa e seu corpo docente conta com três ganhadores do Prêmio Nobel, o que levou o instituto ao 8º lugar em termos de produção de vencedores do Nobel (empatado com o MIT).

Módulo Internacional de História, Arquitetura e Arte – Florença – Itália

O programa de História, Arquitetura e Arte é promovido em parceria com a *Accademia Europea di Firenze*, e permite que os participantes sejam introduzidos na cultura renascentista da cidade de Florença com aulas expositivas e visitas aos principais edifícios e monumentos construídos neste modelo arquitetônico.

Visita Técnica de Medicina Veterinária – Michigan – EUA

Esta visita técnica proporciona aos estudantes e professores uma vivência prática do cotidiano de um profissional na área, através de visitas a zoológicos e centro de estudos. Além de promover a interação dos participantes com renomados pesquisadores da área de reprodução animal assistida.

Internationalization at Home

Parte do projeto de internacionalização da Ânima Educação, prevê iniciativas dentro das próprias instituições de ensino. Através dessas iniciativas, são desenvolvidas atividades culturais, capacitação linguística, engajamento dos alunos estrangeiros e, principalmente, apresentação de conteúdos voltados a temas globais.

Nanodegrees Internacionais

Trata-se de cursos com duração de 40h ofertados para alunos de Graduação, de todos os cursos, lecionados inteiramente em inglês ou espanhol. Esses programas são eletivos e fazem parte da experiência curricular do aluno para o desenvolvimento de competências e habilidades extras a sua formação. Possuem como objetivo enriquecer o currículo escolar do aluno, bem como sua carreira profissional, trazendo conteúdos voltados a área de gestão e empreendedorismo.

Desde 2018 foram ofertadas nas instituições de ensino Ânima diversas disciplinas com temas inovadores, para alunos de todos os cursos de Graduação, são elas: *Solution Design, Global Business, Skills for Contemporary Leaders, Market Trends, International Career, Communication and Leadership for the Future, Globalization, La Comunicación em la Resolución de Problemas, International Marketing, Ciudadanía y Democracia em América Latina, Social and Cultural Studies, Business and Product Design, Financial Market and Economic Scenario, Comunicación Y Cultura de los Países Hispanohablantes, Foreign Affairs, Globalización y Integración Latinoamericana, Principles of Finance, Revolution, The Science of Well Being, Industry 4.0, Global Warming and Sustainability, International Negotiation, e Social Media for Career Development.*

7.9 - Outras Informações Relevantes

Nanodegrees Internacionais pela Coursera

Trata-se da oferta de cursos de curta duração com certificação de universidades internacionais renomadas mundialmente, através da parceria com a plataforma americana Coursera. Os programas são focados no desenvolvimento de carreira profissional, e ofertados para todos os estudantes das instituições de ensino Ânima. Entre os programas estão:

<i>Inspiring Leadership through Emotional Intelligence</i>	<i>Case Western Reserve University</i>
<i>Women in Leadership: Inspiring Positive Change</i>	<i>Case Western Reserve University</i>
<i>The Art of Negotiation</i>	<i>University of California Irvine</i>
<i>Project Management: The Basics for Success</i>	<i>University of California Irvine</i>
<i>Work Smarter, Not Harder: Time Management for Personal & Professional Productivity</i>	<i>University of California Irvine</i>
<i>Beyond Silicon Valley: Growing Entrepreneurship in Transitioning Economies</i>	<i>Case Western Reserve University</i>
<i>Introduction to Personal Branding</i>	<i>University of Virginia</i>
<i>Learning How to Learn: Powerful mental tools to help you master tough subjects</i>	<i>McMaster University</i>

Webinars Internacionais

Esse projeto visa o desenvolvimento de webinars internacionais a distância (online) em parceria com as instituições internacionais. Esses programas possibilitam que os alunos, professores e funcionários, possam se capacitar através de seminários com palestrantes e temas globais que estão em destaque no momento.

Foram ofertados cinco webinars internacionais até Janeiro de 2019, são eles:

- *How technology is changing medicine* – Ministrado pelo Prof.º Robson Capasso, da Stanford University;
- *How to create a successful app* – Ministrado por David Brittain, empreendedor e cientista da computação e CEO da TopHatch;
- *A journey to understand automated vehicles* – Apresentado por Dajiang Suo, assistente de pesquisa do MIT;
- *Inside the day to day of a real scientist* – Apresentado pelo PhD Richard Zhang, cientista de dados do MIT;
- *How entrepreneurship reventing healthcare in Africa* – Ministrado por Oluwasoga Oni, co-fundador e CEO da MdaaS;

Plataforma de Inglês Online

Essa iniciativa busca incentivar e elevar a proficiência linguística de alunos, professores e colaboradores, através da oferta do curso de inglês online. As plataformas Carnegie Speech e CATs foram desenvolvidas com alta qualidade em inteligência artificial e buscam alavancar a fluência dos brasileiros no idioma. O valor dos cursos foi negociado para que seja abaixo do mercado e acessível para toda a comunidade Ânima.

Plataforma: <https://educacao.carnegiebrasil.com.br/anima>

Eventos Acadêmicos Internacionais

Uma das iniciativas do projeto de Internationalization at Home visa apoiar a criação de eventos acadêmicos internacionais dentro das instituições de ensino Ânima, a fim de proporcionar a troca de conhecimento sobre temas relevantes, inovadores e de importância mundial. Esses eventos trazem palestrantes internacionais das instituições parceiras no exterior, e são acessíveis para todos os alunos, professores e funcionários.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- Evento de Direito na São Judas e UniSociesc: Prof. Michael Wilds, doutor em Justiça Criminal e Estudos Jurídicos, professor da *Northeastern State University* em Oklahoma. Palestra sobre Justiça Criminal e Constituição dos Estados Unidos da América;
- Evento de Tecnologia na São Judas: Prof. Dr. Shahram Taj e o Prof. Dr. Mustafa Ilhan Akbas, professores da *Florida Polytechnic University* em Lakeland. Palestras e workshops sobre Nanotecnologia e Inteligência Artificial.
- Congresso ACINNET no UnibH: O UnibH é sede do quinto Congresso Acadêmico da rede ACINNET, a ser realizado em Belo Horizonte - MG. O evento tem como tema a Inovação Acadêmica vinculada ao mundo social e produtivo em âmbito local e global, e visa criar espaços de debates e construção de conhecimentos que desvelem ações inovadoras dentro das universidades, com foco na identificação de adversidades da vida contemporânea, assim como na superação de obstáculos que imperam no cotidiano, a partir da criação de oportunidades criativas e inovadoras. O evento é direcionado para gestores acadêmicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação.

Atendimento e Comunicação

Todas as iniciativas internacionais são divulgadas através das cinco páginas "Intercâmbio" nos websites das instituições de ensino Ânima. São elas: www.usjt.br/intercambio, www.unimonte.br/intercambio, www.unibh.br/intercambio, www.una.br/intercambio e www.unisociesc.com.br/intercambio. Além de serem feitas campanhas específicas, desenvolvidas pelo setor de marketing, que buscam alavancar o *mindset* internacional das instituições. Para que a comunicação aconteça de forma eficaz e correta, são feitas reuniões periódicas com todos os setores que têm contato direto com os alunos. Esses setores são responsáveis por divulgar e orientar discentes e docentes interessados em participar das iniciativas internacionais.

O contato a respeito das iniciativas de internacionalização é feito através dos e-mails international@usjt.br, international@unibh.br, international@una.br e international@unisociesc.com.br. E os atendimentos presenciais acontecem através da Central de Atendimento ao Aluno, assim como a entrega de certificados e documentos relacionados a internacionalização.

A julgar pelas atividades desenvolvidas, acredita-se que avanços significativos foram alcançados na internacionalização das instituições de ensino pertencentes a Ânima Educação, assim como na estratégia internacional da empresa. A cultura de internacionalização, por meio do estímulo e envolvimento de todos na elaboração de projetos internacionais, vem influenciando e se destacando de forma crescente no cenário cooperativo.

Controle de Qualidade

Tendo como objetivo obter o reconhecimento por meio de práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, consideramos quatro pilares que controlam a qualidade do ensino por nós ofertado: o currículo, o nivelamento adaptativo – Adapti, as matrizes de referência dos cursos e seus processos de avaliação de aprendizagem e, a inovação acadêmica.

1. Currículo

Os Currículos Ânima são desenvolvidos por equipes de profissionais qualificados que atendem às exigências legais das diretrizes curriculares do MEC, com foco na inserção do profissional na área de formação e no desenvolvimento das competências necessárias ao século XXI.

Além de propor currículos enxutos, propostas sólidas de formação do perfil do Egresso e mais próximo das necessidades do mercado, o modelo traz uma eficiência operacional significativa, permitindo a maximização do número de alunos por sala de aula e a otimização da carga horária de nossos docentes, sem prejuízo à integralização das disciplinas, dos conteúdos curriculares exigidos e da carga horária total de cada curso. Assim, a qualidade acadêmica, a sustentabilidade financeira e a padronização de processos do Grupo vêm se consolidando. Atualmente, 100% dos cursos tem seus currículos padronizados, destes, 70% são compostos por disciplinas convergentes dentre as grandes áreas do conhecimento, e os outros 30% da matriz curricular representam a nossa flexibilidade acadêmica que respeita a regionalização, a identidade institucional e a perspectiva comercial dos cursos. Além da oferta convergente das disciplinas 20% EAD nos currículos.

7.9 - Outras Informações Relevantes

2. Nivelamento Adaptativo - Adapti

O programa Adapti, oferecido aos alunos ingressantes, tem o objetivo de nivelar o aprendizado a partir do desenvolvimento de conhecimentos relativos ao ENEM através de uma plataforma de atividade adaptativa individual, que propõe tarefas diferentes para cada aluno a partir dos índices de acerto e erro às tarefas de aprendizagem. O Programa Adapti propõe trilhas de acordo com as habilidades necessárias para que cada discente possa ter um melhor rendimento no curso escolhido. Com isso, é possível garantir acesso ao conteúdo que favoreça o sucesso acadêmico no curso universitário escolhido pelo aluno.

3. As Matrizes de Referência e os novos processos de controle de qualidade

Um bom dispositivo de avaliação deve estar a serviço de uma pedagogia diferenciada capaz de dar resposta aos interesses e dificuldades de cada aluno. Para tal, deve contribuir para o equilíbrio entre o desenvolvimento de habilidades/capacidades e a aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários ao exercício profissional, cidadão e ético.

A Matriz de Referência é constituída por um conjunto de descritores que mostram as habilidades que são esperadas dos alunos em diferentes etapas do curso. Assim, cada tópico ou tema de uma Matriz de Referência é constituído por elementos que descrevem as habilidades que serão avaliadas nos itens. Esses elementos são os Descritores. Essa metodologia de avaliação garante a qualidade dos itens de prova elaborados pelo corpo docente do Grupo que elevam, de forma homogênea, o nível de conhecimento dos alunos.

As matrizes são o principal referencial de competências, que, vinculadas ao componente curricular, trabalham as técnicas avaliativas que serão utilizadas para a sistematização das avaliações aplicadas aos alunos, de acordo com a escala de proficiência das competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas DCNs do MEC. Com avaliações referenciadas em competências é possível medir os níveis de aprendizagem, ao longo da formação do aluno, tornando possível assim um processo contínuo de controle de qualidade e ações corretivas ao longo da graduação.

As IES Ânima conduzem suas práticas avaliativas orientadas pela compreensão da avaliação como uma experiência de aprendizagem. Entendê-la dessa forma significa utilizá-la para oferecer feedback construtivo tanto para alunos quanto para professores, motivar os alunos a aprender, e diagnosticar seus pontos fortes e fracos, fornecendo-lhes meios para a obtenção de indicadores de seu progresso/desenvolvimento.

A proposta se torna tangível através de avaliações institucionais (integradora e global) que constituem em avaliações multidisciplinares que pretendem, de maneira sistêmica: diagnosticar as dificuldades e as possibilidades dos discentes; aprimorar e auxiliar o percurso das ações didático-pedagógicas em todas as etapas do processo; corrigir distorções, aperfeiçoando ações corretivas; indicar novas possibilidades corretivas e/ou modificar estratégias; e identificar necessidade de investimentos acadêmico-pedagógicos. Seus resultados oferecem, ainda, indicadores referentes aos discentes que servirão de subsídio para análise dos docentes, por curso, contribuindo para a melhoria constante da qualidade do ensino.

4. Inovação Acadêmica

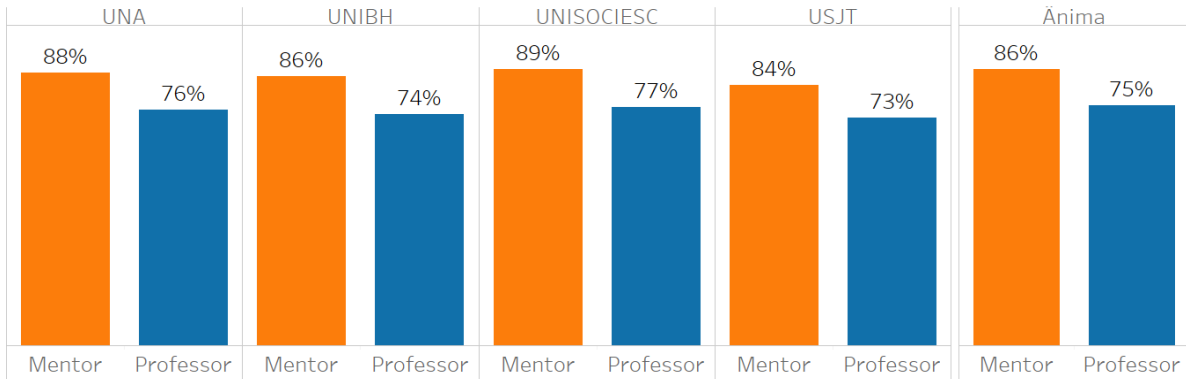
Na inovação acadêmica, destacamos o avanço do Projeto de Vida como importante elemento componente dos nossos currículos. Trata-se de um conjunto de ações pedagógicas que abordam conteúdos essenciais para o desenvolvimento do protagonismo social do contexto do século XXI, em diálogo com os desafios do mundo contemporâneo e com os propósitos de formação expressos no Projeto Acadêmico Ânima e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Nesse sentido, a qualidade acadêmica mais uma vez se consolida, na medida em que a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular o Projeto de Vida de cada um dos estudantes.

Para que o Projeto de Vida consiga endereçar a formação integral dos estudantes estruturou-se um complexo temático configurado por um conjunto de 7 (sete) temas capazes de captar dimensões significativas de determinados fenômenos extraídos da realidade e da prática social e profissional: **Identidade, Diversidade, Comunicação, Colaboração, Criatividade, Pensamento Crítico e Resolução de Problemas**. Esses itinerários foram organizados numa plataforma para proporcionar um ambiente virtual gamificado e multimídia de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal, social e profissional, assentado sob o princípio de que a experiência formativa deve ser personalizada e com elementos de motivação que garantam um espaço onde provocamos nossos alunos para uma reflexão sobre seus sonhos e objetivos de vida, além de trazer de forma efetiva o desenvolvimento de competências comportamentais, os chamados “*soft skills*”, para dentro dos currículos. Em 2019, 61,4 mil alunos (em 88 diferentes cursos) e 287 mentores já passaram por esta experiência.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Abaixo podemos ver a evolução dos resultados da avaliação institucional dos mentores responsáveis pelo desenvolvimento desta disciplina, Laboratório de Aprendizagem Integrada, em comparação aos demais professores:

LAI | Percepção dos Alunos Professores x Mentores



Fonte: #FALA_IES, Avaliação Institucional (2018)

Fonte: Avaliação Institucional, 2018-1 e 2018-2.

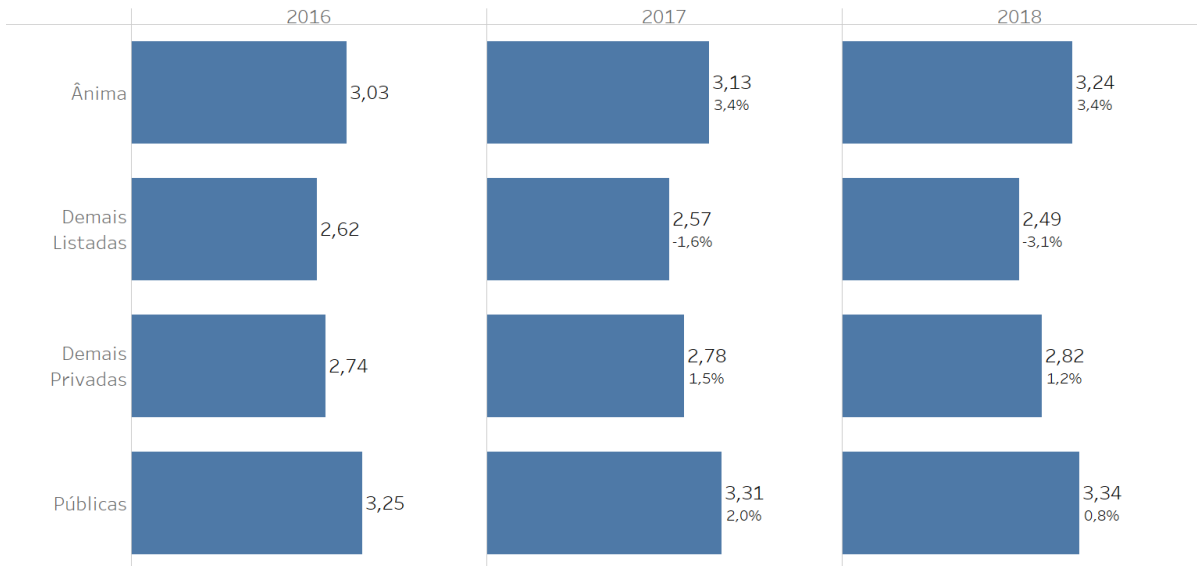
Um dos eixos fundamentais para inovação acadêmica é o docente. A Ânima em 2016 desenvolveu programas de capacitação docente e de mérito docente para consolidar os princípios acadêmicos que sustentam o nosso modelo.

Nossa próxima fronteira de desenvolvimento está na evolução de nossos cursos e campi para um uso cada vez mais intensivo de tecnologia e de metodologias ativas de aprendizagem, com foco no desenvolvimento de competências.

5. Os Indicadores Externos de Qualidade Acadêmica

Os resultados dos indicadores externos reforçam a efetividade do nosso modelo acadêmico, e nosso compromisso em manter foco na melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido aos nossos alunos.

Evolução do IGC ponderado por total de matrículas (2016-2018)



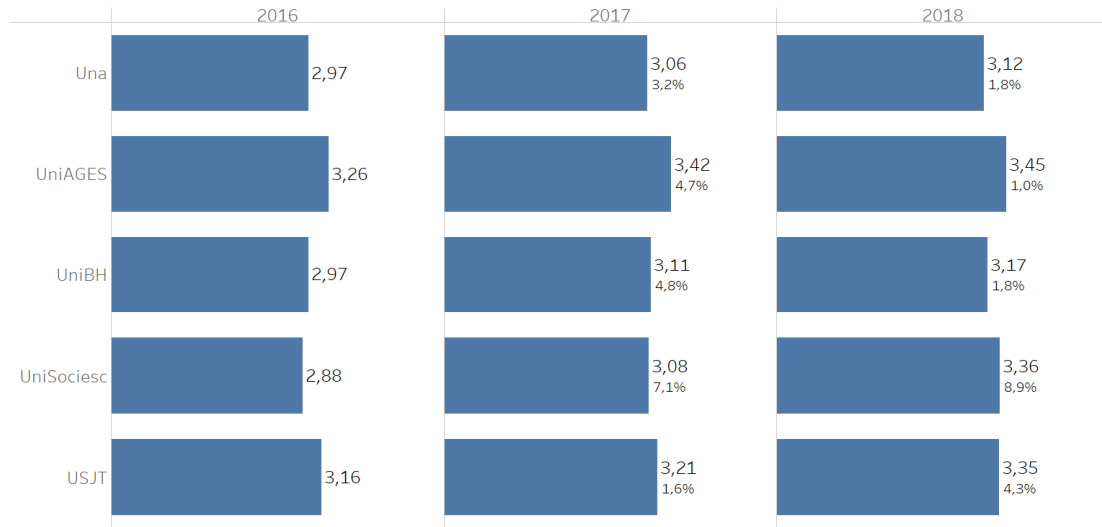
Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2018)

Ao analisarmos este último ciclo do IGC ponderado pelo número total de matrículas, a Ânima apresentou uma nota de 3,24 e um crescimento de 3,4% no triênio, ampliando ainda mais a distância em relação à média das IES Privadas (2,82) e alcançando o patamar das IES públicas (3,34).

7.9 - Outras Informações Relevantes

Neste ciclo de avaliação, comemoramos a consolidação e avanço consistente nos resultados do IGC em todas as nossas instituições. No gráfico abaixo, apresentamos a evolução do IGC das IES da Ânima.

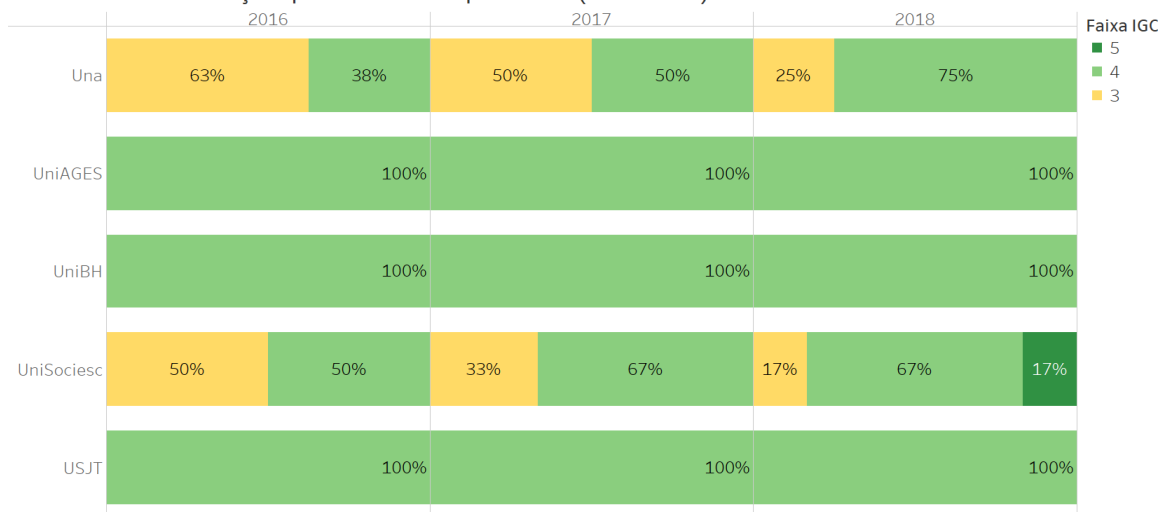
Evolução do IGC ponderado por total de matrículas (2016-2018)



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2018)

Destacamos, primeiramente, o resultado obtido nos dois últimos triênios que reafirmam o padrão conceito 4 do IGC em todas nossas marcas, segundo a ponderação por total de matrículas.

Percentual de Instituições por Faixa do IGC por Marca (2016-2018)



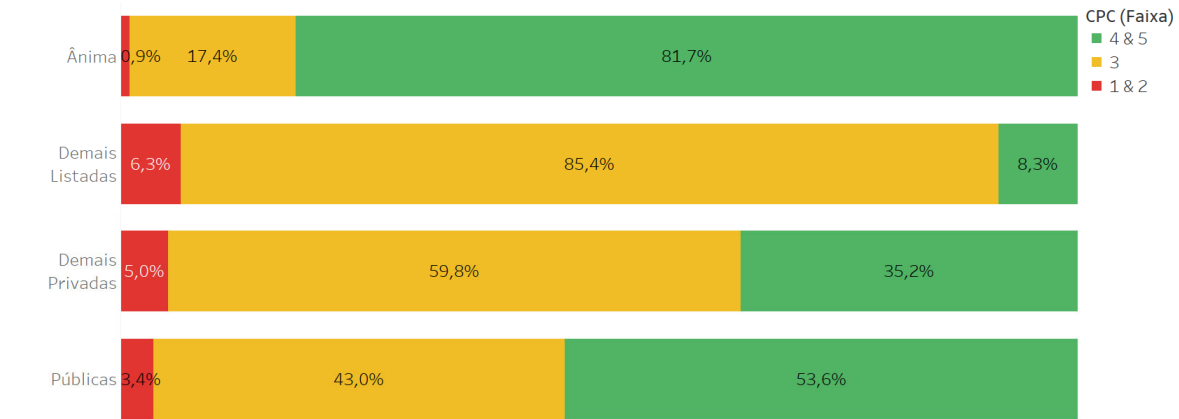
Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: IGC (2016-2018)

Os resultados da mostram uma evolução grande da Una e da UniSociosc, que levaram quase todas as IES ao patamar faixa 4. Resultado já obtido pela Una na região metropolitana de Belo Horizonte, bem como pelas IES das demais marcas. A UniSociosc também alcançou a faixa 5 com uma de suas instituições, patamar este alcançado por apenas 2% das instituições do país, tornando-se a mais bem avaliada no estado de SC.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O posicionamento diferenciado de qualidade da Ânima fica evidente ao olharmos a distribuição dos cursos nas três faixas em comparação com as demais IES no Brasil. Enquanto 82% dos CPC's dos nossos cursos estão nas faixas 4 e 5, nas IES Privadas este número é de apenas 28,5%. Neste ciclo apresentamos também um percentual bem acima das instituições públicas.

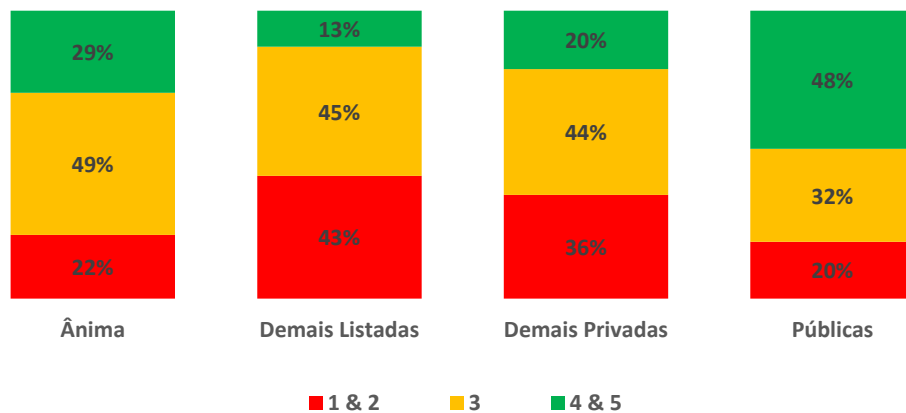
Percentual do total de matrículas por faixas CPC no Triênio 2016-2018



Fonte: Inep, Indicadores de Qualidade da Educação Superior - Resultados: CPC (2016-2018)

Um dos componentes do CPC é a avaliação ENADE. Esta avaliação comprova a qualidade da formação recebida pelo aluno nas IES do grupo, pois indica o domínio de conhecimentos necessários para o exercício de cada profissão.

Percentual de matrículas por conceito ENADE no triênio 2017-2019



Com relação ao ENADE, que mede o desempenho dos formandos do ensino superior através de uma prova padronizada, nossas IES apresentam maior proporção de alunos com conceitos superiores (4 e 5) do que as demais instituições privadas (listadas e não listadas), e menor percentual de alunos com conceitos 1 e 2.

6. Os Indicadores Internos de Qualidade Acadêmica

Outro importante balizador da qualidade dos serviços prestados pela Ânima é a avaliação interna ou auto-avaliação. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pelas CPAs – Comissões Própria de Avaliação, instituídas e atuantes em nosso Grupo desde a publicação da Lei do SINAES nº 10.861, de 14 de abril de 2004. São integradas por membros representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e tem como finalidade instruir e acompanhar processos avaliativos em nossas instituições de ensino superior. Além disso, estas CPAs são responsáveis por constituir importantes instrumentos de avaliação e ferramentas para o planejamento educacional, em busca da melhoria da qualidade da formação, da produção do conhecimento e da extensão. Essas ferramentas permitem, ainda, que sejam identificadas áreas problemáticas ou que requerem melhorias.

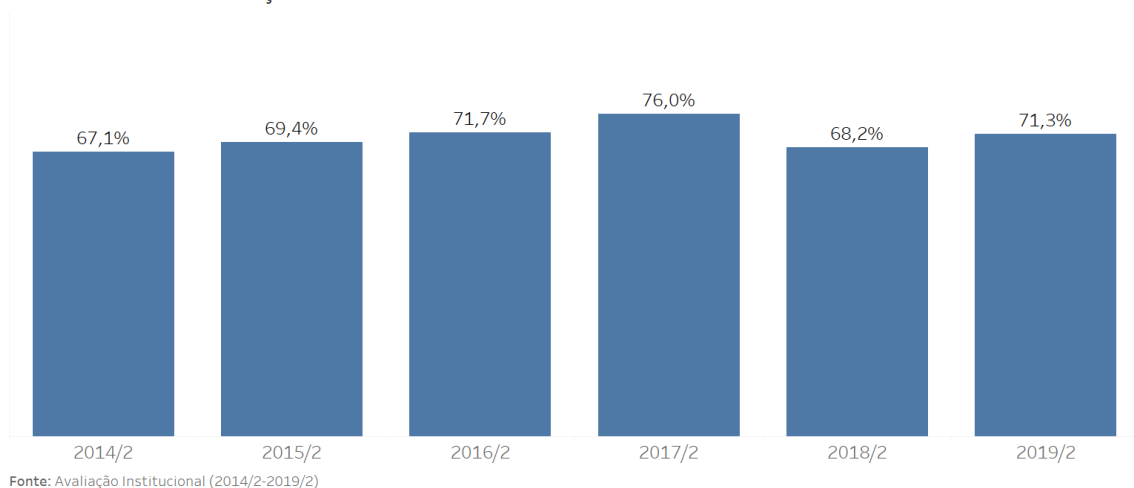
7.9 - Outras Informações Relevantes

O segundo momento, o da avaliação *in loco*, é aquele em que a auto avaliação é discutida por uma comissão externa, nomeada pelo INEP/MEC nos atos de autorização, reconhecimento e renovação reconhecimento de cursos, credenciamento e credenciamento de instituições. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação na medida em que discutem a visão que a Instituição tem de si mesma e apresentam recomendações para seu desenvolvimento. Deste processo surge outra métrica importante de avaliação da qualidade dos nossos cursos: o Conceito de Curso (CC). Em 2019, 100% dos cursos e IES do Grupo foram avaliados com conceito de curso maior ou igual a 3, dos quais 78% obtiveram conceitos 4 ou 5.

Além dos indicadores de qualidade do MEC, acompanhamos a evolução do índice de satisfação de nossos alunos através dos resultados de nossa pesquisa interna. Avaliamos três importantes dimensões de satisfação: curso, docentes e serviços ao aluno, que nos ajudam a entender e desenhar planos de ação internos para melhorar a qualidade dos nossos serviços.

A última pesquisa ocorreu entre julho e novembro de 2019 com a participação de aproximadamente 25 mil alunos ou cerca de 20% da nossa base total de alunos da graduação presencial. Destacamos um aumento no índice geral de satisfação dos alunos em relação às avaliações dos anos anteriores (+2,9 p.p vs 2018-2). Importante ressaltar que esse indicador já se apresenta num patamar bastante elevado, com 56,37% dos alunos respondentes nos avaliando com notas 8, 9 e 10 em escala de 1 a 10.

Índice Geral de Satisfação dos Alunos



7. A qualidade como elemento central

Os resultados são consequência de um projeto acadêmico sério, obcecado pela qualidade e que valoriza a sala de aula, o docente e sua relação com os alunos. O projeto vem sendo implantado e evolui, ano após ano, desde 2008, contando com um trabalho incansável de todas as nossas equipes.

A discussão de qualidade ainda deverá evoluir para a avaliação do que chamamos internamente Definição Proprietária de Qualidade, que incluirá não somente os indicadores do MEC, mas também métricas relacionadas à satisfação dos alunos e ao sucesso de nosso egresso (empregabilidade, renda etc.), possibilitando, ao final, aferirmos o tão sonhado "ROI" do estudante, cujos resultados traremos ao longo do ano de 2020. Entendemos que nossa responsabilidade vai para além de permitir que nosso aluno obtenha seu certificado de conclusão de ensino superior: engloba também – e principalmente – o modo como nossos estudantes estarão alocados no mercado de trabalho, ao longo de seu curso, quando da conclusão.

7.9 - Outras Informações Relevantes

8. Núcleo de Avaliação e Indicadores (NAVI)

Identificamos a importância dos dados na gestão de nosso negócio e criamos, em 2017, o Núcleo de Avaliação e Indicadores – NAVI. Com mais de um milhão de pessoas interagindo com vários pontos de dados todos os anos, o dever do Núcleo de Avaliação e Indicadores (Navi) da Ânima é garantir que aproveitemos ao máximo nossos dados. Por meio de uma ampla variedade de conjuntos de dados, públicos e institucionais, construímos soluções de big data para (i) fornecer informações relevantes em tempo real aos líderes de negócios por meio de nossa plataforma de Business Intelligence no nível da empresa e (ii) automatizar os processos de tomada de decisão com aprendizagem profunda e modelos econométricos. Nosso *data lake* reúne informações dos alunos antes e depois da graduação, marcações de alimentação, preços, retenção e modelos acadêmicos.

Atualmente, novos modelos estão sendo desenvolvidos para permitir uma experiência de aprendizado melhor e mais personalizada, como: aprendizado adaptável, *feedback* instantâneo do exame, avaliação pelo corpo docente, entre outros.

1. Modelo de Gestão

A partir de 2014 a Ânima instituiu uma área para a inovação, a quem coube estabelecer eixos prioritários, que guiassem os processos de implementar a cultura de inovação, assentada em novos paradigmas identitários, de organização e de gestão.

Para a Ânima, a inovação e o alinhamento com a dinâmica e transformações, que afetam a educação para o século 21, fortalecem e ampliam o alcance de nossa missão, visão e valores institucionais. Em termos curriculares, a estruturação dos eixos de inovação e dos projetos estão alinhados com a perspectiva acadêmica de aprendizagem baseada na competência, potencializada pelo modelo *blended learning* (ensino híbrido). A aprendizagem baseada em competências assume que o aluno deve tanto desenvolver capacidades relacionadas ao saber de base cognitiva, isto é, do domínio do construir, articular e aplicar conhecimentos, quanto ao saber de base socioemocional, isto é, do domínio do ser e do conviver, cabendo ao ensino híbrido ampliar as possibilidades de construção e de aquisição desses saberes, por meio da integração do ensino presencial ao ensino online, que tanto pode ocorrer simultaneamente em sala de aula, como recurso didático para o professor, quanto como ferramenta de suporte e de apoio ao presencial, em espaços distintos da sala de aula.

Assumir essa perspectiva significa construir, no contexto da gestão, um modelo de ensino híbrido adequado às IES Ânima, que se paute pela abordagem pedagógica estabelecida nas diretrizes institucionais do Projeto Acadêmico, provendo, para sua implementação, os insumos tecnológicos e de gestão de pessoas necessários, bem como a definição clara dos papéis dos estudantes, dos professores, da tecnologia digital e das equipes de apoio. Dessa forma, como o foco está na aprendizagem baseada em competências, torna-se possível organizar o planejamento de experiências de aprendizagem que combinem atividades presenciais e de ensino online que atendam aos alunos de maneira personalizada.

Quando a Ânima se propõe a incorporar ao Design Curricular o Projeto de Vida de cada um dos estudantes, dá um passo decisivo na direção desse ensino personalizado não só do ponto de vista da inovação acadêmica, mas também do ponto de vista da inovação de sua imagem mercadológica. Ao se sustentar essa diferenciação individualizada no percurso formativo, cria-se um estreitamento entre a Marca das IES e os alunos que nelas estudam, ou que venham a estudar, permitindo, em escala, a construção de nova relação com o público real e potencial.

Para dar sustentação a essa proposta de personalização de relacionamento, uma nova lógica mercadológica também passa a ser construída. Com apoio das novas tecnologias, o foco das atividades de atendimento aos discentes, antes centrado nos agentes que proviam os serviços, volta-se para os usuários, apostando no desenvolvimento da autonomia deles para realizar as atividades corriqueiras e protocolares da vida institucional e acadêmica, por meio dos pontos de autoatendimento e de outras facilidades virtuais para gerenciar processos, que antes dependiam exclusivamente do atendimento presencial.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Além disso, novas e amplas interações e relacionamentos internos, envolvendo escola-aluno-docente, precisarão ser implementadas, o que significa repensar os processos de recrutamento e de seleção, promover estímulo à inovação e a programas de valorização e de capacitação para colaboradores e docentes. Em outras palavras, significa implementar uma gestão totalmente focada no ser humano (Human-centered), em que processos, papéis e responsabilidades são redefinidos de modo a fazer com que os humanos atuem da melhor forma para gerar melhores interações com outros seres humanos. Nesse sentido, o foco do novo modelo de gestão institucional não estaria no estudante, ou no professor, ou nos demais colaboradores. O foco estaria nos processos de gestão guiados pela melhoria das relações humanas em seu todo, para que o resultado dessas ações reflita na melhor qualidade do aprendizado.

Assim, ao se otimizar os processos de negócios, focar no *design* centrado no ser humano, construindo profunda empatia com as pessoas que estão envolvidas, o que se obtém é o engajamento e mobilização de professores e colaboradores, como agentes de mudança. O novo modelo de gestão, no âmbito da Universidade como um Ecossistema, traduz-se, assim, na capacidade de conectar e interconectar esses agentes, dentro e fora dela, com o objetivo de promover a troca, empoderá-los com conhecimentos e ferramentas para o processo da transformação, inspirando-os para a ação de gerir, com eficiência, os recursos físicos e financeiros disponíveis, em prol de implementar a cultura de inovação nos respectivos espaços de atuação.

Vantagens Competitivas

Oferecer um ensino de alta qualidade e uma formação superior, em todos os níveis.

Entendemos que o nosso projeto acadêmico valoriza o desenvolvimento da autonomia de nossos estudantes, através de uma formação ampla do profissional, do indivíduo e do cidadão, buscando garantir que nossos alunos tenham acesso a um ensino de qualidade. De acordo com estudos da Hoper, 65,0% dos motivos analisados pelos alunos no processo de escolha da instituição de ensino superior estão relacionados à qualidade¹, enquanto que apenas 16,0% tem relação à localização das instituições.

Por meio de metodologia própria, nosso currículo traz uma abordagem modular e interdisciplinar, permitindo ao estudante conectar-se com as diferentes disciplinas de cada curso, agregando valor ao seu processo de aprendizado. Isto vai muito além da padronização de currículos, calcada na visão anacrônica, adotada por diversas instituições de ensino no Brasil, de simples repasse de conteúdo.

Nossos alunos são incentivados a realizar o seu projeto de vida, ainda dentro da faculdade. Por isso, eles recebem o acompanhamento de consultores, que orientam a vida acadêmica de cada um deles e indicam os melhores caminhos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

A disciplina Projeto de Vida, também incorporada à grade curricular, incentiva o pensamento empreendedor dos alunos e abre um leque de possibilidades para que eles possam planejar a carreira que mais combina com o seu perfil profissional.

Reconhecendo que, com o advento da tecnologia, o acesso a conteúdo está praticamente universalizado, nosso foco está no desenvolvimento de competências perenes que permitam maior autonomia e uma atuação mais abrangente dos estudantes no exercício de suas profissões.

A preparação dos nossos professores reforça a nossa capacidade em proporcionar um ensino superior de alta qualidade, sendo que 85,9% do nosso corpo docente possui titulação em mestrado ou doutorado.

¹ Foram considerados como motivos relacionados à qualidade os seguintes itens do estudo da Hoper (Análise Setorial da Educação Privada 2018, 11ª edição): qualidade, reconhecimento de mercado, recomendação de amigos, tradição e reconhecimento da marca, resultados no Enade e infraestrutura.

¹ Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

<https://www.fn.de.gov.br/index.php/financiamento/fiesgraduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>

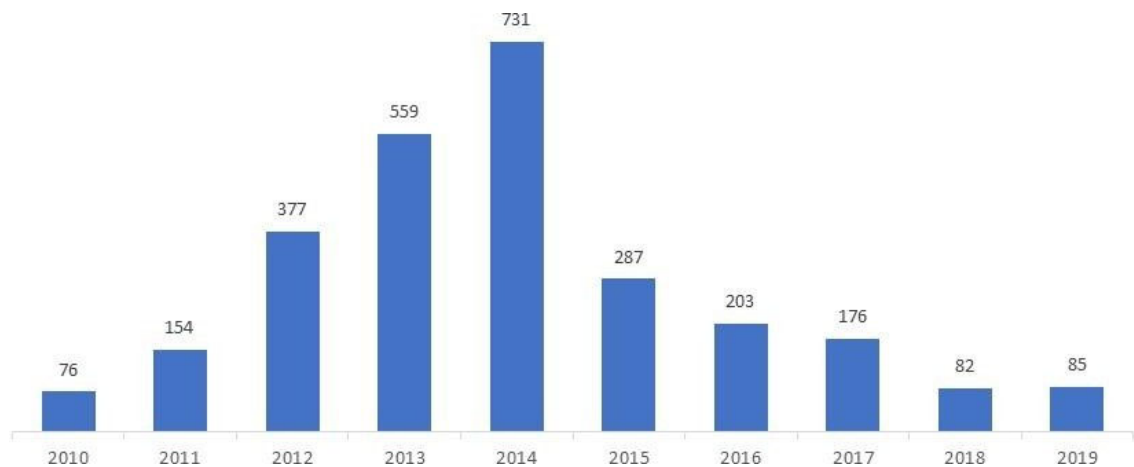
7.9 - Outras Informações Relevantes

Modelo de negócios diferenciado que nos permite um posicionamento privilegiado para aproveitar o potencial de crescimento do setor de educação brasileiro.

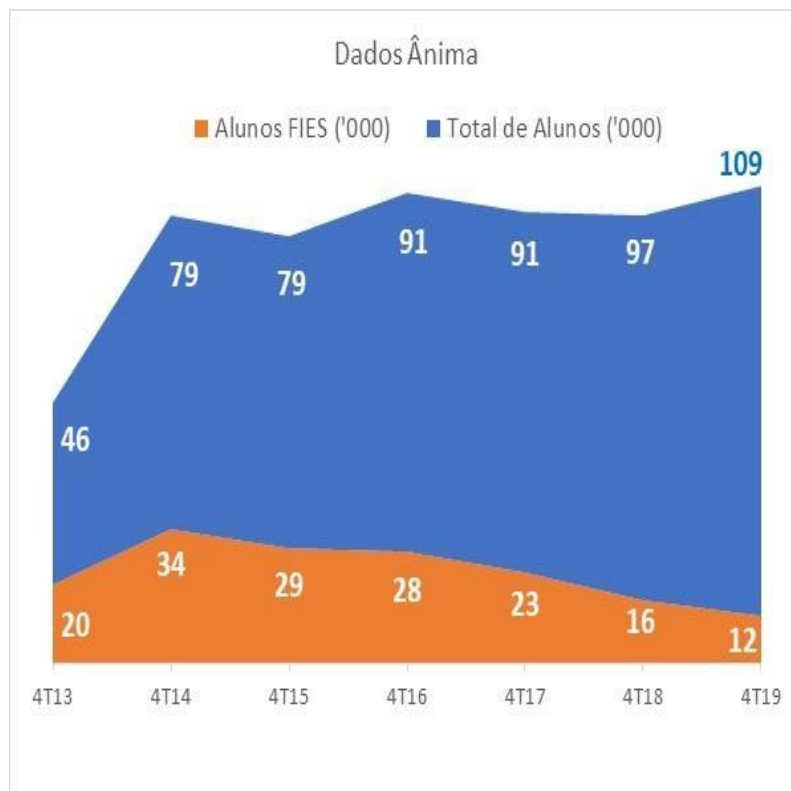
Nosso modelo de negócios é capaz de proporcionar um alto padrão de qualidade acadêmica, aliado a uma forte cultura empresarial. Isso nos leva a resultados positivos e sustentáveis ao longo do tempo. Além disso, acreditamos que existe uma demanda crescente (pelo MEC, pelo mercado de trabalho e também pelos estudantes) por mais qualidade no setor de educação no Brasil, o que nos coloca em uma posição diferenciada se comparados a outros grupos educacionais privados.

Essa tendência vem sendo confirmada, na medida em que mesmo com a redução relevante do volume de estudantes que utilizam financiamento estudantil (de 733 mil contratantes em 2015 para 85 mil em 2019), nossa base de alunos continua crescendo, especialmente com alunos não financiados.

FIES - Financiamentos Concedidos (000s)



Fonte: Portal Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)



7.9 - Outras Informações Relevantes

Desta forma, acreditamos possuir uma vantagem competitiva em relação aos nossos concorrentes que operam no setor privado por estarmos prontos para acompanhar o crescimento do setor de educação superior, capturando, com isso, mais valor para nossos acionistas.

Tradição e qualidade. É assim que nossas marcas são vistas e reconhecidas no mercado.

Acreditamos que as marcas de educação no Brasil são essencialmente locais/regionais, salvo exceções normalmente restritas às instituições generalistas de massa ou de nicho, com atuação em uma ou poucas áreas de ensino. Una, UniBH, Unimonte, São Judas e SOCIESC são marcas tradicionais, algumas com mais de 50 anos de história nas regiões em que atuam.

Essa capacidade de criar identidades próprias nos permite, por exemplo, gerenciar duas instituições de ensino na mesma cidade (Una e UniBH), de forma bastante sinérgica, atraindo estudantes com diferentes perfis e ampliando a participação de mercado de ambas as instituições, simultaneamente.

Buscamos um posicionamento independente e único de nossas marcas, introduzindo elementos modernos e inovadores do Ecossistema Ânima, que faz a sala de aula ser um ambiente de grande transformação, onde os alunos são estimulados a se tornarem profissionais independentes, dotados de autoestima e conhecimento para transformar o mundo a sua volta.

Desta forma, a marca Ânima funciona como uma importante amálgama, principalmente para o mundo corporativo, fortalecendo o conceito de rede, absorvendo e transferindo credibilidade para as nossas instituições de ensino.

No início de 2013, agregamos ao nosso portfólio mais uma marca tradicional, a HSM, com mais de 25 anos de atuação na organização de eventos de gestão empresarial e forte presença no meio corporativo. Com uma atuação focada na área de educação em negócios e gestão, vemos na HSM o potencial de tornar-se uma marca referência nesse nicho de mercado, com alcance nacional. Isso não só potencializa a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas, como também nos permite ganhar escala por meio de sinergias entre nossa rede.

Acreditamos que nossa reputação e posicionamento no mercado contribuíram decisivamente para o sucesso das aquisições que fizemos nos últimos anos, bem como para a integração das instituições adquiridas, e que serão fundamentais em nossa estratégia de crescimento futuro.

Com o setor de educação ainda bastante pulverizado e com várias marcas regionais fortes, acreditamos que a estratégia de preservação das marcas adquiridas potencializa os benefícios decorrentes da reputação regional destas marcas e do reconhecimento dos princípios e valores do nosso modelo de negócios, uma vez integradas à nossa rede.

Valorizamos o que mais importa em uma organização: as pessoas.

Acreditamos que nosso crescimento está diretamente vinculado às pessoas com as quais nos relacionamos, uma vez que o sucesso de uma instituição depende do desenvolvimento de uma cultura organizacional própria e autêntica, baseada em princípios e valores praticados no dia a dia. Desta forma, incentivamos o desenvolvimento de nossos colaboradores e professores por meio de iniciativas específicas para cada um dos públicos.

Criamos programas permanentes de desenvolvimento para lideranças, sendo o primeiro, "Líderes Inspiradores Ânima", que reúne 74 colaboradores em cargos de executivos e de gestão. Esse grupo atua como propagador de nossa cultura para cerca de 8.300 colaboradores e professores, e ainda contribui para a formação de um grupo de potenciais gestores para ocupar novas posições dentro do grupo. O parceiro principal para este programa é a HSM, Educação Executiva, que proporciona acesso aos eventos, plataforma digital e revista HSM.

Para as lideranças intermediárias do Grupo Ânima, foi estruturada uma trilha de desenvolvimento atendendo aos GAPs apresentados na avaliação de desempenho. Com módulos dinâmicos e conectados aos atuais desafios do negócio as ações de desenvolvimento têm como objetivo o desenvolvimento técnico e comportamental deste público.

Para os líderes acadêmicos, especificamente nossos coordenadores de cursos, estruturamos o Programa de Capacitação de Gestores Acadêmicos (PDGA), ferramenta essencial para o desenvolvimento de futuros líderes, capazes de conciliar princípios acadêmicos com uma dinâmica empresarial, contemplando módulos ligados a pessoas, marketing, financeiro e acadêmico.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Os demais colaboradores, criamos programas específicos, compostos por trilhas presenciais e à distância (Ulife), de treinamento, visando o contínuo aprimoramento, tanto de habilidades técnicas específicas para o nosso setor quanto de habilidades comportamentais, como trabalho em equipe, inovação, relacionamento e comunicação.

Estes programas são ofertados na escola de desenvolvimento organizacional do Grupo Ânima (Ws2) que tem como pilar a formação dos nossos colaboradores como seres humanos integrais, ou seja, formamos os nossos colaboradores para serem melhores cidadãos, profissionais e seres humanos.

Finalmente, mantemos um programa de formação continuada nosso corpo docente por meio de um programa denominado Sala Mais, focado no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para a prática docente, tendo como ponto central a promoção da aprendizagem dos estudantes. Esse programa é eixo estruturante do currículo da Ânima, o Ecossistema Ânima de Aprendizagem (E2A). O programa inclui conteúdos à distância, oficinas presenciais e o Simpósio dos Professores, que acontecem no início de cada semestre.

Além destas ações, no decorrer do semestre outras oportunidades de desenvolvimento são disponibilizadas. Outro destaque é a presença das instituições Ânima, em rankings, locais e nacionais do GPTW, *Great Place to Work Institute*®, pesquisa que sinaliza as Melhores Empresas para se trabalhar.

Acreditamos na integração destes aspectos, pessoas, qualidade, reputação, imagem, eficiência e de outros elementos de gestão como força propulsora da educação como eixo transformador, das vidas de nossos alunos, comunidades e finalmente, contribuindo para a transformação do nosso país.

Não paramos de crescer: forte perfil de rentabilidade no mercado.

Entendemos que nossas operações possuem grande rentabilidade e relevante retorno sobre o capital investido. Além disso, ao adquirirmos uma instituição, buscamos maximizar sinergias e eficiência operacionais e, consequentemente, traduzir essas ações em aumento da rentabilidade de suas operações. Acreditamos que a nossa proposta de valor diferenciada e a sólida reputação de nossas marcas nos permitem praticar mensalidades superiores à média de mercado, que se traduzem em um EBITDA por estudante também maior do que as demais companhias abertas do setor de educação, que têm foco no ensino padronizado, nos permitindo continuar com crescimento consistente e realizando investimentos em qualidade.

Administração experiente, focada em resultados e apoiada por um parceiro estratégico renomado.

Nossa Administração é composta por um time de gestão alinhado, com mais de 10 anos de trabalho em equipe e profundo conhecimento e experiência no setor de educação. A maioria de nossos executivos, incluindo os fundadores de nossa Companhia, faz parte também do bloco de controle, reforçando o alinhamento de interesses entre os acionistas e o nosso time de gestão.

O nosso time de gestão vem construindo um histórico de sucesso e de crescimento, tanto orgânico como por meio de aquisições. Destacamos, ainda, a presença do Dr. Ozires Silva, fundador da Embraer, ex-presidente da Petrobras e ex-ministro da infraestrutura, como presidente de nosso Conselho Estratégico e Reitor da Unimonte. Procuramos garantir o alinhamento dos nossos interesses com os de nossos gestores e administradores por meio de uma estrutura de remuneração variável atrelada aos resultados alcançados.

Nossa Estratégia de Expansão

Nossa estratégia de M&A se divide em três pilares principais:

1. **Marcas âncora:** pretendemos continuar crescendo a nossa base de alunos através de aquisições de marcas fortes (Exemplo: São Judas, Sociesc e Ages)
2. **Expansão Orgânica (Q2A):** pretendemos promover a expansão de nossas unidades em regiões estratégicas, com demanda por ensino superior de qualidade (Exemplo: Jangada, Politecnica Uberlândia, FAGED e Alis)
3. **Fortalecimento da Vertical de saúde**

7.9 - Outras Informações Relevantes

Parte da nossa estratégia de crescimento está fundamentada em fusões e aquisições junto a outras instituições de ensino. Buscamos identificar ativos capazes de agregar valor e competitividade ao nosso grupo e que, ao mesmo tempo, possam fazer uso de nossa tecnologia curricular, de nossos processos centralizados e de nossas estruturas corporativas. Para isso, temos um rigoroso processo de seleção para possíveis aquisições, incluindo instâncias formais como o Comitê de M&A, além do Conselho de Administração.

Nossa análise considera duas grandes vertentes: (i) a atratividade do mercado e seu ambiente competitivo, avaliada por meio de análises qualitativas e quantitativas que comparam diversos aspectos sociais, demográficos e mercadológicos; e (ii) a atratividade da instituição, avaliada com base em critérios como sua força institucional, riscos e potencialidades em relação a: (a) marca, (b) equipe / capital humano, (c) gestão e potenciais sinergias, (d) aderência ao nosso posicionamento, valores, princípios e cultura organizacional e (e) performance financeira e operacional.

Acreditamos no ensino acadêmico de qualidade superior, na preservação de marcas locais de sólida reputação, na valorização das pessoas e em um modelo acadêmico rigoroso, dinâmico, atual e flexível, sendo estas características-chave para a educação sustentável no longo prazo.

A Ânima tem a responsabilidade de preservar grandes legados com o propósito de seguir oferecendo uma educação verdadeiramente transformadora aos jovens de cada região onde estamos presentes

Criação de um programa diferenciado de Ensino a Distância. O segmento de Ensino a Distância apresenta relevante potencial de mercado, principalmente em razão dos valores mais atraentes de mensalidade, do maior alcance geográfico (devido à redução na necessidade de deslocamento do estudante) e da alta taxa de crescimento histórico. Em julho de 2014 obtivemos junto ao MEC o credenciamento do nosso programa de Ensino a Distância, com nota máxima nas três dimensões avaliadas, quais sejam credenciamento institucional, autorização do curso e avaliação dos polos. Acreditamos que o ensino a distância caminhe cada vez mais para um modelo híbrido que seja capaz de conciliar a maior conveniência e capilaridade, próprias do EAD, com um a interação presencial. Nos propomos a ser um impulsionador desta modalidade de ensino, mantendo sempre nosso posicionamento de alta qualidade. A Administração da Companhia tomou medidas de continuidade de suas atividades frente a pandemia da COVID-19, mantendo as aulas para seus quase 140 mil alunos (que já inclui os alunos da co-gestão com a Unisul), mantendo os postos de trabalho de home office a todo o corpo administrativo e medidas de proteção ao caixa, tudo isto para proteger e manter a continuidade das atividades da empresa.

Aproveitamento de oportunidades de consolidação do setor. Parte da nossa estratégia de crescimento está fundamentada em fusões e aquisições junto a outras instituições de ensino. Buscamos identificar ativos capazes de agregar valor e competitividade ao nosso grupo e que, ao mesmo tempo, possam fazer uso de nossa tecnologia curricular, de nossos processos centralizados e de nossas estruturas corporativas. Para isso, temos um rigoroso processo de seleção para possíveis aquisições, incluindo instâncias formais como o Comitê de M&A, além do Conselho de Administração.

Nossa análise considera duas grandes vertentes: (i) a atratividade do mercado e seu ambiente competitivo, avaliada por meio de análises qualitativas e quantitativas que comparam diversos aspectos sociais, demográficos e mercadológicos; e (ii) a atratividade da instituição, avaliada com base em critérios como sua força institucional, riscos e potencialidades em relação a: (a) marca, (b) equipe / capital humano, (c) gestão e potenciais sinergias, (d) aderência ao nosso posicionamento, valores, princípios e cultura organizacional e (e) performance financeira e operacional.

Nosso CSC, ferramenta desenvolvida para nos proporcionar uma plataforma administrativa, financeira e acadêmica integrada mais eficiente, capaz de catalisar as melhores práticas de cada uma de nossas instituições e o padrão de qualidade oferecido em todas as nossas unidades, nos permite fazer com que a integração de novas instituições e unidades de negócio se torne mais ágil e eficaz, possibilitando a redução de custos incrementais e gerando relevantes ganhos de escala. Acreditamos que esses fatores nos permitem integrar aquisições de maneira rápida, eficiente e rentável.

Ampliação de nosso mercado de atuação mediante uso das verticais do conhecimento. As verticais do conhecimento são unidades de negócio com marcas reconhecidas nacionalmente por sua expertise em determinadas áreas do saber capazes de potencializar as operações locais por meio de uma chancela às marcas locais (*co-branding*) e desenvolvimento de novos produtos e serviços escalonáveis por meio da nossa rede.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Mais que uma frente de expansão, acreditamos que as verticais do conhecimento poderão representar um importante diferencial competitivo para nós. Essa estratégia já tem sido implementada com relação à HSM. Essa unidade de negócios, adquirida em março de 2013, cumpre objetivos estratégicos múltiplos, uma vez que alavanca nossa atuação no segmento de educação corporativa, ao mesmo tempo em que funciona como um vetor de gestão dentro da nossa rede.

Continuando a estratégia de ampliação do portfólio de marcas verticais de conhecimento, em março de 2016, anunciamos a formação de uma sociedade em joint venture com o tradicional grupo Le Cordon Bleu, através do qual a Ânima e o grupo Le Cordon Bleu detêm participação de 50% cada, em uma sociedade constituída sob a denominação "Le Cordon Bleu Ânima Educação Ltda." ("LCB Ânima"). A LCB Ânima, que iniciou suas atividades no fim do primeiro semestre de 2018, conta com a combinação das experiências, conhecimentos e know-how de suas sócias desenvolvendo e operando cursos pós-graduação e extensão em gastronomia, hospitalidade e afins.

Em julho de 2016 lançamos a EBRADI - Escola Brasileira de Direito passando a atuar no mercado de cursos à distância na área jurídica, incluindo cursos de pós-graduação, preparatórios para a OAB e extensão. Reunimos um renomado e conceituado time de profissionais do Direito formado por advogados, professores e pesquisadores, comprometidos em produzir conteúdo atualizado do Direito, seja para aprimorar o aprendizado dos alunos, seja para oferecer nova dimensão de atuação aos profissionais da área.

8.1 - Negócios Extraordinários

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadrem como operação normal nos nossos negócios, nem alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios e nem contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas com terceiros, não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais, salvo aqueles mencionados no item 15.7 do presente Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, não possuíamos contratos relevantes celebrados entre nós e nossas controladas, que não sejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 8 foram descritas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

O nosso ativo imobilizado é composto por terrenos, móveis e utensílios, acervos de biblioteca, instalações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, refletindo principalmente a operação dos campi.

Abaixo tabela resumo da abertura do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Composição do Ativo Imobilizado em R\$ mil	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos	28.416	28.396	28.396	28.396
Edificações	39.332	40.467	43.640	42.655
Benfeitorias em imóveis de terceiros	147.714	143.103	101.593	73.627
Máquinas e equipamentos	30.195	31.246	28.181	23.973
Móveis e utensílios	32.495	32.405	23.239	17.677
Computadores e periféricos	18.063	17.760	15.290	12.570
Biblioteca e videoteca	19.380	23.165	19.959	20.250
Imobilizado em andamento	5.900	6.590	16.363	10.217
Outros	51.317	43.955	25.162	16.754
Total imobilizado	372.812	367.087	301.823	246.119
Direito de uso (imóveis)	604.232	531.538	—	—
Total imobilizado e direito de uso (imóveis)	977.044	898.625	301.823	246.119

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Móveis e Utensílios	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	Santos	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Audiovisual	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Equipamentos de Audiovisual	Brasil	SP	Santos	Própria
Terrenos PGP	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Imóveis PGP	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em Imóveis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SC	Joinville	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SC	Joinville	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SC	Joinville	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em imóveis	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Biblioteca e Videoteca	Brasil	SP	Santos	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	Santos	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SP	Santos	Própria
Benfeitorias em imóveis	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Terrenos Unimonte	Brasil	SP	Santos	Própria
Imóveis Unimonte	Brasil	SP	Santos	Própria
Benfeitorias em imóveis	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Benfeitorias em imóveis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Biblioteca e Videoteca	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Biblioteca e Videoteca	Brasil	SP	Santos	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	Santos	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Computadores e Periféricos	Brasil	SP	Santos	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em razão da limitação de caracteres do sistema Empresa.Net, as informações referentes ao quadro 9.1 (b) foram prestadas no item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Ages Empreendimentos Educacionais Ltda.	03.732.265/0001-72	-	Controlada	Brasil	BA	Paripiranga	A sociedade tem por objeto social manter estabelecimento particular de educação básica do segundo grau, graduação e pós-graduação, promovendo o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura, coerentes com os objetivos que venham a ser estabelecidos com ênfase na criação e funcionamento da faculdade e de outros de diferentes níveis que venha a manter.	100,000000
30/09/2020	13,345746	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	54.918.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								
Brasil Educação S.A.	05.648.257/0001-78	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Administração de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de pesquisa, consultorias e assessorias às empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo a cultura.	100,000000
30/09/2020	24,271205	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	-4,407808	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	552.301.000,00		
31/12/2018	-3,131342	0,000000	36.686.000,00					
31/12/2017	-0,987129	0,000000	56.893.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
CESG – Centro de Educação Superior de Guanambi S/A	04.097.860/0001-46	-	Controlada	Brasil	BA	Guanambi	O objeto é a educação superior - graduação e pós graduação; educação profissional de nível técnico; educação profissional de nível tecnológico; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; pesquisa de mercado e de opinião pública.	55,000000
30/09/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	4.754.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								
CESG – Centro de Educação Superior de Guanambi S/A	04.097.860/0001-46	-	Controlada	Brasil	MG	Vespasiano	O objeto é assessorar, organizar, manter e desenvolver a educação e a instituição , nos diversos níveis de ensino;	73,759000
30/09/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	4.644.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
CESUC Educação Ltda	01.067.420/0001-58	-	Controlada	Brasil	GO	Catalão	A sociedade tem por objeto social promover atividades educacionais e culturais, diretamente, sobretudo, através da manutenção de entidades de ensino ou por meio de contratos com terceiros, tendo em vista a promoção do ensino superior ou outros níveis escolares, de acordo com a legislação aplicada em cada caso, podendo, também, dedicar-se a outras atividades culturais e treinamento de qualquer nível e grau, pesquisas e assessorias especiais e aperfeiçoamento profissional, diretamente ou através de convênio e colaboração com terceiros em geral.	100,000000
30/09/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	-96,742671	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	10.000,00		
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A CESUC Educação Ltda é nossa controlada indireta por meio da Brasil Educação S.A., que detém 99,99% de participação. A Ânima Holding S/A é sócia da CESUC Ltda com 00,01%. A aquisição da CESUC se deu em agosto de 2018 e a manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão.								
FACEB Educação Ltda.	03.099.921/0001-41	-	Controlada	Brasil	MG	Bom Despacho	A sociedade tem por objeto social promover atividades educacionais e culturais, diretamente, sobretudo através da manutenção de entidades de ensino ou por meio de contratos com terceiros, tendo em vista a promoção do ensino superior ou outros níveis escolares, de acordo com a legislação aplicada em cada caso, podendo, também, dedicar-se a outras atividades culturais e treinamento de qualquer nível e grau, pesquisas, assessorias especiais e aperfeiçoamento profissional, diretamente ou através de convênio e colaboração com terceiros em geral.	100,000000
30/09/2020	22,426113	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	23,417381	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	36.494.000,00		
31/12/2018	24,187036	0,000000	0,00					
31/12/2017	42,095061	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A FACEB Educação Ltda é nossa controlada indireta por meio da PGP – Posse Gestão Patrimonial S/A, que detêm 99,99% de participação, e desenvolve atividades relacionadas a educação superior. A Ânima Holding S/A é sócia da FACEB Ltda com 00,01%. A aquisição e a manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão, notadamente no interior de Minas Gerais.

HSM do Brasil S/A	01.619.385/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Edição e impressão de livros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.	100,000000
30/09/2020	-40,031703	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	-5,619623	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	36.318.000,00		
31/12/2018	-0,963082	0,000000	0,00					
31/12/2017	153,479911	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A BR Educação Executiva S/A, que detinha 100% da participação da HSM do Brasil S/A, foi cindida em 01 de novembro de 2017. Em razão disso, a HSM do Brasil S/A passou a ser controlada direta da Ânima Holding S/A. A HSM do Brasil S/A desenvolve atividades ligadas à edição, impressão de livros e realização de congressos, exposições e feiras.

IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A.	08.446.503/0001-05	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio e superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação; a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais; a prestação de serviços de assessoramento a empresas, consultoria e gestão a empresas; e realizar atividades acadêmicas e pedagógicas com atendimento à comunidade, nas áreas de nutrição, psicologia, medicina, farmácia, cosmetologia, enfermagem, fisioterapia e veterinária.	100,000000
30/09/2020	62,274876	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	2,028880	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	167.862.000,00		
31/12/2018	0,536467	0,000000	82.847.000,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	3,237001	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Essa controlada foi adquirida em alinhamento às nossas expectativas de expansão.

Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda	18.487.854/0001-00	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	O objeto é participações em outras empresas, com capitais próprios e a administração de empresas, negócios de bens próprios	100,000000
30/09/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	17.443.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.

Insegnare Educacional S/A	35.822.594/0001-09	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	O objeto é a administração de atividade de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias à empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.	100,000000
30/09/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	56.876.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Instituto de Educação e Cultura Unimonte S/A	44.952.711/0001-31	-	Controlada	Brasil	SP	Santos	A Companhia tem por objeto a administração de atividade de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias à empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura. A companhia poderá realizar, além disso, atividades acadêmicas e pedagógicas com atendimento à comunidade, nas áreas de nutrição, psicologia, medicina, farmácia, cosmetologia, enfermagem, fisioterapia e veterinária.	100,000000
30/09/2020	-18,873179	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	20,213748	0,000000	2.934,00	Valor contábil	30/09/2020	45.444.000,00		
31/12/2018	7,601894	0,000000	0,00					
31/12/2017	7,603429	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Essa controlada foi adquirida em alinhamento às nossas expectativas de expansão.								
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda.	76.534.924/0001-30	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	A sociedade tem por objeto social manter estabelecimento particular de educação básica do segundo grau, graduação e pós-graduação, promovendo o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura, coerentes com os objetivos que venham a ser estabelecidos com ênfase na criação e funcionamento da faculdade e de outros de diferentes níveis que venha a manter.	100,000000
30/09/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	3.805.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.

Instituto Politécnico de Ensino Ltda	03.387.092/0001-00	-	Controlada	Brasil	MG	Uberlândia	A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços educacionais em todos os níveis e graus e objetivará desenvolver o ensino e a pesquisa para cooperar com o progresso científico e tecnológico, buscando formar profissionais competentes e habilitados para contribuir ao desenvolvimento econômico, social, cultural e científico do país.	100,000000
30/09/2020	17,979440	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	51,178992	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	16.641.000,00		
31/12/2018	-18,807386	0,000000	0,00					
31/12/2017	1346,540881	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O Instituto Politécnico de Ensino Ltda é nossa controlada indireta por meio da PGP – Posse Gestão Patrimonial Ltda., que detêm 100% de participação, e desenvolve atividades relacionadas a educação superior. A aquisição e a manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão, notadamente no interior de Minas Gerais.

PGP Educação S/A	11.408.980/0001-82	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Ofertar cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) além de dar consultorias em gestão empresarial	100,000000
30/09/2020	65,455983	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	164,557427	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	309.770.000,00		
31/12/2018	13,762117	0,000000	0,00					
31/12/2017	123,036105	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A BR Educação Executiva S/A, que detinha 100% da participação da PGP Educação S/A, foi cindida em 01 de novembro de 2017. Em razão disso, a PGP Educação S/A passou a ser controlada direta da Ânima Holding S/A. A PGP Educação S/A desenvolve atividades relacionadas à educação superior.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A.	14.693.005/0001-51	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Elaboração e oferta de cursos de preparação para concurso público, capacitação e atualização profissional, cursos pré-vestibular, cursos livres e cursos regulares em geral; gestão de marcas, produtos e/ou serviços para educação à distância; filmagem e edição de conteúdo próprio e/ou de terceiros; licenciamento de marcas, serviços e/ou produtos, próprios e/ou de terceiros; gestão patrimonial; criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio e superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como na realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais, visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação; participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais.	100,000000
30/09/2020	22,558049	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	36,535775	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	69.461.000,00		
31/12/2018	5,731024	0,000000	0,00					
31/12/2017	52,040895	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Essa controlada foi adquirida em alinhamento às nossas expectativas de expansão, estando pronta para assumir novas operações.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Serviço Anima de Gestão Administrativa Acadêmica Ltda.	05.879.439/0001-50	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	O objeto será a prestação de serviços de apoio e gestão educacional à empresas e a outras organizações em matérias de planejamento, organização, acompanhamento, consultoria para integração de sistemas e soluções, gerência e fiscalização de projetos de informática, coordenação de atividades envolvidas na implantação e operacionalização de projetos, serviços de assessoria para auxiliar o usuário na definição de um sistema quanto aos tipos e configurações de equipamentos de informática (hardware), assim como os programas de computador (software) correspondentes e suas aplicações, redes e comunicação.	100,000000
30/09/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	2.794.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								
Sobepe - Sociedade Brasileira de Educação, Cultura, Pesquisa e Extensão S/A	09.241.131/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	A sociedade tem por objeto social criar e manter estabelecimento de ensino em nível fundamental, médio, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos a distância, bem como na realização de pesquisa, seminários, palestras e eventos culturais visando atingir um elevado grau cultural e educacional em todo o seu território de atuação; na participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista, consorciada ou quotista, independente do seu respectivo ramo de atuação e objetivos sociais; e, na prestação de serviços de assessoramento a empresas, consultoria e gestão de empresas.	100,000000
30/09/2020	72,591269	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	184.469.000,00		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão								
Sociedade Catalana de Educação Ltda.	05.373.130/0001-93	-	Controlada	Brasil	GO	Catalão	A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços educacionais: ensino de nível superior; ensino de nível fundamental e médio; cursos de extensão universitários e sequenciais; pesquisa de desenvolvimento à cultura.	100,000000
30/09/2020	58,729299	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	50,834598	0,000000	0,00	Valor contábil 30/09/2020				
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00			20.511.000,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Sociedade Catalana de Educação Ltda é nossa controlada indireta por meio da Brasil Educação S.A., que detém 99,99% de participação. A Ânima Holding S/A é sócia da Sociedade Catalana Ltda com 00,01%. A aquisição da Sociedade Catalana se deu em agosto de 2018 e a manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão.								
Sociedade de Educação Superior e Cultura – SOCIESC S.A.	84.684.182/0001-57	-	Controlada	Brasil	SC	Joinville	Educação e promoção de cultura e, para tanto, envia esforços dentro de suas especialidades e possibilidades em oferecer e desenvolver a educação básica, educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino técnico profissional e profissionalizante, educação superior, cursos de especialização, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, mestrado, doutorado e outros previstos em lei, promover pesquisa científica e tecnológica, realizar atividades na área de inovação tecnológica, prestar assessoria e consultoria, editoração, produção e distribuição de livros e materiais didáticos, realizar serviços de telecomunicações por satélite, testes e análises incluindo laboratório de calibração e ensaios elétricos, de metrologia, materiais, tratamento térmico, de fundição, ferramentaria e organização e execução de serviços públicos.	100,000000
30/09/2020	135,697887	0,000000	0,00	Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	240.228.000,00		
31/12/2018	34,776548	0,000000	0,00					
31/12/2017	65,333191	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A SOCIESC é nossa controlada indireta por meio da PGP Educação S/A, que detém 100% de participação. A manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão, notadamente na área de inovação, pesquisa e cultura.								
UNA Gestão Patrimonial S.A.	17.248.634/0001-60	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	A Companhia tem por objeto a administração de bens ou ativos que lhe pertencem.	100,000000
30/09/2020	-79,370927	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	728.000,00		
31/12/2018	111,353482	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,688013	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A UNA Gestão Patrimonial S.A. é nossa controlada indireta por meio da Brasil Educação S.A. que detém 100% de participação. A manutenção dessa controlada está de acordo com nossas expectativas de expansão.								
VC Network Educação S/A	04.011.351/0001-59	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	A sociedade tem por objeto social a administração e atividade de instituições de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se ainda as atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos a distância, bem como atividades relacionadas a produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo a cultura.	100,000000
30/09/2020	140576,470588	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	119.575.000,00		
31/12/2018	3,658537	0,000000	0,00					
31/12/2017	6,493506	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda.	18.867.222/0001-71	-	Controlada	Brasil	BA	Paripiranga	A sociedade tem por objeto social manter estabelecimento particular de educação básica do segundo grau, graduação e pós-graduação, promovendo o desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura, coerentes com os objetivos que venham a ser estabelecidos com ênfase na criação e funcionamento da faculdade e de outros de diferentes níveis que venha a manter.	100,000000
30/09/2020	-1,106074	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2020	-5.454.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e manutenção dessa controlada estão de acordo com nossas expectativas de expansão.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Desenho Industrial HSM

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Desenho industrial	Configuração em capa e páginas de revista. Classe: 19.03 – N° do pedido: DI 5701838-3.	Nacional	24/10/2022	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.

Patentes IMEC

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Sistema de Otimização em Tempo de Atendimento (SISTEMA ATENDE) Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 22/03/2016. N° do pedido: BR 20 2016 006278 6 U2	Nacional	22/03/2016 (Data do depósito) 26/09/2017 (Data da Publicação do Pedido de Patente) (12/03/2019) 6.6.1 Exigência Formal - art. 38 (I) da Lei 13.123/2015 Suspensão do andamento do pedido de patente para que seja informado se houve acesso ao patrimônio genético nacional, conforme o art. 38 (I) da Lei 13.123/2015. Para Declaração Positiva de Acesso, gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU) de código 264. Caso a exigência não seja cumprida em até 60 (sessenta) dias, será considerado pelo INPI que não houve acesso ao patrimônio genético nacional.	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.2 - Outras Informações Relevantes

Patente	Máquina de Troca do Líquido de Arrefecimento Automotivo (MATLAA) Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 21/11/2014. Nº do pedido: BR 10 2014 029014 1.	Nacional	21/11/2014 (Data do depósito) 07/06/2016 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Patente	Cadeira com Braço de Madeira Plástica Retrátil e Ajustável Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 03/11/2015. Nº do pedido: BR 20 2015 027713-5.	Nacional	03/11/2015 (Data do depósito) 04/12/2018 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Patente	Farinha Especial sem Gluten Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 30/12/2011. Nº do pedido: PI 1107448-5	Nacional	30/12/2011 (Data do depósito) 19/01/2016 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.2 - Outras Informações Relevantes

BRASIL EDUCAÇÃO

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 24/02/2015. N° do pedido: BR 20 2015 003915 3 U2.	Nacional	24/02/2015 (Data do depósito) 30/08/2016 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 08/01/2018. N° do pedido: BR 20 2018 000355 6.	Nacional	08/01/2018 (Data do depósito)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

SOCIESC

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Máquina automatizada de corte de abas de boné em sistema multicamadas, compreendendo um sistema de alimentação (10) chapas de material extrudado (30), constituído de uma pluralidade de bobinas (11) posicionadas em série e sobrepostas de modo a formar multicamadas de chapas (30), sendo ditas bobinas (11) convenientemente instaladas em uma estrutura (20) de modo a promover o giro das bobinas (11) através de mancais (12) para alimentação de multi-camadas de chapas extrudadas (30) em processo contínuo para atividade de corte. A presente invenção compreende ainda um conjunto de atuadores que prendem, deslocam e efetuam o corte das multi-camadas (30) de forma automatizada, com o auxílio de um controlador lógico programável, que gerencia os movimentos de forma sincronizada. N° do pedido : BR 10 2012 021973 5 A2	Nacional	31/08/2012 (Data do depósito) 07/10/2014 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

9.2 - Outras Informações Relevantes

Patente	Configuração aplicada em mouse ergonômico.	Nacional	22/03/2017 (Data da próxima retribuição)	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 24/02/2017. N° do pedido: BR 10 2017 003981 1.	Nacional	24/02/2017 (Data do depósito)	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.
Patente	Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 16/04/2013. Equipamento para Regeneração Térmica de Areia com Resina. N° do pedido: BR 10 2013 009223 1 A2.	Nacional	16/04/2013 (Data do depósito) 25/11/2014 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.	Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Patente	<p>Estação de tratamento unifamiliar compacta. A presente patente de invenção refere-se a uma estação de tratamento unifamiliar compacta, que permita o tratamento do esgoto sanitário de uma residência unifamiliar, condomínios, especialmente aqueles implantados em áreas isoladas, rurais ou de difícil acesso para a instalação de redes de coleta. A estação de tratamento é constituída por compartimentos posicionados de tal forma que permitam realizar as etapas de peneiramento, filtragem, tratamento anaeróbico, aeróbico e facultativo, decantação e secagem de lodos, desinfecção final, em uma única estação de tratamento, formada por uma estrutura (2) única, compreendida por câmaras (3) associadas entre si, permitindo dessa forma o tratamento do esgoto sanitário por uma estação que contemple todas as etapas de tratamento, desde a entrada (4) até a saída (5) do esgoto tratado, conferindo assim uma maior eficiência durante o tratamento do esgoto.</p> <p>Nº do pedido: BR 10 2014 029457 0 B1</p>	Nacional	31/05/2016 (Data da concessão)	<p>São causas de extinção: (i) a expiração do prazo de vigência, (ii) a renúncia de seu titular, (iii) a falta de pagamento da retribuição, e (iv) a declaração de nulidade no caso do registro ter sido concedido em desacordo com a lei. Já que o INPI não realiza exame de mérito na concessão, é aconselhável a Companhia requerer o exame, a fim de obter-se o pronunciamento oficial do INPI que poderá servir como (1) revogação do registro já concedido, tornando-o, portanto, extinto, OU (2) caracterizará a real proteção conferida com a concessão do registro, com o propósito de auxiliar em eventuais demandas contra o uso indevido de terceiros.</p>	<p>Possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.</p>
---------	--	----------	-----------------------------------	--	--

9.2 - Outras Informações Relevantes

INSTITUTO ÂNIMA / UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
Patente	Comprimidos Orodispersíveis de Cafeína para Suplementação Esportiva e Manutenção do Estado de Alerta Pedido nacional de Invenção, Modelo de Utilidade, Certificado de Adição de Invenção e entrada na fase nacional do PCT em 07/06/2018. Nº do pedido: BR 10 2018 011583-9.	Nacional	07/06/2018 (Data do depósito) 24/12/2019 (Data da Publicação do Pedido de Patente)	No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento pelo INPI; e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa; (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção; (iii) expiração do prazo de vigência; (iv) caducidade; e (v) anulação por ação judicial.	Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado

MARCAS

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca FIGURATIVA registro nº 830155120 e nº 901657018, apresentação Figurativa, depositada nas classes de serviços nº 36 e nº 41	Brasil	11/06/2023 na classe Ncl(9) 36 e 25/09/2022 na classe Ncl(9) 41	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a cinco anos, contados da data da concessão do registro ou pela inobservância de algum aspecto requerido Pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e de mais legislações correlatas ou, ainda, nulidade decretada pelo INPI. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca "HSM ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO", pedido de registro n. 831098244, apresentação nominativa, depositada na classe de serviços 41.	Brasil	25/11/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca "UNIVERSO HSM", pedido de registro n. 840047770, apresentação nominativa, depositada na classe de serviços 35	Brasil	03/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca "UNIVERSO HSM", pedido de registro n. 840047746, apresentação nominativa, depositada na classe de serviços 41.	Brasil	03/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca ÂNIMA registro nº 830225145, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 36	Brasil	11/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca ÂNIMA EDUCAÇÃO pedido de registro nº 900716924, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	<p>Marca ÂNIMA EDUCAÇÃO</p> <p>pedido de registro nº 900716932, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41</p>	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	<p>Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. Ademais, este pedido de registro encontra-se sobrestado, até que uma decisão definitiva seja proferida em pedidos de registro para marcas anteriores e que o INPI considere conflitantes/semelhantes. Há chances deste pedido de registro ser indeferido nos termos do artigo 124, XIX da Lei de Propriedade Industrial.</p>	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	<p>Marca BELO HORIZONTE</p> <p>registro nº 811103609, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41/10</p>	Brasil	17/07/2024.	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT pedido de registro nº 820559539, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº41/10	Brasil	N/A - por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito. – Foi protocolada Petição para dar andamento no julgamento do recurso –	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. Este pedido de registro foi indeferido pelo INPI em razão de um registro anterior para marca semelhante e o exame do recurso apresentado encontra-se sobrestado até que uma decisão final seja proferida nos autos da ação judicial nº 2000.61.10.000092-8 em trâmite na Justiça Federal.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca GRADUS Unimonte registro nº 830414630, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº41	Brasil	07/08/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca KRATO registro nº 828179441, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	23/08/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 006178308, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº41/10	Brasil	10/12/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca UNA registro nº 826981232, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	23/10/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 826981240, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 42	Brasil	23/10/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 828127972, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	11/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA registro nº 828127999, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 42	Brasil	11/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA pedido de registro nº 904183688, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 16	Brasil	16/12/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA-LEX registro nº 006539521, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº11/10	Brasil	25/03/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNATEC registro nº 826130151, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	07/08/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca UNATEC registro nº 902388622, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	14/05/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registros nºs 200044370 e 821049500, apresentação Nominativa, depositada nas classes de serviços nº 35 e 38.	Brasil	02/03/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH UNIVERSIDADE DE BELO HORIZONTE registro nº 819409197, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	14/10/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 818417897, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41/10	Brasil	15/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 900830174, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 16	Brasil	21/09/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 900830220, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 35	Brasil	21/09/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNI-BH registro nº 900940689, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 42	Brasil	14/12/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Unimonte registro nº 820559547, apresentação Mista, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	07/11/2020 Obs.: Renovação req – AS 220119	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Unimonte registro nº 901656933, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	25/09/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca VESTIBULARMG registro nº 830378464, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	11/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca VESTIBULARMG registro nº 830378472, apresentação Nominativa, depositada na classe de serviços nº 35	Brasil	11/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM – Mista – Registro nº 815385200 – Classe: 41\40	Brasil	15/06/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Expomanagement – Nominativa – Registro nº 200011138 e nº 820371378 – Classe: 35\41	Brasil	05/03/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM – Nominativa – Registro nº 815385196 – Classe: 41\40	Brasil	07/04/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Business School – Nominativa – Registro nº 830261176 e 830261184 – Classe: 41\38	Brasil	28/02/2022 24/12/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca HSM Educação Executiva – Nominativa– Registros nº 909576092, nº. 909576149, n. 909576165 – Classe: 16\35\41	Brasil	02/10/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Educação Executiva – Mista– Registros nº909598924, nº 909598967, nº 909598975– Classe: 16\35\41	Brasil	30/10/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Escola De Negócios– Nominativa – Registro nº 830261150 e 830261168– Classe: 38\41	Brasil	24/12/2023 28/02/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Experience – Nominativa – Registro nº 908388098 – Classe: 38	Brasil	14/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Inspiring Ideas &You – Mista – Registro nº 829125825, nº 829125833 , 829125841, 829125850 – Classe:16\35\38\41	Brasil	16/10/2022 03/05/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Knowledge Circle – Nominativa – Registro nº 830699082 – Classe: 41	Brasil	14/05/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Omni Learning – Nominativa – Registro nº 912814705 – Classe: 41	Brasil	27/11/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Omni Learning – Nominativa – Processo nº 912814810 – Classe: 41	Brasil	01/06/2017 (Data do depósito) 04/09/2018 (Sobrestamento do exame de mérito) 03/04/2020 - Protocolo de Manifestação ao Sobrestamento	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca HSM Management Review – Nominativa – Registro nº 819359831 e 819451410 – Classe: 11/10 e 09/40	Brasil	16/03/2029 06/04/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM School Of Management – Nominativa – Registro nº 830261141 E 830261192 – Classe: 41/38	Brasil	21/08/2022 24/12/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM Solutions – Nominativa – Registro nº 830277412 – Classe: 41	Brasil	28/02/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSMeducation – Mista – Registro nº 823370062 – Classe: 38	Brasil	26/02/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSMOnline – Mista – Registro nº 823094600 e 823094618 – Classe: 38/35	Brasil	24/03/2029 19/05/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Inter managers – Nominativa – Registro nº 829684280 – Classe: 38	Brasil	08/11/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca MANAGEMENTV – Mista – Registro nº 828936676 – Classe: 38	Brasil	14/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca MITS – Nominativa – Registro nº 840065019 – Classe: 41	Brasil	09/06/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – Registro nº 829125868 – Classe: NCL (9) 16	Brasil	26/04/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – Registro nº 829125876 – Classe: NCL (9) 35	Brasil	16/10/2022	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – Registro nº 829125884 – Classe: NCL (9) 41	Brasil	03/05/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM INSPIRING IDEAS – Mista – registro 829125892 – Classe: NCL (9) 38	Brasil	26/04/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM MANAGEMENT – Mista – registro nº 819579653 – Classe: 11.10	Brasil	13/07/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM MANAGEMENT – Mista – registro nº 819579661 – Classe: 09.40	Brasil	06/07/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca HSM MANAGEMENTV – Mista – pedido de registro nº 827774630 – Classe: NCL (8) 41	Brasil	23/02/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120. Este pedido de registro foi indeferido pelo INPI em razão de processos anteriores para marcas semelhante. Aguarda-se análise do recurso apresentado.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca MAXIMAILING – nominativa – registro nº816689580, depositado na Classe: 38\10	Brasil	16/11/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840005679 – Classe: NCL (10) 09	Brasil	24/02/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840005687 – Classe: NCL (10) 41	Brasil	24/02/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedido de registro nº 840011113 – Classe: NCL (10) 16	Brasil	10/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDITORA – Mista – pedidoderegistro nº840011130 – Classe: NCL (10) 35	Brasil	10/03/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca HSM EDUCAÇÃO – Mista – pedido de registro nº831121025 – Classe: NCL (9)41	Brasil	25/11/2024	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca ADAPTI – PROGRAMADE APRENDIZAGEM ADAPTATIVA INDIVIDUAL – Mista - registro nº 908275935, depositada na classe de serviços nº 41	Brasil	14/03/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca AMPLIAR – Nominativa, registro nº 910842884, depositada na classe de serviços nº36.	Brasil	10/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca U-LIFE – Nominativa, registro nº 908276052 e nº 908276109, depositada nas classes de serviços nº 35 e 41.	Brasil	24/07/2028 17/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca EBRADI – ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO – Nominativa, registro nº 912604441 e nº 912604522, depositada nas classes de serviços nº 16 e 41.	Brasil	13/11/2028 13/11/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIPARANÁ – mista, registro nº 911238689, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	05/06/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNA VIRTUAL – Nominativa, registro nº 908368925, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNAVIRTUAL – Mista, registro nº 908369131, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	24/04/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca SOCIESC	Marca "CINTEC" – Nominativa, registro nº 822003058, depositada na classe de serviços nº41/10.40.	Brasil	16/05/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "COLÉGIO TUPY" – Mista, registro nº 825940923, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "COT COLÉGIO TUPY" – Nominativa, registro nº 825940931, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "ESCOLA TÉCNICA TUPY" – Nominativa, registro nº 817905669, depositada na classe de serviços nº 41/10.	Brasil	03/09/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "ETT ESCOLA TÉCNICA TUPY" – Mista, registro nº 817905707, depositada na classe de serviços nº 41/10.	Brasil	03/09/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "FUTURONOTA 10" – Mista, registro nº 840561733, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	03/05/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "IST" – Nominativa, registro nº 905926102, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	26/01/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca SOCIESC	Marca "IST INSTITUTO SUPERIOR TUPY" – Mista, registro nº 825940893, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	05/07/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "IST INSTITUTO SUPERIOR TUPY" – Nominativa, registro nº 825940940, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	16/08/2021	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "SOCIEDADE EDUCACIONAL DESANTA CATARINA" – Nominativa, registro nº 817905731 e nº 817905693, depositadas nas classes de serviços nº 37/25.56 e nº41/10.	Brasil	17/09/2026 e 30/12/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "SOCIESC" – Nominativa, registro nº 817905685 e nº 817905723, depositadas nas classes de serviços nº 41/10 e nº 37/05.25.56.	Brasil	03/09/2026 e 17/09/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "TUPY" – Nominativa, registro nº 825989779, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "UNISOCIESC" – Nominativa, registro nº 906746612, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	05/07/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca SOCIESC	Marca "UNISOCIESC" – Mista, registro nº 906746922, depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	05/07/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca SOCIESC	Marca "UNITUPY – CENTRO UNIVERSITÁRIO TUPY" – Nominativa, registro nº 825940915, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	24/07/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca UNISOCIESC	Marca UNISOCIESC – Mista, registro nº 913523534 , depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	08/01/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca UNISOCIESC – Palácio Avenida	Marca UNISOCIESC Palácio Avenida– Nominativa , registro nº 913996815 , depositada na classe de serviços nº41.	Brasil	12/03/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca IBES	Marca "IBES" – Mista, registro nº 823281647, depositada na classe de serviços nº 41.	Brasil	27/02/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca SÃO JUDASTADEU – Nominativa – Registro nº 006148891 – Classe:41:10	Brasil	25/10/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca CSJT – Mista – Registro nº 750102810 – Classe: 41:10.	Brasil	18/01/2023	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca SÃO JUDAS – Mista – Registro nº 817192778 – Classe: 41:10	Brasil	18/04/2025.	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca CSJT COLÉGIO SÃO JUDAS TADEU – Mista – Registro nº 818871423 – Classe: 41:10	Brasil	11/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca SÃO JUDAS UNIVERSIDADE – Mista – Registro nº 904973964 – Classe: NCL(10) 41	Brasil	23/06/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca RÁDIO E TV UNIVERSITÁRIA – Nominativa – Registro nº 818485930 – Classe: 38	Brasil	24/01/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca USJT – Nominativa – Registro nº 824219490 – Classe: 41	Brasil	17/04/2027	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIVERSIDADE SÃO JUDAS – Mista – Registro nº 824219473 – Classe: NCL(10) 41	Brasil	20/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU – Nominativa – Registro nº 824219481 – Classe NCL(8) 41 e Registro nº. 904974022 – Classe: NCL(10) 41	Brasil	20/03/2028 e 23/06/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU – Nominativa – Registro nº 825240735 – Classe: 41	Brasil	20/03/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca UNIVERSO SUSTENTÁVEL – Mista– Registro nº 830786635 – Classe: NCL(9) 41	Brasil	05/04/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca TV SÃO JUDAS – Mista – Registro nº 908523513 - Classe: NCL(10) 41	Brasil	15/05/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca CAMPUS ESTAÇÃO SÃO JUDAS – Nominativa – Registro nº 911692665 - Classe: NCL(10) 41	Brasil	07/08/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca FIGURATIVA – Registro nº 820046450 – Classe: 41	Brasil	16/11/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca Instituto Ânima	Marca INSTITUTO ÂNIMA – Nominativa, registros nº 913111953, 913383414 e 913383449 depositada nas Classes de serviços nº45,42e41.	Brasil	22/10/2029 18/12/2028 Aguardando fim de sobrestamento - : 900716924 (ÂNIMA EDUCAÇÃO) e 900716932 (ÂNIMA EDUCAÇÃO)	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120 para as marcas já registradas 913111953 e 913383414 e, para o pedido de registro nº 913383449, o mesmo descrito acima para pedido da Marca NOMINATIVA registro nº 912814810	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Mista START EBRADI – Registro nº 916333760 – Classe: NCL(11) 41	Brasil	15/10/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Mista ALTA PERFORMANCE EBRADI – Registro 916333442 Classe NCL(11) 41.	Brasil	15/10/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	
Marca	Marca Mista DIREITO 360 EBRADI – Registro 916334015 Classe NCL(11) 41	Brasil	15/10/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	
Marca	Marca Nominativa ALME – Processo 918360170 – Classe NCL(11) 41 data de Depósito 01/10/2019	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa De direito.		Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca Nominativa MEDDIS Registro 918360706 – Classe NCL(11) 41	Brasil	16/06/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	
Marca	Marca Nominativa INSPIRALE Processo 918675715 Classe NCL(11) 41	Brasil	01/09/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Nominativa INSPIRALLE Processo 918675790 Classe NCL(11) 41	Brasil	01/09/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Nominativa INSPIRALI Processo 919020127 Classe NCL(11) 41	Brasil	29/09/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Nominativa UNIJOINVILLE Processo 919030726 Classe NCL(11) 41	Brasil	03/11/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca mista INSPIRALI INOVAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO Processo 919123465 Classe NCL(11) 41	Brasil	27/10/2030	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Mista INSPIRALI– Processo 919123546 – Classe: NCL(11) 41	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca mista ÂNIMA EDUCAÇÃO Processo 919188370 Classe NCL(11) 41 – Logo preto e branco	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Mista ÂNIMA EDUCAÇÃO Processo 919188435 Classe NCL(11) 41 – Logo Roxa	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca Mista ÂNIMA EDUCAÇÃO Processo 919188621 Classe NCL(11) 41 – Logo em tom azul Degrade	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI..	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Mista ÂNIMA EDUCAÇÃO Processo 919188206 Classe NCL(11) 41 – Logo fundo preto letras brancas (Ânima branca)	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca Mista FACULDADE AGES Registro 829629750 Classe NCL(9) 41	Brasil	25/01/2031	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	
Marca	Marca Mista E- CONCURSOS Processos: 919683371 Classe NCL(11) 35 919683444 Classe NCL(11) 41 919683606 Classe NCL(11) 42	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	<p>Marca Nom E-CONCURSOS Processos:</p> <p>919746667 Classe NCL(11) 35</p> <p>919746730 Classe NCL(11) 41</p> <p>919746764 Classe NCL(11) 42</p>		N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	<p>Marca Nom HSM UNIVERSITY Processo</p> <p>919827080 – Classe: NCL(11) 16</p> <p>919827330 – Classe: NCL(11) 35</p> <p>919827870 – Classe: NCL(11) 41</p>	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Mista HSM U CODE.SCHOOL Processo 919827977 – Classe: NCL(11) 16 919828116 – Classe: NCL(11) 35 919828230 – Classe: NCL(11) 41 Logo colorido	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca Mista HSM U CODE.SCHOOL Processo 919828426 – Classe: NCL(11) 16 919828809 – Classe: NCL(11) 35 919829031 – Classe: NCL(11) 41 Logo preto e branco	Brasil	N/A – por ainda ser um pedido de registro, há apenas uma expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito
Marca	Marca Mista CESUC Registro 823540154 Classe NCL(7) 41	Brasil	12/12/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Mista FPU FACULDADE POLITÉCNICA DE UBERLÂNDIA Registro 823469760 Classe NCL(7) 41	Brasil	05/12/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Marca Mista FACULDADE POLITÉCNICA Registro 826171982 Classe NCL(8) 41	Brasil	04/08/2029	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Nom FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CATALÃO Registro 904312364 Classe NCL(9) 41	Brasil	13/01/2025	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Nom FACULDADE POLITÉCNICA DE CATALÃO Registro 907465021 Classe NCL(10) 41	Brasil	01/11/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Nom FACULDADE POLITÉCNICA DE GOÍAS Classe NCL(10) 41	Brasil	22/11/2026	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.
Marca	Marca Mista PAFI PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO Registro 911904212	Brasil	04/09/2028	Os mesmos descritos acima para a Marca FIGURATIVA registro nº 830155120.	Os mesmos descritos acima.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Domínios

Em 30 de setembro de 2020, nós e nossas controladas detínhamos direitos sobre vários nomes de domínio. Seguem abaixo os nomes de domínio mais relevantes:

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	ACADEMIKRATO.COM.BR	Nacional	28/03/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. Tendo em vista que o registro do nome de domínio pode ser prorrogado por prazos iguais e sucessivos, indefinidamente, as únicas hipóteses que podem levar à perda dos direitos relativos a esse ativo são: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio.
DOMÍNIO	AELIS.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	AMELHORPOS.COM.BR	Nacional	30/05/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	AMPLIARSEUESTUDOS.COM.BR	Nacional	20/11/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ANIMACOMUNICACA.COM.BR	Nacional	28/05/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ANIMADAY.COM.BR	Nacional	08/09/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ANIMAEDUCACAO.COM.BR	Nacional	06/06/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ANIMALABS.COM.BR	Nacional	26/04/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ANIMALOJA.COM.BR	Nacional	16/01/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	BLOGDOOZIRE.COM.BR	Nacional	28/11/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	BLOGHSM.COM.BR	Nacional	21/06/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	CAMPUSPARK.COM.BR	Nacional	03/02/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	CASAUNA.COM.BR	Nacional	27/08/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	COMUNICACAOUNA.COM.BR	Nacional	26/07/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	COMUNICACAOUNIBH.COM.BR	Nacional	26/07/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	COMUNICACAOUNIMONTE.COM.BR	Nacional	26/07/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	COMUNICACAOUNISOCIESC.COM.BR	Nacional	30/03/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	COMUNICACAOUSJT.COM.BR	Nacional	26/07/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	EBEMED.COM.BR	Nacional	01/08/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	EBRADI.COM.BR	Nacional	18/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ECOSSISTEMAANIMA.COM.BR	Nacional	18/02/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	EDUCACAOPRAQUEM.COM.BR	Nacional	23/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	EDUCACAOTRANSFORMA.COM.BR	Nacional	21/12/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESCOLABRASILEIRADODIREITO.COM.BR	Nacional	18/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESCOLADASCONEXOES.COM.BR	Nacional	08/05/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESCOLAMEDDIS.COM.BR	Nacional	10/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESCOLATECNICATUPY.COM.BR	Nacional	23/01/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESTUDEINSPIRALI.COM.BR	Nacional	16/01/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESTUDEINSPIRALLE.COM.BR	Nacional	18/11/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESTUDEMEDDIS.COM.BR	Nacional	10/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ESTUDENASAOJUDAS.COM.BR	Nacional	16/10/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	EXPOMANAGEMENT.COM.BR	Nacional	10/11/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FACED.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FACPOLI.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FACULDADEPOLITECNICAGOIAS.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	FORUMHSM.COM.BR	Nacional	02/07/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FPU.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	GESTAOQUEDACERTO.COM.BR	Nacional	22/06/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSM-GROUP.COM.BR	Nacional	09/12/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSM.COM.BR	Nacional	04/07/2027	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSMEDUCACAOEXECUTIVA.COM.BR	Nacional	20/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSMEXPOMANAGEMENT.COM.BR	Nacional	18/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSMMANAGEMENT.COM.BR	Nacional	05/12/2030	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSMUNIVERSITY.COM.BR	Nacional	16/02/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALE.COM.BR	Nacional	18/11/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALEEDUCACAO.COM.BR	Nacional	18/11/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALESAUDE.COM.BR	Nacional	18/11/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALIEDUCACAO.COM.BR	Nacional	16/01/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALISAUDE.COM.BR	Nacional	16/01/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALLE.COM.BR	Nacional	18/11/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSPIRALLEEDUCACAO.COM.BR	Nacional	18/11/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	INSTITUTOANIMAEDUCACAO.COM.BR	Nacional	07/08/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ITABIRAMERECEOMELHOR.COM.BR	Nacional	28/06/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	LECORDONBLEUSAOPAULO.COM.BR	Nacional	25/07/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	LOJAANIMA.COM.BR	Nacional	16/01/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MANAGEMENTV.COM.BR	Nacional	14/05/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MEDHIS.COM.BR	Nacional	27/09/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MEDICINAINSPIRALI.COM.BR	Nacional	16/01/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	MERITOENEM.COM.BR	Nacional	15/12/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MESTRADOEMADM.COM.BR	Nacional	03/02/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MESTRADOEMGSED.L.COM.BR	Nacional	18/08/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MKTANIMAEDUCACAO.COM.BR	Nacional	06/09/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MSERRAT.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	MUDEPRASAOJUDAS.COM.BR	Nacional	20/10/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	NETSCHOOL.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	NOSSOINSTITUTOANIMA.COM.BR	Nacional	25/08/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	NUCLEOEAD.COM.BR	Nacional	02/08/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ORBITAMENTORIA.COM.BR	Nacional	12/09/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	PACARVALHOADV.COM.BR	Nacional	20/01/2029	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	PORTALHSM.COM.BR	Nacional	21/06/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	POSGRADUACAOUNA.COM.BR	Nacional	20/05/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	POSGRADUACAOUNIBH.COM.BR	Nacional	20/05/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	POSGRADUACAOUNIMONTE.COM.BR	Nacional	20/05/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	POSGRADUACAOUNISOCIESC.COM.BR	Nacional	20/05/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	POSGRADUACAOUSJT.COM.BR	Nacional	20/05/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	QUEMSOUEUNAQUARENTENA.COM.BR	Nacional	02/07/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	QUEROMEUFIES.COM.BR	Nacional	22/01/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	RELACIONAMENTOUNA.COM.BR	Nacional	25/04/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	RELACIONAMENTOUNIBH.COM.BR	Nacional	25/04/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	RELACIONAMENTOUNIMONTE.COM.BR	Nacional	25/04/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	RELACIONAMENTOUNISOCIESC.COM.BR	Nacional	25/04/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	RELACIONAMENTOUSJT.COM.BR	Nacional	25/04/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ROTADOSISU.COM.BR	Nacional	11/01/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	RTP.ORG.BR	Nacional	11/10/2022	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SAOJUDAS.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SAOJUDASDIGITAL.COM.BR	Nacional	29/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SAOJUDASLIVE.COM.BR	Nacional	29/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SAOJUDASPLAY.COM.BR	Nacional	29/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SELIGANOVESTIBULAR.COM.BR	Nacional	25/03/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SIGMA.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SOCIESC.COM.BR	Nacional	09/09/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SOCIESC.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SOUEIU.COM.BR	Nacional	06/04/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SUAINSCRICAONOUNIBH.COM.BR	Nacional	22/03/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	U-LIFE.COM.BR	Nacional	06/08/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ULIFE.COM.BR	Nacional	06/08/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ULIFECARREIRAS.COM.BR	Nacional	01/10/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	ULIFEDIGITAL.COM.BR	Nacional	29/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ULIFEMAIL.COM.BR	Nacional	31/10/2021	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ULIFEPLAY.COM.BR	Nacional	29/05/2025	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNA.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNA.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNACONTAGEM.COM.BR	Nacional	23/10/2023	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNACONTAGEM.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNATEC.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNAVIRTUAL.COM.BR	Nacional	19/10/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIBH.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIJOINVILLE.COM.BR	Nacional	02/12/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIMONTE.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIMONTE.COM.BR	Nacional	20/09/25	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIMONTE.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNISOCIESC.COM.BR	Nacional	22/10/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNISOCIESC.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNISOCIESC.ORG.BR	Nacional	10/08/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIVERSOHSM.COM.BR	Nacional	22/12/20	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	USJT.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	USSAOJUDAS.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	USUSJT.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	VESTIBULARCOMUNICACAO.COM.BR	Nacional	21/10/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	VESTIBULARNAUNA.COM.BR	Nacional	22/03/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	VESTIBULARPRAVOCE.COM.BR	Nacional	22/03/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	VESTIBULARSANTOS.COM.BR	Nacional	21/10/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	VESTIBULARSAOJUDAS.COM.BR	Nacional	27/06/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	VESTIBULARSAOPAULO.COM.BR	Nacional	29/10/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	CENTROUNIVERSITARIOTUPY.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	COLEGIOTUPY.COM.BR	Nacional	05/09/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ETT.COM.BR	Nacional	15/05/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FLC.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	IST.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	POSFGV.COM.BR	Nacional	05/09/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SOCIESC.COM.BR	Nacional	09/09/25	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SOCIESC.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SOCIESC.ORG.BR	Nacional	06/09/25	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNISOCIESC.COM.BR	Nacional	22/10/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNISOCIESC.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNISOCIESC.ORG.BR	Nacional	10/08/24	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	AGES.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FACULDADEAGES.COM.BR	Nacional	25/01/29	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FACULDADEAGES.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	UNIAGES.EDU.BR	Nacional	Não Expira	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	EXPONENTIALFINANCESUBRAZIL.COM.BR	Nacional	11/03/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	FINANCESUBRAZIL.COM.BR	Nacional	11/03/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSMACADEMY.COM.BR	Nacional	09/01/25	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	HSMDIGITAL.COM.BR	Nacional	04/06/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	HSMEDUCACAO.COM.BR	Nacional	17/01/25	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	LEARNINGVILLAGE.COM.BR	Nacional	02/03/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	OMNILEARNING.COM.BR	Nacional	07/03/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	OMNILEARNING.NET.BR	Nacional	07/03/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	PORTALDEPROJETOS.COM.BR	Nacional	03/07/21	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	RELACIONAMENTOHS.COM.BR	Nacional	26/09/22	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SINGULARITYUBRASILSUMMIT.COM.BR	Nacional	17/01/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SINGULARITYUBRAZIL.COM.BR	Nacional	07/02/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SINGULARITYUBRAZILSUMMIT.COM.BR	Nacional	14/01/23	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SUBBRASILONLINE.COM.BR	Nacional	28/05/22	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SUBBRAZILONLINE.COM.BR	Nacional	28/05/22	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	SUPERTRAINING.COM.BR	Nacional	26/04/22	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ecossistemaanima.com	Internacional / AWS	18/02/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	escolameddis.com	Internacional / AWS	10/10/2024 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	estudemaddis.com	Internacional / AWS	10/10/2024	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	saladoprofessor.org	Internacional / AWS	07/03/ 2025 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	saojudasdigital.com	Internacional / AWS	05/06/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	saojudasplay.com	Internacional / AWS	05/06/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ulifedigital.com	Internacional / AWS	05/06/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	ulifeplay.com	Internacional / AWS	05/06/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	anima.qa	Internacional / AWS	26/06/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	animacomunicacao.com	Internacional / AWS	29/06/2022 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território atingido	Duração / Expiração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos.
DOMÍNIO	animalab.net	Internacional / AWS	18/07/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	hsmexperience.com	Internacional / AWS	31/05/2022 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	hsmexperience.info	Internacional / AWS	31/05/2022 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	hsmexperience.net	Internacional / AWS	31/05/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	universidadedocotidiano.com	Internacional / AWS	16/07/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito
DOMÍNIO	inspirali.com	Internacional / Godaddy	17/04/2021 (renovação automática)	Conforme acima descrito	Conforme acima descrito

Softwares

Utilizamos sistemas de informação exclusivos e desenvolvidos por terceiros. Esses sistemas permitem a automatização e controle dos processos acadêmicos, como cobrança de recebíveis, matrículas, dentre outros, e são utilizados no gerenciamento da contabilidade, contas a pagar, compras, folha de pagamento, etc., são utilizados pelos nossos alunos para gestão de suas atividades educacionais e dão suporte aos nossos gestores e diretores por meio de plataformas de BI.

Softwares sob gestão do grupo:

- SOL – Sistema complementar ao SIAF
- SIAF – ERP acadêmico legado
- Ulife
 - Ulife Sala Virtual
 - Ulife Professor
 - Ulife Aluno
 - Inspirali
- Conjunto de micro serviços desenvolvidos internamente e conectados ao SIAF
 - Novo módulo financeiro
 - Módulo de diplomas
 - Produto para Cadastro e controle de campanhas
 - Produto de negociação de débitos
 - Produto de rematrícula
- Vídeo/bibliotecas
 - Zoom
 - HSM Experience
 - Ebsco
 - Revista dos Tribunais
 - Biblioteca Virtual Pearson
 - Minha Biblioteca
 - Biblioteca Digital Senac
- Ferramentas de monitoramento
 - Dynatrace
 - Pingdom
 - PagerDuty
 - Grafana
 - Metabase
 - Prometheus
 - Nagios
 - SolarWinds

9.2 - Outras Informações Relevantes

- Ferramentas usabilidade
 - Figma
 - HotJar
 - Conpass.io
 - Abode
- Ferramentas de cocriação
 - Fun retro
 - Miro
- Ferramentas acadêmicas
 - Google For Education (Classroom)
 - Tamboro (Laiv)
 - DNA (Vida e Carreira)
 - Meu entrevistador (Vida e Carreira)
 - Google Datastudio
 - Amazon Academy
- Aplicativos mobile para vestibular e Ulife
- Aplicativos de *chatbot* (Zenvia Flow)
- Portais Intranet
- Blogs em geral
- Sistema Robbyson (Sistema de apoio ao time de atendimento)
- Sysclass – Sistema de gestão da grande horária de professores
- SBPL – Sistema de gestão e planejamento de orçamento
- Mastersaf – Sistema de gestão fiscal
- Datasul Totvs – ERP corporativo
- Paradigma – Sistema de gestão de compras
- NDD - Software de busca e armazenamento de documentos fiscais e XML – Integrado com o Totvs Datasul
- CRM Dynamics - Exclusivo para a empresa HSM – Integrado com o Totvs Datasul
- Aprovador Mobile - Integrado com o Totvs Datasul
- TSS - Integração de notas com SEFAZ e integrado com o Totvs Datasul
- Reserve - Sistema de gestão de despesas e viagens corporativas – Não integrado
- RH Online – Sistema de gestão de recursos humanos (Softtrade)
- FatorH - Sistema de gestão de folha de pagamento (Softtrade)
- Controle de Vagas – Sistema de gestão de vagas (Softtrade)
- Mensageria – Sistema de envio de informações ao e-social (Softtrade)
- Ronda – Sistema de gestão de acesso e ponto (Senior)
- Diginet – Sistema de gestão de equipamentos de acesso (Digicon)
- Vestib – Sistema de gestão do processo de vestibular
- Salesforce – CRM
- Reclame Aqui (Integração com Salesforce)
- EBRADI / HSMU – Sites e ecommerce
- SGD – Sistema de gestão do corpo docente
- SGS – Sistema legado de gestão de segurança, para troca de senha
- Oracle / SqlServer – Banco de dados
- Microsoft Windows / Linux – Sistemas Operacionais
- Reserva recursos – Sistemas de reserva de equipamentos e auditórios
- FilaH – Sistema para gestão de senhas de atendimento
- KACE – Gestão de ativos de TI e Help Desk
- Dotproject – Sistema legado de Help Desk
- Jira - Gestão do fluxo de trabalho para liberação de produtos digitais e projetos
- Callbox – Sistema de URA e PABX, usado para atendimento do público geral
- Net2phone - Sistema de URA e PABX, usado para atendimento do público Instituto ÂNIMA
- TWM– Sistema de gestão de telefonia usado pela equipe de Telefonia e Guiando
- Tableau – BI
- Power BI Professional - BI
- Pergamum – Gestão de bibliotecas
- Office 365 – Suite Microsoft usada para gestão de e-mails e documentos
- Teams – Plataforma Microsoft usada para comunicação interna e repositório de documentos
- Sharepoint – Suite Microsoft usada para controle de processos e repositório de documentos

9.2 - Outras Informações Relevantes

- Workplace – Aplicativo do Facebook para comunicação interna em empresas
- Netlex – Sistema que apoio na elaboração e gestão de documentos jurídicos
- Legal One – Inteligência e gestão jurídica
- Orquestra – Ferramenta de BPM usada no controle e automação de processos
- Smartshare – GED e BPM
- Nexxera – Solução para integração bancária
- Netadmin – Sistema de controle de acessos
- Citrix
- Calenda - Sistema para Gestão de recursos Reserváveis
- Fortimanager – Sistema para Gestão e Monitoramento de Firewall Fortinet
- Fortianalyser – Sistemapara coleta e tratamento de Logs de Firewall Fortinet
- Forticlient – Software de conexão VPN client-to-site
- Aruba Central – Sistema para Gerenciamento de Access Points ARUBA
- Hivemanager – Sistema para Gerenciamento de Access Points AEROHIVE
- UNIFI Controller - Sistema para Gerenciamento de Access Points UNIFI
- Vmware esxi – hypervisor de máquinas virtuais em unidades
- Vivo Gestor - Gestão de Acessos VIVO Move! - Não integrado
- Claro Gestão - Gestão de Acessos Claro Move! - Não integrado
- Gestor TIM – Gestão de Acessos TIM Move! - Não integrado
- Autocad Educacional
- Adobe Educacional
- ArcGis Educacional
- SolidWorks Educacional
- Astah Educacional
- Bernard Educacional
- Geosoft Educacional
- SketchUp Educacional
- Solid Edge Educacional
- TecWin Educacional
- V-Ray Educacional
- Audaces Educacional
- Economatica Educacional
- Micromine Educacional
- Promad Educacional
- Adobe Enterprise
- Goanimate – Editor de vídeos
- Screencast - o Matic - Vídeos
- GovBox – Instalação e atualização de aplicativos do governo
- Cognos Controller – Relatórios CDM
- Nagios – Monitoramento de rede
- SolarWinds – Monitoramento / Gestão de Ativos de Rede
- Uipath – Sistema para criação de robôs para automatização de processos, licenciada pela Certsys Com. Inform.
- Certsign – Solução para assinaturas digitais/eletrônicas (Acadêmico, Termos, Atas)
- AdobeSign - Solução para assinaturas digitais/eletrônicas (Netlex)
- DocuSign – Solução para assinaturas digitais/eletrônicas (Assinaturas mais complexas)
- ClickSign – Solução para assinaturas digitais de professores em documentos de carga horária
- Bry – Solução para assinaturas digitais em Diploma
- Direct Talk – Solução para controle da FAQ
- Fastspring – Solução para geração de termos de estágio (FACEB)
- KeyConsultas – Solução para consultas de CPFs na receita federalanalise
- Ferramentas de segurança
 - Bitdefender– Segurança
 - AdminDroid – Software de Auditoria do Office365 - Segurança
 - BurpSuite – Análise de vulnerabilidade de sistemas – Segurança

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
(em milhões de Reais)					
Receita bruta consolidada	2.016,2	1.593,6	2.163,4	1.855,3	1.637,9
EBITDA ¹	215,2	201,2	243,1	93,0	137,6
EBITDA Ajustado ²	310,5	232,3	292,8	169,9	173,9
EBITDA Ajustado sem efeito IFRS 16 ³	229,6	165,4	202,0	n/a	n/a
Margem EBITDA Ajustada ⁴	29,7%	27,0%	24,8%	15,4%	15,8%

¹ Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

³ Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado sem os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁴ Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.593,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para R\$2.016,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando um crescimento de 26,5%. Nosso EBITDA Ajustado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$310,5 milhões (margem EBITDA Ajustada de 29,7%) versus R\$232,3 milhões (margem EBITDA Ajustada de 27,0%) no mesmo período do ano anterior.

Com relação aos exercícios sociais anteriores, nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.855,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.163,4 milhões no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 16,6%. Nosso EBITDA Ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$292,8 milhões (margem EBITDA Ajustada de 24,8%) versus R\$169,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,4%) no mesmo período do ano anterior, um aumento impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16 em 2019. A nossa receita bruta consolidada passou de R\$1.637,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.855,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 13,3%. Nosso EBITDA Ajustado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 caiu 2,4%, passando de R\$173,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,8%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$169,9 milhões (margem EBITDA Ajustada 15,4%) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 30 de setembro de 2020 era R\$866,7 milhões, em razão da elevação das aplicações financeiras em decorrência do aumento de capital ocorrido no início de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, nosso capital de giro operacional era R\$116,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, nosso capital de giro operacional era equivalente a R\$176,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017 R\$170,9 milhões, o que reflete a nossa capacidade de gerir adequadamente os nossos relacionamentos com fornecedores, estudantes e credores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Na opinião de nossa Diretoria, nosso capital de giro reflete adequadamente nossa capacidade de gerenciamento dos nossos negócios e atende às nossas necessidades de caixa, além de permitir a gestão de nossas relações com fornecedores e credores, e nos proporcionar o financiamento necessário para o atendimento à nossa estratégia de expansão. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidencia determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
<i>(em milhões de Reais)</i>				
Dívida Líquida ¹	(112,8)	(505,5)	208,6	167,5
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 ²	540,6	653,4	n.a	n.a
Liquidez corrente ³	3,0	1,3	1,8	1,9
Índice de endividamento ⁴	0,6	0,7	0,5	0,5
Rentabilidade ⁵	(0,7)%	(0,8)%	0,2%	8,1%

¹ Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

² Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

³ Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente às suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁴ Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

⁵ Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

b. Estrutura de capital

Nossa estrutura de capital em 30 de setembro de 2020 era composta de 45% de capital próprio e 55% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital próprio		<i>(em R\$ milhões)</i>		
Capital Social	1.651,6	531,4	496,4	496,4
Gastos com emissão de ações	(79,4)	(28,6)	-	-
Reservas de capital	34,8	34,3	5,9	6,6
Ágio em transações de capital	(69,6)	(69,6)	(69,6)	(69,6)
Ações em tesouraria	(38,2)	(10,0)	(15,6)	(14,2)
Reservas de lucros	165,5	232,9	248,1	277,2
Prejuízos acumulados	(8,0)	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	5,7	-	-	-
Patrimônio líquido	1.662,5	690,4	665,2	696,4
Capital de terceiros				
Passivo circulante	442,7	339,9	231,6	221,5
Passivo não circulante	1.597,4	1.369,7	549,6	420,2
Total do passivo	2.040,1	1.709,6	781,2	641,7
Total do passivo e patrimônio líquido	3.702,6	2.400,0	1.446,5	1.338,2

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$1.662,5 milhões em 30 de setembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$972,1 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$1.120,2 milhões no capital social.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,2 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,2 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões no capital social.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$31,2 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

- a) Redução de R\$29,1 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria; e
- b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 30 de setembro de 2020, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$675,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, apresentávamos um endividamento no valor de R\$690,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, apresentávamos um endividamento no valor de R\$ 396,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, apresentávamos um endividamento financeiro no valor de R\$ 275,8 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 30 de setembro de 2020, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$ 112,8 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$ 676,9 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$789,8 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados.

	Período de nove meses findo 30 de setembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Dívida Bruta¹	676,9	688,1	394,0	283,4
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(789,8)	(182,6)	(185,4)	(115,9)
Dívida Líquida	(112,8)	505,5	208,6	167,5

¹Todos os empréstimos, financiamentos, debêntures líquidos dos derivativos

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2017 a 2019 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados na expansão e melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma e/ou inauguração de diversos *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 30 de setembro de 2020, nossa posição de caixa correspondia a R\$789,8 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

				Saldo em 30 de setembro	Saldo em 31 de dezembro de		
Modalidade Moeda		Taxa % a.a. ¹	Ano de Vencimento ²	2020	2019	2018	2017
Capital de giro	R\$	CDI + 0,95% a 2,20%	2026	19,2	46,7	49,2	66,7
Capital de giro	U\$	USD +2,4%	2020	-	22,5	49,8	66,4
IFC	U\$	CDI+2,2%	2028	88,3	-	-	-
IFC	R\$	CDI +1,49%	2024	88,6	116,0	142,2	142,7
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 1,35%	2024	479,8	505,3	156,6	-
			Total	675,9	690,5	396,8	275,8

¹ Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

² O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debentures.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 24 de agosto de 2015, celebramos em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE870048/1, no valor de moeda estrangeira US\$ 28.089.888,00 (vinte e oito milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito dólares americanos), a uma taxa cambial de R\$ 3,5600 perfazendo o total de R\$ 100.000.001,28 (cem milhões e um reais e vinte e oito centavos), a ser pago em 15 parcelas trimestrais, acrescidas dos respectivos encargos. O valor contratado é ajustado multiplicando-o pelo fator de ajuste, que é a taxa/ índice/ moeda estrangeira da data de abertura, dividida pela taxa/ índice/ moeda estrangeira da data efetiva. Os valores são corrigidos a taxa de juros exponencial de 2,40% ao ano, mais CDI. Trimestralmente, a partir da data de contratação, os juros são amortizados. O valor do principal é amortizado trimestralmente sendo que a primeira parcela venceu em 01 de março de 2017.

Em 29 de maio de 2013, constituímos em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000008000 no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 29 de maio de 2014 e a última vencerá em 29 de maio de 2023. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,20% acrescido de 100% do CDI.

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation* (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor do referido financiamento era de R\$88, 3 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Número Contrato	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC		10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	IFC		10/07/2020	\$ 15.000.000,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2% a.a. Libor
Ânima Holding	Banco Bradesco		29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú		21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1,35% a.a. + 100% CDI

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2020, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018		2017	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	97,1	14,4	172,3	25,0	296,3	75,0	110,9	40,0
Obrigações quirografárias	578,8	84,6	518,2	75,0	97,7	25,0	164,9	60,0
Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures¹	675,9	100,0	690,5	100,0	396,8	100,0	275,8	100,0

¹ Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 30 de setembro de 2020, são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

✓ Contrato do IFC

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2. (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 3,0).
- EBITDA Ajustado / (Dívida Bruta - Caixa Mínimo de R\$100,0 milhões) – não superior a 2,75 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 0,5)
- Geração de caixa dos últimos doze meses/ Dívida Bruta Futura – não inferior a 1,3 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,4)

Realizamos uma operação de *follow on* no mês de janeiro de 2020, trazendo – com os recursos captados – no primeiro trimestre de 2020 os índices citados acima para dentro dos parâmetros anteriormente estabelecidos.

✓ Demais Contratos

- EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida – não inferior a 1,3 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,2);
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 4,0 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,6); e
- Índice de Liquidez Corrente– não inferior a 1,2 (Em 30 de setembro de 2020, essa relação era de 2,9).

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 30 de setembro de 2020 não possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico, incluídos em nosso segmento de Ensino. Este segmento respondeu por 96% das receitas do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. A HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Outros Negócios, que representa 4% das receitas no referido período. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada.

No Ensino a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os descontos decorrentes do PROUNI totalizaram, R\$241,2 milhões e R\$226,5 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tivemos o valor de R\$226,2 milhões referente a estes mesmos descontos decorrentes do PROUNI. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, os descontos decorrentes dos PROUNI totalizaram R\$186,3. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- **Descontos concedidos pela mantenedora** - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- **Pagamento no prazo** - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- **Captações de alunos** - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- **Convênios com empresas** - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- **Pós graduação** - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- **Parentesco** - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- **Acordos** - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- **Desempenho acadêmico** - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- **Segundo curso** - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- **Devoluções** - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- **Bolsa de estudos** - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita dos Outros Negócios se divide em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company, consultorias tecnológicas à empresas, além da venda de produtos como o HSM Performance e o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

No caso do HSM Performance são firmados contratos anuais no qual as receitas são reconhecidas mensalmente no decorrer da implementação do produto. O HSM Performance se enquadra assim na implantação de um ambiente de gestão estratégica e de capital humano focado principalmente em empresas de pequeno e médio porte que buscam a sua estruturação e consolidação no mercado. Já o HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

Custos dos Produtos e Serviços

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 representavam cerca de 41,3% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois campi próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 49 *campi*. As despesas de aluguel, junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 2,1% dos custos totais de nosso segmento de Ensino Superior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de software acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 7,3% dos custos apurados no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Análise das variações de resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

	30/09/2020	AV (%)	30/09/2019	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.046,1	100,0%	861,6	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(497,1)	(47,5)%	(478,8)	(55,6)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	548,9	52,5%	382,8	44,4%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(445,0)	(42,5)%	(272,3)	(31,6)%
Comerciais	(108,9)	(10,4)%	(76,0)	(8,8)%
Gerais e administrativas	(243,4)	(23,3)%	(197,6)	(22,9)%
Resultado da equivalência patrimonial	(3,0)	(0,3)%	(1,9)	(0,2)%
Outras (despesas) receitas operacionais	(89,6)	(8,6)%	3,2	0,4%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	104,0	9,9%	110,5	12,8%
Resultado financeiro líquido	(108,6)	(10,4)%	(88,1)	(10,2)%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(4,6)	-0,4%	22,4	2,6%
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(3,0)	(0,3)%	(3,7)	(0,4)%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(7,6)	(0,7)%	18,7	2,2%
Participação da controladora	(8,1)	-0,01%		
Participação de não controladores	0,5	0,0%		

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 30 de setembro de 2020 no valor de R\$1.046,1 milhões, representando um aumento de 21,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 5,8% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 6,8% na base de alunos da Graduação;
- ii) Aumento médio no Ticket Líquido, que segue a sua trajetória de evolução, resultado de decisões acertadas na estratégia de sua recomposição, através de ferramentas tecnológicas, projetos e iniciativas internos; e de opções igualmente estratégicas em nossas aquisições que resultaram, em conjunto, em um ticket médio líquido melhor do que a tendência reportada no ano anterior;
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da Ages (agosto de 2019), Unicuritiba (fevereiro de 2020), Faseh (maio de 2020) e UniFG (julho de 2020);

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, nossos custos totalizaram R\$497,1 milhões, o que representa um aumento de R\$18,3 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, em virtude do aumento de número de alunos fruto das aquisições realizadas pela Companhia. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 55,6% no período de nove meses findo em 2019 para 47,5% no mesmo período de setembro de 2020. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios), consequência dos benefícios de eficiência operacional de nosso modelo acadêmico de aprendizagem por competência.

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$548,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o que representa um aumento de R\$166,1 milhões, em relação ao mesmo período de 2020. Em relação à receita líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 nosso lucro bruto representou 52,5%, um aumento no percentual em relação ao mesmo período de 2019 que representou 44,4%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$108,9 milhões, ou 10,4% sobre a receita líquida, enquanto que no mesmo período de 2019 totalizaram R\$76,0 milhões ou 8,8% da receita líquida. Essa elevação se deu principalmente em virtude do aumento da PDD, que segue em níveis mais elevados em virtude do momento desafiador que temos enfrentado ocasionado pela pandemia COVID-19. Seguimos com nossa disciplina na metodologia de cálculo da PDD, que tem capturado o ambiente de risco provocado pelos efeitos da pandemia, com mais visibilidade no segundo semestre de 2020, uma vez que tivemos um bom desempenho no nosso processo de captação de alunos e estamos retornando as aulas presenciais em ambientes rotacionados e de forma faseada.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$243,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o que representa 23,3% da receita líquida. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$197,6 milhões, ou 22,9% da receita líquida. Essa elevação é fruto de centralizações de processos que costumavam acontecer nas unidades, e maior robustez da estrutura corporativa, garantindo assim, maior poder de escalabilidade e maior agilidade nas integrações das aquisições.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$1,9 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um prejuízo de R\$3,0 milhão no mesmo período de 2020, resultado em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$89,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, enquanto que no mesmo período de 2019 totalizaram uma receita de R\$3,2 milhões. Este aumento está relacionado principalmente a provisão para perda de impairment sobre a UGC de outros negócios HSM e também à redução significativa das sublocações neste período devido à pandemia no COVID-19.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$108,6 milhões, ante um resultado negativo de R\$88,1 milhões no mesmo período de 2019.

Essa variação é explicada principalmente pelos juros vinculados à segunda debêntures; pelas comissões e despesas relacionadas a novas operações de crédito destinados a viabilizar nossas recentes aquisições;; pelo aumento do saldo dos títulos a pagar referente às aquisições recentes; pelas despesas de arrendamento, como consequência do IFRS-16; e pelo maior nível de desconto financeiros concedidos aos alunos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$3,0 milhões, comparado a uma despesa de R\$3,7 milhões no mesmo período de 2019, tal redução está relacionado principalmente por algumas mais valias proveniente de aquisições terem finalizado.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 totalizou um prejuízo de R\$7,6 milhões, ou R\$26,3 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2019, que correspondeu a um lucro líquido de R\$18,7 milhões.

Análise das variações de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.181,5	100,0%	1.102,5	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671,6)	(56,8)%	(707,1)	(64,1)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	509,9	43,2%	395,4	35,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(390,0)	(33,0)%	(356,7)	(32,4)%
Comerciais	(110,0)	(9,3)%	(96,7)	(8,8)%
Gerais e administrativas	(281,9)	(23,9)%	(259,3)	(23,5)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(2,5)	(0,2)%
Outras receitas operacionais líquidas	4,4	0,4%	1,8	0,2%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119,9	10,2%	38,7	3,5%
Resultado financeiro líquido	(126,3)	(10,7)%	(34,7)	(3,1)%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(6,4)	(0,5)%	4,0	0,4%
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(3,3)	(0,3)%	(1,7)	(0,2)%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(9,7)	(0,8)%	2,3	0,2%

* A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas. Por estarem impactados pela regra do IFRS-16, os valores de 2019 nesta tabela não são comparáveis com os valores de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$1.181,5 milhões, representando um aumento de 7,2% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 10,3% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 12,2% na base de alunos da Graduação;
- ii) Repasse médio do aumento médio nos custos, especialmente referente à inflação, repassado aos alunos por meio de aumento de mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos; e
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da CESUC (julho de 2018), Faculdade Jangada (julho de 2018), Faced (janeiro de 2019) e AGES (agosto de 2019).

O aumento da receita foi parcialmente compensado por um aumento de nossos descontos médios, concentrados principalmente nas primeiras mensalidades do curso.

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossos custos totalizaram R\$671,6 milhões, o que representa uma queda de R\$35,5 milhões, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 64,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 56,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios).

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$509,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de R\$114,5 milhões, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, tivemos nesse exercício um aumento em relação a 31 de dezembro de 2018, chegando a um Lucro Bruto que representa 43,2% da receita líquida em 31 de dezembro de 2019, comparado a 35,9% em 31 de dezembro de 2018. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

DESPESAS COMERCIAIS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$110,0 milhões, ou 9,3% sobre a Receita Líquida, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$96,7 milhões ou 8,8% da receita líquida. Essa elevação se deu em virtude do plano de expansão orgânica, principalmente pela abertura de 8 novas unidades no início de 2019, e de iniciativas de fortalecimentos das nossas marcas, especialmente das regiões de maior competitividade.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$281,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa 23,9% da receita líquida. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões, ou 23,5% da receita líquida. Essa evolução está principalmente relacionada à nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas a partir do início de 2019, não havendo outros fatores relevantes que sejam relacionados à referida variação.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, um prejuízo de R\$2,5 milhão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, se manteve em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram uma receita de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 essas totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo menor volume de multas e juros, fruto de um trabalho preventivo na negociação de débitos em atraso.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$126,3 milhões, ante um resultado negativo de R\$34,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação pode ser explicada principalmente pela nova norma contábil referente ao IFRS-16, assim como pelo incremento das despesas de juros com empréstimos decorrente de captações destinadas a viabilizar nossas recentes aquisições.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$3,3 milhões, comparado a uma despesa de R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que tal aumento se explica principalmente em razão do estorno de passivo de IR e CS pela incorporação do imóvel da Sociesc realizada em 2018, reduzindo os valores de 2018 a patamares menores voltando ao curso de despesas normal em 2019.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Em razão dos fatores acima evidenciados, em especial o efeito do IFRS-16, que passou a ter impacto no ano de 2019, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou um prejuízo de R\$9,7 milhões, ou R\$12,0 milhões abaixo do valor reportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que foi um lucro líquido de R\$2,3 milhões.

Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de Dezembro de 2017

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
RECEITA LÍQUIDA	1.102,5	100,0%	1.045,7	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(707,1)	(64,1)%	(646,5)	(61,8)%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	395,4	35,9%	399,1	38,2%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(356,7)	(32,4)%	(313,0)	(29,9)%
Comerciais	(96,7)	(8,8)%	(84,2)	(8,1)%
Gerais e administrativas	(259,3)	(23,5)%	(228,2)	(21,8)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(0,4)	0,0%
Outras receitas operacionais líquidas	1,8	0,2%	(0,2)	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	38,7	3,5%	86,2	8,2%
Resultado financeiro líquido	(34,7)	(3,1)%	(37,9)	(3,6)%
LUCRO ANTES DE IMPOSTOS	4,0	0,4%	48,3	4,6%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(1,7)	(0,2)%	36,8	3,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2,3	0,2%	85,2	8,1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$1.102,5 milhões, representando um aumento de 5,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Passamos a consolidar os resultados referentes às aquisições da CESUS e Jangada, a partir de julho de 2018.
- ii) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos;
- iii) Expansão de 9,9% da base de alunos, com destaque para aumento da base de alunos na Graduação de 83.045 alunos em 31 de dezembro de 2017 para 88.406 alunos em 31 de dezembro de 2018;
- iv) Aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial, e pela transferência do custo com agentes financeiros do FIES de 2% do governo para as instituições de ensino superior (IES).

CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossos custos totalizaram R\$707,1 milhões, o que representa um acréscimo de R\$60,6 milhões, ou 9,4%, em relação ao mesmo período de 2017. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 61,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 64,1% no mesmo período de 2018. O aumento dos custos decorreu, principalmente, das novas unidades abertas em 2018, da operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e da Faculdade Jangada (em julho de 2018).

LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um lucro bruto de R\$395,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa uma redução de R\$3,8 milhões, ou 1,0%, em relação ao mesmo período de 2017. Em relação à receita líquida o lucro bruto representou 35,9% da receita líquida em 2018, uma redução quando comparado ao mesmo período de 2017, que representou 38,2% da receita líquida. Apesar dos ganhos de produtividade docente e de apoio acadêmico, notamos uma piora em custos de aluguel e ocupação, decorrente principalmente das novas unidades inauguradas no início de 2018 e da revisão contratual das unidades da São Judas (Mooca e Butantã), acordada quando da aquisição em 2014, e de serviços de terceiros, explicado pela decisão de terceirizar os serviços de limpeza e segurança em nossas unidades.

DESPESAS COMERCIAIS

Em 2018 as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$96,7 milhões, ou 8,8% sobre a Receita Líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$84,2 milhões ou 8,1% da receita líquida. O incremento nas despesas de marketing pode ser explicado principalmente pelo nosso posicionamento centrado nas forças das nossas marcas (visando o reposicionamento da marca UNIBH no segmento *premium*) aliado ao nosso plano de expansão orgânica (com a abertura das 7 novas unidades em 2018 e o lançamento de 8 novos *campi* para 2019, foi necessário um incremento de verba de *marketing* para refletir na captação de 2018 e 2019, o que surtiu efeito direto em nossa captação de alunos).

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões em 2018, o que representou um incremento de R\$31,1 milhões comparado com 2017. Com relação à receita líquida, essas despesas representaram 23,5% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, e 21,8% no mesmo período de 2017. O aumento decorreu, principalmente, pelas novas unidades abertas em 2018, pela operação integral das unidades abertas em 2017 e as aquisições da CESUC e Faculdade Jangada (julho de 2018), além de gastos da abertura dos novos *campi* de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O nosso resultado de equivalência patrimonial passou de um prejuízo de R\$0,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um prejuízo de R\$2,5 milhões no mesmo período de 2018. Esse resultado reflete os resultados da sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras despesas operacionais totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 (versus uma despesa de R\$0,2 milhão no mesmo período de 2017). A variação é explicada, principalmente, pelo aumento da receita resultante de sublocação de salas a terceiros.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$34,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$37,9 milhões no mesmo período de 2017. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução das despesas de juros com empréstimos em decorrência de amortizações realizadas, além da queda na taxa básica de juros (SELIC) do Brasil no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$1,7 milhão. No mesmo período de 2017, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$36,8 milhões. Tal variação é explicada, principalmente, por créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais decorrentes de reestruturação societária implementada no quarto trimestre de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

LUCRO LÍQUIDO DE EXERCÍCIO

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou um lucro líquido de R\$2,3 milhões, ou 97,4% abaixo do valor reportado no mesmo período de 2017. Isso representou uma perda de 7,9pp da margem sobre a Receita Líquida (0,2% em 2018 versus 8,1% em 2017), principalmente pelas despesas de natureza não recorrente reportadas anteriormente.

Análise das variações patrimoniais de 30 de setembro de 2020 comparado com 31 de dezembro de 2019

<i>(Em milhões de Reais</i>	30/09/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 30/09/2020 / 31/12/2019
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	84,3	2,3%	31,6	1,3%	167,3%
Aplicações financeiras	705,4	19,1%	151,0	6,3%	367,0%
Contas a receber	318,4	8,6%	213,3	8,9%	49,2%
Adiantamentos diversos	12,9	0,3%	27,8	1,2%	(53,5)%
Direitos a receber por aquisições	173,4	4,7%	21,3	0,9%	713,8%
Outros ativos circulantes	10,2	0,3%	4,4	0,2%	130,0%
Impostos e contribuições a recuperar	4,8	0,1%	4,1	0,2%	17,8 %
Derivativos	-	n.a.	2,4	0,1%	n.a.
Total dos ativos circulantes	1.309,4	35,4%	455,9	19,0%	187,2%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	35,1	0,9%	-	n.a.	n.a.
Depósitos judiciais	62,8	1,7%	61,1	2,5%	2,9%
Direitos a receber por aquisições	113,4	3,1%	100,1	4,2%	13,2%
Créditos com partes relacionadas	10,6	0,3%	9,8	0,4%	7,9%
Impostos e contribuições a recuperar	14,9	0,4%	12,8	0,5%	15,6%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,5	0,0%	1,6	0,1%	(4,4)%
Outros ativos não circulantes	5,0	0,1%	41,1	1,7%	(87,8)%
Imobilizado	372,8	10,1%	367,1	15,3%	1,6%
Direito de uso de arrendamento	604,2	16,3%	531,5	22,1%	(13,7)%
Intangível	1.172,9	31,7%	818,9	34,1%	(43,2)%
Total dos ativos não circulantes	2.393,2	64,6%	1.944,1	81,0%	(23,1)%
TOTAL DOS ATIVOS	3.702,6	100,0%	2.400,0	100,0%	54,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$1.309,4 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 35,4% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 apresentava um valor de R\$455,9 milhões e representava 19,0% do ativo total. A principal variação se deu pelas aplicações financeiras, que passou de um valor de R\$151,0 milhões em 2019 para R\$705,4 milhões em 30 de setembro de 2020.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$2.393,2 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 64,6% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.944,1 milhões e representava 81,0% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento do ativo intangível no valor de R\$ 354,0 milhões, passando de um saldo de R\$ 818,9 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.172,9 milhões em 30 de setembro de 2020.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	30/09/2019	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 30/09/2020 / 31/12/2019
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	43,1	2,1%	32,0	1,9%	34,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87,9	4,3%	103,4	6,0%	(15,0)%
Arrendamentos a pagar	35,7	1,7%	24,7	1,4%	44,7%
Obrigações sociais e salariais	142,7	7,0%	75,6	4,4%	88,8%
Obrigações tributárias	27,6	1,4%	20,6	1,2%	34,2%
Adiantamentos de clientes	28,1	1,4%	17,0	1,0%	65,5%
Titulos a pagar	64,6	3,2%	65,3	3,8%	(1,1)%
Parcelamento de impostos e contribuições	6,4	0,3%	-	n.a.	n.a.
Derivativos	0,1	0,0%	-	n.a.	n.a.
Outros passivos circulantes	6,4	0,3%	1,3	0,1%	372,2%
Total dos passivos circulantes	442,7	21,7%	339,9	19,9%	30,2%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	588,0	28,8%	587,0	34,3%	0,2%
Arrendamentos a pagar	617,7	30,3%	530,5	31,0%	16,4%
Débitos com partes relacionadas	0,1	0,0%	0,0	0,0%	833,3%
Adiantamentos de clientes	7,8	0,4%	-	n.a.	n.a.
Derivativos	0,9	0,0%	-	n.a.	n.a.
Titulos a pagar	169,2	8,3%	75,2	4,4%	124,9%
Parcelamento de impostos e contribuições	30,7	1,5%	2,6	0,2%	1085,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74,1	3,6%	70,1	4,1%	5,8%
Provisão para perdas em investimentos	2,3	0,1%	2,3	0,1%	0,6%
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	104,5	5,1%	98,8	5,8%	5,8%
Outros passivos não circulantes	2,2	0,1%	3,2	0,2%	(30,9)%
Total dos passivos não circulantes	1.597,4	78,3%	1.369,7	80,1%	16,6%
Total dos passivos	2.040,1	100,0%	1.709,6	100,0%	(19,3)%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$442,7 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 21,7% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$339,9 milhões, representando 19,9% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido ao aumento dos salários e encargos sociais a pagar no valor de R\$67,1 milhões que passou de um de R\$75,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$142,7 milhões em 30 de setembro de 2020.

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.597,4 milhões em 30 de setembro de 2020 e representava 78,3% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.369,7 milhões e representava 80,1% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- a) Aumento dos arrendamentos a pagar no valor de R\$87,1 milhões passando de um saldo de R\$ 530,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 617,7 milhões em 30 de setembro de 2020;
- b) Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$93,9 milhões passando de um saldo de R\$75,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 169,2 milhões em 30 de setembro de 2020.

(Em milhões de Reais)

	30/09/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital social Integralizado	1.651,6	44,6%	531,4	22,1%
Gastos com emissão de ações	(79,4)	-2,1%	(28,6)	(1,2)%
Ágio em transação de capital	(69,6)	-1,9%	(69,6)	(2,9)%
Reserva de capital	34,8	0,9%	34,3	1,4%
Ações em tesouraria	(38,2)	-1,0%	(10,0)	(0,4)%
Reserva de lucros	165,5	4,4%	232,9	9,7%
Prejuízos acumulados	(8,0)	-0,2%	-	n.a.
	<u>1.656,8</u>	<u>44,7%</u>	<u>690,4</u>	<u>28,8%</u>
Participação dos acionistas não controladores	5,7	0,2%	-	n.a.
Total do patrimonio líquido	<u>1.662,5</u>	<u>44,9%</u>	<u>690,4</u>	<u>28,8%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	<u>3.702,6</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.400,0</u>	<u>100,0%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$1.662,5 milhões em 30 de setembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$972,1 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$1.120,2 milhões referente ao aumento de capital no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 comparado com 31 de dezembro de 2018***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/19 / 31/12/2018
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	31,6	1,3%	99,5	6,9%	(68,3)%
Aplicações financeiras	151,0	6,3%	85,9	5,9%	75,8%
Contas a receber	213,3	8,9%	174,1	12,0%	22,6%
Adiantamentos diversos	27,8	1,2%	31,6	2,2%	(12,0)%
Outros ativos circulantes	5,7	0,2%	5,6	0,4%	(20,9)%
Impostos e contribuições a recuperar	4,1	0,2%	9,7	0,7%	(57,7)%
Direitos e empréstimos para aquisições	20,1	0,8%	-	n.a	n.a
Derivativos	2,4	0,1%	1,9	0,1%	29,2%
Total dos ativos circulantes	455,9	19,0%	408,2	28,2%	11,7%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Adiantamentos diversos	-	n.a.	7,2	0,5%	n.a.
Depósitos judiciais	61,1	2,5%	50,3	3,5%	21,3%
Créditos com partes relacionadas	9,8	0,4%	9,5	0,7%	2,9%
Impostos e contribuições a recuperar	12,8	0,5%	12,2	0,8%	5,0%
Derivativos	-	n.a.	0,9	0,1%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Direitos e empréstimos para aquisições	100,1	13,3%	-	n.a.	n.a.
Outros ativos não circulantes	41,1	1,7%	37,3	2,6%	10,1%
Investimentos	-	n.a.	0,2	0,0%	n.a.
Imobilizado	367,1	15,3%	301,8	20,9%	21,6%
Direito de uso de arrendamento	531,5	22,1%	-	n.a.	n.a.
Intangível	818,9	34,1%	617,2	42,7%	32,7%
Total dos ativos não circulantes	1.944,1	81,0%	1.038,3	71,8%	87,2%
TOTAL DOS ATIVOS	2.400,0	100,0%	1.446,5	100,0%	65,9%

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$455,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 apresentava um valor de R\$408,2 milhões e representava 28,2% do ativo total. A principal variação se deu pelo Contas a receber, que passou de um valor de R\$174,1 milhões em 2018 para R\$213,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.944,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 81,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$1.038,3 milhões e representava 71,8% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do direito de uso de arrendamento em função do IFRS-16;

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$201,8 milhões, passando de um saldo de R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$818,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/2019 / 31/12/2018
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	32,0	1,9%	31,0	4,0%	3,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	103,4	6,0%	80,5	10,3%	28,4%
Arrendamentos a pagar	24,7	1,4%	—	n.a.	n.a.
Obrigações sociais e salariais	75,6	4,4%	69,5	8,9%	8,7%
Obrigações tributárias	20,6	1,2%	18,8	2,4%	9,4%
Adiantamentos de clientes	17,0	1,0%	16,9	2,2%	n.a.
Títulos a pagar	65,3	3,8%	13,3	1,7%	390,1%
Outros passivos circulantes	1,3	0,1%	1,0	0,1%	40,2%
Total dos passivos circulantes	339,9	19,9%	231,6	29,6%	46,8%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587,0	34,3%	316,3	40,5%	85,6%
Arrendamentos a pagar	530,5	31,0%	—	n.a.	n.a.
Débito com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(10,0)%
Títulos a pagar	75,2	4,4%	85,7	11,0%	(12,3)%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,6	0,2%	2,7	0,3%	(4,1)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	70,1	4,1%	44,5	5,7%	57,3%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	98,8	5,8%	97,9	12,5%	0,9%
Outros passivos não circulantes	3,2	0,2%	2,5	0,3%	23,8%
Provisão para perdas em investimento	2,3	0,1%	—	-	n.a.
Total dos passivos não circulantes	1.369,7	80,1%	549,6	70,4%	149,2%
TOTAL DOS PASSIVOS	1.709,6	100,0%	781,2	100,0%	118,8%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$339,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,9% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$231,6 milhões, representando 29,6% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

a) Aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 22,9 milhões passando de um saldo de R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 103,4 milhões em 31 de dezembro de 2019;

b) Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$ 52,0 milhões passando de um saldo de R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 65,3 milhões em 31 de dezembro de 2019;

c) Aumento dos arrendamentos a pagar em função do IFRS-16.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.369,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 80,1% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$549,6 milhões e representava 70,4% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 270,8 milhões passando de um saldo de R\$ 316,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 587,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social Integralizado	531,4	77,0%	496,4	34,3%
Gastos com emissões de ações	(28,6)	(4,1)%	-	n.a.
Reserva de capital	34,3	5,0%	5,9	0,4%
Reserva de lucros	232,9	33,7%	248,1	17,2%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(10,1)%	(69,6)	(4,8)%
Ações em tesouraria	(10,0)	(1,4)%	(15,6)	(1,1)%
Total do patrimônio líquido	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>665,2</u>	<u>46,0%</u>
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVOS	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.446,5</u>	<u>100,0%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,0 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões referente ao aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2018 comparado com 31 de dezembro de 2017

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var.2018 / 2017</u>
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	99,5	6,9%	33,9	2,5%	193,4%
Aplicações financeiras	85,9	5,9%	82,0	6,1%	4,8%
Contas a receber	174,1	12,0%	246,9	18,5%	(29,5)%
Adiantamentos diversos	31,6	2,2%	30,5	2,3%	3,5%
Outros ativos circulantes	5,6	0,4%	7,7	0,6%	(27,4)%
Impostos e contribuições a recuperar	9,7	0,7%	9,0	0,7%	7,5%
Derivativos	1,9	0,1%	-	n.a.	n.a.
Total dos ativos circulantes	408,2	28,2%	410,0	30,6%	(0,4)%
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	-	n.a.	0,1	0,0%	n.a.
Adiantamentos diversos	7,2	0,5%	11,6	0,9%	37,6%
Depósitos judiciais	50,3	3,5%	47,4	3,5%	6,2%
Créditos com partes relacionadas	9,5	0,7%	0,3	0,0%	2760,1%
Impostos e contribuições a recuperar	12,2	0,8%	16,2	1,2%	(24,2)%
Derivativos	0,9	0,1%	-	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Outros ativos não circulantes	37,3	2,6%	30,0	2,2%	24,3%
Investimentos	0,2	0,0%	2,7	0,2%	(93,3)%
Imobilizado	301,8	20,9%	246,1	18,4%	22,6%
Intangível	617,1	42,7%	572,1	42,7%	7,9%
Total dos ativos não circulantes	1.038,3	71,8%	928,1	69,4%	11,9%
TOTAL DOS ATIVOS	1.446,5	100,0%	1.338,2	100,0%	8,1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativos Circulantes

O valor do ativo circulante totalizou R\$408,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 28,2% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 apresentava um valor de R\$410,0 milhões e representava 30,6% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento de R\$65,6 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixas e redução de R\$72,8 milhões no saldo do contas a receber que passou de um valor de R\$246,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor de R\$ 174,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.038,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 71,8% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$928,1 milhões e representava 69,4% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$55,7 milhões, passando de um saldo de R\$246,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$301,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$45,0 milhões, passando de um saldo de R\$572,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	Var. 2018 / 2017
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	31,0	4,0%	33,8	5,3%	(8,2)%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80,5	10,3%	52,5	8,2%	53,4%
Obrigações sociais e salariais	69,5	8,9%	62,6	9,8%	11,1%
Obrigações tributárias	18,8	2,4%	17,5	2,7%	7,6%
Adiantamentos de clientes	16,9	2,2%	17,5	2,7%	(3,7)%
Parcelamento de impostos e contribuições	-	n.a.	0,1	0,0%	n.a.
Títulos a pagar	13,3	1,7%	11,1	1,7%	19,6%
Dividendos a pagar	0,6	0,1%	20,2	3,1%	-97,3%
Derivativos	-	n.a.	4,9	0,8%	n.a.
Outros passivos circulantes	1,0	0,1%	1,2	0,2%	(16,4)%
Total dos passivos circulantes	231,5	29,6%	221,5	34,5%	4,6%
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	316,3	40,5%	223,3	34,8%	41,6%
Títulos a pagar	85,7	11,0%	61,1	9,5%	40,2%
Derivativos	-	n.a.	2,6	0,4%	n.a.
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	11,1%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,7	0,3%	3,0	0,5%	(10,2)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	44,5	5,7%	38,4	6,0%	15,9%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	97,9	12,5%	88,3	13,8%	10,8%
Outros passivos não circulantes	2,5	0,3%	3,4	0,5%	(26,0)%
Total dos passivos não circulantes	549,6	70,4%	420,2	65,5%	30,8%
TOTAL DOS PASSIVOS	781,2	100,0%	641,7	100,0%	21,7%

Passivos Circulantes

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$231,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 29,6% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$221,5 milhões, representando 34,5% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

a) Aumento de R\$ 28,0 milhões nos empréstimos e financiamentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 52,5 milhões, e R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018.

b) Redução da conta dividendos a pagar em R\$ 19,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 foi R\$ 20,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 0,6 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivos Não Circulantes

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$549,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e representava 70,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 totalizou um valor de R\$420,2 milhões e representava 65,5% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido à:

a) Aumento da conta de empréstimos e financiamentos em R\$ 93,0 milhões

b) Aumento dos títulos a pagar em R\$ 24,6 milhões.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital Social Integralizado	496,4	34,3%	496,4	37,1%
Reserva de capital	5,9	0,4%	6,6	0,5%
Reserva de lucros	248,1	17,2%	277,2	20,7%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(4,8)%	(69,6)	(5,2)%
Ações em tesouraria	(15,6)	(1,1)%	(14,2)	(1,1)%
Lucros acumulados	-	n.a.	-	n.a.
	<u>665,2</u>	46,0%	<u>696,4</u>	52,0%
Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Obrigações por compra de investimento	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total do patrimônio líquido	<u>665,2</u>	46,0%	<u>696,4</u>	52,0%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS	<u>1.446,5</u>	100%	<u>1.338,2</u>	100,0%

Nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$665,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$696,4 milhões, apresentamos uma redução no patrimônio líquido no valor de R\$ 31,2 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

a) Redução de R\$29,1 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo cancelamento de 2.388.556 ações em tesouraria.

b) Aumento de R\$1,4 milhões nas ações em tesouraria, referente a recompras de ações ordinárias.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise das principais variações do fluxo de caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

(Em milhões de Reais)

	30/09/2020	30/09/2019	Var. 30/09/2020 / 30/09/2019 (R\$)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7,6)	18,7	(26,3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55,8	30,9	24,9
Atualização (reversão) depósito judicial	0,8	(2,0)	2,8
Depreciação e amortização	65,4	48,3	17,1
Amortização direito de uso de arrendamentos	45,7	42,4	3,3
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	9,8	0,8	9,0
Baixa direito de uso de arrendamentos	(0,8)	0,7	(1,5)
Equivalência patrimonial	3,0	1,9	1,1
Provisão por impairment	61,6	-	61,6
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	22,6	20,9	1,7
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	8,6	0,8	7,8
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	14,4	8,2	6,2
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	55,9	49,3	6,6
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	(5,8)	-	(5,8)
Receita com ajuste a valor presente financiamento Ampliar e Pravalor	0,4	(0,7)	1,1
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,1)	(2,4)	0,3
Remuneração baseada em ações	5,4	1,0	4,4
Valor justo com derivativos	8,7	1,5	7,2
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	3,0	3,7	(0,7)
Geração de Caixa Operacional Bruta	344,9	224,3	120,6
Redução (aumento) de contas a receber	(179,4)	(79,5)	(99,9)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	15,2	12,7	2,5
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(6,9)	(5,7)	(1,2)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	(2,0)	3,6	(5,6)
Redução (aumento) de outros ativos	(9,2)	(8,1)	(1,1)
Redução (aumento) de fornecedores	2,3	(1,1)	3,4
Redução (aumento) de obrigações tributárias, sociais e salários	45,6	18,2	27,4
Redução (aumento) de adiantamento de clientes	0,8	13,1	(12,3)
Redução (aumento) de parcelamento de impostos e contribuições	(3,4)	(0,1)	(3,3)
Redução (aumento) de títulos a pagar	-	(1,3)	(1,3)
Redução (aumento) de provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(2,5)	(5,9)	3,4
Redução (aumento) de outros passivos	(0,8)	(35,5)	(34,7)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(140,4)	(89,6)	(50,8)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Juros pagos	(27,9)	(15,9)	(12,0)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(0,3)	-	(0,3)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	176,3	118,8	57,5
Aumento de capital em controlada	(3,1)	-	(3,1)
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(140,5)	(45,1)	(95,4)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(83,3)	-	(83,3)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(25,0)	-	(25,0)
Resgate (aplicação) / Rendimento de aplicações financeiras	(554,3)	6,0	(560,3)
Investimento de imobilizado e intangível	(97,7)	(94,8)	(2,9)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(904,0)	(133,9)	(770,1)
Mútuos com partes relacionadas	(3,7)	-	(3,7)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(26,2)	39,4	(65,6)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(69,1)	(16,9)	(52,2)
Pagamento de arrendamento	(69,5)	(78,4)	8,9
Ações em tesouraria	(100,5)	-	(100,5)
Aumento de capital	1.049,5	-	(1.049,5)
Dividendos Pagos	-	0,5	(0,5)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	780,5	(56,5)	837,0
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52,8	(71,6)	124,4

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 52,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$31,6 milhões, em 30 de setembro de 2020, tínhamos um saldo de R\$84,3 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 30 de setembro de 2020 somavam R\$705,4 milhões, totalizava R\$789,7 milhões em disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$57,5 milhões, passando de uma geração de R\$118,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para uma geração de caixa de R\$176,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente pelo aumento do contas a receber das aquisições e dos efeitos das renegociações no âmbito do Programa Decola.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$904,0 milhões o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e aumentaram R\$770,1 milhões em relação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as atividades de financiamento geraram R\$780,5 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$56,5 milhões no mesmo período de 2019, explicado principalmente pelo aumento de capital através da captação de recursos realizados em 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018	Var. 2019 / 2018 (\$)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9,6)	2,3	(11,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47,4	46,3	1,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(2,6)	(0,6)	(2,0)
Depreciação e amortização	66,3	54,3	12,0
Amortização direito de uso de arrendamento	56,8	-	56,8
Baixa de valor de imobilizado e intangível	3,2	0,8	2,4
Baixa direito de uso de arrendamento	0,9	-	0,9
Equivalência patrimonial	2,5	2,5	0
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	29,5	23,1	6,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	3,2	5,9	(2,7)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,6	10,8	(0,2)
Despesas de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	66,5	-	66,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,9)	(2,2)	(0,7)
Remuneração baseada em ações	1,0	(0,7)	1,7
Valor justo com derivativos	1,9	3,2	(1,3)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalier	(1,5)	(2,5)	1,0
Imposto de Renda e Contribuição social correntes e diferidos	3,3	1,7	1,6
Geração de Caixa Operacional Bruta	276,5	145,1	131,4
Redução (aumento) de Contas a receber	(84,2)	30,9	(115,1)
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	2,1	5,5	(3, 4)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(9,1)	(3,6)	(5,5)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	5,0	3,4	1,6
Redução (aumento) de outros ativos	(2,9)	(2,4)	(0,5)
(Redução) aumento de fornecedores	(1,3)	(2,2)	0,9
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	5,5	14,9	(9,4)
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	0,1	(1,4)	1,5
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,2)	(0,8)	0,6
(Redução) aumento de títulos a pagar	(1,3)	3,2	(4,5)
Redução (aumento) de Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(7,2)	(6,3)	(0,9)
Redução (aumento) de Outros ativos/passivos	(4,4)	(1,1)	(3,3)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(98,0)	40,2	(138, 2)
Juros pagos	(18,4)	(19, 6)	1, 2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	160, 1	165,7	(5, 6)
Mútuos com partes relacionadas	0,0	(9,1)	9, 1
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(44,6)	(12,7)	(31,9)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(120,2)	-	(120,2)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(29,4)	-	(29,4)
Resgate (aplicação) / Rendimento de aplicações financeiras	(65,1)	(3,9)	(61,2)
Compra de imobilizado e intangível	(115,8)	(113,8)	(2,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(375,0)	(139,7)	(235, 3)
Empréstimos e financiamentos	147, 4	92,1	55, 3
Ações em tesouraria	-	(32,3)	32,3

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dividendos Pagos	(0,5)	(20,2)	19,7
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento)	146,9	39,6	107,3
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(68,0)	65,6	(133,6)

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi negativa em R\$68,0 milhões. Começamos o ano de 2019 com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$99,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, tínhamos um saldo de R\$31,6 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2019 somavam R\$151,0 milhões, totalizava R\$182,6 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$5,6 milhões, passando de uma geração de R\$165,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de caixa de R\$160,1 milhões exercício findo em 31 de dezembro 2019. A variação se deve principalmente pelo aumento no contas a receber.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$375,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e aumentaram R\$235,3 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia e aumento dos Direitos em empréstimos em aquisição futura da Unisul.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: Em 31 de dezembro de 2019, as atividades de financiamento geraram R\$146,9 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$39,6 milhões no mesmo período de 2018, explicado principalmente pela captação de recursos realizados em 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

(Em milhões de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017	Var. 2018 / 2017 (R\$)
Lucro líquido do exercício	2,3	85,2	(82,9)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46,3	46,2	0,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(0,6)	(2,1)	1,5
Depreciação e amortização	54,3	51,3	3,0
Baixa de valor de imobilizado e intangível	0,8	0,4	0,4
Equivalência patrimonial	2,5	0,4	2,1
Despesas com juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento de impostos	23,1	28,5	5,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	5,9	7,2	(1,3)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,8	8,3	2,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,2)	1,8	(0,4)
Remuneração baseada em ações	(0,7)	0,1	(0,8)
Valor justo com derivativos	3,2	11,6	(8,4)
Baixa de estoque e acervo líquido	0,0	1,2	(1,2)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalor	(2,5)	6,2	3,7
IR e CS correntes e diferidos	1,7	(36,8)	38,5
Geração de Caixa Operacional Bruta	145,1	193,5	(48,4)
Redução (aumento) de Contas a receber	30,9	(1,4)	32,3
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	5,5	7,7	(2,2)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(3,6)	(13,3)	9,7
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	3,4	0,6	(2,8)
Redução (aumento) de outros ativos	(2,4)	(3,3)	0,9
(Redução) aumento de fornecedores	(2,2)	10,1	(12,3)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	14,9	7,8	7,1
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	(1,4)	(1,6)	0,2
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,8)	0,7	1,5
(Redução) aumento de títulos a pagar	3,2	-	3,2
Redução (aumento) de Provisão para riscos	(6,3)	(13,7)	7,4
Redução (aumento) de Outros passivos	(1,1)	3,1	(4,2)
Variação nos ativos e passivos operacionais	40,2	(3,4)	43,6
Juros pagos	(19,6)	(32,8)	13,2
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	165,7	157,3	8,4
Mútuos com partes relacionadas	(9,1)	(0,2)	(8,9)
Aumento de capital em controlada	0,0	(3,1)	3,1
Aquisição de controladas líquidas dos caixas adquiridos	(12,7)	0,0	(12,7)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	(3,9)	59,9	(63,8)
Investimento de imobilizado e intangível	(113,8)	(73,1)	(40,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(139,7)	(16,5)	(123,2)
Empréstimos e financiamentos	92,1	(137,2)	229,3
Ações em tesouraria	(32,3)	(4,3)	(28,0)
Dividendos Pagos	(20,2)	(5,0)	(15,2)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	39,6	(146,4)	186,0

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65,6	(5,7)	71,3
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	33,9	39,6	(5,7)
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99,5	33,9	65,6

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$65,6 milhões. Começamos o ano de 2018 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$33,9 milhões, e terminamos o ano com um saldo de R\$99,5 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2018 somavam R\$85,9 milhões, totalizava R\$185,4 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$8,4 milhões, passando de uma geração de R\$157,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para uma geração de caixa de R\$165,7 milhões em 31 de dezembro 2018. A variação se deve principalmente pela variação dos ativos e passivos operacionais que passaram de um valor negativo de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para um valor positivo de R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente pela diminuição do saldo de contas a receber (em função de antecipação de matrícula e renegociação de contratos).

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$139,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 e aumentaram R\$123,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras decorrente de captação realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: As atividades de financiamento geraram R\$ 39,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 146,4 milhões de aplicações em 31 de dezembro de 2017. Esta variação está relacionada e obtenção de novos empréstimos em 2018

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultado das nossas operações:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

iii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, foram realizadas 2 aquisições, e passamos a consolidar os resultados da Faculdade Jangada e da CESUC a partir de agosto de 2018. No mesmo ano, adquirimos os direitos de manutenção da FACED (Faculdade Divinópolis), por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda. Em 2019, por sua vez, adquirimos os direitos de manutenção das instituições Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – Epp, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A; o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (UNISUL), após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato; bem como a aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda (AENA), mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, por meio de sua subsidiária integral VC Network Educação S.A. (VC), também após a aprovação pelo CADE, que ocorreu de forma definitiva em fevereiro de 2020. Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020. Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 21,4% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, explicado pelo aumento de ticket líquido e expansão via aquisições. Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 7,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, explicado pelo aumento médio das mensalidades ocorrido no início do ano, além do ganho com o melhor mix dos nossos cursos e expansão da base de alunos na graduação. Além disto vemos um aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Inflação

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2017, 2018 e 2019 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 que pudessem impactar materialmente nossos resultados. O resultado de 2017 e 2018 foi impactado pela abertura de novas unidades acadêmicas e pela revisão dos contratos de aluguel da USJT, unidades Mooca e Butantã, conforme acordado quando de sua aquisição.

Câmbio

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

Taxa de Juros

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$675,9 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

Financiamento a Estudantes

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalier, em parceria com a empresa de mesmo nome. Além disso, a Ânima lançou em 2015 o AMPLIAR, um canal de atendimento, com espaços dedicados em todas as nossas instituições, focado na assessoria, oferta e suporte completo para contratação das diversas opções de crédito estudantil, privadas ou pública. Com o Ampliar, a Ânima também aumentou as opções de financiamento a seus alunos, incluindo novas modalidades do Pravalier e a garantia educacional, que permite a ele continuar estudando mesmo que fique temporariamente desempregado. Essas iniciativas ajudaram a minimizar o impacto adverso causado em função das alterações no FIES. Para maiores informações sobre o FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve, nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional. Reportamos nossos resultados financeiros segmentados em:

- **Ensino** – que inclui, além do Ensino Superior presencial (graduação e pós-graduação), o Ensino a Distância, o Ensino Básico e o Ensino Técnico.
- **Outros Negócios** – que inclui a nossa vertical de gestão, HSM, e a EBRADI, Escola Brasileira de Direito.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO) com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC) com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FAGED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE.

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Ânima Educação, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. (“INSEGNARE”) com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultará na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso em fase de aprovação na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

C. Eventos ou operações não usuais.

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)

		Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2019	2018	2017
- Custos e Despesas de Reestruturação	(a)	-20,7	-20,5	-29,8	-52,2	-24,4
- Ajuste de Contas a Receber FIES	(b)	-	-	-	1,2	3,0
- Baixa Perda de Estoques	(c)	-	-	-	-	-1,2
- Ajuste Provisão para Contingências	(d)	-2,8	-	-	-3,8	-
- Descontinuação do GIT	(e)	-	-1,6	-2,9	-8,0	-
- Programa de regularização tributária	(f)	-	-	-	-	-2,5
- Custo de aquisição AGES	(g)	-	-	-5,8	-	-
- Provisão para <i>Impairment</i> HSM	(h)	-61,6	-	-	-	-
TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES		85,1	-22,1	-38,5	-62,6	-25,1

(a) Em 2017, apresentamos um valor de R\$24,4 milhões de despesas de reestruturação de natureza não recorrente, devido às rescisões de professores e funcionários administrativos decorrente do processo de reestruturação e da integração de novas unidades.

Em 2018, enquanto no primeiro semestre os gastos de rescisão de pessoal estavam relacionados à decisão de terceirizar as atividades de limpeza em nossos campi, no segundo semestre do ano os gastos de rescisão estão relacionados ao Projeto Censo e a reestruturação docente em algumas unidades. O Projeto Censo foi executado ao longo do 2S18 para eliminar as redundâncias existentes entre as estruturas corporativas e as unidades, em decorrência do processo de centralização e padronização previamente executados. As aquisições realizadas em julho de 2018, CESUC e Jangada, tiveram despesa de rescisão de pessoal no valor R\$0,4 milhão entre agosto de dezembro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentamos valor de itens não recorrentes em patamares inferiores aos observados no mesmo período em 2018. Dentro dos esforços de gestão que temos promovido em busca de anhos adicionais de eficiência, o que implica, em um primeiro momento, em gastos não recorrentes com despesas de reestruturação, no terceiro trimestre de 2019 promovemos a unificação da gestão das nossas marcas na Regional Minas Gerais/Goias, além da junção de 4 campi (Una Barro Preto, Una Uberlândia, Una Catalão e UniSociesc Jaraguá do Sul), com a redistribuição dos alunos nas mesmas cidades ou regiões.

Em 2020, apresentamos um valor de R\$17,6 milhões referente às reestruturações administrativas das nossas unidades, dos quais R\$6,2 milhões foram consumidos em ajustes decorrentes da reestruturação da nova matriz curricular; R\$5,9 milhões foram destinados aos custos decorrentes da união de 4 unidades e R\$5,5 milhões foi destinado à reorganização de estruturas administrativas. Além disso, consideramos R\$3,1 milhões referente às integrações de nossas unidades.

(b) Realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES de R\$7,8 milhões, em função do acordo firmado em fevereiro de 2016 com o Governo, prevendo que as mensalidades de FIES referentes à competência 2015 e ainda não pagas, sejam quitadas nos próximos 3 anos, sendo 25% do saldo até junho de 2016, 25% até junho de 2017, e os 50% remanescentes até junho de 2018. O acordo estabelece, ainda, que os saldos a receber sejam corrigidos pela inflação (IPCA). Desta forma, realizamos um ajuste em nosso Contas a Receber de FIES refletindo o spread entre a taxa de juros base (SELIC) e a inflação (IPCA). Seguindo recomendação de nossos auditores externos, este ajuste impactou negativamente nossa receita operacional bruta de 2015. Em 2017 e 2018, excluímos o impacto positivo deste ajuste, que representou uma receita de R\$3,0 milhões e R\$1,2 milhão, respectivamente, também sem efeito em caixa.

(c) Em 2017, realizamos uma baixa no valor de R\$ 1,2 milhão no estoque da HSM referente a revistas de edições antigas que não seriam mais comercializadas.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(d) Em 2017, o Governo Federal publicou duas medidas provisórias que possibilitaram a quitação antecipada de parcelamentos tributários utilizando créditos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou da base de cálculo negativa da CSLL. Através desse benefício liquidamos parcelamentos fiscais, gerando um ganho de R\$14,8 milhões em nosso resultado líquido. Este valor é composto pela constituição de uma provisão para riscos de R\$2,5 milhões (realizado no 2T17), acompanhada pela constituição de créditos fiscais diferidos no valor de R\$17,3 milhões.

(e) No início de 2018 decidimos simplificar as atividades desempenhadas pelo GIT, descontinuando os setores de ferramentaria e análise laboratorial, e transferir as atividades remanescentes, de consultoria e fundição, para o Instituto Ânima. Dessa forma, o GIT deixa de ser consolidado em nossos resultados e reduzimos suas respectivas estruturas de gestão. Os contratos ainda em vigor destas áreas, além dos gastos com demissão de funcionários, geraram uma receita de R\$8,1 milhões e um resultado operacional negativo de R\$8,0 milhões em 2018, e de R\$ 2,9 em 2019 que estamos excluindo de nossos resultados gerenciais.

(f) Em 2018 tivemos uma provisão para contingência no valor de R\$3,8 milhões relacionada a um processo judicial de um distrado de aquisição de imóvel junto a um terceiro, anterior a aquisição da UNA (2003).

(g) Em 2019 tivemos gastos em função da aquisição da controlada AGES.

(h) Em 2020, tendo em vista a elevada incerteza e baixa visibilidade sobre quais serão os impactos no setor de eventos de educação corporativa, em razão da pandemia do COVID-19, revisitamos as nossas projeções de resultados para a hsm e atualizamos o teste de impairment para essa unidade de negócios, com a revisão de cada uma de suas atividades, e ajuste das estimativas e premissas anteriores, adequando-as ao maior nível de risco atual. Como resultado do estudo atualizado, optamos por efetuar o registro de R\$61,6 milhões como perda por *impairment* que será considerada como uma despesa não recorrente no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, houve alteração de prática contábil relativa à amortização da propriedade de marcas, conforme previsto pelo CPC 23: *Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro*. Esta alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, o critério que estabelece que a vida útil estimada para suas marcas é de 30 anos, sendo que a data de vencimento das marcas era antes considerada como indefinida.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2), aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a mudança da prática contábil relativa à amortização das marcas da Companhia, nos moldes do CPC 23, resultou em um impacto negativo no resultado do período de R\$ 3,3 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2) que foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento que apresente as características que estão ao alcance da norma.

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Esta abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Sociedade e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

Os impactos trazidos pela adoção do IFRS-16 para 31 de dezembro de 2019 foram: a) aumento no endividamento de R\$ 555,3 milhões; b) aumento no imobilizado de R\$ 531,5 milhões; c) impacto negativo no resultado do período de R\$ 124,2 milhões, composto por baixa, amortização e despesa financeira.

Não houve efeitos por alteração de prática contábil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2019 e do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2020 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("Práticas Contábeis adotadas no Brasil") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ou "IFRS"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas, e que requerem a realização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a sua aplicação, são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

- Provisão para perdas estimadas em crédito – a provisão para perdas estimadas é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização dos créditos.
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a sua compensação, e são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Sociedade avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultado que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas.
- Prazos e Taxa de arrendamentos – A Companhia utiliza taxa livre de risco em termos nominais de longo prazo e também o *spread* de quanto a Companhia pagaria em dívidas semelhantes na mesma região de onde o ativo está localizado e no mesmo prazo de utilização do ativo.
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos Intangíveis e Tangíveis –

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, no fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, nossos investimentos totalizaram R\$97,7 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nossos investimentos totalizaram R\$115,7 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos campi, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital. Esperamos também crescer via aquisições.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2017, 2018 e 2019, bem como exercício corrente, não fizemos desinvestimentos relevantes e também não temos desinvestimentos previstos, dado o crescimento da nossa base de alunos e abertura de novas unidades acadêmicas.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em julho de 2018 a Ânima anunciou a aquisição do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC), em Catalão (GO), então com aproximadamente 2,5 mil alunos, e da Faculdade Jangada, em Jaraguá do Sul (SC), então com aproximadamente 0,7 mil alunos. No mesmo ano, em dezembro, adquirimos os direitos de manutenção da FACED (Faculdade Divinópolis) uma das principais instituições de ensino superior de Divinópolis (MG), então com aproximadamente 0,8 mil alunos matriculados e 5 cursos de graduação, por meio de nossa subsidiária integral SOCIESC Educação Ltda.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam, à época, com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes.

Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não tem condições suspensivas, passará a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não tem condições suspensivas, passará a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020.

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Além dos fatores mencionados no item 10.8 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impacto nas informações financeiras

Para o período findo em 30 de setembro de 2020, a Sociedade e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19, sobre suas informações trimestrais e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- **Arrendamento financeiro:** Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados. Para 30 de setembro de 2020, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- **Risco de crédito (contas a receber de alunos):** Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- **Redução ao valor recuperável de ativos:** Atualizamos o teste de impairment para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos In Company os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Sociedade optou por efetuar o registro como de R\$ 61.556 como perda por impairment.

Informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas

A Companhia preparou balanço patrimonial e demonstrações do resultado consolidadas pro forma com as informações financeiras consolidadas não auditadas, considerando os efeitos da aquisição da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. e suas controladas (em conjunto, "Laureate"), bem como, de forma concomitante, a alienação da Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. ("FMU"), a alienação ou transferência de imóveis não operacionais e a obtenção de financiamento por meio de emissão das debêntures visando a obtenção dos recursos necessários à consecução da aquisição da Laureate, como se os mesmos tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

Combinação de negócios

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato ("Transaction Agreement") para aquisição, através de sua controlada VC Network Educação S.A. ("VC Network"), da Laureate. O Transaction Agreement prevê um preço, no fechamento de R\$4.400.000, sendo R\$3.777.000 a serem pagos em dinheiro e R\$623.000 de dívidas dos ativos a serem assumidas pela Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Sujeito à aprovação do CADE, a qual estava pendente na data deste Formulário de Referência, a Aquisição contempla, ainda, o pagamento de até R\$203 milhões adicionais ao Grupo Laureate a título de *earn-out* por vagas de medicina da UAM pendentes de aprovação perante o MEC nos 18 (dezoito) meses após a data de assinatura do Transaction Agreement, a serem pagos no prazo de um ano a contar de cada autorização do MEC para as referidas vagas. Por fim, Aquisição contempla a assunção do pagamento da multa à Ser pelo Go-Shop, a ser pago pela Companhia, no valor de R\$180 milhões. Em 04 de novembro de 2020, o referido pagamento no valor de R\$180 milhões foi realizado.

Paralelamente à Aquisição, celebramos em 06 de outubro de 2020, contratos definitivos com a MAFF Holding LLC (“Farallon”) por meio da qual esta assumiu obrigação de adquirir junto a nós, ato simultâneo ao fechamento da Aquisição, a totalidade do capital social da FMU, mediante pagamento à vista, no montante de R\$500 milhões.

Reestruturação

1. Rescisão de acordos *intercompany*

O *Transaction Agreement* prevê a rescisão de quaisquer acordos *intercompany* (“*Termination of Intercompany Arrangements*”). Dessa forma, há previsão contratual para que: (i) todos os contratos *intercompany* e todas as transações e contas entre a Laureate Education, Inc. ou qualquer de suas afiliadas (exceto qualquer controlada direta ou indireta da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. (“Empresa do Grupo”), por um lado, e qualquer Empresa do Grupo, por outro lado, sejam encerrados antes do Fechamento; (ii) que todas as responsabilidades decorrentes de tais contratos *intercompany*, transações e contas a serem liquidadas ou satisfeitas antes do Fechamento, sem qualquer penalidade, responsabilidade adicional ou consequência adversa para qualquer uma das Empresas do Grupo de e após o Fechamento desde que quaisquer contratos *intercompany* relativos a dívidas entre a Laureate Education, Inc. e/ou qualquer uma de suas afiliadas (exceto qualquer Empresa do Grupo), por um lado, e qualquer Empresa do Grupo, por outro lado, que estejam pendentes imediatamente antes do fechamento seja liquidado por meio de capitalização no patrimônio líquido.

Dessa forma, tais acordos *intercompany* contemplam empréstimos a pagar a Iniciativas Culturales de Espana, S.L. (“ICE”) no montante de R\$2.234.198 mil em 30 de setembro de 2020 e Education Trademark B.V. (“Education Trademark”) no montante de R\$415.203 mil em 30 de setembro de 2020.

2. Alienação ou transferência de imóveis não operacionais

O *Transaction Agreement* prevê ainda que, no caso da Laureate Education, Inc., não vender ou de outra forma transferir antes do fechamento determinados imóveis não operacionais, então a VC Network e a Companhia deverão, às custas da Laureate Education, Inc. e de acordo com suas solicitações, envidar seus esforços comercialmente razoáveis para vender tais propriedades por meio de vendas organizadas ou leilões e pagar o produto de tais vendas (líquido de quaisquer impostos, comissões, custos e despesas pagas ou incorridos, em cada caso, em relação a isso) para a Laureate Education, Inc. como um ajuste à contraprestação em dinheiro. As disposições sobre retenções de impostos contidas no *Transaction Agreement* serão aplicadas *mutatis mutandis* ao imposto de renda sobre ganho de capital, se houver, que deverá ser retido sobre tal valor de ajuste.

Esses imóveis supracitados possuíam valor residual de R\$63.445 mil em 30 de setembro de 2020.

Financiamento à aquisição

Para a obtenção dos recursos necessários à consecução da transação acima, em 28 de outubro de 2020 a Companhia celebrou Carta de Compromisso (“*Commitment Letter*”) com determinadas instituições financeiras para atuarem como coordenadores de uma emissão de debêntures não conversíveis no valor de R\$ 3.800.000 mil a serem emitidas em regime de garantia firme, de acordo com a Instrução CVM nº 476. O período de compromisso é de até doze meses a partir da data de sua assinatura, o qual será prorrogado de comum acordo, de forma que o compromisso de financiamento esteja disponível até a data de fechamento definida no *Transaction Agreement*.

OS QUADROS ABAIXO APRESENTAM UM SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA ELABORADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA ÂNIMA, E DEVEM SER LIDOS EM CONJUNTO COM AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA DA ÂNIMA EM SEU FORMADO COMPLETO, APRESENTADAS E DISPONIBILIZADAS EM NOSSO SITE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (RI.ANIMAEDUCACAO.COM.BR), BEM COMO NOS SITES DA CVM E DA B3.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)**

Em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
ATIVOS							
ATIVOS CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	84.332	209.244	477.875	-	(3.957.000)	3.724.000	538.451
Aplicações financeiras	705.427	-	-	-	-	-	705.427
Contas a receber	318.364	293.474	(63.835)	-	-	-	548.003
Contas a receber com partes relacionadas	-	5.082	(322)	-	-	-	4.760
Adiantamentos diversos	12.904	5.470	(625)	-	-	-	17.749
Impostos e contribuições a recuperar	4.815	50.814	(6.272)	-	-	-	49.357
Direitos a receber por aquisições	173.365	36.023	(35.140)	-	-	-	174.248
Outros ativos circulantes	10.193	17.188	(4.634)	-	-	-	22.747
Total do ativo circulante	1.309.400	617.295	367.047	-	(3.957.000)	3.724.000	2.060.742
ATIVOS NÃO CIRCULANTES							
Contas a receber	35.056	2.275	-	-	-	-	37.331
Impostos e contribuições a recuperar	14.855	26.164	(25.194)	-	-	-	15.825
Créditos com partes relacionadas	10.571	1.460	23.367	-	-	-	35.398
Direitos a receber por aquisições	113.367	303.796	(259.850)	-	-	-	157.313
Depósitos judiciais	62.804	29.882	(1.188)	-	-	-	91.498
IR e CS diferidos.	1.514	164.235	(12.938)	-	-	-	152.811
Ativos mantidos para venda	-	2.365	-	-	-	-	2.365
Outros ativos não circulantes	4.996	15.655	(1.670)	-	-	-	18.981
Investimentos	49	-	-	-	-	-	49
Direito de uso de arrendamentos	604.232	-	-	-	-	-	604.232
Imobilizado	372.812	1.394.844	(293.921)	(63.445)	21.130	-	1.431.420
Intangível	1.172.947	1.374.436	(899.125)	-	3.137.687	-	4.785.945
Total dos ativos não circulantes	2.393.203	3.315.112	(1.470.519)	(63.445)	3.158.817	-	7.333.168
TOTAL DOS ATIVOS	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.183)	3.724.000	9.393.910

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
PASSIVOS							
PASSIVOS CIRCULANTES							
Fornecedores	43.080	112.409	(47.423)	-	-	-	108.066
Contas a pagar com partes relacionadas	-	241.539	-	(240.625)	-	-	914
Empréstimos, financiamentos e debêntures	87.914	341.518	(52.471)	-	-	631.207	1.008.168
Arrendamento a pagar	35.724	125.316	(27.604)	-	-	-	133.436
Obrigações sociais e salariais	142.704	163.811	(22.952)	-	-	-	283.563
Obrigações tributárias	27.629	26.155	(1.763)	-	-	-	52.021
Adiantamentos de clientes	28.096	93.527	(16.056)	-	-	-	105.567
Títulos a pagar	64.622	43.327	-	-	-	-	107.949
Parcelamento de impostos e contribuições	6.414	10.394	(10.394)	-	-	-	6.414
Derivativos	127	-	-	-	-	-	127
Outros passivos circulantes	6.361	25.150	(8.639)	-	-	-	22.872
Total dos passivos circulantes	442.671	1.183.146	(187.302)	(240.625)	-	631.207	1.829.097
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587.995	223.325	-	-	-	3.769.500	4.580.820
Arrendamentos a pagar	617.652	684.552	(192.268)	-	-	-	1.109.936
Adiantamentos de clientes	7.775	-	-	-	-	-	7.775
Débitos com partes relacionadas	84	2.408.776	-	(2.408.776)	-	-	84
Derivativos	890	-	-	-	-	-	890
Títulos a pagar	169.153	536	-	-	101.500	-	271.189
Parcelamento de impostos e contribuições	30.721	33.257	(33.257)	-	-	-	30.721
IR e CS diferidos	74.117	90.116	(99.856)	-	338.602	-	402.979
Provisão para perdas em investimento	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	104.538	289.536	(169.734)	-	465.914	-	690.254
Outros passivos não circulantes	2.180	24.239	-	-	-	-	26.419
Total dos passivos não circulantes	1.597.397	3.754.337	(495.115)	(2.408.776)	906.016	3.769.500	7.123.359
TOTAL DOS PASSIVOS	2.040.068	4.937.483	(682.417)	(2.649.401)	906.016	4.400.707	8.952.456
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)							
Capital social integralizado	1.651.625	1.673.076	-	1.801.051	(3.474.127)	-	1.651.625
Gastos com emissão de ações	(79.382)	-	-	-	-	-	(79.382)
Ágio em transação de capital	(69.566)	(359.702)	-	-	359.702	-	(69.566)
Reserva de capital	34.844	-	-	-	-	-	34.844
Reservas de lucros	165.515	-	-	-	-	-	165.515
Ações em tesouraria	(38.206)	-	-	-	-	-	(38.206)
Prejuízos acumulados	(8.004)	(2.318.450)	(421.055)	784.905	1.410.225	(676.707)	(1.229.086)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.656.826	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	435.744
Participação dos acionistas não controladores	5.709	-	-	-	-	-	5.709
	1.662.535	(1.005.076)	(421.055)	2.585.956	(1.704.200)	(676.707)	441.453
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) E PASSIVOS							
	3.702.603	3.932.407	(1.103.472)	(63.445)	(798.184)	3.724.000	9.393.909

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO *PRO FORMA* (NÃO AUDITADO)**

Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2020
(em milhares de reais)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.046.063	1.487.114	(276.212)	-	-	-	2.256.965
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(497.134)	(504.907)	106.654	-	-	-	(895.387)
LUCRO BRUTO	548.929	982.207	(169.558)	-	-	-	1.361.578
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(352.324)	(824.054)	142.527	-	(83.140)	-	(1.116.991)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.039)	-	-	-	-	-	(3.039)
Outras (despesas) receitas operacionais	(89.606)	(187.432)	176.439	-	-	-	(100.599)
	(444.969)	(1.011.486)	318.966	-	(83.140)	-	(1.220.629)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	103.960	(29.279)	149.408	-	(83.140)	-	140.949
Resultado financeiro	(108.558)	(892.131)	55.325	687.612	-	(251.389)	(509.141)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(4.598)	(921.410)	204.733	687.612	(83.140)	(251.389)	(368.192)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(2.954)	49.086	(29.519)	-	28.268	-	44.881
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(7.552)	(872.324)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(323.312)
Operações descontinuadas	-	21.375	-	-	-	-	21.375
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(7.552)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(301.937)
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(8.004)	(850.949)	175.214	687.612	(54.872)	(251.389)	(302.389)
Participação de não controladores	452	-	-	-	-	-	452
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,08)						(2,93)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,08)						(2,91)

	Ânima	Laureate	Desinvestimento FMU	Reestruturação	Combinação de Negócios	Emissão de Debêntures	Consolidado Pro Forma
RECEITA LÍQUIDA	1.181.499	2.181.510	(443.710)	-	-	-	2.919.299
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671.584)	(819.560)	177.777	-	-	-	(1.313.367)
LUCRO BRUTO	509.915	1.361.950	(265.933)	-	-	-	1.605.932
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais, administrativas e comerciais	(391.881)	(1.189.446)	236.650	-	(103.708)	-	(1.448.385)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.463)	-	-	-	-	-	(2.463)
Outras (despesas) receitas operacionais	4.399	4.063	1.310	-	-	-	9.772
	(389.945)	(1.185.383)	237.960	-	(103.708)	-	(1.441.076)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	119.970	176.567	(27.973)	-	(103.708)	-	164.856
Resultado financeiro	(126.292)	(373.912)	46.959	160.738	-	(425.318)	(717.825)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS	(6.322)	(197.345)	18.986	160.738	(103.708)	(425.318)	(552.969)
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(3.271)	55.155	(5.925)	-	35.261	-	81.220
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(9.593)	(142.190)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(471.749)
Operações descontinuadas	-	49.867	-	-	-	-	49.867
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À							
Proprietários da controladora	(9.593)	(92.323)	13.061	160.738	(68.447)	(425.318)	(421.882)
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,12)						(5,41)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,12)						(5,36)

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Não aplicável, vez que não divulgamos projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Não aplicável, vez que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê:

Nossa Administração é composta por um Conselho de Administração de 5 a 9 membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, dos quais, no mínimo, 2 (dois) ou 20,0% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e por uma Diretoria com, no mínimo, 4 e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações Institucionais, um Diretor de Novos Negócios e um Diretor de Relações com Investidores e os demais membros cujas funções e denominações específicas serão definidas pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos.

Nosso Estatuto Social prevê, ainda, um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que, quando instalado será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e seus respectivos suplentes, e um Conselho Estratégico destinado a aconselhar os Administradores em relação às questões estratégicas da Companhia, em especial as relativas às áreas de inovação, tecnologia, reputação e cultura organizacional, composto por, no mínimo, 7 e, no máximo, 15 membros efetivos, bem como por eventuais membros suplentes.

Conselho de Administração:

Nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho.

Nosso Estatuto Social prevê, especificamente, as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- i. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- ii. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- iii. eleger, aceitar renúncia, deliberar sobre pedido de licença temporária, designar substitutos e destituir os Diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições específicas, observando o disposto no Estatuto Social;
- iv. fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- v. manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, demonstrações financeiras e as contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- vi. determinar os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos diretores estatutários da Companhia;
- vii. distribuir a remuneração global dos administradores fixada anualmente pela Assembleia Geral dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia;
- viii. deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- ix. determinar o levantamento de balancetes em períodos inferiores a um exercício social e deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares ou intermediários, nos termos do Estatuto Social;
- x. deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo quarto, do artigo 5º do Estatuto Social, com a emissão de novas ações ordinárias, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou de títulos com direito de subscrição, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- xi. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, assim como deliberar sobre as respectivas condições referidas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- xii. deliberar sobre a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação pública de recursos, de uso comum no mercado, incluindo, mas não se limitando, a emissão de notas promissórias;
- xiii. dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- xiv. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- xv. deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, bem como sobre a constituição de subsidiárias, sempre tendo em vista os objetivos sociais;
- xvi. deliberar sobre a alteração da política de dividendos das controladas e/ou subsidiárias da Companhia;
- xvii. deliberar sobre a alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídas a quaisquer valores mobiliários de emissão das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xviii. aprovar a transformação do tipo societário, cisão, fusão, incorporação das sociedades nas quais a Companhia detenha participação ou a incorporação de qualquer destas em outra;
- xix. deliberar sobre requerimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial das sociedades nas quais a Companhia detenha participação;
- xx. deliberar sobre a alteração das práticas contábeis das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, salvo se exigido por lei;
- xxi. aprovar atos de transferência de tecnologia, venda, licenciamento ou renúncia de patentes, marcas registradas, informações técnicas e know-how que envolvam valor excedente, individualmente, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- xxii. deliberar sobre a celebração de qualquer negócio jurídico com terceiros, inclusive a celebração de contratos de financiamento, empréstimos ou assunção de qualquer dívida que, individualmente considerada, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) cada ou, em valor agregado ao longo de um mesmo exercício social, superior a 50% do patrimônio líquido da Companhia. No caso de contratos locatícios, o valor total do contrato será considerado como o resultado da multiplicação do valor mensal do aluguel por 12 (doze), acrescido de todas e quaisquer outras despesas ou multas (rescisórias ou não) contidas no contrato aplicável;
- xxiii. deliberar sobre a realização, pela Companhia e/ou pelas sociedades nas quais a Companhia detenha participação, de qualquer negócio com quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador desde que, em qualquer caso, realizado em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Não serão vedadas (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias (b) prestação de serviços realizada pela Companhia às empresas em que tiver participação;
- xxiv. deliberar sobre a aquisição, constituição ou alienação de sociedade, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme o caso, que, em um mesmo exercício social, superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação, conforme o caso, apurado conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, por seus auditores independentes, relativas obrigatoriamente ao último exercício social, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- xxv. deliberar sobre a aprovação da aquisição de ativos (i) que não sejam relacionados ao setor de educação; (ii) que, ainda no setor de educação, sejam relacionados ao setor de educação básica; ou (iii) imobiliários, ainda que relacionados ao setor de educação, salvo aqueles já pertencentes à instituição de ensino que vier a ser adquirida;
- xxvi. deliberar sobre a aprovação de investimentos que excedam, em um mesmo exercício social, 3,5% (três vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada no período de 12 (doze) meses que anteceder à data da aprovação, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas, por meio de operação isolada ou por meio de operações sucessivas, desdobradas ou análogas;
- xxvii. deliberar sobre a celebração, pela Companhia e/ou suas controladas ou subsidiárias, de acordos de acionistas, de quotistas ou de instrumentos análogos relativos à participação societária por elas detidas, ou alterações a tais instrumentos vigentes;
- xxviii. deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou quaisquer outras garantias reais relativas a obrigações de terceiros ou de partes relacionadas de quaisquer dos acionistas da Companhia, ressalvadas aquelas prestadas em favor de empresas nas quais detenha participação;
- xxix. aprovar a outorga de procuração para a prática de qualquer um dos atos contidos no artigo 14 do Estatuto Social;
- xxx. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- xxxi. deliberar sobre a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno; e
- xxxii. deliberar sobre a aprovação do orçamento anual e plano quinquenal ou plurianual de negócios.

Além disso, o Conselho de Administração poderá instituir comitês com funções técnicas e/ou consultivas, sendo sua competência definir suas atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses comitês.

A Companhia possui uma política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria com auditores independentes, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de agosto de 2020. Esta política aplica-se ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, Diretoria Executiva, assim como toda e qualquer área e colaboradores da Companhia e suas controladas e subsidiárias que estejam envolvidas em processos de seleção, avaliação, e contratação e/ou pagamento de Serviços de Auditoria e/ou Extra Auditoria.

Nosso Conselho de Administração reúne-se a cada trimestre, de forma ordinária, e, de forma extraordinária, sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente, ou, na falta deste, pelo Vice-Presidente, ou por qualquer de seus membros (neste último caso, exclusivamente caso o presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não tenham convocado, por qualquer motivo, uma reunião solicitada por tal Conselheiro em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva solicitação), com antecedência mínima de 5 dias em primeira convocação e de 2 dias em segunda convocação, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia e dos documentos que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da nossa Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ressalvado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, observado o caso de empate nas deliberações em reuniões do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de minerva.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

Nosso Conselho de Administração possui Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 08 de novembro 2018, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Diretoria:

Compete à nossa Diretoria, além de outras funções previstas em Lei ou no Estatuto Social, representar a nossa Companhia na prática de quaisquer negócios, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a nossa Companhia

Nossa Diretoria reunir-se-á (i) anualmente para elaborar as demonstrações financeiras e respectivo relatório a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, nos termos da alínea "(iv)" do artigo 14 do nosso Estatuto Social; e (ii) periodicamente, quando necessário, por convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar da convocação a ordem do dia.

As reuniões são instaladas com a presença da maioria dos membros da Diretoria, em primeira convocação, e com qualquer quórum, em segunda convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente ou o Diretor que o substituir na reunião terá o voto de qualidade.

A Diretoria da Companhia não possui Regimento Interno. Dentro do processo de aprimoramento da Governança, a Companhia pretende adotar, em breve, um Regimento Interno da Diretoria.

Conselho Estratégico:

O Conselho Estratégico tem função técnica e consultiva, e destina-se a aconselhar os Administradores da Companhia em relação às questões estratégicas da Companhia, em especial as relativas às áreas de inovação, tecnologia, reputação e cultura organizacional, contribuindo, ainda, no desenvolvimento do projeto acadêmico das instituições de ensino por nós controladas.

Nosso Conselho Estratégico se reunirá, ordinariamente, ao menos uma vez a cada bimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, apresentando suas contribuições, a cada trimestre, à Diretoria e, a cada semestre, ao Conselho de Administração.

O Conselho Estratégico da Companhia não possui Regimento Interno.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato similar ao do Conselho de Administração. O Comitê será preferencialmente composto por membros do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente da companhia, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM, que dispõe sobre o registro e o exercício de atividade de auditoria independente. O mesmo membro do Comitê pode acumular ambas as características referidas acima. É vedada a participação, como membros do comitê, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) analisar e emitir recomendações sobre o funcionamento do modelo de governança corporativa adotado pela Companhia, sua adequação e eficácia, propondo eventuais alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- (iii) analisar e emitir recomendações acerca da adoção de melhores práticas de governança corporativa, bem como acompanhar o processo de implementação e manutenção das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia;
- (iv) analisar e emitir recomendações sobre o Estatuto Social, as políticas institucionais, a estrutura, regulamentos e funcionamento dos Comitês de Assessoramento do Conselho, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia;
- (v) acompanhar a contínua aderência da Companhia, conforme aplicável, à legislação de direito societário, de mercado de capitais e regulatória dos órgãos de fiscalização do mercado de valores mobiliários, bem como às melhores práticas de governança corporativa, com o apoio da Diretoria Jurídica e áreas de Governança Corporativa da Companhia;
- (vi) analisar e emitir recomendações sobre a adequação das transações entre partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); fazer recomendações de alterações e atualizações dessa Política, se necessário;
- (vii) analisar e acompanhar o cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas e, em caso de violação ao disposto nessa política, recomendar ao Conselho de Administração a adoção das providências cabíveis;
- (viii) avaliar e monitorar as políticas, procedimentos e sistemas de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (ix) avaliar e monitorar a elaboração e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia (*Compliance*);
- (x) supervisionar atividades de implementação, disseminação, treinamento, revisão e atualização do código de conduta e do canal de denúncias, bem como da condução de apurações e propositura de medidas corretivas relativas às eventuais infrações ao código de conduta e aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;
- (xi) garantir o funcionamento e idoneidade do canal de denúncias em todos os níveis e para todos os públicos da organização, assim como supervisionar a apuração e resolução adequada de todos os casos de desvios comprovados, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (xii) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição dos serviços de auditoria independente;
- (xiii) supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos;
- (xiv) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela auditoria independente e pela auditoria interna;
- (xv) analisar e avaliar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias, demonstrações financeiras consolidadas e quaisquer outros relatórios e documentos contábeis elaborados para atender as regras legais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xvi) acompanhar as questões legais, tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou quaisquer outras contingências que possam ter impacto nas demonstrações financeiras, em conjunto com a área jurídica;
- (xvii) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos possui Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de fevereiro de 2018, e com alterações aprovadas em 17 de setembro de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Finanças e M&A:

O Comitê de Finanças e M&A da Companhia é composto por no mínimo, 03 (três) membros efetivos.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato similar ao dos membros do Conselho. Compete ao Comitê de Finanças e M&A:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) referendar e submeter à aprovação do Conselho elaboração e alterações das políticas financeiras de Gestão de Riscos e suas políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia;
- (iii) acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- (iv) analisar, previamente à deliberação do Conselho de Administração, os orçamentos e planos de investimentos anuais, bem como acompanhar as suas execuções;
- (v) assessorar o Conselho de Administração e suportá-lo na análise do cenário macroeconômico e seus impactos para a Companhia;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração na análise e supervisão dos relatórios gerenciais de desempenho e das demonstrações financeiras da Companhia;
- (vii) analisar os relatórios periódicos enviados aos órgãos regulatórios do mercado de capitais, bem como as correspondências trocadas com os mesmos;
- (viii) propor recomendações ao Conselho Administração sobre políticas financeiras e de relacionamento da Companhia com o mercado de capitais;
- (ix) analisar financeiramente as políticas de ICP (Incentivo de Curto Prazo) e ILP (Incentivo de Longo Prazo) da diretoria;
- (x) monitorar a liquidez, o fluxo de caixa e o endividamento da Companhia;
- (xi) analisar e propor operações de captação e aplicação de recursos no mercado financeiro;
- (xii) analisar e propor operações de emissão de ações e títulos junto ao mercado de capitais;
- (xiii) monitorar e analisar o desempenho da Companhia em comparação a outras empresas do setor de atuação;
- (xiv) analisar e propor a otimização das estruturas societária e tributária do conglomerado de empresa;
- (xv) analisar, previamente ao Conselho de Administração e suportar o Conselho de Administração em processos de M&A;
- (xvi) acompanhar o desempenho do atual portfólio (e cada um dos negócios que o compõe individualmente) com base em sua contribuição ao *core business*, atratividade intrínseca, e/ou potencial de disrupção;
- (xvii) garantir a alocação de recursos da companhia visando uma distribuição adequada entre a maximização do *core business*, o desenvolvimento do portfólio de negócios correlatos e exploração de novos negócios com potencial de transformação e/ou disrupção;
- (xviii) acompanhar a evolução dos planos da companhia relacionados a estratégias de acesso e financiamento estudantil;
- (xix) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Finanças e M&A possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Pessoas:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) acompanhar as políticas de pessoal adotadas pela Companhia e recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores, em especial relacionadas à Gestão do Clima Organizacional e Gestão de Cultura e Ativos intangíveis;
- (iii) assessorar o Conselho na análise e apuração dos planos de remuneração, fixa e variável, dos administradores e funcionários da Companhia e suas Controladas;
- (iv) recomendar os critérios para outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e funcionários da Companhia e suas Controladas;
- (v) emitir recomendações relacionadas às estratégias de desenvolvimento de pessoas, cultura organizacional, políticas de remuneração e planos de sucessão de posições chave da Companhia e suas controladas;
- (vi) assessorar o Conselho de Administração em processos específicos de recrutamento de pessoas chave, em especial o do CEO;
- (vii) acompanhar *Feedback* anual ao CEO pelo Conselho de Administração;
- (viii) estabelecer regras operacionais complementares para o seu funcionamento, que deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (ix) recomendar ações para a manutenção da Cultura Ânima, bem como a incorporação dos Princípios da Companhia;
- (x) recomendar ações para que o professor seja o centro do posicionamento estratégico e dos processos de gestão;
- (xi) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê Acadêmico:

O Comitê Acadêmico é composto por no mínimo, 03 membros.

Os membros deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato similar ao do Conselho de Administração, podendo ser reeleitos. Compete ao Comitê:

- (i) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração da Companhia em relação às estratégias, às políticas e às práticas adotadas ou a serem adotadas pela Companhia relacionadas à área de atuação deste Comitê;
- (ii) auxiliar o Conselho de Administração a zelar pelo constante aprimoramento dos padrões de qualidade das atividades de ensino, de avaliação, de extensão universitária e de pesquisa conduzidas em todas as instituições mantidas pela Companhia e suas controladas;
- (iii) avaliar candidatos recomendados pela Diretoria a cargos de reitores ou equivalente nas instituições mantidas, especialmente naquelas que forem Centro Universitário e Universidade e reportar os resultados ao Conselho de Administração;
- (iv) avaliar e recomendar ao Conselho de Administração as diretrizes que deverão estar presentes nos regulamentos, regimentos internos, e políticas institucionais das instituições de ensino mantidas pela Companhia e suas controladas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (v) orientar e organizar amplas pesquisas de métodos e práticas de ensino, e reportar o resultado ao Conselho de Administração, de modo a manter as instituições controladas pela Companhia, sempre atualizadas e em consonância com as melhores práticas mundiais;
- (vi) auxiliar o Conselho de Administração a analisar propostas e supervisionar projetos de colaboração acadêmica e científica entre as instituições mantidas e outras instituições ou institutos de fomento à pesquisa, nacionais e internacionais;
- (vii) recomendar ao Conselho de Administração o desenvolvimento de projetos que se proponham a aportar inovações acadêmicas aos cursos oferecidos pelas instituições mantidas;
- (viii) recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da concessão de títulos honoríficos propostas por quaisquer das instituições mantidas;
- (ix) auxiliar o Conselho de Administração na análise de cenários no setor de educação superior e de possíveis impactos nos cursos e/ou nas instituições mantidas pela Companhia, em decorrência de alterações regulatórias promovidas, ou em discussão, pelo Ministério da Educação;
- (x) rever propostas de definições ou de alterações nos regulamentos internos que tratem de questões relacionadas à conduta ética nas atividades de pesquisa científica por parte de toda a comunidade acadêmica pertencente a quaisquer instituições mantidas e submeter o resultado à análise do Conselho de Administração;
- (xi) auxiliar o Conselho de Administração da Companhia na análise dos resultados dos principais processos regulatórios a que estejam submetidas as instituições mantidas pela Companhia, bem como na recomendação de estratégias para obtenção de melhores avaliações futuras nesses processos;
- (xii) auxiliar o Conselho de Administração na implementação de políticas e diretrizes para formação do corpo docente das instituições mantidas, especialmente aquelas de grande impacto (ex. plano de carreira, programas de formação, etc.);
- (xiii) auxiliar o Conselho de Administração no acompanhamento de projetos prioritários e de alto impacto acadêmico para a Companhia;
- (xiv) assessorar o Conselho de Administração a criar critérios de avaliação e avaliar de forma sistemática e consistente os indicadores de qualidade acadêmica da Companhia;
- (xv) acompanhar a implementação dos projetos curriculares;
- (xvi) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê Acadêmico possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na Reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Comitê de Transformação Digital:

O Comitê de Transformação Digital é composto por no mínimo, 03 membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato similar ao dos membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Transformação Digital:

- (i) auxiliar o Conselho de Administração na aprovação do plano estratégico de tecnologia, na avaliação da qualidade do serviço tecnológico, arquitetura, gestão da cibersegurança e adequação a leis de proteção de dados;
- (ii) analisar e monitorar as tendências tecnológicas e potências cenários que possam criar ou destruir valor no setor de educação;
- (iii) recomendar ao Conselho de Administração uma Visão Estratégica para Inovação (Alvos de Inovação) que esteja alinhada e contribua para a estratégia geral da Companhia;
- (iv) recomendar os veículos e ações a serem implantados para execução da visão da Inovação. Ex: Parcerias, Ecossistema, Incubação/aceleração, *Corporate Venture*, *Innovation Labs*, etc.;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (v) recomendar KPIs (*Key Performance Indicator*) e monitorar a execução da inovação;
- (vi) recomendar ações para transformar a cultura organizacional para uma “*Learning Organization*”, com a definição de novas competências necessárias para alcançar a visão estratégica;
- (vii) recomendar ações para encarar a experiência digital como parte da identidade da empresa e fazer com que a tecnologia deixe de ser uma atribuição de um departamento para ser uma competência core da empresa e das áreas;
- (viii) acompanhamento da implementação dos métodos ágeis em toda a organização;
- (ix) recomendar ao Conselho de Administração um desenho de governança capaz de focar no negócio atual e ao mesmo tempo possibilite a atuação em negócios como plataforma;
- (x) opinar sobre outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Transformação Digital possui Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião de 07 de dezembro de 2018 e com alterações aprovadas na reunião de 24 de abril de 2019, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

Área de Gestão de Riscos e Compliance:

A área de Gestão de Riscos e Compliance (“Diretoria de Risco e Compliance”), a qual responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração reportando-se tecnicamente ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, é dirigida por um Diretor de Risco e Compliance. A Companhia possui ainda uma Área de Auditoria Interna, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual está inserida na Diretoria de Risco e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. Ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Em reunião realizada no dia 12 de maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a nossa Política de Gerenciamento de Riscos, e atualmente se encontra disponível para consulta no site de RI da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>).

b. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Diretoria

Nossos diretores são responsáveis pelo desempenho dos nossos negócios em geral e de todos os atos necessários ou adequados, assim como pela execução das deliberações do nosso Conselho de Administração. Sendo que compete ao:

a. Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores, dirigir a execução das atividades relacionadas com o nosso planejamento geral e nos representar institucionalmente: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as nossas atividades; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das nossas atividades; (v) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; e (vi) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e os que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

b. Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades relativas às nossas operações de natureza financeira, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos, controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento (incluindo a preparação do nosso orçamento), a elaboração de proposta para distribuição de nossos lucros e dividendos (a ser submetida ao Conselho de Administração); (ii) planejar, coordenar, organizar e supervisionar as atividades de nossa representação perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais, no Brasil e no exterior; (iii) exercer outros poderes e atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração; e (iv) elaborar as demonstrações financeiras e notas explicativas da nossa Companhia e de nossas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c. Diretor de Relações Institucionais, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir, liderar e coordenar as relações institucionais da Companhia e de suas subsidiárias com organismos públicos e privados; (ii) sugerir políticas e diretrizes, no âmbito da Companhia e de suas subsidiárias, relacionadas à aplicação e ao desenvolvimento de estratégias referentes aos assuntos regulatórios corporativos, bem como realizar o conjunto de atividades decorrentes; e (iii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

d. Diretor de Novos Negócios, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a nossa Companhia; (ii) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas por nós, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; e (iii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração, auxiliando, sempre que necessário, o Diretor Presidente e os demais diretores da nossa Companhia.

e. Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) nos representar, privativamente, perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre nós e nossos investidores, a CVM e as entidades onde os nossos valores mobiliários sejam admitidos à negociação; (iii) propor diretrizes e normas para as relações com os nossos investidores; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre nós e nossos negócios, na forma requerida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (vi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; (vii) zelar pelo cumprimento e execução das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; e (viii) seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de nossa gestão.

Os Diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte.

Adicionalmente, a Companhia possui, atualmente, 4 diretores não estatutários, sendo um Vice-Presidente de Educação Continuada e Marketing, um Vice-Presidente Acadêmico, um Vice-Presidente de Operações; e um Vice-Presidente de Pessoas e Transformação Digital.

c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O nosso Conselho Fiscal é de caráter não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de nossos acionistas, como descrito abaixo.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, que terão as atribuições previstas em lei. O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal reunir-se-á nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras e essas reuniões serão válidas quando contarem com a presença da maioria de seus membros então em exercício.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela assembleia geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2,0% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Instrução CVM nº 324, de 19 de janeiro de 2000.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não pode ter membros que (i) sejam do nosso Conselho de Administração ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (ii) sejam nossos diretores; (iii) sejam nossos empregados ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo; (iv) sejam cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer de nossos administradores. Além disso, a mesma lei exige que os membros do Conselho Fiscal recebam uma remuneração de, pelo menos, 10% da média do montante pago para cada diretor, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Considerando que na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2020, mais de 2% dos acionistas com direito a voto requereram a instalação do Conselho Fiscal e considerando o disposto na Instrução Normativa CVM nº 324 de 19/01/2000, referido órgão foi instalado nesta data.

Em 07 de dezembro de 2018, foi criada pelo Conselho de Administração nova estrutura geral dos Comitês de Assessoramento com a constituição dos Comitês Acadêmico; Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; Finanças e M&A; Pessoas; e Transformação Digital, bem como a aprovação de seus Regimentos Internos. Os Comitês foram instalados efetivamente no início de 2019.

d. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

A Companhia, fortalecida em seu comprometimento com as melhores práticas de governança, consolidando os padrões éticos e aprimorando continuamente a transparência, remodelou em 2019, as suas práticas de Governança Corporativa e com o apoio do Comitê de Pessoas definiu os mecanismos para processo de autoavaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento. O primeiro processo foi aplicado no mês de março deste ano, após o primeiro ano de funcionamento da nova estrutura. Como resultado, um plano de ação será proposto presidente do Conselho de Administração e aprovado pelos demais membros. Neste plano de ação serão sugeridas medidas de melhoria para o funcionamento do Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de convocação:

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em 1ª (primeira) e 8 (oito) dias de antecedência, em 2ª (segunda) convocações, sendo que sempre que utilizado o sistema de voto à distância, a convocação se dará com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, conforme detalhado ao longo deste item 12.2 do Formulário de Referência.

b. Competências:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) tomar as contas dos nossos administradores relativas ao último exercício social;
- (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, e outros documentos, nos termos da regulamentação aplicável;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela nossa Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) eleger e destituir os membros do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal, quando instalado;
- (v) fixar a remuneração global anual dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a dos membros do nosso Conselho Fiscal, se instalado;
- (vi) deliberar acerca da correção monetária do capital social;
- (vii) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;
- (viii) reformar o nosso Estatuto Social;
- (ix) deliberar acerca da redução do dividendo obrigatório;
- (x) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, bem como de suas sociedades controladas, ou ainda a indivíduos que prestem serviços à nossa Companhia ou às nossas sociedades controladas;
- (xi) deliberar acerca de aumento do capital social, além do limite do capital autorizado, ou sua redução;
- (xii) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de nosso capital;
- (xiii) deliberar acerca da fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações nos envolvendo;
- (xiv) deliberar acerca da nossa dissolução e liquidação, nomeação e destituição dos liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (xv) deliberar acerca da cessação do estado de liquidação;
- (xvi) autorizar a emissão de debêntures, salvo no caso de debêntures simples, não conversíveis ou, no caso de debêntures conversíveis em ações, quando a emissão ocorrer dentro do limite do capital autorizado, cujas emissões, em ambas as hipóteses acima previstas, serão autorizadas pelo Conselho de Administração;
- (xvii) deliberar acerca do resgate, amortização, desdobramento, grupamento, recompra ou negociação de ações nós mesmos ou de quaisquer outros valores mobiliários de nossa emissão, exceto conforme disposto no parágrafo 8º, do artigo 5º do nosso Estatuto Social;
- (xviii) deliberar sobre a nossa recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de nossa falência;
- (xix) deliberar acerca do nosso pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, bem como nossa adesão e saída do Novo Mercado;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (xx) escolher a instituição ou empresa especializada para determinação do nosso valor econômico, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou nossa saída do Novo Mercado; e
- (xxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis na nossa sede social, localizada na Rua Natingui, nº 862, 1º andar, Vila Madalena, CEP 05443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou no endereço eletrônico www.animaeducacao.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação brasileira e em nosso Estatuto Social, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

Seguimos regras para contratação com partes relacionadas, conforme descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Não possuímos regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela nossa Administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o respectivo instrumento de mandato deverá ter sido depositado em nossa sede social em até 48 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia, porém, caso o procurador ou representante legal do acionista compareça à Assembleia Geral munido dos documentos referidos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral acompanhado de todos os documentos comprobatórios de sua legitimidade.

Não há previsão no nosso Estatuto Social, de aceitação de procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico. A Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação e consularização dos instrumentos de procuração.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:

A Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação e consularização para aceitação do boletim de voto a distância.

h. Disponibilização sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:

A Companhia não disponibiliza sistema apartado para recebimento do boletim de voto a distância, mas quando adotado o sistema de voto à distância em suas assembleias, utiliza o sistema disponível da B3.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

O boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia contempla campos específicos para permitir que o acionista ou grupo de acionistas incluam propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração.

j. Disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

Não mantemos, atualmente, fóruns e páginas na *internet* para receber comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:

A Companhia decidiu adotar, voluntariamente, o voto a distância já para o exercício de 2016. Com isso, as assembleias da Companhia de que trata a ICVM 561 podem ser realizadas na modalidade de voto a distância. A decisão tomada reforçou o compromisso da Companhia de exercer as melhores práticas de governança corporativa, facilitando e incentivando o exercício do voto a todos os seus acionistas. As informações necessárias aos acionistas que queiram exercer o voto a distância encontram-se disponíveis nos editais de convocação de nossas assembleias, mais especificamente no modelo de boletim de voto a distância disponibilizado nos referidos editais de convocação, bem como no sistema da B3.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social:

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em primeira convocação e de 2 (dois) dias úteis em segunda convocação, devendo a convocação ser acompanhada da ordem do dia e de documentos relacionados que deem suporte às deliberações a serem tomadas.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o Conselho de Administração realizou 20 (vinte) reuniões ordinárias e extraordinárias. Em 2019, o Conselho de Administração realizou 18 (dezoito) reuniões ordinárias e extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Possuímos um acordo de acionistas vigente, celebrado entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad e Rômulo Faccini Castanho (em conjunto, "Acionistas Originais") em 23 de agosto de 2013. Nos termos do acordo de acionista, as partes se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados, exceto os membros independentes. Para maiores informações, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

Até 14 de fevereiro de 2019 existia outro acordo de acionistas celebrado entre os Acionistas Originais e a Península Fundo de Investimento em Participações (firmado em 23 de setembro de 2014). Desde então o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP"), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais, pelo que referido acordo deixou de existir.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

Consoante ao Estatuto Social da Companhia, ao Regimento Interno dos órgãos da Companhia (inclusive regimento interno do Conselho de Administração), ao disposto na Política de Partes Relacionadas da Companhia, e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. A Lei das Sociedades por Ações proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Adicionalmente, ao identificar-se conflitado, o Administrador deve ausentar-se de quaisquer discussões sobre o tema em questão.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcelo Battistella Bueno	30/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
171.266.448-41	Advogado	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/04/2019	Sim	0.00%
Marina Oehling Gelman	08/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
251.164.408-85	Advogada	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0.00%
Não se aplica		Diretora de Relações com Investidores e Diretora de Relações Institucionais			
Átila Simões da Cunha	13/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
178.893.298-65	Administrador	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0.00%
Membro dos seguintes Comitês: Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração		Diretor de Novos Negócios			
André Tavares Andrade	26/03/1978	Pertence apenas à Diretoria	19/03/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
776.948.133-34	Administrador	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0.00%
		Diretor Financeiro			
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	05/03/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
882.494.845-68	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/04/2019	Sim	83.33%
Membro dos seguintes Comitês: Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Comitê Especial de Integração					
Gabriel Ralston Correa Ribeiro	06/03/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 202	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
043.580.888-56	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/04/2019	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração					
Maurício Nogueira Escobar	04/07/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
179.933.738-32	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/04/2019	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e M&A, Lifelong Learning e Comitê Especial de Integração					
Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia	07/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/08/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2021	0
121.252.928-66	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/08/2020	Não	0.00%
Membro dos seguintes Comitês: de Estratégia e Acadêmico e Comitê de Pessoas					
Daniel Faccini Castanho	04/05/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	4
177.268.508-92	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/04/2019	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: de Estratégia e Acadêmico, Lifelong Learning e Comitê de Pessoas					
Sílvio José Genesini Júnior	27/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/04/2019	2 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021	2
607.689.408-34	Engenheiro de Produção	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	25/04/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro dos seguintes Comitês: Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Comitê de Lifelong Learning					
José Afonso Alves Castanheira	29/12/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/08/2020	Até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2021	0
175.020.127-53	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/08/2020	Não	0.00%
Membro do Comitê de Pessoas					
Reginaldo Pepe Ragucci	02/03/1957	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	0
899.755.298-87	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	100.00%
Não se aplica					
Guillermo Oscar Braunbeck	08/12/1972	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	3
106.627.498-39	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	100.00%
Não se aplica					
Carla Alessandra Trematore	30/10/1975	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	3
248.855.668-86	Contadora	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	25/04/2019	Não	100.00%
Não se aplica					
Sandra Carusi Guida de Souza	16/12/1978	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	1
215.531.748-44	Advogada	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	100.00%
Não se aplica					
Luciana Doria Wilson	14/02/1996	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
268.475.448-99	Economista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	25/04/2019	Não	0.00%
Não se aplica					
Bruno Meirelles Salotti	05/04/1997	Conselho Fiscal	25/04/2019	Até a AGO em que se deliberar as Demonstrações Financeiras de 2020	0
278.948.878-97	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	25/04/2019	Sim	0.00%
Não se aplica					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcelo Battistella Bueno - 171.266.448-41

Marcelo Bueno é um dos fundadores da Ânima e o CEO da Companhia desde agosto de 2018. Anteriormente, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios, Diretor Vice-Presidente Executivo e atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia até 19/10/2018. Marcelo se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), em São Paulo. Advogado, atuou como sócio-gerente da Santa Fé Portfólios e também acumulou experiência em gestão e reestruturação de empresas a partir da atuação como diretor executivo da incubadora de e-business Virtual Case. Trabalhou ainda como diretor administrativo e financeiro, além de vice-reitor executivo, no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte (MG). O Sr. Bueno não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Marcelo Bueno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Marina Oehling Gelman - 251.164.408-85

Marina Gelman ingressou no Grupo Ânima Educação em 2013, inicialmente no cargo de Diretora Jurídica Adjunta. Desde 2016 atua como Diretora de Relações Institucionais do grupo e, desde outubro de 2018, exerce cumulativamente a função de Diretora de Relações com Investidores. Anteriormente, ocupou o cargo de administradora da Companhia Melhoramentos de São Paulo, na função de Diretora Jurídica patrimonial até 2011. Marina graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e fez Mestrado em Direito dos Negócios, Mercado de Capitais na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2012, tendo sido premiada pelo IBGC e pela ANBIMA pelas pesquisas realizadas no período. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Marina Gelman não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Átila Simões da Cunha - 178.893.298-65

Átila graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 1996. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupa o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átila atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021. Além disso, é membro dos Comitês de Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração. Atualmente também é membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020. O Sr. Átila não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átila não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

André Tavares Andrade - 776.948.133-34

André Tavares graduou-se em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. Possui MBA Executivo em Finanças Corporativas pela COPPEAD/UFRJ e Executive MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral. É especialista em Estratégia e Finanças (STC - Skills, Tools and Competences) pela Northwestern University - Kellogg School of Management. Atuou como Gerente Regional do Programa de Microcrédito no Banco do Nordeste do Brasil S.A. de setembro de 2002 a dezembro de 2004. Foi Diretor de Finanças e Desenvolvimento no Banco do Estado de Sergipe - BANESE de janeiro de 2005 a janeiro de 2007. De maio de 2007 a dezembro de 2010 atuou como Diretor Financeiro do Grupo Tiradentes, liderando as áreas de contas a receber, contas a pagar, tesouraria e contabilidade, e de janeiro de 2011 a novembro de 2017 atuou como Diretor Superintendente Administrativo Financeiro do mesmo Grupo, liderando as áreas de Finanças, RH e Infra-Estrutura. É professor dos cursos de Finanças para Executivos de Instituições de Ensino Superior e Grupos Educacionais da Hoper Educação, foi comentarista Econômico do Jornal Bom dia Sergipe na TV Sergipe, afiliada da Rede Globo. Foi eleito Diretor Financeiro da Companhia em 25 de abril de 2018 e reeleito em 19 de março de 2019 para um novo mandato de 02 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021. Em 2016, o Sr. André, com fundamento na Circular 1.273, de 29.12.1987 (Cosif 1-1-2-5) e no artigo 44, parágrafo 4º, da Lei 4.595, de 31.12.64, na qualidade de Diretor de Finanças e Desenvolvimento no Banco do Estado de Sergipe – BANESE, em consequência de processo administrativo perante o BACEN, foi inabilitado por 2 (dois) anos, em caráter individual, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil (prazo este já transcorrido), tendo sido absolvido em ação proposta pelo Ministério Público Federal para apuração de responsabilidades relativas aos mesmos fatos. Declara que exceto conforme exposto acima não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Andre Tavares não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

Antonoaldo foi o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018 até Setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretária de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e do Comitê Especial de Integração. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Gabriel Ralston Correa Ribeiro - 043.580.888-56

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Anima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É o coordenador do comitê de Finanças e M&A e membro do Comitê Especial de Integração de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. O Sr. Ribeiro não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e M&A, Lifelong Learning e Comitê Especial de Integração Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. Atualmente também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020. O Sr. Escobar não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia - 121.252.928-66

Atua como membro independente do Conselho de Administração da Burger King Brasil desde 2019. Foi Vice Presidente e Chief Operational Officer da Microsoft América Latina, no período de janeiro de 2019 até julho de 2020. Anteriormente, no período de 2015 a 2019, atuou na Microsoft Brasil, nas posições de Gerente Geral e por último como Presidente, além de experiência pregressa na empresa, entre 2002 e 2013, em diversas funções de liderança, incluindo Chief Operational Officer e Chief Marketing Officer. Sua experiência inclui ainda passagens, em posições de liderança, pelo Facebook América Latina, Telefônica – Telecomunicações São Paulo e Whirlpool Home Appliances. Atualmente é membro do Comitê de Estratégia e Acadêmico e Comitê de Pessoas da Companhia. É graduada em Tecnologia de Processamento de Dados pela FATEC / UNESP, pós graduada em Marketing pela ESPM e possui MBA pela FIA / Universidade de São Paulo. A Sra. Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92

O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Finanças e M&A e Comitê de Pessoas. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Sílvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34

Genesini é membro dos conselhos de administração do Grupo Algar, Cnova NV, Elemidia, CVC, Verzani & Sandrini e brMalls. É membro do Conselho Gestor de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo, mentor da Endeavor, Conselheiro da Anjos do Brasil e conselheiro consultivo da ONG Gerando Falcões. É, também, investidor e consultor de startups de tecnologias. Foi presidente do Grupo Estado, que edita o jornal O Estado de S. Paulo; presidente da Oracle do Brasil e sócio-diretor da Accenture e Andersen Consulting. É Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. Foi eleito membro independente do Conselho de Administração da nossa companhia em 19/10/2018 e reeleito em 25/04/2019. Além disso é membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e do e Comitê de Lifelong Learning. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Genesini não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

José Afonso Alves Castanheira - 175.020.127-53

O Sr. José Afonso Alvess Castanheira é Engenheiro Mecânico, formado em 1970 pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ é especialista em Administração de Empresas e Economia pela PUC-RJ. Atuou como Engenheiro em FURNAS Centrais Elétricas S.A. de 1971-1975. Também atuou no BNDES, a partir de 1975, sendo responsável pelos setores de indústria química de 1975-1980, responsável pelo setor de energia de 1980-1981 e responsável pelos setores de inds. tradicionais, bens de capital e informática de 1981- 1985. Foi Diretor do Instituto de Economistas do Estado do Rio de Janeiro - 1984-1985. Secretário Executivo do CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial - 1985- 1987. Presidente da BEFIEIX - Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação - 1985-1987. Presidente da INNOBRA - Innocenti Ind. Mecânica S.A. - de janeiro 1989 a fevereiro de 1992. Participou de diversos Conselhos de Administração como Cobafi, Dedini, Estrela, Caemi, MBR, Quebec Cartier Mining, Distribuidora de Produtos e Petróleo Ipiranga, Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A, Grupo Paranapanema, Drogasil S/A, Helbor Empreendimentos S/A, Technos S/A, Odontoprev S/A e outros. Sócio-Diretor da Consemp Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda, atual Rotapar Investimentos, Administração e Participações Ltda, desde 1987, responsável por reestruturação de diversas empresas industriais. Além disso é membro do Comitê de Pessoas da Companhia. Atualmente é presidente do Conselho de Administração BR Malls Participações S/A e membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Araguaia. O Sr. José não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Reginaldo Pepe Ragucci - 899.755.298-87

Reginaldo graduou-se em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e é bacharel em Turismo pela Anhembi Morumbi. Fez diversos outros cursos de especialização em administração, contabilidade e tributos. Sua carreira é focada em gestão de controladoria, contabilidade, finanças e administração geral, em empresas líderes nos setores de bens de capital, alimentos e serviços. Atuou como gerente de contabilidade do Grupo Villares de Junho/1973 a Novembro/1993. Atuou também como gerente de controladoria do J. Macêdo Alimentos de Dezembro/1993 a Novembro/1999. Foi gerente de planejamento financeiro da Copersucar S.A. de Novembro/1999 a Agosto/2000, sendo responsável pelo planejamento financeiro de curto e longo prazo das 58 usinas cooperadas, responsáveis pela produção de açúcar e etanol. Atuou como Diretor Financeiro da InvestNews S.A. de Setembro/2000 a Junho/2003, sendo responsável pela administração e finanças de joint venture da Portugal Telecom voltada à distribuição online do conteúdo da Gazeta Mercantil. Foi sócio da Simonaggio Perícias Contábeis de Julho/2003 a Agosto/2010, onde era sócio líder no segmento de assistência técnica em provas periciais contábeis em tribunais arbitrais e processos administrativos tributários, sendo também o responsável pela área de tecnologia da informação. É sócio-fundador da Thoth Accounting Intelligence, onde atua na área de análise, diagnóstico e estruturação e implementação de instrumentos de apoio à gestão e de controle, com apoio instrumental da ciência contábil, investigação e produção de provas periciais em processos arbitrais e judiciais, quantificação de contingências e valoração de ativos ilíquidos. Atua como conselheiro fiscal desde 2015. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal de nossa companhia de 19/10/2018 a 25/04/2019. Foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Reginaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39

O Sr. Guillermo Oscar Braunbeck é bacharel em Ciências Econômicas pela Unicamp e doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre 1994 e 2001 e foi gerente de riscos da Votorantim Celulose e Papel S.A. (atual Fibria S.A.) entre 2002 e 2005, onde foi responsável pelo programa de gestão de riscos corporativos, pela auditoria interna e pela ouvidoria-geral, além de liderar diversos projetos corporativos como a adequação à Lei Sarbanes-Oxley. Foi sócio da Hirashima & Associados entre 2005 e 2009, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias e assuntos relacionados às Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS). Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) entre 2005 e 2010. Foi gerente de projetos no International Accounting Standards Board (IASB) em Londres entre 2011 e 2014, sendo responsável por iniciativas que visavam a aplicação coerente das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Participou de diversos projetos de promoção de relatórios financeiros de alta qualidade patrocinados pela Organização das Nações Unidas (UNCTAD), Banco Mundial, Conselho Federal de Contabilidade e Tesouro Nacional, entre outras entidades. Atualmente é professor-doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP e professor convidado da FGV/EAESP, membro efetivo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e diretor financeiro da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC). Também atua como professor e consultor na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI e como conselheiro fiscal em outras entidades. Foi reeleito membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Guilherme não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86

Carla Trematore é bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Atuou em auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e EY entre 1996 e 2010 e foi gerente de auditoria interna na Confab, companhia aberta brasileira controlada pelo grupo ítalo-argentino Techint/Tenaris. Foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias e atuou como consultora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. De julho de 2014 a agosto de 2017, ocupou a posição de controller em empresas de geração de energia elétrica. Atualmente é presidente do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal e membro do Conselho Fiscal de companhias abertas. Sua experiência compreende auditoria de demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos, de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital; gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna; avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas. Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 19/10/2018 e reeleita em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Carla não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Sandra Carusi Guida de Souza - 215.531.748-44

Sandra Guida é executiva da área de compliance, advogada, pós graduada em Direito Econômico Empresarial pela FGV LAW (SP). Certificada pela SCCE (Society of Corporate, Compliance and Ethics), título CCEP-I (Corporate, Compliance and Ethics Professional - Internacional). Certificada no ABP-W (Advanced Boardroom Program for Women), pós MBA na Saint Paul Business School, com extensão internacional na London School of Economics and Political Science (LSE). Membro do WCD (Women Corporate Directors), OAB e IBGC. Membro Fundador do Comitê de Compliance Financeiro da LEC (Legal, Ethic and Compliance School). Professora atuante da FGV-BH e LEC. Atuante nas áreas de Governança, Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos em Instituições Financeiras como Dresdner Bank AG, Citigroup, Banco Fibra, HSBC Bank e Banco Bradesco. Sua experiência compreende liderança e assessoramento em todas as frentes na implementação e monitoramento de um Programa de Compliance, tanto no aspecto Regulatório como nos Programas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate o Financiamento do Terrorismo, Sanções e Anticorrupção. Seu trabalho reforça as ações de ética, transparência, estar em conformidade com, as leis, regulamentações, auto-regulamentações, código de conduta ética, normas e políticas internas. Alguns projetos, resultados e conquistas: a) Implementação do "Global Standards Regulatory and Financial Crime Compliance Program" para o HSBC Brasil no Segmento Private Banking; b) Membro ativa do Grupo de Trabalho para a construção do Livro de Compliance do Bradesco; c) Coordenadora da Subcomissão de Compliance da FEBRABAN; d) Indicada entre os três nomes para o Prêmio "melhor profissional de Compliance no Mercado Financeiro de 2017"; e) Participação como palestrante do Congresso Internacional de Compliance da LEC 2018 e 2019 (Legal, Ethic e Compliance). Foi eleita membro do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Sandra não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99

Luciana Doria Wilson. Possui bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (FEA-PUC), com mestrado em finanças pela Escola de Negócios (BSP) e educação executiva em Liderança e Inovação Corporativa na Escola de Graduação em Negócios de Stanford (Stanford LEAD GSB). Atualmente, é sócia da Managrow e membro do Conselho fiscal da EzTec e Grupo Camil Alimentos. Antes disso, atuou como Diretora Executiva da Saraiva. Doria tem ampla experiência em liderar transações de Private Equity, M&A, processos de due diligence, pré-IPO, IPOs (NYSE e BOVESPA), integração pré e pós-fusão, emissão de dívida, projetos de reestruturação, governança corporativa e avaliação de risco. Antes de ingressar no comitê executivo da Saraiva, Doria foi Head de Mercado de Capitais da Gafisa (investida GP Investments), e estrategista da corretora e da tesouraria do Banco Santander, analista de Real Estate pela Bear Stearns, JP Morgan, HSBC e Itaú Unibanco. Membro DELL Women Entrepreneurs Network, Women Corporate Directors (WCD), Stanford Entrepreneurs and Investors, Conselho Regional de Economia e Stanford Women of Impact Network. Foi eleita membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. A Sra. Luciana não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Bruno Meirelles Salotti - 278.948.878-97

Bruno Meirelles Salotti. É membro do Conselho Fiscal da Fundação Bunge e do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., graduado, mestre e doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP, atualmente Prof. Dr. do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, Coordenador do Laboratório de Contabilidade Internacional da FIPECAFI e Ex-Coordenador da Graduação em Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Possui Certificação em IFRS emitido pelo ACCA - Association of Chartered Certified Accountants. Ex-Membro do Grupo de Trabalho do CFC para analisar os projetos de alterações das normas do IASB, Professor de diversos MBAs e Cursos de Pós-Graduação da FIPECAFI e diversos cursos in-company sobre IFRS para instituições como Banco Central, Banco Itaú, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, ABBC, Petrobrás, Energias do Brasil, KPMG, Terco GT, Pinheiro Neto Adv, Bunge, Banco Fibra, Citibank, LinkLaters LLP, Algar, Furnas, Banco Bradesco, Porto Seguro, Fiat, CTEEP, entre outros. Parecerista em assuntos relativos à matéria contábil societária e internacional, experiência profissional anterior como auditor e analista contábil. Organizador e Co-autor do livro "IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais", editado pela Ed. Atlas em 2015. Co-autor do capítulo "Imobilizado", do livro "Manual de Contabilidade Internacional - vol.2", editado pela Ed. Atlas em 2010. Co-autor de 4 capítulos do livro "Manual de Contabilidade Internacional", lançado pela Ed. Atlas em 2009 e reeditado em 2010. Co-autor do capítulo "Compliance: Brazil", do livro "The Governance, Risk, and Compliance Handbook: Technology, Finance, Environmental, and International Guidance and Best Practices", editado pela Ed. John Wiley & Sons, 2008. Co-autor do Livro "Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no Mercado de Capitais", editado pela Ed. Atlas, São Paulo, 2006. Co-autor do capítulo "Governança Corporativa", do livro "Mercado Financeiro - tópicos especiais", editado pela Ed. Atlas, São Paulo, 2006. Autor e co-autor de diversos artigos publicados em congressos e periódicos da área contábil. Foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal de nossa companhia em 29/04/2020. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Bruno não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo Battistella Bueno - 171.266.448-41	
N/A	
Marina Oehling Gelman - 251.164.408-85	
N/A	
Átila Simões da Cunha - 178.893.298-65	
N/A	
André Tavares Andrade - 776.948.133-34	
Qualquer Condenação	Conforme descrito acima.
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68	
N/A	
Gabriel Ralston Correa Ribeiro - 043.580.888-56	
N/A	
Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32	
N/A	
Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia - 121.252.928-66	
N/A	
Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92	
N/A	
Sílvia José Genesini Júnior - 607.689.408-34	
N/A	
José Afonso Alves Castanheira - 175.020.127-53	
N/A	
Reginaldo Pepe Ragucci - 899.755.298-87	
N/A	

Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39
N/A
Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86
N/A
Sandra Carusi Guida de Souza - 215.531.748-44
N/A
Luciana Doria Wilson - 268.475.448-99
N/A
Bruno Meirelles Salotti - 278.948.878-97
N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Daniel Faccini Castanho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
177.268.508-92	Comitê Acadêmico	Administrador		07/12/2018	0	82.76%
Presidente do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: de Estratégia e Acadêmico, Lifelong Learning e Comitê de Pessoas						
Edgar Jabour	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	20/07/1955	23/04/2019	Até AGO 2021
839.554.458-87	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Administrador		23/04/2019	0	100.00%
Não se aplica						
José Afonso Alves Castanheira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/12/1946	10/11/2020	Até AGO 2021
175.020.127-53	Comitê de Pessoas	Engenheiro		10/11/2020	0	90.00%
Membro do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Comitê de Pessoas						
Luiz Carlos Cabrera	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/03/1974	10/11/2020	Até AGO 2021
065.152.588-87	Comitê de Pessoas	Administrador		10/11/2020	0	90.00%
Membro do Comitê de Pessoas						
Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/09/1971	10/11/2020	Até AGO 2021
121.252.928-66	Comitê de Estratégia e Acadêmico	Administradora		10/11/2020	0	0.00%
Membro do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Comitê de Estratégia e Acadêmico e Comitê de Pessoas						
Ignácio Dauden Martinez	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/03/1944	10/11/2020	Até AGO 2021
213.279.458-86	Comitê de Finanças e M&A	Administrador		10/11/2020	0	90.00%
Membro dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A e Lifelong Learning						
Gabriel Ralston Correa Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/03/1974	07/12/2018	Até AGO 2021
043.580.888-56	Comitê de Finanças e M&A	Administrador		07/12/2018	0	90.00%
Membro do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração						
Maurício Nogueira Escobar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/07/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
179.933.738-32	Comitê Acadêmico	Administrador		07/12/2018	0	91.30%
Membro do Conselho de Administração e dos seguintes Comitês: Comitê de Estratégia e Acadêmico, Finanças e M&A, Lifelong Learning e Comitê Especial de Integração						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Sílvio José Genesini Júnior	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/10/1952	07/12/2018	Até AGO 2021
607.689.408-34	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Engenheiro de Produção		07/12/2018	0	100.00%
Membro independente do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Comitê de Lifelong Learning						
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/03/1975	07/12/2018	Até AGO 2021
882.494.845-68	Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos	Engenheiro Civil		07/12/2018	0	87.50%
Membro independente do Conselho de Administração e membro dos seguintes Comitês: Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e Comitê Especial de Integração						
Átila Simões da Cunha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1973	10/11/2020	Até AGO 2021
178.893.298-65	Comitê de Finanças e M&A	Administrador		10/11/2020	0	0.00%
Diretor de novos negócios e membro dos seguintes Comitês: Comitê de Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92						
O Sr. Castanho é um dos nossos fundadores. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em julho de 1997 e fez um curso de extensão na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, em 1999. Adquiriu experiência atuando em empresas como Gráfica Takano, Subway ocupando o cargo de Diretor de Novos Negócios e no Banco Itaú ocupando o cargo de analista de custos e orçamentos. Trabalhou no Colégio Objetivo Sorocaba e foi professor na ESAMC Sorocaba. Foi fundador da incubadora de empresas de internet Virtual Case, sócio da franquia Subway, em Sorocaba e do restaurante Varanda Grill, em São Paulo. Atualmente é membro dos seguintes Comitês da Companhia: Acadêmico, Finanças e M&A e Comitê de Pessoas. Além disso, ocupou o cargo de Diretor Presidente em nossa Companhia até 14/08/2018, e atualmente ocupa o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Castanho não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Daniel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.						
Edgar Jabour - 839.554.458-87						

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP em 1978 e em Ciências Contábeis pela PUC em 1984. Atendeu diversos cursos no exterior, incluindo cursos oferecidos pela Arthur Andersen em seu centro de treinamento em Saint Charles – Illinois e na Faculdade de Administração e Finanças da Whorton nos Estados Unidos, além de cursos na Holanda e Alemanha. Em 2015 ingressou no curso técnico em gastronomia da USF – Universidade São Francisco, Unidade Cambuí, em Campinas, com o objetivo de aprimorar-se em técnicas de administração de estabelecimentos alimentícios, incluindo foodservice, bem como receber instrução formal sobre gastronomia propriamente dita. Conta com mais de 40 anos de experiência em diversas áreas (auditoria, consultoria empresarial, M&A) na Arthur Andersen (1977 a 2002) e na Deloitte (2002 a 2017). Ingressou na Arthur Andersen em 1977 e foi promovido a sócio em setembro de 1991. Liderou a área de consultoria empresarial da Arthur Andersen em Campinas no período de 1987 a 1997. Em 1997 transferiu-se para o escritório da Arthur Andersen em São Paulo para liderar a área de M&A no Brasil, permanecendo nessa posição até maio de 2002, quando os profissionais da Arthur Andersen se integraram às operações locais da Deloitte. Devido a sua experiência em consultoria, participou ativamente da integração das operações da Arthur Andersen e Deloitte, notadamente nas seguintes áreas: controladoria, recursos humanos, tecnologia da informação e marketing. Durante 2003 a 2009 foi o sócio líder de desenvolvimento de mercado e atendimento a clientes da Deloitte, tendo liderado esta área também na América Latina em 2006, o que lhe permitiu participar de vários comitês internacionais da Deloitte. Atuou continuamente como membro de vários grupos internos, notadamente o Grupo Internacional de Agronegócio. Entre 2009 e 2016 foi o sócio gestor das operações da Deloitte no interior do Estado de São Paulo por meio dos escritórios de Campinas e Ribeirão Preto. Foi membro do Conselho de Administração da Deloitte entre 2004 e 2008. Foi líder de inúmeros projetos em consultoria, corporate finance e auditoria em diversos segmentos de negócio, dos quais destacam-se: Serviços – Educação, comunicação e mídia, turismo e hotelaria, hospitais e clínicas médicas, locação de bens móveis, 3º Setor (entidades sem fins lucrativos). Infraestrutura – Energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e concessões rodoviárias. Manufatura e Consumo – Automotiva, bens de capital, bens de consumo, agronegócio, vestuário, varejo, tintas e vernizes. Serviço público – Administração direta e indireta. Aposentou-se como sócio da Deloitte em maio de 2017. Associado à IBEF Campinas – Membro fundador (1985). Membro efetivo do Conselho Consultivo a partir de março de 2017. IBGC – Associado e Conselheiro Fiscal Certificado desde março de 2017 - IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES – Membro desde 2006, tendo sido membro do Conselho Fiscal entre 2009 e 2010. Foi eleito membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia em 23/04/2019. O Sr. Edgar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

José Afonso Alves Castanheira - 175.020.127-53

O Sr. José Afonso Alvess Castanheira é Engenheiro Mecânico, formado em 1970 pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ é especialista em Administração de Empresas e Economia pela PUC-RJ. Atuou como Engenheiro em FURNAS Centrais Elétricas S.A. de 1971-1975. Também atuou no BNDES, a partir de 1975, sendo responsável pelos setores de indústria química de 1975-1980, responsável pelo setor de energia de 1980-1981 e responsável pelos setores de inds. tradicionais, bens de capital e informática de 1981- 1985. Foi Diretor do Instituto de Economistas do Estado do Rio de Janeiro - 1984-1985. Secretário Executivo do CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial - 1985- 1987. Presidente da BEFIEIX - Comissão para a Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação - 1985-1987. Presidente da INNOBRA - Innocenti Ind. Mecânica S.A. - de janeiro 1989 a fevereiro de 1992. Participou de diversos Conselhos de Administração como Cobafi, Dedini, Estrela, Caemi, MBR, Quebec Cartier Mining, Distribuidora de Produtos e Petróleo Ipiranga, Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A, Grupo Paranapanema, Drogasil S/A, Helbor Empreendimentos S/A, Technos S/A, Odontoprev S/A e outros. Sócio- Diretor da Consesp Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda, atual Rotapar Investimentos, Administração e Participações Ltda, desde 1987, responsável por reestruturação de diversas empresas industriais. Além disso é membro do Comitê de Pessoas da Companhia. Atualmente é presidente do Conselho de Administração BR Malls Participações S/A e membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Araguaia. O Sr. José não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Luiz Carlos Cabrera - 065.152.588-87

O Sr. Luiz Carlos Cabrera é Sócio Fundador da Amrop Panelli Motta Cabrera. É membro do Advisory Board da Amrop International e Vice-Presidente do America s Council e Board of Directors da AESC - Association of Executive Search Consultants. Professor da EAESP Fundação Getúlio Vargas. Leciona na MPA (Mestrado Profissional em Administração) e no CEAG há mais de trinta anos. É também professor do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e da EMI Escola de Marketing Industrial. É Conselheiro do IBGC, Uniethos e da Aliança de Misericórdia. Cabrera é formado em Engenharia Metalúrgica pela Escola de Engenharia Mauá-São Paulo, com pós-graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e extensão em BA na University of Southern California. Foi professor da Escola de Engenharia Mauá por mais de dez anos. Publicou "Transição 2000" e "Se eu fosse você, o que eu faria como gestor de pessoas". Em 2011 foi agraciado com o prêmio Gardner W. Heidrick, oferecido anualmente pela AESC a uma pessoa que tenha dado uma contribuição notável para a atividade de consultoria em executive search. É Articulista da Revista VOCÊ S/A. O Sr. Luis Carlos não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia - 121.252.928-66

Atua como membro independente do Conselho de Administração da Burger King Brazil desde 2019. Foi Vice Presidente e Chief Operational Officer da Microsoft América Latina, no período de janeiro de 2019 até julho de 2020. Anteriormente, no período de 2015 a 2019, atuou na Microsoft Brasil, nas posições de Gerente Geral e por último como Presidente, além de experiência pregressa na empresa, entre 2002 e 2013, em diversas funções de liderança, incluindo Chief Operational Officer e Chief Marketing Officer. Sua experiência inclui ainda passagens, em posições de liderança, pelo Facebook América Latina, Telefônica – Telecomunicações São Paulo e Whirlpool Home Appliances. Atualmente é membro do Comitê de Estratégia e Acadêmico e Comitê de Pessoas da Companhia. É graduada em Tecnologia de Processamento de Dados pela FATEC / UNESP, pós graduada em Marketing pela ESPM e possui MBA pela FIA / Universidade de São Paulo. A Sra. Paula não é considerada uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Ignácio Dauden Martinez - 213.279.458-86

Graduou-se em Administração de Empresas pela FGV de São Paulo em 1997 e concluiu seu MBA pelo IE Business School de Madrid em 2011. Depois de 6 anos atuando no Mercado de Capitais resolveu dedicar sua carreira à Educação. Ocupou diversos cargos de Direção nos Centros Universitários UNA e Unimonte, entre 2003 e 2010, também atuou como Diretor de Estudos de Mercado da Hoper Educação entre 2011 e 2012. Atualmente é Diretor estatutário do Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH e membro suplente do Conselho de Administração da nossa Companhia, desde 13 de abril de 2012, além de ser membro dos seguintes Comitês da Companhia: M&A e Financeiro. O Sr. Ignácio não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Gabriel Ralston Correa Ribeiro - 043.580.888-56

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1997. Atuou por mais de dez anos na Procter & Gamble, onde foi diretor de planejamento financeiro para a América Latina, baseado em Caracas, Venezuela, entre 2006 e 2007. Na P&G Brasil, trabalhou em diversas áreas do Departamento Financeiro (Auditoria Interna para Brasil, Argentina e Chile, gerente financeiro para produtos de limpeza, higiene pessoal, medicamentos e desenvolvimento de negócios com clientes). Liderou a integração das áreas financeiras de aquisições globais pela P&G da Wella e Gillette no Brasil. O Sr. Ribeiro ocupou o cargo de Diretor Financeiro da Ânima Educação e de diversas subsidiárias durante o período de 2007 a 2018. Ocupou o cargo de Diretor de Relações com Investidores de nossa Companhia até 18/10/2018, sendo eleito membro do Conselho de Administração da Companhia em 19/10/2018. É o coordenador do comitê de Finanças e M&A e membro do Comitê Especial de Integração de nossa Companhia. Atualmente também é Presidente da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/4/2020. É ainda associado e membro do conselho da Associação Educacional Escola Castanheiras desde setembro de 2014. O Sr. Ribeiro não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Gabriel não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32

O Sr. Escobar é um dos nossos fundadores. Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1997 e é Mestre em Marketing pela FGV em 2002. Foi gerente de projetos do Banco Real entre 1997 e setembro de 2000, ele também ocupou o cargo de sócio-diretor da Virtual Case entre setembro de 2000 e junho de 2003. Foi diretor de Assuntos Corporativos no Centro Universitário UNA entre junho de 2003 e maio de 2006, Vice-Reitor da Unimonte entre maio de 2006 e outubro de 2007. O Sr. Escobar ocupou ainda o cargo de Diretor de Operações da nossa Companhia entre outubro de 2007 e abril de 2018, Diretor Presidente da MGE de outubro de 2011 a maio de 2012. Diretor Executivo e membro do Conselho de Administração da IMEC de março de 2009 a outubro de 2011 e de abril de 2009 a outubro de 2011, respectivamente. Além disso, foi Diretor Presidente da UNA de novembro de 2011 a maio de 2012. Adicionalmente, foi membro do nosso Conselho de Administração de janeiro de 2010 a julho de 2011. Em 2013 o Sr. Escobar assumiu o cargo de Diretor Presidente da HSM Educação, da HSM do Brasil e da HSM Marcas. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e é membro dos seguintes Comitês da Companhia: de Estratégia e Acadêmico, Finanças e M&A, Lifelong Learning e Comitê Especial de Integração Acadêmico, Pessoas e Transformação Digital. Atualmente também é membro do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020. O Sr. Escobar não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Escobar não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Silvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34

Genesini é membro dos conselhos de administração do Grupo Algar, Cnova NV, Elemidia, CVC, Verzani & Sandrini e brMalls. É membro do Conselho Gestor de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo, mentor da Endeavor, Conselheiro da Anjos do Brasil e conselheiro consultivo da ONG Gerando Falcões. É, também, investidor e consultor de startups de tecnologias. Foi presidente do Grupo Estado, que edita o jornal O Estado de S. Paulo; presidente da Oracle do Brasil e sócio-diretor da Accenture e Andersen Consulting. É Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. Foi eleito membro independente do Conselho de Administração da nossa companhia em 19/10/2018 e reeleito em 25/04/2019. Além disso é membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e do e Comitê de Lifelong Learning. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Genesini não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68

Antonoaldo foi o Chief Executive Officer da TAP Air Portugal, desde 01 fevereiro de 2018 até Setembro de 2020. Foi Presidente da Azul Linhas Aéreas de 2014 a 2017. Antonoaldo foi consultor e sócio global da McKinsey, onde atuou por 10 anos. Seu foco mais recente de atuação na consultoria foi em projetos de aviação e infraestrutura e em Governança Corporativa. Foi nomeado pelo BNDES e pela Secretária de Aviação Civil como membro do Conselho da Infraero entre 2011 e 2012. Antonoaldo tem experiência como Executivo no setor de construção como Diretor Corporativo da Cyrela, responsável por JVs, planejamento, backoffice e pessoas, e na Odebrecht, onde foi engenheiro de montagem de obras eletromecânicas. É formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, possui um MBA pela Darden Graduate School of Business Administration from the University of Virginia e um Mestrado em Finanças Corporativas pela PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do Conselho de Administração de nossa Companhia e membro do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos e do e Comitê Especial de Integração. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Antonoaldo não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Átila Simões da Cunha - 178.893.298-65

Átila graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) em 1996. Concluiu o mestrado Profissional em Administração de Empresas no Centro Universitário UNA em 2013. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen entre fevereiro de 1993 a agosto de 2002. Ocupou diversos cargos de Direção no Centro Universitário UNA, entre 2003 e 2016. Além disso, ele ocupa o cargo de diretor nas seguintes empresas: FACEB Educação Ltda., Brasil Educação S.A., CESUC Educação Ltda., IEDUC – Instituto de Educação e Cultura S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda., PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda., Una Gestão Patrimonial S.A. e VC Network Educação S.A., todas pertencentes ao Grupo Ânima. Átila atuava desde junho de 2017 como Vice-Presidente de Expansão em nossa Companhia, e passou a exercer o cargo estatutário de Diretor de Novos Negócios, desde 19 de março de 2019, para complementar o mandato até 24 de abril de 2019, bem como reassumir, nesta mesma data, novo mandato de 02 anos que se encerrará na AGO a ser realizada em 2021. Além disso, é membro dos Comitês de Finanças e M&A e Comitê Especial de Integração. Atualmente também é membro Suplente do Conselho de Administração da Bahema Educação S.A., tendo sido eleito em 29/9/2020. O Sr. Átila não ocupou cargos de administração em outras companhias abertas que não nós. Declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial legal. O Sr. Átila não é considerado uma Pessoa Politicamente Exposta nos termos da legislação em vigor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Daniel Faccini Castanho - 177.268.508-92	N/A
Edgar Jabour - 839.554.458-87	N/A
José Afonso Alves Castanheira - 175.020.127-53	N/A
Luiz Carlos Cabrera - 065.152.588-87	N/A
Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia - 121.252.928-66	N/A
Ignácio Dauden Martinez - 213.279.458-86	N/A
Gabriel Ralston Correa Ribeiro - 043.580.888-56	N/A
Maurício Nogueira Escobar - 179.933.738-32	N/A
Sílvio José Genesini Júnior - 607.689.408-34	N/A
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - 882.494.845-68	N/A
Átila Simões da Cunha - 178.893.298-65	N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Faccini Castanho	177.268.508-92	ANIMA HOLDING S/A	09.288.252/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro do grupo de controle.				
Pessoa relacionada				
Rômulo Faccini Castanho	275.264.818-93	ANIMA HOLDING S/A	09.288.252/0001-32	
Membro do grupo de controle.				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como de nossas empresas controladas, são cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O), emitidas pela AXA Seguros S/A., com importância máxima de cobertura de R\$ 50.000.000,00, cobertura válida até 25 de agosto de 2021, com abrangência Mundial.

O objetivo deste é garantir aos Segurados¹, quando responsabilizados por danos causados a Terceiros, em consequência de Fato Gerador praticado no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os Terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora

A Companhia declara que, na data deste Formulário de Referência, não celebrou qualquer prestação de compromisso de indenidade com seus administradores.

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de custos de defesa e indenizações em decorrência de acordos celebrados na esfera administrativa no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que – diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições – espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da companhia.

¹ Considera-se Administrador a pessoa física que seja, tenha sido ou que, durante o Período de Vigência, se torne:

- a) Diretor da Empresa; ou
- b) Membro do conselho de administração da Empresa; ou
- c) Membro de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Empresa;
- d) Empregado com poder de decisão ou de representação da Empresa ou que atue em nome da Empresa como procurador formalmente constituído e enquanto praticando atos de gestão; ou
- e) Empregado que não tenha poder de decisão ou representação, mas que venha a ser responsabilizado ou tenha contribuído para a ocorrência de um Fato Gerador juntamente com algum Administrador.
- f) Indivíduos, somente pessoas físicas, nomeados por procuração para atuar em nome da Empresa como procurador formalmente constituído e enquanto praticando atos de gestão.
- g) Indivíduos, pessoas físicas, contratadas pela Empresa, por meio de uma pessoa jurídica regularmente constituída e enquanto praticando atos de gestão.

12.12 - Outras informações relevantes

As práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia valorizam a ética e a transparência no relacionamento com os acionistas e demais *stakeholders* da Companhia e estão devidamente evidenciadas na divulgação das informações ao mercado.

Essas práticas têm a finalidade de cooperar com a compreensão do real valor da Companhia, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Na busca constante pelo aprimoramento de suas práticas de Governança, em 2019 foram constituídas a Diretoria de Governança do Conselho de Administração, responsável pela Secretaria de Governança, e a Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, responsável pela Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance, ambas com reporte direto ao Presidente do Conselho de Administração, e suportadas por um Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos totalmente independente. Adicionalmente, foram implementadas quatro novas políticas corporativas: (i) Política de Transação com Partes Relacionadas; (ii) Política de Indicação de Administradores; (iii) Política de Remuneração dos Administradores; e (iv) Política de Gerenciamento de Riscos. As iniciativas propiciam maior vigor ao sistema de Governança da Companhia, com clara definição de papéis e equidade de tratamento aos acionistas.

A Companhia, ainda, possui as suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado da B3, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outros:

- i. Manter uma estrutura de capital social composta exclusivamente de ações ordinárias;
- ii. Manter ações em circulação em percentual correspondente a, no mínimo, 25% do seu capital social;
- iii. Prever a composição do seu conselho de administração com, pelo menos, dois conselheiros independentes;
- iv. Elaborar e divulgar código de conduta aprovado pelo conselho de administração e aplicável a todos funcionários e administradores da Companhia;
- v. Elaborar e divulgar políticas de transações com partes relacionadas;
- vi. Instaurar canal que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de conduta, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia; e
- vii. Instaurar comitê de auditoria, estatutário ou não, que deve ser órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração da Companhia, com autonomia operacional.

Adicionalmente, a Companhia é aderente à maioria das recomendações do CBGC -Código Brasileiro de Governança, assim como ao Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e vem gradativamente evoluindo na adesão das práticas recomendadas, declarando que aplica os princípios e as regras estabelecidas nos referidos códigos.

a) Informações sobre Assembleias de Acionistas realizadas nos últimos 03 (três) anos:

Data	23/11/2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 84,15% (oitenta e quatro vírgula quinze por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Data	31/08/2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 65,02% (sessenta e cinco vírgula zero dois por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	29/04/2020
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 78,75% (setenta e oito vírgula setenta e cinco por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	25/10/2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 86,24% (oitenta e seis vírgula vinte e quatro por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	13/09/2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 55,06% (cinquenta e cinco vírgula seis por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	25/04/2019
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 77,8% (setenta e sete vírgula oito por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Data	19/10/2018
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 74,58% (setenta e quatro vírgula cinquenta e oito por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	25/04/2018
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 84,57% (oitenta e quatro vírgula cinquenta e sete por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	22/02/2018
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 69,33% (sessenta e nove vírgula trinta e três por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	26/04/2017
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 76,09% (setenta e seis vírgula zero nove por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Data	21/03/2017
Tipo de Assembleia Geral	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	A assembleia foi instalada em 1ª convocação com a presença de acionistas representando 80,32% (oitenta vírgula trinta e dois por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 12 foram descritas nos itens acima.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Nossa política de remuneração para administradores, incluindo os membros da Diretoria estatutária e não estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 19 de outubro de 2019, visa: (i) atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos administradores da Companhia aos princípios e aos objetivos estratégicos da Companhia e com as melhores práticas de remuneração adotadas pelo mercado, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (iii) prover um equilíbrio adequado entre as remunerações fixa e variável, de curto e de longo prazo, conforme a cultura da Companhia; (iv) definir um programa de remuneração claro e transparente.

b. Composição da remuneração

b.i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

(a) Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixa e será paga em 12 (doze) parcelas mensais, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração receberão remuneração adicional mensal quando participarem como membros em mais de um comitê.

Os membros dos comitês que não forem conselheiros, fazem jus a remuneração fixa mensal, em valor definido pelo Conselho de Administração.

O valor das remunerações e os reajustes serão recomendados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, alinhados às práticas de mercado.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento serão beneficiários do seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O - "Directors and Officers" e/ou "Comfort Letter"), compulsoriamente incluídos na apólice, cujo custo será inteiramente assumido pela Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser distinta da dos demais membros em função do cargo exercido, uma vez em que o Presidente possui obrigações e deveres próprios, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Dentre tais funções, pode-se destacar a de representação do Conselho de Administração nas Assembleias Gerais da Companhia, bem como a presidência das mesas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando e se instalado, fazem jus a uma remuneração fixa mensal que deverá obedecer aos preceitos do artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, que prescreve que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal deve ser equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal de cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme sejam pontualmente acionados para substituição dos membros efetivos em reuniões.

(c) Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

A remuneração dos Diretores Estatutários será fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores não estatutários observará os planos de cargos e salários da Companhia e seus respectivos contratos de trabalho.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A estrutura de remuneração dos Diretores poderá ser composta por uma parcela fixa e outra variável, bem como benefícios e incentivos de curto e longo prazo, sempre baseada nos padrões de mercado e nos termos da estratégia de remuneração total definida pela Companhia.

(c).I Remuneração Fixa

A remuneração fixa anual tem por objetivo oferecer compensação direta aos diretores da Companhia pelos serviços prestados e reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, em linha com as práticas de mercado, bem como refletir o desempenho individual, demanda de tempo, responsabilidades, experiência, formação e conhecimento do executivo.

Adicionalmente, a Companhia concede a seus diretores um pacote de benefícios compatível com suas funções, respeitados os parâmetros de mercado e regiões de atuação. Itens comumente abrangidos por esse pacote incluem: plano de saúde e odontológico, plano de previdência complementar, seguro de vida e ticket refeição, entre outros.

A estratégia de remuneração fixa da Companhia poderá ser revista sempre que necessário, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, a aprovação da respectiva política, estratégia ou orçamento, sempre que cabível.

Visando manter a competitividade e atualidade das práticas de remuneração a Companhia poderá utilizar serviços de consultoria especializada em remuneração para estudos e pesquisas de mercado.

(c).II Remuneração Variável

A remuneração variável concedida pela Companhia, que tem beneficiários e requisitos próprios e específicos previstos em cada Plano ou Programa, tem por objetivo premiar o atingimento e superação de metas da Companhia e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, podendo ser composta por Incentivos de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP), e por quaisquer outras remunerações extraordinárias que venham a ser concedidas, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Qualquer remuneração baseada em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou Plano Stock Purchase, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019. São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e coordenadores de curso que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. O programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de 95% da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual. É prevista a possibilidade de pagamento de até 7,2 salários (para vice-presidentes), além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia.

Há ainda um plano de Outorga de Ações ("Stock Purchase Plan") por meio do qual o grupo de pessoas ali elegíveis farão jus a um Bônus, em dinheiro, com natureza jurídica de prêmio eventual e poderão, voluntária e espontaneamente, adquirir um lote determinado de ações da tesouraria da Companhia, à valor de custo, e dentro de um período determinado e, ainda, em contrapartida, manter inalienáveis de 50% a 75% das ações adquiridas durante um período determinado, tudo conforme regras do referido plano.

Em caso de superação da meta EBITDA, o valor de remuneração variável individual poderá ser de até o dobro do valor inicialmente previsto.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Anualmente, a Diretoria e o Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Pessoas, promoverão a correta apuração e acompanhamento dos planos e programas, bem como a definição de propostas para o ano subsequente e propostas de revisão necessárias, inclusive aquelas a serem encaminhadas à Assembleia Geral.

(d) Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas; Comitê Acadêmico e Comitê de Transformação Digital:

Com exceção do membro especialista na área contábil-societária do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, que recebe remuneração mensal fixa, no patamar de mercado para companhias de mesmo porte, os demais membros dos nossos Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; Comitê de Finanças e M&A; Comitê de Pessoas; Comitê Acadêmico e Comitê de Transformação Digital não recebem qualquer remuneração para exercer suas atividades.

b.ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

Os membros do nosso Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa e não possuem qualquer outro benefício, nem bonificação ou qualquer tipo de remuneração variável.

A proporção de cada elemento da remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária pode variar e ocorreu, em relação aos três últimos exercícios, da seguinte forma:

Ano	2019	2018	2017
Remuneração fixa	45,52%	78,83%	94,33%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	56,48%	21,17%	5,67%

b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Nossa política de remuneração fixa visa a estimular o alinhamento dos nossos objetivos, a produtividade e a eficiência dos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária, bem como a manter a competitividade no mercado em que atuamos.

A revisão dos salários-base dos diretores levará em consideração o desempenho do executivo em questão, sua posição na faixa e seu potencial de evolução, respeitados os seguintes parâmetros: (i) práticas de mercado; (ii) desempenho individual com base em sistema de avaliação adotado pela Companhia; (iii) experiência e maturidade; e (iv) outros fatores, tais como executivos com alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado.

Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia, as avaliações de desempenho individuais e o grau de criticidade das funções ocupadas.

A remuneração indireta, ou seja, os benefícios concedidos aos membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária são revistos anualmente de forma a mantê-los dentro dos padrões de mercado de acordo com cada cargo e função.

b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia tem por objetivo a atração, motivação e retenção dos profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

A política de remuneração da Companhia é baseada nas premissas de melhor interesse dos acionistas e demais stakeholders na criação de valor sustentável e de longo prazo; metas e estratégias de negócios; melhores práticas de mercado; e nos Princípios e Valores da Companhia.

b.v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Companhia recebem remuneração no patamar de mercado para companhias de mesmo porte.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

c. Principais indicadores de desempenho na determinação de cada elemento da remuneração

Anualmente são estabelecidas metas para os membros de nossa Diretoria estatutária e não estatutária elegíveis ao nosso programa de remuneração variável, o pagamento estará condicionado ao cumprimento do Contrato de Gestão, que incorpora 5 indicadores: Receita Líquida, OPEX, Eficiência Operacional; DPQ (Qualidade Ânima) e NPS (Serviços).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos nossos executivos baseia-se na *performance* desses indicadores ante às metas estabelecidas no curto, médio e longo prazos. Ressalta-se que a revisão de referidas metas ocorre anualmente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Adotamos práticas de remuneração que alinham principalmente os interesses de curto, médio e longo prazos, valendo a referência aos elementos fixo, variável e benefícios descritos acima. Os parâmetros de remuneração variável são predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração os indicadores de desempenho global da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário nos envolvendo.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.470.000,00	3.582.476,33	217.053,03	7.269.529,36
Benefícios direto e indireto	0,00	36.848,70	0,00	36.848,70
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	694.000,00	1.117.565,93	43.410,61	1.854.976,54
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.202.437,67	0,00	1.202.437,67
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2020.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	4.164.000,00	7.939.328,63	260.463,64	12.363.792,27

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.000.000,00	3.106.250,42	209.688,18	6.315.938,60
Benefícios direto e indireto	15.155,55	33.596,99	0,00	48.752,54
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	600.000,00	961.703,52	41.937,64	1.603.641,16

Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2019.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2019.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2019.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.245.653,58	0,00	5.245.653,58
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	3.615.155,55	9.347.204,51	251.625,82	13.213.985,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	5,33	0,50	13,91
Nº de membros remunerados	2,50	5,33	0,50	8,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	574.666,66	4.531.176,13	32.259,72	5.138.102,51
Benefícios direto e indireto	0,00	266.054,77	0,00	266.054,77
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	114.933,33	1.171.930,61	6.451,94	1.293.315,88
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2018.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa a ser paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2018.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2018.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.328.476,90	0,00	1.328.476,90
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	689.599,99	7.297.638,41	38.711,66	8.025.950,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,50	5,50	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	2,75	5,50	0,00	8,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	4.360.090,34	0,00	4.836.090,34
Benefícios direto e indireto	0,00	314.267,00	0,00	314.267,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	95.200,00	872.018,07	0,00	967.218,07
Descrição de outras remunerações fixas	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros do Conselho de Administração no exercício social de 2017.	A rubrica "Outros" refere-se aos valores referentes aos encargos sociais que serão retidos por nós, em razão da remuneração fixa paga aos membros da Diretoria no exercício social de 2017.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Total da remuneração	571.200,00	5.546.375,41	0,00	6.117.575,41

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2019)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16
Nº de membros remunerados	9	4	3	16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	0,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	0,00	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2018)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	5,33	0,50	13,92
Nº de membros remunerados	2,50	5,33	0,50	8,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO (2017)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,5	5,5	0	13
Nº de membros remunerados	2,75	5,5	0	8,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

a. Termos e condições gerais

O nosso Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão ("Opções"), nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com as disposições do Plano, são elegíveis a participar do Plano membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle ("Beneficiários").

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas neste instrumento. Ainda, será facultado ao Conselho de Administração delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê"). Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo 3 (três) membros, escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, por maioria. Os membros desse Comitê não serão elegíveis como beneficiários do Plano.

Obedecidas as condições deste Plano, nosso Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos diretores, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; (d) a emissão de novas ações da nossa Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; (e) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da nossa Assembleia Geral Extraordinária; (f) definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas; (g) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano, razão pela qual o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle, bem como estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) têm força vinculante perante a nossa Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de competência do Conselho de Administração.

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da nossa Companhia, com finalidade de: (a) estimular o desenvolvimento, o êxito e a consecução do nosso objeto social; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos dos membros do nosso Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle; e (c) possibilitar à nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter a ela vinculados membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos da nossa Companhia ou outras sociedades sob o nosso controle.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometerem efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrar interesses dos nossos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais conosco. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração

O Plano insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, o crescimento dos nossos resultados e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas que forem realizadas com base no Plano trarão diferentes mecanismos que permitirão o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A combinação de períodos de carência diferenciados e a possibilidade de se estabelecer condições (tais como metas financeiras e empresariais) para aquisição do direito de exercício das Opções fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da nossa Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item 'f' acima, as Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações da Companhia, limitados a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do nosso capital social no total, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado.

h. Condições de aquisição de ações

As Opções poderão ser exercidas desde que integralmente atendidas as condições, exigências, assim como respeitados os períodos de carência e os cronogramas previstos no Plano e nos Termos de Adesão.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício ou compra de cada Ação a ser subscrita pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado pelo Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) no momento de sua outorga ao respectivo Beneficiário mediante assinatura do Termo de Adesão, devendo esse preço ser fixado em moeda corrente nacional. O preço deverá estar vinculado às cotações das ações da Companhia, mas o Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) terá liberdade para fixar os parâmetros para fixação dos valores ("Preços de Exercício").

j. Critérios para fixação de prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo estão alinhados com os objetivos do Plano de criar um incentivo de longo prazo ao Beneficiários.

Nos termos do Plano, as Opções outorgadas poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observadas as determinações do Conselho de Administração ou do Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Termos de Adesão. As Opções concedidas aos Beneficiários somente poderão ser exercidas após o decurso de 3 (três) anos da data de sua outorga e poderão ser exercidas, em sua totalidade, ao final do 3º (terceiro) ano da data da respectiva outorga. O prazo poderá ser alterado pelo Conselho de Administração ou do Comitê, caso a caso, na data da outorga da Opção, mas em nenhuma hipótese será superior a 7 (sete) anos, contado da data da outorga da Opção.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

k. Forma de liquidação

O Beneficiário deverá realizar o pagamento em moeda corrente nacional, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso).

l. Restrições à transferência das ações

As Opções concedidas aos Beneficiários nos termos deste Plano serão intransferíveis, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Plano. É vedada a criação pelos Beneficiários de instrumentos financeiros de derivativos atrelados ou relacionados às Opções. As ações decorrentes do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros enquanto não estiverem totalmente integralizadas.

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados do Plano.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano expirará, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da nossa Companhia; (c) pela cessação de negociação das ações ordinárias em mercado de balcão, mercado organizado ou de bolsa de valores, em virtude de reorganização societária da nossa Companhia, (d) pela nossa dissolução e liquidação, ou (e) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação deste Plano.

Exceto pela extinção do Plano por deliberação dos nossos acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos. Caso extinção do Plano se dê por ocasião de reorganização societária da nossa Companhia, o Plano e as Opções com base nele outorgadas serão automaticamente extintos, salvo se as deliberações sobre a reorganização expressamente estabeleçam a permanência do Plano ou das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por outras.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para fins do Plano, o desligamento do Beneficiário significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, ponha fim à relação jurídica do Beneficiário da Opção conosco ou com nossas controladas, exceto aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento ("Desligamento"). Desligamento abrange inclusive as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Desligamento por Interesse da Companhia ou do Beneficiário. Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da data do Desligamento, e mediante pagamento à vista, independentemente se disposto de forma diversa no Termo de Adesão. Além disso, caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias contados do Desligamento para efetuar o pagamento integral ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado. O Conselho de Administração poderá estender os prazos constantes neste item, desde que devidamente justificado, para adequar às circunstâncias específicas do caso.

Desligamento por Justa Causa. No caso de Desligamento do Beneficiário ocorrer em razão de justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de lhe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as Opções já exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente nesta mesma data, e mediante pagamento à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento integral do valor restante na data do Desligamento, ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Opção de Compra da Companhia. Nós ou terceiros por nós indicados, teremos, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de Desligamento do Beneficiário, a opção de compra de todas as ações subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário em virtude do Plano, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas após o Desligamento em virtude de Opções já exercíveis ou em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer forma de aquisição, desde que tais direitos do Beneficiário tenham sido originados no Plano, por valor correspondente à cotação média das nossas ações nos últimos 30 (trinta) pregões, contados da data de Desligamento.

Falecimento. Em caso de falecimento de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, e a Opção se estenderá aos herdeiros ou sucessores do Beneficiário, por sucessão legal o por disposição testamentária até o término do prazo da Opção outorgada, podendo a Opção ser exercida no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do Beneficiário, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, os herdeiros e/ou sucessores terão o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados do falecimento se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

Invalidez Permanente ou Aposentadoria. Em caso de invalidez permanente ou aposentadoria de um Beneficiário, todas as Opções ainda não exercíveis tornar-se-ão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções de Ihe tenham sido outorgadas e que ainda não sejam exercíveis, mediante pagamento do Preço de Exercício à vista. Caso as ações subscritas ou adquiridas por força do Plano não estejam inteiramente integralizadas ou pagas, o Beneficiário terá o prazo original de exercício da Opção (que será automaticamente prorrogado por 180 (cento e oitenta dias) contados da invalidez permanente ou aposentadoria se a Opção expiraria antes de tal data) para efetuar o pagamento integral do valor restante ou terá a quantidade de ações reduzida proporcionalmente ao valor efetivamente aportado.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não é possível preencher este item uma vez que, o plano de remuneração baseada em ações, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência, conforme previsto, está sendo objeto de detalhamento pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual até a data deste formulário suas bases ainda não foram definidas e nenhum executivo firmou contrato de remuneração baseada em ações com a Companhia.

Assim que definidas as bases do plano e assinado qualquer contrato que tenha por objeto a outorga de opções em ações, este item será preenchido.

13.6 - Opções em Aberto

Não é possível preencher este item uma vez que, o plano de remuneração baseada em ações, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência, conforme previsto, está sendo objeto de detalhamento pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual até a data deste formulário suas bases ainda não foram definidas e nenhum executivo firmou contrato de remuneração baseada em ações com a Companhia.

Assim que definidas as bases do plano e assinado qualquer contrato que tenha por objeto a outorga de opções em ações, este item será preenchido.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos quaisquer opções de compra de ações de nossa emissão outorgadas no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuíamos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Em 31 de dezembro de 2019

Companhia						
Órgão	Ações (uni.)	ON (%)	Ações (uni.)	PN (%)	Total de Ações	%
Conselho de Administração	17.290.474	21,56	0	0	17.290.474	21,56
Diretoria	9.897.981	12,34	0	0	9.897.981	12,34
Conselho Fiscal	0		0	0		
Total de Ações	27.188.455	33,90	0	0	27.188.455	33,90

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

a.	Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b.	Número de Membros	8,00	5,00
c.	Número de Membros Remunerados ⁽¹⁾	0	0
d.	Nome do plano	Itaú – Programa de Previdência complementar	Itaú – Programa de Previdência complementar
e.	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
f.	Condições para se aposentar antecipadamente	Conforme legislação regulamentadora da Previdência complementar.	Conforme legislação regulamentadora da Previdência complementar.
g.	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.
h.	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.	Não aplicável. A adesão ao Programa é voluntária e em 2019 os membros não aderiam ao programa.
i.	Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Carência de 60 dias. Resgate das contribuições realizadas de acordo com o regime tributário progressivo ou regressivo optado pelo colaborador	Carência de 60 dias. Resgate das contribuições realizadas de acordo com o regime tributário progressivo ou regressivo optado pelo colaborador

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício Circular CVM/SEP/Nº02/2020.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	5,33	5,50	8,25	8,08	7,50	3,00	0,50	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,33	5,50	8,25	2,50	2,75	3,00	0,50	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.157.433,82	1.648.889,03	1.378.411,98	780.000,00	201.600,00	218.400,00	83.875,27	10.753,24	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	715.151,52	636.359,30	777.148,70	390.000,00	201.600,00	201.600,00	83.875,27	10.753,24	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.029.738,88	1.412.123,78	1.008.431,89	400.000,00	233.280,00	207.709,09	83.875,27	10.753,24	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. De janeiro a dezembro a Diretoria era composta por 4 membros, sendo que 1 membro acumula duas diretorias.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. De janeiro a julho a diretoria contava com 6 membros, agosto e setembro 5 membros e a partir de outubro passou a contar com 4 membros, sendo que 1 membro acumula duas diretorias.
31/12/2017	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/20. Até o mês de junho a Diretoria era composta por 5 membros, passando a contar com 6 membros a partir de julho.

Conselho de Administração	
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. Até o mês de março o Conselho era composto por 9 membros, passando a contar com 8 membros a partir do mês de abril.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. No mês de janeiro o Conselho era composto por 7 membros, passando a contar com 8 membros de fevereiro a agosto, 7 membros em setembro e a partir de outubro passou a contar com 9 membros.
31/12/2017	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020. Até o mês de março o Conselho era composto por 6 membros, passando a contar com 8 membros a partir do mês de abril.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº003/2020. O Conselho Fiscal contou com 3 membros ao longo de todo exercício de 2019.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. O Conselho Fiscal foi instalado em outubro de 2018.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	8,25	4,00	3,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3,25	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	3.615.155,55	9.347.204,51	251.625,82
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	1.575.155,55	7.365.816,68	0,00
% da Remuneração total do órgão	43,57%	78,80%	0,00%

Exercício de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾
Número de Membros	8,08	5,33	0,50
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4,58	5,33	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	583.200,00	7.531.326,85	38.711,66
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	60.000,00	5.921.490,64	0,00
% da Remuneração total do órgão	10,29%	78,62%	0,00%

⁽¹⁾ Conselho Fiscal instalado em outubro de 2018.

Exercício de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ⁽¹⁾
Número de Membros	7,5	5,5	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	5	5,5	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	571.200,00	5.546.375,41	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	218.400,00	5.546.375,41	N/A
% da Remuneração total do órgão	38,24%	100%	N/A

⁽¹⁾ Conselho Fiscal não instalado.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, valores reconhecidos nos nossos resultados de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária, de nossa Diretoria não Estatutária ou do Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.16 - Outras Informações Relevantes

No item 13.2 do Formulário de Referência informamos o número de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração:

Previsão para 2020	
Mês	Nº de membros
Janeiro	8
Fevereiro	8
Março	8
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
Total	96
Média (Total/Nº de meses)	8

Em 2019	
Mês	Nº de membros
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
Total	99
Média (Total/Nº de meses)	8,25

Em 2018:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	8
Março	8
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	7
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
Total	97
Média (Total/Nº de meses)	8,08

Em 2017:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	8
Maio	8
Junho	8
Julho	8
Agosto	8
Setembro	8
Outubro	8
Novembro	8
Dezembro	8
Total	90
Média (Total/Nº de meses)	7,5

13.16 - Outras Informações Relevantes**Diretoria Estatutária:**

Previsão para 2020	
Mês	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	48
Média (Total/Nº de meses)	4

Em 2018:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	64
Média (Total/Nº de meses)	5,33

Em 2019	
Mês	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	48
Média (Total/Nº de meses)	4

Em 2017:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	66
Média (Total/Nº de meses)	5,5

13.16 - Outras Informações Relevantes**Conselho Fiscal:**

Previsão para 2020	
Mês	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	36
Média (Total/Nº de meses)	3

Em 2019:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	36
Média (Total/Nº de meses)	3

Em 2018:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	3
Dezembro	3
Total	6
Média (Total/Nº de meses)	0,5

Em 2017:	
Mês	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas:

**Número de
empregados
Por Grupos**

	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	30/09/2020
Docentes	3108	3642	4068	5063
Administrativos	3582	3419	3830	4419
Total	6690	7061	7898	9482

Localização Geográfica	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	30/09/2020
Balneário Camboriú/SC	34	45	41	45
Barueri/SP	91	96	91	67
Belo Horizonte/MG	3021	2686	2554	2669
Betim/MG	78	86	76	83
Blumenau/SC	107	114	133	146
Bom Despacho/MG	306	318	289	276
Catalão/GO	17	218	170	163
Conselheiro Lafaiete/MG		7	30	37
Contagem/MG	163	191	181	199
Cubatão/SP	2	7	32	42
Curitiba/PR	59	100	122	569
Divinópolis/MG	55	83	112	125
Florianópolis/SC	99	133	164	164
Guanambi/BA				521
Guarulhos/SP	1	9	40	86
Irece/BA			2	22
Itabira/MG	4	35	61	64
Itajaí/SC	13	34	42	53
Itumbiara/GO		6	25	29
Jacobina/BA			108	120
Jaraguá do Sul/SC	92	82	102	114
Jataí/GO	6	35	54	61
Jeremoabo/BA			18	0
Joinville/SC	539	546	518	443
Lagarto/SE			38	49
Nova Serrana/MG	28	39	54	1
Paripiranga/BA			412	394
Pouso Alegre/MG	45	88	110	137
Santos/SP	390	331	306	284
São Bento do Sul/SC	22	33	49	62
São Bernardo do Campo/SP	3	7	45	70
São Paulo/SP	1300	1508	1613	1712
Senhor do Bonfim/BA			47	54
Sete Lagoas/MG	38	60	81	107
Tucano/BA			32	36
Uberlândia/MG	177	164	146	146
Vespasiano/MG				332
Total Geral	6690	7061	7898	9482

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Número de empregados por grupos	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	30/09/2020
Aprendizes	81	96	126	46
Terceirizados	178	447	432	276
Total	259	543	558	322

Por Localização Geográfica	31/12/2017	31/12/2018	30/12/2019	30/09/2020
Balneário Camboriú/SC	5	6	5	4
Barueri/SP	2	2		0
Belo Horizonte/MG	35	183	192	75
Betim/MG	1	12	12	6
Blumenau/SC	7	11	9	5
Bom Despacho/MG	4	3	6	6
Conselheiro Lafaiete/MG			4	2
Contagem/MG	2	13	13	7
Catalão			12	0
Cubatão/SP	0	2	5	3
Curitiba/PR	13	18	15	10
Divinópolis/MG	1	0	2	2
Florianópolis/SC	13	13	14	7
Guarulhos/SP	0	4	4	3
Itabira/MG	0	1	1	0
Itajaí/SC	1	6	5	4
Itumbiara			2	3
Jacobina/BA			3	0
Jaraguá do Sul/SC	0	4	5	6
Jataí/GO	0	8	7	8
Joinville/SC	39	54	46	34
Paripiranga/BA			14	0
Pouso Alegre			2	1
Santos/SP	7	29	21	10
São Bento do Sul/SC	1	2	2	2
São Bernardo do Campo/SP			3	3
São Paulo/SP	125	166	152	116
Sete Lagoas/MG	0	3	2	2
Uberlândia/MG	3	3		3
Total	259	543	558	322

c. Índice de rotatividade

As informações abaixo se referem aos nossos números consolidados, incluindo as nossas controladas.

31/12/2017	31/12/2018	30/12/2019	30/09/2020
24,6%	25,4%	35,2%	27,1%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Em 2016, em função da aquisição da Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC, da Faceb Educação Ltda e do Instituto Politênico Ltda, conforme descrito no item 6.3. deste Formulário de Referência, a base de colaboradores aumentou em 22,33%.

Em 2017 ocorreu a unificação da HSM/ACAD, a implantação da área comercial da Ânima Educação e reestruturação da Central de Relacionamento com o Aluno.

Em agosto de 2019, aquisição da AGES, aumentando a base de colaboradores em 9,57%

No final de 2019, início de 2020, foram adquiridas mais três instituições: UNICURITIBA, FASEH e UNIFG. Juntas aumentaram a base de colaboradores em 20,0%.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A remuneração de nossos empregados é composta pela remuneração direta e pela remuneração variável.

Remuneração direta

A remuneração direta é definida a partir do enquadramento dos nossos empregados em faixas salariais, definidas conforme o grau de complexidade e os pré-requisitos inerentes a cada cargo. A segregação em faixas salariais visa proporcionar a equidade dos salários praticados pela nossa Companhia, propiciando maior flexibilidade de análise e adequação ao mercado, observando-se área geográfica, porte das instituições e práticas comumente utilizadas pelas instituições do mesmo segmento.

O enquadramento do colaborador no plano salarial poderá ser alterado por promoção, progressão, reenquadramento, alteração de cargo e demais casos previstos em acordo ou norma coletiva.

Os processos de promoção e progressão levam em conta a meritocracia, as necessidades de substituição de colaboradores ou aumento de quadro, sem prejuízo dos demais critérios de movimentação descritos no parágrafo acima.

Todo colaborador da Instituição será candidato em potencial a qualquer vaga em aberto, desde que atenda aos pré-requisitos necessários para a ocupação do cargo pretendido, conforme descrição formal do mesmo e aos critérios de movimentação que sejam aplicáveis.

Remuneração variável

Tendo sido implementado em 2008, o Programa de Remuneração Variável foi revisto em 2019. São elegíveis ao programa executivos e gestores da Companhia: presidente, vice-presidentes, diretores, gerentes e coordenadores de curso que apresentem desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. O programa é dividido em incentivos de curto e longo prazo, tendo como gatilho o atingimento de 95% da meta de EBITDA consolidado Ânima e atrelado a um Contrato de Performance Individual. É prevista a possibilidade de pagamento de até 1,2 salários (para coordenadores de curso e gerentes) e até 7,2 salários (para vice-presidentes), além de possibilidade do incentivo de longo prazo em ações ordinárias da Companhia. Em caso de superação da meta EBITDA, o valor de RV individual poderá até o dobro do valor inicialmente previsto. O valor total destinado ao programa pode chegar a 20 milhões de reais, com efeitos a partir 2020.

Foi elaborado em 2014 e lançado em 27/01/15 o Programa Mérito Docente, que proporcionou aos docentes o reconhecimento: acadêmico, honorífico e financeiro. Foram consideradas para o reconhecimento o diferencial dos docentes nas seguintes dimensões: pedagógica, envolvimento, mentoria e desempenho. Foram premiados 141 (cento e quarenta e um) docentes das seguintes IES: Unimonte, Una e UniBH. O projeto tem como objetivo principal, reconhecer os docentes alinhados com o perfil descrito através das dimensões citadas. Em 2017, o Programa Mérito Docente premiou 79 professores em todo o Grupo.

Na anual, o Prêmio Padre Magela, contempla todas as IES do grupo, e tem como objetivo incentivar métodos diferenciados e que auxiliem cada instituição do Grupo ÂNIMA a oferecer para seus alunos a maior qualidade em educação. Realizando esse tipo de reconhecimento, estimulamos nossos profissionais a participarem ativamente da concretização do Projeto Acadêmico ÂNIMA. O programa reconhece os docentes nas seguintes categorias: Práticas Inovadoras, Práticas premiadas nas edições anteriores do Prêmio Padre Magela, Metodologias ativas de aprendizagem – Pós Graduação, Metodologias Ativas de Aprendizagem – Graduação, Práticas inovadoras em Projeto Interdisciplinar. A premiação é composta fomento a projeto de pesquisa e iniciação científica; Prêmio em dinheiro; e Treinamento em uma metodologia ativa de ensino e aprendizagem.

Apesar do entendimento da importância dos prêmios de Mérito ao Docente e do Prêmio Padre Magela, com o crescimento da companhia e a aquisição de outras empresas, ambos foram suspensos e estão em revisão para que possamos olhar todo o Ecossistema da Ânima e trabalhar com uma premiação para os docentes que seja efetiva em todas as Escolas do grupo.

Em 2016 iniciamos com a premiação destinada aos colaboradores da área comercial que atuarem diretamente em campanha fazendo a captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós- Graduação na modalidade presencial, bem como:

- ✓ Promover maior abrangência do plano de remuneração variável da Instituição;
- ✓ Criar um senso de envolvimento e comprometimento com o negócio;

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- ✓ Remunerar de forma diferenciada, valorizando a capacidade de gerar resultados e atingir metas;
- ✓ Oferecer oportunidade de uma remuneração mais competitiva, de maneira objetiva e justa.
- ✓ Para a empresa o objetivo é gerar *Leads*, trabalhando a divulgação e captação de alunos para os cursos de Graduação e Pós-Graduação, de forma proativa e planejada, visando aumento da receita e maior rentabilidade dos cursos.
- ✓ Para o colaborador, o objetivo é estimular o desempenho, produtividade e o envolvimento dos mesmos, premiando-os no caso da superação das metas estabelecidas pela instituição.

b. política de benefícios

Disponibilizamos aos nossos colaboradores (administrativos e professores) os seguintes benefícios, com subsídio total ou parcial das nossas empresas:

- *Assistência Médica*
- *Alimentação*
- *Vale Transporte*
- *Bolsas de Estudos para graduação e Pós-Graduação*
- *Celular corporativo*
- *Estacionamento*

Mantemos, ainda, convênios e parcerias com empresas prestadoras de serviços (clínicas odontológicas, farmácias, empresas de empréstimo consignado, escola de idiomas, livrarias, seguro de vida, seguro automóvel, previdência privada, grupo de corrida, outros) para disponibilização de benefícios e vantagens exclusivas para os nossos colaboradores, sem subsídio das nossas empresas.

Além disso, temos como política promover o bem-estar de nossos empregados, de modo que promovemos ações em datas comemorativas (aniversários, casamentos, formaturas, etc.).

C. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 21 de agosto de 2013, aprovamos nosso Plano de Opção de Compra de Ações, do qual podem ser beneficiários os membros do Conselho de Administração, diretores, demais executivos em posição chave e consultores estratégicos de nossa Companhia e/ou outras sociedades sob o nosso controle. Até a data deste Formulário de Referência, ainda não houve outorga de opções a administradores ou a empregados não-administradores.

Aprovamos, em 2014, o Programa Sócios que contempla o Plano de Opção de Compra de Ações, estendido a todos os colaboradores, nas seguintes condições: incentivo de 20% das ações, inalienabilidade por 24 meses, limitado a dois salários. São elegíveis: colaboradores administrativos e professores, prestadores com vínculo há, pelo menos, 1 ano. Em caso de desligamento.

- Se por iniciativa do beneficiário, perde o direito
- Se por iniciativa da empresa, fica mantido o direito no mesmo prazo

Para informações adicionais sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações para executivos e membros do Conselho, consulte o item 13.4 deste Formulário de Referência.

Em 2016, o Programa Sócios foi divulgado amplamente aos colaboradores e docentes do Grupo Ânima em dois períodos, de 25 de abril a 25 de maio, e de 17 de novembro a 30 de dezembro. Nas duas edições tivemos 48 adesões ao Programa.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Possuímos um relacionamento cordial, aberto e construtivo com os sindicatos de nossos empregados, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas.

Os nossos empregados são representados pelos seguintes Sindicatos:

Sindicato	Cidade (s)	UF
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Nova Serrana, Pouso Alegre, Sete Lagoas	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAE-MG)	Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Itabira, Nova Serrana, Sete Lagoas	MG
Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (SINPRO-SP)	São Paulo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de São Paulo (SAAE-SP)	São Paulo	SP
Sindicato Empregados Administração Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo	Barueri	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Região Sul do Estado de Minas Gerais (SAAESUL)	Pouso Alegre	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais	Uberlândia	MG
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG)	Uberlândia	MG
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar da Grande Florianópolis (SAAE- FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Professores de Florianópolis e Região (SINPRO-FLORIANÓPOLIS)	Florianópolis	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Itajaí	Itajaí, Balneário Camboriú	SC
Sindicato dos Professores de Itajaí	Itajaí, Balneário Camboriú	SC
Sindicato dos Professores e Auxiliares nas Escolas Particulares de Blumenau e Região (SINPABRE)	Blumenau	SC
Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Particular e Fundações Educacionais do Norte do Estado de SC - SINPRONORTE	Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul	SC
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Paraná (SAAEPAR)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores do Estado do Paraná (SINPES)	Curitiba	PR
Sindicato dos Professores do Estado de Goiás	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás	Catalão, Itumbiara e Jataí	GO
Sindicato dos Bibliotecários do Estado Paraná (SINDIB)	Curitiba	PR
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Guarulhos (SAAEG)	Guarulhos	SP

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Sindicato dos Professores de Guarulhos (SINPRO-SP)	Guarulhos	SP
Sindicato dos Professores de Santos	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Santos	Cubatão e Santos	SP
Sindicato dos Professores de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	SP
Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Educação Superior em Estabelecimentos Privados de Ensino do Estado da Bahia (SEMESB)	Irecê, Jacobina, Paripiranga, Senhor do Bonfim, Tucano	BA
Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO-BA)	Irecê, Jacobina, Paripiranga, Senhor do Bonfim, Tucano	BA
Sindicato dos Professores e Trabalhadores da Educação da Rede Particular de Ensino do Município de Aracaju e do Estado de Sergipe	Lagarto	SE

Possuímos acordos e convenções coletivos com todas essas entidades, geralmente com prazo anual e mantemos relações regulares e respeitadas com tais sindicatos.

Nossa conduta perante os sindicatos de nossos empregados é pautada pelo tratamento transparente e ético. Acreditamos ser possível estabelecer um relacionamento saudável, harmonioso e construtivo, fundado no mútuo respeito e no interesse comum.

Temos, inclusive, líderes sindicais do SINPRO-MG, sem estabilidade, que atuam como docentes da casa.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Rodrigo Rossetto Dias Ramos						
142.018.098-38	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
2.258.334	0,559%	0	0,000%	2.258.334	0,559%	
Leonardo Barros Haddad						
257.041.918-43	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
6.000	0,001%	0	0,000%	6.000	0,001%	
Gabriel Ralston Correa Ribeiro						
043.580.888-56	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
3.489.546	0,864%	0	0,000%	3.489.546	0,864%	
Ricardo Cançado Gonçalves de Souza						
250.347.826-34	brasileira-MG	Sim	Sim	28/10/2013		
Não						
2.720.598	0,674%	0	0,000%	2.720.598	0,674%	
Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda.						
07.880.927/0001-02	brasileira-RJ	Não	Não	25/03/2021		
Não						
19.259.101	4,769%	0	0,000%	19.259.101	4,769%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Dynamo Administração de Recursos Ltda.					
72.116.353/0001-62	brasileira-RJ	Não	Não	25/03/2021	
Não					
21.872.921	5,416%	0	0,000%	21.872.921	5,416%
Fabricio Ghinato Mainieri					
752.322.510-15	brasileira-RS	Sim	Sim	28/10/2013	
Não					
1.193.622	0,296%	0	0,000%	1.193.622	0,296%
Marcelo Battistella Bueno					
171.266.448-41	brasileira-SP	Sim	Sim	29/01/2020	
Não					
24.210.111	5,995%	0	0,000%	24.210.111	5,995%
Daniel Faccini Castanho					
177.268.508-92	brasileira-SP	Sim	Sim	29/01/2020	
Não					
38.512.539	9,536%	0	0,000%	38.512.539	9,536%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.					
10.957.035/0001-77	Brasileira-RJ	Não	Não	19/01/2018	
Não					
27.820.155	6,887%	0	0,000%	27.820.155	6,887%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Rômulo Faccini Castanho					
275.264.818-93	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013	
Não					
16.713.138	4,138%	0	0,000%	16.713.138	4,138%
Átila Simões da Cunha					
178.893.298-65	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013	
Não					
4.982.562	1,234%	0	0,000%	4.982.562	1,234%
Ignácio Dauden Martinez					
213.279.458-86	Espanhola-SP	Sim	Sim	23/10/2013	
Não					
5.156.580	1,277%	0	0,000%	5.156.580	1,277%
Maurício Nogueira Escobar					
179.933.738-32	brasileira-SP	Sim	Sim	28/10/2013	
Não					
9.492.753	2,350%	0	0,000%	9.492.753	2,350%
OUTROS					
219.624.493	54,378%	0	0,000%	219.624.493	54,378%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 30/05/2015					
6.567.774	1,626%	0	0,000%	6.567.774	1,626%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
403.880.227	100,000%	0	0,000%	403.880.227	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

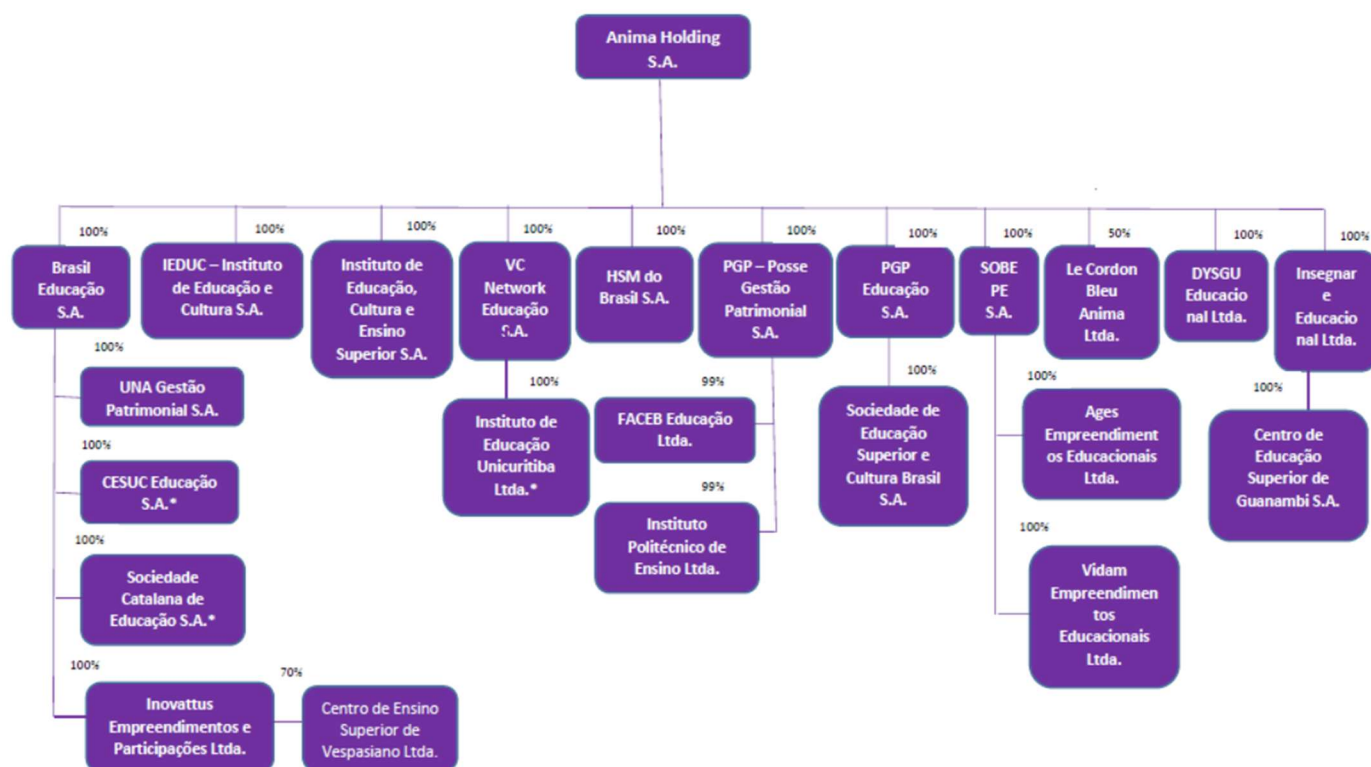
Data da última assembleia / Data da última alteração	18/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	12.423
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	448
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	447

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	288.432.555	71,417%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	288.432.555	71,417%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



*CESUC Educação S.A. e Sociedade Catalana de Educação S.A. em processo de cisão. Protocolos nº GON1974555566 e GON1919086108.

* Instituto de Educação Unicuritiba Ltda é a nova denominação de Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Possuímos atualmente um acordo de acionistas arquivado em nossa sede.

Trata-se do acordo celebrado em 23 de agosto de 2013 entre os Srs. Daniel Faccini Castanho, Marcelo Battistella Bueno, Maurício Nogueira Escobar, Átila Simões da Cunha, Flávio Korn, Ignácio Dauden Martinez, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Ricardo Cançado Gonçalves de Souza, Fabrício Ghinato Mainieri, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Leonardo Barros Haddad, Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto, Rômulo Faccini Castanho e Ryon Cássio Braga (em conjunto, “Acionistas Originais”) (o “Acordo de Acionistas Originais”).

Em 12 de maio de 2016, o sr. Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto desvinculou-se do “Acordo de Acionistas Originais”. Em 07 de abril de 2017, os srs. Flávio Korn e Ryon Cássio Braga também se desvincularam do “Acordo de Acionistas Originais”.

Os principais termos e condições do Acordo de Acionistas Originais celebrado entre nossos Acionistas Originais em 23 de agosto de 2013 estão descritos abaixo.

a. partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Daniel Faccini Castanho; (ii) Marcelo Battistella Bueno; (iii) Maurício Nogueira Escobar; (iv) Átila Simões da Cunha; (v) Flávio Korn; (vi) Ignácio Dauden Martinez; (vii) Rodrigo Rossetto Dias Ramos; (viii) Ricardo Cançado Gonçalves de Souza; (ix) Fabrício Ghinato Mainieri; (x) Gabriel Ralston Correa Ribeiro; (xi) Rivadavia Correa Drummond de Alvarenga Neto; (xii) Romulo Faccini Castanho; (xiii) Leonardo Barros Haddad e (xiv) Ryon Cássio Braga (doravante designados, em conjunto, como “Acionistas” e, individual e indistintamente, como “Acionista”) e, ainda, a nossa Companhia e a RNE Gestão Patrimonial S.A. (“RNE”), como intervenientes anuentes.

b. data de celebração

23/08/2013

c. prazo de vigência

O prazo de vigência será de 15 (quinze) anos.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sujeitam-se ao Acordo todas as ações detidas pelos Acionistas na data de sua celebração, bem como todas as ações que venham a ser subscritas ou adquiridas pelos Acionistas durante sua vigência (“Ações Vinculadas”).

Os Acionistas obrigam-se a exercer o seu direito de voto relativo às Ações Vinculadas em nossas assembleias gerais de maneira a cumprir com os termos e condições do Acordo de Acionistas, sempre no mesmo sentido e teor, fazendo, ainda, com que os membros por eles indicados ao nosso Conselho de Administração também exerçam seus direitos de voto em nossas Reuniões do Conselho, sempre no mesmo sentido e teor.

Os Acionistas se reunirão previamente a qualquer conclave (“Reunião Prévia”) e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os Acionistas e pelos membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Além disso, a deliberação dos nossos aumentos de capital deverão ser aprovados pela maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Todos os Acionistas poderão, nas Reuniões Prévias, indicar candidatos aos cargos de Conselheiros efetivos e suplentes da nossa Companhia, dos quais serão escolhidos pelos Acionistas, como candidatos efetivos, aqueles aprovados pelos Acionistas Originais que representem a maioria das Ações Vinculadas dos Acionistas. Após escolhidos os nomes nas Reuniões Prévias, todos os Acionistas Originais deverão votar de forma unânime, no dia da assembleia de eleição do Conselho de Administração, de maneira a eleger os candidatos escolhidos pelos Acionistas Originais nas Reuniões Prévias.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Observado o disposto no Acordo de Acionistas, na hipótese de um Acionista pretender transferir uma parte ou a totalidade das Ações Vinculadas, deverá notificar os demais Acionistas, se for o caso, informando sua intenção transferir uma parte de suas Ações Vinculadas. Quando os Acionistas receberem uma notificação, informando sua intenção do Acionista de transferir uma parte de suas Ações Vinculadas, os Acionistas notificados, terão o direito primário de preferência para aquisição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis e nas mesmas condições.

Caso algum Acionista não exerça o direito de preferência primário a que faça jus, no prazo avençado, o mesmo será repassado proporcionalmente aos outros Acionistas, obedecida a proporção detida por cada qual no bloco composto por todos os demais Acionistas, para exercício no prazo de 15 (quinze) dias úteis, processo que se repetirá até que não reste mais participação a adquirir. Caso ainda reste participação a adquirir, aplicar-se-á o eventual direito de preferência concedido a acionista que não seja parte no Acordo.

Além do direito de preferência mencionado acima, os Acionistas outorgarão e concederão à RNE, empresa que controlam, opções de compra para a aquisição, pela RNE, da totalidade das Ações que cada Acionista detém em nossa Companhia. O exercício de cada opção de compra se dará no prazo de até 15 (quinze) anos, e poderá ser exercido apenas se e quando um ou mais Acionista(s) vier(em) a falecer.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Os Acionistas se reunirão em Reunião Prévia e deliberarão, por maioria simples dos votos dos Acionistas, a orientação comum de voto, a ser seguida unanimemente por todos os membros do Conselho de Administração por eles indicados.

Acordo de Acionistas entre os Acionistas Originais e Península Fundo de Investimento em Participações

Em 23 de setembro de 2014 foi celebrado entre o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP") e os nossos Acionistas Originais um acordo de acionistas.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Península Fundo de Investimento em Participações ("Península FIP"), desvinculou-se do acordo de acionista celebrado em 23 de setembro de 2014 com os acionistas originais, passando a existir, portanto, apenas o Acordo de Acionistas Originais.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 21 de fevereiro de 2020, conforme Comunicado ao Mercado, a Ânima informa ter recebido comunicação de membros do bloco de controle da Companhia informando a transferência para terceiro de 3.956.621 *ações ordinárias* de acionistas que integram o bloco, passando a ter a representatividade reduzida de 36,77% para 33,26% da totalidade das ações da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Aquisição da Faceb
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da Eurolatino Participações Ltda. e do Instituto Politécnico Ltda., pela PGP –Posse Gestão Patrimonial S.A., nossa subsidiária integral, por R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo uma parcela única de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), que poderia ser ajustada conforme apuração de dívida ou caixa líquido, na data do fechamento da operação, e R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais), a serem pagos em 74 prestações mensais, corrigidos à taxa de 12% a.a. (doze por cento ao ano) mais correção pela TR.
Sociedades envolvidas	A Ânima Holding S.A., PGP – Posse Gestão Patrimonial S.A., Eurolatino Participações Ltda. e Instituto Politécnico Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da CESUC Educação S.S. Ltda e da Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda.
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da CESUC Educação S.S. Ltda e da Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda., Brasil Educação S.A., nossa subsidiária integral, por R\$ 31.250.000,00 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta mil reais), sendo uma parcela de entrada de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a paga na data do fechamento da operação, e R\$ 21.250.000,00 (vinte um milhões, duzentos e cinquenta mil reais), pagos em 5 prestações anuais, corrigidos por inflação (variação da média aritmética entre o IPCA, INPC e IGP-M), além de um contrato de locação de longo prazo dos imóveis onde estão instaladas as instituições. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais) de earn-out, a ser quitado entre 2019 e 2021, conforme cumprimento de metas para o resultado operacional.

Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., Brasil Educação S.A., CESUC Educação S.S. Ltda e Sociedade Catalana de Educação S/C Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da dos direitos de manutenção da Faculdade Jangada
Principais condições do negócio	Aquisição dos direitos de manutenção da Faculdade Jangada, pela nossa subsidiária integral PGP Educação S.A., por R\$ 7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil reais), sendo uma entrada de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), paga na data do fechamento da operação, e R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais), pagos em 4 prestações anuais, corrigidas pela inflação (média aritmética simples entre o IPCA e o IGPM), além de um contrato de locação com prazo de 5 anos do imóvel que abriga o novo campus da instituição.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., PGP Educação S.A. e Faculdade Jangada
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não se aplica.
Quadro societário antes e depois da operação	Não se aplica.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição dos direitos de manutenção da Faculdade Divinópolis
Principais condições do negócio	Aquisição dos direitos de manutenção da Faculdade Divinópolis, pela nossa subsidiária integral, SOCIESC Educação Ltda., por R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), com pagamento em cinco anos, sendo uma entrada de R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil de reais), paga na data do fechamento da operação, uma primeira parcela no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), 12 meses após o fechamento e mais 4 prestações anuais no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a serem todas corrigidas pela inflação (IPCA).
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., SOCIESC Educação Ltda. e Faculdade Divinópolis
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e da Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade da participação societária da AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e da Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, pela nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, nas seguintes condições: a) pagamento de R\$49,7 Milhões, relativos à aquisição de 74,03% das cotas das sociedades adquiridas, na data do fechamento, sendo R\$44,7 milhões 3 dias após a data do fechamento da transação, e R\$5 milhões em até 60 dias após a data de fechamento; b) aporte de capital nas sociedades adquiridas para pagar R\$65,3 milhões de dívidas das sociedades adquiridas, previamente definidas, aí considerados dividendos pretéritos devidos aos vendedores, dívidas bancárias e outros passivos; c) anuência com o aporte, pelos vendedores, no capital social da SOBEPE, de 25,97% das cotas que eles ainda deterão nas sociedades adquiridas, ao valor total de R\$35,0 milhões. A transação também prevê um pagamento de até R\$ 50 milhões de <i>earn-out</i> , de acordo com o cumprimento de metas acordadas entre as partes, diretamente relacionadas a operação de medicina e ao crescimento da vertical de saúde.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador acionista com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	<p>Antes da operação a Companhia possuía 78.556.015 ações. Após a operação, tendo emitido 1.652.502 novas ações, a Companhia passou a ter 80.208.517 ações.</p> <p>Nenhum acionista anterior à operação sofreu alterações no número de suas ações em virtude da operação, apenas sua participação foi diluída na proporção do aumento de capital.</p>

Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação, a participação societária da AGES Empreendimentos Educacionais Ltda e da Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP eram detidos por José Wilson dos Santos e Vitoria Melina Santana Ferreira dos Santos, passando, por sua vez, para o nosso controle indireto. Além disso, o Professor José Wilson dos Santos e a Vitoria Melina Santana Ferreira dos Santos passaram a deter cerca de 2,04% e 0,02% da Ânima Holding S.A., respectivamente.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Aquisição dos direitos de manutenção da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Principais condições do negócio	Assinatura de contrato que concede direitos de aquisição da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Para a concessão do direito, a Ânima ou uma de suas subsidiárias obrigou-se a i) depositar, em favor da Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL ("Fundação"), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da operação, um valor equivalente a R\$20 milhões, a título de prêmio pela outorga da opção; e ii) conceder à Fundação empréstimos, até o fim de janeiro de 2020, ou fiança ou aval, para, consoante plano de reestruturação apresentado pela Fundação ao Ministério Público, contribuir no equacionamento das dívidas da Fundação e custear a execução do plano, tudo de forma escalonada e com limite máximo de R\$93 milhões. Caso sejam superadas as condições suspensivas e haja exercício da opção, em contra-partida à transferência de manutenção da UNISUL se compromete a Ânima a pagar à Fundação o valor da diferença entre o prêmio pago pela Opção e o valor global de R\$300 milhões, a ser quitado da seguinte forma: (i) deverão ser compensados os valores dos empréstimos não pagos até a data do fechamento; e (ii) deverão ser abatidos do saldo todos os valores necessários para quitação do saldo devedor, em pecúnia, relativo ao PROIES, a serem calculadas na data do fechamento, passando a ser de responsabilidade
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	N.A.
Quadro societário antes e depois da operação	N.A.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., antiga denominação de Instituto de Educação Unicuritiba Ltda.
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., antiga denominação de Instituto de Educação Unicuritiba Ltda., pela nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., nas seguintes condições: (i) aquisição de 84,61538% das cotas pertencentes aos alienantes pelo valor R\$ 110 Milhões em dinheiro, sendo: a. R\$ 104,5 milhões na data do fechamento da transação; e b. R\$ 5,5 milhões em até 30 dias após a data de fechamento da operação, sujeito a um ajuste conforme a variação do endividamento líquido e do capital de giro da sociedade apurados no mês imediatamente anterior à data de fechamento; e (ii) anuência com o aporte, pelos alienantes, no capital social da VC Network Educação S.A., de 15,38462% das cotas que eles detêm na Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., antiga denominação de Instituto de Educação Unicuritiba Ltda., a valor contábil, cujo valor de mercado é estimado em R\$20 milhões;
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., VC Network Educação S.A., Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., antiga denominação de Instituto de Educação Unicuritiba Ltda.

15.7 - Principais Operações Societárias

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	<p>A Companhia possuía, antes da aprovação pelo CADE da operação, 110.559.237 ações. Após a aprovação pelo CADE da operação, tendo emitido 563.698 novas ações, a Companhia passou a ter 111.122.935 ações.</p> <p>Nenhum acionista anterior à operação sofrerá alterações no número de suas ações em virtude da operação, apenas sua participação será diluída na proporção do aumento de capital.</p>
Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação, a participação societária da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda. eram detidas por Maria Cianci Vianna, Milton Vianna Neto, Rosa Maria Cianci Vianna de Barros, Danilo Vianna e Tânia Regina Cianci Vianna passando, por sua vez, para o nosso controle indireto. Além disso, os alienantes passaram a deter cerca de 1% da Ânima Holding S.A.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição da Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda.
Principais condições do negócio	<p>Aquisição da totalidade das quotas da Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda., pela nossa subsidiária integral Brasil Educação S.A., nas seguintes condições: aquisição de 100% das cotas da Inovattus, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH. A Transação envolveu, também, contratos já celebrados entre a Inovattus e vários sócios minoritários do CESUV, para aquisição de cotas que representam, respectivamente, 4,6%, 11,94% e 7,95% do capital social do CESUV. Com isso, a Ânima passará a deter o controle e administração isolada do CESUV, ainda que haja exercício do direito proporcional de preferência por parte dos dois sócios remanescentes. Transação teve como parâmetro o valor equivalente a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por cota do CESUV (capital social total é de 100.000 cotas) que venha a ser adquirida, alcançando um valor base de R\$90,6 milhões, além de um prêmio de controle pela Inovattus equivalente R\$ 18,3 milhões, valores que somados podem alcançar um total de R\$108,9 milhões, caso os sócios remanescentes não exerçam o direito proporcional de preferência. Os valores serão pagos em 3 parcelas, sendo que a primeira pode chegar a R\$ 55,9 milhões, por ocasião do fechamento, e duas parcelas vincendas, que poderão atingir a R\$ 26,5 milhões cada, em 12 e 24 meses contados do fechamento, todas corrigidas pelo INPC. A Transação considera, também, um <i>earn-out</i> ao Dr. Ricardo, da ordem de até R\$ 63,5 milhões, a serem pagos em até 36 (trinta e seis) meses, dependendo de determinados resultados, metas e condições futuras. As despesas da Transação, envolvendo comissão pela intermediação do negócio e assessorias contábeis e jurídicas, serão da ordem de R\$ 1,5, milhão.</p>
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., Brasil Educação S.A., Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. e Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação, o Sr. Ricardo Queiroz Guimarães era o único sócio da Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. passando, por sua vez, para o nosso controle indireto.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

Evento	Aquisição do Centro de Educação Superior de Guanambi S.A.
Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das quotas do Centro de Educação Superior de Guanambi S.A., pela nossa subsidiária integral Insegnare Educacional S.A., nas seguintes condições: I - A aquisição, na data do fechamento da transação, de 50,01% do capital social da Sociedade pelo valor de R\$57,5 Milhões, sendo (i) R\$ 20,0 Milhões já devidamente quitados; (ii) R\$ 26,0 Milhões em 10 (dez) dias úteis contados da data em que a AGE da Ânima Educação ratificar, na forma do art. 256, § 1º da Lei de S.A., a aquisição do controle; e (iii) R\$11,5 Milhões em 10 dias úteis após a apresentação, pelos vendedores, do balanço auditado do mês de junho de 2020; II - A aquisição pela Insegnare, na data do fechamento da transação, de 4,99% do capital social da Sociedade adquirida, mediante o aporte de R\$14,0 Milhões na Sociedade, a título de aumento de capital/ágio, recursos que serão utilizados para pagar dividendos pretéritos devidos aos sócios-vendedores; III- A outorga, pelos vendedores à Insegnare, de uma opção de compra da participação correspondente aos 45% restantes, válida por até 60 meses, que poderá ser quitada em dinheiro ou por via de incorporação de ações da Sociedade (art. 252 da Lei de S.A.), a critério da Ânima, em valor a ser apurado com base no EBITDA para os últimos 12 meses findos na última divulgação de resultados à data em que for exercida a opção de compra; A Transação também prevê um pagamento de até R\$44,0 Milhões, a título de <i>earn-out</i> relativo aos 55% da participação adquirida, caso haja atingimento de metas e resultados futuros.
Sociedades envolvidas	Ânima Holding S.A., Insegnare Educacional S.A., Centro de Educação Superior de Guanambi S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação, a participação societária do Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. eram detidas por Pedro Gomes Duarte, Joselito Batista de Santana, Felipe Gabriel Duarte e Alexander Willian Lima Santana, passando, por sua vez, para o nosso controle indireto.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Aquisição dos Ativos do Grupo Laureate no Brasil (contratada mas pendente de conclusão)
Principais condições do negócio	<p>Em 30 de outubro de 2020, a Companhia celebrou contratos definitivos com a Laureate Education, Inc. ("Laureate") visando a aquisição da totalidade do capital social da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. ("Rede"), detentora de 11 instituições de ensino superior, localizadas em 7 estados e 13 cidades ("Aquisição"). A Aquisição envolve a titularidade de 100% das cotas da Rede (detidas pela Laureate) que, por sua vez, detém a totalidade do capital social das instituições de ensino superior detidas pelo Grupo Laureate no Brasil. A Aquisição reflete um "Enterprise Value" da Rede, líquido de contingências, de R\$4.423 milhões, implicando em um múltiplo de 10,7x EV/EBITDA Ajustado estimado para 2020. O valor de R\$4.423 milhões é composto pelo valor da firma ("Equity Value") de R\$3.777 milhões e pela assunção de uma dívida líquida de R\$623 milhões. Adicionalmente, a Aquisição contempla, ainda, o pagamento de até R\$203 milhões adicionais ao Grupo Laureate a título de earn-out por vagas de medicina pendentes de aprovação perante o MEC, bem como a assunção do pagamento da multa devida à Ser Educacional S.A. ("Ser") pelo Grupo Laureate no valor de R\$180 milhões. Em 04 de novembro de 2020, o referido pagamento no valor de R\$180 milhões foi realizado.</p> <p>A Aquisição envolve, ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) a celebração de um contrato entre a Companhia e a Farallon Capital Management, L.L.C. ("Farallon") por meio da qual esta assumiu obrigação de adquirir junto a nós, ato simultâneo ao fechamento da Aquisição, a totalidade do capital social da FMU, mediante pagamento à vista, no montante de R\$500 milhões (ii) a celebração com a Ser de um Instrumento Particular de Transação, Opção de Compra e Outras Avenças que resultará na opção de compra e de venda de alguns ativos do Grupo Laureate pelas partes. <p>A Aquisição, para sua conclusão, depende do cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a esse tipo de negócio, tais como a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral e a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.</p> <p>O histórico, bem como os termos e condições detalhados da Aquisição estão descritos no item 7.1 deste Formulário de Referência.</p>
Sociedades envolvidas	A Ânima Holding S.A., a Laureate, a Rede, a Ser e a Farallon.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Se concluída, a Aquisição não terá efeitos no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Se concluída a Aquisição, a Rede passará a ser uma sociedade integralmente detida pela Companhia, sendo que o Centro Universitário FMU FIAM-FAAM, atualmente detido pela Rede, será alienada para a Farallon, e serão concedidas opções de compra e venda entre a Companhia e a Ser sobre 100% das quotas das sociedades mantenedoras das Instituições Centro Universitário Ritter dos Reis ("UniRitter"), Centro Universitário FADERGS ("FADERGS") e Centro Universitário Hermínio da Silveira ("IBMR"), bem como das sociedades mantenedoras das Instituições Faculdade Internacional da Paraíba ("FPB") e Centro Universitário dos Guararapes ("UNIFG"), a serem exercidas no prazo de 60 dias contados a partir de 29 de outubro de 2020.

15.7 - Principais Operações Societárias

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a Aquisição. Adicionalmente, nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações, a Aquisição está sujeita à aprovação/ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral extraordinária a ser realizada em 26 de novembro de 2020, sendo que será facultado aos acionistas dissidentes de eventual deliberação que aprovar/ratificar a Aquisição direito de retirada da Companhia, nos termos do referido artigo legal.
---	---

Evento	Aquisição de controle da MEDROOM
Principais condições do negócio	Aquisição do controle societário da Medroom Sistemas Interativos Ltda. ("MEDROOM"). A Companhia, por meio de sua subsidiária integral Dysgu Educacional Ltda., um Contrato de Compra e Venda de Participação Societária E Outras Avenças e demais instrumentos conexos ("Contratos"), por meio dos quais celebrou negócio jurídico ("Transação"), que resultará na aquisição do controle da Room Sistemas Interativos Ltda., empresa de base tecnológica ("startup") líder no Brasil no desenvolvimento de soluções em tecnologias imersivas (Realidade Virtual – RV e Realidade Aumentada - RA) para educação médica
Sociedades envolvidas	Dysgu Educacional Ltda. e Room Sistemas Interativos Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve efeito no quadro societário da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Conduzimos todos os procedimentos legais e estatutários pertinentes para deliberar sobre a operação.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 15 foram descritas nos itens acima.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Temos por política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece o dever do acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, de se abster de votar nas deliberações relativas (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o nosso. A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Na reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2019, foi aprovado a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, assegurando a comutatividade e transparência das operações aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, priorizando os melhores interesses da Companhia, pautando-se no disposto nas melhores práticas de governança corporativa, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva de nossa Administração e observam as diretrizes especificadas em nossa Política de Transação com Partes Relacionadas.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Instituto Anima Sociesc	18/10/2018	10.508.068,26	10.571.000	10.508.068,26	132 meses	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo celebrado entre o Instituto Ânima Sociesc, na qualidade de mutuária e a nossa Companhia na qualidade de mutuante para fomento de projetos de pesquisas do Instituto. O valor no “Saldo existente (R\$)” refere-se a data base de 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação	Tendo em vista a celebração de convênio para fomento de projetos de pesquisas do Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura que visam o desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino, os quais serão de co-propriedade da Mutuante como contrapartida do presente empréstimo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse.

Adotamos em situações de conflitos de interesses as práticas de governança previstas pela legislação vigente, bem como as normas estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que deve ser previamente aprovada por nosso Conselho de Administração a realização, por nós e/ou nossas controladas ou subsidiárias, de qualquer negócio com quaisquer dos nossos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, não sendo vedadas, entretanto (a) operações comerciais diretamente relacionadas ao nosso objeto social e/ou nossas controladas ou subsidiárias; (b) prestação de serviços realizada por nós às empresas em que tivermos participação; desde que, em qualquer caso, realizada em condições estritamente comutativas ou com o pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

b) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Nossas transações com partes relacionadas são celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

Os contratos de empréstimos firmados com nossas partes relacionadas descritas no item 16.2 acima foram realizados com taxas equivalentes aos demais contratos de empréstimos firmados com terceiros. Mesmo que no momento da transação não tenha sido estipulado a incidência de nenhuma taxa de juros, normalmente liquidamos estas operações aplicando uma taxa de juros vinculada a indexadores, principalmente INPC ou CDI, nos mesmos termos utilizados amplamente para transações em geral no mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 16 foram descritas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/02/2021	2.569.624.313,76		403.868.805	0	403.868.805
Tipo de capital	Capital Autorizado				
23/11/2020	4.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/10/2019	Assembleia	25/10/2019	34.999.992,36	Subscrição particular	1.652.502	0	1.652.502	7,05061176	21,18	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da SOBEPE, anexo I da Proposta da Administração referente a AGE realizada em 25.10.2019 foi suportada pelos valores de mercado da ÂNIMA e da SOBEPE, observado os seguintes parâmetros: (i) o valor de mercado das ações da ÂNIMA foi apurado de acordo com o pregão do dia 02/08/2019 no valor de R\$ 21,18; e, (ii) o valor econômico das ações da SOBEPE foi apurado de acordo com a negociação realizada com os acionistas.								
Forma de integralização		As Ações emitidas pela ÂNIMA foram integralizadas com as ações ordinárias em que se divide o capital social da SOBEPE, atribuídas aos acionistas da SOBEPE, de acordo com a Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da SOBEPE, anexo I da Proposta da Administração referente a AGE realizada em 25.10.2019.								
29/01/2020	Conselho de Administração	29/01/2020	1.100.213.600,00	Subscrição pública	30.350.720	0	30.350.720	37,83977205	36,25	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O Preço por Ação de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil ("Investidores Institucionais Locais" e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, "Investidores Profissionais"), realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, junto aos Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ("Procedimento de Bookbuilding").								
Forma de integralização		Os valores mobiliários da Companhia subscritos foram integralizados à vista, em moeda corrente nacional.								
29/04/2020	Assembleia Geral	05/05/2020	20.000.005,04	Subscrição particular	563.698	0	563.698	1,22577268	35,48	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da VC Network, anexo II da Proposta da Administração referente a AGOE realizada em 29.04.2020 foi suportada pelos valores de mercado da ÂNIMA e da VC Network, observado os seguintes parâmetros: (i) o valor de mercado das ações da ANIMA foi apurado de acordo com a a média aritmética do preço de fechamento dos pregões dos últimos 30 (trinta) dias anteriores a 10/02/2020, que equivale ao valor de R\$35,48 (trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos); e, (ii) o valor econômico das ações da VC foi apurado de acordo com a negociação realizada com os acionistas.								
Forma de integralização		A Relação de Substituição mencionada na Cláusula 2.1. do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da VC Network, anexo II da Proposta da Administração referente a AGOE realizada em 29.04.2020 foi suportada pelos valores de mercado da ÂNIMA e da VC Network, observado os seguintes parâmetros: (i) o valor de mercado das ações da ANIMA foi apurado de acordo com a a média aritmética do preço de fechamento dos pregões dos últimos 30 (trinta) dias anteriores a 10/02/2020, que equivale ao valor de R\$35,48 (trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos); e, (ii) o valor econômico das ações da VC foi apurado de acordo com a negociação realizada com os acionistas.								

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
03/12/2020	Conselho de Administração	03/12/2020	918.000.000,00	Subscrição pública	27.000.000	0	27.000.000	25,08758900	34,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

O preço de emissão das ações no Aumento de Capital foi fixado de acordo com procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") realizado: (a) no Brasil, junto a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil ("Investidores Institucionais Locais"), e (b) no exterior, sendo (i) nos Estados Unidos da América exclusivamente, junto a investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act; e (ii) nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, junto a investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros" e, em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, "Investidores Profissionais").

Forma de integralização

Os valores mobiliários da Companhia subscritos foram integralizados à vista, em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
18/02/2021	134.622.935	0	134.622.935	403.868.805	0	403.868.805

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais ou no exercício social corrente, reduções do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento de ações da Companhia, na proporção de 03 (três) ações para cada 1 (uma) ação. Com a operação, a Companhia passou de 134.622.935 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentas e vinte e duas mil, novecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, para o total de 403.868.805 (quatrocentos e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinco) ações ordinárias. O capital social da Companhia foi mantido o mesmo, R\$ 2.569.624.313,76 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e treze reais e setenta e seis centavos). As ações ordinárias resultantes do desdobramento conferem aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente existentes incluindo dividendos e juros que vierem a ser declarados.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Conforme a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações. A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, sendo tal reserva revertida no exercício em que deixar de existir razões que justifiquem sua manutenção. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social caso o Conselho de Administração informe a AGO que tal distribuição seria inviável dada a nossa situação patrimonial.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Obedecido ao disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos nossos lucros sociais; (ii) participar do nosso acervo, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição das ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do quadro de nossos acionistas nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Nossas ações são listadas no segmento do Novo Mercado, da B3. Para informações sobre as regras que obriguem a realização de oferta pública, favor consultar o Item 18.2 abaixo.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Não há, em nosso Estatuto Social, regras que representam limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Com relação à obrigação de realização de oferta pública, o nosso Estatuto Social prevê:

Artigo 23 – *Qualquer terceiro, que, de forma direta ou indireta, adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste artigo (“OPA”).*

Parágrafo Primeiro – *A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) imutável após a publicação do seu edital, lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo 23 paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e (vi) instruída com laudo de avaliação, elaborado por instituição que atenda o disposto neste Estatuto Social.*

Parágrafo Segundo – *O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) Valor Econômico definido em laudo de avaliação elaborado de acordo com os procedimentos previstos em lei e regulamentação aplicável; e (ii) valor da ação na última oferta pública de aquisição de ações da Companhia realizada e efetivada nos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à data do evento de que trata o caput do presente artigo, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.*

Parágrafo Terceiro – *A realização da OPA mencionada no caput deste artigo 23 não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.*

Parágrafo Quarto – *A realização da OPA mencionada no caput deste artigo 23 poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras:*

- (I) *a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando mais da metade do capital, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número de acionistas;*
- (II) *a dispensa de realização da OPA será considerada aprovada com o voto da maioria absoluta dos acionistas presentes; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo terceiro adquirente para fins do quórum de deliberação, conforme item “(ii)” acima.*

Parágrafo Quinto - *O terceiro adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.*

Parágrafo Sexto - *Na hipótese do terceiro adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o terceiro adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do terceiro adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do terceiro adquirente*

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sétimo - Qualquer terceiro adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) Derivativos que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo 23.

Parágrafo Oitavo – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 22 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo terceiro adquirente das obrigações constantes deste artigo 23.

Parágrafo Nono – O disposto neste artigo 23 não se aplica na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia ou da Companhia por outra sociedade; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; (vi) em decorrência da realização de OPA obrigatória nos termos deste Estatuto Social, do Regulamento do Novo Mercado ou da regulamentação emitida pela CVM; (vii) da aquisição de ações vinculadas a acordo de acionistas do qual participe o Acionista Controlador, as quais, enquanto perdurar esse vínculo, não são Ações em Circulação; e (viii) da alienação de ações detidas pelo Acionista Controlador, incluindo a Alienação de Controle pelo Acionista Controlador.

Parágrafo Décimo - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2019										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	334.510.146	20,48	17,45	R\$ por Unidade	19,16
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	347.853.598	20,49	19,10	R\$ por Unidade	19,81
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	414.328.736	22,90	19,20	R\$ por Unidade	20,87
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	381.803.874	30,29	22,20	R\$ por Unidade	26,79
Exercício social 31/12/2018										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	451.866.766	29,50	23,85	R\$ por Unidade	27,01
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	283.806.961	25,00	15,04	R\$ por Unidade	19,96
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	359.619.661	16,44	11,69	R\$ por Unidade	14,11
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	281.409.560	18,09	13,17	R\$ por Unidade	16,39
Exercício social 31/12/2017										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	87.972.680	14,38	12,81	R\$ por Unidade	13,66
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	162.633.070	17,50	12,95	R\$ por Unidade	15,21
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	188.960.471	23,10	15,53	R\$ por Unidade	18,41
29/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	428.612.100	28,30	22,50	R\$ por Unidade	24,80

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	11/11/2019
Data de vencimento	11/11/2024
Quantidade (Unidades)	350.000
Valor total (Reais)	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	350.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na escritura de emissão.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo elas: (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na Escritura de Emissão não sanada dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento; (b) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior; (c) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras exceto para eventos de liquidação, dissolução ou extinção no âmbito de reorganização societária que não acarretem a perda do controle direto ou indireto dos atuais controladores da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme aplicável; (d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, no mercado de capitais local ou internacional, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; (e) redução de capital da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na escritura de emissão), a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se os bens ou recursos que forem utilizados para quitar o capital reduzido exclusivamente da Fiadora for vertido para a Emissora e/ou para demais Fiadoras, caso em que não será configurado Evento de Inadimplemento; (f) transformação da Emissora em sociedade limitada ou, ainda, alteração no estatuto social da Emissora ou estatuto social ou contrato social de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, que visem alterar as atividades principais da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso; (g) a Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da escritura de emissão, sem a prévia anuência de 90% (noventa por cento) dos debenturistas; (h) cisão, fusão incorporação, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras que gere a versão de patrimônio para outra companhia não integrante do grupo econômico da emissora (inclusive por meio de incorporação de ações), sem o consentimento prévio dos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a ser deliberado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas; (i) constituição, pela Emissora, de qualquer nova dívida que tenha preferência na ordem de pagamento às debêntures em concurso entre credores (i.e., dívida sênior), excetuando-se endividamentos com garantias de qualquer modalidade, desde que as respectivas garantias sejam compartilhadas pari passu com os debenturistas; [continua em outras características relevantes]

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

(j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos documentos da Oferta e/ou qualquer de suas disposições, tornem-se inválidos ou ineficazes, em quaisquer dos casos desde que em virtude de decisão ou sentença judicial transitada em julgado; (k) não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, conforme definido na escritura de emissão; ou (l) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora e/ou às Fiadoras, especialmente trabalhistas que importem trabalho infantil (excetuado o menor aprendiz), trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição e ambientais. Ademais, ressalta-se que, nos termos da escritura de emissão das debêntures, a emissão conta com garantia fidejussória, qual seja, fiança, em favor dos debenturistas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	29/05/2018
Data de vencimento	29/05/2023
Quantidade (Unidades)	150.000.000
Valor total (Reais)	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente), conforme disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Emissora poderá, a partir da Data de Integralização, inclusive, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer mediante envio de comunicado aos debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 ou publicação de comunicado aos debenturistas nos termos da Escritura de Emissão. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Ânima será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, e acrescido de um prêmio incidente sobre tal montante equivalente a (i) 2,00% (dois por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Integralização e 24 de maio de 2019, inclusive; (ii) 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 25 de maio de 2019, exclusive, e 18 de maio de 2020, inclusive; (iii) 1,00% (um por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 19 de maio de 2020, exclusive, e 13 de maio de 2021, inclusive; e (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 14 de maio de 2021, exclusive, e 03 de maio de 2023, inclusive calculado conforme disposto na Escritura de Emissão e de Encargos Moratórios (conforme definido) devidos e não pagos até a data do referido resgate.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As debêntures estão sujeitas a determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático, sendo as principais: i. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Ânima e/ou de suas controladas e de suas coligadas (conforme definição prevista no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das S/A), desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) da receita líquida da Ânima, com base nas demonstrações financeiras divulgadas relativas ao último exercício social da Ânima ("Controladas Relevantes" e "Coligadas Relevantes", respectivamente) e/ou da Companhia, independentemente do deferimento do pedido e/ou processamento; ii. extinção, liquidação, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Ânima e/ou de suas Controladas Relevantes e de suas Coligadas Relevantes e/ou da Companhia; iii. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures pela Ânima ou pela Companhia, na respectiva data de pagamento, desde que tal inadimplemento não seja sanado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data do respectivo vencimento; iv. protestos legítimos de títulos contra a Ânima, Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse: (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia, salvo, em qualquer caso, se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Ânima e/ou pela Companhia ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação de protesto, ou no prazo determinado na notificação, o que for menor; v. vencimento antecipado ou declaração de vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Ânima, de suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes ou da Companhia, no mercado local ou internacional, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vi. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Ânima, suas Controladas Relevantes e/ou Coligadas Relevantes e/ou contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a (a) R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Ânima, suas Controladas Relevantes e Coligadas Relevantes; ou (b) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), com relação à Companhia; vii. redução de capital social da Ânima e/ou da companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 30, da Lei das S/A; (viii) caso a Emissora esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão, distribuição ou pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de dividendos ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (ix) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos Artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações. (x) existência contra a Emissora e/ou contra a Garantidora de condenação judicial ou arbitral, relacionados a infrações ou crimes ambientais, atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Mediante deliberação em Assembleia Geral dos Debenturistas.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	1

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações de nossa emissão são admitidas a negociação na B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO sob a sigla “ANIM3”.

As debêntures de nossa 1ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

As debêntures de nossa 2ª Emissão de Debêntures foram depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos valores mobiliários não são admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que, até a data deste Formulário de Referência, não emitimos títulos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Em 29 de maio de 2018, realizamos nossa 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, “de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e demais leis e regulamentações aplicáveis. O valor total da Emissão foi de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), ao valor unitário de R\$1,00 na data de emissão, correspondentes a 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) debêntures.

Por sua vez, em 11 de novembro de 2019 realizamos nossa 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários”, da Instrução CVM 476 e demais leis e regulamentações aplicáveis. O valor total da Emissão foi de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ao valor unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, correspondentes a 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures.

A Companhia realizou, em janeiro de 2020, uma oferta pública de distribuição primária de 30.350.720 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente). A Oferta Restrita foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder” ou “XP Investimentos”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan”) e do Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”, e, em conjunto com o Coordenador Líder, Bradesco BBI e J.P. Morgan, “Coordenadores da Oferta”), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”) e demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente), no Ofício Circular 87/2014-DP, emitido pela B3 em 28 de novembro de 2014 (“Ofício 87/2014”). A quantidade de Ações inicialmente ofertada, foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 35% do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em 7.868.705 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais foram destinadas a atender excesso de demanda constatado no momento em que foi fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) (“Ações Adicionais”). Para maiores informações sobre a Oferta Restrita, bem como sobre os procedimentos da Oferta Restrita, vide fato relevante divulgado pela Companhia em 19 de janeiro de 2020.

Além das operações descritas acima, nos últimos 3 exercícios sociais, não ocorreram outras ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros relativos a valores mobiliários do emissor.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da nossa 1ª (primeira) Emissão de Debêntures foram utilizados para reforço do capital de giro da Companhia e investimentos em bens de capital.

Os recursos oriundos da nossa 2ª (segunda) Emissão de Debêntures foram utilizados para a recomposição de caixa decorrente de aquisição de participações societárias.

Os recursos oriundos da Oferta Pública com esforços restritos de ações de emissão da companhia realizada em janeiro de 2020 estão sendo utilizados em parte para os pagamentos das aquisições e o saldo aplicado em Fundos de Investimentos.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a data deste Formulário de Referência, não realizamos quaisquer ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

OFERTA PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS

A Companhia está realizando uma oferta pública de distribuição primária de 27.000.000 (vinte e sete milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente).

A Oferta Restrita é realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder” ou “Bradesco BBI”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan”), do Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”), do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“UBS BB”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, J.P. Morgan, Itaú BBA e Santander, “Coordenadores da Oferta”), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”) e demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente), no Ofício Circular 87/2014-DP, emitido pela B3 em 28 de novembro de 2014 (“Ofício 87/2014”) e nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Anima Holding S.A.”, a celebrado entre os Coordenadores da Oferta e a Companhia (“Contrato de Colocação”).

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Bradesco Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc. e pela UBS Securities LLC (em conjunto “Agentes de Colocação Internacional”) (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC”), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado (“Securities Act”) e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que fossem considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores pertencentes às alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 (“Resolução CMN 4.373”), e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada (“Instrução CVM 560”), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada (“Lei 4.131”), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do “Placement Facilitation Agreement”, celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional (“Contrato de Colocação Internacional”).

A quantidade de Ações inicialmente ofertada, poderia ter sido, mas não foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 35% do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até 9.450.000 (nove milhões, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais seriam destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) (“Ações Adicionais”).

Não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

A Oferta Restrita é realizada com a exclusão do direito de preferência dos Acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 5º, parágrafos 4º e 7º do estatuto social da Companhia.

No âmbito da Oferta Restrita e de forma a cumprir com o disposto no artigo 9º-A, inciso I, da Instrução CVM 476, e de forma a assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Restrita, foi concedida aos Acionistas a prioridade para subscrição de até a totalidade das Ações da Oferta Restrita ("Prioridade de Subscrição"), e observado o limite da proporção de suas participações no capital social da Companhia ("Oferta Prioritária, nos termos e condições previstos no Fato Relevante divulgado em 23 de novembro de 2020 ("Fato Relevante da Oferta").

Após o atendimento do Direito de Prioridade, no âmbito da Oferta Prioritária, as Ações da Oferta Restrita eventualmente remanescentes (considerando as Ações Adicionais), foram destinadas exclusivamente aos Investidores Profissionais ("Oferta Institucional"). Nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, a procura de Investidores Institucionais Locais (conforme abaixo definido), no âmbito da Oferta Institucional, foi limitada a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Institucionais Locais e a subscrição de Ações limitada a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Institucionais Locais nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476. Os referidos limites não se aplicam às subscrições por Acionistas (conforme abaixo definido) no âmbito da Oferta Prioritária e à procura e subscrição por Investidores Estrangeiros, observadas eventuais restrições previstas na legislação vigente no país de domicílio de cada Investidor Estrangeiro.

O preço por Ação ("Preço por Ação") foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, realizado junto aos investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil ("Investidores Institucionais Locais" e, em conjunto com Investidores Estrangeiros, "Investidores Profissionais"), no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a Oferta Restrita.

A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Profissionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta Restrita e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

A realização da Oferta Restrita, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no artigo 5º, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e a concessão aos Acionistas do direito de participação no âmbito da Oferta Prioritária, bem como seus termos e condições, nos termos do artigo 5º, parágrafo 7º do estatuto social da Companhia, foram aprovados na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de novembro de 2020, cuja ata foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 501.171/20-4, em 27 de novembro de 2020, e publicada no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") em 25 de novembro de 2020.

O Preço por Ação, a aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no artigo 5º, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia, e a homologação do aumento de capital foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de dezembro de 2020, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no jornal "Valor Econômico" e no DOESP.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não haverá procedimento de estabilização do preço das Ações após a realização da Oferta Restrita e, consequentemente, o preço das Ações no mercado secundário da B3 poderá flutuar significativamente após a colocação das Ações.

Apresentamos, abaixo, as seguintes informações selecionadas relacionadas à Oferta Restrita. Para maiores informações sobre a Oferta Restrita, bem como sobre os procedimentos para participar da Oferta Restrita, vide Fato Relevante da Oferta Restrita:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

Na data deste Formulário de Referência, o capital social da Companhia é de R\$1.651.624.313,76, totalmente subscrito, dividido em 107.622.935 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Estatuto Social da Companhia prevê que seu capital social poderá ser aumentado até R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Formulário de Referência e a previsão após a conclusão da Oferta Restrita, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação total das Ações no âmbito da Oferta Restrita:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta Restrita	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	107.622.935	1.651.624.313,76	134.622.935	2.569.624.313,76
Total	107.622.935	1.651.624.313,76	134.622.935	2.569.624.313,76

(1) Com base no Preço por Ação de R\$34,00.

(2) Sem dedução das comissões, despesas da Oferta Restrita, tributos e outras retenções.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO**

A tabela abaixo indica as despesas, bem como os tributos da Oferta Restrita e as comissões relativas à Oferta Restrita:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta Restrita	Custo unitário por Ação
	(R\$)		(R\$)
Comissões da Oferta Restrita			
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	4.590.000,00	0,50%	0,17
Comissão de Colocação ⁽³⁾	13.770.000,00	1,50%	0,51
Comissão de Garantia Firme de Liquidação ⁽⁴⁾	4.590.000,00	0,50%	0,17
Comissão de Incentivo ⁽⁵⁾	4.590.000,00	0,50%	0,17
Total de Comissões	27.540.000,00	3,00%	1,02
Despesas da Oferta Restrita⁽⁶⁾			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	2.941.460,99	0,32%	0,11
Taxa de Registro B3	321.300,00	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	27.035,10	0,002945%	0,00
Total de Despesas com Taxas	3.289.796,09	0,36%	0,12
Despesas com Advogados ⁽⁷⁾	3.439.450,00	0,37%	0,13
Despesas com Auditores Independentes	2.500.000,00	0,27%	0,09
Outras Despesas ⁽⁸⁾	500.000,00	0,05%	0,02
Total de Outras Despesas	6.439.450,00	0,69%	0,24
Total de Despesas	9.729.246,09	1,05%	0,36
Total de Comissões e Despesas	37.269.246,09	4,06%	1,38

(1) Com base no Preço por Ação de R\$34,00.

(2) Corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração base que é o Total de Comissões sem considerar a Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Colocação, a ser paga aos Coordenadores da Oferta relativamente aos serviços de coordenação da Oferta Restrita.

(3) Corresponde a 60% (sessenta por cento) da remuneração base que é o Total de Comissões sem considerar a Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Colocação, a ser paga aos Coordenadores da Oferta relativamente aos serviços de colocação das Ações.

(4) Corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração base que é o Total de Comissões sem considerar a Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Colocação, a ser paga aos Coordenadores da Oferta pela prestação de Garantia Firme de Liquidação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme estabelecido pela Companhia e descrito pelo Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, independe de parâmetros objetivos e paga a exclusivo critério da Companhia utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta Restrita. A referida Comissão de Incentivo foi arbitrada pela Companhia em 0,50% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Despesas estimadas da Oferta Restrita assumidas pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

No contexto da Oferta Restrita, não há outra remuneração devida pela Companhia aos Coordenadores da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se o Preço por Ação de R\$34,00, os recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita, após a dedução das comissões e das despesas, são de R\$880.730.753,91.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita para financiar uma parcela da aquisição dos ativos brasileiros do Grupo Laureate, conforme detalhado no item 7.9 deste Formulário de Referência ("Aquisição da Laureate"), observado que, caso por qualquer razão a referida transação não seja concluída, para financiar novas aquisições estratégicas bem como a investimentos nas atuais linhas de negócio da Companhia.

Tais recursos serão destinados na proporção abaixo indicada:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido⁽¹⁾⁽²⁾
Aquisição dos ativos brasileiros do Grupo Laureate	100%	880.730.753,91
Total	100%	880.730.753,91

(1) Com base no Preço por Ação de R\$34,00.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta Restrita.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Caso a Aquisição da Laureate não seja concluída, a Companhia utilizará os recursos da Oferta Restrita para financiar novas aquisições estratégicas bem como a investimentos nas atuais linhas de negócio da Companhia. A Companhia está sempre atenta às oportunidades dentro da sua estratégia de crescimento e está continuamente analisando potenciais operações que agreguem valor aos seus acionistas. Na data deste Formulário de Referência, não há uma posição definida sobre potenciais alvos a serem adquiridos pela Companhia, nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas, não tendo celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para qualquer tipo de aquisição. Neste caso, a destinação dos recursos da Oferta Restrita será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar.

Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta Restrita poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores da Oferta.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Restrita quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta Restrita depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

Considerando que os recursos provenientes da Oferta Restrita não são suficientes para custear a Destinação dos Recursos acima descrita, a Companhia já possui cartas de compromisso contratadas com instituições financeiras de primeira linha para levantamento de recursos adicionais, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta informações sobre a capitalização da Companhia em 30 de setembro de 2020, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para refletir os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita, estimados em R\$880.730.753,91, após a dedução das comissões e despesas da Oferta Restrita, e com base no Preço por Ação de R\$34,00.

As informações contidas na tabela abaixo, referentes à coluna "Efetivo em 30 de setembro de 2020", foram extraídas das informações trimestrais consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com demonstrações contábeis e informações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, além das seções 3 "Informações Financeiras Seleccionadas" e 10 "Comentários dos Diretores" deste Formulário de Referência.

Para a obtenção dos recursos necessários à consecução da Aquisição da Laureate, a Companhia celebrou a carta de compromisso com o Bradesco BBI, Itaú BBA, Santander e BB-BI ("Carta de Compromisso"), os quais assumiram a obrigação de estruturarem uma captação de recursos mediante a emissão de valores mobiliários de dívida não conversível, sob regime de garantia firme, no valor de até R\$ 3,8 bilhões. Para fins ilustrativos, a tabela abaixo inclui uma coluna "Efetivo Pro Forma" evidenciando os efeitos da Aquisição da Laureate e do financiamento representado pela Carta de Compromisso como se já ocorridos em 30 de setembro de 2020.

	Em 30 de setembro de 2020 (em R\$ milhares)		
	Efetivo	Efetivo Pro Forma ⁽¹⁾	Ajustado Pós Oferta Restrita, ⁽²⁾
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo circulante).....	87.914	1.008.168	1.008.168
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (passivo não circulante).....	587.995	4.580.820	4.580.820
Total do patrimônio líquido	1.662.535	441.453	1.322.184
Capitalização Total⁽⁴⁾	2.338.444	6.030.441	6.911.172

(1) Ajustado para refletir o efeito da Aquisição da Laureate e também do financiamento representado pela Carta de Compromisso, como se tivesse sido desembolsado em 30 de setembro de 2020.

(2) Efetivo Pro Forma ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita, estimados em R\$880.730.753,91, com base no Preço por Ação de R\$34,00, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas no âmbito da Oferta Restrita.

(3) Capitalização total corresponde à soma total dos empréstimos, financiamentos e debêntures e do patrimônio líquido nas datas indicadas.

DILUIÇÃO

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.662,5 milhões e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de emissão da Companhia, era de R\$ 15,77, representado pelo referido valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, que em 30 de setembro de 2020 era de 2.189.958.

Após considerarmos a colocação das Ações, pelo Preço por Ação de R\$34,00, após a dedução das comissões e das despesas estimadas da Oferta Restrita, o patrimônio líquido pro forma da Companhia em 30 de setembro de 2020 seria de R\$1.322,2 milhões, representando um valor patrimonial contábil *pro forma* por ação ordinárias ajustado pela oferta de R\$9,98. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido contábil *pro forma* por ação ordinária de emissão da Companhia para os acionistas existentes de R\$5,80 por ação, e uma diluição imediata no valor patrimonial contábil *pro forma* por ação ordinária de emissão da Companhia para novos investidores e Acionistas que subscreverem Ações no âmbito da Oferta de 70,64%.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta Restrita:

	Após a Oferta Restrita
	(em R\$, exceto percentagens)
Preço por Ação ⁽¹⁾	R\$ 34,00
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de setembro de 2020	R\$ 15,77
Valor patrimonial contábil <i>pro forma</i> por ação ordinária em 30 de setembro de 2020 ⁽²⁾	R\$ 4,19
Valor patrimonial contábil <i>pro forma</i> ⁽²⁾ por ação ordinária ajustado pela Oferta Restrita ⁽¹⁾	R\$ 9,98
Aumento do valor patrimonial contábil <i>pro forma</i> ⁽²⁾ por ação ordinária para os Acionistas em decorrência da Oferta Restrita ⁽¹⁾	R\$ 5,80
Diluição do valor patrimonial contábil <i>pro forma</i> ⁽²⁾ por ação ordinária para os novos investidores ⁽³⁾	R\$ 24,02
Percentual de diluição do valor patrimonial contábil <i>pro forma</i>⁽²⁾ por ação ordinária para os novos investidores⁽⁴⁾	(70,64%)

(1) Calculado a partir do Preço por Ação de R\$34,00.

(2) Ajustado para refletir a Aquisição da Laureate e o efeito do financiamento representado pela Carta de Compromisso, como se tivesse sido desembolsado em 30 de setembro de 2020.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil *pro forma* por ação ordinária imediatamente após a conclusão da Oferta Restrita.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição do valor patrimonial contábil *pro forma* por ação ordinárias para os novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta Restrita não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

Planos de Opções de Compra de Ações

A Companhia teve um plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, nos termos do artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações ("Plano"), que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de sua emissão ("Opções"). Entretanto, não foram outorgadas quaisquer Opções, bem como não houve a deliberação pelo Conselho de Administração das condições de outorga e exercício, tais como: limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de Opções e a forma de distribuição destas entre os Beneficiários, o Preço de Exercício das Opções e as condições de exercício.

Acordo de Restrições à Venda de Ações (Lock-up)

A Companhia, seus Administradores, seus acionistas controladores se comprometeram, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, celebrando acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up Agreements*), por meio do qual, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordaram em, pelo período de 90 (noventa) dias contados da data do Fato Relevante que divulgar o Preço por Ação ("Fato Relevante do Preço por Ação"), não: **(a)** emitir (no caso da Companhia), oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, ou registrar ou causar o registro, nos termos das leis do Brasil ou do *Securities Act*, de ações, opções de compra, recibos ou valores mobiliários conversíveis em ações ou que representem direito de seu titular a receber ações de emissão da Companhia; **(b)** realizar qualquer operação de derivativos ou qualquer outro acordo que transfira, no todo ou em parte, qualquer das consequências econômicas da propriedade sobre as ações ordinárias da Companhia ou sobre valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias da Companhia ou outros direitos de compra sobre as ações ordinárias da Companhia, seja a transação liquidada pela entrega de ações ordinárias da Companhia, outros valores mobiliários, dinheiro, ou por qualquer outro meio; e/ou **(c)** anunciar publicamente intenção de realizar qualquer transação especificada nos itens (a) e (b) acima. Findo tal prazo, para fins dos *Lock-up Agreements*, todas as ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Companhia, de seus Administradores, de seus acionistas controladores e de pessoa a eles vinculada estarão disponíveis para venda no mercado.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

As vedações listadas acima não se aplicam a ações adquiridas pelos signatários no mercado após a data do Fato Relevante do Preço por Ação, bem como não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações sob *Lock-up* pela Companhia, pelos acionistas controladores e pelos Administradores: (i) decorrentes de doações; (ii) decorrentes de transferências para *trust* em benefício direto do signatário do *Lock-Up Agreement* ou sua família imediata seja beneficiário direto ou indireto, conforme aplicável; (iii) para qualquer de suas "Affiliates", conforme definido no *Securities Act*; e (iv) com relação aos acionistas controladores e Administradores, em conexão com qualquer penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca das ações ordinárias da Companhia relacionados a financiamentos pessoais ou de empresas nas quais os Administradores ou acionistas controladores detenham uma participação societária, no qual as contrapartes de tais penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca sobre as ações ordinárias da Companhia possam, exercer ou de outra forma alienar direitos sobre as ações ordinárias da Companhia durante o Período de *Lock-up*, de acordo com os termos e condições do contrato segundo o qual tal penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca é concedida ou efetuada; (v) com relação aos acionistas controladores e Administradores, em conexão com qualquer penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca das ações ordinárias de emissão da Companhia detidos pelos Administradores ou acionistas controladores relacionado a financiamentos contratados pelos Administradores ou acionistas controladores ou empresas nas quais os Administradores ou acionistas controladores detenham uma participação acionária tendo como contraparte qualquer um dos Coordenadores da Oferta ou suas afiliadas com o objetivo financiar a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Restrita, no qual as respectivas contrapartes de tais penhores, alienações fiduciárias, arrendamentos ou hipotecas das ações possam exercer ou de outra forma alienar direitos sobre tais Ações adquiridas no âmbito da Oferta Restrita durante o Período de *Lock-up*, de acordo com os termos e condições do contrato segundo o qual tal penhor, alienação fiduciária, arrendamento ou hipoteca é concedida ou efetuada; (vi) para fins de qualquer *swap* ou outro acordo entre os Administradores ou acionistas controladores ou empresas nas quais os Administradores ou acionistas controladores detenham uma participação acionária com os Coordenadores da Oferta ou suas afiliadas relacionados com o financiamento indicado em (v) acima para as Ações subscritas no âmbito da Oferta Restrita, o qual não pode ser liquidado pelos Administradores ou acionistas controladores ou suas afiliadas, conforme aplicável, durante o Período de *Lock-up*; (vii) decorrentes da alienação, em conjunto pelos Acionistas Controladores, de até 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia; ou (viii) com o consentimento prévio por escrito (tal consentimento não deve ser retido de forma irracional) dos Coordenadores da Oferta, respectivamente; desde que, no caso de (i), (ii) e (iii), antes de qualquer transferência, no caso de (iv) e (v), antes da liberação de qualquer penhor alienação fiduciária, o titular das ações liberadas concorde por escrito com os Coordenadores da Oferta de se comprometer com os termos do *Lock-up Agreement* e confirme que está em conformidade com os termos do *Lock-up Agreement*. Para os fins do *Lock-up Agreement*, "família imediata" significa qualquer relacionamento por sangue, casamento ou adoção, não mais remoto que o primo em primeiro grau dos Administradores ou acionistas controladores.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**FORMADOR DE MERCADO**

Em 21 de dezembro de 2017, o BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A foi contratado pela Companhia como instituição devidamente autorizada a atuar como formadora de mercado em relação às ações ordinárias de emissão da Companhia.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
06/03/2020	06/03/2020 à 06/03/2021	235.000.000,00	Ordinária		6.366.646	10,000000	6.139.716	15,23	R\$ por Unidade	96,000000
maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										
13/09/2018	13/09/2018 à 12/09/2019	277.000.000,00	Ordinária		2.443.870	10,000000	23.700	12,17	R\$ por Unidade	0,970000
Objetivo: maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										
07/05/2018	07/05/2018 à 13/09/2018	233.000.000,00	Ordinária		2.401.661	10,000000	2.103.000	15,19	R\$ por Unidade	87,560000
Objetivo: maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										
18/04/2017	18/04/2017 à 17/04/2018	204.000.000,00	Ordinária		2.602.530	10,000000	12.900	15,00	R\$ por Unidade	0,495672
Objetivo: maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 30/09/2020****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	922.516	
Quantidade adquirida	5.217.202	19,26
Quantidade alienada	449.760	10,87
Quantidade cancelada	3.500.000	
Quantidade final	2.189.958	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	923.761	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	1.245	16,91
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	922.516	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.187.989	
Quantidade adquirida	2.126.700	15,37
Quantidade alienada	2.372	12,75

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	2.388.556
Quantidade final	923.761
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	917.089	
Quantidade adquirida	270.900	15,38
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.187.989	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Em 06 de março de 2020 comunicamos ao mercado e aos investidores sobre a abertura de um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia autorizando a Diretoria da Companhia a adquirir ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado, ou, ainda, destinação ao Plano de Incentivo já aprovado e a quaisquer outros planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, sem redução do capital social.

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 6.366.646 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 10% do total de ações em circulação, já consideradas as ações em tesouraria. Adicionalmente, a efetiva recompra do número total de ações ora previsto deverá observar, no momento da aquisição das ações, o limite previsto no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. O novo programa de recompra ora aprovado poderá ser executado dentro do período de 12 (doze) meses, a partir de 06 de março de 2022.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	22/08/2013
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	De acordo com a nossa Política de Negociação, sujeitam-se aos seus termos, juntamente com nossa Companhia: (i) nossos diretores; (ii) membros do nosso conselho de administração; (iii) membros do nosso conselho fiscal (caso instalado); (iv) os nossos acionistas controladores, diretos ou indiretos; (v) nossos executivos e empregados que tenham acesso a informação relevante; (vi) qualquer um que, em virtude de seu cargo, função ou posição em nossa Companhia e em nossas sociedades controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante ou privilegiada sobre nós ("Pessoas Sujeitas à Política"). As Pessoas Sujeitas à Política deverão assinar um termo de adesão à Política de Negociação.

Principais características e locais de consulta

Nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Negociação") visa regulamentar as operações com valores mobiliários de nossa emissão ("Valores Mobiliários"), estabelecendo as restrições, condutas e políticas de negociação a serem observadas pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação. Neste sentido, nossa Política de Negociação estabelece (i) as regras para aquisição de Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, dentro dos limites legais; e (ii) normas para coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo a nós ("Informações Privilegiadas" ou "Informações Relevantes"), em benefício próprio das Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, por meio de negociação com Valores Mobiliários. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de nossos Valores Mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358, a qual veda a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, de Valores Mobiliários, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante ("Ato ou Fato Relevante"), até a sua divulgação ao mercado. Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas à Política de Negociação nas seguintes hipóteses: (a) sempre que tenham conhecimento de Informação Privilegiada ou Informação Relevante, até que divulguemos ao mercado Ato ou Fato Relevante; (b) sempre que existir nossa intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão por nós mesmos, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum; (d) no período de 15 dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso: das nossas Informações Trimestrais e de nossas Demonstrações Financeiras; (e) em todos os períodos em que, por força de comunicação escrita do nosso Diretor de Relações com Investidores, haja determinação de vedação à negociação dos Valores Mobiliários e (f) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do art. 48 da Instrução 400, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão ("Períodos de Vedação").
--	---

20.2 - Outras Informações Relevantes

Em razão da limitação de caracteres do Sistema Empresas.Net, segue abaixo o complemento das informações referentes ao item “20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários - Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização”.

Além disso: (i) nosso Conselho de Administração não poderá aprovar a aquisição ou a alienação de Valores Mobiliários enquanto não forem divulgadas ao público, se for o caso, por meio da publicação de Ato ou Fato Relevante, informações relativas à: (a) celebração de qualquer acordo ou contrato para a transferência do nosso controle acionário; (b) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do nosso controle acionário; ou (c) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que estejamos envolvidos; (ii) nossos administradores que se afastarem de nós, anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão, não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo de até seis meses após seu afastamento ou até a divulgação do Ato ou Fato Relevante ao mercado; e (iii) é vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas, inclusive nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (1) sociedade por elas controlada; (2) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (*trust*); (3) Pessoas Ligadas ou quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada ou Relevante, por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado ou (4) procuradores ou agentes. No que se refere à fiscalização da Política de Negociação, (i) nosso Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento da Política de Negociação; (ii) nossa Diretoria analisará quaisquer hipóteses de possíveis violações à Política de Negociação; e (iii) nosso Conselho de Administração aplicará eventuais sanções por descumprimento à Política de Negociação. Outrossim, com vistas a fiscalizar e assegurar adequados padrões de negociação com Valores Mobiliários, todas as negociações envolvendo Pessoas Sujeitas à Política de Negociação deverão ser realizadas com a intermediação das corretoras credenciadas, as quais serão instruídas por escrito por nosso Diretor de Relações com Investidores a não registrar operações das Pessoas Sujeitas à Política de Negociação em todos os períodos de vedação ou restrição à negociação dos Valores Mobiliários.

Exceções aos Períodos de Vedação ao Plano Individual de Investimento

As Pessoas Sujeitas à Política poderão apresentar ao Diretor de Relações com Investidores política de negociação própria (Plano Individual de Investimento), o qual terá duração mínima de 6 (seis) meses e será arquivado em nossa Companhia 15 (quinze) dias antes da primeira negociação nele prevista. Essas pessoas observarão estritamente esse Plano Individual de Investimento.

Somente poderemos autorizar o arquivamento de Planos Individuais de Investimentos caso já tenhamos aprovado cronograma definindo as datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

Poderemos estabelecer um Plano Individual de Investimento regulando a execução das compras objeto de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, desde que observados os requisitos estipulados na Política de Negociação.

O Plano Individual de Investimento poderá permitir a aquisição de ações de nossa emissão nos Períodos de Vedação, desde que impeça o uso de Informação Privilegiada por parte do beneficiário do plano, devendo necessariamente estabelecer: (a) o compromisso irrevogável e irretroatável de seu participante de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (b) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (c) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (d) a obrigação de seu participante reverter à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de nossa emissão, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados através de critérios razoáveis definidos no próprio

20.2 - Outras Informações Relevantes

plano; e (e) a obrigação de seu participante comunicar ao nosso Departamento de Relações com Investidores, nos termos da Instrução 358, todas as negociações efetuadas no prazo de até 5 (cinco) dias da sua ocorrência.

Demais Exceções aos Períodos de Vedação

Serão permitidas negociações com Valores Mobiliários durante os Períodos de Vedação nas hipóteses que vierem a ser expressamente excepcionadas pela CVM.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“[Instrução CVM 358](#)”), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, devemos cumprir e cumprimos com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as “Informações Relevantes”, conforme definido abaixo;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à B3, bem como ao mercado em geral, por meio da disponibilização da informação na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.animaeducacao.com.br/ri, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado além de ser divulgado, no mínimo, em um dos seguintes canais de comunicação: (i) de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia; ou (ii) pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Ademais, por fazermos parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da B3, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, observamos e cumprimos o Regulamento de Listagem no Novo Mercado, ou Regulamento do Novo Mercado, que amplia os direitos dos acionistas, visa a melhoria na prestação de informações ao mercado, com a dispersão acionária e, adicionalmente, com a adoção de um conjunto mais amplo de práticas de governança relativas aos direitos societários. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de (i) divulgar as Demonstrações Financeiras traduzidas para o Inglês; (ii) realizar reunião pública anual com analistas; (iii) divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um Calendário Anual para o ano civil seguinte, contendo, no mínimo, menção e respectiva data dos atos e eventos societários, da reunião pública com analistas; (iv) elaboração e divulgação da nossa política de divulgação de informações; e (v) adoção de um código de conduta, estabelecendo nossos valores e princípios.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 22 de agosto de 2013, adotamos uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“Pessoas Vinculadas”).

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a nossa Política de Divulgação, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou dos órgãos de nossa Administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da companhia: (i) pela companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus Diretores; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia, sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior a divulgação das nossas informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em 22 de agosto de 2013, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Divulgação de Informação, nos termos da regulamentação vigente, de forma a garantir aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Em 26 de fevereiro de 2014, nosso Conselho de Administração aprovou adequar nossa Política de Divulgação de Informação aos termos da Instrução CVM 547/14, que alterou a Instrução CVM 358/02, no sentido de permitir a disponibilização da informação objeto de ato ou fato relevante na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.animaeducacao.com.br/ri, além de ser divulgado em pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Nosso Conselho de Administração aprovou e elegeu a página www.portalneo1.net, onde vimos publicando nossos fatos relevantes desde março de 2014.

Nossa Política busca, também, coibir o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e de nós mesmos.

O acionista controlador, os diretores, os membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, os gerentes e empregados que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros considerados necessários ou convenientes deverão assinar o Termo de Adesão à nossa Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

Consta de nossa Política de Divulgação a lista exemplificativa de modalidades de Ato ou Fato Relevante expressamente prevista na Instrução 358, sendo que os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Detentores de Informações Vinculadas ("Destinatários") devem observar que (i) a ocorrência de qualquer das modalidades descritas na Política de Divulgação não se constitui necessariamente em um Ato ou Fato Relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em Valores Mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do Ato ou Fato Relevante.

Nossa Política de Divulgação prevê que os Destinatários devem guardar completo sigilo acerca de Ato ou Fato Relevante sobre nossos negócios ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação, incluindo-se seus subordinados e/ou terceiros de sua confiança, saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem, nos termos de nossa Política de Divulgação:

- (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando nossos padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- (c) encaminhar ao nosso Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e
- (d) comunicar imediatamente ao nosso Diretor de Relações com Investidores, sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

Nos termos de nossa Política de Divulgação, nosso Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante, devendo este dar pleno e eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de nossa emissão.

Nossa Política de Divulgação prevê que o Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar nossos legítimos interesses.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando nossos Acionistas Controladores e/ou os nossos Administradores entenderem que sua divulgação colocará em risco nosso interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em nosso benefício deverão cientificar imediata e formalmente nosso Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução 358;
- (b) nosso Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, nossos demais Administradores ou Acionistas Controladores – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao nosso Diretor de Relações com Investidores – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, nosso Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá nossos Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores e conselheiros são obrigados a comunicar à nossa Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários por nós emitidos sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de nossa emissão e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários de nossa Política de Divulgação são responsáveis por não divulgar Ato ou Fato Relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao nosso Diretor de Relações com Investidores, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

A nossa Diretora de Relações com Investidores, Sra. Marina Oehling Gelman, é a responsável imediata pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não havia quaisquer informações relevantes adicionais às já apresentadas nesta Seção 21.